

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11

AS REPRESENTAÇÕES DA MODERNIDADE E PROGRESSO NOS DISCURSOS LEGITIMADORES DE PROJETOS DE REORGANIZAÇÃO URBANA

Coordenadores:

Prof. Me. Júlio César Meira

Profa. Ma. Lucia Elena Pereira Franco Brito

A presente proposta de Simpósio Temático pretende reunir trabalhos e comunicações que sejam resultantes de pesquisas que discutam a história das cidades no Brasil, na perspectiva dos diversos projetos de (re)urbanização, ao longo do século XX, tendo como base legitimadora os discursos de Modernidade e Progresso.

Ao longo do século XX diversos projetos de transformação urbana foram levados a efeito no Brasil, todos tendo como discurso legitimador a necessidade de se ingressar, finalmente, num espaço urbano reformulado a partir das concepções de Modernidade e Progresso, em oposição ao atraso do modo de vida rural anterior. Da reurbanização do Rio de Janeiro, no início do século XX aos diversos projetos de cidades, grandes e pequenas, Brasil afora, passando pela tarefa hercúlea de se criar cidades a partir do nada, como foi o caso de Goiânia, na década de 1930, ou Brasília, na década de 1950, percebe-se que, ao mesmo tempo em que se construiu materialmente a cidade, foram produzidos os discursos que buscaram emprestar ao seu próprio imaginário as representações a respeito de si própria. Essas representações foram continuamente permeadas pelas intervenções políticas. De fato, como bem lembra Maciel (1997), no Brasil, o Estado foi o grande indutor da Modernidade, fixando a noção de “progresso” como sinônimo de desenvolvimento urbano, industrial, material e cultural, características importantes que sustentaram o discurso “civilizador” brasileiro ao longo do século XX e no início do século XXI.

A importância deste Simpósio Temático resulta da percepção de que os projetos de reorganização urbana constituem exemplos importantes de disputas sociais, de confrontações políticas e econômicas, de projetos antagônicos de dominação e legitimação de poder.

Palavras-chave: História – Modernidade – Cidade

ENTRE A CIDADE REAL E A CIDADE IDEAL: ONDE ESTÁ O PLANEJAMENTO URBANO?

Ananda Maria Garcia Veduvoto
Mestranda no IGEO – Instituto de Geociências da
Universidade Estadual de Campinas.
Bolsista do CNPQ.

Resumo: A cidade origina-se pela necessidade de contato, organização, relações entre os homens, trocas, sociabilidades, construções afetivas, dentre outras necessidades e desejos. No entanto, as paisagens urbanas nos remetem ao vislumbre do conturbado, controverso e contraditório. Materializam-se as desigualdades e diferenciações nos espaços urbanos. O Estado atua, nunca de forma neutra, entre os interesses do processo produtivo e as necessidades da população – a “cidade real”. Contudo, as intervenções nas cidades são norteadas pelos planos urbanísticos que, em sua maioria, são modelos idealizados de organização e ordenamento espacial. O planejamento urbano, muitas vezes, reforça a ideia de que na “cidade ideal” não há contradições ou precariedades. O intuito deste trabalho é analisar as contradições inerentes às práticas de planejamento urbano, bem como discutir a importância de sua utilização na organização das cidades, de modo que expressem o embate que há entre a cidade “real” e cidade “ideal”. O planejamento urbano será considerado como uma ferramenta de atuação política, que envolve a participação de sujeitos políticos diferentes, com interesses e necessidades diversos, dotados de limitações e conquistas.

Palavras-Chave: Planejamento Urbano – Cidade Real – Cidade Ideal

A cidade é o lugar em que se realiza o contato, organização, relações entre os homens, as trocas, sociabilidades, construções afetivas, dentre outras necessidades. É também o vislumbre do conturbado, controverso e contraditório, é onde se materializam as desigualdades e diferenciações socioespaciais. É o espaço de diversidades e tensões, onde coabitam os interesses dos agentes do processo produtivo, do Estado e da população. Ao poder público cabe definir as políticas de intervenção urbana que promovam a “melhor” utilização do espaço da cidade.

O planejamento urbano, de modo geral, é o instrumento utilizado pelo Estado para organizar a produção do espaço dos municípios. Há um conjunto de planos, leis e diretrizes que servem como aparato legal para regulamentar a atuação do Estado¹, tanto

¹ Neste trabalho nos remetemos ao Estado em suas três esferas, a saber: Federal, Estadual e Municipal.

na zona urbana, como na zona rural. É por meio das políticas públicas² que o Estado faz as principais intervenções na cidade. O planejamento é a fase mais crítica e criticada na implantação de políticas no espaço urbano balizada pelo Estado. Isto porque, entre planejar, executar e avaliar, a fase de planejamento é o momento em que há o envolvimento e interação entre técnicos do poder público, os políticos locais envolvidos, a população interessada, dentre outros profissionais e instituições. É o momento em que o Estado (enquanto planejador) levará em conta um conjunto significativo de intenções para executar as obras – desde os interesses individuais aos coletivos.

A produção e a organização espacial expressam este mosaico de interesses manifestados no território, cuja expressão física se faz por meio dos equipamentos de infraestrutura, educação, saúde, lazer, etc. Sendo o Estado o agente responsável pela implantação dos equipamentos urbanos, destaca-se a importância do planejamento no que diz respeito à alocação de recursos. Pois, quando o poder público instala benfeitorias em um determinado lugar na cidade, propicia a acumulação de capital neste espaço, uma vez que valoriza este lugar de modo seletivo. Outros espaços ficarão desatendidos, gerando um processo de desigualdade socioespacial no urbano. O planejamento urbano é o instrumento utilizado pelo poder público para organizar as agendas de políticas públicas que serão executadas e por isso tem importância fundamental no que se refere à execução das propostas.

Sendo assim, o intuito deste trabalho é o de analisar as contradições inerentes às práticas de planejamento, de modo que expresse o embate que se trava entre cidade “ideal” e cidade “real”. Isto é, a “cidade ideal” é aquela concebida por meio de um planejamento urbano idealizado, em que o poder público desconsidera a complexidade das relações sociais, as contradições inerentes ao espaço urbano, os conflitos de apoderação ou posse de terras ou, ainda, a insuficiência e a apropriação seletiva para aplicação de investimentos, alocação de recursos e equipamentos de uso coletivo: “é o lugar onde há terra, segurança, saúde e justiça para todos. Tecnologias alternativas e

² Everaldo Melazzo (2010: 12) explica que o “termo política pública ainda encerra um grande conteúdo polissêmico e não nos basta aqui uma conceituação simples tal como aquela que define política pública como programa de ação governamental. Na verdade, este conceito pode se referir ou expressar diferentes dimensões dos processos que envolvem a decisão e a intervenção do Estado sobre determinada realidade ou, ainda, incorporar mecanismos e estruturas de tomadas de decisão ou implementação de ações mais ou menos sujeitas a controles sociais e, somente isto, justificaria uma análise mais detida de seus conteúdos”.

formas flexíveis de uso do solo permitem outro tipo de vida, mais sociável, mais ética, mais participativa [...]” (ANGELINI, 2005: 01).

Já a “cidade real” é o lugar das contradições sociais, é a cidade que revela o confronto que se instaura entre os problemas e necessidades da população, com os interesses dos agentes do capital imobiliário, instituições privadas, etc. Nas palavras esclarecedoras de Sylvia Angelini:

Ela se revela em cada canto esquecido, cada imóvel invadido, cada serviço não oferecido. [...] É a cidade que temos, contraditória, irracional, inconstante, cenário das relações que produzimos e condicionante da qualidade da vida que levamos [...] na cidade real evidenciam-se as escolhas que fazemos: os acertos e, de forma mais intensa, os erros (ANGELINI, 2005: 01).

O planejamento urbano, então, será considerado como uma ferramenta de atuação política, que envolve a participação de sujeitos políticos diferentes, com interesses e necessidades divergentes, constituído de contradições, limitações e conquistas.

O planejamento urbano entre as técnicas e a legislação

No Brasil, os representantes mais emblemáticos do planejamento urbano foram os Planos Diretores e as Leis de Uso e Ocupação do Solo. No entanto, tomando por base a realidade das cidades brasileiras, muitas vezes, estes documentos não apresentam as verdadeiras características da cidade real, tampouco podem ser utilizados como instrumento para o enfrentamento da questão social. Além disso, Arlete Rodrigues explica que há vários tipos de planejamento:

O Planejamento estratégico cria a *imagem* de cidade ideal que tenta mostrar a eficiência da administração pública e, assim, obter recursos financeiros, nacionais e internacionais. A cidade parece um organismo com vida própria, desvinculada dos cidadãos, dos produtores e consumidores da e na cidade. *O planejamento que antecede a produção e a ocupação* – as cidades planejadas no qual está presente a delimitação de áreas a serem ocupadas por segmentos de classes sociais. Em poucos anos a cidade real extrapola e modifica o projeto ideal como ocorreu em Goiânia, Belo Horizonte, Brasília, Teresina. *Planejamento setorial urbano* – caracteriza-se pela intervenção de setores econômicos que intervêm na dinâmica de ocupação e produção do espaço: indústrias, agroindústrias, exploração de minerais e fontes de energia, produção e distribuição de energia, vias de circulação, portos, aeroportos, moradias de interesse social, equipamentos específicos, infra-estrutura. Planos diretores urbanos, planos diretores estratégicos aparecem também como uma forma de “planejar” o futuro da área urbana (RODRIGUES, 2008: 115).

Além dos tipos de planejamento, para Raquel Rolnik (1999), a legislação urbana (conjunto de leis, decretos e normas) que regula o uso e ocupação da terra urbana é um instrumento fundamental para alocação de recursos e infraestrutura. Além disso, são fundamentais para compreensão de como a cidade está organizada, quais são as estratégias para fixação de equipamentos e, diante de sua disponibilização no espaço, indicam quais as táticas o poder público tem tomado para ampliar o espaço urbano, bem como organizá-lo. Nas palavras de Rolnik (1999: 2), “mais do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular o desenvolvimento de cidade, a legislação urbana atua como linha demarcatória, estabelecendo fronteiras de poder”. Daí a necessidade de observar a legislação urbana, para além do estabelecido pelo planejamento urbano enquanto plano de orientação para o futuro.

Flávio Villaça, contudo, descreve a crise do planejamento urbano calcado em planos e zoneamentos territoriais e explica que os planos são instrumentos políticos e ideológicos:

Essa concepção de plano diretor é altamente ideológica e tecnocrática. Ela foi aceita e difundida por uma classe dominante que procurava veicular a ideologia de que a boa técnica tem o poder mágico de resolver os problemas urbanos. Só assim é possível entender o inexplicável prestígio de que o plano diretor ainda desfruta em certos meios, especialmente na imprensa, entre lideranças da alta classe média e intelectuais orgânicos, que lhe conferem poderes tão mitológicos quanto confusos, misteriosos e inexplicados (VILLAÇA, 1995: 47)

O planejamento urbano “tecnicista” tende a adotar uma postura de “neutralidade” nas ações que são empreendidas na cidade. Os técnicos, muitas vezes, revestidos de certa cientificidade, tendem a ignorar os conflitos e contradições inerentes ao espaço urbano. A neutralidade perseguida por este tipo de planejamento pode ser facilmente questionada, pois se baseiam somente em aspectos estruturais da cidade. Ignoram-se as necessidades dos moradores parcialmente atendidos por este tipo de proposta. Dessa forma, o planejamento técnico não se envolve em projetos longos, tendendo a ser pontual e restritivo. De acordo com Circe Monteiro:

Tal assertiva transmite a ideia de que, através do conhecimento de uma situação e por meio da ‘racionalização’ e cientificidade das propostas elaboradas se chega a melhor solução [...]. Despreza-se, assim, a existência de externalidades ao processo de planejamento, como se toda a problemática dependesse apenas de soluções técnicas (MONTEIRO, 2007: 43).

As diretrizes e propostas são apresentadas por meio de planos e projetos que, quando analisados, revelam uma gama de conflitos de interesses materializados no espaço urbano. Maricato nos esclarece que o problema do planejamento urbano no Brasil não se deve à falta de planos, nem tampouco à má qualidade de suas propostas, mas de sua utilização para atender a interesses dos políticos locais. “Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves” (MARICATO, 2000: 124). Ermínia Maricato acrescenta:

Não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão (MARICATO, 2000: 124).

O planejamento urbano entre a cidade real e a cidade ideal

Arlete Rodrigues (2008) faz uma crítica às práticas de planejamento urbano, pois explica que o planejamento tenta criar uma cidade como ela deveria ser, mas não é. De modo que, “o planejamento urbano tem como objetivo a cidade ideal, a ocupação harmônica e integrada das áreas urbanas, o progresso, o desenvolvimento das cidades, raramente há ênfase à cidade real, à vida da população nas cidades” (RODRIGUES, 2008: 110). E mais:

Os instrumentos de planejamento urbano obedecem a normas e diretrizes de propriedade da terra, aos interesses de mercado, às ideias de padrão de vida moderno, simplificando as possibilidades de compreensão. As contradições ficam ocultas para colocar ‘ordem’ no traçado de ruas, avenidas, circulação, definição de lotes, mantendo sempre a propriedade da terra e das edificações. Os ‘pobres’ devem ficar em lugares não visíveis para não atrapalhar a ordem prevista nos planos e metas (RODRIGUES, 2008: 110).

Na “cidade ideal” os problemas enunciados são inexistentes, então, desconsiderados quando o planejador atua dentro do urbano, causando disparidades na cidade, uma vez que, somente uma parte desta será beneficiada. Ermínia Maricato (2000: 122) evidencia que, “a exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da cidade oficial”. Sobre a “cidade real” e a “cidade ideal”, nas palavras de Rodrigues,

A cidade como direito tem como base a vida real, o espaço concreto e o tempo presente. Ao contrário, no ideário da cidade ideal, o espaço e o tempo são abstrações. Reflete o pensamento de planejadores do Estado capitalista e

do capital. Os problemas são considerados desvios do modelo, solucionáveis com novo tipo de planejamento e uso de novas tecnologias. Os avanços da tecnologia articulam formas e conteúdos da e na cidade, mas não “produzem” a cidade ideal, embora provoquem transformações na cidade real (RODRIGUES, 2007: 01).

Maricato (2000) salienta que o planejamento urbano não tem compromisso com a realidade concreta e, portanto, as ideias estão fora do lugar, porque o planejamento não considera a cidade real, mas a ideal. Porém, explica que também é possível dizer que, por isso mesmo, que as ideias estão no lugar, porque o planejamento reafirma desigualdades e privilégios expressos no espaço urbano. Assim,

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de **ideias fora do lugar** porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as **ideias estão no lugar** por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias (MARICATO, 2000: 122).

Não se trata, porém, da inexistência de legislações e planos, mas de sua inadequação em relação à cidade real. Ainda, a prática de planejamento urbano permeia todas as esferas de poder e interesses das mais diversas ordens. O plano-discurso oculta a realidade, inviabilizando a democratização da cidade e o exercício da cidadania. Para Maricato,

É evidente que a publicidade insistente e a mídia, de um modo geral, têm um papel especial na dissimulação da realidade do ambiente construído e na construção da sua representação, destacando os espaços de distinção. É evidente também que a representação ideológica é um instrumento de poder - dar aparência de “natural” e “geral” a um ponto de vista parcial, que nas cidades estão associados aos expedientes de valorização imobiliária. A representação da cidade encobre a realidade científica (MARICATO, 2000: 165).

Conhecer e considerar a cidade real para planejar a cidade é importante iniciativa a fim de diminuir as diferenciações e segregações presentes no espaço urbano. Só assim se torna possível construir um ambiente urbano mais justo e igualitário. “A disseminação da informação e do conhecimento sobre a cidade real ou sobre a realidade urbana tem a importante função de afastar a bruma que encobre a realidade e desvendar a dimensão da exclusão” (MARICATO, 2000: 168).

Sendo assim, o planejamento urbano pode ser utilizado como um importante instrumento para assegurar a justiça social e não deve ser descartado, porém, só resultará em um ambiente urbano mais justo se apresentar, em suas premissas, a participação popular. Não é possível pensar em um futuro melhor para as cidades sem que haja planejamento. Maricato afirma que “o *processo de formulação participativa* de um plano pode ser mais importante que o plano em si, dependendo da verificação de certas condições. Isto porque ele pode criar uma esfera ampla de debate e legitimar os participantes com seus pontos de vista diferentes e conflitantes” (2000: 180). Se o que se pretende é tornar as cidades mais justas e igualitárias, então, é necessário que haja a participação da população nos processos de tomadas de decisão. Isso só será feito se considerarmos a cidade real e não descartamos as contradições e desigualdades inerentes ao espaço urbano.

Referência Bibliográfica

ANGELINI, Sylvia. **Entre a cidade real e a cidade ideal: as novas leis urbanísticas de Jundiaí.** Acesso em 03 out. 2015. Disponível em:<http://saladeimprensa.jundiai.sp.gov.br/>.

FERRARI JÚNIOR, José Carlos. **Limites e potencialidades do planejamento urbano:** uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. Estudos Geográficos, Rio Claro, 2(1): 15-28, junho 2004. Disponível em: http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/especializacao/planejamento/arquivos/ferrari_junior_jose_carlos.pdf.

HARVEY. David. **A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo, HUCITEC, 1980.

LEFEBVRE. Henry. **O direito à cidade.** São Paulo: Editora Documentos, 1969.

MARICATO. Ermínia. 2002. **Dimensões da tragédia urbana.** *Revista Comciencia* [periódico *on line*]. Disponível em <http://www.comciencia.br/framebusca.htm>. Acesso em 25 mai. 2013.

MARICATO. Ermínia. As Idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. **In:** ARANTES, O. et. All. (Org.). **A cidade do pensamento único.Desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO. Ermínia. **Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Editora Vozes, 2ª ed., 2002.

MARICATO. Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade.** *Estud. Av.* [online]. 2003, vol.17, n.48. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>. Acesso em 27 mai. 2013.

MELAZZO, Everaldo. Problematizando o Conceito de Políticas Públicas: Desafios à Análise e à Prática do Planejamento e da Gestão. **TÓPOS**, (online), v. 4, n. 2, p. 9-32, 2010.

MONTEIRO, Circe Maria Gama. **O Planejamento: algumas considerações**. In. etc, espaço, tempo e crítica. N° 1(2), VOL.1, 2015.

RODRIGUES. Arlete Moysés. **A cidade como Direito**. In: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universid de Barcelona, vol. XI, num. 245 (33), 1 de Agosto de 2007.

RODRIGUES. Arlete Moysés. **Direito à cidade e o Estatuto da Cidade**. Cidades. Presidente Prudente, vol. 2, n.3, 2004.

RODRIGUES. Arlete Moysés. **O Espaço Urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade**. Planejamento Urbano no Brasil – Conceito, diálogos e práticas. Editora Argos, 2008.

ROLNIK, Raquel. **Para além da lei: legislação urbanística e cidadania** (São Paulo 1886-1936). In: Maria Adélia A Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos. (Org.). **Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora CEDESP, 1999.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato. **Regulação Urbanística no Brasil: conquistas e desafios de um modelo em construção**. Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social, PUCCAMP, 2000. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/10/regulacao-urbanistica-no-brasil.pdf> Acesso em: 30 abr. 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA. Marcelo Lopes. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **A crise do planejamento urbano**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: SEADE, v.9, n.2, p.45-50, 1995.

A REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA: RESULTADO DE UMA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA

Daniela Neves Borges
Universidade Estadual de Goiás, mestranda pelo PPGSS:
TECCER, CAPES

Resumo: O crescimento do Distrito Federal para além de seus limites administrativos se deu a partir das políticas desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek, que via em Brasília a promessa do desenvolvimento econômico. Vê-se que a partir da construção da capital federal no Centro-Oeste brasileiro houve um grande movimento migratório para a área destinada à capital. No entanto, não havia, no grande projeto urbanístico de modelo progressista, espaço para as camadas populares que ali chegavam em busca de melhores oportunidades. As chamadas “cidades satélites” foram logo criadas a fim de suprir a necessidade de habitações, mas logo via-se crescer a dependência dessas cidades em relação ao Plano Piloto. Esse movimento de polinucleamento urbano também passou a ser característica dos municípios goianos próximos à Brasília. A dinamização das áreas próximas ao Distrito Federal era preciso. A partir de 1975, os órgãos governamentais de planejamento passaram a propor medidas para conter a rápida urbanização do DF. O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília foi instituído naquele ano, com o seguinte objetivo “estimular a organização espacial da atividade econômica e estruturar a rede urbana da área de influência sócio-econômica da Capital da União”. Nota-se que os projetos destinados à área não atenderam essas questões.

Palavras-chave: Região Geoeconômica de Brasília – planejamento – desenvolvimentismo

A urbanização da região Centro-Oeste se intensificou a partir do ano de 1940. Neste mesmo ano, a população urbana da região era de 20%, sendo que, em 1960, já passara para 34% do total da população regional. A urbanização do Centro-Oeste decorreu, segundo Miragaya, de:

... demandas geradas pela economia agrária em rápida expansão, envolvendo atividades como o armazenamento e comercialização da produção; o fornecimento de sementes; suprimentos de bens de consumo e serviços diversos para a população no campo (2010, p. 84).

Observa-se, todavia, que a urbanização não decorreu apenas dos aspectos referidos acima, mas relacionou-se, também, com a transferência da capital federal para a região. Assim, os problemas que interferem diretamente na economia da região passaram a ser de interesse dos administradores públicos federais, entre eles, os concernentes à habitação, à educação, à saúde, ao saneamento básico, etc.

Esses problemas se intensificaram a partir da grande migração destinada à construção da nova capital. As obras para a transferência da capital federal para o

interior do país, iniciaram-se em 1956, após um longo período de discussões, pesquisas e projetos, que decorreu-se em quase século. E foi assim que Juscelino Kubitschek idealizou a capital, como responsável pela nova dinâmica – principalmente a econômica e territorial, já que promovia a migração de parte considerável da população para espaços até então considerados “desabitados” – que se instalava no país: “a nova capital, descontada sua generosidade arquitetônica, permitiu que dois terços do nosso território – que eram desalentadores “espaços vazios” – fossem conquistados” (KUBITSCHKEK, 1975: p. 11).

No entanto, o símbolo do progresso proposto por Kubitschek a partir da construção da capital só foi possível, segundo Vesentini (1987), devido à Revolução de 1930. Conforme este autor, a partir do Estado Novo, o governo federal já dispunha de uma base fiscal que lhe garantia a preponderância na divisão de tributos pelos municípios, estados e União, além poder dispor de recursos externos ao país.

Brasília é entendida como o símbolo da modernidade, da integração nacional, do crescimento da economia e de industrialização. Com isso, homens e mulheres de todas as regiões do país foram em busca da realização de um sonho. Esta oportunidade era única na vida destas pessoas, que precisavam de emprego e melhores oportunidades de vida. Pode-se ver relatos de migrantes que deixavam casa e família, a fim de melhorar de vida:

Seu sonho era tão objetivo quanto a fome que roía o estômago de milhares de nordestinos atraídos pela ousadia de um presidente recém-eleito: trabalhar na construção da nova capital, fazer um pé-de-meia – quem sabe, até enricar? – e logo depois retornar para o velho torrão. (BEÚ, 2012: p.17).

No entanto, verifica-se que a capital logo apontou problemas destinados à distribuição de renda e conseqüentemente apontou-se a questão da exclusão sócio-espacial. Com base nos dados do sistema SEADE/DIESSE e em seus levantamentos da PED/DF, Aldo Paviani (2010) verifica que o desemprego localiza-se em locais mais pobres, distantes do centro da cidade. Assim, a ocupação do solo de Brasília apresenta-se segundo o seguinte esquema:

O grupo da mais alta renda (G1): Brasília (Plano Piloto), Lago Sul e Lago Norte. O grupo de renda intermediária (G2): Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo. O grupo de renda mais baixa (G3): Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas (PAVIANI, 2010, p. 245).

Estes locais com população de menor renda são também os que concentram o maior índice de desemprego, vista que não oferecem oportunidades de trabalho no próprio lugar de residência de seus habitantes. Paviani (2010) entende como características do processo de urbanização de Brasília as seguintes: crescimento demográfico por correntes migratórias; incremento vegetativo; manutenção do plano piloto como lugar concentrador das oportunidades de trabalho e constante transferência de população para locais distantes do Plano Piloto. Com isto, amplia-se o polinucleamento urbano e a exclusão sócio-espacial. A ocupação do território mantém-se, por outro lado, segundo vetores que necessitam de monitoramento e vigilância do uso da terra, devido à grilagem e ocupação irregular e ilegal de glebas no Distrito Federal.

Após 1964, durante o regime militar no Brasil, a preocupação dos planejadores passou a referir-se a questões econômicas e de equilíbrio entre as regiões do país. No que diz respeito ao Distrito Federal, questões como industrialização, atividades agropecuárias, investimento em setores sociais, passaram a ser discutidos a fim de se promover uma melhor distribuição de renda e, assim, na qualidade de vida de sua população.

Miragaya (2010), ao lado de chamar a atenção para a importância, para a região Centro-Oeste, do quadro de industrialização que se desenvolveu no Brasil, a partir da década de 1970, alerta-nos para o fato de os grandes estímulos econômicos concedidos pelo governo federal, na época, não terem chegado ao Centro-Oeste, incluída Brasília. A Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) foi o órgão que dispôs da menor estrutura administrativa, entre as superintendências regionais, e o Centro-Oeste foi a única região privada de uma instituição financeira federal.

As regiões Amazônica e Nordeste, em que atuavam, respectivamente, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Nordeste (SUDENE), possuíam as instituições financeiras regionais Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste Brasileiro. Segundo Maciel, a SUDECO foi criada em dezembro de 1967, em substituição à Fundação Brasil Central (FBC), medida que:

... pôs termo à prática de intervenção direta do governo federal sobre o... território [da região Centro-Oeste]. A SUDECO foi, antes de tudo, um órgão planejador, normativo e coordenador de ações, embora, secundariamente,

atuasse também como financiador de atividades cuja execução cabia a instituições de outras esferas administrativas - estados e municípios, principalmente. Cabe lembrar, entretanto, que este órgão atuou, durante a maior parte de sua existência (foi extinta em 1990), sob o regime de ditadura militar instaurado pela assim chamada Revolução de 1964; ou seja, sob um sistema em que as políticas públicas eram estabelecidas, assim como os planos, projetos e, mesmo, a tradução destes em metas físicas, eram definidos de forma autoritária e centralizada. Assim, na região Centro-Oeste, a improvisação e o casuísmo característicos da atuação da FBC foram substituídos pelas práticas do planejamento rigorosamente técnico e da implementação autoritária de atividades, ignorando-se aspirações e interesses regionais ou locais, e mesmo, circunstanciais necessidades de urgente intervenção governamental, decorrentes de causas naturais ou outras – como, por exemplo, epidemias, enchentes, perdas de safra, etc. (MACIEL, 2002: p. 17).

A partir de 1975, os órgãos governamentais de planejamento passaram a propor medidas para conter a rápida urbanização do DF. O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília foi instituído naquele ano. O Programa teve como objetivo:

... estimular a organização espacial da atividade econômica e estruturar a rede urbana da área de influência sócio-econômica da Capital da União [...] com o que se pretende contribuir para a “preservação das características político-administrativas de Brasília e a ampliação e consolidação da escala regional do Distrito Federal”. (CREDIGEO, 1982: p. 01).

A dificuldade em manter as camadas populares distantes do Plano Piloto, somada à falta de estrutura industrial, habitacional, econômica, etc. das “cidades satélites” (as denominadas Regiões Administrativas - RA), fez com que o governo federal tomasse medidas de contenção da migração desordenada para o DF.

O programa acima buscou atender os núcleos urbanos – “ampliar a oferta de equipamentos urbanos e serviços sociais básicos”; assim como “o fortalecimento das atividades econômicas”, mediante a instalação de infraestruturas e auxílio às atividades produtivas. O Programa teve em vista, principalmente, promover novas oportunidades de emprego, nos segmentos agropecuários e agroindustriais.

Algumas áreas - chamadas pelo programa de “sub-áreas” - foram consideradas mais “aptas à incorporação do processo produtivo: Eixo Ceres-Anápolis; Área de Mineração, Vale do Paranã, Área das BRs 040/050 e Vale do Paracatu, totalizando pouco mais de 235.000 Km.” (CREDIGEO, 1982: p. 01).

Segundo a COHAB/GO (1981), a RGB caracterizava-se por três escalas: 1) a escala local – área de concentração; 2) a escala metropolitana de transição – área de controle; 3) a escala regional – área de dinamização.

A primeira refere-se à área a ser protegida e abrange o Plano Piloto e as “cidades satélites” (o Distrito Federal). A segunda corresponde à área de influência direta de Brasília, é formada pelos municípios próximos que, cada vez mais, ficam dependentes do centro: Luziânia, Cristalina, Alexânia, Formosa, Corumbá de Goiás, Padre Bernardo e Planaltina de Goiás.

E a terceira escala corresponde à área a ser dinamizada, com áreas industriais vinculadas a Brasília. No entanto, esta área é tradicionalmente rural (com atividades voltadas à pecuária) e tem pouco reflexo na renda ou no emprego, esta área tem uma extensão de 300 km de Brasília, entre algumas das cidades estão: Alvorada do Norte, Uruaçu, Anápolis, Catalão e Pires do Rio.

O documento do CREDIGEO mencionado acima aponta para a concentração de recursos no programa POLOBRASÍLIA, os quais não repercutiam na oferta de emprego e na distribuição da renda regional. A partir daí, propõe que se redirecionem a linha de crédito, com normas específicas, para a Região Geoeconômica de Brasília.

O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília vinculava-se, para fins de supervisão e controle, à SUDECO. Seu objetivo mais imediato era atender as comunidades de agricultores das subáreas acima referidas, privilegiando, assim, os mini e pequenos produtores e as unidades de agricultura familiar assentadas na região de forma espontânea. A intenção era oferecer estímulo à produção de gêneros básicos para o abastecimento alimentar da região.

Em julho de 1975, a SUDECO elencou alguns projetos necessários para alcançar uma maior integração da região geoeconômica de Brasília a outras, principalmente do estado de Goiás. O primeiro ponto considerado nas discussões da SUDECO referia-se à educação, principalmente, aos níveis fundamental e médio, mas também à formação profissional.

Conforme aquelas discussões, Brasília e Goiânia seriam responsáveis por atender a demanda do ensino superior. Quanto à saúde, dever-se-ia atender, prioritariamente, às populações de áreas sob maior influência de Brasília. Em relação ao

abastecimento de água e saneamento, o objetivo era vir a beneficiar 80% da população regional com fornecimento de água e 50% desta população com serviços de esgoto.

O projeto direcionado aos transportes previa estradas para escoamento da produção. Projetos voltados para a produção e distribuição de energia, para a ampliação das comunicações e para o desenvolvimento rural, priorizavam medidas para uma maior absorção de mão de obra, principalmente nos eixos que levavam a Brasília.

Havia também proposta referente ao desenvolvimento agroindustrial, cujo projeto seria implantado em Anápolis. Esta localização derivava de uma “estratégia de se induzir a implantação de atividades econômicas urbanas, visando à formação de economias externas e à criação de economias de escala” (SUDECO, OF/nº 229, 1975). Este conjunto de medidas contaria, ainda, com uma reserva de 2,0 milhões de cruzeiros, destinados aos serviços urbanos básicos na Região Geoeconômica de Brasília. Destinavam-se, também, à criação de oportunidades econômicas, a fim de que as nucleações viessem a se tornar pontos de apoio para as atividades primárias da região.

Para Brasília, previu-se o incentivo ao turismo. Segundo dados da CODEPLAN/SUDECO, em 1975, o Distrito Federal amealhara “cerca de Cr\$ 397 milhões [de cruzeiros], proporcionados por 65 mil turistas estrangeiros e 261 mil nacionais” (SUDECO, OF/nº 229, 1975).

Ainda durante a vigência do programa especial RGB, a SUDECO estabeleceu parcerias com os governos dos estados de Minas Gerais e Goiás, para a realização de atividades complementares às já levadas a efeito, nas áreas acima mencionadas, pelo governo federal.

Em 1980, o Programa Especial da RGB passou a apresentar extrema fragilidade, principalmente no que dizia respeito à execução dos projetos. Isto ocorria, segundo a SUDECO, principalmente, por falta de “agilidade operacional” da parte dos órgãos executores. Assim,

... de um total de 95 projetos, 45 ficaram paralisados, 47 estão em execução e 3 foram concluídos. Para o caso de Goiás, 43 acusam o seguinte desvio: RECURSOS FEDERAIS NÃO RECEBIDOS PELO ÓRGÃO EXECUTOR. Tal disfunção, de responsabilidade do Estado, muito tem a ver com o tímido desempenho dos executores (SUDECO, OF/nº 03, 1980).

Em 1981, o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) do governo federal, após a efetivação de estudos sobre as migrações destinadas a Brasília, concluiu

que a questão não poderia ser solucionada apenas mediante o programa RGB, visto que uma “componente importante dessa corrente migratória tem origem em regiões fora da área de influência direta do Distrito Federal” (E.M. n° 021, 1981-CDE).

Na década de 1980, o problema da habitação, principalmente nas regiões mais próximas do Distrito Federal, seria nevrálgico. A urbanização e a construção de moradias irregulares não serão objetos de preocupação apenas por parte do Governo do Distrito Federal, mas do estado de Goiás, pois alguns de seus municípios, como se viu acima, estão na área de influência direta do DF. A partir daí a crescente urbanização será relacionada também ao êxodo rural:

É notório o fenômeno do êxodo rural – sobretudo em Goiás e Mato Grosso do Sul – com a conseqüente transferência de população antes domiciliadas no campo, para os centros urbanos desses estados, estando assim, na base do processo de urbanização e explicando, ainda, o predomínio da migração intra-estadual nesses estados (SUDECO, Brasília, 1985).

Com isto, o crescimento populacional urbano, segundo a COHAB/GO – Companhia de Habitação de Goiás – devia-se à:

... atração exercida pelas grandes cidades, a mudança do meio de produção rural prejudicada pela carência de infraestrutura sócio-econômica, ressaltando o desemprego nos pequenos municípios, tem sido alguns dos principais fatores da migração em todo o país (COHAB/GO, 1981).

Assim, com o objetivo de solucionar esta questão habitacional, a COHAB elaborou um Programa Habitacional para os municípios goianos da Região Geoeconômica de Brasília – RGB. Este documento aponta para o fato do Programa Especial para a RGB não registrar nem uma solução em relação à habitação na região. A população que no final da década de 1950 era de 273.515 habitantes, em 1970, passou para 1.101.589. Ainda segundo a COHAB, os dados do censo de 1980 apontavam para uma população de 2.061.319 habitantes. Em Goiás, estes dados acima correspondiam: em 1950, a 22,5% do total da população do Estado; em 1970, a 37,5%; em 1980, a 53%.

Com base na avaliação da SUDECO exposta acima, firmaram-se um convênio (n° 87/81), entre o governo do estado de Goiás e a SUDECO. De acordo com os termos deste convênio, o valor destinado ao projeto da COHAB seria de Cr\$ 3.000.000,00, com vistas à:

... realização de estudos dentro das áreas de influência da Região Geoeconômica de Brasília, com o fim de selecionar cidades que apresentem

um certo nível de produtividade, capazes de viabilizar a implantação de um Programa Habitacional (TCE/GO, Goiânia, 1984).

De fato, os recursos destinados à Goiás foram bem significativos, “entre 1975 e 1983, foram alocados recursos da ordem de US\$ 99 milhões [na RGB], dos quais 72 milhões na área goiana” (BERTRAN, 1988: p.138). Observa-se que apesar da grande quantidade de recursos destinados à Região Geoeconômica, e principalmente à Goiás, estes não resolveram o problema de Brasília, visto que sua urbanização continuava crescendo desregulamente. Assim, outra questão, proposta pelo Programa Especial relacionou-se ao êxodo rural:

... durante nossas visitas a essas famílias percebemos a gratidão pelo que estão recebendo, e percebemos também que todos querem melhorar suas plantações e já se mobilizarão nesse sentido. E entendemos ainda, que o Programa de Desenvolvimento de Comunidades está sendo e será o grande responsável pela contenção do êxodo rural, e a consequente fixação do homem a terra (SUDECO, Relatório Viagem Supervisão, 08 a 11/10/8417).

O referido programa destinou-se a oferecer apoio ao mini e pequeno produtor rural, para o desenvolvimento de culturas de banana, citrus, alho, peixes, aves e hortas domésticas. No entanto, apesar dos incentivos e novas tecnologias oferecidos à agricultura, ocorreu que:

[o] sistema de distribuição de rendas e de empregos, tendendo cada vez mais à terceirização, faz crescer a sugestão de maior ênfase na industrialização intermediária, periférica, como forma de manutenção do equilíbrio econômico e social (BERTRAN, 1988: p.139).

Deste modo, pensando na questão da urbanização desregulada, Miragaya (2010) questiona a eficácia dos investimentos federais com vistas à industrialização do Distrito Federal e seu entorno. Conforme este autor, na medida em que Brasília vem crescendo, verifica-se uma tendência de decréscimo da taxa de crescimento vegetativo de sua população, ao lado do aumento da migração em direção a esta cidade, devido à forte atração que ela exerce sobre as demais regiões do Brasil.

Por fim, pode-se notar que a grande política desenvolvimentista, aplicada à transferência da capital federal, no governo Juscelino Kubitschek resultou em um rápido crescimento demográfico da área que abrangia não só o Distrito Federal, mas suas áreas de influência, que por sua vez extrapolam os limites administrativos do Distrito Federal. Brasília desenhada sob a denominação “meta-síntese”, ou seja, como o símbolo do progresso alcançou rapidamente as grandes metrópoles espalhadas pelo mundo,

principalmente no que se refere aos problemas. Os programas destinados a solucionar esses problemas, principalmente os que referiam-se a habitação e a economia, não foram suficientes já que vê-se a necessidade de uma maior distribuição de renda, além da dinamização das economias locais e regionais.

Referências Bibliográficas

BERTRAN, Paulo. Uma introdução à história econômica no centro-oeste do Brasil. Brasília: CODEPLAN e UCG, 1988.

BÉU, Edson. Expresso Brasília: a história contada pelos candangos. Brasília: Editora da UNB, 2012.

COHAB. Termo de referência: Elaboração de um programa habitacional para os municípios goianos da região geoeconômica de Brasília. Goiânia: 1981.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. E.M. n° 021/81. Brasília: 18 de março de 1981.

CREDIGEO. Nota explicativa. Brasília: 1982.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Portaria n° 61 de 28 de abril de 1981. Brasília: 06 de maio de 1981. p. 8084.

KUBITSCHKE, Juscelino. Por que construí Brasília. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1975.

MACIEL, Dulce Portilho. Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro. 2002. Disponível em: http://www.grupomontevideo.edu.uy/docs/Actividades_efectuadas/2002/PDFS/Mesa5/dulce%20portilho.pdf.

MINISTÉRIO DO INTERIOR – SUDECO. Plano de desenvolvimento regional do Centro-Oeste: organização territorial e funções econômicas do centro-oeste. Brasília: 1985.

MIRAGAYA, Júlio F. G. Dos bandeirantes a JK: a ocupação do Planalto Central brasileiro anterior à fundação de Brasília. In: PAVIANI, Aldo... [et al.] org. Brasília 50 anos: da capital a metrópole. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 55-93.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária: evolução urbana sócioespacial. In: PAVIANI, Aldo... [et al.] org. Brasília 50 anos: da capital a metrópole. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 227-251.

SUDECO. ARAÚJO, Mauro de. (Coord. do Prog. Especial da Região Geoeconômica). OF/n° 03/80. Brasília: 11 de dezembro de 1980.

SUDECO. Convênio n° 142/79. Brasília: 13 de agosto de 1979. SUDECO. FARIA, Nelson Jairo F. (Superintendente). OF/n° 229/75/SUP. Brasília: 16 de julho de 1975.

SUDECO. LELIS, Ailton (coord.). Of./n° 312 – CPE/84. Goiânia: 14 de fevereiro de 1984.

SUDECO. PEREIRA, Cirson. Relatório Viagem Supervisão. Goiânia: 1984.

TCE/GO. Resolução n° 2522. Goiânia: 17 de abril de 1984. 35

VESENTINI, José William. A Capital da Geopolítica. 2° edição. São Paulo: Editora Ática, 1987.

IDEIAS DE PROGRESSO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO TEMPO EM MORRINHOS – GO: DO PROTAGONISMO POLÍTICO À REFORMULAÇÃO URBANA

Prof. Me. Júlio Cesar Meira
Doutorando em História Social (UFU), Professor de
História Moderna e Contemporânea (UEG Morrinhos),
Mestre em História Social (UFU).

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo trazer a público algumas das reflexões iniciais da pesquisa de doutoramento do autor, que propõe a investigar os projetos de modernização e reformulação urbana da administração municipal de Morrinhos, entre as décadas de 1950 e 1970. Ao longo das duas décadas, sobretudo ao longo da segunda metade dos anos 1960, uma série de transformações urbanas foi operada na cidade, desde a abertura de novas avenidas e praças, reordenamento da ocupação da cidade, criação de loteamentos e conjuntos habitacionais, construção de pontes, construção e reforma de escolas, criação do Distrito Agro-Industrial, entre outros. Todas essas obras tinham como ideia-força a concepção de progresso, percebida nas justificativas enviadas à câmara municipal junto com os projetos de lei de iniciativa do executivo local. Subjacente a esses discursos, percebe-se uma ideia de que a reformulação urbana retomaria a “vocação” progressista da cidade de Morrinhos, que, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, foi local de origem de alguns nomes proeminentes da política goiana.

Palavras-Chave: Cidade – Progresso – Representações

1. Introdução

Este texto se trata, na verdade, de uma reflexão a respeito do andamento da pesquisa de doutorado do autor, cursado na Universidade Federal de Uberlândia, e intitulado *Imagens da Modernidade e Progresso no Sul Goiano: os projetos de reurbanização de Morrinhos – GO entre 1950 e 1970*. A mesma proposta de pesquisa foi apresentada e aprovada como projeto de pesquisa junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás para o biênio 2014/2-2016/1.

A pesquisa busca, de modo geral, compreender as várias representações de modernidade desenvolvidas no sul de Goiás ao longo do século XX, a partir de um ideal de progresso, consubstanciando-se em inúmeros projetos de reestruturação urbana, contribuindo para a formação e/ou afirmação do imaginário de superação da decadência do século anterior.

O recorte temporal da pesquisa leva em conta as décadas de 1950 a 1970, período em que a cidade de Morrinhos iniciou seus projetos de transformação e reorganização urbana, principalmente durante as administrações dos prefeitos Manoel de Freitas (1961-1965) e Joviano Antônio Fernandes (1966-1969), retrocedendo ou avançando no tempo sempre que a pesquisa demandar.

Como forma de organização, tanto da apresentação oral quanto de sua redação, segue a seguinte formatação. Em primeiro lugar, busca-se situar geograficamente a cidade de Morrinhos, apontando, brevemente, alguns aspectos de sua formação histórica. Em seguida, propõe-se uma reflexão conceitual a respeito das categorias e conceitos empregados no próprio projeto de pesquisa. Finalmente, busca-se apresentar os objetivos e hipóteses que servem como baliza ao pesquisador ao longo de sua investigação.

2. A Cidade de Morrinhos: “Do atraso ao Progresso”

A cidade de Morrinhos, situada geograficamente na região sul de Goiás, ou, mais especificamente, na “Mesoregião Sul Goiano” (ROMANO, 2006), tem sua origem ligada, assim como as demais cidades da região, aos caminhos das tropas e viajantes que, desde meados do século XVIII, dirigiam-se à região de mineração do vale do Rio Vermelho, atual norte do estado de Goiás.

De acordo com Hamilton de Oliveira (2006) foi por volta de 1840 que surgiram as cidades do sul goiano, Morrinhos entre elas. O momento histórico desse surgimento foi marcado por uma situação econômica importante, a passagem de um ciclo minerador para uma atividade agropastoril, devido ao declínio da mineração, que se mostrava já desde o final do século XVIII. Refletindo a respeito do contexto do período de ocupação do território, Oliveira demonstra como, longe de representar uma escassez de povoamento e procura por terras, o declínio da mineração, ademais percebida por ele como generalizada, ou seja, acontecendo em várias regiões da Colônia, depois Império, acabou por incentivar a busca por novos territórios e atividades econômicas, conforme afirma:

A ocupação do sul de Goiás ocorreu em um contexto marcado pela ausência de uma legislação fundiária, redução da produção aurífera em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e de crescimento da agropecuária que passou a ser a principal atividade econômica e incentivou deslocamentos migratórios para o norte, nordeste e, principalmente para o sul provocando a ocupação

definitiva de todo o território goiano no decorrer do século XIX. (OLIVEIRA, 2006: 25)

Eurípedes Funes (1986) concorda com a tese da mudança da matriz econômica goiana em meados do século XIX. Descrevendo a situação do sul de Goiás por volta de 1840, assim ele se expressa:

A situação da economia goiana, basicamente de subsistência, o precário estado da agricultura, pouco desenvolvida, e a baixa taxa média de lucros, dificultavam a manutenção de um plantel de escravos, uma vez que os rendimentos auferidos por estes, muitas vezes, não eram suficientes para cobrir nem mesmos os gastos de sua manutenção, e menos ainda para adquirir novos escravos como força de produção. (FUNES, 1986: 129)

A posição de Funes deve ser percebida como a de alguém que lamenta a mudança, não apenas da matriz econômica, da mineração para a agropecuária, mas também das relações de trabalho, da mão de obra escrava para as relações familiares e de compadrio. Mas é importante para demonstrar que a atividade agropastoril, e todas as questões relacionadas à ela, esteve intimamente ligada ao surgimento da cidade de Morrinhos em meados do século XIX.

Essa característica começará a mudar, de forma lenta e gradativa, ao longo da primeira metade do século XX. Romano (2006) e Borges (1990) atribuem aos investimentos em estradas de rodagem e de ferro o início da modernização da região sul de Goiás, a partir do final da década de 1920. De forma significativa, Maciel (1997) e Romano (2006) apontam como os projetos estatais baseados nos ideais de modernidade e progresso, que tiveram seu coroamento com a construção de Goiânia e Brasília, acabaram por servir de modelo para projetos locais. Dessa forma,

O fortalecimento de Goiânia, enquanto capital, aparece como incentivo à urbanização para outras cidades goianas. Goiás e Goiânia iriam beneficiar-se das infra-estruturas importantes que se iniciaram com a construção de Brasília, que exerceu importante papel no desenvolvimento no interior do país. (MACIEL, 1997: 74)

Chaul (2002), Romano (2006), Funes (1986) e Maciel (1997), cada qual em sua época e a partir de perspectivas diferentes, para não dizer o *locus* acadêmico, entendem que a construção de Goiânia, mais do que influenciar as modificações urbanas levadas à efeito em municípios menores do interior do estado, forneceram a legitimação adequada dos discursos por detrás dessas mesmas alterações das paisagens urbanas,

onde afirmações do novo se misturavam com evocações da modernidade, civilização e progresso, a referendar uma nova era em desfavor do atraso de antes.

De um ponto de vista mais geral, embora sejam distintos, os conceitos “civilização” e “progresso” – especialmente no que tange sua introdução no imaginário brasileiro – acabaram por se associar em um mesmo processo histórico: a busca por enquadrar a nação brasileira no irresistível movimento progressista da civilização ocidental. Por conseguinte, estados de regiões mais internalizadas, geográfica, cultural e economicamente, como Goiás, acabaram incorporando o mesmo ideário, senão nos resultados concretos, pelo menos nas práticas discursivas.

No caso da cidade de Morrinhos, o tema do progresso e modernidade acabou por se tornar sinônimo de urbanização e transformação urbana. Mesmo inserida na lógica econômica agropastoril das demais cidades goianas do final do século XIX, Romano (2006) observa que, por sua posição privilegiada na rota dos viajantes, a região sul de Goiás e a cidade de Morrinhos em particular, passou a contar, na segunda metade do século XIX, com serviços de correio, que “[...] saía de Goiás para Uberaba, sendo feitas 10 viagens por mês, de três em três dias, com passagem em Morrinhos. As notícias, tanto da capital do Império, quanto da capital da Província, não passavam despercebidas da população local”(ROMANO, 2006: 34).

Em 1889 chegaram a Morrinhos os serviços de telégrafo, conforme noticiou o Semanário Oficial em 1º de março de 1889, anunciando ter sido “inaugurada na Villa Bella de Morrinhos a estação da linha telegráfica que tem de ligar a capital federal aos estados de Goiás e Mato Grosso” (FONTES, 1980: 23). Para Borges (1990), o ápice desse processo de inserção do sul goiano à vida econômica e política do estado se deu no início do século XX com a construção da Estrada de Ferro, juntamente com a malha rodoviária também em construção, à qual se integrava:

Portanto, sem delimitar muito o objeto da análise a cidades ou regiões, pode-se afirmar que nas primeiras décadas deste século [XX], boa parte do estado de Goiás se encontrava inserida num processo de mudanças que, embora lento, ganharia dimensões significativas. A Estrada de Ferro desempenhou um papel fundamental como elemento promotor dessas transformações, como uma locomotiva que arrastava o processo de modernização em todos os níveis da sociedade regional. Através do sistema de transporte rodoferroviário, boa parte do território goiano se integrou à economia de mercado, servindo, assim, esse sistema de transporte, de instrumento do capitalismo na sua luta contra a economia natural de Goiás. (BORGES, 1990: 109).

Desse modo, a região sul de Goiás, antes deslocada do centro econômico e político do estado, se tornou importante centro de produção econômica destinada ao mercado, plenamente inserida, a partir da década de 1930, nos projetos de modernização capitaneados pelo Estado, com vistas a reverter a imagem de decadência e atraso que marcara a economia rural goiana no último século. Esses projetos, em sua maioria, deixam patente a representação de uma visão de modernidade como sinônimo de urbano, em oposição ao rural, representação do atraso.

3. Transformações Urbanas: A Modernidade voltou ou chegou?

A origem desta pesquisa partiu de uma hipótese e esta, de uma constatação. Esta constatação surgiu ao se perceber, na leitura de documentos oficiais do município, como decretos e leis e projetos de lei, a maioria do período do prefeito Joviano Antônio Fernandes (1966-1969), e que tinham na reestruturação urbana da cidade seu tema principal. Eram projetos e decretos que buscavam não apenas transformar a paisagem urbana a partir da ótica da “modernização”, mas que, também, buscavam instituir um novo imaginário na cidade e sobre a cidade, principalmente em relação a três focos de atuação.

O primeiro deles deriva de uma visão de cidade ocidental, verticalizada, com avenidas largas e praças como espaço público de convivência. O projeto de lei nº 33/66 – E, de 26/09/1966, foi a primeira tentativa do prefeito em buscar essa verticalização, concedendo estímulos legais e incentivos fiscais para os que desejassem construir prédios com mais de três andares na cidade.– Isenção fiscal para prédios com mais de 3 andares, como mostra a redação dos artigos segundos e terceiro do projeto de lei:

Artigo 2º - Será isento de todos os impostos e taxas municipais, relativos à construção, o prédio de mais de três (3) andares, inclusive o térreo, que vier a ser edificado nesta cidade, cuja obra tiver início nos próximos quinze (15) meses, a contar da publicação desta lei. [...] Artigo 3º - o prédio que for beneficiado pela isenção referida no artigo anterior, ficará isento, também. Do pagamento de o Imposto Predial Urbano, durante o prazo de dez (10) anos, a contar do término da obra.

Na justificativa que acompanhava o projeto de lei à Câmara Municipal, estava ainda escrito que a medida era uma ação intermediária entre a cidade possível e a que se queria, uma etapa a se conquistar antes do objetivo final de se chegar a um processo de verticalização realmente urbano. Enquanto isso, o projeto cumpria seu papel inicial de

dar “elasticidade ao prazo para que se (inicia-se) as construções mais arrojadas, como (era) o caso de estabelecimento bancário, ressaltando-se no momento, o trabalho dinâmico dos dirigentes do Banco do Brasil e Banco de Minas Gerais, agencia de nossa cidade.”

Aparentemente o projeto de lei nº 33/66 não surtiu o efeito desejado, pois no ano seguinte outro projeto de lei, nº 7/67, retomava o tema das regras para a construção de prédios na cidade, com expectativas um pouco menores, na medida em que diminuía da ambição de se construir edifícios acima de três andares para apenas dois andares. A ideia da reestruturação urbana está presente, mas agora com outra motivação: a estética. Na justificativa que acompanhava o projeto de lei enviado à Câmara Municipal, lia-se:

Achamos de grande utilidade ao maior embelezamento do aspecto urbanístico de qualquer cidade interiorana a construção de prédios de mais de dois pavimentos e sentimos que tem o Poder Executivo a obrigação de dar a maior parcela de colaboração possível a empreendimentos de tal vulto, isto porque, temos certeza, irá dar maior incentivo, aqueles que possuem condições, de fazer com que seus capitais sejam revertidos em obras da natureza que citamos no Projeto de Lei nº 7/67 – E, que enviamos à esta colenda Câmara, para que seja submetido a apreciação dos senhores Vereadores.

O segundo foco de atuação da prefeitura era a busca da criação de uma política de desenvolvimento industrial no município, de modo a superar a hegemonia da produção agropecuária. Essa política de desenvolvimento passou pela criação de um pólo industrial, como foi o caso da maioria dos municípios do Brasil à época. Dois projetos de lei foram enviados à Câmara Municipal, o primeiro em 1968, projeto de lei nº 13/68, destinado a concessão de terras para a formação do Pólo Industrial, e o segundo de 1969, projeto de lei 30/69, que criava o próprio Pólo Industrial.

O projeto de lei nº 13/68, em sua apresentação e justificativa, afirmava:

A aprovação do presente Projeto de Lei, oriundo deste Poder Executivo Municipal **incide no progresso e desenvolvimento de nosso município**, uma vez que, a referida área de terras se destinará, como obriga o mesmo, na instalação de mais uma indústria, que sem dúvida alguma trará grandes e relevantes benefícios à nossa cidade.

Morrinhos carece de maior número de Indústrias, pois, com novas instalações industriais, teremos maior número de empregos e empregados e conseqüentemente estaremos **acompanhado o progresso de nosso Estado que cada vez mais caminha em busca de seu grande destino.**³

³ Negrito e sublinhado acrescentados.

E seu artigo primeiro já definia o lugar em que o Pólo seria instalado:

Artigo 1º- É o Poder Executivo autorizado a alienar a Quadra de nº 33 (trinta e três), situada no Setor Oeste pelo lado direito com a rua 19 e pelo lado esquerdo com terrenos da Quadra de nº 34 do mesmo loteamento, medindo uma área total de 7.200 m². (sete mil e duzentos metros quadrados), sendo: 90 ms. (noventa metros) pela Av. “J”; 80 ms. (oitenta metros) pela confrontação da Quadra 34; 90 ms. (noventa metros) pela rua 1-A e 80 ms. (oitenta metros) pela rua 19. Artigo 3º- O adquirente da mencionada área deverá utilizá-la na instalação de indústrias, devendo esta condição constar na respectiva escritura de compra e venda.

Assim como o projeto acima mostra, em sua justificativa, alusão clara à ideia de progresso e, mais ainda, à noção de um destino certo, de uma vocação do município e da cidade ao desenvolvimento e progresso, o projeto de lei 30/69 também apelava à ideia de progresso e desenvolvimento como objetivo a ser conquistado:

Desde quando teve o Poder Executivo Municipal voltados os seus pensamentos para o incentivo a industrialização em nosso Município, tem procurado por todos os meios, facilitar condições para que a implantação de indústrias em nossa cidade seja não uma aspiração, mas sim uma realidade presente.

Com o mesmo pensamento, e que vimos propor a modificação da lei nº 17, certos de que será mais uma condição que a Prefeitura, sem ficar prejudicada, estará oferecendo a **bem do progresso desta evolução socioeconômica** tão carente em nosso meio.⁴

O terceiro foco de intervenção do município foi a criação de políticas públicas de habitação, destinadas não apenas à produção de loteamentos para disponibilizar o acesso à casa própria ao habitantes do meio urbano, mas, principalmente, como política de atração de populações da zona rural para o meio urbano, produzindo, ao mesmo tempo, a mão de obra necessária para as indústrias que se queria atrair para a cidade.

Quase todas as ações para a construção de loteamento dos anos 1960 e 1970 tiveram a Prefeitura Municipal como protagonista, algumas vezes em parceria com a COHAB e/ou BNH.⁵ Nas décadas seguintes o protagonismo do poder público municipal continuou, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 01: Morrinhos: dados dos conjuntos habitacionais populares – 1960-1998.

⁴ Negrito e sublinhado acrescentado.

⁵ COHAB – Companhia de Habitação Popular. BNH – Banco Nacional de Habitação.

Nome	Ano de aprovação	Ano de entrega	Número de unidades	Área do lote-padrão (m ²)	Área das Unidades (m ²)	Agente promotor
Vila Bela	1960	–	235	221,15 (M)	51.970	COHAB
Vila Santos Dumont I	1970	–	375	274,00	207.725,32	BNH e Prefeitura
Vila Santos Dumont II	1980	–	216	351,58 (M)	106.365,42	BNH e Scala Engenharia Ltda.
Monte Verde	1989	–	500	250,00 (M)	250,00	Construtora Central do Brasil Ltda.
Setor Sol Nascente	1990	1996	284	182,41 (M)	51.1806,49	Prefeitura
Morro da Saudade II	1991	–	228	170,00 (M)	170,00	Prefeitura
Setor Vila Nova	1995	–	339	190,00	98.050,34	BNH e Prefeitura
Setor Genevêva Alves	1998	2000	626	250,00	292.725,32	Prefeitura e Estado de Goiás

FONTE: Romano, 2006: 94.

Romano (2006) mostra que cessão de terras para a construção de conjuntos habitacionais era anterior à administração do prefeito Joviano Antônio Fernandes. Na verdade, na administração anterior, do prefeito Manoel de Freitas (1961-1965), a primeira legislação sobre o tema, denominada Lei n. 4.132, de 10/09/1962.⁶ Escrevendo na primeira década do século XXI e observando em retrospecto, Romano (2006), a partir da análise do processo de desapropriação, construção e entrega de casas, da reformulação das vias e praças, da definição das políticas de atração das indústrias ao Pólo Industrial, constatou:

Nesse sentido, a dinâmica do espaço intra-urbano de Morrinhos retrata os movimentos de sua produção, por meio de sua paisagem, a partir dos elementos que compõem as formas e funções de sua estruturação. A forma urbana corresponde a um arranjo ordenado, adquirido ao longo do tempo, a qual conserva um pouco de seu passado. A cidade tem o seu significado social ao ser criada e usada para desempenhar o papel para o qual foi produzida. (ROMANO, 2006: 74).

As mudanças na paisagem da cidade são perceptíveis ao comparar-se alguns dados dos municípios nos últimos 60 anos. A primeira mudança, que não pode ser creditada apenas aos esforços do poder público municipal, já corresponde razoavelmente a um padrão do processo histórico das últimas décadas, foi a forma como a população urbana suplantou a população rural, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 02: População urbana e rural de Morrinhos – 1950 a 2000.

⁶ As leis de desapropriação do município de Morrinhos foram confirmadas pelo decreto Expropriatório n. 248, de 16/04/1998.

Ano	Urbana	%	Rural	%
1950	4.696	22,5	16.151	77,5
1960	9.879	42,5	13.358	57,5
1970	14.066	44,4	17.606	57,6
1980	20.154	63,5	11.559	36,5
1991	25.395	77,9	7.197	22,1
2000	30.881	83,6	6.045	26,4

Fonte: IBGE, ano 2000.

A outra mudança se reflete na planta urbana do município.década a década nos últimos cinquenta anos. As imagens abaixo mostram a planta urbana do município de Morrinhos em dois momentos. A primeira delas é uma imagem da planta urbana da cidade no ano de 1970. A segunda imagem apresenta o mapa da planta urbana do município ao longo do processo histórico, abrangendo os anos de 1964 a 2000. Nesta segunda imagem é possível perceber claramente, a partir das informações do próprio mapa e em comparação com a imagem do mapa do ano de 1970 as mudanças ocorridas na planta do município.

Imagem 01: Mapa da área urbana de Morrinhos em 1970.



Fonte: Romano, 2006: 66.

Imagem 02: Morrinhos – Goiás: processo de expansão urbana (1964-2000).

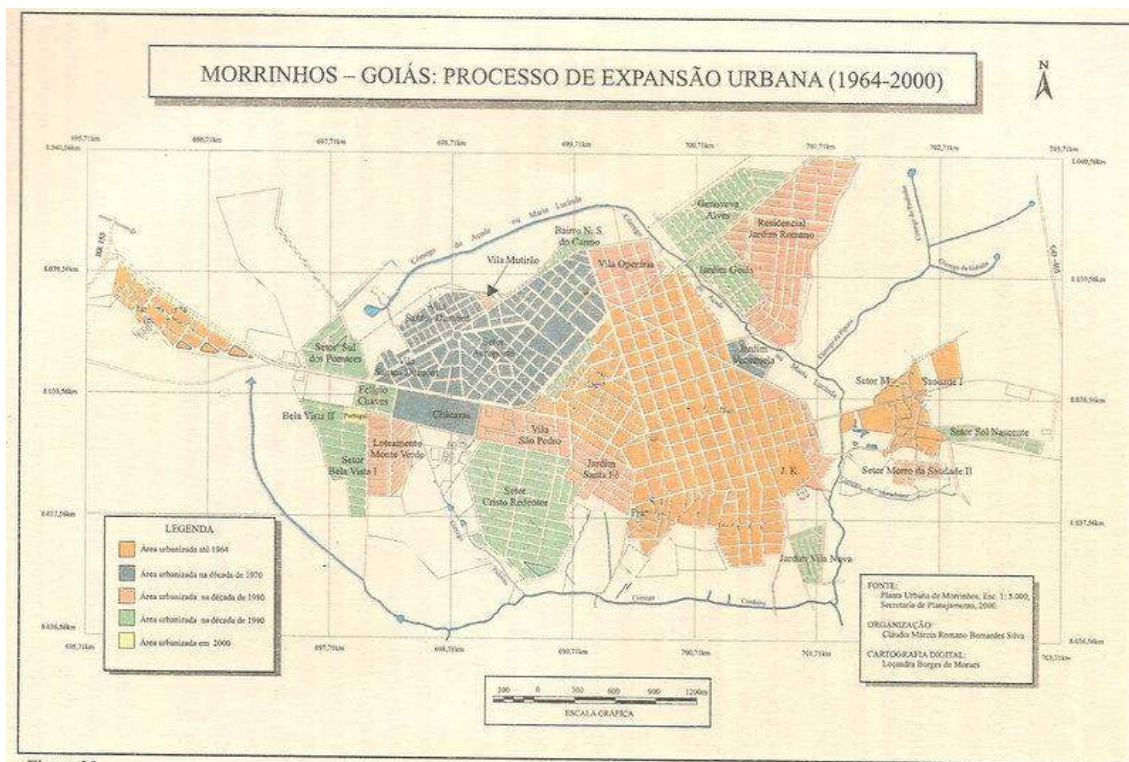


Figura 28

Fonte: Romano, 2006: 136.

O progresso da cidade, ou a modernidade que se objetiva é percebida então na formatação de um modelo de planejamento urbano que ‘embeleze’ a cidade, que a distinga de outras cidades interioranas, que organize o viver na cidade. Mas, sobretudo, que a recoloque no papel de protagonista.

A cidade de Morrinhos é uma das muitas cidades que, a partir de seu regime de historicidade (HARTOG, 2014), busca experimentar uma experiência no tempo que a faça recriar, a partir de outra perspectiva, seu lugar na política goiana. Sendo local de origem – senão de nascimento, pelo menos de atuação política – de importantes nomes da política do estado no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a partir da década de 1930 a participação de figuras locais na política regional e estadual definhou. De alguma forma, o que era considerada a “vocação” natural da cidade para o progresso, desapareceu.

A perspectiva do regime de historicidade de François Hartog, nesse caso, é essencial para a compreensão de que a visão que a cidade tinha de si mesma tem relação com o projeto que, no presente, busca construir para o futuro. A visão do passado retorna como representação do que se entendia como progresso, ou modernidade, ou seja, “a imagem subjetiva” (HARTOG, 2014: 45) que a cidade tinha de si mesma fazia

com que o fato de se ter figuras políticas ou públicas de renome para além dos limites da cidade representasse um ideal de progresso para aquele momento.

Perdido esse protagonismo, décadas depois se passou a buscar um novo modelo que recolocasse a cidade no lugar que se julgava ser seu direito. Para isso, no entanto, a representação do protagonismo e do progresso mudou, dentro da ideia de que “[...] de uma sociedade a outra, os vários modelos de historicidade diferem, isto é, as maneiras de viver e de pensar essa historicidade e de servir-se dela, os modos de articular passado, presente e futuro [...]” (HARTOG, 2014: 45). Assim, temos que a representação da organização espacial da cidade, ou seja, a reformulação urbana, passou a organizar a forma como os discursos de protagonismo, a exaltar o papel proeminente da cidade de Morrinhos frente às demais cidades do interior.

A experiência do passado ‘glorioso’, do protagonismo político, naquele modelo de cidade ainda colonial, dos notáveis, no dizer de Milton Santos (2009), encontrou seu eco, tal qual uma expectativa às avessas, na formulação de uma cidade econômica, em que seu arranjo espacial se reveste de significado ao demonstrar que o ideal da concretude da cidade moderna apenas aponta para a trajetória passada como inevitável, dentro de seu próprio regime de historicidade.

O tempo novo, que os projetos de reorganização urbana de Morrinhos – tanto em seus discursos legitimadores quanto em seus processos concretos de transformação urbana – apontava, ao mesmo tempo em que demarcava um novo período para a experiência da cidade, também apontava para o caminho natural de sua concretude. A manutenção da relação entre o ‘espaço de experiência e o horizonte de expectativa’ (KOSELLECK, 2006), mas com uma aceleração significativa, pois na modernidade “[...] abre-se o fosso entre a experiência anterior e a expectativa do que há de vir, cresce a diferença entre o passado e o futuro, de modo que a época em que se vive é experimentada como um tempo de ruptura e de transição [...]” (KOSELLECK, 2006: 295).

Considerações Finais

Como se viu ao longo do exposto, a problemática norteadora da pesquisa traz em si mesma três focos de análise.

Em primeiro lugar, a busca do entendimento da própria noção de decadência e as representações da modernidade numa sociedade, antes essencialmente agrária, que se encontra num processo de transição.

Em segundo lugar, quais as formas utilizadas para as cidades do sul goiano, Morrinhos em particular, na utilização da experiência de Goiânia ao propor seus próprios projetos de reurbanização ou planejamento urbano.

Em terceiro lugar, a forma como, ao longo do tempo, as representações de modernidade e progresso mudam, dentro da perspectiva dos regimes de historicidade de povos e sociedades, significando, no caso de Morrinhos, que o que se levava em conta ao se analisar os lugares social e político da cidade se transformam. De uma cidade cujo protagonismo reside na importância de determinados sujeitos, de notáveis, para uma cidade cuja organização espacial traz em si a concretização da ideia de cidade moderna.

Outras questões se colocam, todas, necessariamente, passando pela demonstração de que uma cidade, mais do que paisagem, natural ou cultural, é um conjunto de equipamentos feitos por e para sujeitos. Nesse sentido, desvendar os processos de dominação e disputa, de apropriação, mudança e resistência, é essencial.

Cláudia Romano (2006), com a qual dialogamos mais detidamente a respeito do processo de reurbanização de Morrinhos não é historiadora, mas sim geógrafa. Ao pensar o processo de reordenamento urbano de Morrinhos, ou, simplesmente, reurbanização, o faz a partir das perspectivas da transformação da paisagem e dos usos econômicos da cidade, bem como, ao analisar a questão da memória, o faz a partir da imagem do patrimônio em vias de ser preservado.

Não há sujeitos em sua abordagem da cidade, mas corre o risco de tornar sujeito de sua narrativa a própria cidade. Esse é o risco que se tem de evitar nesta pesquisa.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de. **Um Trem Corre Para o Oeste**. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BORGES, Barsanulfo Gomides. **O Despertar dos Dormentes**. Estudos sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1902-1922. Goiânia: Ed. da UFG, 1990. (Coleção Documentos Goianos, 19).

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. 2 ed. Ed. da UFG, 2002.

FONTANA, Josep. **A História dos Homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FONTES, D. Z. **Morrinhos**: de capela a cidade de Pomares. Goiânia: Oriente, 1980.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850**: um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1986.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade: Os cantos e os antros**: Campinas 1850-1900. São Paulo: Editora da USP; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

MACIEL, Davi. “Goiás e a Questão da Modernidade: Entre e a ideologia do progresso e o Estado autoritário.” **História Revista**. 2 (2): 53-76. jul/dez., 1997.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **A Construção da Riqueza no Sul de Goiás**, 1835-1910. Tese de Doutorado em História. Franca, SP: UNESP, 2006.

ROMANO, Cláudia M. B. **A Cidade de Morrinhos**: uma abordagem geográfica. Goiânia: Grafset – Gráfica e Editora, 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2009.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, v. I – A árvore da Liberdade, 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CIDADE DAS ÁGUAS: TRAMAS DO IMAGINÁRIO POLÍTICO EM FRUTAL (MG)

Lucia Elena Pereira Franco Brito
Doutoranda em História – UFU

Resumo: Este artigo resulta de pesquisa, ainda incipiente, que analisa a construção das representações urbanas, elegendo especialmente a cidade de Frutal (MG) como expressão da história recente das cidades situadas no interior do Brasil. Nos últimos vinte anos, o município em tela tem sido palco de alterações notáveis: novos loteamentos e bairros; expansão de empresas agroindustriais; abertura de instituições de educação superior e do Centro UNESCO-Hidroex, a partir do qual teve início a construção da chamada Cidade das Águas – complexo criado com a intenção de ser referência internacional no estudo e preservação dos recursos hídricos. Diante desta movimentação, tornaram-se recorrentes discursos que anunciam um novo tempo na história de Frutal, principiando a construção de um novo imaginário na e da cidade. Tais representações são construídas pelos sujeitos que dominam não apenas o espaço da cidade como também o poder de representá-la de certa forma para todos que nela vivem. Contudo, nem todos seus viventes compartilham as mesmas representações, tendo em vista a desigualdade de poder e de posição dos sujeitos no espaço da cidade. O objetivo da pesquisa consiste, pois, em desvelar o confronto entre as representações diversas, ou seja, o confronto entre os sentidos diferentes que a cidade ganha de seus viventes, conforme suas inserções, também desiguais e diferentes, na vida cidadina.

Palavras-chave: História – Cidade – Imaginário

Vários são os caminhos que conduzem a uma cidade, como são muitos os percursos a serem seguidos por quem almeja conhecê-la. Pode-se transitar por suas ruas e becos, observando a arquitetura, o núcleo original, a periferia, os prédios antigos e as construções novas. Também equipamentos de uso coletivo, praças, monumentos, calçadas e placas têm muito a revelar sobre sua história. Mas, sendo a cidade bem mais do que as materialidades que corporifica, para desvendá-la torna-se necessário perscrutar valores e significados, acordos e conflitos que se entrelaçam na sua tessitura histórica e, sobretudo, indagar os sentidos que lhe são atribuídos pelos múltiplos sujeitos envolvidos na sua permanente (re)construção.

Embora cada cidade seja única, não se trata de ser *uma* somente. Diversas *cidades* residem na *cidade* e sua multiplicidade social não se restringe a um ponto isolado no mapa. Seu espaço, ao envolver relações humanas de muitos sentidos, é denso em vibrações, desejos e sutilezas. Assim, os diferentes fios que tecem a cidade vão

muito além da territorialidade que abarca. Suas configurações⁷ reportam a teias maiores da sociedade a que pertence e desafiam o observador pelos laços e tramas que se mostram ora explícitos, ora implícitos, muitos deles enigmáticos.

Certamente, a pessoa que chega pela primeira vez a Frutal, município situado no interior de Minas Gerais, enfrenta dificuldades para encontrar pistas visíveis de sua história passada. A cidade, um movimentado canteiro de obras, parece ter seguido a tendência assinalada por Lewis Mumford: “a própria cidade torna-se consumível, ou mesmo passível de ser gasta: o recipiente deve transformar-se tão rapidamente quanto o seu conteúdo” (1998: 588). Mas que cidade é esta que não se cansa de se transformar? Qual é o sentido de tanta construção? Perseguir tais indagações requer o esforço da pesquisa; impõe que se abram as portas de Frutal para auscultar o que pulsa na cidade para além do imediatamente visível.

Abrindo as portas da cidade

Nos últimos vinte anos, Frutal, município com 57.795 habitantes⁸, localizado no Triângulo Mineiro, na bacia hidrográfica do rio Grande, foi palco de notáveis alterações em sua estrutura física, destacando-se o aparecimento de novos loteamentos, condomínios, bairros e a multiplicação de ruas e casas. Em grande parte, isso resultou de significativas modificações no campo, decorrentes da expansão de empresas de produção de açúcar e álcool, seguida pelo declínio de formas produtivas tradicionais, sobretudo daquelas relacionadas às pastagens e à alimentação⁹. Efetivaram-se ainda a venda e o arrendamento de terras pertencentes a agricultores familiares para as usinas – processo conhecido por reforçar a concentração de terra e capital.

⁷ Utiliza-se aqui o conceito de *configuração* ou *figuração*, conforme formulado por Norbert Elias para superar polarizações teóricas entre indivíduo e sociedade. Por meio deste conceito, o autor recorre à imagem de teias ou redes complexas, integradas por pessoas, que estabelecem laços entre si e agem em função de seus vínculos mútuos. Essas redes são dinâmicas e se aplicam a relações sociais conflituosas ou de colaboração, mais ou menos instáveis, mais ou menos complexas (ELIAS, 1990; 2001).

⁸ De acordo com a última estimativa do IBGE, divulgada em agosto de 2015. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/estimativa_dou_2015.pdf. Acesso em: 04 set. 2015.

⁹ A Cana-de-açúcar no município de Frutal – MG. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/50.pdf>. Acesso em: 02 set. 2015.

Com a expansão do emprego na produção sucroalcooleira, tornou-se constante a chegada de trabalhadores de outros estados e regiões, chamados pelos moradores nativos de *osmaranhão*, independentemente de serem provenientes ou não deste estado. Muitos vieram como trabalhadores temporários para o corte de cana, mas permaneceram na cidade após a mecanização do processo produtivo, passando a se empregar em outros setores das próprias usinas ou, muito frequentemente, na construção civil.

Nesse cenário intensamente movimentado, sobressaíram-se, no campo educacional, iniciativas das elites econômicas e políticas locais, que resultaram no estabelecimento de instituições de educação superior. Verificou-se, assim, a abertura de uma unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), ocorrida em julho de 2004, e da FAF, Faculdade Frutal – que entrou em funcionamento em 2005. A partir disso, a cidade começou a atrair jovens de outras localidades em busca de formação em nível superior, além de pesquisadores, professores e técnicos.

Numa espécie de culminância dos vários atos políticos, ocorreu, em 2009, a instalação da Fundação Hidroex – Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas¹⁰ –, trazendo para Frutal o discurso da preocupação com os problemas ambientais que assolam o planeta, sobretudo aqueles relacionados à chamada *crise hídrica*. Oficialmente a iniciativa começara a ser concebida em 2007, pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES-MG), que delineou um amplo projeto de gestão de recursos hídricos, na perspectiva do *desenvolvimento sustentável*. Em junho do mesmo ano, o governo de Minas obteve credenciamento, junto à UNESCO, para criação de um Centro de Categoria II¹¹. Para viabilizar a proposta, em conformidade com as condições estabelecidas pela agência internacional, começaram a ocorrer, em Frutal, investimentos em obras, equipamentos e treinamentos de técnicos. O governo do estado contou com parceria do governo federal, na forma de recursos provenientes do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação

¹⁰ Trata-se de uma ação do governo de Minas Gerais iniciada ainda no mandato de Aécio Neves (2003-2010) e levada adiante por seu sucessor, Antônio Anastasia (2011-2014), ambos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

¹¹ Por meio do credenciamento, o Hidroex passou a ser um dos vinte e dois Centros de Categoria II do Programa Hidrológico Internacional (PHI), coordenado pela UNESCO, que conta também com um Centro de Categoria I – UNESCO-IHE, Instituto de Educação para as Águas, localizado em Delft, na Holanda. Disponível em: <https://www.unesco-ihe.org/about-unesco-ihe>. Acesso em 10 set. 2015.

(MCT)¹². Na página oficial do UNESCO-Hidroex, na internet, o objetivo do Centro é apresentado nos seguintes termos:

Contribuir com a solução da crise hídrica pujante que ameaça o mundo como um todo, com atuação focalizada na América Latina e na África Lusófona, ajudando a capacitar a nova geração de líderes do setor hídrico, garantindo, dessa forma, um porvir em que os recursos hídricos sejam compartilhados de forma equitativa e gerenciados num contexto sustentável.¹³

A partir de 2010, a implantação do UNESCO-Hidroex passou a exercer impacto ainda maior no município, em virtude do anúncio de que Frutal sediaria a construção de um complexo chamado *Cidade das Águas*, por meio do qual a cidade deveria se tornar referência internacional na preservação dos recursos hídricos e na formação de líderes para a gestão da água. Tratava-se de um projeto grandioso – de custo elevado –, que pretendia mobilizar pesquisadores e alunos de diferentes partes do mundo. Em material de divulgação veiculado pelo governo de Minas, quando do anúncio da criação do complexo, podia-se ler:

Em Frutal, Minas Gerais, Brasil, às margens do Rio Grande, está nascendo uma nova Cidade. Curiosamente, os modernos e sólidos edifícios desta cidade têm como alicerce um argumento forte o bastante para garantir que este projeto ganhe o mundo. Este alicerce chama-se água. Cidade das Águas da UNESCO. Este é o nome do arrojado projeto [...] que tem como objetivo criar um grande complexo educacional inteiramente voltado para as águas. As obras de implantação da Cidade das Águas estão a todo vapor. Esta proposta tem como fio condutor a presença, em Frutal, do Instituto UNESCO-Hidroex – Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas [...]. Todas as instituições presentes na Cidade das Águas da UNESCO têm como eixo central – e também como atribuição – a gestão, preservação e recuperação das águas, superficiais e subterrâneas, assim como a educação e formação de uma nova geração de líderes na gestão da água. [...] Os governos do Brasil e de Minas Gerais já investiram R\$ 50 milhões na consolidação física deste imenso conglomerado educacional e pretendem investir mais R\$ 80 milhões nos próximos dois anos, num total previsto de R\$ 130 milhões. Além de atender ao Brasil, a Cidade das Águas da UNESCO tem suas atividades voltadas também para a América Latina e a África de Língua Portuguesa. Para abrigar estas instituições de ensino e pesquisa, a Cidade das Águas transformou-se em um imenso canteiro de obras, com a construção de salas de aula, alojamentos, laboratórios, restaurantes, auditórios, estruturas para ensino a distância, bibliotecas, estacionamentos, áreas para prática esportiva e de lazer. Parte destas construções já está pronta. A Cidade das Águas da UNESCO nasce como um projeto arquitetônico na forma; e de educação, na alma. Uma cidade de tijolos, cimento e máquinas, erguida em torno de um

¹² Disponível em: <http://www.hidroex.mg.gov.br/cidadao/nossa-historia>. Acesso em: 02 set. 2015.

¹³ Disponível em: <http://www.hidroex.mg.gov.br/cidadao/quem-somos>. Acesso em: 20 set. 2015.

objetivo comum e crucial para a preservação da vida: a preservação da água.¹⁴

Ao comunicar a transformação do Hidroex em Cidade das Águas, foram utilizadas expressões fortes, grandiosas, que pretendiam transmitir a magnitude do projeto: *nova cidade; modernos e sólidos edifícios; que este projeto ganhe o mundo; grande complexo educacional inteiramente voltado para as águas; imenso canteiro de obras; nasce como um projeto arquitetônico na forma; e de educação, na alma*. A suposta magnitude fazia subentender o anúncio de uma nova história para Frutal, sem pejo de remetê-la a uma projeção internacional, sinalizando a configuração de um novo imaginário na e da cidade. Recorrendo a um tema de apelo indiscutível na contemporaneidade – *água* – e reiterando a necessidade do *desenvolvimento sustentável*, as ações promovidas pelos grupos ocupantes do poder político e econômico em Frutal, e no estado de Minas Gerais, passaram a ser apresentadas aos moradores locais, de forma insistente, como a construção do *novo*. Nos discursos políticos e nas mensagens publicitárias, tornaram-se frequentes as declarações *novo tempo; o futuro que chegou*.

Em julho de 2012, o secretário de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, apontado como idealizador do Hidroex, entregou à prefeitura o projeto urbanístico da Cidade das Águas, que traçava, também, diretrizes básicas para a reestruturação urbana de Frutal. O estudo, assinado pelo conhecido político e urbanista Jaime Lerner, trazia recomendações para o Plano Diretor da Cidade, sugestões de paisagismo, estruturação viária, de transporte e de iluminação, além de um projeto específico de ciclovia que cortaria todo o espaço urbano. Na avaliação da então prefeita, Maria Cecília Borges (2005-2012): “Temos de forma completa neste trabalho a Frutal do futuro, aquela que sempre sonhamos”¹⁵. No discurso do secretário, pôde-se ouvir:

A Cidade das Águas – mostra a equipe Lerner – é toda Frutal. [...] através da absorção e da aplicação das recomendações que constam no projeto, Frutal será uma cidade exemplo em meio ambiente, com qualidade de vida para toda população.¹⁶

¹⁴ BRASIL cria Cidade das Águas. Disponível em: <http://www.hidroex.mg.gov.br/uploads/Cidade-das-aguas.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2013.

¹⁵ PROJETO urbanístico da Cidade das Águas está entre os mais arrojados do país. 17 jul. 2012. Disponível em: <http://agenciaminas.mg.gov.br/noticias/projeto-urbanistico-da-cidade-das-aguas-esta-entre-os-mais-arrojados-do-pais/>. Acesso em: 20 set. 2015.

¹⁶ NARCIO entrega a Frutal projeto de Lerner que traça o futuro da cidade. Disponível em: <http://www.hidroex.mg.gov.br/index.php/narcio-entrega-a-frutal-projeto-de-lerner-que-traca-o-futuro-da-cidade/>. Acesso em: 24 jul. 2013.

Mais que os discursos e a propaganda política, o aspecto de canteiro de obras e a grande quantidade de trabalhadores envolvidos com a construção civil podiam realmente provocar a impressão de que uma nova cidade estaria emergindo no entorno do espaço urbano. Diante desse tempo *novo* tão insistentemente anunciado, e tomando as palavras de Bronislaw Baczko como pressuposto: “todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço” (1985: 313); e ainda: “O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controlo da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais” (1985: 310), impôs-se perguntar: Frutal estaria vivenciando, de fato, uma transformação histórica ou a inovação fáustica anunciada resguardava conteúdo sociopolítico conservador, que se erguia como obstáculo a uma transformação genuína, a qual deveria ser protagonizada por todos seus moradores e não apenas pelas elites?

Tramas urbanas no interior de Minas Gerais

A observação atenta do cenário descrito anteriormente permite duas constatações imediatas. De um lado, o município de Frutal, no período retratado, foi realmente palco de alterações concretas, que podem ser verificadas de várias formas, inclusive na própria configuração física da cidade. A partir dos anos 2000, houve um verdadeiro espraiamento do espaço urbano – exacerbado, mais recentemente, pelas construções vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida. Quem caminhou pelas ruas e entorno de Frutal apenas na década de 1990, se voltasse a fazê-lo em 2015, encontraria uma nova formação urbana. A intenção aqui não é analisar o teor dessas modificações, mas apenas registrá-las. Por outro lado, é possível verificar que, nesse mesmo período, atores diversos empenharam-se em projetar, tornar visível a cidade de Frutal – ou seria vendável?

Robert Pechman, ao analisar a fragilidade do pacto urbano na contemporaneidade, afirma: “entre as relações de produção e a produção de relações, a primeira tem se mostrado arrebatadora, fazendo do cidadão um consumidor de cidade e das imagens da cidade” (PECHMAN, 2014: 15). A crítica do autor se dirige à racionalidade capitalista que acabou por transformar também as cidades em mercadoria. Fernanda Sánchez, tomando como pano de fundo a globalização, estuda a “reinvenção das cidades” na passagem do século XX para o XXI. Para ela, a transformação das

idades em mercadoria – “idades-modelo” – orienta os processos atuais de reestruturação urbana, que se articulam aos interesses globais de criação de um mercado mundial de cidades (SÁNCHEZ, 2001). As cidades-modelo, ao contrário do que a expressão pode sugerir e do que normalmente é mencionado pelo *marketing* urbano, não são cidades que se converteram em *modelo* ou *exemplo* a ser seguido por outras localidades em decorrência de “boas práticas de gestão” ou da “eficiente atuação ambiental” de governos locais. Elas resultam da “ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades” (SÁNCHEZ, 2001: 31). Como o próprio idealizador da Cidade das Águas afirmara: *através da absorção e da aplicação das recomendações que constam no projeto, Frutal será uma cidade exemplo em meio ambiente, com qualidade de vida para toda população*. Ou seja, seguir o pacote modernizador seria condição para a cidade ser convertida em modelo. Em suma, a concepção de cidades-modelo expressa, na produção do espaço urbano, as mudanças impulsionadas pela globalização, após os anos 1990, as quais forjaram paradigmas para as políticas urbanas em consonância com o receituário neoliberal, desconsiderando a multiplicidade de projetos que disputam espaço e configuram a cidade.

Como parte desse processo, são colocadas em circulação determinadas imagens, que Sánchez chama de “imagens-síntese” – uma espécie de marca, com o objetivo de tornar a cidade visível no mercado mundial, ou seja, vendável, consumível. Embora a autora parta da análise de grandes centros urbanos, como Barcelona e Curitiba, seus argumentos deixam claro tratar-se de uma tendência que se manifesta mundialmente, em diferentes escalas. A modernização planejada para Frutal, por meio da construção do complexo – *a Cidade das Águas [...] é toda Frutal*, afirmou o idealizador – parece ilustrar com propriedade o processo estudado por Sánchez. Todavia, com maior ou menor impacto, com pretensões mais ou menos monumentais, os exemplos se multiplicam, abrangendo do *Rio, cidade olímpica*¹⁷ a *Juruáia, capital da lingerie*¹⁸.

¹⁷ “Após o anúncio da vitória do Rio de Janeiro na disputa pela sede dos Jogos Olímpicos de 2016, observamos uma série de mudanças que objetivaram promover transformações não apenas na dimensão urbanística, mas também imaterial da cidade, para tomar o posto ‘virtuoso’ de cidade-sede. Esse processo, no entanto, não constitui uma peculiaridade carioca. Os megaeventos esportivos têm se tornado globais, sendo acompanhados de projeções midiáticas extraordinárias, de modo que as ‘coalizões de atores vinculados ao projeto olímpico percebem o megaevento como um espetáculo em escala mundial com vistas à promoção da cidade’ [...], entendendo-o como grande janela de oportunidades. [...] Portanto, os megaeventos estão no centro da disputa de poder no mercado

Às vésperas de uma cerimônia de inauguração da Cidade das Águas, ocorrida em 2011, a *Revista Ecológico* – especializada no tema da sustentabilidade – publicou matéria, apresentando o projeto¹⁹. Com o subtítulo *Aposta do Governador*, o texto, publicado entre aspas, reproduz os argumentos do governo mineiro para justificar a criação e transformação do Hidroex em um complexo muito maior. Uma das estratégias usadas foi destacar a grande quantidade de *parceiros* dispostos a se unir em torno da construção da Cidade das Águas. Na fala atribuída ao governador, descortina-se uma verdadeira rede envolvida no projeto – confirmando a análise de Sánchez:

Chegamos ao final de 2010 podendo comemorar a associação ao Unesco-Hidroex de três universidades públicas – a UEMG, a UFMG e a UFTM, além do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), da Embrapa e da Agência Nacional de Águas (ANA). O início da implantação do nosso Instituto também reafirmou os laços de compromissos que nos unem a entidades internacionais como a Green Cross e a Fundação Cousteau – parceiras indispensáveis no aval ao nosso projeto junto à Unesco ainda na sua fase de concepção. Ainda agora, ao anunciar o propósito de criar o Instituto Nacional de Águas (INA), o Governo Federal, por meio do Ministério de Ciência e Tecnologia, manifesta a disposição de estabelecer a sua sede para a Região Sudeste nas mesmas instalações do Unesco-Hidroex. O Unesco-Hidroex conseguiu, em curtíssimo espaço de tempo, não só o

internacional de cidades, utilizados como mola propulsora do desenvolvimento e da recuperação econômica” (WANIS, 2014: 124). A autora ressalta ainda que os eventos citados extrapolam a área esportiva, impactando nos mercados imobiliários, de entretenimento e turismo.

¹⁸ À pequena cidade de Juruiaia, no interior de Minas Gerais, foi associada a imagem de *capital da moda íntima*. Como um município de dez mil habitantes, localizado numa região tradicionalmente voltada para a produção cafeeira, ‘transformou-se’ em *capital da lingerie*? Relatos de moradores e informações disponíveis na internet dão conta de que o marco inaugural da *capital* teria ocorrido em 1991, a partir do anúncio do prefeito da época de que empresários interessados em investir na cidade receberiam incentivos do poder público municipal. O anúncio teria atraído um pioneiro, vindo do estado de Goiás, para montar a primeira confecção de calcinhas. Embora a iniciativa do empresário não seja lembrada como exitosa, ela demarca, nos depoimentos dos moradores, o momento em que Juruiaia teria encontrado um suposto diferencial, capaz de dotá-la de uma identidade, que a faria superar a condição de um município comum, pouco mais que um vilarejo, situado, como tantos outros, no mar de morros do sudoeste de Minas Gerais. Mais de vinte anos depois, é possível constatar uma significativa adesão da população ao *destino* de Juruiaia, que se manifesta não somente na abertura de empresas do setor, como também na mobilização de diferentes segmentos para manter a imagem da localidade como *capital da moda íntima*, uma *cidade-trabalho* – pelo menos enquanto a imagem ofereça retorno, material e simbólico, para a pequena localidade.

¹⁹ A matéria está dividida em três partes: a primeira traz uma apresentação da Cidade das Águas, cujos termos, em muito, reproduzem trechos do material de divulgação veiculado pelo governo de Minas. A segunda parte se intitula *Aposta do Governador* e o texto é apresentado entre aspas, sugerindo reproduzir a fala do próprio governador. Na terceira e última parte, os jornalistas Hiram Firmino e Cíntia Melo realizaram uma entrevista com Narcio Rodrigues da Silveira, então secretário de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Cf. CIDADE das Águas. Em Frutal, às margens do rio Grande, está nascendo uma nova cidade. *Ecológico*. Edição 36. 19 set. 2011. Disponível em: <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=36&secao=159&mat=182>. Acesso em: 20 set. 2015.

reconhecimento, mas também a pronta adesão e o surpreendente comprometimento de muitos outros órgãos [...].²⁰

“Essas convergências dizem respeito às estratégias utilizadas pelo poder político para ‘vender’ as cidades”, explica Sánchez (2001: 33). Ou seja, as convergências – adesão de parceiros portadores de capital simbólico: competência técnica; liderança política; prestígio social e cultural – são acionadas para legitimar o projeto em construção. No mesmo trecho, a criação da Cidade das Águas foi apresentada como uma iniciativa por meio da qual o governo de Minas atende ao chamado desses parceiros – sobretudo a UNESCO. Assim, ao configurar uma suposta consensualidade, o governo pretensamente serve a uma rede ampla, já que não pode se furtar à causa maior, aparentemente indiscutível, universal: *ajudar a construir um planeta mais saudável*, a partir da gestão adequada da água.

Todos esses fatos nos obrigam a repensar a proposta original [Hidroex] e *a ceder à sugestão da Unesco* de se constituir um condomínio de instituições comprometidas com a questão dos recursos hídricos num mesmo ambiente de convivência, interatividade, planejamento estratégico e execução de programas convergentes. O Governo de Minas está certo de que a semente do Hidroex acabou por germinar muito mais frutos do que os inicialmente esperados e, por isso mesmo, saúda com entusiasmo a proposta de criação da Cidade das Águas. Trata-se de um espaço onde todos (governo e sociedade) poderão contribuir para melhorar a gestão dos recursos hídricos, ampliar a oferta de educação e pesquisa para as águas e *ajudar a construir um planeta mais saudável, que são objetivos que nos unem a todos* (Grifos meus).²¹

As propostas de renovação urbana, portanto, envolvem processos materiais, mas também simbólicos. O espaço urbano, como qualquer mercadoria, se torna *consumível*, por meio da mobilização de imagens, discursos fortes e palavras-chave com significativo apelo junto aos potenciais *consumidores* da cidade – a qual se converte, por conta disso, em um “canteiro midiático” (SÁNCHEZ, 2001: 46). Na configuração das representações desejadas, discursos políticos e material publicitário se misturam e retroalimentam. Dessa forma, as imagens-síntese, esclarece Sánchez, vêm carregadas de intencionalidade, embora sejam apresentadas como neutras: *trata-se de um espaço onde todos (governo e sociedade) poderão contribuir; são objetivos que nos unem a todos*. Alguns aspectos dos projetos são destacados e exibidos como inquestionáveis pela

²⁰ CIDADE das Águas. Em Frutal, às margens do rio Grande, está nascendo uma nova cidade. **Ecológico**. Edição 36. 19 set. 2011. Disponível em: <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=36&secao=159&mat=182>. Acesso em: 20 set. 2015.

²¹ Idem.

retórica colocada em circulação; outros são omitidos, em função do “universo especial de interesse dos sujeitos que a[s] constroem e aos objetivos que se pretendem” (SÁNCHEZ, 2001: 35). À imagem-síntese é atribuído o poder de falar pela cidade, interpretá-la e projetar o seu futuro. Busca-se, assim, afirmar um modo específico de reconhecimento da cidade, que nega, evidentemente, a possibilidade de existência de outras imagens, de outras leituras do lugar.

A representação da cidade é um objeto cobiçado e disputado [...] Ao operar com imagens-síntese retira-se da cidade o que lhe é politicamente essencial: a multiplicidade enquanto coexistência e possibilidade de conflito, de exercício da política. [...] Ações para potencializar o consenso e esvaziar o dissenso são desenvolvidas para assegurar a viabilidade do projeto modernizador (SÁNCHEZ, 2001: 35-37).

Entretanto, o próprio esforço discursivo para legitimar a proposta de modernização urbana – o empenho em produzir convencimento – deixa transparecer que é no espaço da luta política, sempre mediada por conflitos, que se verifica a tentativa de construção de imaginários hegemônicos. “Os lugares são repletos de diferenças internas e conflitos, que podem ser expressos em leituras dissonantes em disputa de espaço político” (SÁNCHEZ, 2001: 37). Nessa perspectiva, ainda que as relações de produção se sobreponham à produção de relações nas cidades convertidas em mercadoria (PECHMAN, 2014), o espaço urbano permanece um campo de possíveis ações, resistências, apropriações seletivas e negociações (CERTEAU, 2013; JACQUES, 2008; 2013; SÁNCHEZ, 2001).

Esse processo pode ser confirmado por meio do episódio ocorrido em Frutal em 2011, quando diversos pesquisadores e autoridades do Brasil e de outros países compareceram à cidade para a inauguração da Cidade das Águas. A cerimônia foi planejada para acontecer no anfiteatro da UEMG, somente para convidados. Um grupo de estudantes e moradores organizou um protesto, chamado de *Inauguração Popular do Hidroex*. Ocupando parte da avenida que conduz ao local do evento, os manifestantes paravam os carros e interpelavam os convidados, questionando-os acerca do fato de terem sido excluídos da cerimônia e, inclusive, do acesso à própria universidade – cercada por forte esquema de segurança, enquanto duraram as festividades. Um vídeo com imagens do protesto foi disponibilizado na internet por participantes do movimento. Na abertura, pode-se ler:

O sol brilhava lá fora enquanto as estrelas eram iluminadas pelos refletores lá dentro. Estrelas que administram nossos impostos e que nos representam

nos poderes executivo e legislativo. A Cidade das Águas foi inaugurada no complexo UEMG-Hidroex no dia 28/09 [...]. O evento contou com a presença do vice-governador do estado de Minas Gerais, com o ministro da educação, de representantes da UNESCO e muitos deputados, prefeitos, vereadores da região. Nesse dia as aulas da UEMG foram canceladas para que pudesse ocorrer o evento no anfiteatro da universidade e os alunos não tiveram acesso ao *campus*.²²

Do lado de fora – barrados no *campus*: em sua própria casa? –, os alunos puderam contar com o brilho do *sol*: a luz? A lucidez? A clareza para compreender o jogo político e organizar uma *inauguração popular do Hidroex*? Do lado de dentro, as *estrelas* do evento necessitaram de refletores para serem iluminadas. Do ponto de vista oficial, os sujeitos presentes e as instituições por eles representadas conferiam credibilidade ao que se anunciava. Do ponto de vista dos que foram excluídos, havia algo de obscuro na cerimônia fechada, cujo brilho não era natural, mas produzido por refletores, por luz artificial. Nesse sentido, o protesto comunicou muito fortemente que, ao contrário do que indicavam os discursos políticos e o *marketing* produzido em torno do projeto, os *modernos e sólidos edifícios* da nova cidadem não estavam abertos para todos os moradores ou nem todos os habitantes de Frutal tomavam parte da modernização em curso da mesma forma. E isso estava muito claro para alguns segmentos da cidade, que não apenas denunciaram a sua condição de exclusão, como também marcaram presença no evento, ainda que às avessas. Reivindicaram para si o direito de tomar parte, de forma autêntica, do que lhes fora oferecido apenas como uma imagem de cidade a ser consumida (PECHMAN, 2014).

Todavia o episódio, ao olhar mais atento, tinha mais a revelar. Isso porque, além da manifestação descrita, no muro de uma residência de classe média, situada próxima ao trajeto que leva ao local da construção da Cidade das Águas, foi grafitada a expressão *Hidro EX clui* – obviamente, uma crítica explícita à exclusão dos estudantes e moradores da cidade da inauguração oficial. Um detalhe sutil, no entanto, tornava a crítica ainda mais contundente: o verbo *excluire* foi conjugado no tempo presente. O registro faria referência apenas à forma como se deu a inauguração ou denunciaria a percepção de uma condição de exclusão, talvez mais profunda, na relação cidade de Frutal/Cidade das Águas? Perscrutar esta questão exige que a pesquisa seja levada adiante de maneira a desvelar outros fios que tecem o imaginário da cidade.

²² INAUGURAÇÃO popular do Hidroex. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qh6-WLnd1t4>. Acesso em: 20 set. 2015.

Referência Bibliográfica

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund, et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de Fazer*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

JACQUES, Paola Berenstein. A experiência errática da cidade: em busca da alteridade urbana. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da. *Leituras da cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. *Arquitextos*. Ano 8. fev. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>. Acesso em: 23 1go. 2015.

KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert Moses. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, n. 16, p.31-49, jun. 2001.

WANIS, Amanda. A economia criativa e o urbanismo culturalizado: as políticas culturais como recurso. *Lugar Comum. Estudos de mídia, cultura e democracia*. LABTeC/ESS. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 43, mai./ago. 2014. pp. 117-128.

DR. JEFFERSON DE OLIVEIRA CONSTRUINDO A “CAMPANHA RENOVADA E SADIA” (1927-1930)

Rômulo Nascimento Marcolino
Mestrando UFMG/Bolsista Capes

Resumo: No Brasil, outras cidades capitais além do Rio de Janeiro também adotariam planos urbanísticos como forma de inserirem-se no movimento de *modernização*, especialmente a partir da inauguração da República. De acordo com o IBGE a taxa de urbanização no Brasil saltou de 31,24% no ano de 1940 durante o governo Vargas para 84,36% no ano de 2010 final do governo Lula. Percebe-se assim necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas sobre as questões urbanas no país, o nosso trabalho busca exatamente contribuir com o debate a partir de um olhar que privilegia as cidades interioranas buscando compreender os meandros dessas discussões a partir de Campanha, município localizado na região sul do estado de Minas Gerais. As cidades de pequeno e médio porte ainda é a realidade em que habita parte significativa da população brasileira (em número de cidades é a maioria), apesar disso a produção historiográfica sobre as grandes cidades permanecem hegemônicas. Durante sua administração o médico e Agente do Executivo Municipal Jefferson de Oliveira preocupou-se em reformar o aspecto material da cidade, conforme noticiado na imprensa “dando-lhe uma feição nova, emprestando-lhe um ambiente agradável, puro”, jamais medindo sacrifícios “em prol do *progresso* sempre crescente desta futura *urbs* mineira”, cuja “ação bemfazeja e construtora” teria resultado na “Campanha renovada e sadia”.

Palavras-chaves: Campanha – Urbanismo – Cidades interioranas

Introdução

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de urbanização no Brasil saltou de 31,24% no ano de 1940 durante o governo Vargas para 55,92% em 1970 na ditadura militar e chegando a 84,36% no ano de 2010 final do governo Lula. Já a região sudeste do país que engloba os estados São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, apresentava em 1940, taxa de urbanização de 39,42%, 72,68% no ano de 1970 (observem que uma taxa muito mais elevada do que a nacional) e no ano de 2010 chegando a 92,95%²³. Segundo os dados do “*Perfil Demográfico do estado de Minas Gerais 2000*” publicado pela Fundação João Pinheiro (2003), o estado de Minas apresentava em 1970 grau de urbanização equivalente a

²³ IBGE, Censo demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122> Consulta: 17/04/2015

52,8%, ou seja, pela primeira vez sua população urbana superava o total de habitantes do meio rural. Já em 2000 essa taxa chegaria a 82%.²⁴

Essa evolução urbana propiciou que cada vez mais os múltiplos olhares voltassem para pensar nossas cidades e a complexidade das mudanças que incidiram sobre o espaço urbano, ainda que quase sempre privilegiando os grandes centros. O ano de 2013 pode ser considerado um marco na história da questão do urbanismo e da cidade no Brasil, pois foi marcado por uma série de manifestações que tomaram conta das ruas brasileiras, especialmente no período de junho/julho durante a realização da Copa das Confederações, evento esportivo que precede a Copa do Mundo da FIFA, quando milhares de brasileiros saíram às ruas com diversas pautas, das mais conservadoras às mais progressistas, porém, o que nos importa nessa reflexão é a constatação de que muitas delas incidiam sobre o quadro em que se encontram nossas cidades.

As mobilizações eclodem a partir do debate sobre o modelo de cidades que temos e queremos, com enfoque na reivindicação pelo direito de circular pela cidade por meio dos transportes coletivos por um valor justo, ou mesmo com a extinção da cobrança de qualquer quantia em dinheiro. Naqueles dias, em várias capitais brasileiras os governos municipais autorizaram que as empresas de ônibus reajustassem as tarifas do transporte coletivo urbano, daí, movimentos sociais, como o Movimento Passe Livre se mobilizaram e questionaram o reajuste da tarifa²⁵. A repressão policial sobretudo aos jovens na Avenida Paulista em São Paulo deu maior amplitude às mobilizações gerando num primeiro momento comoção que contribuiu para o desencadeamento de manifestações em outras capitais e também no interior do Brasil.

Certamente esses debates e embates em torno do urbano não se restringem aos grandes centros como podem imaginar alguns, mesmo em cidades de pequeno e médio porte eles já são uma constante. Chamo a atenção para esses eventos, pois, nos servirão como ponto de partida para a discussão que aqui pretendemos fazer. Será que em outras

²⁴ Importante salientar que o IBGE considera urbana a população residente nas sedes municipais, nas vilas e aglomerados, independente do tamanho ou das características.

²⁵ “Como integrantes de um país de periferia do capitalismo, em que pesem as novas nomenclaturas definidas pelo *mainstream*, as cidades brasileiras carregam uma herança pesada. A desigualdade social, uma das maiores da América Latina, e a escravidão vigente até pouco mais de um século atrás, são características que se somam a um Estado patrimonialista e à universalização da “política do favor.” “(MARICATO, E. 2013) Sobre as manifestações de Junho/2013 *ver* **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram conta do país**, conjunto de artigos que discutem a temática. Organizados pela *Boitempo* editora e pelo portal *Carta Maior*.

épocas, como entre a segunda metade do século XIX e começo do século XX, quando também discutiu-se de forma mais acalorada os possíveis problemas das grandes cidades brasileiras e seus diagnósticos, teria ficado esse debate restrito aos grandes centros e capitais? Os diagnósticos e as 'medicações' terão sido as mesmas para todas as localidades? Intervenções urbanas (reformas, melhoramentos, embelezamentos) terão sido executadas e debatidas somente em grandes núcleos de população? O drama colocado para muitos pensadores de qual lugar o Brasil ocupa no mundo, não teria chegado aos rincões do país? E se chegou como se conformaram? Meras reproduções daquilo que estava em voga nesses grandes centros? Sendo reproduções, foi possível que se acomodassem da mesma maneira com as quais indetificavam-se nas grandes cidades? Localização, disputas políticas locais e regionais, condições financeiras, mão de obra, dentre outros fatores puderam determinar especificidades desse processo de urbanização?

1.2 Pensar as cidades em um Brasil que não é só litoral: A centralidade de Campanha na passagem do período colonial para o Império

Primeiramente percebe-se a necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas sobre as questões urbanas no país, portanto nosso trabalho busca exatamente contribuir com o debate a partir de um olhar que privilegia as cidades interioranas. Buscamos compreender os meandros dessas discussões a partir da cidade de Campanha, localizada no que hoje chamamos região sul do estado de Minas Gerais.

Campanha, a mais antiga cidade do Sul de Minas, como outras cidades mineiras, surgiu em decorrência das descobertas auríferas. A região que hoje é o Estado de Minas Gerais foi em fins do século XVII, território para onde se deslocou um número expressivo de pessoas, ávidas pela perspectiva de enriquecimento rápido proporcionado pela extração aurífera e outros metais preciosos. Logo se difundiram as notícias das primeiras descobertas, o mais diverso tipo de pessoas para lá se deslocaram. Entre finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX ela ocupou um espaço de centralidade política e econômica na província de Minas, conseqüente observa-se sua diminuição ou perda no decorrer da segunda metade do XIX, culminando no movimento separatista de 1892.

Com a elevação da freguesia à Vila da Campanha da Princesa (1799) e depois no ano de 1883 sendo condicionada à cabeça da Comarca da Rio Paraibuna (1833) e

ganha o *status* de cidade em 1840, refletia o lugar de centralidade de Campanha no território mineiro. Ao longo de todo o período colonial a capitania de Minas Gerais teve somente 14 vilas, sendo duas na comarca do Rio das Mortes, São João del-Rei e Campanha.

Comarca do Rio das Mortes

Termo	População		Crescimento anual						
	1808	%	c.1820	%	1835	%	1808-1820	1820-1835	1808-1835
São João del Rey	25.441	16,43	44.354	18,73	44.899	14,28	4,63	0,08	2,1
São José del Rey	21.488	13,87	17.170	7,25	36.608	11,64	-1,87	5,05	1,97
Barbacena	16.237	10,48	29.155	12,31	36.361	11,56	4,88	1,47	2,99
Campanha	55.375*	35,76	49.246	20,79	64.543	20,52		1,8	0,57
Baependi			30.902	13,05	45.373	14,43		2,56	
Jacuí			15.229	6,43	32.545	10,35		5,06	
Tamanduá	16.030	10,35	28.029	11,84	29.441	9,36	4,66	0,33	2,25
Queluz	20.298	13,11	22.734	9,6	24.725	7,86	0,94	0,56	0,73
Total	154.869	100,00	236.819	100,00	314.495	100,00	3,54	1,89	2,62

* Inclui os totais relativos a Baependi e Jacuí.

Fontes: MATOS, Raimundo J. da C. *Corografia...*, v.1, p.89-216; MARTINS, Maria do C. S. "Revisitando a província...", p.22-9; BERGAD, Laird W. *Slavery and the Demographic...*, p.230-1.

Tabela 1: Disponível em CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. IN: Revista Brasileira de História, vol.27, nº53, 2007. p.142

De acordo com esse levantamento de população, Campanha era o principal núcleo populacional da comarca do Rio das Mortes em número de habitantes durante a primeira metade do século XIX, mesmo com a emancipação de Baependi e Jacuí a vila da Campanha manteve uma taxa de crescimento bastante significativa.

A vila também mantinha constante trocas comerciais, sobretudo o de abastecimento e do gado com as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Matogrosso, seus habitantes produziam e consumiam principalmente produtos e derivados do milho, feijão, arroz, cana, fumo, mandioca e carás, inhame para criação dos porcos, algodão e o trigo, no entanto o trigo andava em baixa, conforme o relatório. O cultivo do café e da

uva, listados como produtos exóticos começavam a engatinhar, diferentemente das laranjas, pêssegos, limões e limas também utilizados no sustento dos porcos²⁶.

Estudos tem indicado como Campanha se apegou à mão de obra escrava até o final do sistema em 1888, encontrando dificuldades para se adequar à nova ordem, sendo este um dos motivos que ajudam a explicar a diminuição da sua importância na região sul do estado, a elite campanhense não conseguiu fazer a transição dessa mão de obra para a livre, pelo menos não com o mesmo sucesso que outras cidades vizinhas e também do interior paulista, atraindo sobretudo os imigrantes. De acordo com Alexandre Saes, de uma população de total de 20.771 habitantes em 1873, Campanha mantinha mais de 25 % de sua população como cativa (SAES; FILHO, 2012, p.12).

Soma-se a isto a consolidação do movimento separatista logo após a Proclamação da República, gestado desde a segunda metade do século XIX veio a eclodir no ano de 1892 com a criação do estado Minas do Sul²⁷, cuja sede seria a cidade de Campanha, após o sufocamento do movimento, da segunda metade do século XIX a diante seu território continuou sofrendo desmembramentos que deram origens a outras cidades, ocasionando assim, a perda de influência política e econômica no estado.

Esse sentimento de decadência vai perdurar pelos primeiros anos da república. Como em praticamente todas as cidades localizadas no interior do Brasil, a rotina na Campanha parecia ser quebrada somente nos dias festivos, conforme podemos observar por meio de periódicos do Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha (MG). Nos idos de 1902, por exemplo, houve grande euforia com a visita episcopal. Nas palavras do cronista do jornal “*A Campanha*”, após a euforia “*nessa semana excepcionalmente bella e encantadora e que tão agradavelmente transformára o aspecto local*”, guardada na lembrança dos campanhenses, a cidade voltaria ao ritmo entediante de uma cidade interiorana:

tudo hoje se modificou e a população campanhense entrou novamente na costumada quietação e normalidade de uma cidade do interior, sem aquelle bulicio dos grandes centros, guardando apenas, entregue ao santo labor do quotidiano, a saudosa lembrança desses dias tão bem passados e que tão

²⁶ “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.624-627

²⁷ “Minas do Sul existe enfim! Concretizou-se a perene aspiração de meio século – nossa e de nossos maiores. Não há, no mais recôndito recanto do território d’aquém rio Grande, um coração que não pulse unísono conosco, no contentamento pela realização do nosso sonho comum, no entusiasmo pela previsão do esplêndido futuro que nos aguarda.” (MINAS DO SUL, 1892:01).

gostosamente deram a doce illusão da vida cheia de encantos das grandes capitaes. [...] (A CAMPANHA, 19/08/1902).

O clima na cidade era de desânimo, no mesmo jornal, um apelo à Providência Divina faz lembrar a passagem bíblica em que o Cristo ordenou “levantate e anda” a Lázaro, um homem que já estava morto.²⁸ Alguém que assina o artigo como “BOA”, ordena à cidade adoecida “*levanta-te, surge desse abatimento, volta à ocupar teu lugar! “Porque te aniquilas na indiferença e no desanimo?”*”.

Nosso objetivo é demonstrar que apesar dos empecilhos postos à Campanha, as elites da cidade não se conformaram com o “atraso”, buscou na medida do que lhe era possível, acompanhar as novidades do mundo moderno e a reformulação do espaço urbano foi um dos meios utilizados nessa empreitada de transição para o capitalismo, especialmente a partir do ano de 1910.

Carpintéro e Cerasoli nos alertam, de que apresentar a cidade sob a égide da modernização sem discutir tenazmente, por exemplo, as dimensões políticas capazes de colocar pessoas e projetos em apoio das representações estéticas relativas a essa nova experiência põe em risco a compreensão da cidade como fenômeno urbano (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009).

No Brasil, outras cidades capitais além do Rio de Janeiro, como São Paulo, Manaus, Belém, Porto Alegre também adotariam planos urbanísticos como forma de inserirem-se no movimento de *modernização*. No entanto, em todos esses centros, não apenas as transformações físicas foram importantes, era também concebido como necessário pelas autoridades públicas as transformações dos hábitos tradicionais arraigados da velha sociedade colonial, considerados atrasados.

Em finais do século XIX e início do século XX, nota-se no Brasil uma série de transformações que perpassam do campo político, econômico, ao sociocultural. Novas sociabilidades estão sendo elaboradas em nome de um ideal de *modernização*. Dentre as várias características daquilo que se tem chamado de moderno está a preocupação com a ordem, a higiene e o embelezamento, associados à ideia de progresso, progresso

²⁸ Assim como Lázaro (ver BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990. Edição Pastoral. JO 11), um homem que outrora fora abastado e agora diante da morte nada pode fazer, o autor relembra os tempos áureos da “Princesinha do sul” que agora deixava de ser a referência entre os municípios sulmineiros, caindo no sono profundo, mas não perde a fé de que chegará o momento em que a Divina Providência irá dar-lhe a ordem chamando-a para fora para restaurar-lhe novamente a vida.

material, mas também da moral, sendo o meio urbano considerado o meio privilegiado para essas mudanças.

Embora não seja um termo empregado entre finais do século XIX e começo do século XX na documentação consultada, o termo *modernização* é utilizado como uma categoria explicativa que busca a aproximação com a realidade histórica estudada e sua compreensão. Dessa forma, *modernização* corresponde às perspectivas de incorporação das inovações do capitalismo europeu àquela época. As transformações mais significativas ocorreriam a partir de 1850, momento em que, de acordo com alguns estudos, haveria a liberação de capitais do comércio negreiro e em contrapartida a possibilidade de investimento em outros setores econômicos, especialmente em infraestrutura e no setor financeiro. A ferrovia seria o carro-chefe desse processo, uma vez que refletiria no sistema de distribuição da produção e na alteração da paisagem rural, recortada por trilhos de ferros e pela construção de estações em estilo europeu. Além da ferrovia, mudanças significativas ocorreriam também no sistema de navios a vapor (VARGAS, [no prelo] 2015).

SEVCENKO (1995, p. 29) conclui que acompanhar o progresso significava somente uma coisa: “alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde “nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa”. A imagem do progresso – versão prática do conceito de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia”. Para Dupas (2012, p.32), “em termos gerais, progresso supõe que a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que a conduza a um maior de existência felizes”. Referenciando em J. B. Bury (2004), Dupas prossegue apontando que “a teoria do progresso humano envolve uma visão do passado e uma profecia sobre o futuro. Ela é baseada numa interpretação da história que enxerga a humanidade avançando lenta e indefinidamente em uma direção desejável”.

A noção de modernização estabelece relação com outra concepção, a de progresso. A ideia de progresso sustenta-se, sobretudo, no impacto do desenvolvimento material sobre a vida das pessoas. No Brasil, a Europa será o centro irradiador dos padrões de *modernização* e *civilização* a serem seguidos. As mudanças de ordem material e as transformações de caráter cultural constituir-se-iam como iniciativas necessárias ao desenvolvimento desse projeto modernizador/civilizador idealizado pelas elites políticas e intelectuais brasileiras.

A Princesinha do Sul quer ser moderna: Jefferson de Oliveira o “gladiador” da cidade

Nascido em 29 de julho de 1882 numa família tradicional da cidade de Campanha, no que hoje compreendemos como região sul do estado de Minas Gerais Jefferson de Oliveira seguiu os passos do pai e do irmão, Saturnino de Oliveira e Zoroastro de Oliveira, atuando na área da saúde e na política. Durante a Primeira República veremos maior inserção de técnicos na burocracia do Estado brasileiro, especialmente médicos e engenheiros, nesse artigo buscamos compreender a ascensão de um destes profissionais e a forma como se trava o embate no espaço urbano dentro de um contexto em que estes profissionais assim como muitos intelectuais se debruçam sobre o caráter do homem brasileiro e qual o papel do Brasil no mundo civilizado.

Oliveira fez as primeiras letras e os preparatórios na Escola Normal da Campanha e na de Barbacena. Coursou Farmácia em São Paulo e Medicina no Rio de Janeiro. Aos 26 anos de idade, formou-se pela Faculdade do Rio de Janeiro, vindo clinicar em Alfenas, Carmo do Rio Claro e Brasópolis. Interessado em aperfeiçoar os seus conhecimentos profissionais, acabou indo para a Europa, primeiro na Alemanha, e depois, por mais tempo em Paris em princípios de 1913 e ingressa em curso de especialização científica, na clínica do Decteur Basset na Escola de Medicina. Declarada a Primeira Grande Guerra (1914-1918), foi mobilizado pela França e fez cirurgia de guerra na linha de frente. De acordo com os jornais editados em Campanha, o médico foi pioneiro, em uma larga região do sul de Minas, na introdução de uma técnica cirúrgica mais avançada, o que dantes não se praticava na área, aplicando os conhecimentos adquiridos nas clínicas que frequentara na Europa.

Diante das novidades oferecidas por esse “novo” mundo moderno, de telegráfos, luz elétrica, ferrovias, máquina a vapor, saneamento básico, embelezamentos de Praças e Jardins, coleta do lixo doméstico, paradoxalmente observamos em Campanha, a tentativas de re-atualização do passado, invocando as tradições, como ser Sede do Bispado e a hipervaloração de um passado coloniale etc.

O’ minha cara e bela cidade da Campanha, princeza Sul Mineira, tu que tiveste um passado de gloriosastradições, que foste berço de Evaristo X. da Veiga, Candido Ignacio Ferreira Lopes, Senador José Bento, e de tantos outros heroes, levanta-te, surge desse abatimento, volta à ocupar teu lugar! “Porque te aniquilas na indiferença e no desanimo?” Ainda é tempo de te ergueres. Não desanimes, confia na divina Providencia, e breve, cantando hosanas, verás o teu nome bem alto elevado e cahida por terra as torpes

calumnias contra ti levantadas. Salve, pois, minha idolatrada Campanha! (A CAMPANHA,)

No trecho acima, vemos certo saudosismo do tempo em que a Campanha destacava-se dentre as cidades sul mineiras, diante do quadro de “aniquilamento”, só resta pedir a ajuda à Providência divina. A esperança de dias melhores não ficava somente encarregada à divina Providência, a ciência, cultura e o progresso seriam meios bem requisitados para ajudar a “Princezinha do Sul” reerguer-se.

Affigura-se-nos bem mais risonho o futuro de nossa amada cidade, até hoje tão mal tractada pela sorte adversa. Arfa de contentamento, de jubilo o coração de seus filhos. A brilhante – Estrella do Sul- vai ataviar-se de galas, não de galas vulgares, de que não precisa, mas sim daquellas que soem talhar a cultura intellectual, a sciencia, e o progresso. (A CAMPANHA,)

O progresso é visto como algo positivo, desde que seja algo harmônico, os avanços materiais precisariam ser acompanhados por uma elevação moral.

É uma excellente cousa o progresso, quando elle conjunctamente se realiza em todas as manifestações da actividade humana. Tudo se transforma, tudo se equilibra, tudo se harmonisa, tudo concorre para o melhoramento e o aperfeiçoamento da espécie, preparando esse futuro, embora longiquo, paraíso de amor e de fraternidade, em que o homem, vencidas si não subordinadas as fatalidades da natureza, dominadas e postas ao seu serviço as forças da materia, achará na do seu semelhante a própria ventura, irmanada toda a humanidade em uma só grande família, solidario todos, trabalhando cada um para o bem-estar de todos e todos para o bem-estar de cada um; - tempos felizes em que os habitantes do planeta serão como outros tantos deuses, realizando assim as mentirosas promessas com que ao promeiro par acenou o Tentador no paraíso da tradição.É então uma bella e grande cousa o progresso! Mas – quando ao desenvolvimento material e intellectual não corresponde o melhoramento dos costumes, quando principalmente estes retrogradam e se disssolvem; - quando todas as melhores conquistas do genio humano sobre a materia bruta, em vez do desejado melhoramento, são convertidas em outros tantos intrumentos do mal, são consideradas incentivo para a pratica das mais baixas e vis acções, - então, nenhum freio mais existe capaz de refrear os maus instinctos que os transcorridos seculos têm ido aos poucos domando e transformando, e o bruto reaparece no civilisado, com todo o despudor e com todas as más e destruidoras paixões das priscas eras.É então a peor das cousas, o progresso! (A CAMPANHA, 20/07/1902: 01)

Após demonstrar o sucesso e o brilhantismo outrora ostentado por Campanha, o memorialista Francisco de Paula Ferreira de Rezende no livro “Minhas Recordações” (1987) ao buscar no passado glorioso suas referências, parece acreditar que elas são imprescindíveis para encorajar os campanhenses do tempo presente a (re)construir o *status* conquistado outrora, para que dessa forma a cidade volte, em um futuro próximo,

a ser o centro irradiante da civilização no sul de Minas Gerais. Diferentemente do que ocorre em muitos países da Europa, no Brasil não se verifica a negação total do passado, pelo contrário, é bastante comum observarmos nos discursos da elite emergir o papel da tradição na construção do “novo”.

Nas primeiras décadas do XX, tornam-se comuns os discursos que procuram resgatar por meio da memória aquele prestígio da “locomotiva Sul mineira”, bem como por meio das ações intervencionistas do presente nos espaços urbanos, sob a égide da Ciência. A crença na “Sciencia” como instrumento de transformação não se restringe aos cientistas, tanto que a linguagem biológica será muito utilizada para explicar a “vida” das cidades, apropriações que rompem fronteiras do meio científico exemplarmente vulgarizada na imprensa e nas falas de políticos, a cidade será costumeiramente associada ao corpo humano e sua fisiologia, *as cidades também têm vida; as cidades também doecem, curam-se e convalecem; as cidades são como certos organismos vivos, passam por uma escala de períodos mais ou menos variados, entrando, logo depois, num estado de repouso mais ou menos prolongado* afirmaria um dos articulistas da *Revista Alvorada* (Dez/1928: 04-05)

O sentimento de decadência compartilhado nos primeiros anos pós inauguração da República será superado em partes no decorrer das gestões municipais consecutivas dos irmãos Oliveira, Zoroastro (1908-1927) e Jefferson de Oliveira (1927-1930). A partir da década de 1910, Campanha sofreria várias intervenções, reformas e obras de melhoramentos, com o apoio do governo de Minas Gerais e da ação administrativa da Câmara Municipal, que cria posturas para melhor dispor sobre a organização da cidade e suas condições de salubridade, abastecimento de água, arborização e etc.

Com a inauguração da República, veremos o completo domínio político da família Oliveira na cidade de Campanha, primeiro com Saturnino de Oliveira e na sequência com seus filhos até o ano de 1930, com Zoroastro e Jefferson irão se revezar na Câmara de vereadores como Agentes do Executivo Municipal, espécie de prefeito à época. Como assinalado, os dois possuem formação na área da saúde, um farmacêutico e outro médico.

Em setembro de 1910, o Congresso de Minas promulgou a Lei nº 546, que autorizava o governo estadual fazer empréstimos aos municípios a fim de promoverem obras de saneamento. No Relatório de Júlio Bueno Brandão, então Presidente do Estado, julgou que a aprovação da Lei poderia impulsionar o desenvolvimento

industrial em Minas. Em sua fala se nota grande preocupação com a saúde da população, no sentido de que o cidadão sadio se torne um *bom* trabalhador.

Com a execução da Lei 546 teremos conseguido o saneamento completo das localidades mineiras, a possibilidade do aproveitamento de novas indústrias locais, e o desenvolvimento das existentes e, conseqüentemente, a valorização da propriedade urbana e, indiretamente, a da rural pela animação da vida local. (1911:14-15)

Conscientes dos conflitos e discursos que se produziram a respeito de Minas Gerais e da busca pelo abandono da rusticidade e barbárie em favorecimento da civilização, identificamos estarem na linha de frente, os “gladiadores” da urbe. Intelectuais, políticos, médicos e engenheiros que ocupam-se com a construção da cidade idealizada, ordenada e civilizada, constituindo um projeto de modernidade neste Brasil interiorano.

Medicar a cidade: higiene para remoçar a cidade

Cláudio Walmy descreve Jefferson de Oliveira como sendo um homem de sociedade, sempre vestido com apuro, com uma elegância sóbria e aristocrática, apresentando-se com “finesse” a aprumo de um gentleman” de alta linhagem. Culto, viajado, “causer”, erudito, fascinante, dotado de boa oratória, sabia prender o auditório à sua palavra pontuada aqui e acolá de uma verve oportuna e de traço gaulês (OLIVEIRA, 2009: 53-54). Sucedendo seu irmão na política municipal, em pouco menos de um ano de administração, Jefferson de Oliveira empreendeu esforços em “promover grandes e úteis melhoramentos”, entre os quais as reformas do Teatro Municipal, o ajardinamento da Praça D. Ferrão, a reforma do jardim municipal, o alargamento e o abaluartamento de ruas, além de ter iniciado a reforma da Praça Zoroastro de Oliveira. Sancionou leis importantes no sentido de ordenar a circulação, a especulação imobiliária e a higiene, com leis que regulavam o trânsito de veículos; definiam a cobrança de impostos sobre muros e regulamentavam sobre sua construção ou reforma; proibiam o plantio de bananeiras no perímetro urbano e restabeleciam o serviço de remoção do lixo a domicílio.

Desta vez Campanha experimenta uma tão seria mutação em seus hábitos, passa por uma tão importante transição, atravessa um tão luminoso período de engrandecimento, entra numa fase de tão extraordinários melhoramentos, mergulha numa época de tão vastas perspectivas e luminosas visões, que só os que não são nados de seu seio podem apreciar,

com mais avultada percepção, todo o bellissimo surto de progresso que vem lhe agitar o corpo. (ALVORADA, 1928: 02-03)

É cada vez maior a preocupação com a salubridade dos espaços públicos por parte da ciência na Europa no decorrer do século XVIII. Luiz Laerte Soares (2002:19) citando Janot, afirma que, partindo do pressuposto que na medicina as cirurgias têm como objetivo principal o tratamento de doenças humanas, poderíamos dizer, por analogia, que as cirurgias urbanas são intervenções realizadas nas cidades, geralmente, com o objetivo de tratar supostas anomalias existentes no tecido urbano. Sendo assim grande parte das cirurgias urbanas realizadas nas grandes metrópoles objetivavam adequar as cidade ou partes delas a padrões urbanísticos coerentes com as respectivas ordens sociais, econômicas e políticas vigente à época das intervenções. E nos pequenos núcleos de população? Como muitos estudos têm identificado, também são submetidas a intervenções, algumas de maior amplitude outras com menor intensidade.

Para a realização desta grande e inadiável obra de civilização, os administradores municipais não podem vacilar um momento sequer, todos os empréstimos, todos os novos impostos e adicionais aos já existentes, são plenamente justificados. Os municípes em geral aceitam bem o aumento de contribuições, uma vez que se lhes convença da proveitosa utilização das mesmas. Os administradores devem falar ao povo, explicando-lhes as necessidades e as vantagens de maiores sacrifícios embora, e fazendo, ao mesmo tempo, a propaganda da higienização das cidades e dos indivíduos. (ALVORADA AGO/1928: 04-06)²⁹

Em Campanha vemos o esforço de suas lideranças políticas para prover a cidade de “melhoramentos” que o momento supostamente exigia, numa tentativa de não perder o *trem* da história. Tais realizações tinham como objetivo informar à população o que seria a civilidade, a urbanidade e o progresso. Tal compreensão não apenas diz da cidade existente, mas elabora um discurso representacional de como a ela deveria existir.

Assim é que vem o iluminado administrador resolvendo, dia a dia, todos os problemas capitaes que fatalmente terão de fazer da Campanha a cidade de

²⁹ Este artigo publicado na revista *Alvorada* é um resumo da tese apresentada pelo Dr. Jefferson de Oliveira no Congresso da Municipalidades Mineiras. Jefferson de Oliveira (1881-1943), foi agente executivo municipal da cidade de Campanha (MG), entre 1927-1930. Diplomou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1908. Depois foi para a Europa, com o intuito de aperfeiçoar os estudos, indo a Berlim e finalmente ingressando no curso de técnica operatória do professor Basset na Faculdade de Medicina de Paris. Durante a Primeira Guerra Mundial foi mobilizado pela França, prestando serviços como cirurgião no *front* de guerra. Em 1916 volta para o Brasil, quase uma década depois, sucede o seu irmão, Zoroastro de Oliveira, na condução política de Campanha.

Ouro do Sul de Minas, reductoda intellectualidade productiva, exemplo de trabalho, nucleo resurgido dos escombros de um passado heroico e cheio de legendas luminosas e de feitos memoraveis. (ALVORADA, 1928: 02-03)

Em 1927, acontece o Congresso das Municipalidades Sul Mineiras, que tinha por objetivo debater “teses” sobre a realidade dos municípios localizados nessa região. O Agente do Executivo Municipal da cidade da Campanha Dr. Jefferson de Oliveira apresentou “uma das tezes mais complexas que é o urbanismo”.

Para Jefferson de Oliveira, o urbanismo seria uma mistura maravilhosa de higiene e estética, na qual emergem questões com aspectos diversos seja em relação a uma grande cidade ou aos pequenos núcleos de população. Preocupado em dar repostas às necessidades dos municípios sul-mineiros, Jefferson aponta que, naquelas localidades, o urbanista deve ser primeiro higienista e depois esteta. Sendo os maiores problemas urbanos o abastecimento de água e remoção dos dejetos e detritos. Para ele a “tendência do urbanista de hoje é restrinjr ao mínimo a área urbana”. Pois, “quanto mais aglomeradas as habitações, tanto mais ao alcance das rendas municipaes todos os serviços publicos e mais fácil a conservação e asseio dos terrenos particulares”. Atento para as especificidade dos municípios da região ele explica que “poder-se-ia objetar que a maior densidade redundaria em prejuízo para a saude publica. Si isso é verdade, em parte, para as cidades industriaes de milhões de habitantes, a observação nos mostra que entre nós, quanto mais para os centros urbanos, mais saúde; quanto mais para o campo, mais moléstias. É que não basta para a saude o ar puro das montanhas”(ALVORADA; dez/1928: 04-06).

Esse entendimento do urbanismo como junção de artes e ciência era bastante comum. Ao traçar a trajetória do engenheiro Lincoln Continentino, Lima (2013) diz que, para Continentino, o Urbanismo abrangia um vasto campo de ação, tendo como principal objetivo o aperfeiçoamento dos aglomerados urbanos, com a sistematização e a coordenação de todas as funções municipais, incluindo os serviços públicos e todas as atividades urbanas, com vista ao progresso material e social das comunidades e o bem estar dos seus cidadãos. Ressaltava ainda que o urbanismo consistia em um saber específico, como “sciencia e arte ao mesmo tempo, estylo seculo XX, epocha de colaboração e trabalho de conjuncto, deve-se recorrer as conhecimentos de todas as sciencias e artes, afim de utiliza-los em prol do desenvolvimento racional das cidades modernas”.

Para Jefferson de Oliveira, a restrição do espaço urbano, facilita a realização das obras públicas, chamadas de “melhoramentos”, a alfabetização, para que o país se torne um “mais forte e civilizado”, bem como o policiamento dos hábitos:

A restrição da area urbana facilita ainda toda a especie de assistencia publica, principalmente a difusão do ensino, a fiscalização de sua obrigatoriedade e a policia de costumes, concorrendo para melhorar o homem de hoje aperfeiçoar o de amanhã, alfabetizando-o e hijienizando-o. (ALVORADA; dez/1928: 04-06)

Nos números seguintes da revista é noticiado a criação do Posto de Hygiene Municipal, oferecendo serviços de forma gratuita à população, o Posto se destinaria ao tratamento “prophylatico e curativo das verminoses doenças venéreas e Syphilis, e todas as moléstias infectuosas”, ressaltando, entretanto que seu papel primordial é de promover propaganda de hygiene ao povo (ALVORADA; out/1928: 03).

No Brasil, o discurso republicano se construirá em oposição às outras propostas políticas, apresentando-se como a única posição verdadeira, legítima, porque alicerçada no conhecimento da realidade, e, portanto, a única capaz de reorganizar o social [...]. O lema positivista “saber para prever, prever para prover” parece resumir as pretensões teóricas e práticas dos liberais da República (MORAES;2006, p.140-141. Dessa forma, atentas ao progresso científico-tecnológico e de olhos na Europa, a elite brasileira acalentava o desejo de ver e fazer o Brasil despertar do que consideravam como “morrinha colonial” e aperceber-se da “visão civilizadora de pátrias adiantadas e progressistas” (EDMUNDO, 1953: 53). Propagava-se um discurso cuja apologia do “novo” enunciava um projeto sustentado pelo trinômio: modernizar, civilizar e progredir.

Para a realização desta grande e inadiável obra de civilização, os administradores municipais não podem vacilar um momento sequer, todos os empréstimos, todos os novos impostos e adicionais aos já existentes, são plenamente justificados. Os municípes em geral aceitam bem o aumento de contribuições, uma vez que se lhes convença da proveitosa utilização das mesmas. Os administradores devem falar ao povo, explicando-lhes as necessidades e as vantagens de maiores sacrifícios embora, e fazendo, ao mesmo tempo, a propaganda da higienização das cidades e dos indivíduos. (ALVORADA; dez/1928: 04-06)³⁰

³⁰ Este artigo publicado na revista *Alvorada* é um resumo da tese apresentada pelo Dr. Jefferson de Oliveira no Congresso da Municipalidades Mineiras.

A partir da segunda metade do século XIX, percebem-se no Brasil preocupações semelhantes com a salubridade da urbe e com o aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro. A capital exercia a função de centro político-administrativo, e econômico-cultural, ao lado das imagens positivas da cidade, reforçava-se a imagem de uma cidade doente, tendo em vista que o aumento populacional contribuiu para agravar o desemprego, a fome, a criminalidade, a multiplicação dos cortiços e a profusão de doenças.

A edição de 28 de julho de 1929 do jornal “A Campanha”, véspera do aniversário do Agente Executivo Municipal, comentava que o coração dos campanhenses pulsava isócrono e agradecido” em torno da figura invulgar do notável clínico e operoso homem público, notem que os papéis de médico e de homem público se confundem, nessa sua profissão de fé pelo “progresso” da legendária cidade. Dr. Jefferson que “vai realizando formosíssima obra administrativa, descrevendo a trajetória magnífica os iluminados de espírito. E a cada dia que passa, a Campanha recebe da dignificante operosidade do seu grande filho mais um benefício, galga mais uma escalada na imensa e infinita jornada de progresso”, mais uma vez fica evidente a ideia de que o progresso é linear, nesse caso como uma montanha, a civilização onde estão as pátrias adiantadas estão em seu cume, é preciso marchar para alcançá-las.

O político que reconhecido pelo “A Campanha” como benemérito campanhense, o guarda avançado, o pioneiro magnífico da grandeza e do progresso desta *urbs* lendária e sublime, desde que tomou posse de Presidente e Agente do Executivo Municipal passou a dotar Campanha “de grandes e sensíveis melhoramentos” segundo avaliação da revista “Alvorada” sobre o “Segundo Ano da Administração Municipal”.

“Energia firme, vontade férrea e inteligência de escola, conseguiu ele [Dr. Jefferson], dentro em pouco tempo erguer a nossa terra a grandes alturas, colocando-a ao lado das melhores cidades do Sul de Minas.(ALVORADA,1928)”

Novamente em 03 de agosto de 1930 o jornal “A Campanha” tece elogios ao agora deputado Jefferson de Oliveira homem “devotado ao engrandecimento do seu torrão natal”, jamais medindo sacrifícios “em prol do progresso sempre crescente desta futura *urbs* mineira”, cuja administração exerceu com “desinteresse e patriotismo”, a

sua “ação bemfazeja e construtora” que teria resultado na “Campanha renovada e sadia³¹”.

Jefferson preocupou-se em reformar o aspecto material da cidade, “dando-lhe uma feição nova, emprestando-lhe um ambiente agradável, puro” ao qual o jornal “A Campanha” afirma “com ufania, mas sem exageros – a Campanha é das boas cidades mineiras e atualmente nela se desfruta um viver tranquilo com conforto relativo às cidades do interior”. Para “O Legionário” (31/07/1932) publicado na vizinha São Lourenço, Jefferson de Oliveira é espírito puro “cujas aureolas de grandes e luminosas virtudes humanas dá-lhe a magnitude de um super-homem, médico cirurgião dos mais eminentes que o Brasil possui”.

Curiosamente, assaz os esforços das lideranças campanhenses para dar novo aspecto à cidade, a imprensa das cidades vizinhas mesmo quando enaltecem o município, acabam valendo-se de adjetivos que remetem à sua antiguidade, como na coluna “Sociais” de “O Legionário” publicado na cidade de São Lourenço em 31 de julho de 1932, assinalando que no dia 29 do mês corrente, por certo toda a “velha e tradicional cidade da Princesa da Beira” jubilou-se com a festa natalícia de Jefferson de Oliveira, filho da “legendária Campanha”. Assim, a nossa pesquisa têm buscado compreender como se deu a leitura e apropriação dessas transformações em Campanha, interior das Minas Gerais a partir de intervenções urbanas (propostas e/ou implementadas), sobretudo a partir do ano de 1910. Constatamos que a elite local se apropria dessa noção de “decadência” e elabora a construção da imagem de uma “nova” cidade, moderna, civilizada e sadia, colocando-se como os mais capacitados para tal realização, por mais que reconhecessem os empecilhos financeiros e físicos, comuns à realidade da maior parte dessas localidades interioranas.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)** 2 ed, Editora Fino Traço: Belo Horizonte, MG, 2014.

³¹ A ideia de cidade higienizada e sadia enquanto materialidade não está dissociada dos embates sobre o corpo e mentalidade, como podemos notar por exemplo nas Posturas Municipais do ano de 1892, ou das discussões recorrente nos jornais ao longo do período da Primeira República, não só em Campanha, mas em todo o Brasil.

ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes. **“Vila de Campanha da Princesa” – Civilidade e urbanidade em Minas Gerais no século XIX – 1798-1840.** Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, 2008. (Tese de Doutorado)

CARPINTÉRO, Maria V. T; CERASOLI, Josianne F.. A cidade como história. IN: **História: Questões & Debates**, Editora UFPR, edição nº50, jan/jun. 2009, Curitiba – PR. p - 61-101

DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil (1926-1945).** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo.** Trad. Ivone Salgado. Campinas, SP - Papyrus, 4.ed, 2004.

PAULA, João de. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais.** Editora Autêntica, Belo Horizonte, MG, 2000.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações (1832-1893).** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

SAES, Alexandre Macchione. MARTINS, Marcos Lobato (orgs). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20.** Bauru, SP: Edusc, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República.** Ed. Brasiliense. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p - 29

SIMPÓSIO TEMÁTICO 13

OS DESAFIOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO CERRADO

Coordenadores:

Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira

Profa. Dra. Magda Valéria da Silva

A presente proposta deste simpósio de caráter interdisciplinar pretende reunir pesquisadores que tem como objeto de estudo e reflexões a dinâmica histórica da relação homem/natureza no cerrado, com ênfase, no desenvolvimento tecnológico no contexto de globalização/mundialização do capital ao longo do século XX e XXI em Goiás. Neste período, a paisagem do cerrado passou por profundas transformações iniciadas com a chegada da estrada de ferro em 1909, posteriormente, com a construção de Goiânia e de Brasília, intensificaram-se as políticas de integração e desenvolvimento regional que culminaram na modernização do campo e, por conseguinte, na transformação da agricultura e pecuária tradicional, voltada para o mercado interno, para uma produção especializada alicerçada nos princípios do agronegócio. Tais ações promoveram alterações significativas no bioma cerrado no pós-1970 e os impactos ambientais tem sido significativos. Nesta perspectiva, o presente simpósio temático pretende receber propostas de trabalho que tenham como resultados de pesquisas impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais na região do cerrado, em um contexto marcado pelos paradigmas tecnológico, da globalização/mundialização do capital e dos desafios de conciliar crescimento econômico com sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento – Crescimento – Sustentabilidade – Ambiente

MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS E DA ECONOMIA DE QUIRINÓPOLIS/GO COM A IMPLANTAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO ENTRE 2004 A 2014

Ana Paula Ap. de Oliveira Assis
Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu*
em Ambiente e Sociedade, Universidade Estadual de
Goiás/Câmpus Morrinhos.

Dr. Pedro Rogério Giongo
Professor do Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em
Ambiente e Sociedade, Universidade Estadual de
Goiás/Câmpus Morrinhos

Resumo: O artigo apresenta uma análise das transformações ocorridas nos últimos dez anos em Quirinópolis, GO com relação aos impactos ocasionados pela instalação de duas agroindústrias de etanol, açúcar e energia, ocorridos em meados dos anos de 2004/2005, sendo uma das causas mais importante no desenvolvimento da economia do município e na geração de impactos socioambientais de ordem estrutural, de ensino, saúde, habitação, entre outros. A partir das parcerias entre o Município e as unidades sucroenergéticas, houve uma nítida transição das atividades consolidadas (pecuária e grãos) pelos cultivos da cana-de-açúcar. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar e apresentar o histórico do desenvolvimento, bem como os impactos nas áreas de economia, educação, saúde, além do uso das terras no município de Quirinópolis, GO, entre os anos de 2004 a 2014. A pesquisa baseia-se em dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; na apresentação da evolução urbana do município através de imagens de satélite e dados de geoprocessamento; consulta a órgãos municipais e processamento de dados através de software estatísticos. Atualmente, Quirinópolis apresenta como principais atividades a agricultura a cana-de-açúcar, o que alavanca as agroindústrias e a economia do município, mas que também alterou o acesso a moradia, distribuição de renda, educação, saúde e emprego, além é claro do crescimento populacional em cerca de 20% neste período.

Palavras-chave: Desenvolvimento – Crescimento econômico – Agroindústrias sucroenergéticas

1 Introdução

O cultivo de cana-de-açúcar na região centro-oeste apresentou um acelerado processo de expansão industrial na última década. Isso ocorreu impulsionado por vários

fatores que tornavam os investimentos na produção de etanol, açúcar e energia rentável e um mercado promissor. Motivos estes, como os incentivos fiscais oferecidos as agroindústrias através dos Governos Federal, Estadual e Municipal, a crise da soja e a demanda por combustível e principalmente pela energia, sendo este último, mais acentuado entre dois a três anos atrás, ocasionados pela crise hídrica.

A instalação destas unidades sucroenergéticas e a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, ocasionou diversos impactos a nível local, regional e até mesmo estadual, mas o que destaca neste estudo, foram os impactos locais, ou seja, em Quirinópolis, objeto de estudo desta pesquisa.

Dentre os municípios Goianos, Quirinópolis fechou parceria com duas unidades sucroenergéticas, sendo a primeira agroindústria a chegar no município em 2004, foi a Usina São Francisco do grupo São João de Araras – SP, que iniciaram as obras de construção, em seguida os primeiros plantios de cana-de-açúcar e em 2007, começaram a produzir etanol e açúcar. Em 2011, a empresa com objetivo de integrar o mercado de exportação, estabeleceu uma joint venture com a Multinacional Cargill, constituindo então a Usina SJC Bioenergia Ltda. Atualmente a empresa gerencia duas unidades, sendo a Usina São Francisco de Quirinópolis e a Usina Rio Dourado localizada em Cachoeira Dourada, também em Goiás. A segunda empresa que se instalou no município de Quirinópolis foi a Usina Boa Vista, pertencente do Grupo São Martinho de Pradópolis/SP, inaugurada em 2008. E dois anos depois, formou também uma joint venture com a Petrobras Combustíveis, dando origem a Nova Fronteira S.A. também conhecida como Nova Fronteira Bioenergia.

Enfim, o que de significativo estas empresas provocaram em Quirinópolis nesta última década, período em que marca a transição de atividades agropecuárias para o monocultivo da cana-de-açúcar e a produção de etanol e energia. Um dos principais e conhecidos motivos que desencadeiam diversas mudanças no perfil do município é a migração de mão-de-obra, vindas de diferentes localidades do país em busca de emprego. E esta mão-de-obra são de pessoas de diversos campos de formação e conhecimento, assim como trabalhadores braçais necessários nestes seguimentos industriais.

O objetivo desta pesquisa baseia-se no estudo das mudanças socioambientais e da economia de Quirinópolis/GO com a implantação do setor sucroenergético no

período entre 2004 a 2014. De forma, a identificar as relevantes contribuições e os impactos que provocaram transformações na sociedade local.

A metodologia adotada para a concepção desta pesquisa, foram realizadas com base em levantamentos bibliográficos, mapeamento do perímetro urbano de Quirinópolis em 2004 e 2014, com auxílio de ferramentas SIGs e pesquisas em dados censitários e apoio em informações prestadas pela Prefeitura Municipal de Quirinópolis.

2 Referencial Teórico

Historicamente a principal economia de Quirinópolis, baseava-se na atividade de pecuária e em menor escala, agricultura de grãos. No período entre 2000 a 2004 o Município se encontrava sem perspectiva de crescimento, sendo visto como um local sem oportunidades de emprego, de investimentos externos, cujo capital não circulava e as condições de qualidade de vida a nível de Estado se encontrava em 39ª posição (Prefeitura Municipal de Quirinópolis, 2015).

O cultivo da cana-de-açúcar no Brasil, se trata de uma atividade histórica, desde o período da colonização. Sendo uma das atividades agrícolas de maior impacto nacional até os dias de hoje. Os automóveis movidos a biocombustíveis fomentou o mercado do etanol, assim como a demanda pelo açúcar e os benefícios dos municípios, o que alavancou a produtividade da mesma, se expandindo da região sudeste para a região central do País (CAVALCANTI & GOMES, 2010)

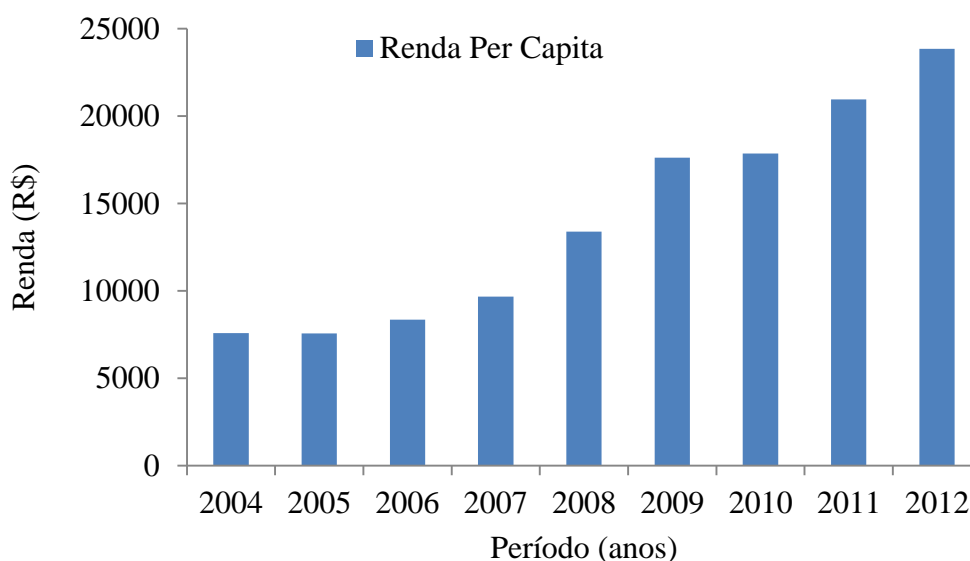
Com a expansão da cana-de-açúcar para a Região Centro-Oeste, devido as características propícias para o cultivo da cana-de-açúcar, como disponibilidade de terras não agricultáveis, pelas condições edafoclimáticas e logística que favorecia o escoamento do produto, as políticas e incentivos voltados para o setor sucroalcooleiro foram aspectos decisivos para o crescimento do setor no Estado de Goiás (FERREIRA, 2011).

E a partir de 2004, com a implantação das Agroindústrias da cana-de-açúcar em Quirinópolis, houve vários impactos, tanto de ordem positiva como negativa. O município não apresentava estrutura adequada para diversas mudanças, principalmente a nível urbano, no que tange, a saúde, habitação, infra-estrutura e educação.

Para a economia de Quirinópolis, resultou no crescimento da arrecadação municipal, alavancada especialmente em 2008, ano em que os dois empreendimentos

estavam operando a todo vapor. A Figura 01 apresenta o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB per capita do município, nos anos.

Figura 01: Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Quirinópolis entre 2004 a 2012



Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2015)

Observa que a Renda Per Capita do município de Quirinópolis teve um aumento significativo a partir do ano de 2008, período que coincide com aumento da produtividade das agroindústrias do município, pois alcançava novos níveis de produção. Esses avanços das agroindústrias impactaram positivamente na renda de seus funcionários, representando um fator positivo para a economia de Quirinópolis, GO.

2.1 As mudanças no cenário socioambiental e econômico de Quirinópolis nos últimos dez anos.

O cultivo da cana-de-açúcar avançou para novas fronteiras, devido a necessidade por combustíveis renováveis e pelo retorno ao setor econômico. No entanto, o crescimento do setor resultou em impactos de ordem socioambiental, principalmente no que tange a organização espacial dos municípios. Conforme Souza et al (2012), a cultura canavieira propicia a migração de mão-de-obra de diferentes localidades do país para onde estão sendo implantadas as indústrias sucroenergéticas, fato este, que se enquadra no atual perfil de Quirinópolis, sendo mais acentuado este processo migratório, por se tratar da implantação de duas unidades do setor alcooleiro de grande porte praticamente no mesmo período.

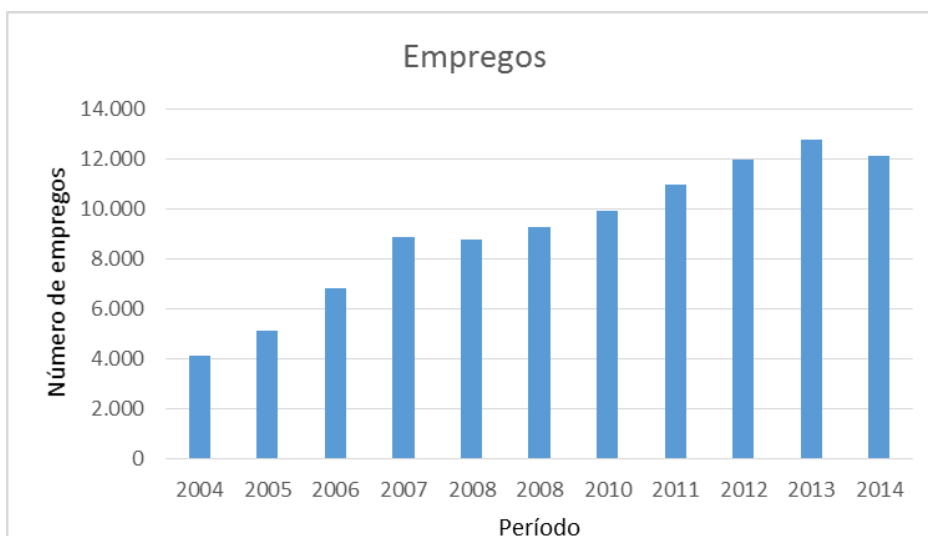
Tais mudanças de ordem socioambiental são aquelas sofridas principalmente no setor urbano, pois são agroindústrias que exploram a terra, causando impacto tanto no setor rural como nas cidades. Portanto, estes trabalhadores efetuam suas atividades laborais no campo e residem nas cidades, contribuindo para o crescimento populacional do município. (SOUZA *et al* Apud FONSECA E SANTOS, 2011). O foco deste estudo, são os reflexos provocados pelas agroindústrias da cana-de-açúcar na área urbana de Quirinópolis.

Através dos processos migratórios, os centros urbanos não estão planejados para receber um elevado número de pessoas tornando residentes no município. E é isto que desencadeia um conjunto de problemas de ordem social e ambiental, sendo os mais graves, relacionados com os setores da saúde, habitação, educação e infraestrutura, os quais abordaremos como os principais aspectos que afetaram a estrutura urbana de Quirinópolis.

Além dos aspetos citados como sendo os mais impactados pela introdução das agroindústrias em Quirinópolis, há os setores que se destacaram de forma positiva, como a geração de empregos, investidores externos, crescimento econômico e melhora na qualidade de vida.

No que se refere a emprego, houve um salto entre 2004 a 2014, pois foi o período em que as unidades sucroenergéticas demandaram mão-de-obra com diversos tipos de qualificação, desde as básicas as mais especializadas no setor, ou seja, trabalhadores para realização de trabalhos braçais nas lavouras de cana, pois apesar do plantio e a colheita ser 100% mecanizado nas duas empresas. A demanda por mão de obra em diferentes níveis de qualificação, fez com que absorvesse a grande parte de operários disponíveis no município, bem como a vinda de muitos trabalhadores e familiares de diversas regiões do país.

Figura 02: Vagas de empregos em Quirinópolis, GO nos anos de 2004 a 2014.



Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Adaptado pela autora.

Conforme mostra a Figura 02, as unidades sucroenergéticas fomentaram o mercado de empregos em Quirinópolis, cujo aumento foi de 3 vezes mais do número de empregos de 2004, percebe uma pequena redução entre 2013 e 2014, o que ocorre é o reflexo da economia nacional que de certa forma atinge as diferentes formas de empreendimentos.

De acordo com o censo realizado no ano 2000, Quirinópolis possuía 36.512 habitantes e no ano de 2010 apontava para uma população de 43.220, entre residentes urbano e rural, o que apresenta um crescimento populacional cerca de 18%. Cujas maioria da população atualmente residem no centro urbano, provocado pelo êxodo rural, devido a monocultura canavieira. (SOUZA et al. Apud BACCARIN; ALVES; GOMES, 2008).

Nos setores de saúde, educação, infraestrutura e habitação são os mais afetados com os processos migratórios causados pela oportunidade de emprego e melhores condições de vida, isso ocorre por fatores de ordem estrutural e de planejamento municipal.

Devido a demanda por mão-de-obra qualificada ou não, a migração de trabalhadores para Quirinópolis foi intensa, provocando um impacto socioambiental urbano relacionado aos fatores mencionados. Esta migração desencadeou uma crise nos setores de saúde, educação, habitação e infraestrutura, por não serem suficientes para atender a nova população que aqui se instalava a partir do ano de 2004.

Embora muitos desses trabalhadores migrantes ao final da safra retornam para suas regiões de origem, vários se estabeleceram em Quirinópolis, passando de safristas para empregados contratados de forma permanentes nestas empresas (FONSECA, SANTOS, 2011).

Atualmente Quirinópolis encontra-se em um novo cenário de desenvolvimento e expansão, pois nestes últimos dez anos passou por transformações necessária para atender a nova realidade do Município. As usinas de açúcar, etanol e energia, trouxeram o progresso e com isso vários fatores positivos conforme destaca Souza et al Apud Caetano (2011), que fizeram com que o município prosperasse, com a garantia de emprego direto e indireto e o aumento da população fizeram girar o capital da cidade em restaurantes, no comércio de insumos para atender as novas empresas que se instalaram, as lojas, em postos de combustíveis, enfim em diferentes setores da economia local, regional e estadual.

3 Objetivos

3.1 Geral:

Conhecer as mudanças socioambientais e da economia de Quirinópolis/GO com a implantação do setor sucroenergético no período entre 2004 a 2014, por meio do auxílio de ferramentas de SIGs e dados censitários.

3.2 Específicos:

Identificar as mudanças econômicas ocorridas no setor urbano de Quirinópolis, entre 2004 a 2014, através do crescimento da renda per capita do Município.

Conhecer os impactos ocasionados nos principais setores sociais do município de Quirinópolis, como na educação, infraestrutura, habitação e espacialização/ocupação urbana;

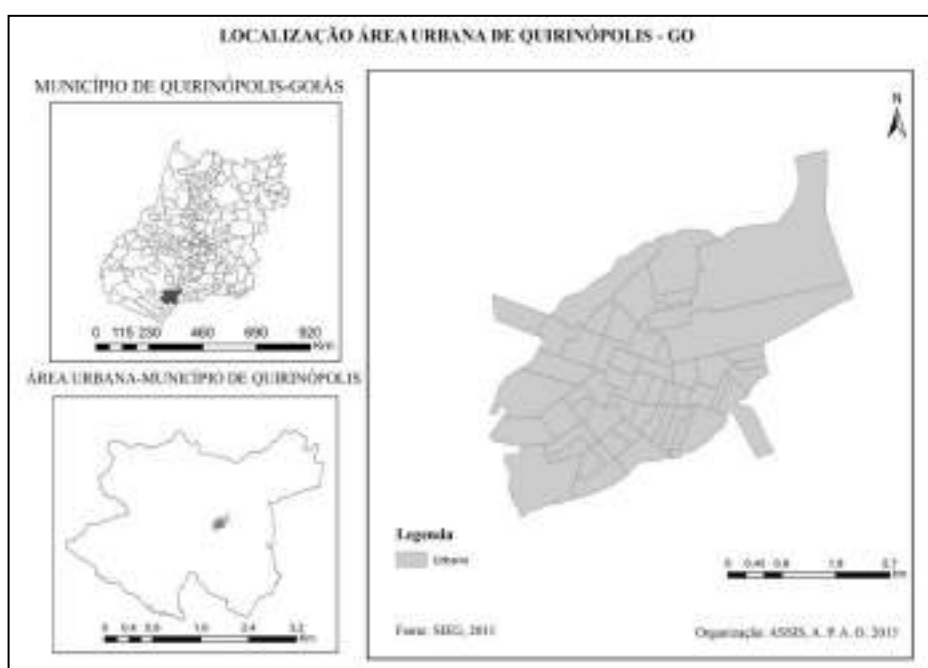
Avaliar os impactos que Quirinópolis obteve da implantação do setor agroindustrial no município nos dias atuais.

4 Metodologia

4.1 Área de estudo

O município de Quirinópolis localiza-se na região Sudoeste Goiana - Microrregião 18, a 300 km de Goiânia, capital de Goiás. O município possui uma área de 3.786,694 km² com área urbana ocupando 100km². Segundo dados do último Senso do IBGE realizado em 2010, ha 43.220 habitantes, com expectativa para 2014 de uma população de 46.788 habitantes. A vegetação nativa existente caracteriza-se pelo Bioma Cerrado e Mata Atlântica (IBGE, 2010).

Figura 03: Área urbana do município de Quirinópolis/GO.



Fonte: SIEG, 2011. Org.: ASSIS, A. P. A. O., 2015.

4.2 Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada para elaboração deste estudo consiste na elaboração do embasamento teórico a partir de levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos e técnicos nacionais que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa. Foram realizadas consultas junto aos órgãos municipais de educação, habitação e saúde através da Prefeitura Municipal de Quirinópolis, assim como, pesquisas e obtenção de dados censitários através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ao Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos, para obtenção de informações estatísticas

relacionados a educação, saúde, habitação, emprego e renda per capita do município de Quirinópolis nesta última década.

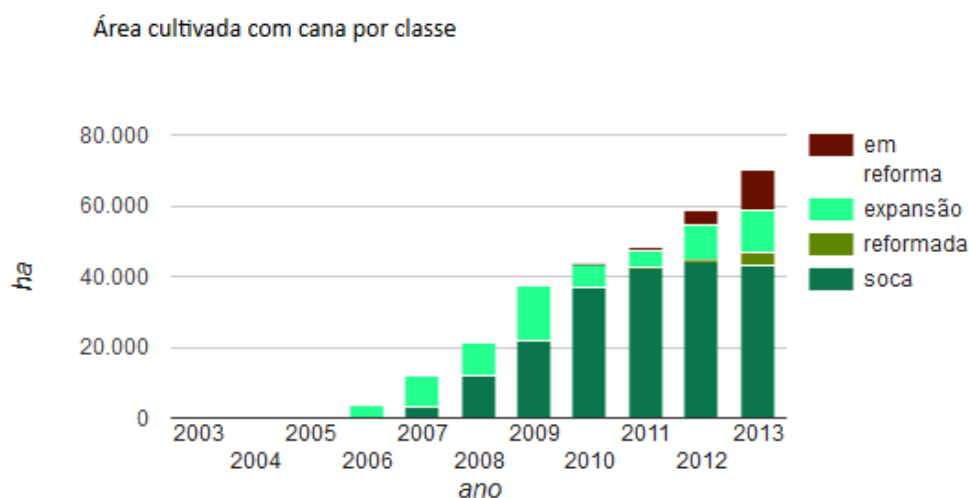
E para a caracterização da evolução urbana de Quirinópolis utilizou-se dos recursos do geoprocessamento e ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) para construção de mapeamento temático da malha urbana em dois períodos, sendo 2000 e 2014. A delimitação da área urbana dos respectivos anos analisados foi por meio de interpretação visual de imagens de satélite (Landsat 5 para 2000 e Landsat 8 para 2014), criando-se o polígono da respectiva área sobre a imagem. Posteriormente foi calculado a área em km² para os dois anos. Todo o trabalho cartográfico foi realizado no Sistema de Informações Geográficas (SIG) ArcGis© 10.1 (ESRI, 2013).

Na fase conclusiva da pesquisa, para tabulação dos dados estatísticos, foi empregado o software Excel na versão 2013. E com este mesmo recurso a construção de gráficos para apresentação dos dados como renda per capita, educação, saúde e habitação, obtidos nesta pesquisa.

5 Resultados E Discussão

É notável as mudanças ocorridas em Quirinópolis nestes últimos dez anos, tais transformações se devem pela instalação das duas unidades sucroenergéticas, que contribuiu de forma significativa para um novo perfil econômico do Município, o qual pode ser observado pela evolução da área de cana de açúcar no município, (Figura 04)

Figura 04: Área de cana-de-açúcar por classe de uso no município de Quirinópolis, GO, entre 2003 a 2013

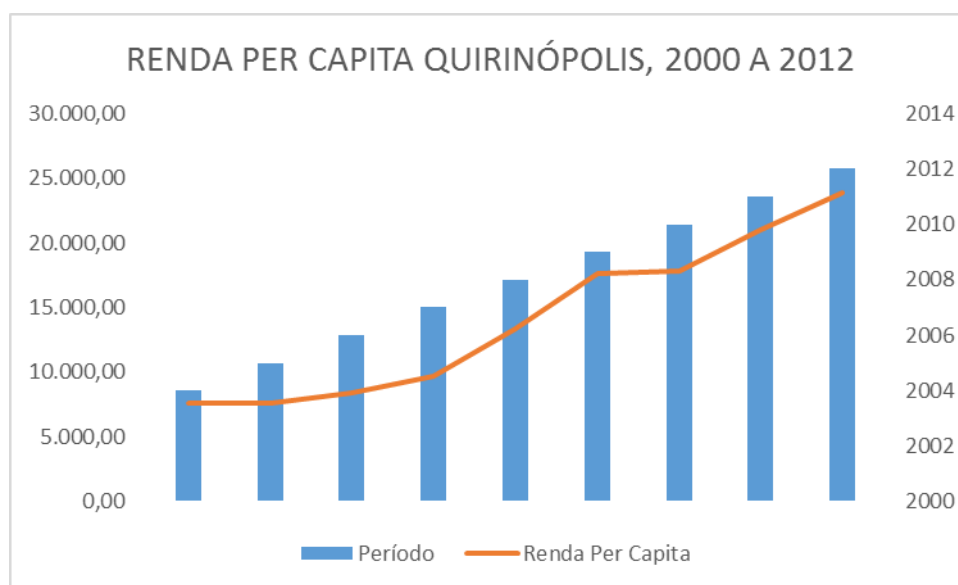


Fonte: Canasat, (2015)

Alguns setores da economia local, sofreram no início do processo de implantação destas indústrias, devido à falta de planejamento e estrutura para atender a demanda, mas com os anos, o município foi se adequando as novas exigências impostas pelo crescimento populacional.

Dentre as mudanças ocorridas, destaca-se as transformações na economia municipal e de aspectos socioambientais, sendo os mais importantes como saúde, educação, habitação e infraestrutura. Com relação à economia, os dados dos últimos censos demonstraram um crescimento cerca de três vezes a mais entre 2004 a 2012, conforme dados apresentados, sendo em 2004 a renda per capita em torno de R\$ 7.592,75 e em 2012 chegou a R\$ 23.847,34, cujos dados disponíveis pelo IBGE (2015). O gráfico (05) a seguir apresenta a evolução econômica do município de Quirinópolis entre o período de 2004 a 2012.

Figura 05: Renda per capita de Quirinópolis no período de 2004 a 2012.



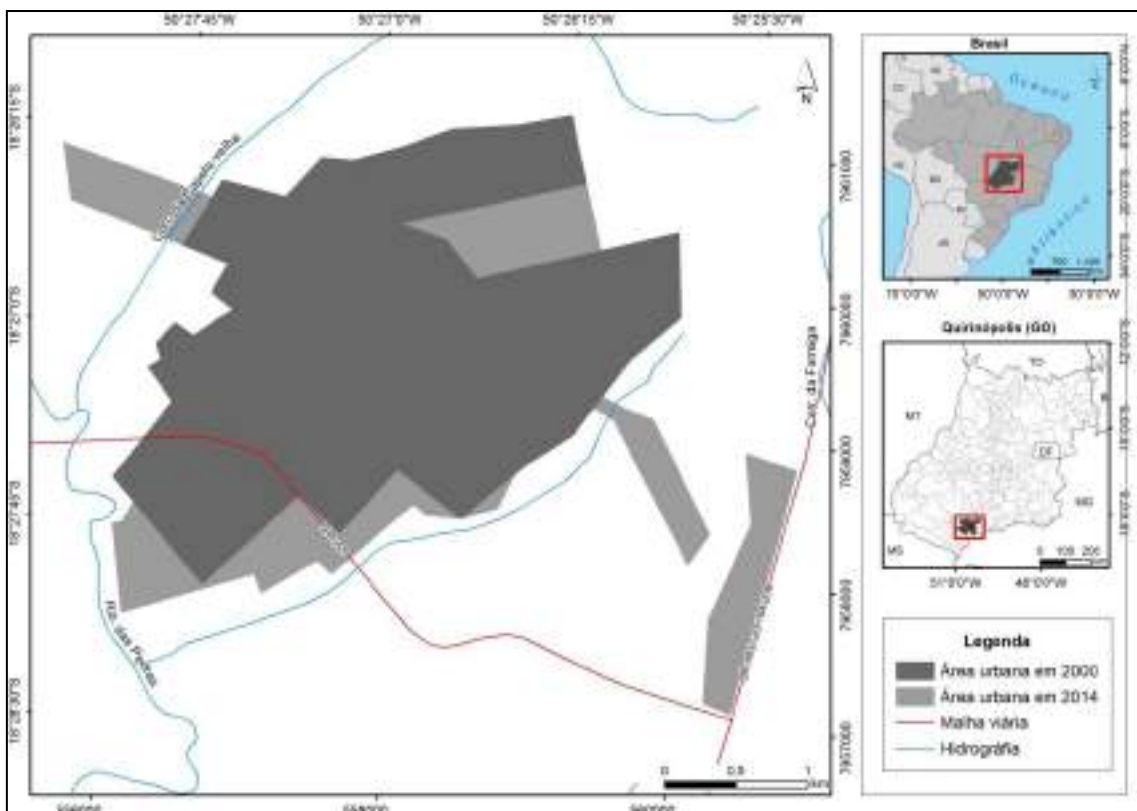
Fonte: IBGE, 2015. Adaptação: Autora

As transformações socioespaciais de Quirinópolis ocorreram devido ao aumento da população urbana, segundo dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, em 2000 era de 30.822 e em 2010 o número de habitantes passou para 38.163, representando um crescimento de 23%. Dessa forma, o setor

imobiliário expandiu com a demanda de casas de aluguel e investimentos em casa própria.

Segundo dados da Secretaria de Obras e urbanismos da Prefeitura municipal de Quirinópolis, foi realizado em 2008 um novo planejamento urbano, o qual foi criado novos bairros para a implantação de habitação, como a Vila Camponesa, Joaquim Quirino, Distrito Industrial, Jardim Vitória, Morumbi, Primavera, Colina da Serra, Bom Pastor, Morada do Sol, Chico Junqueira e Alexandrina. No mapeamento a seguir apresenta o perímetro urbano de Quirinópolis referente ao ano 2000, cuja área urbana era de 7,184624 km², a qual se manteve até 2004, a partir de então iniciaram os processos de crescimento demográfico, sendo que em 2014, o território urbano possui área correspondente a 9,581821 km².

Figura 6: Área urbana de Quirinópolis, GO nos anos de 2000 e 2014.



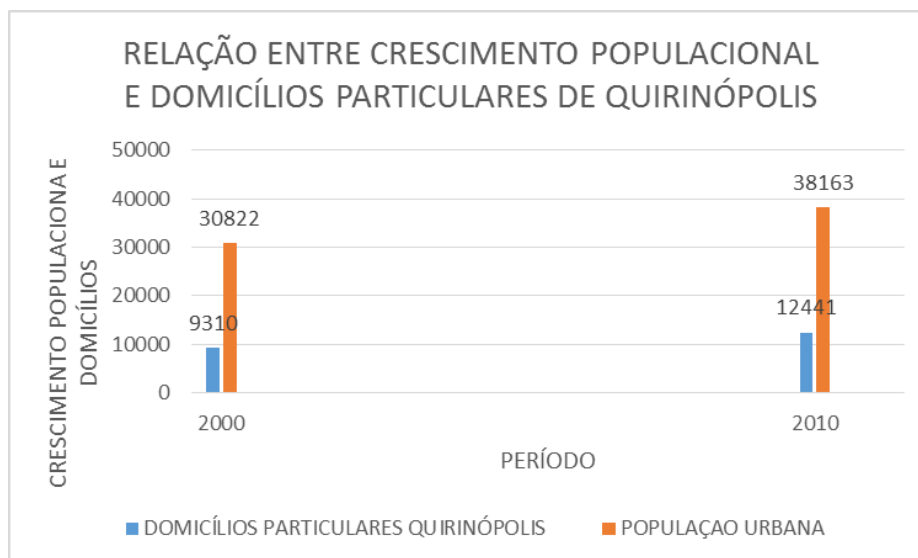
Org.: QUEIROZ JUNIOR, V. S. 2015.

Fonte dos dados: Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG), 2015. INPE, 2015. Landsat 5 TM, 5R4G3B, 13/05/2000. USGS, 2015. Landsat 8 OLI, 6R5G4B, 13/04/2014.

A taxa de crescimento demográfico apresenta um aumento significativo no número de habitantes de Quirinópolis, o qual culminou em fortes demandas do

município, como a área da saúde, da educação e habitação. O aumento repentino da população, sobrecarregou todos os serviços acima citados para a gestão municipal.

Figura 7: Número de domicílios e da população urbana de Quirinópolis, GO nos anos de 2000 e 2010.



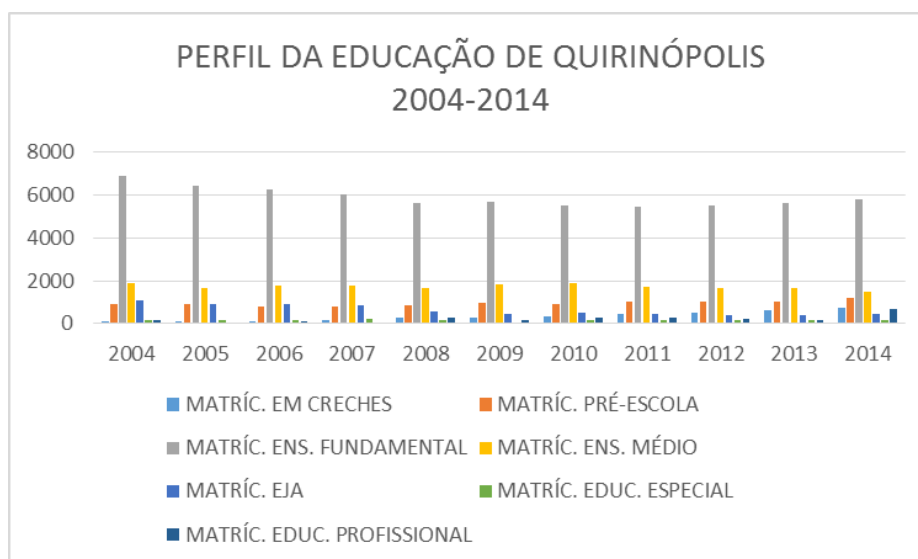
Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Adaptação da autora.

Conforme informações da Secretaria Municipal de Saúde, atualmente, o serviço da saúde está em plena consonância com as necessidades da população de Quirinópolis, porém para alcançar este patamar, o município passou por adaptações e investimentos na área da saúde para ser possível atender com qualidade. A infraestrutura de saúde é composta por 9 Postos de Saúde Familiar (PSF), 1 Centro de Atenção Psicossocial de Quirinópolis – (CAPS), Centro de Reabilitação de Quirinópolis (CREQ), Secretaria da Saúde, Farmácia do Cidadão, Hemocentro e demais unidades de suporte a saúde (Secretaria de Saúde, 2015).

O setor de educação de Quirinópolis, não houve bruscas mudanças em seu perfil de acordo com os dados do Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Com o processo migratório que favoreceu o crescimento populacional de Quirinópolis, esperava-se que haveria um impacto na educação. Mas tal fato se justifica da seguinte forma, primeiramente o setor sucroenergético demanda de mão de obra qualificada e não qualificada, para a primeira, entende-se que na implantação e operação das unidades industriais foram realizadas contratações de trabalhadores com qualificação e para os setores como o agrícola, com menor exigência de escolaridade. Observa uma regularidade nas matrículas escolares (Figura 6), porém o

número de matriculados em creches e na educação profissional, houve um aumento em 2014, isso leva a entender que, as creches receberam mais crianças nos últimos anos, devido os pais estarem empregados e, na educação profissional, pois o mercado tornou-se mais exigente.

Figura 8: Número de matrículas realizadas em diferentes níveis de escolaridade em Quirinópolis, GO, entre 2004 a 2014.



Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Adaptação da autora.

Atualmente, o cenário mudou, há maior número de mão-de-obra do que vagas de emprego disponíveis, portanto para se conquistar boas oportunidades de emprego, ou até mesmo se manter, há a necessidade do profissional se qualificar, o que justifica a demanda pela educação profissional.

6 Considerações Finais

Com este estudo constatou-se as mudanças sofridas em Quirinópolis, após a instalação de duas agroindústrias do setor sucroenergético, desde 2004. As maiores transformações observadas foram na estruturação urbana e da economia do município. Percebe-se que a cidade passou por uma reestruturação causada pelo crescimento demográfico, fator que desencadeou impactos socioambientais, como na saúde, na educação, habitação, entre outros aspectos.

Verificou-se que no início do processo de instalação das usinas de açúcar e álcool, a migração de pessoas para atender a demanda de mão-de-obra eram processos

curtos, (trabalhadores safristas), após este período, a maioria dos trabalhadores voltavam para suas regiões de origem ou migravam para outros locais, mas como as agroindústrias de Quirinópolis tornou suas atividades agrícolas praticamente 100% mecanizadas, a colheita não necessitava de mão-de-obra braçal. Então, o processo migratório passou a ser permanente, pois aqui os migrantes se estabeleciam e fixavam moradia com suas famílias, fator este que contribui para o crescimento de Quirinópolis e conseqüentemente, abriu oportunidades lucrativas em vários segmentos do mercado financeiro.

Enfim, o trabalho mostrou que a cidade de Quirinópolis passou por dificuldades a cerca dos impactos socioambientais, porem o poder público investiu nos setores que sofreram maior pressão com o crescimento populacional, que hoje o município se caracteriza como estável após as adequações e melhorias realizadas, como asfaltamento de novos bairros, saneamento básico, construção de novas creches e novos PSF. No quesito educação, hoje conta com três faculdades, quatro entidades que oferecem cursos técnicos e profissionalizantes, voltadas para qualificar e preparar perfis que integram a demanda de mão-de-obra das empresas de Quirinópolis.

Quirinópolis passou por dificuldades para uma nova reestruturação, mas agora colhe os frutos dos investimentos realizados, proporcionando melhores condições e qualidade de vida para sua comunidade.

Referências Bibliográficas

BACCARIN, J. G.; ALVES, F. J. C. & GOMES, L. F. C. Emprego e condições de trabalho dos canavieiros no centro-sul do Brasil, entre 1995 e 2007. In: **Anais XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**. Rio Branco, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/569.pdf>>. Acesso em 18 out. 2011.

CAETANO, T. S. **Setor sucroalcooleiro como importante gerador de receitas e empregabilidade: um estudo de caso**. 2011. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração) - Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Universidade Federal de Uberlândia. Ituiutaba, 2011. Não publicado.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira; GOMES, Elói Biquer Silva Rosa. **Implicações Socioeconômicas e Ambientais da Produção do Alcool no Estado do Acre**. 2010. Disponível em: <<http://www.ufac.br/portal/unidades-academicas/pos-graduacao/mdr/documentos/dissertacoes/dissertacoes-de-008/EliBiquerSilvaRosaGomes.pdf>> . Acesso em: 14 out 2015.

ESRI - Environmental Systems Research Institute, software ArcGis Map 10.1, sob Licença de número: EFL913687012, do Laboratório de Geoinformação da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí.

FONSECA, R. G. & SANTOS, J. C. **Os recentes processos migratórios em Ituiutaba (MG) e a inserção das agroindústrias canavieiras.** Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente, n.33, v.1, p.24-49, jan./jul.2011

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 17 outubro 2015.

IMB. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Disponível em <http://www.imb.go.gov.br/perfilweb/Estatistica_bde.asp>. Acesso em 17 outubro 2015.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Disponível em:<<http://www.inpe.br/>>. Acesso em 17 outubro 2015.

MONITORAMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR. Disponível em:<<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/tabelas.html>> Acesso em 18 de outubro 2015.

NASA -NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION.Disponível em: <<http://www.nasa.gov/>>. Acesso em 17 outubro 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO. Prefeitura Municipal de Quirinópolis, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Prefeitura Municipal de Quirinópolis, 2015.

SIEG - SISTEMA ESTADUAL DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DE GOIÁS. Disponível em: <<http://www.simego.sectec.go.gov.br/>>. Acesso em 16 outubro 2015.

SOUZA, K. G., SILVA, M. A. S., PRADO, R. A. D. P. Impactos do setor sucroalcooleiro na (re) organização do espaço urbano: uma análise em contexto regional. In **Anais IX SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO EM TECNOLOGIA.** Uberlândia, 2012. Disponível em: <www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/36516338.pdf>. Acesso em 15 outubro 2015.

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DE CURSOS D' ÁGUA EM IPAMERI (GO) ATRAVÉS DE UM PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO RÁPIDA

Ariane Guimarães
Universidade Estadual de Goiás – Campus Morrinhos

Guilherme Malafaia
Instituto Federal Goiano / Urutaí, Goiás

Idelvone Mendes Ferreira
NEPSA/CNPq, Universidade Federal de Goiás – Regional
Catalão

Resumo: O estudo avaliou a integridade ambiental de segmentos fluviais, objetivando apresentar os resultados obtidos de avaliações realizadas em diferentes trechos de cursos d'água localizados na cidade de Ipameri (GO), através de um Protocolo de Avaliação Rápida de Cursos desenvolvido por Guimarães et al. (2012), adaptado para a avaliação e monitoramento de cursos d'água no bioma Cerrado, mais especificamente no Sudeste Goiano, apresentando uma discussão referente as alterações verificadas em cinco trechos escolhidos em decorrência do crescimento urbano da cidade de Ipameri, considerando às margens dos principais cursos d'água que a cortam, bem como destacar a importância de se dar maior atenção à preservação da qualidade natural dos sistemas lóticos da área. Os resultados apontam para uma situação alarmante, dado o grande número de pontos classificados como 'Regular' e 'Ruim', observando que as atividades humanas estão contribuindo para a degradação ambiental acelerada dos cursos d'água da área estudada.

Palavras-chave: Diagnóstico ambiental – Recursos hídricos – Ipameri (GO)

1 - Introdução

Ao longo das últimas décadas, no geral, o processo de urbanização teve como consequência o agravamento das condições socioambientais das cidades (TUCCI, 2007). Entre os impactos negativos causados em decorrência de tal processo pode-se destacar como um dos mais alarmantes, a poluição das águas dos cursos d'água urbanos.

Nesta perspectiva, mundialmente os monitoramentos dos ecossistemas fluviais são comumente realizados através da mensuração de parâmetros físico-químicos e bacteriológicos da água de seus cursos. Ainda assim, mesmo sendo métodos de

avaliação relevantes para o estabelecimento de indicadores de qualidade de potabilidade para os diversos usos humanos, conforme discutido por Karr e Chu (1999); Rodrigues e Castro (2008b); Firmino et al, (2011), quando analisados isoladamente, tais parâmetros podem desqualificar a real magnitude dos danos que estão sendo causados aos ecossistemas aquáticos. Partindo de tal pressuposto, um instrumento possível de ser empregado como ferramenta complementar no monitoramento dos recursos fluviais, são os Protocolos de Avaliação Rápida de Rios (PARs), os quais têm a proposta de avaliar, de forma integrada, parâmetros que determinam a qualidade dos condicionantes físicos dos rios (RODRIGUES; CASTRO, 2008a).

Conceitualmente, os PARs são instrumentos que unem procedimentos metodológicos aplicáveis à avaliação rápida, qualitativa e semi-quantitativa, de um conjunto de variáveis representativas dos principais componentes e fatores que condicionam e controlam os processos e funções ecológicas dos sistemas fluviais (CALLISTO et al., 2002; RODRIGUES; CASTRO, 2008a).

Nos PARs é estabelecido, em princípio, um limite considerado normal baseado em valores obtidos de locais minimamente perturbados, tidos como locais ‘referência’ (PLAFKIN et al., 1989), partindo da premissa de que os cursos d’água pouco afetados pela ação humana exibem melhores condições biológicas (MINATTI-FERREIRA; BEAUMORD, 2006). O gradiente de estresse ambiental é definido a partir da observação destes locais e de locais com vários graus de alterações, desde os pouco alterados até os muito degradados.

No Brasil, estudos têm utilizado os PARs como instrumentos de avaliação da estrutura física e do funcionamento dos ecossistemas fluviais, como pode ser observado nos trabalhos de Minatti-Ferreira e Beaumord (2004), Minatti-Ferreira e Beaumord (2006), Xavier e Teixeira (2007), Dillenburg (2007), Rodrigues et al. (2008), Bergman e Pedroso (2008), Pimenta et al. (2009), Padovesi-Fonseca et al. (2010); Krupek (2010), Firmino et al. (2011), Lobo et al. (2011), Vargas e Júnior (2012), Rodrigues et al. (2012), dentre outros.

Assim, o presente estudo almeja apresentar os resultados obtidos de avaliações realizadas em cinco diferentes trechos de cursos d’água localizados no município de Ipameri (GO) na área urbana da Sede do Município. Metodologicamente, as reflexões teóricas baseiam-se em leituras com foco conceitual para o processo de urbanização, bem como os diferentes usos do espaço e impactos da urbanização nos recursos

hídricos. Ainda, apresenta análises de dados e informações coletados em campo por meio de um Protocolo de Avaliação Rápida de Rios.

2 - Objetivos

Apresentar os resultados obtidos de avaliações realizadas em diferentes trechos de cursos d'água localizados no município de Ipameri (GO), através do PAR desenvolvido por Guimarães et al (2012), adaptado para a avaliação e monitoramento de cursos no contexto do bioma Cerrado do Sudeste Goiano.

Especificamente, o presente estudo busca discutir as alterações verificadas em alguns trechos de cursos d'água decorrentes do crescimento urbano da cidade de Ipameri, com base nas informações adquiridas; bem como destacar a importância de se dar maior atenção à preservação da qualidade natural dos sistemas lóticos da área no contexto do Cerrado.

3 - Material e Métodos

Quanto aos procedimentos metodológicos, almejando dar melhor sustentação à pesquisa, estes foram desenvolvidos obedecendo a procedimentos teórico-metodológicos específicos. Para tanto, buscou-se um embasamento teórico em leituras bibliográficas, com focos conceituais e técnicos sobre os recursos hídricos, sobre a urbanização, concomitante a trabalhos de laboratório e/ou campo.

3.1. Área de estudo

O município de Ipameri ocupa uma área territorial de 4.691 km², equivalentes a 1,32% do território Goiano. Localizado entre os rios Corumbá e São Marcos, tem como coordenadas geográficas 17°43'20" de latitude Sul e 48°09'44" de longitude Oeste" (PMI, 2010). Em termos geográficos, o município de Ipameri limita-se ao Norte com os municípios de Luziânia e Cristalina; a Nordeste com o município de Paracatu (MG) e Campo Alegre de Goiás; ao Sul com os municípios de Goiandira e Nova Aurora; a Sudeste com Corumbá; a Oeste com Caldas Novas e Pires do Rio e a Noroeste com Urutaí e Orizona. Demograficamente, Ipameri possui, segundo dados do último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), aproximadamente 24.800 habitantes.

A vegetação da área estudada é a característica do bioma Cerrado, em suas diferentes fitofisionomias, predominando as Formações Típicas do Cerrado. O solo, predominante é o Latossolo Vermelho Escuro, sendo também frequentes os Cambissolos e os Neossolos. A precipitação pluviométrica anual é de 1750 mm, com ocorrência de 80% das chuvas nos meses de dezembro a março, e o restante se distribuindo, principalmente nos meses de outubro e novembro (IPAMERI, 2010).

Os cursos d'água observados no município de Ipameri fazem parte de uma paisagem de baixa declividade, que via de regra, possui um perfil longitudinal de baixo gradiente, isto é, com pequeno desnível entre as nascentes e a jusante. Esses cursos d'água possuem poucas corredeiras e cachoeiras, de modo que a velocidade do escoamento é basicamente em função de seu volume, e, portanto, da dimensão da bacia de captação e do regime pluviométrico regional (GUIMARÃES et al., 2012).

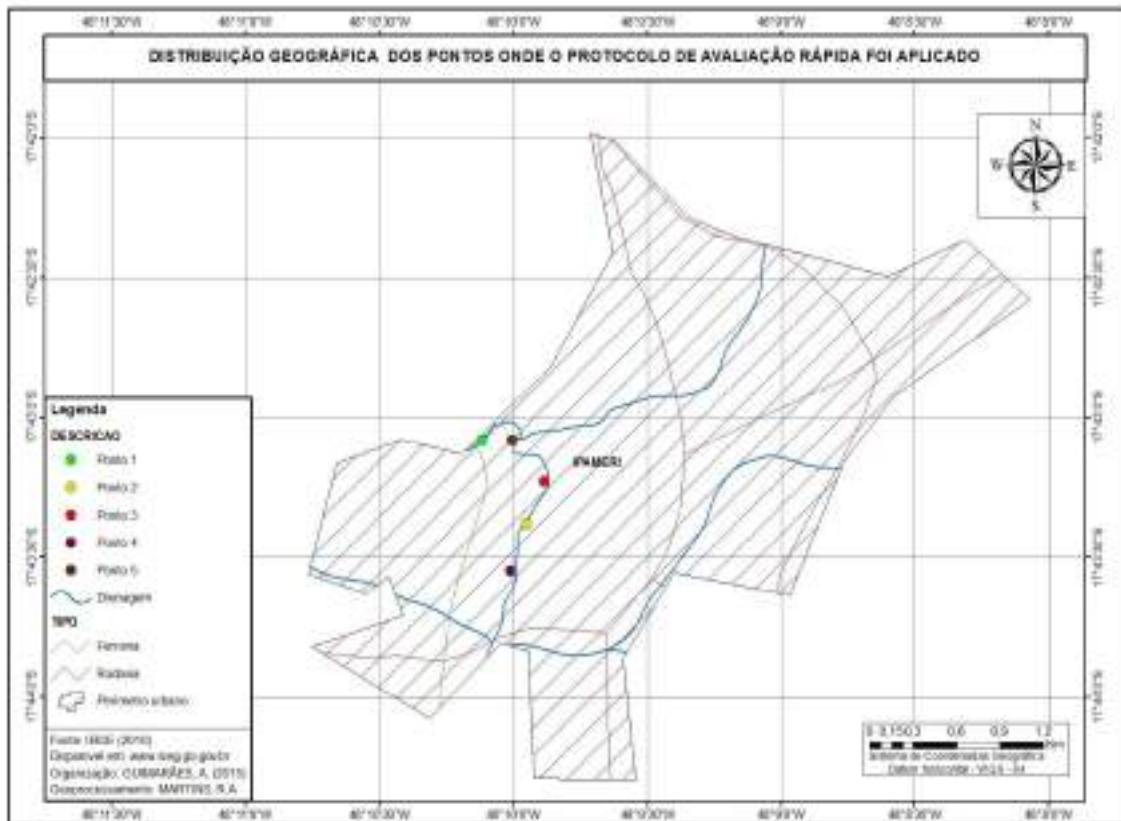
3.2. Técnicas de Pesquisa

Os procedimentos de pesquisa foram desenvolvidos em etapas ou momentos sequenciais: 1) Primeira etapa: inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica com base em trabalhos que fazem referência aos cursos d'água na região de Ipameri (quantidade, localidade, acesso) e uma revisão de literatura sobre o processo de urbanização e os recursos hídricos, considerando suas causas e consequências. Nessa etapa foi empregada a técnica de leitura e compilação, fazendo um arquivo/banco de dados armazenados em arquivos de computação e acervo bibliográfico para consultas constantes. 2) Segunda etapa: refere-se a visita aos trechos selecionados, realizando uma análise comparativa com os resultados finais do projeto, que é a realização de reflexões teórico/técnicas sobre o diagnóstico da integridade ambiental da área de estudo em questão.

3.3. Procedimentos de campo

A aplicação do Protocolo de Avaliação Rápida de cursos d'água, foi realizada em cinco trechos localizados na área urbana da cidade de Ipameri, no dia 14 de julho de 2015. Os critérios utilizados para seleção dos trechos analisados basearam-se nas características ecomorfológicas dos cursos d'água, as quais incluem observação dos aspectos da geologia local, relevo, solo e vegetação, condizentes com os parâmetros propostos no PAR utilizado, bem como pela facilidade de acesso aos trechos. Em cada trecho visitado, o PAR foi aplicado por um avaliador previamente treinado (Figura 1).

Figura 1 – Pontos de aplicação do PAR em Ipameri (GO)



Organização: GUIMARÃES, A. (2015)

3.4. Análise dos dados

O PAR utilizado no presente estudo foi elaborado por GUIMARÃES et al., (2012). O protocolo abrange a avaliação de onze parâmetros, cujas avaliações podem refletir condições consideradas “ótimas”, “boas” ou “ruins”. São elas: *Características do fundo do curso; Sedimentos no fundo do curso; Ocupação das margens do curso; Nível de Erosão; Presença de Lixo; Alterações no canal do curso; Presença de esgoto doméstico ou industrial; Presença de Oleosidade na água; Presença de Plantas aquáticas; Presença de Animais; Odor da água* (ANEXO 1).

A partir da descrição de cada parâmetro proposto no PAR utilizado foi possível atribuir pontuações (0 a 10 para cada item) referentes às condições observadas no trecho do curso d'água em avaliação. A pontuação aumentou na mesma proporção da qualidade do habitat, podendo variar de acordo com o local das observações. Para os parâmetros cuja avaliação envolveu as margens do canal (esquerda e direita) a pontuação foi atribuída a cada margem separadamente. Neste caso, as margens

apresentaram diferentes condições ambientais e a avaliação do trecho foi obtida por meio da média aritmética das pontuações.

O resultado final do Protocolo foi obtido a partir do somatório dos valores atribuídos a cada parâmetro avaliado. A pontuação final refletiu a condição ambiental encontrada nos trechos avaliados. Trechos cujas pontuações, quando somadas, encontram-se no intervalo entre 71 e 110 pontos, foram considerados “ótimos” (ou seja, refletiram uma condição natural ou com pouca alteração antrópica), quando no intervalo está entre 31 e 70 pontos, foram considerados “bons”, e quando no intervalo está entre 0 e 30 pontos, foram considerados “ruins”. O PAR a ser usado neste projeto, quanto aos locais de avaliação, pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Pontos e coordenadas geográficas dos trechos de cursos visitados na cidade de Ipameri (GO)

Identificação	Coordenadas
1	48°09'57'' O 17°43'23'' S
2	48°09'55'' O 17°48'14'' S
3	48°10'01'' O 17°43'33'' S
4	48°10'01'' O 17°43'05'' S
5	48°10'07'' O 17°44'05'' S

Organização: GUIMARÃES, A. (2015).

4 - Resultados e Discussão

Com base nas pontuações totais atribuídas a cada trecho de cursos d'água visitados, verificou-se que apenas 3 dos trechos avaliados foram classificados como como “bons”, enquanto 2 dos trechos visitados foram classificados como “ruins”, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 - Pontuação final dos trechos de cursos d'água avaliados no estudo

Identificação	Intervalo observado	Pontuação final
1	“Ruim” -(0 e 30)	27,5
2	“Bom” -(31 e 70)	47,5
3	“Ruim” -(0 e 30)	20
4	“Bom” - (31 e 70)	55
5	“Bom” - (31 e 70)	55

Os Parâmetros 1 e 2 receberam as mesmas pontuações quando comparados a uma condição “referência” (trechos de cursos 4 e 5). Todos os trechos visitados apresentaram uma condição “boa” em relação ao Parâmetro 1 (“Substratos e/ou habitats disponíveis”) e ao Parâmetro 2 (“Deposição de sedimentos”).

Fazendo referência aos dois primeiros parâmetros, é necessário elucidar a extrema importância dos mesmos no que diz respeito à qualidade ambiental dos sistemas lóticos. De acordo com Guimarães et al. (2012), o Parâmetro 1 “*Características do fundo do curso*” abrange a quantidade e a variedade de estruturas naturais do curso d’água, tais como, galhos ou troncos de árvores, cascalhos, folhas e plantas aquáticas no fundo do curso. Neste contexto, a variedade das comunidades de macroinvertebrados bentônicos está diretamente relacionada com a maior estabilidade dos substratos e com a presença de matéria orgânica no leito dos cursos d’água (ALLAN, 1995).

Com relação ao Parâmetro 2 “*Sedimentos no fundo do curso*”, estudos demonstram a influência dos sedimentos sobre a biota aquática, e todos têm considerado que a composição granulométrica é um dos principais fatores responsáveis pela estrutura e distribuição das comunidades biológicas em ecossistemas aquáticos (FIRMINO et al., 2011). Os trechos visitados também foram avaliados quando aos Parâmetros 3 e 4 “*Ocupação das margens do curso*” e “*Nível de Erosão*”, respectivamente. Para essas variáveis, os resultados também demonstram pontuações baixas, o que permitiu que a maioria dos trechos visitados fosse classificada como “*ruim*”.

No caso específico do Parâmetro 3, considerou-se como condições “referências” aquelas observadas no trecho 5. Já para o Parâmetro 4, os trechos de 2 e 4 foram os considerados “*referência*” para a comparação dos resultados. As mudanças antropogênicas evidenciadas na área estudo podem ser caracterizadas pela presença de residências, comércios, áreas de pastagem ou plantações, assim a integridade ambiental é prejudicada.

Com relação aos Parâmetros 5 “*Presença de lixo*” e 6 “*Alterações no canal do curso*”, estes foram os que receberam as piores pontuações durante as avaliações, quando comparados à condição “*referência*”. Dois dos cinco trechos receberam uma

classificação “*ruim*” em relação aos Parâmetros 5 e 6. Esses resultados também são preocupantes, haja vista que a retificação de canais de cursos d’água, as canalizações ou impermeabilizações causadas pelas obras de engenharia geram direta redução da área de drenagem das bacias hidrográficas, proporcionando uma redução drástica na densidade e diversidade de espécies aquáticas, alterando a ictiofauna.

Fazendo referência aos Parâmetros 7 “Presença de *esgoto doméstico ou industrial*”, 8 “Presença de *oleosidade na água*” e 10 “*Odor da água*”, foi observado que em todos os 5 trechos visitados na área pesquisada existem canalizações de esgoto doméstico e industrial em um longo trecho do curso ou em vários trechos. Em relação aos Parâmetros 8 e 9, respectivamente, foi detectado em dois pontos a presença de manchas de óleo na água e odor característico de combustível, e um trecho analisado apresentou forte cheiro de esgoto. De acordo com a literatura especializada, o lançamento de efluentes domésticos e industriais leva a sérios problemas de erosão, podendo provocar o carreamento de sedimentos e conseqüente assoreamento de cursos d’água. O resultado de todas as interferências antropogênicas nos cursos d’água são a elevação da temperatura da água, a retirada da vegetação ripária, redução do canal e a desestruturação dos *habitats* para a biota aquática.

Os Parâmetros 9 “*Presença de plantas aquáticas*”, 10 “*Presença de oleosidade na água*” e 11 “*Presença de animais*”, foi observado em 4 trechos visitados, constatando-se plantas aquáticas em vários trechos do curso. Em relação ao Parâmetro 11, foi observado que apenas em dois pontos existem a presença de poucos anfíbios e insetos aquáticos.

Os resultados apontam uma forte agressão aos cursos d’água que cortam o a cidade de Ipameri, ao mesmo passo que evidenciam a falta de preocupação da população humana e dos órgãos gestores quanto à preservação e conservação de tais sistemas.

5 - Considerações

Os resultados obtidos através das avaliações realizadas em cinco diferentes trechos de cursos d’água que cortam a cidade de Ipameri (GO), através do PAR desenvolvido por Guimarães et al. (2012), permitem concluir que a degradação ambiental (lançamento de esgotos domésticos e efluentes industriais nos corpos

hídricos, urbanização desenfreada, atividades agrícolas, entre outros aspectos) de tais sistemas lóticos é devido ao processo de ocupação das áreas onde os sistemas fluviais estão inseridos. No amplo contexto social, econômico e ambiental do século XXI, um dos principais problemas e processos que causam a “crise da água” é a intensa urbanização, que aumenta a demanda pela água, bem como amplia a descarga de efluentes diversos nos recursos hídricos. Os resultados também evidenciaram a extrema necessidade de se dar maior atenção à preservação da qualidade natural de tais sistemas na área estudada.

É importante salientar que, apesar do presente estudo ter apresentado resultados importantes no diagnóstico ambiental dos trechos avaliados, é necessário que sua utilização seja realizada aliada a palestras, oficinas, assim sugere-se que o PAR utilizado neste estudo seja incorporado a programas e/ou projetos de Educação Ambiental.

6 - Agradecimentos

Ao fomento concedido pelo Programa Institucional de Bolsa da UEG/CAPES.

Referências Bibliográficas

CALLISTO M. et al. M. Aplicação de um protocolo de avaliação rápida da diversidade de habitats em atividades de ensino e pesquisa (MG-RJ). **Acta Limnológica Brasiliense**, Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 91-98. 2002.

DILLENBURG, A. K. A importância do monitoramento ambiental na avaliação da qualidade de um rio – estudo de caso – Mercedes (PR). **Revista Urutágua – Revista Acadêmica Multidisciplinar**, Maringá, n. 12, p. 1-10. 2007.

FIRMINO, P. F.; MALAFAIA, G.; RODRIGUES, A. S. L. Diagnóstico da integridade ambiental de trechos de rios localizados no município de Ipameri, Sudeste do Estado de Goiás, através de um protocolo de avaliação rápida. **Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology**, Itajaí, v. 15, n. 2, p. 1-12. 2011.

GUIMARÃES, A; RODRIGUES, A .S. L.; MALAFAIA, G. Adequação de um protocolo de avaliação rápida de rios para ser usado por estudantes do ensino fundamental. **Ambi-Água**, Taubaté, v. 7, n. 3, p. 241-260, 2012.

KARR, J. R.; DUDLEY, D. R. Ecological perspective on water quality goals. **Environmental Management**, 1981, v. 5, p. 55-68.

KRUPEK, R.A. Análise comparativa entre duas bacias hidrográficas utilizando um protocolo de avaliação rápida da diversidade de habitats. **Ambiência**, Guarapuava, v. 6, n. 1, p. 147-158. 2010.

MALAFAIA, G.; RODRIGUES, A. S. L. Percepção ambiental de jovens e adultos de uma escola municipal de ensino fundamental. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 266-274, 2009.

MINATTI-FERREIRA, D. D.; BEAUMORD, A. C. Avaliação rápida de integridade ambiental das sub-bacias do rio Itajaí-Mirim no Município de Brusque, SC. **Revista Saúde & Ambiente**, Joinville, v. 4, n. 2, p. 21-27. 2004.

MINATTI-FERREIRA, D. D.; BEAUMORD, A. C. Adequação de um protocolo de avaliação rápida de integridade ambiental para ecossistemas de rios e riachos: Aspectos físicos. **Revista Saúde e Ambiente**, Joinville, v. 7, n. 1, p. 39-47. 2006.

PADOVESI-FONSECA, C. et al. Diagnóstico da sub-bacia do ribeirão Mestre d'Armas por meio de dois métodos de avaliação ambiental rápida, Distrito Federal, Brasil Central. **Revista Ambiente & Água**, Taubaté, v. 5, n. 1, p. 43-56. 2010.

PLAFKIN, J.L. et al. **Rapid bioassessment protocols for use in streams and rivers: Benthic macroinvertebrates and fish**. Washington: EPA 440-4-89-001, 1989. 339 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI-GO (PMI). Informações gerais sobre o município de Ipameri. Disponível em: <http://www.ipameri.go.gov.br/site/12/html/>. Acesso em: 16 de abr. 2010.

RODRIGUES, A. S. L. et al. Adequação e avaliação da aplicabilidade de um Protocolo de Avaliação Rápida na bacia do rio Gualaxo do Norte, Leste-Sudeste do Quadrilátero Ferrífero, MG, Brasil. **Revista Ambiente & Água**, Taubaté, v. 7, n. 2, p. 231-244. 2012.



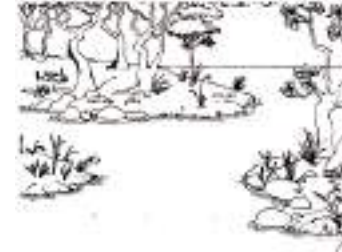






TUCCI, C. E. M. Inundações Urbanas. Porto Alegre: ABRHG/RHMA, 2007. 393 p.


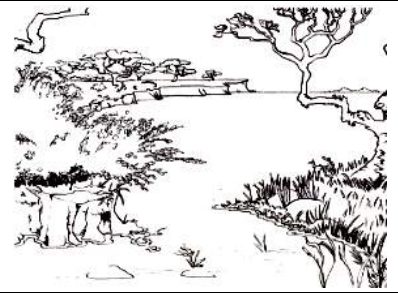







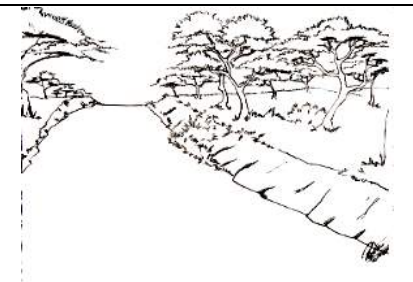
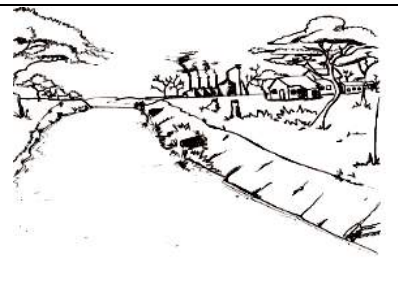
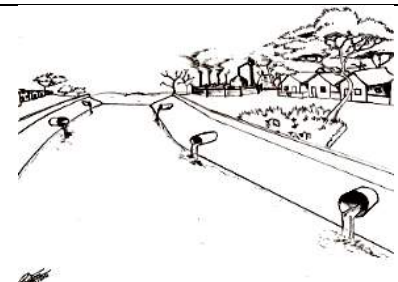
VARGAS, J. R. A.; JÚNIOR, P. D. F. Aplicação de um Protocolo de Avaliação Rápida na Caracterização da Qualidade Ambiental de Duas Microbacias do Rio Guandu, Afonso Cláudio, ES. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 161-168. 2012.

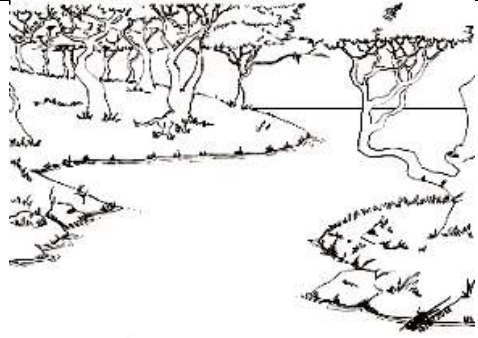
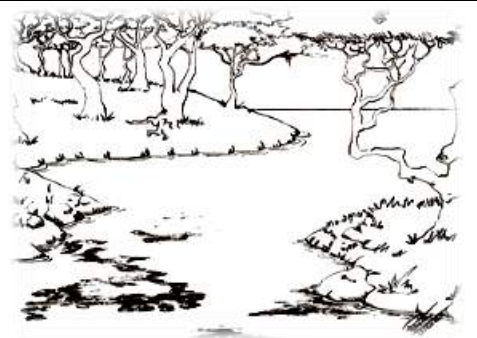
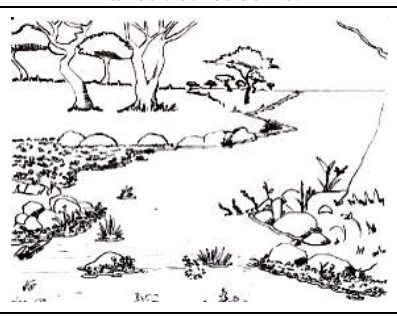
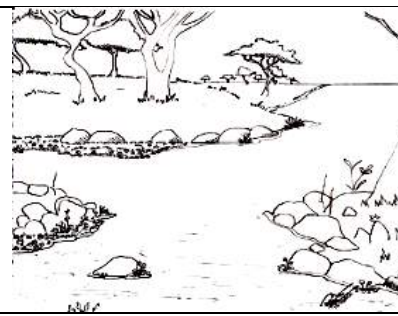
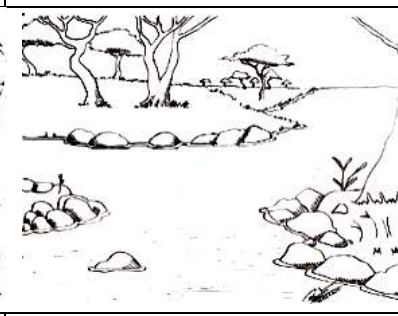



XAVIER, A. L.; TEIXEIRA, D. A. Diagnóstico das nascentes da sub-bacia hidrográfica do rio São João em Itaúna, MG. In: VII CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 2007. Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG, 2007. p. 1-2.

ANEXO I

Protocolo de avaliação rápida de cursos d'água utilizados no presente estudo

Nome do avaliador:		
Nome da escola:		
Data da avaliação:		Turma:
Instruções: Você agora é um pesquisador e deve avaliar a saúde de rios e riachos. Por onde começar? Este protocolo é utilizado por pesquisadores em todo o mundo, e agora será utilizado por você. Leia atentamente os parâmetros e depois de observado o rio ao redor, marque uma nota (10, 5 ou 0), de acordo com a situação verificada.		
Parâmetro 1: Características do fundo do curso		
Ótima	Boa	Ruim
Existem galhos ou troncos, cascalhos (pedras), folhas e plantas aquáticas no fundo do rio.	Há poucos galhos ou troncos, cascalhos (pedras) no fundo do rio.	Não existem galhos ou troncos, cascalhos (pedras), folhas e plantas aquáticas no fundo do rio.
		
10	5	0
Parâmetro 2: Sedimentos no fundo do curso		
Não se observa acúmulo de lama ou areia no fundo do rio. O fundo do rio está normal.	Observa-se a presença de lama ou areia no fundo do rio, mas ainda é possível ver as pedras e plantas aquáticas em alguns trechos.	O fundo do rio apresenta muita lama ou areia, cobrindo galhos, troncos, cascalhos (pedras). Não se observa abrigos naturais para os animais se esconderem ou reproduzirem.
		
10	5	0
Parâmetro 3: Ocupação das margens do curso		
Existem plantas nas duas margens do rio, incluindo arbustos (pequenas árvores) e árvores.	Existem campos de pastagem (pasto) ou plantações.	Existem residências (casas), comércios ou indústrias bem perto do rio.
		
10	5	0
Parâmetro 4: Nível de Erosão		
Não existe desmoronamento ou deslizamento dos barrancos do rio.	Apenas um dos barrancos do rio está desmoronando.	Os barrancos dos rios, nas duas margens, estão desmoronando. Há muitos deslizamentos.

		
10	5	0
Parâmetro 5: Presença de lixo		
Não há lixo no fundo ou nas margens do rio.	Há pouco lixo doméstico no fundo ou nas margens do rio (papel, garrafas pet, plásticos, latinhas de alumínio, etc.).	Há muito lixo no fundo ou nas margens do rio.
		
10	5	0
Parâmetro 6: Alterações no canal do curso		
O rio apresenta canal normal. Não existem construções que alteram a paisagem.	Em alguns trechos do rio as margens estão cimentadas, ou existem pequenas pontes.	As margens estão todas cimentadas, existem pontes ou represas no rio. Alterações na paisagem são evidentes.
		
10	5	0
Parâmetro 7: Presença de esgoto doméstico ou industrial		
Não se observam canalizações de esgoto doméstico ou industrial.	Existem canalizações de esgoto doméstico ou industrial em alguns trechos do rio.	Existem canalizações de esgoto doméstico e industrial em um longo trecho do rio ou em vários trechos.
		
10	5	0
Parâmetro 8: Presença de oleosidade na água		
Não se observa.	Observam-se manchas de óleo na água.	

		
10	0	
Parâmetro 9: Presença de plantas aquáticas		
Observam-se plantas aquáticas em vários trechos do rio.	Existem poucas plantas aquáticas no rio.	Não se observa plantas aquáticas no rio.
		
10	5	0
Parâmetro 10: Presença de animais		
Observam-se com facilidade peixes, anfíbios (sapos, rãs ou pererecas) ou insetos aquáticos no trecho avaliado.	Observam-se apenas alguns peixes, anfíbios (sapos, rãs ou pererecas) ou insetos aquáticos no trecho avaliado.	Não se observa peixes, anfíbios (sapos, rãs ou pererecas) ou insetos aquáticos no trecho avaliado.
		
10	5	0
Parâmetro 11: Odor da água		
Não tem cheiro.	Apresenta um cheiro de esgoto (ovo podre), de óleo e/ou de gasolina.	
10	0	

PROCESSO DE VOÇOROCAMENTO NA BACIA DO RIBEIRÃO MIMOSO EM MORRINHOS, GO

Cristielly Luiza da Silva
Aluna do Programa de Pós – Graduação *Stricto sensu* em
Meio Ambiente e Sociedade Universidade Estadual de
Goiás / Câmpus Morrinhos

Alik Timóteo de Sousa
Docente do Programa de Pós – Graduação *Stricto sensu*
em Meio Ambiente e Sociedade
Universidade Estadual de Goiás / Câmpus Morrinhos.

Resumo: Morrinhos no Sul de Goiás possui grandes focos erosivos pluviais que não foram devidamente estabilizadas. A pesquisa objetivou caracterizar as causas do surgimento e evolução de uma voçoroca, visando propor medidas de estabilização. Fez-se revisão bibliográfica do tema, sucedida por trabalhos de campo para reconhecimento do meio físico, uso e ocupação do solo e para cadastramento da incisão erosiva com base na metodologia proposta pelo IPT/SP. A erosão está distante aproximadamente 35 km do centro urbano, em altitude de 747 metros, conectada ao ribeirão Mimoso. Refere-se à reativação de uma erosão natural induzida pela ação antrópica, em área de pastagem. Possui trechos instáveis com movimentos de massa generalizados e taludes íngremes. Contudo, apresenta sinais de estabilização com repovoamento espontâneo com vegetação típica de áreas úmidas ou de mata galeria. Para sua contenção sugere-se o isolamento de seu entorno, plantio de espécies nativas arbóreas, de gramíneas e bambus, construção de paliçadas transversais ao seu eixo principal e monitoramento contínuo das intervenções executadas.

Palavras-Chave: Erosão – Contenção – Estabilização

Introdução

Morrinhos localiza-se no Sul do estado de Goiás, com uma população estimada em 44.607 habitantes, possui uma área de unidade territorial de 2.846,199 km² (IBGE-2015).

É entrecortado pela Br153 sendo uma das principais vias de acesso aos municípios circunvizinhos e regiões adjacentes.

Possui rodovias estaduais ao seu entorno como a GO 476 no sentido centro urbano do município para o Instituto Federal Goiano, acesso as áreas rurais como a Fazenda Paraíso, Jardim da Luz e a Fazenda Mimoso que abriga a erosão hídrica de grande porte que é foco desta pesquisa, estas rodovias auxiliam ainda inúmeras

agroindústrias que beneficiam a matéria-prima local. Conforme a maioria dos autores dentre eles (MAGALHÃES,2001) a erosão hídrica pode manifestar-se de 3 formas principais: laminar ou lençol; ravinamento; e sulcos ou voçorocas.

Segundo (Guerra; Cunha, 2012, 149-150)

A erosão dos solos é um problema de escala mundial, sendo mais séria em países em desenvolvimento devido a condição climática, mais os países europeus já demonstram preocupação dentre vários artigos publicados na área, mais apesar de sua importância para a existência humana, ocorre pouca atenção em aspecto de utilização e conservação.

O município de Morrinhos tem clima tropical sub úmido (Aw), com duas estações bem definidas sendo estiagem entre os meses de maio a setembro e o período chuvoso de outubro a abril, com a temperatura variando entre a mínima de 12°C à máxima de 37°C (CPTEC-2015), sendo assim nos períodos com maior índice de precipitação pluviométrica há maior vulnerabilidade do solo.

As precipitações pluviométricas causam movimentação de massa na superfície terrestre e assim como (GUERRA; CUNHA, 2012, 158-166) diz que “a alta estabilidade dos agregados também proporciona maior resistência ao impacto das gotas de chuva, diminuindo, assim, a erosão por *splash*, também mencionada na mesma obra de erosão por salpicamento”.

Os solos desta área são em geral moderadamente friáveis, com declividade média a elevada em alguns trechos, estes fatores do meio físico favorecem a gênese dos processos erosivos lineares de grande porte, como ravinhas e voçorocas. Para Bezerra de Menezes et al. (2007) “diferentes tipos de solos podem apresentar susceptibilidade diferenciada à erosão, mesmo para condições semelhantes de declividade, cobertura vegetal e práticas de manejo”.

Segundo (METAGO, 1999) na porção norte de Morrinhos predomina rochas metamórficas paleomesozóicas, pertencentes ao Grupo Araxá e Complexo Basal Goiano, com destaque para xistos, micaxistos, quartzitos e outros. Enquanto que para (FLEURY, 1975) no trecho Sul de Morrinhos encontra-se o basalto da Formação Serra Geral, Grupo São Bento, de idade Mesozoica.

A pesquisa tem como objetivo diagnosticar as causas de surgimento e evolução de uma erosão de grande porte (voçoroca), na zona rural, visando identificar os mecanismos erosivos que comandam sua evolução, para proposição de medidas

adequadas de contenção. Guerra e Cunha (2012) afirmam que “as voçorocas são características erosivas relativamente permanentes nas encostas, possuindo paredes laterais íngremes e, em geral, fundo chato, ocorrendo fluxo de água no seu interior durante os eventos chuvosos”.

Sendo assim a caracterização do formato da Voçoroca Mimoso pode ser entendida como coalescente levando em conta a literatura de (MAGALHÃES, 2001), que diz que existem três formatos de voçorocas: ovóides, coalescentes e lineares. Uma vez que a coalescente se assemelha à erosão pesquisada por ser constituída por mais de um anfiteatro à montante e suas paredes laterais evoluem de forma independente.

Este trabalho concretiza-se de revisão bibliográfica do tema, métodos de investigação, técnicas operacionais e cadastramento da incisão erosiva com base na metodologia proposta pelo IPT-SP (Instituto de Pesquisas do Estado de São Paulo) ocorrido com trabalhos de campo para levantamento dos mecanismos que atuam na área através de registros fotográficos e reconhecimento do meio físico e uso e ocupação do solo local e ao seu entorno.

Atualmente identifica-se um repovoamento florestal natural evidenciando mais não ocorre a estabilidade completa da Voçoroca, pois em seu interior detectamos nascentes de água que resulta em um possível afloramento do lençol freático, a erosão se desenvolve à remontante que sugere à uma área de transição de rochas, onde temos o solo exposto e o solapamento dos taludes principalmente nos períodos de maior pluviosidade e conseqüentemente ocorrem os movimentos de massa devido a grande declividade ocasiona o assoreamento do Córrego Mimoso que com o passar dos anos e acúmulo de detritos em seu interior poderá ocasionar um alagamento no interior do processo erosivo.

Salienta-se ainda em (MAGALHÃES, 2001)

que a erosão hídrica, à qual daremos ênfase, desenvolve-se em 4 estágios: formação de canal onde há concentração de escoamento; incremento rápido em profundidade e largura onde a cabeceira move-se para montante; declínio do aumento com início de crescimento da vegetação natural; e eventual estabilização com o canal locado num perfil de equilíbrio com paredes estáveis e vegetação desenvolvida segurando o solo.

Material e Métodos

Esta pesquisa foi realizado a partir da revisão bibliográfica sobre o tema, sucedido pelo cadastramento de uma voçoroca, em área rural do município de Morrinhos, com base na metodologia proposta pelo IPT/SP (1986); trabalhos de campo para levantamento dos mecanismos erosivos que atuam na erosão; realização de registros fotográficos; medição das dimensões da incisão, bem como o uso de aparelhos e softwares como para quantificar a área atingida pelo processo erosivo e os mapas foram confeccionados por meio do software ArcGis para o reconhecimento do meio físico e de uso e ocupação do solo em seu entorno. Admite-se que após a coleta de dados, vem a etapa de análise e interpretação para construir resultados baseados na realidade do campo em relação o conhecimento teórico adquirido (Marconi; Lakatos, 2003).

- Para delimitar a bacia do Córrego Mimoso com análise e utilização da base digital da Carta Topográfica SE-22-X-D (Morrinhos) em escala 1:1250.000 e a compilação do mapa hidrográfico para o estado de Goiás/IBGE/Agência Rural em escala 1:100.000. Definida topograficamente, drenada pelos cursos d'água e conectados a vazão dos afluentes ao Córrego principal, definiu-se devido a sua grande extensão, representarmos somente o trecho médio superior da Bacia, para a localização mais precisa da incisão erosiva nos mapas.

Os mapas temáticos foram elaborados a partir de bases digitais de informações contidas em diversos documentos do SIG-Goiás e da imagem SRTM (SHUTTLE RADAR TOPOGRAPHIC MISSION), e definidos na escala 1: 200.000:

- **Mapa de Declividade:** Elaborado a partir de imagem SRTM (SHUTTLE RADAR TOPOGRAPHIC MISSION) com resolução aproximada de 90 metros. Na modelagem do terreno criou-se 5 (cinco) classes que variam entre 0 a 20%.
- **Localização microbacia no município de Morrinhos:** base digital da Carta Topográfica SE-22-X-D (Morrinhos) em escala 1: 250.000 e a compilação do mapa hidrográfico para o estado de Goiás/IBGE/Agência Rural em escala 1:100.000
- **O Córrego Mimoso** apresenta sua nascente próxima ao Rio Meia Ponte – Fazenda Tijuqueiro (entre os municípios de Aloândia e Joviânia) à montante da Fazenda Jerônimo Barbosa que abriga a incisão erosiva pesquisada, desaguando no Rio Piracanjuba à jusante próximo à Caldas Novas em seu trecho inferior, em

sua grande extensão apresenta inúmeros cursos d'água entre o Córrego Principal e ao longo a do processo erosivo na superfície e em seu interior identifica-se várias nascente que formam um canal d'água conectado diretamente ao Córrego Mimoso.

LOCALIZAÇÃO DO TRECHO MÉDIO SUPERIOR DA MICROBACIA DO RIBEIRÃO DO MIMOSO - MUNICÍPIO DE MORRINHOS/ GO

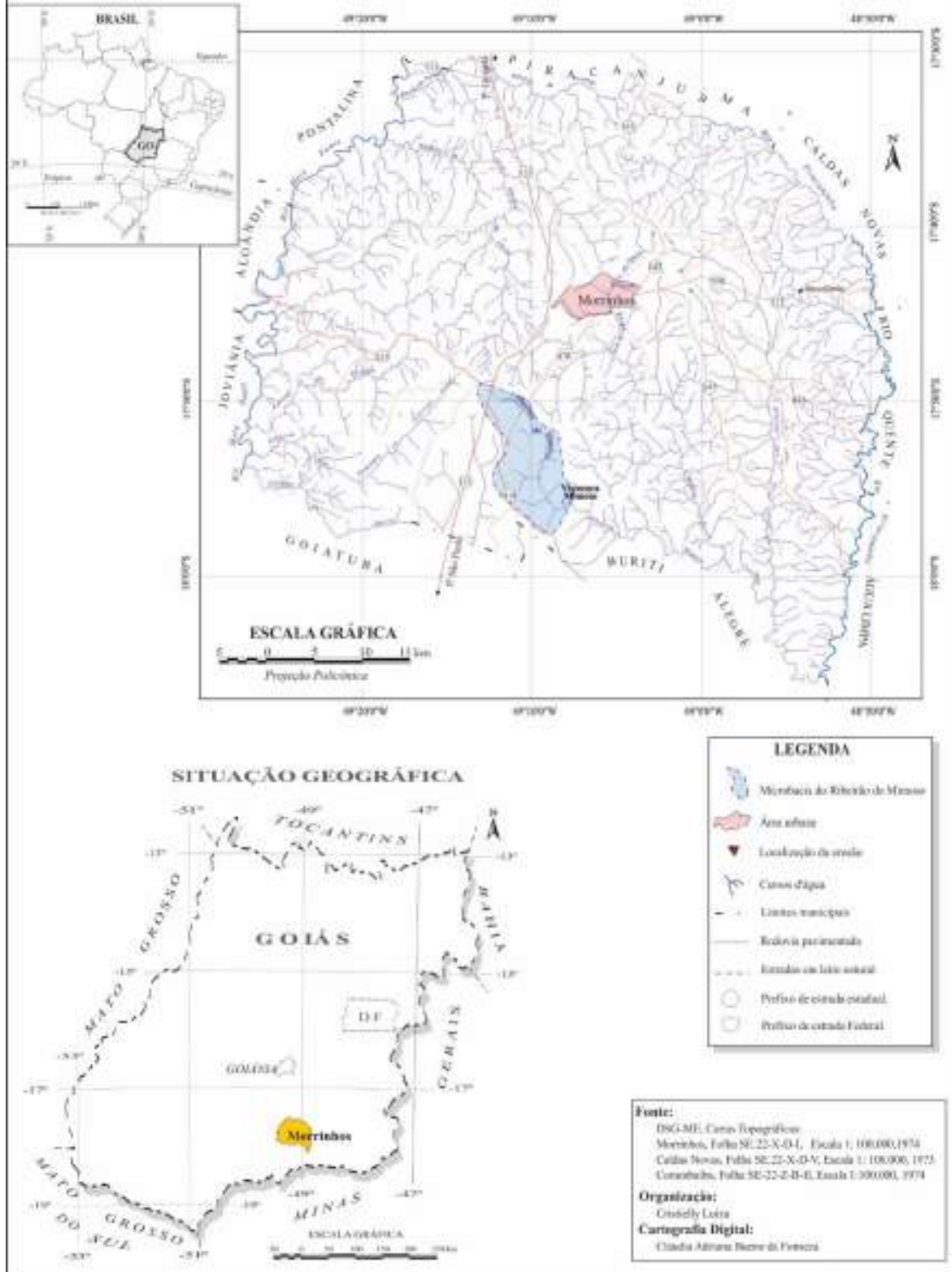


Figura 1.Localização da área de pesquisa.

Resultados e Discussão

A Voçoroca Mimoso localizada ao Sul do município de Morrinhos, possui uma distância de 25km aproximadamente do centro urbano, com latitude de 17°55'48''Sul e longitude de 49°7'43''Oeste, com uma latitude de aproximadamente 771 metros (Figura 2). Refere-se a reativação de uma erosão natural induzida ou intensificada pela ação antrópica e as áreas de pastagem ao seu entorno conectada diretamente ao Córrego Mimoso.



Figura 2. Localização da Voçoroca Mimoso.(Fonte: Google Earth).

A erosão estudada é denominada voçoroca para alguns autores e boçoroca é um termo Tupi-Guarani, Ib-Çorocque significa terra rasgada e em inglês é conhecida como Gullies, não havendo distinção entre a atuação ou não de lençol freático. (CAMAPUM DE CARVALHO *etal*, 2006, p.53), altera somente a nomenclatura, pois se trata em geral de uma erosão de grande porte.

Surgiu na fraqueza da rocha basáltica, tem um formato linear e uma vertente com radiais convexas e contornos côncavos, marcando uma área de declividade acentuada em área de pastagem acima de 15 – 20% (Figura 5). Resumidamente,

CHRISTOFOLETTI (1980, p. 39-43) afirma que a “convexidade, consiste no conjunto de todas as partes de um perfil de vertente no qual não há diminuição dos ângulos em direção a jusante e a concavidade, identifica-se em todas as partes de um perfil da vertente no qual não há aumento dos ângulos à jusante”.

O relevo e a litologia favorecem a instalação da incisão erosiva. O solo apresenta instabilidade erosiva, caracterizada por solo alóctone ou cóluvio (muito argiloso) e em suas margens cambissolo e neossolo-litóico. Com uma vertente extensa que acarreta enxurrada das precipitações pluviométricas, aumentando os canais das nascentes que afloram no interior e no exterior da erosão, percorrendo de montante para jusante da área ao encontro do Córrego.

Possui trechos instáveis com movimentos de massa generalizados e taludes íngremes, sendo à remontante uma formação de anfiteatro, apresenta sinais de estabilidade com o repovoamento espontâneo da vegetação típica de áreas úmidas ou de mata de galeria, abrigando animais como onça pintada segundo relatos do proprietário da área, gado de corte, tamanduá bandeira e outros de médio porte que podem contribuir para a existência do processo erosivo (Figura 3 e 4).



Figura 3 – Vista parcial da Erosão à remontante e caminhos de gado grandes agravantes.



Figura 4 – Solo exposto nos taludes à remontante e repovoamento natural e antrópico.

O proprietário na tentativa empírica de contenção plantou alguns pés de banana à remontante na borda dos taludes, mais com o passar dos anos ocorreu o solapamento dos taludes e conseqüentemente o alongamento e alargamento da incisão erosiva, onde atualmente continuam produzindo frutos no interior da erosão, dificultando e colocando em risco o acesso para a colheita.

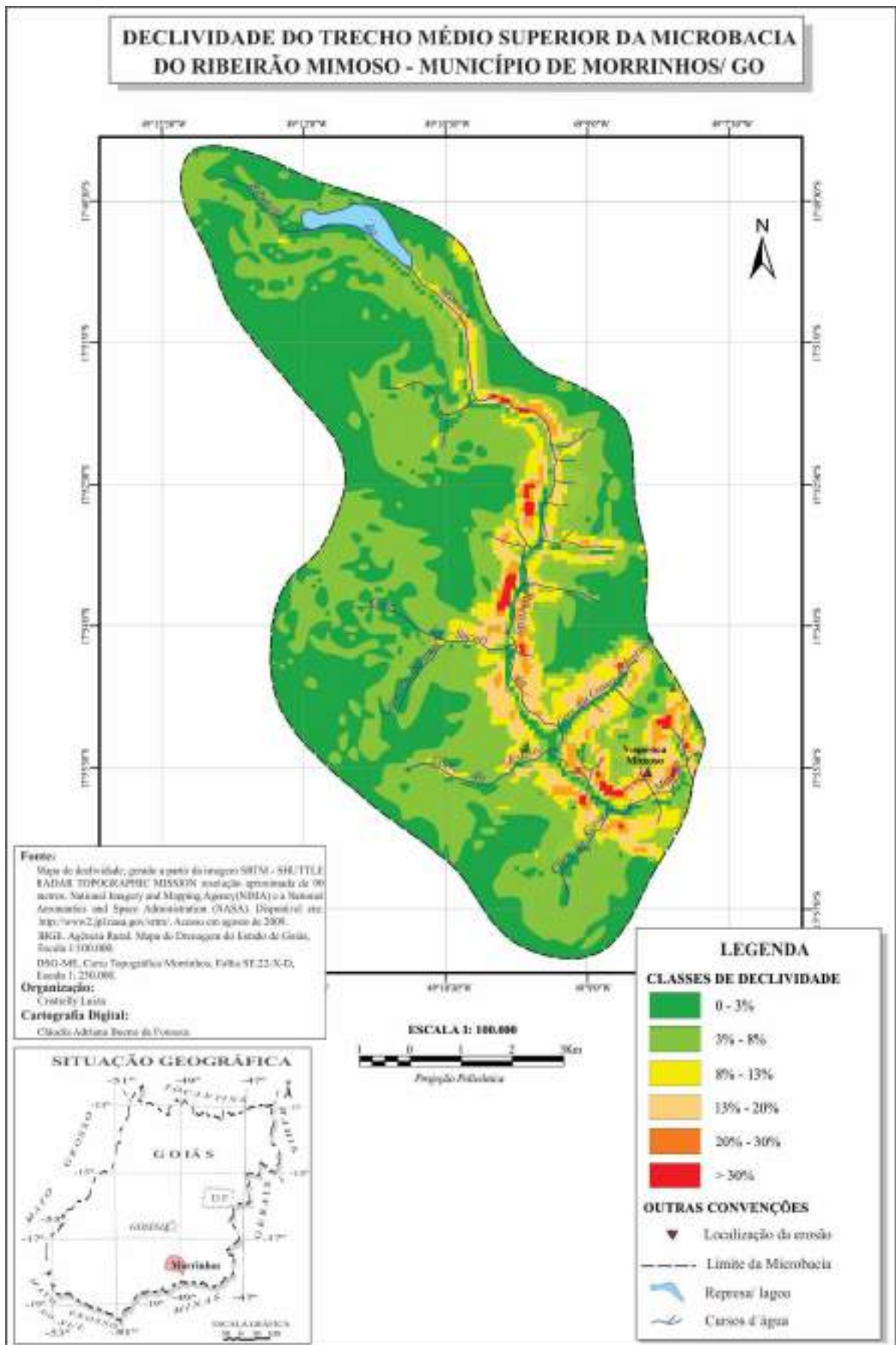


Figura 5. Mapa de declividade da área de pesquisa.

Considerações Finais

A Voçoroca Mimoso surgiu devido ao uso inadequado do solo associado aos aspectos do meio físico da área geomorfológicos e geológicos. Pode-se considerar uma erosão à remontante e necessita de obras de intervenção para que seja estabilizada juntamente com o repovoamento natural que já ocorre.

A assiduidade da evolução da referida erosão contribuirá para a perda de solo local, assoreamento do Córrego Mimoso à sua jusante, sendo mais preocupante a área de pastagem com os caminhos de gado que proporcionaram o alargamento da erosão no decorrer dos próximos anos, reduzindo a capacidade das nascentes locais, colocando em risco a vida de transeuntes e de animais, bem como, poderá comprometer a qualidade de vida dos proprietários que possuem sua propriedade instalada nas proximidades à montante da incisão erosiva.

Vale lembrar que o proprietário convive com o problema já tem vários anos, presencia o aumento da mesma mais acaba fazendo parte da sua vida diária no campo, à ponto de não incomodá-lo da forma que necessitaria, como em ocasiões passadas tentou sua contenção e não obteve êxito, o mesmo desistiu literalmente até o momento de contê-la.

Para ocorrer a estabilização da Voçoroca Mimoso de forma mais eficiente, se faz necessário fazer inicialmente o isolamento da área, devido os caminhos de gados ativos ao longo da incidência erosiva, requer ainda o plantio de espécies nativas arbóreas e bambus em seu interior para dar sustentação com o crescimento das raízes próximo aos taludes.

Existe ainda como alternativa a construção de paliçadas transversais na encosta à remontante, para conter os detritos que estão sendo espalhados no interior do processo erosivo, que podem ser levados e depositados no fundo do Córrego Mimoso e causando o assoreamento e conseqüentemente possíveis alagamentos nos períodos de grandes precipitações pluviométricas e causar danos ambientais na área.

Sendo assim é de suma importância o monitoramento contínuo das intervenções executadas, para constatar que realmente as contenções executadas proporcionou uma estabilização na área. Esta pesquisa contribui na prevenção dos danos ambientais ocasionados por processos erosivos, alertando através do conhecimento

científico a população da ocorrência desses eventos com ênfase no surgimento, alastramento e contenção.

Referências Bibliográficas

BEZERRA DE MENEZES, J.; BEZERRA DE ARAÚJO, M. S.; GALVÍNIO, J. D.; SAMPAIO, E. V. S. B.; CORRÊA, A. C. B. (Orgs.). Índice de vulnerabilidade à erosão para uma bacia na mesorregião do São Francisco Pernambuco, a partir das relações entre morfogênese e pedogênese. **Revista Brasileira de Geomorfologia** – Ano 8, nº2, 2007.

CAMAPUM DE CARVALHO, J.; SALES, M. M.; MORTARI, D.; FÁZIO, J. A.; OTÁVIO DA MOTTA, N.; FRANCISCO, R. A.; Processos Erosivos in: **Processos Erosivos no Centro-Oeste Brasileiro**. CAMAPUM DE CARVALHO, J.; SALES, M. M.; MOREIRA DE SOUZA, N.; SILVA MELO, M. T.(Orgs.)

CPTEC – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos. Disponível em: <http://www.cptec.inpe.br/> Acesso em: 6 de setembro de 2015.

CHRISTOFOLETTI, A.; **Geomorfologia** – São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1980.

FLEURY, J. M. **Curso de Geologia Básica**. Goiânia: Editora da UFG, 1995

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B.(Orgs.); **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. 11ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M;. **Fundamentos de metodologia científica**. – 5ªedição. – São Paulo: Atlas 2003.

MAGALHÃES, R. A. Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); Erosão: definições tipos e formas de controle. **VII Simpósio Nacional de Controle de Erosões** – Goiânia/Go, 2001

METAGO, Zoneamento Ecológico – econômico da microrregião Meia Ponte. Mapas Temáticos, vol. III. Goiânia, 1999.

ARCGIS. Disponível em: <<https://www.arcgis.com>>. Acesso em: 29 jun. 2015. (Mapas)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 5 de setembro de 2015.

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO NO CERRADO: UMA LEITURA AMBIENTAL

Érika Munique de Oliveira
Universidade Estadual de Goiás

Denise Gabriela Dias
Universidade Estadual de Goiás

Resumo: O presente artigo versa sobre o processo de modernização agrícola, os principais impactos ambientais decorrentes das atividades econômicas e a emblemática da saúde pública no Cerrado Goiano. Os impactos ambientais têm alterado o ciclo da vida da biodiversidade das espécies que dependem de suas áreas nativas para sobreviverem, bem como da sociedade que passa a sentir os impactos na proliferação de diversas doenças. Nesse sentido, o território Goiano tem sido alvo das transformações impactantes, e tem assistido a deteriorização perversa de suas áreas pelo agronegócio. É nessa dinâmica de transformações que procuramos discutir o problema ambiental no Cerrado Goiano.

Palavras-chave: Modernização agrícola – Impacto ambiental – Cerrado goiano

Introdução

Dentre os biomas existentes no território brasileiro, o Cerrado ocupa o segundo lugar em extensão, superado apenas pela Amazônia, correspondendo à 22% do território nacional em uma área de 2.036.448 km² e incidindo sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo, Amapá, Roraima, Amazonas e Distrito Federal.

As três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata) possuem suas nascentes em seu espaço territorial e é reconhecido como a savana mais rica do mundo em ecossistemas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015). Para fins deste estudo, delimita-se o Cerrado como aquele bioma correspondente à porção territorial do Estado de Goiás.

Nesse sentido, o presente artigo caminha no sentido de discutir os problemas ambientais decorrentes da modernização agrícola ocorrida no Cerrado goiano, considerado o processo de ocupação do território.

A metodologia utilizada para discussão do Cerrado consistiu em pesquisa bibliográfica sobre: o processo de modernização agrícola em Goiás, território que têm sido alvo de assuntos relevantes no debate ambiental associado á exploração das áreas nativas do Cerrado Goiano pelo agronegócio, considerando os impactos ambientais e doenças que acometeram populações no território goiano, em função da degradação ambiental. A partir dessa metodologia, foi possível dialogar com vários pesquisadores: Chaveiro & Lima (2010); Pires (2008); Vieira (2008), que deram importantes contribuições para este estudo.

As discussões realizadas, foram pautadas na análise da modernização agrícola que deu luz a deterioração do território goiano. Nesta perspectiva percebemos que os problemas ambientais afloram não só em áreas de exploração agrícola, como também as reservas ambientais que são amparadas por lei.

A partir desta repercussão em que se vincula ás transformações do Cerrado Goiano, propomos uma leitura ambiental do Cerrado mediante o regime de produção agrícola globalizado.

Contexto da modernização agrícola no Cerrado Goiano

O Estado de Goiás localiza-se na região Centro-Oeste, no Planalto Central brasileiro, possui uma extensão de 340.111,376 km² abrigando 246 municípios com uma população de 6.523.222 segundo censo realizado em 2010 (IBGE, 2010).

A primeira atividade econômica desenvolvida no Cerrado foi a mineração, durante o período histórico brasileiro conhecido como ciclo do ouro. Após a exaustão das minas no final do século XVIII e início do século XIX, os mineiros que permaneceram passaram a se dedicar a uma agricultura de subsistência e a criação de gado, ambas atividades dependentes de mão-de-obra familiar e do uso extensivo da terra como principais fatores para a expansão produtiva de acordo com (PIRES, 2009).

A partir de meados da década de 1960, a agricultura brasileira insere-se num processo de transformação no contexto de modernização e desenvolvimento do país, principalmente para atendimento da demanda por exportação. Em Goiás, essa intensificação acontece a partir da década de 1970, incentivada principalmente pelos programas de crédito financiados pelo Estado (TEIXEIRA, 2005). Muitos

pesquisadores denominam e caracterizam esse processo de modernização da produção agrícola brasileira e goiana de “modernização conservadora”.

Pires (2008) destaca que esta modernização foi condicionada pelos interesses da burguesia nacional, internacional e os terra tenentes que determinaram um padrão de capitalismo dependente que continuou reproduzindo à lógica da permissividade dos movimentos especulativos, ou seja, um processo de modernização que intensificou e não modificou o processo de concentração fundiária que se arrasta desde o início da colonização do território. Para Ferreira (2005, p. 01) a modernização ocorreu a partir de:

[...] investimentos financeiros subsidiados por programas e políticas oficiais, vem propiciando um avanço indiscriminado sobre a paisagem do Cerrado, que tem se transformado em uma região “viável” para sua utilização pela agricultura, decorrente de uma extensa área agricultável, de facilidade de mecanização, de “fartos” recursos hídricos, por estar próximos de centros consumidores, entre outros, além da desvalorização do Cerrado em seus aspectos naturais, culturais e científicos

Baseando-se em Pires (2008) o processo de modernização da agricultura nacional propiciou a constituição de três setores característicos: um setor empresarial de relações de produção intensivas em capital e tecnologias modernas, um setor de empresas familiares “altamente capitalizadas” fundamentadas no trabalho familiar e com reduzida utilização do trabalho assalariado e um terceiro setor, baseado na produção tradicional em pequenas propriedades familiares (ou arrendamento ou parcerias tradicionais) dedicada à exploração da pecuária extensiva.

Sobre o processo de modernização do Cerrado Goiano, Costa & Santos (2010, p. 27) nos alerta para a seguinte questão:

[...] O processo de Modernização da agricultura não ocorreu de forma igual no território goiano, alguns lugares foram mais privilegiados que outros. É o caso dos municípios goianos: Rio Verde, Jataí, que através de políticas agrícolas foram favorecidos. Um dos programas é o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), foram através dos recursos desses programas que se desenvolveram as potencialidades econômicas da região. Existe naquela região indústrias como; Perdígão, Comigo, Complem, Olé, que produz tanto para o mercado interno como externo. Foi a grande produção de grãos na região que estimulou a instalação dessas agroindústrias na região do sudoeste goiano.

Dentre as consequências deste modelo de modernização observa-se a liberação da mão-de-obra e de terras para a produção agropecuária, pois o incremento técnico intensifica a produtividade do trabalho além de que, os proprietários rurais que não

conseguiram se modernizar tornaram-se trabalhadores livres dos mercados de trabalho capitalistas conforme (PIRES, 2008).

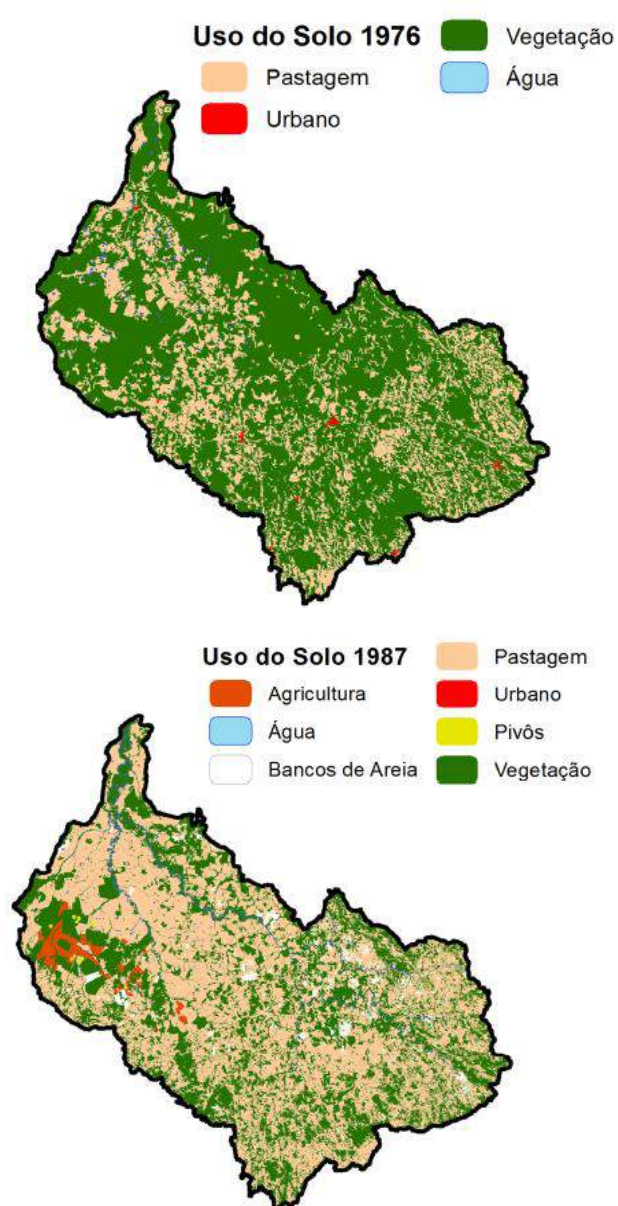
Importa destacar que, juntamente com essa expansão da produção agropecuária, intensificou-se em Goiás, a partir da década de 1970, os problemas relacionados ao mau uso e ocupação das áreas agrícolas. Influenciado por outros elementos como a construção de Brasília e a abertura de novas estradas, justificada pela sua posição geográfica estratégica para a incorporação de novas áreas e suas características físico-ambientais. Nesse sentido, a região dos Cerrados tornou-se importante na incorporação das novas áreas por propiciar a expansão dessa produção tecnificada. Entretanto, essas atividades foram desenvolvidas de forma desorganizada e sem respeito à preservação do patrimônio natural e os impactos no bioma não foram considerados inicialmente conforme (DANTAS & FERREIRA, 2008).

Não é possível desconsiderar que, embora o processo de modernização agrícola tenha condicionado uma elevação na produtividade das lavouras, este mesmo processo acarretou a implantação de uma série de impactos ambientais indesejáveis. O modelo monocultor intensivo em quimificação e tecnologia, que desconsidera as características e propriedades do solo e não incorpora medidas de controle e proteção, tem provocado problemas como a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos, a contaminação dos recursos naturais e dos próprios alimentos.

Os recursos naturais mais afetados pela agricultura são a sua base física: o solo, que além da aceleração da erosão física e do desgaste biológico já apresenta processos mais agressivos, como é o caso da desertificação e a água, cujos mananciais tem sido contaminados pelo uso abusivo de fertilizantes, adubos inorgânicos e agrotóxicos (BALSAN, 2006). Nesta condição é importante discutir os principais problemas ambientais no Cerrado Goiano.

Diagnostico ambiental do Cerrado Goiano

As atividades agropecuárias têm sido desenvolvidas durante muito tempo nas áreas do cerrado, não apresentando grandes problemas. Com a intensificação dessa prática, os impactos foram significativos. Por outro lado, os diferentes níveis de uso do solo colaboraram para a devastação avassaladora que revela uma paisagem homogênea e impactada como ilustra a representação abaixo.



Fonte: VIEIRA, Pedro Alves, 2008.

O ritmo das ações antrópicas fez com que a paisagem nativa desse lugar á grandes pastagens no Cerrado Goiano. Nesse sentido, os problemas ambientais se tornaram fonte de debates relativos á preservação do meio ambiente, em que a natureza reage, passando a ameaçar a população em geral¹.

A exploração das áreas do Cerrado Goiano é predatória, e exclusivamente econômica, fato que reproduz ainda mais problemas ambientais para a sociedade, e para todas os seres vivos que vivem e dependem de sua fauna para sobreviver. Como evento emblemático:

A produção de carvão vegetal destruiu quilômetros quadrados de Cerrado, as metalúrgicas lançaram poeiras nocivas à atmosfera e rejeitos aos rios regionais. As hidrelétricas submergiram enormes áreas produtivas e desequilibraram a vida aquática nos rios, com forte redução de sua produtividade. A pecuária e as monoculturas agrediram os solos pelo uso repetido das queimadas, pelo acúmulo de resíduos da adubação, pelo favorecimento da erosão (DANTAS & FERREIRA, 2008, p. 2).

Um estudo realizado por Ribeiro (2008) & Binsztok (2008) e Mattos (2012) & Pessoa (2012) elegeram as principais atividades econômicas desenvolvidas em algumas cidades do Sudoeste Goiano, que vem ocasionando graves problemas no território.

Quadro 1: Atividades econômicas e impactos ambientais em Goiás

Áreas de Concentração em Goiás	Atividades econômicas	Impacto ambiental
Jataí	Produção Extrativa Vegetal	Desmatamento; extinção de várias espécies de plantas e animais nativos.
Rio Verde	Atividades Agropecuárias	Desertificação do solo, contaminação do lençol freático.
Catalão	Produção de Soja e Milho	Empobrecimento do solo, assoreamento e poluição de rios proveniente das irrigações e pelo escoamento de dejetos químicos.

¹ As respostas da fragilidade natural do bioma Cerrado quanto à sua dinâmica e aos diferentes usos do solo, apresenta-se como instrumento que pode ser aplicado preventivamente na busca por maior qualidade ambiental, no uso sustentável dos recursos naturais pelo sistema produtivo, na sua viabilidade econômica e social, no processo de gestão ambiental e na identificação de áreas urbanas com elevada vulnerabilidade natural às enchentes, inundações e deslizamentos de terras como aponta Vieira (2008, p.59).

Campo Alegre de Goiás e Ipameri	Produção de Arroz e Feijão	Degradação do solo, poluição do lençol freático devido a utilização de produtos químicos na produção.
---------------------------------	----------------------------	---

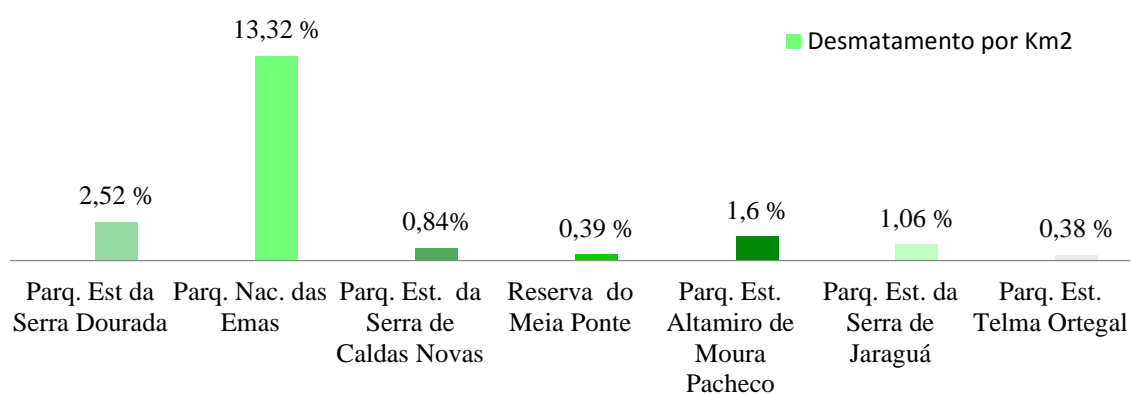
Fonte: Dados organizados com base no estudo realizado pelos autores Ribeiro (2008) & Binsztok (2008) e Mattos (2012) & Pessoa (2012)

Essas atividades comportam o cenário de destruição do Cerrado, pela rede de exploração do agronegócio no território goiano. Vale ressaltar, que essa prática tem sido fomentada pelas políticas públicas que mobilizaram a ocupação predatória do Cerrado Goiano na década de 1970 como aponta chaveiro & Lima (2010, p.76).

[...] foram implantados diversos programas para desenvolver a modernização e a produção agropecuária. Dentre eles citamos o PLADESCO (Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste), o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado).

O Estado de Goiás ao aderir ao regime econômico “globalizado” que resultou na ocupação do cerrado, decretou a extinção de boa parte da biodiversidade do bioma. Atualmente, a vegetação nativa do Cerrado só é possível ser encontrada nas reservas ambientais protegidas por lei, e ainda sim não deixam de ser atingidas por impactos ambientais como queimadas todo ano nos períodos quentes. O gráfico abaixo corresponde às áreas de proteção ambiental atualmente.

Unidades de Preservação no Cerrado Goiano 2002- 2009



Fonte: Dados organizados a partir do estudo realizado por org. Garcia (2011).

Conforme estudo, a incidência de impacto ambiental é relativamente presente nestas áreas, mesmo com a fiscalização, a aplicação de leis de proteção ambiental sob penalidades, o que se verifica é a ampliação dos níveis de desmatamento em todo bioma, de forma alarmante nas unidades de produção agrícola e lentamente nos patrimônios ambientais. O Cerrado goiano, assim como todo o bioma necessita de projetos e ações que viabilizem a sustentabilidade das áreas ambientais. É nessa perspectiva, que é possível afirmar que existem de fato Áreas de Conservação Ambiental.

Modernização da agricultura e problemas ambientais: reflexos na saúde pública

A retirada da vegetação para a abertura de estradas, escoamento do gado e o consequente adensamento de monoculturas no Cerrado Goiano, têm favorecido a perda da biodiversidade de demasiadas espécies. Isto significa sérios problemas à população, tendo visto a deterioração do *habitat* de transmissores de doenças gerando desequilíbrio e fazendo com que enfermidades se manifestem nas áreas urbanas de acordo com Ribeiro & Binsztok (2008).

Um estudo realizado em 2005 pelo Instituto Integrado de Bacias Hidrográficas do Sudoeste Goiano (EIBH) revelou o avanço da epidemia de *leishmaniose* no Sudoeste Goiano.

Ribeiro & Binsztok (2008) destaca que os casos mais graves da doença afetaram cidades que apresentaram elevados índices de desmatamento.

A utilização de agrotóxicos na agricultura tem ocasionado relevantes problemas ao meio ambiente e a saúde humana. No Estado de Goiás casos de intoxicação são frequentes, sendo boa parte diagnosticada no Sudoeste Goiano, onde há frequente utilização na produção agrícola. Em Rio Verde, por exemplo, um total de 41 casos foram registrados, conforme estudo realizado por Barreto & Ribeiro (2008).

Por outro lado, os problemas advindos da modernização da agricultura têm atingido outros rumos, mobilizado nas cidades. O aumento demográfico proveniente do campo modernizado fez com que o impacto ambiental passasse a atuar também nas cidades. Populações ocupando áreas irregulares, próximas de rios sujeitas à inundações, sob riscos de doenças.

A poluição do ar é outra implicação na saúde pública, uma vez que as indústrias e os veículos automotores liberam na atmosfera gases poluentes causadores de demasiados tipos de doenças respiratórias. Sobre as formas de poluição Bittencourt (2009, p.134) postula:

[...] A agricultura afeta a qualidade do ar e a atmosfera de quatro maneiras: produção de CO₂ devido às queimadas; metano oriundo da produção de arroz e animais; óxido nitroso oriundo de fertilizantes e esterco; e amônia de esterco e urina. A queima de biomassa quando da limpeza do solo para plantio emite várias substâncias poluentes para a atmosfera. Esta é uma prática bastante comum na agricultura tropical, seja para estimular o desenvolvimento de forragens para os rebanhos, seja para limpar o terreno para novos plantios, principalmente no caso do arroz, mas cuja poluição se estende para regiões além da origem das queimadas.

Nesse sentido a repercussão de problemas é cada vez mais alarmante, tendo visto que a exploração agrícola mobilizada pelo agronegócio, deteriora qualquer atividade que viabilize o uso racional dos recursos naturais do Cerrado. As doenças, nesse sentido são alertas de que é necessário mudar as formas de produção agrícola que hoje ocupa boa parte do território Goiano. Diante disso, o Estado tem importante papel, em viabilizar políticas para o desenvolvimento da produção agrícola sustentável, que amenize os problemas ambientais e previna o discernimento de doenças para a sociedade.

Em outras instâncias, a mudança no padrão tecnológico na agricultura tem comprometido a qualidade de vida do trabalhador rural: Os acidentes de trabalho, e o surgimento de doenças psíquicas irreversíveis estão associadas ao manejo irracional das máquinas agrícolas, que acometem algum tipo de deficiência física e em outros casos mais graves à morte. Portanto, percebe-se que os interesses capitalistas estão concentrados exclusivamente na produção econômica, explorando além dos recursos naturais, populações que para inserir no trabalho agrícola, tem que adaptar as novas técnicas estabelecidas pelo mercado global.

Considerações finais

A modernização da agricultura no Cerrado configurou grandes transformações na dinâmica produtiva e social no Estado de Goiás. Isso emerge questões relativamente problemáticas no cenário goiano, tendo visto os impactos ambientais e o surgimento de patologias diversas à sua população.

O Sudoeste Goiano, tem apresentado índices relevantes de impacto ambiental e casos de doenças relacionados á atividade agrícola, considerando umsetor importante para a economia, onde se concentra boa parte do desenvolvimentode monoculturas.

A gravidade do problema é postulada quando se analisa dados relativos á vegetação nativa no Cerrado Goiano. Sendo praticamente impossívelreverter a situação, em que as conseqüênciasacaba recaindo sobre a sociedade conformeRibeiro &Binsztok (2008).

Assuntos como este, são relevantes ao debate ambiental, tendo visto o ritmo das transformações físicas pelo qual nos deparamos atualmente. Nesse sentido, procuramosdemonstrar o processo de modernização na agricultura no Cerrado Goiano e suas conseqüências para os seres vivos e seus respectivos habitats. Para tanto, a denominada “modernização agrícola”, fragmentou as dinâmicasde reprodução da vida entre as sociedades ecológicas no Cerrado Goiano. Isso afetou de maneira geral, os seres humanos,que passam a absorver malefícios depositados na natureza, pelo uso irracional de seus recursos.

Referências Bibliográficas

BALSAN, Rosane. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. CAMPO-TERRITÓRIO: **revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/.../8293> Acesso em:jun.2015.

BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo.Impactos da agricultura no meio-ambiente: Principais tendências e desafios. **Revista Economia & Tecnologia** – Ano 05, Vol. 18 – Julho/Setembro de 2009. Disponível em <ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/ret/article/download/27144/18070> Acesso em:jun.2015.

COSTA, Rildo Aparecido; SANTOS, Flávia de Oliveira. Expansão Agrícola e Vulnerabilidade Natural do Meio Físico no Sul Goiano.**Departamento de Geografia** da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 10, v.2 , 2010, p 23-35. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/270/rildon10v2>> Acesso em: jun.2015.

DANTAS, Claudyanna Siqueira; FERREIRA, Osmar Mendes. **Erosões Rurais Origem e Processos de Evolução: Estudo do caso da Fazenda São Sebastião no Município de São Luis De Montes Belos-GO**. UCG: Goiânia, 2008.

EIBH, Estudo Integrado de Bacias Hidrográficas para Avaliação de Aproveitamentos Hidroelétricos. Goiânia, 2005.

FERREIRA, Idelvone Mendes. Bioma Cerrado: Caracterização do subsistema de veredas. **IX REGEO– Encontro Regional de Geografia**. Novas territorialidades – integração e redefinição regional. Porto Nacional. Disponível em: <<http://www.observatoriogeogoiias.com.br/>> Acesso em: jul. 2005.

GARCIA, Fanuel Nogueira; FERREIRA, Laerte Guimarães; LEITE, Juliana Ferreira. Áreas Protegidas no Bioma Cerrado: fragmentos vegetacionais sob forte pressão. **Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, Curitiba, PR, Brasil. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2011/files/p0361.pdf>>. Acesso em: jun. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=go>> acesso em: Jun.2015.

LIMA, Sélvia Carneiro de; CHAVEIRO, Eguimar Felício. O CERRADO GOIANO SOB MÚLTIPLAS DIMENSÕES: um território perpassado por conflitos. **Espaço em Revista**. vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/espaco/article/viewFile/16857/10279>>. Acesso em: 11/06/2015.

MATOS, Patricia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Agronegócio no Cerrado do Sudeste Goiano: Uma Leitura sobre Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri. **Revista Soc. & Nat**, Uberlândia, ano 24 n. 1, 37-50, jan/abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v24n1/v24n1a04.pdf>> Acesso em: 11/06/2015.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>> Acesso em junho de 2015.

OLIVEIRA, I. J. de. **Os Chapadões des(s)cerrados: A vegetação o relevo e o uso das terras em Goiás e no Distrito Federal**. In: ALMEIDA, M. G. de. (org). *Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

PIRES, Murilo José de Souza. As Implicações do Processo de Modernização Conservadora na Estrutura Fundiária nas Regiões do Estado de Goiás. **Revista de Economia da UEG**, Anápolis (GO), Vol. 05, nº 02, Jul -Dez/2009. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/article/viewFile/233/243>> Acesso em: Jun.2015.

PIRES, Murilo José de Souza. As Implicações do Processo de Modernização Conservadora na Estrutura e nas Atividades Agropecuárias da Região Centro-Sul de Goiás. **Tese de Doutorado**: UNICAMP, 2008. Disponível em: <<http://inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/65/79>> Acesso em: Jun.2015.

RIBEIRO, Dinalva Donizete; BINSZTOK, Jacob. Impactos da Agricultura Tecnificada em Áreas de Cerrado do Brasil Central: Análise do Uso da Terra, do Grau de

Vulnerabilidade dos Solos e do Desmatamento. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/446.htm>. Acesso em: 11/06/2015.

RIBEIRO, Dinalva Donizete; DIAS, Mariza Souza. Diagnóstico da estrutura fundiária : detalhamento dos minifúndios e pequenos Estabelecimentos no município de jataí (go) e investigação das estratégias de sua re-criação. **X EREGEO Simpósio Regional de Geografia**. UFG, 2007. Disponível em: <https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/Dinalva_Donizete_Ribeiro_diagn_tico.pdf> Acesso em: jun.2015.

SOUZA, Davi José de. **O Ensino de Geografia: a visão fragmentada a respeito do bioma Cerrado**. Brasília : UNB, 2012.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, 2005. Disponível em: <<http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/Artigos/jodenir.pdf>> Acesso em: jun.2015.

VIEIRA, Pedro Alves. Dinâmica de Ocupação, Vulnerabilidades e Cenários para a Bacia Hidrográfica do Rio Vermelho, Goiás. **Tese de Doutorado**. Programa Multidisciplinar de Doutorado em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Goiás, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/.../Tese%20-%20Pedro%20Alves%20Vieira...>> Acesso em: jun.2015.

CERRADO GOIANO: TERRITÓRIOS EM DISPUTA

Fernando Bueno Oliveira

Universidade Estadual de Goiás, mestrando do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER/UEG. Bolsista CAPES.

Resumo: Esse ensaio intenciona expor as diferentes situações de conflito vivenciadas por comunidades quilombolas e indígenas goianas oriundas de disputas territoriais dentre essas populações e os interesses do grande capital. Para isso, analisa a configuração atual do cerrado goiano, demonstrando que a sua utilização desenfreada em prol do capital ocasionou na quase extinção desse domínio, fato que ocorreu em menos de meio século. Numa perspectiva de se pensar o cerrado goiano enquanto território em disputa, percebe-se que as suas populações tradicionais, nesse caso, comunidades indígenas e de quilombolas, tiveram os seus territórios modificados, reduzidos ou mesmo eliminados por conta do ritmo desenfreado das atividades ligadas ao agronegócio e aos interesses empresariais. Assim, numa abordagem territorial do cerrado goiano, deixa-se de considerá-lo somente enquanto ambiente natural para entendê-lo como produto da história social, sobretudo um ambiente que se localiza; que foi e é apropriado; que possui lógicas atuais e está em movimento.

Palavras-Chave: Cerrado – Comunidades – Territórios.

Introdução

No Cerrado brasileiro, sobretudo na região Centro-Oeste, o desenvolvimento da produção agrária deu-se no contexto histórico da articulação entre capital comercial e produção tradicional. Diferentes políticas públicas foram implantadas no cerrado com o principal intuito de colonizá-lo, como foi o caso das ações da Fundação Brasil Central (FBC), e colocá-lo à disposição do mercado agroexportador.

Entretanto, a apropriação do cerrado trouxe (e está trazendo) consequências ambientais jamais sentidas e vividas pelas suas populações. A sua vegetação nativa foi reduzida drasticamente e em certas áreas já é quase inexistente. Uma reposição de plantas é praticamente impossível. A destruição de mananciais hídricos do Cerrado ameaça outros biomas e ecossistemas brasileiros.

Dentre as vítimas desse processo, ressalto as populações quilombolas e indígenas do Estado de Goiás que têm sofrido pressões de diferentes “graus” num processo de disputa com fazendeiros, empresas agrícolas, empresas da construção civil,

centrais elétricas e com o próprio poder público que, muitas das vezes, alegam a posse de territórios e/ou não respeitam os direitos territoriais dessas populações tradicionais, resultando em diversas situações de conflito.

O objetivo deste ensaio é o de expor as diferentes situações de conflito vivenciadas por populações quilombolas e indígenas goianas oriundas de disputas territoriais dentre essas populações e os interesses do grande capital. Para isso, inicialmente, são expostas as características do domínio cerrado, o qual “cobre” todo o Estado de Goiás, e suas transformações, frente a programas governamentais aplicados diretamente nesse território e, principalmente, a partir da década de 1970, com a expansão do agronegócio. Diante dessa situação, elenca as populações tradicionais que (sobre)vivem em meio à constantes disputas territoriais e, conseqüentemente, à situação de conflitos.

As transformações nas áreas de Cerrado

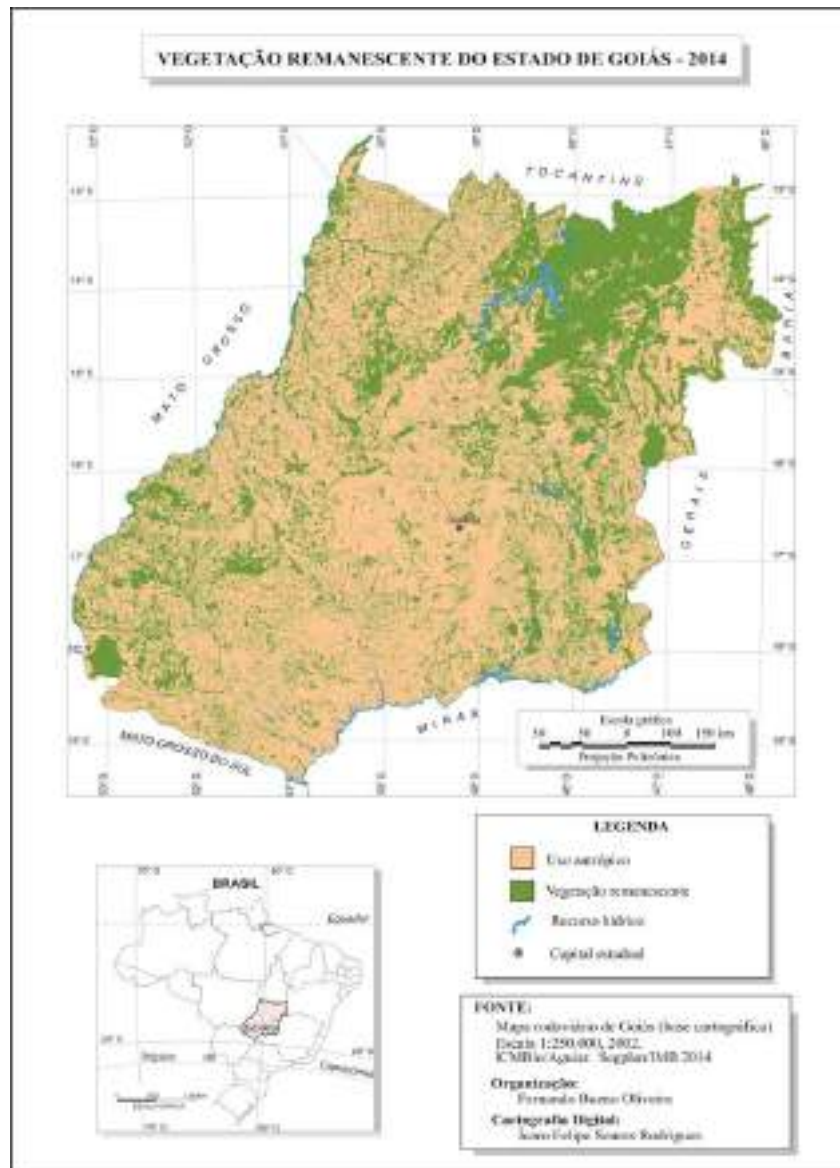
Com mais de dois milhões de Km² em área, distribuídos em 10 Estados da federação e no Distrito Federal (IBGE, 2004), o Cerrado tem o título de segundo maior bioma da América do Sul. Abrange o território de, aproximadamente, 1.500 municípios brasileiros, abrigando uma população de mais de 25 milhões de pessoas das quais 83% vivem em cidades. O Estado de Goiás é todo coberto por esse domínio². Devido à variabilidade de espécies endêmicas da fauna e da flora adaptadas ao clima sazonal, é considerado também a savana neotropical mais rica em biodiversidade no mundo (MYERS *et al.*, 2000). Outro aspecto relevante do Cerrado é o seu alto potencial hídrico: considerado o “berço” de águas, o Cerrado abastece três grandes bacias hidrográficas da América do Sul (Araguaia/Tocantins, Platina e São Francisco) e três dos maiores aquíferos do mundo (o Bambuí, o Arenito Botucatu e o Arenito Bauru, esses dois últimos são divisões do Aquífero Guarani).

O cerrado goiano sofreu um acelerado processo de degradação nos últimos quarenta anos em função do processo de “modernização da agricultura” e expansão do agronegócio. O mapa a seguir ilustra as profundas mudanças que ocorreram na cobertura vegetal de Goiás devido à expansão das atividades agrícolas, da urbanização e do crescimento econômico, especialmente relacionadas às tecnologias e variedades de

² Os domínios morfoclimáticos e fitogeográficos do Brasil foram estabelecidos pelo geógrafo Aziz Ab'Saber.

cultivares desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para a “região” do cerrado, que acabaram por promover uma acelerada substituição da cobertura vegetal natural por cultivos comerciais, em particular de milho e soja (AGMA, 2002).

Figura 1: Cerrado nativo em Goiás (2014)



Em Goiás, os estudos sobre o uso do solo e cobertura vegetal revelam seu alto grau de antropização, sendo que, praticamente, 75% do seu território são hoje ocupados por atividades agropecuárias. A área com cobertura vegetal natural, em diferentes estágios de preservação, representam hoje, aproximadamente, 25% da superfície de

Goiás, incluídos aí as unidades de conservação de todos os tipos, as quais representam 4,5% do território goiano.

É possível constatar que o agronegócio, a partir do incentivo estatal, foi (e é) o principal vetor de degradação ambiental no cerrado goiano. Essa degradação ambiental vem acompanhada do rápido processo de urbanização, devido ao êxodo rural, que tem como consequência o inchaço urbano e a favelização do homem do campo. Junto com o cerrado, perdem-se também a cultura sertaneja, suas tecnologias e conhecimentos, além da enorme riqueza genética, com a perda irreversível de espécies produtivas adaptadas ao domínio cerrado.

De acordo com Silva e Anjos (2010), mesmo com o já intenso processo de exploração e redução da biodiversidade, o cerrado continua sendo alvo de projetos de expansão de monoculturas, principalmente para produção de biocombustíveis com o cultivo de cana-de-açúcar para a produção de etanol.

O professor Altair Sales Barbosa (2014) admite a ideia de que as transformações ocorridas nas áreas de Cerrado, tais como, a devastação de vegetação nativa para a formação de pastagens, a destruição das matas de galeria, ciliares e das áreas de nascentes, a inserção de monoculturas, o uso intensivo de agrotóxicos, o uso contínuo de corretivos do solo, dentre outros fatores, foram (e são) as grandes responsáveis pela destruição de extensas áreas de vegetação nativa e das áreas de nascentes, causando a poluição do lençol freático e a compactação do solo em áreas que servem, justamente, para abastecer aquíferos importantes, como é o caso do Guarani. Barbosa (2014) é taxativo ao dizer que nas áreas alteradas é, praticamente, impossível uma reposição de plantas nativas. Segundo ele, onde houve modificação do solo a vegetação do cerrado não brota mais. Atualmente, a fauna do cerrado está fortemente ameaçada pela redução das áreas propícias de habitação e pela ausência de corredores ecológicos. A extinção do cerrado envolve também a extinção dos grandes mananciais de água do Brasil, haja vista que as grandes bacias hidrográficas dependem do cerrado.

Tal situação de degradação socioambiental é consequência de políticas públicas adotadas pelo Estado que mobilizam uma soma desproporcional de recursos e poder para promover os interesses do agronegócio. Dentre as vítimas desse processo, ressalto as populações quilombolas e indígenas do Estado de Goiás que têm sofrido pressões de diferentes “graus” num processo de disputa com fazendeiros que alegam a posse de territórios que, historicamente, pertencem a essas comunidades. A seguir, farei

um breve apanhado do procedimento de apropriação do território goiano para, a seguir, tratar de situações de conflito que envolvem quilombolas e indígenas que (sobre)vivem em terras goianas.

A apropriação do território goiano: um processo de (des)territorialização

A inserção do Centro-Oeste e, em específico, do território goiano a partir de meados do século XVIII no sistema produtivo nacional se respalda pela dinâmica expansionista do capitalismo, uma vez que “a reprodução das relações de produção implica tanto a extensão quanto a ampliação do modo de produção e de sua base material” (LEFEBVRE, 1999:176). Ou seja, cada etapa do processo de apropriação e transformação do território goiano se articula a um determinado momento e acontecimento em curso na esfera nacional e, em particular, no centro dinâmico do país. A articulação entre a periferia e o centro transformou o “sertão” em área de fronteira, propiciando a expansão e integração do território.

Com isso, a articulação entre a periferia e o centro transformou o sertão em área de fronteira, propiciando a expansão e integração do território. E, nesse processo de transição, configuram-se duas fases: a primeira, ao longo do período da mineração durante os séculos XVIII e XIX; e, a segunda, durante a fase pecuarista e de agricultura para subsistência, que se desenrola a partir do final do século XIX e, principalmente, ao longo das primeiras décadas do século XX (LUZ, 2012).

A ação sistematizada e metódica do Estado é fundamental na explicação do processo de constituição de Goiás, pois, inerente ao movimento de articulação econômica do país, sempre esteve presente a atuação do Estado e seu discurso pela integração nacional. Inclusive, ao longo do século XX, pode-se exemplificar a atuação do Estado em três momentos distintos: o primeiro, durante o governo Vargas nas décadas de 1930 e 1940, quando se estabelecem as bases para a interiorização do povoamento com o projeto Marcha para o Oeste, implantando as colônias de Dourados no Mato Grosso e, principalmente, Ceres em Goiás, além da construção de Goiânia; o segundo, com o governo de Juscelino Kubitschek nas décadas de 1950 e 1960, com o desenvolvimento do Plano de Metas e a construção de Brasília; o terceiro momento, por sua vez, desenvolve-se a partir do anterior e atinge os dias atuais, envolvendo a fase militar e de abertura política (LUZ, 2012). A análise da evolução da apropriação do

território goiano indica para a existência de uma dinâmica que transforma de forma acelerada a sua realidade e características sociais e econômicas.

A professora Dulce Portilho Maciel (2012) em estudo às ações da Fundação Brasil Central, ilustra que com a intenção de colonizar certas áreas interioranas brasileiras (zonas compreendidas nos altos rios Araguaia e Xingu e no Brasil Central e Ocidental), o governo federal instituiu a Fundação Brasil Central (FBC), em 1943. Diversas áreas do cerrado passam a ser alteradas em virtude de espaços urbanos que se ampliam, do surgimento de outros núcleos urbanos, da construção de “linhas de penetração”, da construção de usinas, da construção da Estrada de Ferro Tocantins – EFT, da chegada de serviço de radiocomunicação, telégrafo e energia elétrica, dentre outras ações promovidas pela FBC (MACIEL, 2012).

Pires (2000) nos diz que a expansão agrícola nas áreas de cerrado foi impulsionada por avanços tecnológicos e outros processos acoplados. Nessa ocupação produtiva do cerrado houve forte presença estatal para propiciar a harmonização dos interesses ligados à dinâmica da economia de mercado, no período posterior à crise do petróleo de 1973, aos interesses dos agentes nacionais emergentes: agroindústrias, empresas agrícolas, cooperativas, dentre outros. De acordo com o autor, alguns programas agrícolas de cunho governamental influenciaram a recente ocupação produtiva do cerrado no período posterior a 1970, tais como o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (Padap); o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), ambos implantados pelo governo federal.

Quanto à modernização da agricultura gestada pelos projetos de desenvolvimento do Governo Federal, décadas de 1960 e 1970, a qual refletiu sobre a estrutura social e econômica de Goiás, Luz (2013) com base em Deus (2003) concorda que,

A incorporação de avançadas tecnologias no espaço agrário goiano levou a um intenso processo de urbanização com grande crescimento da periferia urbana nas cidades goianas, transformando o campo em vazio demográfico, chegando a ponto de 80,76% da população goiana residir nas cidades em 1991 (DEUS, 2003 *apud* LUZ, 2013:173).

A população rural goiana diminuiu significativamente entre 1980 e 1991, como resultado da dispensa de trabalhadores no campo, devido à mecanização e da atração exercida pela cidade, devido à melhor infraestrutura social e oferta aparentemente

ilimitada de empregos. Borges (2000) trabalha a ideia de que a expansão da agropecuária na fronteira, inicialmente, elabora áreas de periferia, nas quais a força de trabalho do pequeno camponês representava o principal meio de formação de pastagens e da própria constituição de fazendas. Depois, esse mesmo camponês era expropriado e, com isso, migrava para outras áreas pioneiras ou, então, para as cidades.

Dessa forma, em Goiás, num acelerado processo, o ambiente campestre deixa de ser o espaço intensamente ocupado e passa a ser a porção tomada por empresas agrícolas que, sem pesar algum, se apropria do domínio do cerrado, devastando suas formações vegetais nativas com o intuito maior de ampliação da produtividade e de áreas de influências comerciais, tanto nacional quanto internacionalmente. A corrida pelo mercado fez (e ainda está fazendo) que porções dos territórios pertencentes historicamente às populações tradicionais sejam apropriadas por fazendeiros e empresas que, por vezes, sob o amparo legal do próprio Estado, abocanham imensas áreas que representam a manutenção e a base de existência desses grupos locais.

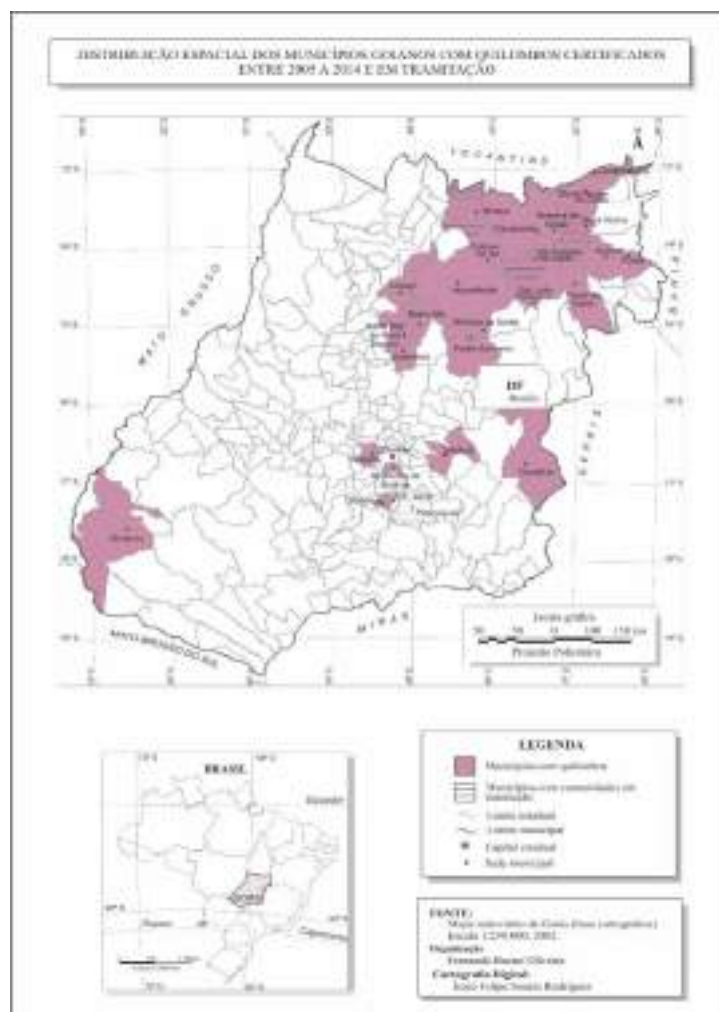
Situações de conflito

Além da visão exclusivamente economicista, há também as resistências e/ou movimentos sociais que lutam e se posicionam a favor de um cerrado pela vida. Nos encontros de culturas tradicionais com lideranças indígenas e quilombolas, como os que ocorrem anualmente na Chapada dos Veadeiros³, percebem-se os anseios dessas comunidades, principalmente, no que diz respeito ao reconhecimento e às titulações de suas terras. Logicamente que o debate político requer uma contraposição, desde a raiz, da forma como a modernização é concebida. Entretanto, assim como dizem Castilho e Chaveiro (2010), não podemos poetizar as comunidades tradicionais e até mesmo as consequências mais graves da atualidade, como a pobreza, a fome e a miséria, por meio de resistências e de lutas que, na verdade, não transformam. Por conseguinte, as relações estabelecidas no cerrado revelam um movimento profundamente contraditório, onde os conflitos se estabelecem a partir de diferentes escalas de poder e de interesses por meio das múltiplas territorialidades.

³ Em julho de 2015, tive a oportunidade de participar do XV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, ocasião em que percebi que as representações das populações tradicionais se posicionam resistentes às mudanças ditadas pela globalização e pelas tendências das ditas modernizações; nas mostras culturais, fazem questão de demonstrar ao público os seus conhecimentos ainda bastante arraigados às suas tradições.

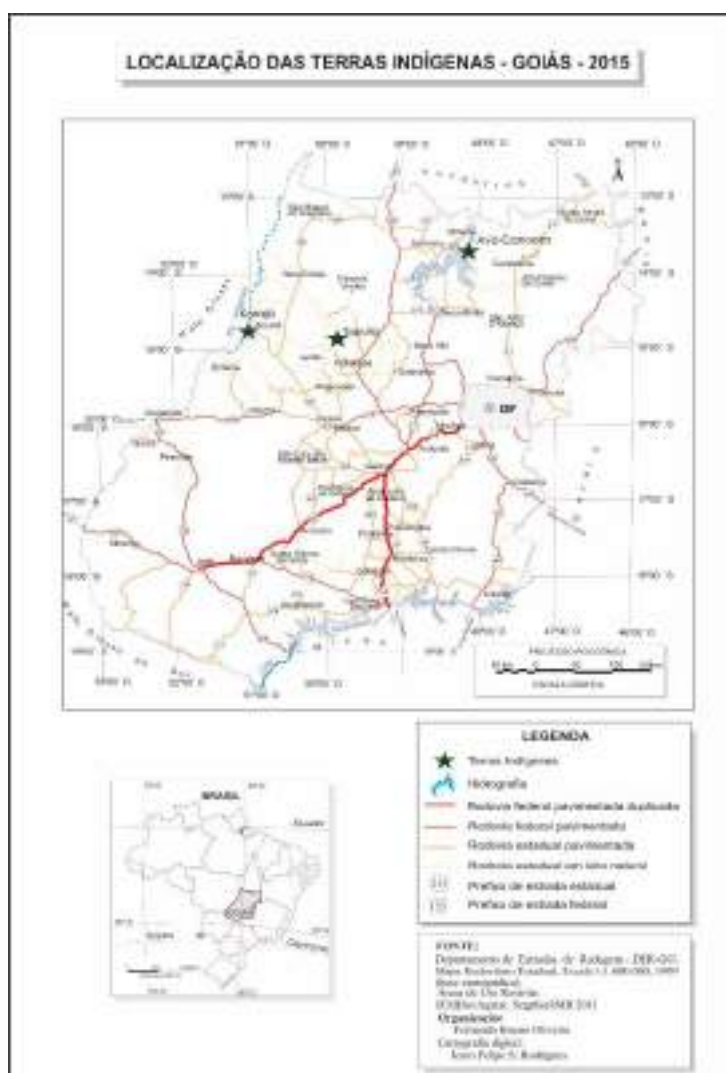
Como é sabido, as atuais comunidades quilombolas e indígenas situadas no estado de Goiás resultam de um histórico processo de ocupação e de apropriação do ambiente cerrado. Suas gerações se mantiveram nesse domínio ao longo de séculos. Entretanto, com a apropriação do cerrado pelo agronegócio, sobretudo a partir da década de 1970, essas comunidades se viram comprimidas por grandes fazendeiros, empresas agrícolas, da construção civil, por centrais elétricas e pelo próprio poder público, sendo que, gradualmente, perderam enormes extensões de seus territórios de origem. O mapa a seguir elenca os municípios goianos que possuem populações quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). As informações atualizadas pela FCP até julho de 2015 dão conta de que em Goiás existem 30 comunidades quilombolas (a grande maioria em meio rural) distribuídas em 26 municípios. Outras cinco comunidades abriram processo na FCP para serem reconhecidas.

Figura 2: Municípios goianos com quilombos certificados e em tramitação



Em Goiás, restaram somente três localidades em que se encontram as atuais comunidades indígenas, conforme o mapa a seguir:

Figura 3: Localização das comunidades indígenas em território goiano



Diante de suas localizações, enumero aqui situações de disputas territoriais que envolvem essas populações frente aos interesses de grandes fazendeiros e de empresas agrícolas e da construção civil. Os dados aqui divulgados estão disponibilizados em artigo acadêmico (RATTS; FURTADO, 2010), em projeto desenvolvido, em conjunto, pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), com o apoio do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde e no sítio eletrônico da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP).

Caso 1: Comunidade quilombola Família Magalhães: situada no extremo norte do município de Nova Roma, à margem esquerda do rio Paranã, nordeste de Goiás. Os dados da CPISP de 2012 indicam que existem 22 famílias (aproximadamente 100 pessoas) que vivem na comunidade. Foi certificada pela Palmares em 2004; em 2007, o laudo antropológico e o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foram publicados no Diário Oficial da União; em 2011, foi a vez da Portaria nº. 237 do Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que definiu a área e o perímetro do quilombo, a partir da divulgação do seu memorial descritivo; em 2012 a presidência da República assinou um decreto de desapropriação de imóveis que estavam sobrepostos ao território do quilombo, sendo esta a razão da titulação desse território não ser considerada complexa. Mesmo assim, o quilombo da Família Magalhães ainda não obteve o documento definitivo, visto que, após o decreto da presidência da República, o processo ficou paralisado, o que tem causado consequências irreversíveis: privações no acesso ao território e no desenvolvimento de atividades de subsistência desde a chegada dos fazendeiros “paulistas”; ameaças de pistoleiros que trabalhavam para os supostos proprietários daquelas terras, os quais realizaram intimidações e tentativas de expulsar a comunidade de suas terras; os quilombolas têm presenciado a intensificação de atividades irregulares no seu território, como a extração de areia e a pesca predatória. Atualmente vivem “encurralados” numa área de 450 hectares, com poucas terras férteis para o plantio.

Caso 2: Comunidade quilombola dos Mesquita: está localizada no município de Cidade Ocidental-Goiás, no entorno do Distrito Federal. Atualmente, a comunidade possui cerca de 3.000 pessoas distribuídas em 4,2 mil hectares. Entre as atividades praticadas pelos membros da comunidade, a produção da marmelada é ainda hoje uma marca da comunidade. Quanto à situação de conflito que se encontra, tem-se que a partir da década de 1970, diversas ações de grilagem e especulação imobiliária passaram a exercer pressão sobre a posse das terras. No ano de 2006, para garantir a defesa do território, foi formada a Associação Renovadora dos Moradores e Amigos do Mesquita (AREME) que se autoatribuíram quilombolas. No mesmo ano, a Fundação Cultural Palmares emitiu a certificação da Comunidade como remanescente de quilombo; em 2009, o INCRA do Distrito Federal e Entorno publicou no Diário Oficial da União e no Diário Oficial de Goiás a tramitação do Processo administrativo de identificação e delimitação da área; em 2009, a Secretaria de Meio Ambiente e dos

Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH-GO) concedeu licença de exploração florestal de 84 hectares da área reivindicada pelos quilombolas de Mesquita à Taquari Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. A SEMARH-GO alegou que desconhecia o processo de regularização do território quilombola e que a licença foi liberada após a apresentação dos “pretensos proprietários” de uma certidão de registro de imóvel. O Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF-DF) entrou com ação civil pública solicitando a suspensão imediata da licença concedida pela SEMARH-GO. No acirramento das tensões, a liderança da AREME denunciou que sofreu ameaças de morte por lutar pelas terras. Em 2013, o juiz federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal negou a anulação do processo de regularização da comunidade, requerida em Mandado de Segurança. Com isso, o processo de reconhecimento e delimitação do território recebeu amparo legal para seguir em andamento. Enquanto isso, o grupo aguarda desde 2006 a finalização do processo de regularização efetuado pelo INCRA para obter a titulação definitiva.

Caso 3: Comunidade quilombola do Cedro: localizada no município de Mineiros-Goiás. Na comunidade, atualmente, vivem cerca de 143 moradores, divididos em 129 residências, em apenas 50,2 alqueires de terra. Ao longo do século XX perderam terras para fazendeiros e para a igreja católica, sobretudo áreas de cerrado. Há uma disputa territorial e ambiental latente. Em 2002 iniciaram junto ao INCRA (SR-04) um processo de aquisição de terras que finalizou na desapropriação de uma gleba no município de Santa Rita do Araguaia há cerca de 90 Km de Cedro, com a exigência de que houvesse uma extensão de cerrado para dar continuidade ao trabalho com ervas medicinais. No entanto, a terra foi concedida como Projeto de Assentamento. O grupo que ocupa o local alega que desconhecia essa condição, que sofre pressão de posseiros e agora se mobiliza para que esta nova área seja reconhecida como quilombola (RATTS; FURTADO, 2010).

Caso 4: Comunidades quilombolas Kalunga: localizada na Chapada dos Veadeiros, nordeste do Estado de Goiás, o território Kalunga se estende por três municípios goianos (Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás). Nem todas as comunidades do território Kalunga obtiveram a regularização fundiária de suas terras. Em 2003, a responsabilidade sobre o processo de titulação passou para o INCRA que ainda não decretou o interesse social sobre a área, o que permitiria iniciar as indenizações dos não quilombolas que ainda ocupam o território Kalunga. A indefinição

quanto à titulação das terras cria uma situação não apenas de injustiça social, mas implica em maiores privações financeiras e políticas para os quilombolas, tais como o acesso a crédito para habitação e a assistência técnica rural. Além disso, tanto as atividades produtivas da região nordeste de Goiás (agricultura e pecuária extensivas) como as legislações ambientais, nacionais e estaduais, interferem de modo coercitivo na dinâmica espacial das comunidades, limitando seu já consolidado acesso aos recursos naturais para alimentação e práticas rituais e culturais. Cabe destacar que o povo Kalunga sofre desde o início de 2009 com a ameaça de construção de uma Pequena Central Hidrelétrica que levaria à redefinição dos limites demarcados, estendendo ainda mais o processo de titulação.

Caso 5: Comunidade indígena Karajá de Aruanã-Goiás: em 1991, o cacique da tribo Buridina recorreu ao presidente da Funai alertando para os problemas relacionados à falta de terras para o seu povo plantar, se reproduzir e assentar suas famílias na aldeia e enterrar seus mortos. A partir desse período fundou-se um Posto Indígena da Funai e, com base num esforço de rearticulação da população indígena com parceiros da luta indigenista, os Karajá de Aruanã-Goiás conseguiram a demarcação das terras tradicionais e a implantação do projeto de educação e cultura indígena Maurehi, o que permitiu o fortalecimento de sua identidade. Em 1996, após a retomada das terras ancestrais das quais haviam sido expulsos pela pecuária e agricultura extensivas, a Fundação Nacional do Índio (Funai) decreta as terras indígenas em três glebas: o território da aldeia, outro terreno próximo e uma área alagada do outro lado o rio Araguaia. Entretanto, mesmo depois de homologadas entre 1998 e 2000, a ocupação indígena da Terra Indígena (TI) Karajá de Aruanã III enfrentou forte preconceito por parte da população não-índia. Em 2004 e 2005, lideranças políticas e proprietários rurais locais mobilizaram a população da cidade em manifestações e protestos contra a retomada pelos Karajá de seu território. A sede do posto indígena foi atacada e roubada e seus funcionários ameaçados. Na mesma ocasião, um ocupante ilegal da referida área avisava ao público que se entrasse algum índio em suas terras ele o mataria. Somente em 2005, em cumprimento de ordem judicial, a Funai conseguiu, com o apoio de agentes da Polícia Federal, a desocupação total da TI. Inúmeras situações de conflitos ocorreram simultaneamente aos confrontos de demarcação, homologação e ocupação da TI, tais como a exploração ilegal de madeira, caça e pesca predatória. Um dos ataques às aldeias veio por parte do poder público local, que iniciou em 2000 obras de

construção de um porto fluvial chamado Kamayurás em uma das praias da reserva indígena, como parte do projeto da hidrovia Araguaia-Tocantins, descumprindo a legislação específica. Após longo entrave judicial, em 2007 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região acatou pedido da Procuradoria Regional da República e manteve decisão que condena a prefeitura de Aruanã-Goiás a indenizar a comunidade da reserva indígena Karajá de Aruanã pelos danos causados com a obra.

Caso 6: Comunidade indígena Avá-Canoeiro: ocupa uma área de 38 mil hectares demarcada pela Funai em 1996. Apesar da demarcação da TI Avá-Canoeiro, a mesma não foi homologada, o que gera uma situação de insegurança e incertezas quanto à reprodução social e física desse povo, ainda nos dias de hoje. Os conflitos envolvendo situações de injustiça ambiental e saúde dos Avá-Canoeiro ameaçam a sua sobrevivência e os aproxima da extinção. O principal e mais contundente conflito que o grupo enfrentou nas últimas décadas foi a construção da represa e o enchimento do lago da usina hidrelétrica Serra da Mesa, de propriedade da Furnas Centrais Elétricas S.A.. Anos mais tarde os Avá-Canoeiros foram também atingidos pela usina hidrelétrica Cana Brava, que barra o mesmo rio Tocantins. Ao longo de décadas a nação indígena Avá-Canoeiro vem sendo atingida por inúmeros casos de violação de seus direitos, que passam pela ausência e negligência do poder pública (na figura da própria Funai e de outras agências governamentais, como a Fundação Nacional de Saúde – Funasa), até a ação indiscriminada de saque e roubo de madeira e outros recursos naturais dentro de suas terras tradicionais.

Considerações finais

Em linhas gerais, nas áreas do Cerrado brasileiro, sobretudo na região Centro-Oeste, o desenvolvimento da produção agrária deu-se no contexto histórico da articulação entre capital comercial e produção tradicional. As políticas públicas direcionadas às áreas do Cerrado, dentre outras, a política de preços mínimos, de subsídios creditícios e de instalação de obras infraestruturais, contribuíram fortemente para uma nova configuração do espaço regional do cerrado, implicando mudanças sociais, econômicas e ambientais.

Quanto a esse último aspecto, o domínio do cerrado e, conseqüentemente todas as bacias hidrográficas que “brotam” dele, têm sofrido tragicamente as conseqüências

de sua ocupação intensa e indiscriminada. Na realidade, em menos de meia década o cerrado goiano foi quase que totalmente destruído.

Em meio às apropriações do domínio cerrado pelo grande capital e às disputas comerciais dentre as empresas agrícolas, estão as populações tradicionais, tais como as populações quilombolas e as indígenas, as quais se encontram fortemente pressionadas por agentes do agronegócio e do próprio poder público. Em meio a uma disputa territorial, tentam garantir os seus direitos territoriais, sendo que, mesmo amparados por leis, muitas comunidades já perderam enormes extensões de suas terras⁴.

Assim, na abordagem territorial do Cerrado, conforme Castilho e Chaveiro (2000), deixa-se de considerá-lo somente enquanto ambiente natural para entendê-lo como produto da história social, sobretudo um ambiente que se localiza; que foi e é apropriado; que possui lógicas atuais, culturas diversas ou resistências; que está em movimento e que possui um sentido socioespacial proveniente do cruzamento das variáveis internas e externas que se configuram e desenham-no enquanto território.

Referências Bibliográficas

ABLAS, L.A.de Q.; FAVA, V.L. **Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: IPE – USP, 1985.

AGMA 2002. GEOGOIÁS 2002 (formato digital).

ARAÚJO, F.G.B. de; VAINER, C.B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

BORGES, B.G. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

CASTILHO, D.; CHAVEIRO, E.F. Por uma análise territorial do Cerrado. In: PELÁ, M; CASTILHO, D. (Orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. pp. 35-50.

FIOCRUZ (<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php>). Acesso em out./2015.

GANEM, R.S. et. al. Conservação da biodiversidade no bioma Cerrado: ameaças e oportunidades. In: SILVA, S.D. e et. al. (Orgs.). **Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013. pp. 331-361.

⁴ Ver artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e Lei nº 6.001/1973 que regula a situação jurídica da população indígena.

GARCIA, A; PALMEIRA, M. Transformação agrária. In: SACHS, I. et al (Orgs.) **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 40-77.

Jornal Opção, edição 2048. “O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água”. Entrevista – Altair Sales Barbosa.

LUZ, J.S. da. Goiânia: um marco na transformação do sertão e apropriação das áreas de Cerrado. In: SILVA, S.D. e et. al. (Orgs.). **Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013. pp. 303-313.

NETO, W.G. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

MACIEL, D.P. Estado e território na hinterlândia brasileira: as ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1943-1967. In: SILVA, A.L. da et. al. (Orgs.) **Território, cidades e cultura no cerrado**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2012. pp. 29-52.

MARTINE, G. A Trajetória da Modernização Agrícola: A quem beneficia. In: Fases e Faces da Modernização Agrícola. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, no 03, Brasília: IPEA, 1990.

MARTINS, J.de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MYERS, N. *et. al.*. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature* 403, VIII. 2000.

MOREIRA, R. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**, São Paulo: Hucitec, 1990.

NETO, F.G. **Questão agrária e ecologia**: crítica da agricultura moderna, São Paulo: Brasiliense, 1985.

PIRES, M.O. **Programas agrícolas na ocupação do Cerrado**. In: *Sociedade e Cultura*, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 111-131.

RATTS, A; FURTADO, G. Observações sobre a situação dos quilombos em Goiás. In: ALMEIDA, A.W.B. (Orgs. et al). **Cadernos de debates nova cartografia social: territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: UEA Edições, 2010, p. 236-242.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo, Editora Record, 2001. 474 p.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, E.B. da; ANJOS, A.F. dos. O monitoramento do desmatamento e as ações de conservação do bioma Cerrado na primeira década do século XXI. In: PELÁ, M; CASTILHO, D. (Orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. pp. 71-91.

SILVEIRA, M.L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro. In: **Cidades na Amazônia Brasileira**, ACTA Geográfica, Edição Especial, 2011. pp.151-163.

VAINER, C. Política migratória recente no Brasil: notas para uma avaliação. In: **Cadernos PUR/UFRJ**, jan./abr., 1986, Ano I, no1. pp. 7-42.

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E OS IMPACTOS NA AVIFAUNA DO CERRADO

Graziele Alves Campos
Universidade Estadual de Goiás, mestranda do Programa
de Pós de Graduação em Ambiente e Sociedade, PrP
UEG.

Rafael de Freitas Juliano
Universidade Estadual de Goiás, professor Doutor do
Programa de Pós de Graduação em Ambiente e Sociedade.

Resumo: O bioma Cerrado, localizado no coração do Brasil, há muitos anos tem sido degradado pelo agronegócio brasileiro, principalmente, devido a sua fitofisionomia pouco valorizada. Com o esgotamento das terras do sul e sudeste e a necessidade de crescimento do mercado, o Cerrado começou a ser visto como região promissora devido a sua localização geográfica e características físicas estratégicas. Nesse processo, o Estado teve papel fundamental para a ocupação e expansão agrícola do bioma e culturas como a soja e o café se expandiram muito entre 1975 e 1993, reforçando a fragmentação do Cerrado tanto pelo desmatamento de novas áreas cultiváveis através desmatamento, tanto pela poluição gerada pela agropecuária no geral. Os impactos da fragmentação do Cerrado sobre aves podem ser diversos e variar de acordo com a espécie estudada, mas, poucos são os estudos que realmente demonstram quais as consequências dessas alterações. Sendo assim, o objetivo desta proposta é reunir informações sobre o processo histórico de fragmentação e apropriação do Cerrado brasileiro pelo agronegócio e as consequências desse processo para a avifauna do bioma.

Palavras-chave: fragmentação – aves – agricultura

Introdução

O Cerrado brasileiro por muitos anos foi visto como um bioma sem potencial econômico significativo para o agronegócio, porém a partir da década de 60 a modernização desse ramo da economia modificou essa visão trazendo grandes avanços e novas possibilidades tecnológicas para exploração do território (SILVA, 2000: 25).

Inúmeros programas governamentais contribuíram para que os empresários rurais migrassem para o Cerrado a fim de explorar esse novo território já que em outras regiões do país as terras estavam sendo esgotadas pelo modelo de produção insustentável. Outros fatores como sua topografia também influenciaram fortemente a atração das empresas rurais para a região (FERREIRA et al., 2009: 118), além dessas

características podemos citar seu regime de chuvas, localização geográfica e outros fatores que serviram de combustível para essa apropriação da região.

Nesse processo de ocupação o ecossistema do bioma foi fortemente degradado devido a fragmentação dos habitats, a contaminação do solo e da água e o crescimento das cidades devido ao êxodo rural ou migração campo cidade. Os problemas sociais também foram agravados devido à migração campo cidade, ocorrendo marginalização da população rural que não conseguiu emprego e moradia adequada. Portanto, o mesmo processo que proporcionou crescimento econômico para o Centro-Oeste está destruindo sua estrutura ecológica (CHAVEIRO, 2010: 27).

No presente estudo procuramos reunir informações acerca do processo de ocupação do Cerrado pela agricultura e suas consequências para avifauna nativa, focando principalmente na sua alimentação e reprodução nas áreas fragmentadas.

Objetivos

Este trabalho teve como objetivos analisar de maneira breve através de literatura especializada o processo de ocupação do bioma Cerrado pelo agronegócio, sua consequente fragmentação pela atividade agrícola e quais as consequências desse processo para a avifauna nativa do bioma.

Metodologia

Para o presente estudo utilizou-se levantamento bibliográfico de literatura relacionada para reunir informações sobre o processo de ocupação do Cerrado pelo agronegócio e empresários rurais advindos de outras regiões do Brasil e outros países e consequentemente a fragmentação do bioma juntamente com suas consequências para a avifauna local.

Resultados e Discussão

A ocupação e fragmentação do Cerrado pelo agronegócio

O Cerrado é a segunda maior formação vegetal do Brasil e a savana tropical com biodiversidade mais rica do mundo (BRASIL, 1999: 13), além de ser a savana tropical com maior importância econômica no mundo (FALEIRO et al, 2008: 34), e um

dos biomas brasileiros mais degradados pela atividade humana (Figura 1). Devido à grande retirada de recursos naturais do ambiente para manter a organização social baseada na acumulação os grandes biomas do planeta têm sido fragmentados (PRADO; FERREIRA; GUIMARÃES, 2006: 237) formando um mosaico de manchas de vegetação em meio à pastos e campos de monocultura.



Figura 1. Localização do Bioma Cerrado no território brasileiro. Fonte: LAPIG.

Segundo Goedert; Wagner; Barcellos (2008: 50) a população reconhece as savanas como sendo habitat de animais selvagens, mas ainda não é dada a importância necessária para este tipo de vegetação quando se fala de desenvolvimento sustentável. Essa falta de conhecimento sobre a importância ecológica da fauna e flora da savana brasileira, que ainda hoje é muito forte mesmo no Centro-Oeste, é um dos agravantes que contribuem para a degradação do Cerrado.

A grande importância econômica do Cerrado se deve à forte atividade agropecuária presente no seu território. Klink; Moreira (2002: 69) afirmam que o Cerrado tornou o Brasil um dos maiores produtores de soja e pastagens do mundo, assim como de arroz, milho e algodão, porém essa atividade é movida por um grande capital, em larga escala, com uso de máquinas e ciência para prosperar no solo pobre e barato da região (Figura 2).

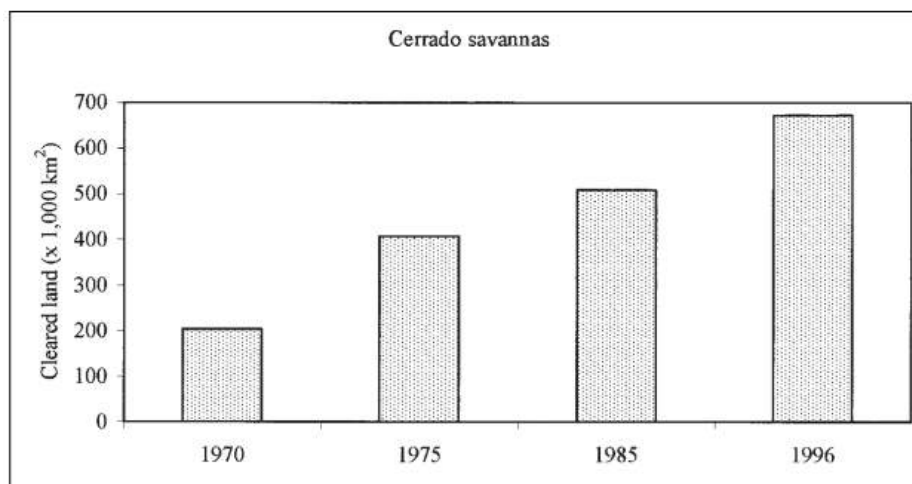


Figura 2. Total de área desmatada de vegetação natural do Cerrado (Fonte: KLINK; MOREIRA, 2002: 75).

As savanas tropicais possuem grande potencial de produção agrícola e outras atividades de interesse econômico, porém o seu uso intensivo gera problemas relacionados ao meio ambiente (GOEDERT; WAGNER; BARCELLOS, 2008: 51), podendo-se citar a degradação desse bioma como um dos principais responsáveis pela crise da água vivida nos últimos meses, já que segundo os mesmos autores citados anteriormente as principais nascentes responsáveis pelo abastecimento dos mais importantes rios do planeta estão situadas nessas savanas.

Como já é conhecido a retirada da vegetação nativa causa erosão do solo e assoreamento dos mananciais, e da mesma maneira o uso descontrolado dos recursos hídricos para irrigação sem manejo está contribuindo para o esgotamento das reservas hídricas do bioma.

O discurso do aumento da demanda de alimentos vem acobertando um interesse econômico e político que agrava a ocupação do Cerrado brasileiro pelo agronegócio, pois grande parte dos grãos produzidos no Brasil são exportados e muitas vezes não são utilizados pelos brasileiros como itens alimentares. Além disso a tendência do uso de matrizes energéticas agrícolas aumentará cada vez mais a ameaça sobre esse bioma (GOEDERT; WAGNER; BARCELLOS, 2008: 51).

Segundo Pires (2000: 111-112) após 1970 três programas governamentais tiveram forte influência sobre a ocupação do Cerrado pela agricultura o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (Padap) em Minas Gerais, o Programa de

Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) ambos de cunho federal.

Os incentivos desses programas aliados a outros subsídios governamentais provocaram grandes mudanças sociais e ambientais na região, pois o território ocupado pelo Cerrado foi visto como uma alternativa à ocupação da Amazônia que já estava bastante degradada e chamava atenção de ambientalistas pelo mundo. A ocupação humana e construção de estradas vieram somar à expansão agrícola como fatores responsáveis pela fragmentação da vegetação (BRASIL, 1999: 13). Segundo levantamento do PROBIO citado por Rocha et al. (2011: 342) a vegetação nativa preservada no Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná não atinge 50% (Figura 3).

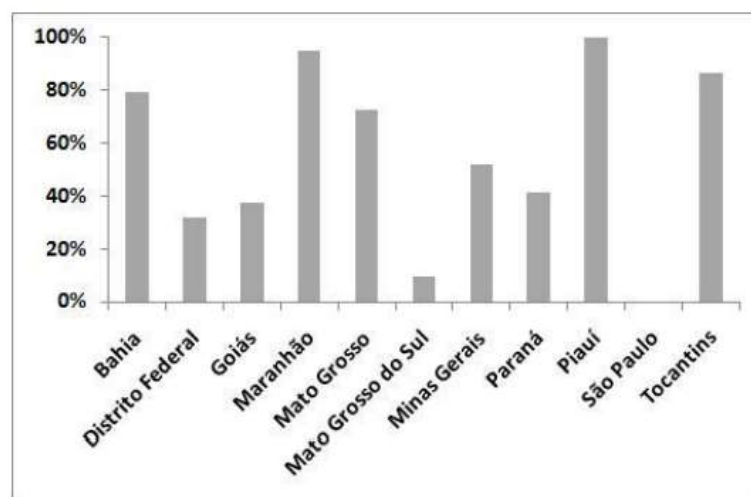


Figura 3 – Proporção de Cerrado nativo remanescente por estado. (Fonte: ROCHA et al., 2011: 343).

Como resultado desse processo temos diversos fragmentos de vegetação savânica de tamanhos variados sendo que muitos são demasiadamente reduzidos tornando-se desertos verdes, pois não comportam fauna, não realizam troca genética com outros fragmentos devido à sua grande distância e assim, hoje, são apenas pequenos fragmentos de vegetação isolados em meio à agropecuária.

Dentre os estados compreendidos no bioma Cerrado, Goiás é um dos que degradou fortemente o bioma devido sua ocupação humana mais antiga e economia voltada principalmente para agropecuária (CUNHA; FERREIRA; BRANDÃO, 2007: 144) (Figura 4). De acordo com Durigan; Siqueira; Franco (2007: 359) em São Paulo o principal uso da terra circundante aos fragmentos de Cerrado é a pecuária, mas nos

demais estados brasileiros o cultivo de soja e milho são os grandes vilões responsáveis pela substituição da vegetação nativa.

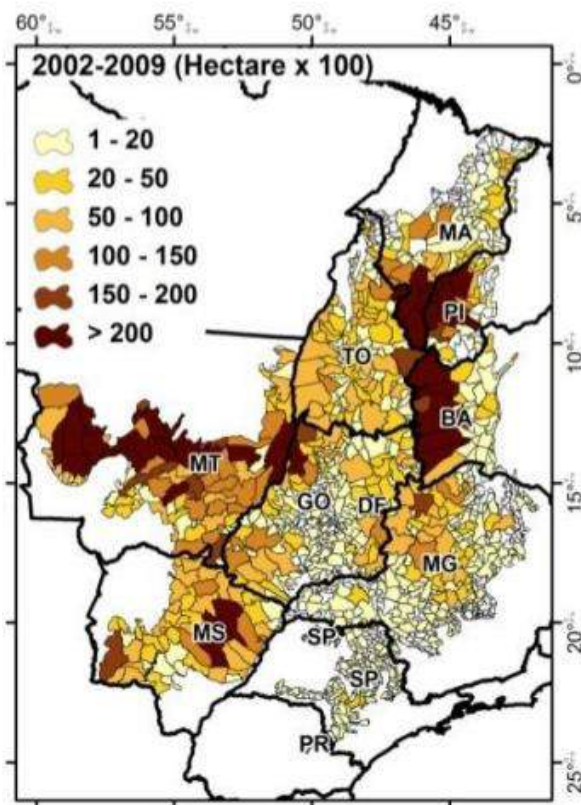


Figura 4 - Desmatamentos no bioma Cerrado para cada o período considerado entre 2002 e 2009, espacializados segundo os 1384 municípios existentes. (Fonte: ROCHA et al., 2011: 346).

A maior parte do Centro-Oeste e Minas Gerais já possui sua atividade agrícola consolidada e amparada por moderna infra-estrutura e como já era esperado por Klink; Moreira (2002: 79) as demais regiões estão em crescimento e com isso espera-se que consequente fragmentação do Cerrado aumente paralelamente à consolidação dos municípios no mercado agrícola.

Consequências da fragmentação do Cerrado para a avifauna nativa

Várias espécies animais conseguiram se adaptar ao ambiente antropizado das cidades (LUNIAK, 2004: 50; MOLLER, 2009: 849) que cresceram descomedidamente após a modernização das atividades agrícolas na década de 70. Dentre os grupos mais presentes nas áreas urbanas as aves são citadas como o que melhor tem se adaptado, sobrevivido e procriado em parques, praças, bosques, hortos, cemitérios e outras áreas urbanas (MARINI; GARCIA, 2005: 96; SARKAR et al., 2009: 1).

Porém nem todas as espécies conseguem se adaptar ao ambiente urbano e a perda de seu habitat natural tem uma consequência ainda mais devastadora para essas espécies. Em 2007 33 espécies de aves que ocorrem Cerrado eram ameaçadas de extinção, sendo 22 residentes e as demais migrantes (BRASIL, 1999: 280). A julgar pela contínua perda de habitat podemos idealizar que esses números podem ter aumentando consideravelmente.

A subdivisão da vegetação em fragmentos aumenta a diversidade de recursos oferecidos para fauna e flora, porém essa diversidade de paisagens favorece a proliferação de espécies generalistas comprometendo as espécies mais sensíveis às mudanças no ambiente (CUNHA; FERREIRA; BRANDÃO, 2007: 145).

O hábito alimentar da espécie pode ser uma importante característica relacionada com a sua adaptação ao tipo de fragmento de vegetação em que ela reside. Dos Anjos (1998: 91) cita o isolamento dos fragmentos vegetacionais como o principal fator para diminuição de aves insetívoras nessas áreas.

Sendo assim, além do tamanho da mancha de vegetação sua proximidade com outras manchas é importante para que haja manutenção da fauna de insetos rica para conservação da alimentação das aves. Outra característica agravante consiste na proximidade dessas áreas às lavouras que utilizam grande quantidade de inseticidas e aniquilam com a comunidade de insetos do fragmento vegetacional.

As aves de hábito alimentar generalista têm maior facilidade de se adaptar ao ambiente devido ao fato de poder mudar sua alimentação de acordo com a oferta de alimentos, apresentando uma melhor adaptação em ambientes degradados (TELLES; DIAS, 2010: 546). Porém, Dos Anjos (1998: 91-92) afirma que espécies generalistas de grande porte necessitam de grande oferta de alimento e acabam por abandonar pequenas manchas de vegetação.

Já os frugívoros são os mais afetados pela fragmentação já que necessitam de áreas grandes para atingir suas necessidades nutricionais e o isolamento dos fragmentos impedem que essas aves migrem para outras áreas em busca de alimento em épocas de insuficiência de frutos (PIZO, 2001: 52). As espécies frugívoras tem grande importância para manutenção da vegetação nativa do Cerrado, pois estas atuam como dispersoras de sementes.

A presença de aves carnívoras em um fragmento de Cerrado indica sua qualidade, pois estas necessitam de um ambiente altamente estruturado com cadeias tróficas engendradas para se estabelecerem no ambiente (TELLES; DIAS, 2010: 547; Figura 5).



Figura 5: A – *Sporophila nigricollis* – espécie granívora; B – *Caracara plancus* – espécie carnívora; C – *Ramphastos toco* – espécie generalista; D – *Colaptes melanochlorus* – espécie insetívora.

Em áreas fragmentadas perturbadas o insucesso reprodutivo é outro fator de influência da degradação sobre a avifauna. Várias podem ser as razões para os menores índices nessas regiões podendo ser citados o fogo, maior quantidade de pequenos predadores, presença de animais domésticos, influência humana no sentido da retirada de ninhos (BORGES, 2008: 28-29). Em casos de manchas vegetacionais próximas às áreas urbanas é acrescida a variável ruído antrópico que pode influenciar o sucesso reprodutivo causando abandono de ninhos (BARTON; HOLMES, 2007: 1620) e o retardamento da procriação (acrescido de menor destinação de energia para postura dos ovos e diminuição dos cuidados maternos) (HALFWERK et al, 2011: 217). A menor

disponibilidade de itens alimentares para as aves também influi na reprodução, sendo que, menos alimento implica em ninhadas menores devido a menor nutrição dos pais e dos filhotes.

A presença de lixo nas manchas de vegetação mais antropizadas também influenciam na sobrevivência dos ninhos (BORGES, 2008: 31), pois os ninhos construídos com esse resíduo se tornam mais chamativos para predadores e a presença de lixo, principalmente plástico, pode causar mortes de adultos e filhotes por emaranhamento (VOTIER et al, 2011: 171). Segundo Borges (2008: 32); Roda; Carlos (2003: 1), o uso de material artificial na construção dos ninhos pode ocorrer devido ao excesso de lixo nos fragmentos mais perturbados e ainda devido à falta de materiais naturais geralmente utilizados pelas espécies.

Considerações finais

O amplo estabelecimento e crescimento da agricultura no bioma Cerrado trouxe inegáveis vantagens econômicas para a região, mas na mesma ou maior proporção trouxe inúmeras sequelas sociais e ambientais. O avanço do maquinário agrícola destruiu grande parte da vegetação nativa e transformou a vegetação em um mosaico de fragmentos de diferentes tamanhos e distâncias prejudiciais à avifauna do bioma.

À vista das informações adensadas no presente trabalho podemos concluir que a grande maioria da avifauna que não conseguiu de estabelecer no ambiente urbano e se manteve nas manchas vegetacionais do Cerrado sofre fortes efeitos negativos com o processo de fragmentação perdendo seus principais itens alimentares devido à instabilidade dessas áreas e reduzindo seu sucesso reprodutivo.

Deve-se ressaltar que as espécies que não conseguem sobreviver nos fragmentos de Cerrado perdem seu habitat natural e se tratando de uma espécie endêmica é necessária atenção redobrada para manutenção de seu habitat, pois sem este a mesma pode desaparecer do bioma. Advertimos para os escassos estudos sobre os efeitos da fragmentação de Cerrado para a avifauna nativa a fim de propor alternativas para sua preservação e propor alternativas para desacelerar a degradação do bioma pela atividade agrícola nos estados.

Referências Bibliográficas

- BARTON, D. C.; HOLMES, A. L. Off-highway vehicle trail impacts on breeding songbirds in northeastern California. **Journal of Wildlife Management**, v. 71, n. 5, p. 1617-1620, 2007.
- BORGES, F.J.A. 2008. Efeitos da fragmentação sobre o sucesso reprodutivo de aves em uma região de Cerrado no Distrito Federal. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- BRASIL. Cerrado e pantanal: áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1999. 540p.
- CHAVEIRO, E. F. A urbanização do Cerrado: espaços indomáveis, espaços deprimidos. **Revista UFG**, v. 12, n. 9, 2010.
- CUNHA, H. F.; FERREIRA, A. A.; BRANDÃO, D. Composição e fragmentação do Cerrado em Goiás usando Sistema de Informação Geográfica (SIG). **Boletim Goiano de Geografia**, v. 27, n. 2, p. 139-152, 2007.
- DOS ANJOS, L. Conseqüências biológicas da fragmentação no norte do Paraná. **Série técnica IPEF**, v. 12, n. 32, p. 87-94, 1998.
- DURIGAN, G.; SIQUEIRA, M. F.; FRANCO, G. A. D. C. Threats to the Cerrado remnants of the state of São Paulo, Brazil. **Scientia Agricola**, v. 64, n. 4, p. 355-363, 2007.
- FALEIRO, F. G. et al. O Simpósio Nacional sobre o Cerrado e o Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais. In: FALEIRO, F. G.; NETO, A. L. F. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina (DF): Embrapa, 2008. p. 32-46.
- FERREIRA, L. G. et al. Dinâmica agrícola e desmatamentos em áreas de Cerrado: uma análise a partir de dados censitários e imagens de resolução moderada. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 61, n. 2, 2009.
- GOEDERT, W. J.; WAGNER, E.; BARCELLOS, A. O. Savanas tropicais: dimensão, histórico e perspectivas. In: FALEIRO, F. G.; NETO, A. L. F. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina (DF): Embrapa, 2008. p. 32-46.
- HALFWERK, W. et al. Negative impact of traffic noise on avian reproductive success. **Journal of Applied Ecology**, v. 48, p. 210–219, 2011.
- KLINK, C. A.; MOREIRA, A. Past and current human occupation, and land use. In: OLIVEIRA, P.S.; MARQUIS, R.J. (Ed.). **Ecology and natural history of a Neotropical Savanna**. New York: Columbia University Press, 2002. p.69-88.
- MARINI, M. A.; GARCIA, F. I. Conservação de aves no Brasil. **Megadiversidade**, v.1, n. 1, p. 95-102, 2005.

MOLLER, A. P. Successful city dwellers: a comparative study of the ecological characteristics of urban birds in the Western Palearctic. **Oecologia**, v. 159, p. 849-858, 2009.

PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, p. 111-131, 2000.

PIZO, M. A. A conservação das aves frugívoras. In: ALBUQUERQUE, J. L. B.; CÂNDIDO, J. F.; STRAUBE, F. C.; ROOS, A. L. (Eds.). **Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias**. Tubarão, SC: Ed. Unisul. p. 49-59, 2001.

PRADO, T. R.; FERREIRA, A. A.; GUIMARÃES, Z. F. S. Efeito da implantação de rodovias no cerrado brasileiro sobre a fauna de vertebrados. **Acta Scientiarum Biological Sciences**, v. 28, n. 3, p. 237-241, 2006.

ROCHA, G. F. et al. Detecção de desmatamentos no bioma Cerrado entre 2002 e 2009: padrões, tendências e impactos. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 3, n. 63, 2011.

RODA, S. A.; CARLOS, C. J. On a nest of Yellow-chinned Spinetail (*Certhiaxis cinnamomea* – Passeriformes, Furnariidae) built with bites of wire. **Lundiana**, v. 4, n. 1, p. 69-70, 2003.

SARKAR, N. J. et al. Diversity and population of avifauna on two urban sites in Dhaka, Bangladesh. **Ecoprint**, v.16, p. 1-7, 2009.

SILVA, L. L. O papel do estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Caminhos de Geografia**, v. 1, n. 2, p. 24-36, 2000.

TELLES, M; DIAS, M. M. Bird communities in two fragments of Cerrado in Itirapina. **Brazilian Journal of Biology**, v. 70, n. 3, p. 537-550, 2010.

VOTIER, S. C. et al. The use of plastic debris as nesting material by a colonial seabird and associated entanglement mortality. **Marine Pollution Bulletin**, v. 62, p. 168–172, 2011.

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL A PARTIR DE UMA REFLEXÃO HISTÓRICA DE GOIÂNIA-GO - CIDADE IDEALIZADA E PLANEJADA PARA SER A CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS

Hamilton Afonso de Oliveira
Doutor em História e professor do curso de História e do
Programa de Pós-Graduação Ambiente e Sociedade da
Universidade Estadual de Goiás – Câmpus/Morrinhos-GO.

Susana Sardinha Becker
Mestranda do Programa de Pós-Graduação Ambiente e
Sociedade da Universidade Estadual de Goiás –
Câmpus/Morrinhos-GO

Resumo: A presente pretende refletir, em primeiro lugar, que a ideia de sustentabilidade ambiental não se restringe apenas à preservação dos naturais mas, também, à organização, planejamento e preservação dos espaços que são transformados pelo homem. Neste caso, em especial, os espaços urbanos de uma cidade, como Goiânia que foi idealizada e planejada para ser a capital do Estado de Goiás. Em segundo lugar, embora na década de 1930, a ideia de sustentabilidade e preservação ambiental ainda não tivessem em voga, especialmente, em Goiás no projeto de construção de Goiânia, idealizado pelo urbanista Atílio Correia Lima estes princípios já se encontrava presente. No entanto, o acelerado processo de desenvolvimento urbano e industrial do Brasil ao longo do século XX, calcado no desenvolvimento industrial e, sobretudo, na expansão da indústria e do agronegócio fizeram com que Goiânia tivesse um acelerado crescimento urbano, muitas vezes desordenado em que o planejamento sucumbiu-se ao imprevisto que acabaram por acentuar os problemas de ordem socioambientais na capital do Estado.

Palavras-Chave: História – Goiânia – Sustentabilidade – Ambiente

Introdução

Compreender como a cidade se relaciona com o meio natural onde se estabelece e quais suas intervenções no mesmo, pode ajudar a compreender fatores socioculturais da nossa história, sendo uma reflexão indispensável para o planejamento socioambiental das cidades. A partir deste conhecimento, podem-se propor ações de políticas públicas para atender a necessidade da sua população e preservar o meio ambiente em todas suas formas com desenvolvimento sustentável.

As discussões sobre preservação ambiental, sustentabilidade e qualidade de vida têm se acentuado cada dia mais em uma perspectiva local, regional e global. Tendo

em vista essas discussões e os objetivos por elas propostos, as relações urbanas necessitam ser pensadas e planejadas a partir de uma visão socioambiental, onde os moradores urbanos tenham suas necessidades atendidas com equilíbrio ecológico que garanta um crescimento urbano sustentável.

As metrópoles e cidades de médio porte no Brasil durante o século XX passaram por um crescimento desordenado, em razão da forte migração do homem do campo para as cidades após a década de 1950. Em razão da falta de planejamento e de políticas públicas sociais de habitação e emprego nos centros urbanos, milhões de famílias que se viram desalojadas de sua vida tradicional rural desembarcaram nas cidades e passaram a ocupar áreas públicas ou privadas em desacordo aos preceitos legais e sem preocupação da preservação do ambiente e dos seus recursos naturais, com construções junto a córregos, rios, encostas, invasão de área verde entre outros.

Os resultados apresentados trata-se de algumas considerações preliminares de um projeto de pesquisa que tem pro objetivo principal mostrar que o projeto de construção de Goiânia, idealizado a princípio por Atílio Correia Lima, que seguia um padrão europeu de cidades jardins previa a construção da futura capital do Estado, baseado nos princípios de sustentabilidade ecológica ao prever a garantia de amplos espaços destinados a áreas verdes que tinham por objetivos a preservação das nascentes e dos córregos do Capim-Puba e Botafogo, bem como, garantir qualidade de vida dos futuros moradores com a destinação, também, de amplos espaços destinados a praças, jardins e áreas de lazer.

A substancialização da ideia da construção de Goiânia e seus desdobramentos

Embora a questão da sustentabilidade ainda não se encontrava nas pautas de discussões no Brasil e em Goiás na década de 1930, em uma época marcada pela Marcha para o Oeste que tinha como por objetivo a ocupação dos “espaços vazios” do interior do Brasil através de uma “guerra” contra anatureza. Foi neste contexto que Atílio Correia Lima idealizou seu projeto de construção de Goiânia para ser a nova capital do Estado, cujo projeto a ideia de desenvolvimento urbano com sustentabilidade já se encontrava presente. Ao propor uma cidade estilo cidade-jardim que, *a priori*, se preocupava com a qualidade de vida dos futuros moradores.

Essa ideia de cidade moderna que emergiu, a partir do século XIX era, ao mesmo tempo, um espaço aberto e moderno e de realização da vida “civilizada”, e por outro, era uma cidade problema que precisava se reorientar em uma nova direção condizente aos princípios da moral, estética, da higiene ou exigências da técnica moderna.

Seguindo o modelo haussmaniano, as intervenções urbanas que se seguiram no Brasil ao longo do século XX, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Goiânia e Brasília tinham a intenção de racionalização do espaço, alteração da paisagem urbana, mas, sem se preocupar com a habitação. A preocupação principal era, basicamente, com a uniformidade das fachadas no o objetivo de criar o espetáculo das ruas com a intenção de impressionar os transeuntes e visitantes. No caso de Paris, especificamente, as reformas empreendidas por Haussman,

as grandes avenidas **tinha a intenção** de valorizar o solo urbano, redesenhar a cidade **tornando** impraticável a ocupação do centro reestruturado pelas populações pobres. Mas, por outro lado, a avenida ampla, arborizada, calçada, feericamente iluminada, com seus sedutores cafés e, imponentes prédios, habitada por gente elegante, era um espetáculo, inclusive para os mais pobres (PENSAVENTO, 1999:102-103). **Grifo nosso**

As grandes cidades dos séculos XIX e XX estavam em um processo contínuo de transformações: ao mesmo tempo, que tinham uma vida agitada e barulhenta e por representar para muitos o espaço do trabalho, do progresso e da modernidade, passam a ter, também, um caráter cosmopolita devido a um grande contingente humano que passam a visitá-las ou, de migrar para elas na esperança (ou ilusão) de construir uma vida melhor,

pela sua intensa atividade e pelo fascínio que exerce sobre as populações não urbanas. [...] usufruí-la era uma arte e só poderia fazê-lo que fosse tocado pela graça de uma fada benfazeja desde berço: era preciso ter o gosto do disfarce e da máscara, a ojeriza do domicílio e a paixão da viagem (BAUDELAIRE, apud. PENSAVENTO, 1999:99).

No Brasil, as grandes metrópoles litorâneas além do Rio de Janeiro, como Natal, Fortaleza, Recife, Salvador, Maceió, Florianópolis, etc. são exemplos típicos de cidades que passaram por grandes transformações e intervenções ao longo do século XX, onde o intuito da principal da motivação foi a possibilidade de exploração dos recursos naturais litorâneos para o crescente mercado turístico vinculado, também, aos interesses imobiliários. Nos espaços urbanos litorâneos, outrora, desvalorizados e

ocupados secularmente por pequenas comunidades de pescadores, deram lugar às grandes avenidas, calçadões, grandes complexos hoteleiros, *shoppings centers* e grandes redes de supermercados. A cidade moderna “é um campo de forças econômicas, territoriais, especulativas, políticas, sociais e culturais em tensão constante; a cidade é uma representação, pois as práticas sociais não se fazem às cegas, mecanicamente ou por isento.”(MENESES, 1996:149)

As intervenções urbanas e os projetos de cidades que foram pensadas e planejadas, como Goiânia e Brasília, tinham como finalidade a construção da imagem do belo e do atraente associado ao prazer e descanso. A cidade moderna emerge como um espaço encenado que tem por finalidade causar a boa impressão aos visitantes, no caso específico do Rio de Janeiro, “a identidade urbana não poderia ser construída em cima de uma cidade feia, imunda, perigosa e caótica. A cidade do desejo negava a cidade real, e o espelho deveria refletir a imagem de uma urbe higiênica, linda e ordenada.” (PENSAVENTO, 1999:169). Pensavento (1999), afirma que, João do Rio, um cronista do Rio de Janeiro da época em que a cidade passava por profundas transformações, empreendidas, pelo então prefeito Pereira Passos já

dizia que o mundo é cada vez mais figurino [...] dominado pelo artificialismo, pela imitação, pela cópia, tudo revela uma enorme preocupação com a aparência do novo, do moderno, do acompanhamento da moda: Estamos na era da exasperante ilusão, do artificialismo, do papel pintado, das casas pintadas, das almas pintadas (JOÃO DO RIO, Apud. PENSAVENTO, 1999:198).

Em Goiás, o projeto de construção da nova capital Goiânia, também, não foi diferente do ponto de vista cultural e ideológico do contexto histórico vigente na primeira metade do século XX no Brasil. A construção da nova capital para Pedro Ludovico e seus correligionários na década de 1930 representava

o símbolo que levaria o Estado a sair do marasmo político-econômico, além de representar um novo tempo que se estruturava nos horizontes nacionais. [...] a nova capital seria, sobretudo, a imagem do progresso. [...] **um** marco que separa dois períodos históricos: o da estagnação e o da ascensão. [...] Goiânia é de fato senhora do porvir de um dos mais belos destinos das cidades brasileiras (CHAUL, 1999:81-83). **Grifo nosso**

Utilizando-se da ideologia do progresso muitas cidades brasileiras, a exemplo do Rio de Janeiro, foram replanejadas, outras, como Belo Horizonte, Goiânia e Brasília foram cidades projetadas para nascerem modernas. Goiânia e Brasília, por exemplos, surgiram dentro do princípio do ideário desenvolvimentista. Nasceram para serem

símbolos de integral nacional e foram pensadas e planejadas com a utilização de estilos arquitetônicos e urbanísticos modernos com espaços para serem contemplados e com uma representação simbólica muito forte, por serem sedes do poder político estadual e nacional.

Estas cidades foram pensadas pelos seus idealizadores, de uma maneira geral, para serem espaços de sociabilidades que tinha como objetivos, por um lado, a garantia da qualidade de vida aos seus moradores, especialmente, para as famílias de classe média e alta e, por outro lado, os grandes investimentos em espaços que acabaram se constituindo como novos lugar(es) da memória e da identidade dos autóctones. Segundo Pensavento, no século XIX, a cidade de Paris já era um lugar de devaneio para a elite brasileira, pois se tornou uma metrópole de referência obrigatória “que deixava, sem dúvida, ruídos de inveja aos que não haviam tido condições de visitar a bela Paris” (PENSAVENTO, 1999:193).

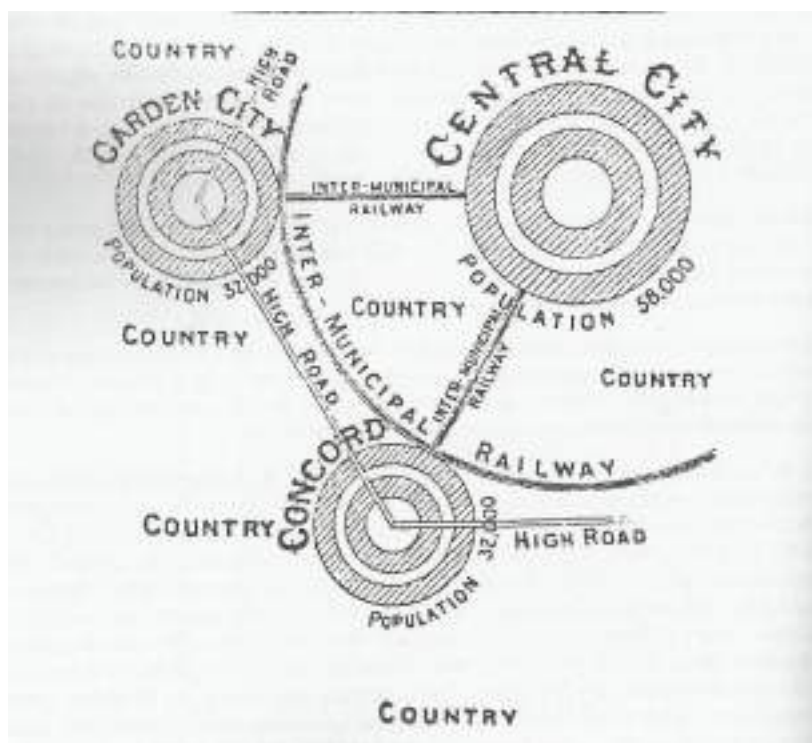
Na Europa do século XIX, depois das consequências do acelerado processo desordenado e expansão urbana e industrialização das cidades, já havia a preocupação do poder público nas políticas públicas de organização e de reordenamento urbano, começaram a preocupar-se com a qualidade de vida dessas pessoas e a propor medidas de políticas públicas com o objetivo de proporcionar a melhoria à vida dos moradores, especialmente, dos grandes centros urbanos.

Dentre os diversos urbanistas europeus que pensaram propostas de projetos arquitetônicos de reordenamento urbano para uma cidade moderna, teve destaque, o estudo “Cidades-jardins de Amanhã” que foi idealizado por Ebenezer Howard (1898). Howard, idealizada uma cidade que deveria manter o equilíbrio entre a natureza, o social e a economia. Sua proposta de cidade previa grandes espaços verdes, com um grande cinturão verde em torno e entre o espaço urbano, para garantir a produção de alimentos para o abastecimento da população urbana, em uma época, que os custos de transportes eram caros e não havia ainda se disseminado o transporte rodoviário de massa com o uso do automóvel. Desta forma, a cidade precisaria importar o mínimo possível, para uma cidade idealizada e planejada para no máximo 58 mil habitantes para o espaço urbano central e 32 mil para as cidades satélites, conforme nota-se figura 1 abaixo:

Hans (2005) em seu livro “Indicadores de Sustentabilidade” ressalta que, para se pensar em desenvolvimento sustentável é preciso contemplar as dimensões do bem

estar humano, do bem estar ecológico, do bem estar econômico e seu desenvolvimento, procurando o equilíbrio dos aspectos sociais, meio ambiente e natureza, democracia e direitos humanos.

Figura 1 – Crescimento da Cidade-Jardim



Fonte – HOWARD (2002)

Esses aspectos ficam claros no trabalho de Howard (2002), sendo possível observar claramente fundamentos do desenvolvimento sustentável, pois ele se preocupa com o desenvolvimento econômico e social e com a preservação ambiental, “visa-se elevar os padrões de conforto e saúde de todos os verdadeiros trabalhadores de todos os níveis, constituindo os meios pelos quais esses objetivos serão atingidos, uma combinação saudável, natureza e economia de vida urbana e rural” (HOWARD, 2002:114).

Foi nesta perspectiva que o projeto proposto de Atílio Correa Lima foi pensado para a construção da cidade de Goiânia na década de 1930. Atílio Correa seguindo o estilo Cidade-Jardim procurava conciliar no seu projeto a relação harmônica do homem com a natureza através da manutenção de amplas áreas verdes no espaço urbano,

dentro do critério moderno que manda prover às cidades de áreas livres plantadas, a fim de permitir que o ambiente seja beneficiado por essas reservas de oxigênio, procuramos proporcionar à cidade o máximo que nos foi possível de espaços livres. Assim obtivemos, classificando os espaços

livres pelas suas diversas categorias, medidos em hectares (ha): Parque Botafogo – 54 ha; Parque Buritis – 40 ha; Parque Paineira – 16; Jardins – 16 ha. (Plano Diretor de Goiânia – 1938, Op. Cit. NARDINI: 87).

Embora não tenha proposto todos os princípios do ideal de Howard (2002), Atílio Correa Lima preocupou-se em delimitar o local da cidade, com a mobilidade urbana, com ruas e vias e ordenação viária, com o zoneamento da cidade, saneamento básico (rede de esgoto e de fornecimento de água) e, sobretudo, com a destinação de amplas áreas verdes na composição do espaço urbano da cidade.

Embora, naquela ocasião, ainda não se falasse em preservação ambiental e sustentabilidade, no Plano Diretor Original da Capital de Atílio Correa Lima, já havia por parte do seu idealizador a preocupação em proteger as nascentes dos cursos de água visando a sua utilização futura para o abastecimento de água da população urbana.

Com esta intenção, previram o Parque Liberdade – no setor Jaó – destinado a preservar a qualidade da água da antiga represa do Jaó, (mais tarde, foi transformado em Parque Municipal através da Lei Orgânica n. 7.412, de 30.11.71) o Bosque dos Buritis, o Bosque do Zoológico, o Parque Botafogo, o Parque Areião e o Parque Linear Botafogo (entre as avenidas 83 e 136). Além da preocupação em manter a qualidade da água, com a manutenção de matas ciliares nas margens dos córregos e nascentes, também, teve o cuidado em preservar a manutenção da capacidade de absorção do solo em relação às águas pluviais a fim de se evitar enchentes e contratempos comuns nas cidades brasileiras durante as temporadas de chuva (NARDINI, 2006)

Questionado sobre a porque desta destinação expressiva de terras destinadas exclusivamente a áreas verdes Correa Lima argumentou que

Temos pois que os espaços não construídos representam 34,6% do total, relação talvez aparentemente exagerada, se não levarmos em consideração, que de preferência procuramos incluir e preservar certos sítios, já beneficiados pela natureza para servir de parques ou jardins, evitando, tanto quanto possível a sua destruição. A relação de 25% aconselhável pela prática, será facilmente atingida, não com a destruição das matas, como é a tendência natural, porque estas já estão incluídas na área que consideramos, mas com a expansão do loteamento, principalmente para a margem direita do Botafogo. Tratando-se de uma cidade em vias formação, o nosso feito foi salvar a natureza, deixando o campo livre à expansão da venda de terras e arruamentos novos, não havendo carências de terras para a edificação (LIMA, 1935, Op. Cit, NARDINI, 2002:87-88).

As áreas dos três grandes parques, Parque Buriti, Botafogo e Paineira representavam uma área total de 110 ha, os demais parques como “park-ways”, jardins,

“playgrounds” e campos de esportes, previa mais 52 ha, totalizando uma área total 162 ha de áreas de lazer, conforme nota-se na figura 2 do projeto apresentado por Lima (1937), com as áreas verdes demarcadas.

O objetivo de Atílio Correa de Lima em seu projeto era o de garantir aos futuros moradores de Goiânia um mínimo de qualidade de vida a essa área destinada a áreas verdes, parques e jardins correspondiam a 34,6% da área a ser construída da capital, que perfazia uma área total de 375 hectares. Desta área, 162 hectares destinados exclusivamente para áreas verdes de lazer e parques. Previa-se, uma cidade para 50 mil habitantes, com uma área verde de aproximadamente 308 habitantes por hectare. Segundo Moysés (2004), as áreas verdes representavam cerca de 1/3 da área total urbana, um projeto ousado para época, e enfatiza Goiânia “nasceu com a marca do planejamento” (MOYSES, 2004, p. 131) antes mesmo que uma casa fosse levantada.

Figura 2–Delimitação das áreas verde – Bosque e Parques



Fonte – DAHER (2003)

No projeto original de Lima (1942a), além das áreas verdes, as vias de acesso deveriam ser todas arborizadas a fim de amenizar o clima da cidade. Para Moysés (2004, p. 118) Atílio era “alguém que desejava ver, em pleno cerrado do país, uma majestosa cidade, da qual todos pudessem se orgulhar”. O projeto urbano para a cidade de Goiânia tinha como objetivo conservar em:

devida abundância os dons gratuitos da natureza – ar puro, luz solar, espaços arejados e áreas de lazer – empregando de tal forma os recursos da ciência moderna que a arte pudesse suplementar a natureza e que a vida possa tornar-se um permanente gozo e deleite (HOWARD, 2002:176).

A construção de Goiânia foi idealizada na década de 1930, e se por um lado havia todo um clima favorável para a mudança da capital, segundo Chaul (1999), com o fortalecimento econômico da região sul e sudeste do Estado com a marcha para o oeste e a ascensão de Vargas 1930, por outro, a tradicional cultura indisciplinada de não cumprimento das normas e a inoperância do poder público subvertido acabaram prevalecendo. Como ressalta Viana (2014) Atílio Correia Lima já preocupava-se com isso e alertava que:

seria inevitável, dentro em breve, a especulação desenfreada, em torno da venda de terras. Logo que a cidade comece a demonstrar foros de progresso, aquela se fará sentir com todas as suas nefastas consequências; muito contribuirão para isso as mudanças de governo. É preciso, portanto, que desde já fiquem bem estabelecidas as reservas. Embora só muito mais tarde possa a administração transformar essas matas em parques, nem por isso poderá dispor delas para outros fins que não os previstos (MORAES, 1991:34, *apud*. VIANA, 2014, p. 21)

No entanto, em razão de defender a manutenção do seu projeto original de Atílio Correa Lima sofreu desde o princípio grande resistência, especialmente, por parte dos engenheiros os irmãos Coimbra Bueno que eram responsáveis pela construção da obra. Episódio que acabou por levar Atílio Correa Lima a deixar o cargo de diretor de obras da nova cidade e se afastar do projeto (ACKEL, 2007). A final acabou por prevalecer os interesses econômicos e imediatos de pessoas que detinham o poder e o capital em detrimento do planejamento

os interesses comerciais e, sobretudo, as atividades especulativas que eram manipuladas pelos irmãos Coimbra Bueno & Cia. eram, frequentemente, as causas das grandes discussões entre Atílio e os executores da obra. [...] e que tudo faziam para obter vantagens nos negócios imobiliários da nova capital (ACKEL, 2007:144).

A situação da manutenção das áreas verdes conforme áreas esta estabelecidas no projeto original foi agravada ainda mais com o passar dos anos. O acelerado processo de desenvolvimento urbano e industrial no Brasil ao longo do século XX teve seus respectivos desdobramentos que, culminaram em Goiás, a partir de meados do século XX com a aceleração da mecanização do processo produtivo do campo e, também, o crescimento da industrialização vinculado às diversas atividades, especialmente, ao agronegócio provocou o aumento da ocupação das cidades decorrentes do crescimento da migração interna de outros estados para Goiás e,

sobretudo, do êxodo rural. No caso de Goiânia, houve o crescimento desordenado do espaço urbano e, por conseguinte, a acentuação dos problemas de ordem socioambiental, decorrente da falta de planejamento no desenvolvimento econômico brasileiro, e também, da ausência de políticas públicas que pudessem garantir o crescimento urbano de forma planejada e reordenada e sustentável.

Conforme dados do IBGE, Goiânia teve um crescimento exorbitante entre os anos de 1940 a 2010, saltando, de uma população de pouco mais de 48 mil habitantes, para mais de 1,3 milhão. A cidade, na década de 1950, já extrapolava os cinquenta mil habitantes conforme no seu projeto de construção idealizado por Atílio Correa Lima. As consequências deste acelerado crescimento são perceptíveis na atualidade em que a cidade tem um grande número de bairros periféricos, muitas vezes desprovidos de uma infraestrutura mínima de saneamento básico onde concentra a população mais pobre que continua abandonada pelo Estado e residindo, muitas vezes, em localidades impróprias e em construções improvisadas nas encostas de morros, proximidades de nascentes e cursos d'água, ocupando geralmente, locais de áreas verdes que deveriam ser cuidadas e preservadas pelo poder público.

Situação esta que contou com a participação do poder público estadual e municipal, que, ao invés empreender um trabalho sistemático de preservação das áreas verdes, estimulou o parcelamento destas áreas para a construção de prédios públicos, os fundos dos vales foram utilizados para alocar a população de baixa renda, inclusive com o fracionamento de áreas para a construção de conjuntos habitacionais como a Vila Roriz, ou pela omissão do ente público em não fiscalizar e permitir a invasão destas áreas o que comprometeu as margens dos córregos (NARDINI, 2002).

Se, por um lado, a presença desta população excluída que passou a viver em um ambiente insalubre e sem condições de uma vida digna, por outro, a sua presença tem comprometido o meio ambiente com o desmatamento de áreas de preservação e a contaminação de nascentes, rios ou córregos.

Ao que parece, conforme a experiência da construção e da história de Goiânia continuou arraigada às nossas tradições culturais do passado colonial e continuamos a ser “uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 1995:31). A história de Goiânia mostra que o planejamento sucumbiu-se ao improvisado. A tradição e o costume de não fincar raízes na terra e de não se comprometer com o planejamento acabou prevalecendo a cidade continuou a expandir-se sem “nenhum rigor, nenhum método,

nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” (HOLANDA, 1995:110).

Em um país da cultura do imprevisto que perpassa por todos os fundamentais socioculturais, políticos e econômicos da sociedade a organização do espaço urbano é reflexo de ações calcadas tradicionalmente no imprevisto o que dificulta a organização do espaço urbano planejado. Afinal, a colonização

dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com o desleixo e certo abandono. [...] **o princípio ético, moral e o ideal que prevaleceu na ação colonizadora foi o da aventura:** colher frutos sem plantar a árvore (HOLANDA, 1995:44, grifo nosso)

Ou seja, a ideia de consolidação de uma sociedade que se pauta pela consciência da preservação ambiental e pela sustentabilidade, perpassa também, pela importância da transformação da cultura e mentalidade de um povo ou, de uma nação, embora sejamos um país “moderno”, para Holanda (1995), ainda não cortamos nosso cordão umbilical das tradições ibéricas. Conforme o “jeitinho brasileiro,” por nossa tendência natural a aventura, pautada costume do não planejamento das ações mais simples (individuais ou coletivas) do dia-a-dia, o de não cumprir as normas e, sempre, na medida do possível de burlá-las conforme os interesses pessoais do momento, em detrimento dos interesses e do bem estar da coletividade.

Conforme bem frisou Sérgio Buarque de Holanda “os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e dos costumes” (HOLLANDA, 1995:33)

O conceito de formação de cidades em nosso território sempre se demonstrou arraigado na oposição cidade/natureza, neste caso em especial, Goiânia surgiu também na dicotomia progresso/atraso. Mas no Brasil, as cidades sempre surgiram ao acaso das necessidades do momento e sem planejamento prévio e, quando tinham o seus planos (como Goiânia) acabavam não sendo efetivamente concluídos. E o planejar inicial acaba se sucumbir aos imprevistos por forças das rápidas transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil após a década de 1950 (MOYSÉS, 2004).

Considerações Finais

A construção de Goiânia, representou um marco na história de Goiás no século XX, e marcou o início do que Sandro Dutra (2014) menciona como sendo a conquista

geográfica do Oeste que foi um ambicioso desafio, em que o domínio da natureza hostil teve um papel fundamental nos discursos oficiais e na literatura nas décadas de 1930 a 1950. Período que foi marcado pela postura de enfrentamento da natureza, marca característica nos discursos da Marcha para Oeste, em que, a construção de Goiânia tinha um papel muito relevante.

Contraditoriamente, o projeto de construção da nova capital por Atílio Correia Lima, se por um lado pretendia-se construir uma cidade moderna ao estilo dos padrões europeus de cidades jardins dos fins do século XIX e primeira metade do século XX, por outro, a construção da futura capital do Estado foi pensada baseado nos princípios de sustentabilidade ecológica ao prever a garantia de amplos espaços destinados a áreas verdes que tinham por objetivos a preservação das nascentes e dos córregos do Capim-Puba e Botafogo, bem como, garantir qualidade de vida dos futuros moradores com a destinação, também, de amplos espaços destinados a praças, jardins e áreas de lazer.

No seu projeto original Atílio Correa Lima já tinha uma preocupação em delimitar o local da cidade, com a mobilidade urbana, com ruas e vias e ordenação viária, com o zoneamento da cidade, saneamento básico (rede de esgoto e de fornecimento de água) e, sobretudo, com a destinação de amplas áreas verdes na composição do espaço urbano da cidade. Bem como, a preocupação em proteger as nascentes dos cursos de água visando a sua utilização futura para o abastecimento de água da população urbana.

Em razão de defender a manutenção do seu projeto original de Atílio Correa Lima com amplas áreas verdes, em uma época em que a natureza era vista como uma grande vilã e entrave para o desenvolvimento, acabou por sofrer desde o princípio grande resistência, especialmente, por parte dos engenheiros os irmãos Coimbra Bueno que eram responsáveis pela construção da obra, o que acabou por levar Atílio Correa Lima a deixar o cargo de diretor de obras da nova cidade e se afastar do projeto (ACKEL, 2007).

O planejamento acabou se sucumbindo à cultura do imprevisto e dos resultados imediatos, situação agravada com o acelerado processo de desenvolvimento urbano e industrial porque passou o Brasil e Goiás após a década de 1960 com a transferência da Capital Federal para Brasília. Com a aceleração da mecanização do processo produtivo do campo e a expansão do agronegócio houve um aceleramento da migração do homem

do campo para as cidades. No caso de Goiânia, houve o crescimento desordenado do espaço urbano e, por conseguinte, a acentuação dos problemas de ordem socioambiental, decorrente da falta de planejamento no desenvolvimento econômico brasileiro, e também, da ausência de políticas públicas que pudessem garantir o crescimento urbano de forma planejada e reordenada e sustentável. Por fim, a história de Goiânia revela que o planejamento sucumbiu-se ao imprevisto.

Referências Bibliográficas

ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. **Atílio Correia Lima- uma trajetória para a modernidade**. 2007. 342f. Tese (Doutorado –Área de concentração: Projetos de Arquitetura) -Universidade de São Paulo, 2007.

CHAUL, Nars Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. 2º ed. Goiânia: Ed.da UFG, 1999.

DAHER, Tânia. **Goiânia, uma utopia europeia no Brasil**. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã**. 2º ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

LIMA, Atílio Corrêa. **Goiânia – a nova capital de Goyáz**. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942a

LIMA, Atílio Corrêa. **Plano Diretor da Cidade**. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942b.

NARDINI, Maurício José. **Parâmetros Legislativos para a Goiânia do Século XXI: a busca da efetivação das normas municipais**. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia:UFG, 2002. Disponível no site: https://ciamb.prpg.ufg.br/up/104/o/Mauricio_Nardini2002.pdf

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Morfologia das cidades brasileiras: Introdução ao estudo da iconografia urbana**. In. Revista USP N.30, Dossiê Brasil dos Viajantes, Julho/Agosto 1996.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

PENSAVENTO, Sandra Jatay. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, Sandro Dutra e. O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia BelémBrasília.In. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. ANPUH/Seção n.º 23, 2014. Disponível no site: http://www.anpuh-sc.org.br/revfront_23_sumario.htm - acesado em 18/10/2015.

PRODUÇÃO DE SOJA EM GOIÁS E IMPACTOS NOS RECURSOS HÍDRICOS

Isabel Cristina de Oliveira
Universidade Estadual de Goiás - Campus Morrinhos -
Mestranda em Ambiente e Sociedade.

Aristeu Geovani de Oliveira
Professor da Universidade Estadual de Goiás - Campus
Morrinhos -
Doutor em Geografia.

Resumo: A produção de soja em Goiás é responsável por considerável percentual de participação no Produto Interno Bruto (PIB) do estado, o que se reflete em crescimento econômico para a região. O estado encontra-se atualmente entre os maiores produtores de soja do Brasil, pois a região do Cerrado apresenta condições ambientais favoráveis para a produção desta *commoditie* agrícola. Porém, no processo produtivo a incorporação dos recursos naturais, sobretudo os recursos hídricos, resulta em perdas na capacidade de abastecimento dos aquíferos, na contaminação dos mananciais e lençóis freáticos por agrotóxicos, e na redução da capacidade hídrica da rede de drenagem local. Assim, o presente texto é uma discussão e análise da ocupação e modernização da agricultura na produção de soja no território goiano, seus reflexos no crescimento econômico de Goiás e seus impactos nos recursos hídricos locais. Pauta-se numa reflexão baseada em um levantamento bibliográfico histórico e estatístico da relação dicotômica entre o cultivo de soja no estado e a utilização dos recursos hídricos como elemento natural indutor e importante suporte ao processo produtivo.

Palavras-Chave: Produção de soja – Recursos hídricos – Goiás

Introdução

A produção soja no estado de Goiás desenvolveu-se com forte apoio estatal, que ocorreu através programas federais de desenvolvimento agrícola. A expansão da sojicultura em Goiás deu-se a partir de 1970, desde então ganhou importância e promoveu significativos incrementos no Produto Interno Bruto (PIB), constituindo-se num dos principais produtos agrícolas da economia goiana. Atualmente, Goiás é o quarto maior produtor desta *commoditie*, e responde por 10,26% da produção nacional.

Contudo, a monocultura da soja tem trazido impactos extremamente danosos para o meio ambiente, especialmente para os recursos hídricos. Os principais impactos

são a contaminação das águas, redução da disponibilidade hídrica e alteração da qualidade das águas dos mananciais.

Neste sentido, este artigo buscou analisar como a produção de soja baseada na expansão da área plantada, no uso intensivo de insumos tecnológicos e na irrigação impactam nos recursos hídricos de Goiás. Especificamente, objetivou realizar um estudo da produção de soja e seus reflexos no crescimento econômico goiano em termos de expansão e volume de produção, valor da produção e participação nas exportações do estado. Buscou-se também, compreender como esta produção é capaz de afetar os recursos hídricos do estado, trazendo sérios impactos sobre a disponibilidade e qualidade das águas.

Este artigo é assim, uma reflexão teórica baseada em um levantamento bibliográfico e estatístico realizado com a finalidade de se caracterizar a cultura de soja em Goiás, sua atuação e importância na economia, e mais especificamente, compreender seus impactos sobre os recursos hídricos.

Área de Estudo

O estado de Goiás encontra-se situado na região Centro-Oeste do Brasil, entre as latitudes Sul 12°23'31" e 19°30'13" e longitudes Oeste de 45°54'11" e 53°15'27", com uma área de 340.111,376 km², densidade demográfica de 17,65 hab./Km², sendo composto por 246 municípios (IBGE, 2015).

O clima de Goiás é predominantemente tropical, com a divisão marcante de duas estações bem definidas durante o ano: verão úmido, nos meses de dezembro a março, e inverno seco, predominante no período de junho a agosto. A temperatura média varia entre 18°C e 26°C (Goiás, 2015).

A geomorfologia da maior parte do território goiano é caracterizada por relevo suave formado por chapadas e chapadões, predominando altitude entre 300 e 900m. Consiste de grandes superfícies aplainadas, talhadas em rochas cristalinas e sedimentares (MATOS; PESSOA, 2012 *apud* MARTINS, 2014).

Esse relevo plano foi fundamental para a implantação da agricultura moderna, já que os investimentos de capital no Cerrado foram direcionados às áreas de chapada, ou chapadões e que em virtude da suavidade de seu relevo, as chapadas são ideais para

o manejo de monoculturas que exigem uso intensivo de mecanização como é o caso da soja (MARTINS, 2014).

No que se refere à cobertura vegetal, o estado de Goiás encontra-se destituído da vegetação original em grande parte de seu território. A monocultura e a pecuária ocupam o lugar do cerrado em grandes extensões (NASCIMENTO, 1991).

De acordo com Martins (2014) nas chapadas os recursos hídricos são abundantes, e nos locais onde predomina rios perenes, quando somado com a baixa declividade e relevo plano, propicia a implantação de projetos de irrigação, destacando-se o pivô central tipo aspersão. Neste sentido, esse equipamento, apoiado no tripé, relevo-hidrografia-sazonalidade climática, com longos períodos de secas, se difunde com grande intensidade pelo território goiano.

A Produção de Soja em Goiás e a atuação estatal

A chegada e a exploração da soja em Goiás ocorreram fundamentalmente em virtude de programas federais de desenvolvimento da agricultura e sua consolidação nas áreas do cerrado. Os programas de governo que foram implantados a partir da década de 1970 possibilitaram ao estado de Goiás um novo modelo de produção agrícola e uma nova forma de crescimento do setor no país (VIEIRA, 2002).

Em princípio, buscando incrementar a produção e a produtividade na região do cerrado, vários organismos ligados ao campo foram criados, tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1973, e suas unidades de apoio: o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC) e a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA) (VIEIRA, 2002).

Além disso, de acordo com Coelho (2001), o governo federal também criou em 1975 o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)⁵ e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que foram os principais programas de desenvolvimento e modernização do setor agropecuário.

⁵ O POLOCENTRO foi o principal programa regional do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha por objetivo manter o crescimento econômico em torno de 10% a.a. e o crescimento do setor industrial em 12% a.a. Além disso, a ênfase do processo industrial seria nos bens de capital e nos insumos básicos, como produtos siderúrgicos e suas matérias-primas; metais não ferrosos; produtos petroquímicos; cimento; enxofre; e outros materiais não metálicos (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS; 2014).

O POLOCENTRO abrangia doze polos de crescimento distribuídos por diversos estados, dentre eles Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. E segundo Shiki (1997 *apud* INOCÊNCIO, 2000) os recursos do POLOCENTRO direcionavam-se para os mais diversos setores, como construção de armazéns, apoio à pesquisa e assistência técnica, ampliação do sistema de transporte e rede de energia e exploração de calcário.

A área envolvida pelo programa no período entre 1975 e 1982 alcançou 3,7 milhões de hectares, sendo 48,6% para lavouras, 32,4% para melhorias de pastagens e 18,9% em reflorestamento. Os estados que tiveram áreas de estabelecimentos beneficiados foram o Mato Grosso do Sul (35,4%), Goiás e Tocantins (32,3%), Minas Gerais (17,6%) e Mato Grosso (14,7%). Ainda que o programa tenha planejado destinar a maior parte da área para lavoura, foi justamente o oposto, a maior parte foi direcionada para pastagens (60%) e lavoura (40%), sendo a soja foi o produto mais cultivado (COELHO, 2001).

O POLOCENTRO tornou possível o desenvolvimento de infraestruturas e tecnologias que possibilitaram o aumento da produtividade média de áreas do Cerrado acima da produtividade da média nacional, estimulando a criação do PRODECER (SILVA, 2000). A implantação deste programa deu-se no princípio da década de 1980, sendo o resultado de um acordo de cooperação entre os governos japonês e brasileiro em 1976.

O PRODECER foi implantado pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) que possuía 51% de capital nacional e 49% de capital japonês proveniente da Agência Nacional de Cooperação Internacional do Japão. O PRODECER tinha como finalidade estimular a concorrência dos produtos nacionais no mercado internacional através de tecnologias modernas, crédito dirigido, distribuição de infraestrutura, além da distribuição de glebas e assentamento de agricultores no sul e no sudeste do estado de Goiás (GANEN; DRUMMOND; FRANCO, 2008).

De acordo com Santos (1998) a cultura de soja em Goiás foi assentada na tecnologia gerada e/ou adaptada pela EMGOPA, por meio de modernas técnicas agrônômicas relacionadas ao preparo do solo, plantio e trato cultural feitos de forma mecânica. Outras técnicas também podem ser citadas, como a correção da acidez, conservação do solo, combate à saúva, emprego de boas sementes, adubação, uso de herbicidas, combate às pragas e doenças, melhoramento genético (existência de

genótipos adaptados a todas as regiões do estado, tanto para o período chuvoso quanto para o seco), entre outras.

De acordo com Vieira (2002), destacam-se alguns fatores que explicam o interesse pela expansão da sojicultura no Cerrado:

1. Aspectos edafoclimáticos favoráveis ao cultivo de soja: topografia plana, chuvas regulares, elevadas temperaturas e profundidade dos solos. Tais fatores apoiados por tecnologias direcionadas às especificidades regionais proporcionam um aumento da produtividade fora das áreas tradicionais de cultivo;
2. Baixo valor da terra se comparado com a região Sul do país;
3. Economias de escala: o baixo preço da terra permite um ganho na escala de operação, pois quando se aumenta a área plantada, reduz-se o custo de produção da soja por saca.

Conforme Campos (2010) os elementos supracitados associados aos programas e políticas adotadas no cerrado, como crédito rural, estoques reguladores, política tecnológica, política de preços mínimos entre outras ações, serviram como instrumentos fundamentais para a viabilização da produção de soja voltada para a exportação.

Além disso, pode-se destacar alguns elementos em escala mundial que refletiram diretamente na expansão da produção da soja brasileira:

1. entre o final de 1940 e início de 1950, houve um crescimento da produção de carnes no mundo (aves, suínos e bovinos) que resultou no uso do farelo de soja para a produção de ração;
2. efetivo aumento do consumo de óleo de soja, que saiu de um patamar de 23% em 1947 para 61% em 1964;
3. no início dos anos 1970 a farinha de peixe foi substituída pelo farelo de soja como ração animal;
4. o crescimento da economia mundial nos anos 1970 refletiu positivamente nos preços das *commodities*;
5. países como o Brasil, que eram dependentes do petróleo importado tiveram que aumentar as exportações após as duas altas do petróleo em 1973 e 1979 (CAMPOS, 2010).

Com relação ao mercado interno, Campos (2010) afirma que o efetivo crescimento da produção de grãos, sobretudo a soja, foi a força motriz do processo de

transformação da agricultura brasileira, tanto no que diz respeito à expansão da área cultivada quanto à elevação da produtividade. O rápido desenvolvimento do setor de soja no Brasil foi impulsionado pelo uso doméstico de vários derivados da soja, como óleo e farelo.

Para se ter uma ideia da representatividade da soja no Brasil basta mencionar que de uma produção quase inexistente em 1965, passa a um patamar de cinco milhões de toneladas em 1970, para 15,16 em 1980, 30,6 em 1998, 68,86 em 2010 (CAMPOS, 2010) e em 2014, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (2015) chegou a 86,12 milhões de toneladas.

Dessa forma, tanto a demanda externa quanto a demanda interna impulsionaram a expansão da produção de soja no Brasil, o que refletiu na sojicultura em Goiás. Em 1970 a produção goiana de soja foi de 10.219 toneladas, já em 1985 passou para 847.510 toneladas produzidas, tornando-se o principal produto do agronegócio de Goiás (FERNANDES *et al.*, 2012).

A Produção de Soja em Goiás: expansão da sojicultura e reflexos nos crescimento econômico

A soja desenvolveu-se inicialmente com a expansão da área cultivada e posteriormente, com o aumento da produtividade. De acordo com dados do IBGE (2015) Goiás encontra-se entre os quatro principais estados produtores de soja do Brasil, perdendo apenas para o Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. Em 2000 Goiás apresentou uma produção de 4,09 milhões de toneladas representando 12,47% da produção do país. Na safra de 2014 obteve uma produção de aproximadamente 8,87 milhões de toneladas, o que representa 10,26% da soja brasileira.

Tabela 1: Produção de soja: Brasil, Grandes Regiões e unidades da federação* - 2000 e 2014.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2014 (1)			Variação (%) 2014/2000
	Soja (t)	Part. (%)	Ranking	Soja (t)	Part. (%)	Ranking	
Brasil	32.820.826	100		86.442.860	100		163,38
Centro-Oeste	15.446.445	47,06	1°	41.864.218	48,43		171,03

Sul	12.496.969	38,08	2°	29.532.983	34,16		136,32
Nordeste	2.063.859	6,29	4°	6.570.802	7,6		218,37
Sudeste	2.628.939	8,01	3°	4.972.977	5,75		89,16
Norte	184.614	0,56	5°	3.501.880	4,05		1.796,87
Mato Grosso	8.774.470	26,73	1°	26.435.515	30,58	1°	201,28
Paraná	7.188.386	21,9	2°	14.806.462	17,13	2°	105,98
Rio Grande do Sul	4.783.895	14,58	3°	13.041.226	15,09	3°	172,61
Goiás	4.092.934	12,47	4°	8.873.317	10,26	4°	116,8
Mato Grosso do Sul	2.486.120	7,57	5°	6.339.386	7,33	5°	154,99
Minas Gerais	1.438.829	4,38	7°	3.345.549	3,87	6°	132,52
Bahia	1.508.115	4,59	6°	3.206.364	3,71	7°	112,61
Tocantins	144.362	0,44	11°	2.093.941	2,42	8°	1.350,48
Maranhão	454.781	1,39	10°	1.875.792	2,17	9°	312,46
Santa Catarina	524.688	1,6	9°	1.685.295	1,95	10°	221,2
São Paulo	1.190.110	3,63	8°	1.627.428	1,88	11°	36,75
Piauí	100.963	0,31	12°	1.488.646	1,72	12°	1.374,45
Pará	2.602	0,01	15°	736.707	0,85	13°	28.213,11
Rondônia	36.222	0,11	14°	614.753	0,71	14°	1.597,18
Distrito Federal	92.921	0,28	13°	216.000	0,25	15°	132,46
Roraima	-	-	18°	56.479	0,07	16°	0
Amazonas	1.428	0	16°	-	-	-	-

*Foram considerados apenas os estados da federação que são produtores de soja.

Fonte: IBGE (2015). Org.: Oliveira (2015)

É importante mencionar que nos últimos quatorze anos a sojicultura em Goiás apresentou uma expansão de sua produção, que ocorreu alicerçada em seguidos incrementos de área plantada. Entre 2000 e 2014 a área plantada aumentou 112%, enquanto que a produção cresceu cerca de 116%, e neste período, o rendimento médio foi de 2.833 kg/ha, podendo-se destacar o ano de 2013 que teve uma produtividade de 3.024 kg/ha, conforme se observa na tabela 2.

Tabela 2: Área plantada, produção e rendimento médio da soja em Goiás – 2000 a 2014

Ano	Área Plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento
			Médio (kg/ha)
2000	1.491.066	4.092.934	2.745
2005	2.663.380	6.983.860	2.622
2010	2.445.600	7.252.926	2.965

2013	2.947.887	8.913.069	3.024
2014	3.162.303	8.873.317	2.810

Fonte: IMB (2015). Org.: Oliveira (2015).

A soja é produzida em diversas regiões do território goiano. No ano de 2013 em todo o estado a produção desta cultura foi de aproximadamente 8,91 milhões toneladas representando um valor de produção na ordem de 7,24 bilhões de reais. Os dez municípios maiores produtores de soja foram responsáveis por 4,18 milhões toneladas, o que correspondeu a um valor de produção de 3,34 bilhões reais. Vale ressaltar que os municípios que mais se destacaram foram Jataí, Rio Verde e Cristalina (Tabela 3).

Tabela 3: Dez municípios maiores produtores de soja – 2013

Município	Produção (t)	Valor da produção 1000 R\$
Jataí	873.000	695.220
Rio Verde	870.000	674.250
Cristalina	513.000	438.615
Montividiu	396.000	316.800
Mineiros	297.000	218.830
Paraúna	290.000	232.000
Chapadão do Céu	282.900	225.055
Catalão	250.560	209.669
Ipameri	216.000	177.660
Silvânia	198.400	158.720
Subtotal	4.186.860	3.346.819
Outros Municípios	4.726.209	3.896.962
Total do Estado	8.913.069	7.243.781

Fonte: IMB (2015); IBGE (2015). Org.: Oliveira (2015).

De acordo com dados do IMB (2015), a soja em 2013 teve a maior participação relativa na agricultura⁶, 40,37%, sendo seguida pela cana-de-açúcar (24,12 %) e milho (14,25%). Isso demonstra que a soja possui uma grande representatividade na participação da produção de *commodities* agrícolas no estado de Goiás.

⁶ O IMB considera como agricultura a soma das culturas de lavoura temporária e permanente.

**Tabela 4: Participação do Complexo Soja⁷ nos Principais
Produtos⁸ Exportados em Goiás (2000 a 2014)**

Ano	Total dos Principais Produtos*	Exportação	
		Complexo Soja	Complexo de soja
	Kg Líquido	Kg Líquido	%
2000	1.942.144.568	1.800.535.685	92,71
2005	5.260.700.084	4.509.454.320	85,72
2010	5.861.541.670	3.830.214.499	65,34
2014	9.436.167.658	4.538.665.507	48,10

IMB (2015). Org.: Oliveira (2015).

A soja constitui-se num dos produtos de maior importância para o comércio exterior de Goiás. A participação do complexo soja na exportação dos principais produtos de Goiás (tab. 4) entre 2000 e 2014 teve um incremento de 385,86%, e apesar a sua participação ter se reduzido de 92,71% para 48,1% no período, isso se deveu à maior participação na balança comercial de outros produtos como os complexos carne, minérios, milho e derivados etc.

Diante do exposto, pode-se perceber que a soja é responsável por grande parcela da produção agrícola no estado de Goiás. A expansão da área plantada desta *commoditie* e o respectivo aumento da sua produção impacta diretamente no valor da produção, o que contribui de forma efetiva para o PIB goiano, e respectivamente, na geração de riqueza no estado.

A Produção de Soja e Impactos nos Recursos Hídricos no Estado de Goiás

A soja é atualmente é o produto agrícola com maior área plantada no estado de Goiás, além disso, o complexo soja (óleo, farelo e grãos) lidera as exportações do estado de Goiás e é responsável por substancial parcela do PIB agropecuário do estado. Contudo, o cultivo de soja tem ocasionado sérios danos ao meio ambiente, especialmente sobre os recursos hídricos. Para o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2003), o problema fundamental da ocupação territorial e econômica do cerrado é

⁷ De acordo o MAPA (2015) o complexo soja corresponde ao grão, farelo e óleo.

⁸ Os principais produtos exportados pelo estado de Goiás em 2014 foram os do complexo soja, do complexo carne, do complexo minério, milho e derivados, couros, açúcares, algodão, café e especiarias, veículos, suas partes e acessórios, álcool etílicos, leite e derivados, demais produtos. É importante mencionar que de 2000 a 2014 houve variação entre os principais produtos exportados por Goiás (IMB, 2015).

caráter predatório do modelo agropecuário dominante, que ameaça a própria existência do Bioma.

Este modelo de exploração da agropecuária que predomina atualmente é insustentável à longo prazo, e diversos impactos sobrevêm de sua atuação: i) contaminação das águas devido ao uso de agrotóxicos; ii) diminuição da capacidade hídrica dos mananciais de água; iii) assoreamento dos rios e reservatórios; iv) redução da quantidade e da qualidade da água; v) degradação e exaustão das nascentes e veredas (MMA, 2003).

O território de Goiás é privilegiado no que diz respeito às reservas hídricas, uma vez que abriga várias nascentes que contribuem para a formação dos principais mananciais do país, como Paranaíba/Paraná, Araguaia/Tocantins e São Francisco (IMB, 2014).

No entanto, o modelo de ocupação das regiões de cerrado, pautado na exploração intensiva dos recursos naturais e na consequente eliminação da vegetação nativa, é ainda desprovido ações efetivas de desenvolvimento sustentável. Moysés e Silva (2008) complementam ao afirmar que: “A produção de *commodities* substituiu a vegetação natural por soja, milho, sorgo, e pastagens e estas não alimentam os lençóis freáticos dos cerrados, afetando mais de 300 cursos d’água.” (MOYSÉS; SILVA, 2008:197).

Assim, com a ocupação intensiva dos chapadões, e por conseguinte, a retirada da cobertura vegetal, sua substituição por vegetações temporárias de raiz superficial, a água da chuva não infiltra o suficiente para reabastecer os aquíferos, com isso o nível dos mesmos vai diminuindo ao longo do tempo, o que provoca a migração de nascentes das partes mais altas para as mais baixas e redução do volume das águas até que todo o curso d’água desapareça, sendo este um processo sem volta, irreversível (ABRAMOVAY, 1999).

A degradação dos solos advinda da erosão (e alguns casos de desertificação ecológica), o desmatamento e o quadro crítico de disponibilidade de recursos hídricos em virtude da irrigação são apontados como os principais impactos ambientais que a sojicultura promove (MMA, 1999 *apud* ABDALA, 2012). A consequência disso, é a perda de solos, contaminação das águas e assoreamento dos rios e nascentes. Estes

impactos são intensificados pela construção de infraestrutura para o escoamento da produção tais como portos, ferrovias e hidrovias (ABDALA, 2012).

De acordo com Fava (2003) estudos demonstram que no estado de Goiás, a partir da década de 1990, a soja passou a ser cultivada em áreas com menor declividade associadas a solos muito arenosos. A retirada de vegetação nativa nessas áreas para o plantio de soja e também para pastagens tem acelerado o processo de erosão, ocasionando enormes voçorocas. No caso específico verificado no sudoeste goiano, o material erodido é levado, por meio de canais fluviais e depositado ao longo do canal do rio Araguaia, promovendo o assoreamento e grandes bancos de areia.

Com relação ao uso excessivo de defensivos agrícolas sabe-se que deixam resíduos que podem contaminar o solo, os cursos d'água e os alimentos. Além disso, conforme Shlesinger (2005 *apud* ABDALA, 2012) a pulverização por aviões, pode provocar contaminação em outras áreas ameaçando pequenos produtores de outros cultivos, a produção orgânica e a qualidade das águas. Outra questão preocupante é que o uso de pesticidas constitui-se numa ameaça ao abastecimento e ao aquífero Guarani⁹ devido à infiltração e escoamento nas regiões de afloramento do aquífero.

Conforme Gomes e colaboradores (2006) a área de afloramento do aquífero Guarani em Goiás tem aproximadamente 12.257 Km². Boa parte desta área está espalhada ao longo da região que compreende as nascentes do rio Araguaia, na divisa dos estados de Goiás e Mato Grosso, abrangendo principalmente os municípios de Mineiros, Jataí, Chapadão do Céu, Portelândia e Perolândia.

De acordo com Sugimoto (2009) estudos realizados na região das nascentes do rio Araguaia, na divisa de Goiás e Mato Grosso confirmam a ameaça do avanço da soja e milho na região e ao uso também crescente de agrotóxicos, o que pode comprometer o aquífero. A estimativa é de que apenas 0,1% do agrotóxico aplicado em cultivos atinja seu alvo; o restante penetra no ambiente contaminando solo, água e ar. Os agrotóxicos depositados no solo podem ser transportados até as águas subterrâneas principalmente por meio de degradação, adsorção e lixiviação.

⁹ O Aquífero Guarani é o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo. Está localizado na região centro-leste da América do Sul. Sua maior ocorrência se dá em território brasileiro (2/3 da área total), abrangendo os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA – DAAE, 2015).

A avaliação dos níveis desses produtos ganha relevância devido à existência de outras regiões de recarga do Aquífero Guarani sob risco de contaminação, como nos estados de São Paulo (cultura de cana-de-açúcar), Paraná (milho), Santa Catarina (maçã) e Rio Grande do Sul (arroz) (SUGIMOTO, 2009).

Outro tema que merece destaque é o desenvolvimento da agricultura irrigada, que depende da disponibilidade de recursos hídricos, e do seu uso adequado. O uso da água para a irrigação representa um desafio relevante, pois atualmente no Brasil cerca de 70% da água disponível é usada em culturas irrigadas (BARROS, 2006). Na região centro-oeste uma área de 400.000 hectares é irrigada, o que representa uma demanda total de irrigação para a região de 16,37% (TUNDISI; MATSUMURA-TUNDISI, 2011). Conforme dados colhidos em pesquisa realizada no ano de 2014, no estado de Goiás existiam 2.897 pivôs, distribuídos em 149 municípios e 116 bacias (MARTINS *et al.*, 2014).

Deve-se ressaltar que a irrigação via utilização de pivôs é um processo caro e extremamente prejudicial aos recursos hídricos, uma vez que demanda pela sucção de grande volume de água dos mananciais. De acordo com o MAPA (2001), o resultado da irrigação na produtividade pode variar e culturas como a soja, apresentam pequena resposta à irrigação, apesar disso, de acordo com Ambiente Brasil (2015), a irrigação da soja por pivô central tem se ampliado na região centro-oeste apesar de a cultura receber somente uma pequena parcela da água, pois a maior parte evapora ou corre para corpos d'água próximos. Em muitos casos, resulta em erosão, salinização da água ou sua contaminação com agroquímicos.

O IMB (2014) realizou um estudo sobre o comprometimento hídrico causado pelo uso de pivôs centrais no estado de Goiás, e para a definição da demanda hídrica considerou-se as culturas de soja, feijão e milho, que são as que mais usam este método de irrigação em Goiás. Os resultados apresentaram regiões hidrográficas mais críticas: Cristalina (92 bacias); Água Fria de Goiás (18 bacias); Formosa (15 bacias); Cabeceiras (14 bacias); Ipameri (13 bacias); Itaberaí (10 bacias); Campo Alegre de Goiás (8 bacias); Jussara (8 bacias); Vicentinópolis (8 bacias).

Cabe observar que nas áreas irrigadas por pivôs dentro do estado de Goiás, o rodízio de cultivo é realizado como prática de manejo e conservação do solo buscando assegurar a capacidade produtiva da área plantada. No sistema de rodízio, a soja aparece como uma espécie alternativa que possibilita a recomposição do solo através da

liberação de nitrogênio via decomposição folhear. Isto faz com que este cultivo geralmente seja praticado anualmente durante o período de ocorrência de menor precipitação.

Neste sentido, é importante salientar que elevados valores de comprometimento indicam que pequenas alterações no ciclo hidrológico podem causar desabastecimento de água para estes equipamentos, resultando em quebras de safra, e assim, em aumento dos preços dos produtos agrícolas. Neste sentido, a economia do estado pode ser prejudicada, especialmente nos municípios que tem pivôs instalados, e na maioria das vezes tem na agricultura sua principal fonte de receita (IMB, 2014). Além disso, Santos e Câmara (2002 *apud* ABDALA, 2012) afirmam que sistemas de irrigação que são usados de forma não controlada causam desperdício pela perda de água do lençol freático, podendo comprometer o abastecimento futuro, especialmente para consumo humano.

Considerações Finais

A soja é o produto de maior participação dentre as culturas agrícolas no estado de Goiás. Sua produção tem sido impulsionada pelos altos valores das *commodities* no mercado internacional e aumento da demanda de alimentos no mercado interno. Além disso, a soja teve ampliada a sua área plantada, a sua produção e as exportações nos últimos quatorze anos. Tal situação coloca esta *commoditie* como um produto fundamental para o crescimento econômico e geração de riqueza para o território goiano.

Porém, a crescente expansão da soja associada a tecnologias de produção resultaram em inúmeros efeitos sobre os recursos hídricos no estado de Goiás, como: contaminação de corpos hídricos pelo uso intensivo de agrotóxicos; redução da capacidade dos mananciais hídricos; assoreamento de rios e reservatórios; deterioração e esgotamento de nascente e veredas.

Com relação à irrigação, sabe-se que a utilização de pivôs centrais tem ocasionado comprometimento de corpos hídricos de diversas sub-bacias de cidades goianas que são produtoras de soja. Dentre as dez cidades maiores produtoras de soja no estado pode-se destacar Jataí, Rio Verde e Cristalina. Para exemplificar a situação de comprometimento, pode-se avaliar o caso de Cristalina, que é a terceira maior produtora

de soja no estado e apresenta a maior concentração de regiões hidrográficas comprometidas de forma crítica.

De acordo com Projeções do Agronegócio elaborada pelo MAPA (2015) a produção de soja em grãos brasileira terá um acréscimo de cerca de 33% para 2024/25 em relação à produção de 2014/15. E a área de soja deve aumentar 9,7 milhões de hectares nos próximos dez anos. Assim, essa expansão da soja deve acontecer através da combinação de expansão de fronteira em regiões onde ainda há terras disponíveis, ocupação de terras de pastagens e pela substituição de lavouras onde não há terras disponíveis para serem incorporadas, mas principalmente de pastagens naturais.

Por fim, conforme as Projeções do Agronegócio preparada pelo MAPA (2015) no Brasil a demanda interna de soja em grãos deve crescer 22,9%, enquanto que as exportações devem aumentar entre 33,9% e 61,6 no período correspondente entre 2014/15 e 2024/25. Neste sentido, possivelmente a elevação da demanda por soja resultará na expansão das áreas destinadas ao seu cultivo, o que tornará necessário a expansão das áreas irrigadas em Goiás.

Portanto, estratégias para promover o aumento da produção agrícola baseadas no aumento de áreas irrigadas devem considerar limitações relacionadas à disponibilidade e qualidade das águas. Neste sentido, ações estimulando a melhoria da qualidade da água, conservação de nascentes e áreas de preservação permanente contribuirão para melhorar a qualidade e quantidade de água disponível.

Referências Bibliográficas

ABDALA, K. O. **Dinâmica de Competição Agropecuária pelo Uso do Solo no Estado de Goiás e Implicações para a Sustentabilidade dos Recursos Hídricos e Remanescentes Florestais**. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais), Programa Multidisciplinar de Doutorado em Ciências Ambientais (CIAMB), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012.

ABRAMOVAY, R. **Moratória para os cerrados**: elementos para uma estratégia de agricultura sustentável. São Paulo: Consórcio Atech/Museu Emílio Goeldi, 1999.

AMBIENTE BRASIL. **Ambiente Água**. Desperdício de Água. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agua/artigos_agua_doce/desperdicio_de_agua.html>. Acesso em: 12 set. 2015.

BARROS, F. G. N. **A Bacia Amazônica Brasileira no Contexto Geopolítico da Escassez Mundial de Água**. 2006. 152f. Dissertação. Universidade da Amazônia, Belém, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Conservação e uso Sustentável do Bioma Cerrado**: Programa Cerrado Sustentável. 2003.

CAMPOS, M. C. Expansão da Soja no Território Nacional: o papel da demanda internacional e da demanda interna. **Revista Geografares**, n. 8, 2010.

COELHO, C. N. 70 anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). In: **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ano X – n. 03, Jul./Ago./Set., 2001.

CORONEL, D. A.; AZEVEDO, A. F. Z.; CAMPOS, A. C. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia Política**. São Paulo: v.34, n.1, p. 103-119, Jan./Mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572014000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 07 jun. 2015.

DAAE. **Aquífero Guarani**. Disponível em: <<http://www.daaearaquara.com.br/guarani.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

FAVA, A. R. Estudo revela efeitos do uso inadequado de solos: Linha de pesquisa mostra impactos ambientais causados por cultivo e manejo impróprios. Campinas. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, 25- 31 ago. 2003. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/226-11.pdf. Acesso em: 17 out. 2015.

FERNANDES, K. C. C.; FARIA, S. S.; XAVIER, K. D.; WANDER, A. E.; FIGEIREDO, R. S. **O Complexo Agroindustrial da Soja e a Produção de Biodiesel no Estado de Goiás**. Conjuntura Econômica Goiana. 2012. n. 23, p. 44 – 53, dez. 2012.

GOIÁS. Governo de Goiás. **Clima**. Disponível em: <<http://www.goias.gov.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

GOMES, M. A. F.; FILIZOLA, H. F.; SPADOTTO, C. A.; PEREIRA A. S. **Caracterização das áreas de afloramento do Aquífero Guarani no Brasil**: base para uma proposta de gestão sustentável. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2006.

IBGE, 2015. **Estados@**. Goiás. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=go>>. Acesso em: 06 set. 2015.

IBGE. Pesquisa Agrícola Municipal. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520620&idtema=137&search=goias|cristalina|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2013>>. Acesso: 28 out. 2015.

IBGE. Produção de Soja: Brasil, Grandes Regiões e unidades da federação – 2000 e 2014. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

IMB. **Balança Comercial**. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso: 02 set. 2015.

IMB. **Comprometimento Hídrico por Pivôs Centrais em Goiás**. Informe Técnico. 2014.

IMB. Soja. **Produção Agrícola**. Estatísticas municipais. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso: 28 ago. 2015.

IMB. **Pesquisas Anuais**. Produção Agrícola Municipal. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso: 17 ago. 2015.

INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e as Tramas do Poder na Territorialização do Capital no Cerrado**. 2010. 279 fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2736>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

MAPA. **Seleção do Sistema de Irrigação**. Informe Técnico. Sete Lagoas, dez. 2001. Disponível em: http://docsagencia.cnptia.embrapa.br/milho/circular_14-selecao_do_sistema_de_irrigacao.pdf>. Acesso em: 11 set. 2015.

MAPA. **Soja**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/soja>>. Acesso em: 02 set. 2015.

MATOS, B. A.; TEIXEIRA, A. L. F.; BURNETT, J. A.; ZOBY, J. L. G; FREITAS, M. A. S. Disponibilidade e demandas de recursos hídricos nas 12 regiões hidrográficas do Brasil. In: **XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**, 2007, São Paulo. Anais do XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2007.

MARTINS. R. A; LARANJA, R. E. P.; SANTOS, E. V.; FERREIRA, I. M.; LIMA, J. O. Espacialização do Agrohídronegócio do Pivô Central no Cerrado Goiano. **Revista Eletrônica Georaguaia**. 2014. Barra do Garças, V. 4, n.2, p 221 - 245. Jul./Dez. 2014.

Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Conservação e uso Sustentável do Bioma Cerrado**: Programa Cerrado Sustentável. 2003.

NASCIMENTO, M. A. L. S. Geomorfologia do Estado de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, V.12, n.1. Jan./Dez. 1991.

SANTOS, R. L. **A modernização da agricultura em Goiás na perspectiva da pesquisa agropecuária**. 1998. 176f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, UFG, Goiânia, 1998.

SUGIMOTO, L. Método detecta agrotóxicos na água e no solo de áreas do Aquífero Guarani. **Jornal da Unicamp**. Campinas, ano 24, n. 439, 31 ago./set. 2009. Disponível

em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2009/ju439_pag03.php>. Acesso: 28 ago. 2015.

VIEIRA, N. M. **Caracterização da Cadeia Produtiva da Soja em Goiás**. Florianópolis. 2002. 124f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2002.

UMA PROPOSTA DE ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DO IMPACTO PROVOCADOS PELO CÉSIO 137 EM GOIÂNIA, 1987-1990

Laianny Barbosa do Prado
Email: laianny.prado@ifgoiano.edu.br
Hamilton Afonso de Oliveira – Orientador/UEG-UnU

Morrinhos-GO
Email: hamiltonafonso@bol.com.br

Resumo: Numa perspectiva histórica, a presente proposta de trabalho, utilizará de documentação quantitativa e qualitativa e de revisão bibliográfica para refletir sobre os impactos socioambientais provocados pelo acidente radiológico do Césio 137 em Goiânia entre os anos de 1987 a 1990. Os resultados preliminares revelam que, além dos prejuízos psicológicos, socioambientais e econômicos, o acidente radioativo modificou a visão da sociedade goianiense em relação ao ambiente, principalmente durante esse período abordado.

Palavras-Chaves: Goiânia – Césio 137 – Ambiente e Sociedade

Introdução

O município de Goiânia foi projetado para ser uma capital moderna e progressista, e insere-se no contexto histórico e ideológico da política desenvolvimentista da marcha para oeste, empreendida a partir do governo de Getúlio Vargas. Desde de sua idealização por Pedro Ludovico Teixeira, na década de 1930, Goiânia foi pensada e planejada para representar o ícone da modernidade, progresso e desenvolvimento de Goiás sendo símbolo da eficiência administrativa. (CHAUL, 1997)

O contraste entre o urbano e o rural, sempre esteve presente desde o início da sua construção. Afinal, foi construída em meio à paisagem rural do Centro-Oeste e formada por uma população de migrantes de origem tipicamente agrária e de cidades interioranas que se vislumbrava pela modernidade representada, desde então, pela vida urbana. Na mentalidade e no imaginário coletivo dos goianienses os contrastes entre a vida rural e a vida urbana ainda se manifestam na vida cotidiana. O rural ganha novas ressignificações que se manifestam pelo gosto da música “sertaneja”, por promover a

tradicional e maior festa agropecuária de Goiás, todos os anos no mês de maio e, por conter entre a paisagem urbana pequenas chácaras em meio à paisagem dos grandes edifícios e, sobretudo, pelo forte papel da agropecuária e agroindústria na economia do Estado.

Embora o mito do progresso e da modernidade em Goiás se inicia nos princípios do século XX com a Estrada de Ferro a Goiás inaugurada em 1912. A presença dos trilhos da estrada de ferro possibilitou ao Estado de Goiás a começar a trilhar pelos caminhos do desenvolvimento e do progresso, possibilitando o incremento das atividades agrícolas. A partir desse momento as políticas públicas estavam voltadas para o incremento das atividades produtivas em especial, no desenvolvimento da agricultura e pecuária a partir da aplicação de novas tecnologias no campo que, segundo Hamilton Afonso de Oliveira, gradativamente possibilitou

o Estado tornar-se uma importante fronteira agrícola, o que acabou acelerando o êxodo rural e a urbanização da sociedade goiana. Essas mudanças influenciaram as formas de comportamento socioculturais, em que os valores da cidade acabaram se sobrepondo às tradições do campo. [...] não provocou apenas transformações nas formas de produzir e lidar com os recursos naturais, mas, **em alguns aspectos**, gerou mudanças na cultura e mentalidade, sobretudo, após a construção e transferência da capital federal para Brasília em 1960 (OLIVEIRA, 2008, p.207). **Grifo nosso**

Segundo Nasr Chaul, (1997) a transferência da capital era muito antiga, e seu desejo e aspiração datam do século XVIII, quando o então governador Conde dos Arcos, sugeriu ao governo português a mudança da capital para a cidade de Meia Ponte (atual Pirenópolis) e em 1830, Miguel Lino de Moraes, sugeriu a mudança da capital para Água Quente. Dentre as justificativas alegadas para a mudança da capital, destaque para o isolamento e as precárias condições de sanitárias e de salubridade da antiga capital Goiás. (CHAUL, 1999)

A ideia de transferência da capital agradou, principalmente, aos interesses das oligarquias do sul e sudoeste do Estado, regiões, que se consolidavam como economicamente mais dinâmicas e se constituíam o principal centro das decisões políticas de Goiás. Goiânia foi projetada para ser uma cidade moderna e progressiva, e se insere no contexto histórico e ideológico da política desenvolvimentista da época para oeste do governo de Getúlio Vargas. Goiânia simbolizou interiorização do desenvolvimento e do progresso, servindo-se de inspiração e incentivo à migração e ocupação de espaços que até então eram considerados vazios. (CHAUL, 1997)

Essa nova capital de Goiás representava uma etapa preliminar, da política desenvolvimentista que passa a ter como metas a modernização e o progresso do país, a partir da integração e inserção de regiões relativamente isoladas como Norte e Centro-Oeste aos centros dinâmicos do capitalismo nacional e internacional que teve o seu ápice na construção e transferência da Capital Federal para Brasília em 1960. (CHAUL, 1997)

Diante destas reflexões sobre a construção de Goiânia é possível notar que desde a sua idealização ,havia a intenção por alguns políticos influentes de consolidar o seu poder e inserir Goiás no avanço tecnológico e moderno das grandes capitais brasileiras. A ideia de transferência da capital pode ter sido inspirada no projeto de interiorização da capital federal, que foi defendida por José Bonifácio logo após a Proclamação da Independência do Brasil e que somente foi retomada com o advento da República em 1889, quando o então presidente Deodoro da Fonseca, financiou a expedição com o objetivo de delimitar a área onde deveria ser construída a futura Capital Federal do Brasil. Tanto que, na Constituição de 1891, em seu Art. 3.º, determinava que ficasse pertencendo à União, uma zona de 14.440 km², do Planalto Central que seria oportunamente demarcada para nela estabelecer-se-ia a futura Capital Federal.

Muito provavelmente foi deste projeto que Pedro Ludovico Teixeira se inspirou para idealizar a construção e transferência da capital da cidade de Goiás para uma região mais centralizada e ao sul do Estado. Segundo Chaul, 1997,

não era apenas de Pedro Ludovico que desejava, mas também, era um desejo de Vargas e das novas oligarquias do sul de Goiás que davam a sustentação à sua política sendo um fator determinante também, para o desenvolvimento do capitalismo e a dinamização da economia regional de Goiás, sustentada deste então pelas regiões sul, sudeste e sudoeste de Goiás. (CHAUL, 1997 pág.76).

A construção da nova capital, também representou a consolidação do poder político do Interventor Pedro Ludovico Teixeira, no Estado de Goiás que, ao articular a mudança da capital ao atacar a cidade de Goiás dizendo que era um atraso para economia e para o progresso de Goiás, estava na verdade atacando os grupos políticos depositados. Sendo que “os ataques á velha capital, porém, não atingiam apenas a cidade decadente, mas, também o centro do poder dos grupos políticos depositados. Atacar Goiás era uma forma de atacar os caiados” (CHAUL, 1997, p. 204).

Para Barsanufu Gomides Borges, a construção da nova capital representava, na prática, uma oposição aos grupos oligárquicos representado pelas famílias dos Bulhões e Caiado que, no passado impediam a modernização da economia goiana por terem atrasado no máximo possível à chegada dos trilhos da estrada de ferro a Goiás. A chegada dos trilhos da estrada de ferro a Goiás, em princípios do século XX, resultou em mudanças significativas na conjuntura econômica do Estado e a sua maior inserção nos quadros da economia nacional à medida que resultou no crescimento da produção agropecuária e, por conseguinte, na valorização das terras, incentivo do fluxo migratório e urbanização.

Terminada a construção em 1942, Goiânia passava a representar o pioneirismo da modernidade e do progresso em Goiás, por ser uma das primeiras cidades projetadas e planejadas no Brasil, representava a marca da política do estado novo imposto por Getúlio Vargas em 1930. A cidade de Goiânia é apresentada nacionalmente como uma cidade moderna e marcada pela eficiência administrativa. Segundo o autor Eliezer Cardoso de Oliveira,

desde os anos iniciais a cidade de Goiânia, seus habitantes sempre se preocuparam em divulgar uma imagem de desenvolvimento para as outras cidades do Brasil e do mundo. Por outro lado, as avaliações positivas feitas sobre a cidade por estrangeiros eram bastante valorizadas localmente. (OLIVEIRA, 2008, p.232).

Essa política refletiu, principalmente, na população de Goiânia que desde sua construção procurou ser representada como cidade moderna e, desde cedo, recebeu estatus. A partir de 1960, com a construção e transferência da capital federal para Brasília, e, também com os investimentos de Juscelino Kubitschek na construção de malhas rodoviárias que passaram a cortar Goiás, interligando o Estado com as demais regiões do Brasil um fluxo migratório de pessoas advindas de diversas cidades goianas e de demais estados da federação, e, também, o êxodo rural contribuíram de forma expressiva para o crescimento da população de Goiânia e seu entorno, transformando-a em uma metrópole no fim do século XX. Em decorrência do crescimento demográfico exorbitante e desordenado, a partir da década de 1960, Goiânia começou a ter sua imagem de cidade planejada e moderna descaracterizada.

O episódio com o acidente radiológico do Césio 137 em Goiânia provocou mudanças econômicas, culturais e sociais na sociedade de Goiânia que Wiederhercker & Chaves (1990) as representações do medo provocadas pelo acidente radiológico afetou

diretamente a expansão da economia goianienses, com a recusa no mercado interno e temor nos mercados internacionais aos produtos brasileiros, especialmente os produzidos em Goiás. Além dos altos custos que o Estado teve com descontaminação dos lugares atingidos, assistência às famílias atingidas, acondicionamento e destinação do lixo radioativo, a arrecadação pública decresceu acompanhada do crescimento dos gastos com as despesas geradas pelo acidente. Além das pessoas diretamente afetadas pelo Césio, a população residente próxima às áreas atingidas pelo acidente teve seus imóveis desvalorizados, bem como, os seus empreendimentos comerciais. Muitas lojas, especialmente indústrias de confecção e alimentos tiveram de imediato suspender suas atividades e muitas acabaram por decretar falência.

A metodologia que se pretende desenvolver nesta proposta de pesquisa será primeiramente bibliográfica, visando identificar como a temática foi abordada pelos pesquisadores, bem como, a (re)definição do embasamento teórico e metodológico. Posteriormente poderá ser utilizadas informações de cunho qualitativo e quantitativo produzidas em jornais e revistas de circulação da época como os jornais: O Popular, O Povo, Diário da Manhã, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, O Globo, Correio Brasiliense e, também, as revistas, Veja e Isto é. A partir da análise destas fontes foi possível identificar as transformações socioambientais ocorridas em Goiânia após o acidente, juntamente com possível a identificação dos setores e atividades econômicas que mais sofreram os impactos do acidente radioativo em Goiânia e sua repercussão no Estado de Goiás.

Resultados e Discussões

O impacto negativo na indústria do turismo repercutiu no principal hotel cinco estrelas de Goiânia onde o hotel Castro's teve uma queda de 60% das reservas no mês de outubro. Logo se percebe que todos os setores econômicos de Goiás, especialmente, de Goiânia foram afetados pelo preconceito e discriminação gerados pelo acidente radioativo com o Césio 137. Conseqüentemente, influenciou de forma negativa o crescimento da economia goiana no ano de 1987, agravada pela crise econômica nacional dos fins da década de 1980, que foi marcada pela retração da economia e hiperinflação. O acidente produziu a discriminação e rejeição por parte dos demais estados brasileiros, às mercadorias que eram produzidas e exportadas por Goiás, o que resultou na redução das exportações, que segundo Hojtowicz (1990) caíram 20% e,

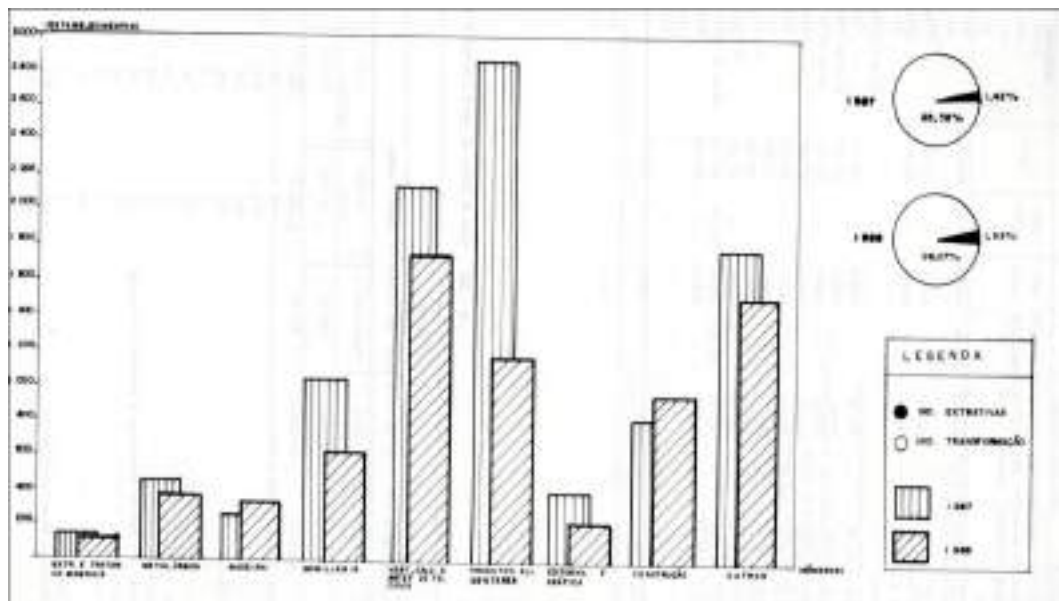
Goiás ficou impedido de exportar carne, cereais e até leite. Os jornais de grande circulação na época afirmavam que os alimentos poderiam estar contaminados.

Além da discriminação em relação aos produtos produzidos em Goiás, os goianos, também, acabaram sendo vítimas de preconceito. A representação do medo ocasionado pelo acidente foi considerada por Oliveira (2008), como sendo um marco da pós-modernidade por ao disseminar o repúdio às características modernas que buscava somente o progresso e passou a valorizar as tradições históricas e a se preocupar com as questões ambientais - pelo ou menos, no discurso ideológico - visando recuperar a imagem de Goiânia, que, a partir do acidente radioativo viu-se abalada e discriminada. (OLIVEIRA, 2008)

Os principais estabelecimentos localizados na área e adjacências da Rua 57 onde aconteceu o acidente radioativo de Goiânia praticamente fecharam-se as portas. Da mesma forma, os hotéis tiveram o abandono de seus clientes mais fiéis. Postos de gasolina perderam metade dos clientes que deixaram de comprar no local. O volume de exportação da indústria de confecção caiu drasticamente o comerciante de outros estados cancelavam seus pedidos.

O reflexo do acidente com o Césio 137 em Goiânia pode ser percebido um ano após o ocorrido, conforme mostra a Figura 1 abaixo, percebe que, houve uma tendência geral de queda no número de estabelecimentos industriais no Estado de Goiás entre os anos de 1987 a 1988, sobretudo, os setores da indústria de alimentos, mobiliário e confecções em geral. Exceto os setores da indústria de construção e madeira todos os demais segmentos industriais tiveram uma queda expressiva no número de estabelecimentos. A indústria de alimentos foi o setor de produção que mais afetado com o acidente radioativo, com redução de 2900 em 1987 para menos de 1200 estabelecimentos em 1988; seguida, pela indústria de confecções em geral - vestidos, calçados e tecidos - que teve o número reduzido de 2100 para menos de 1800; O setor imobiliário a caiu de 1100 estabelecimentos para 700 estabelecimentos respectivamente.

Figura 1: Número de estabelecimentos indústrias em Goiás de 1987 a 1988 – (Anuário Estatístico de Goiás – SEPLAN/1990)



O acidente gerou profundas alterações no cotidiano da comunidade goianiense obrigando-a envolver-se nas discussões sobre o tema da radiação que, passou a fazer parte do dia-a-dia dos cidadãos em decorrência da grande visibilidade do ocorrido que foi difundido pela mídia com repercussão internacional. O acidente trouxe malefícios sanitários, sociais como a segregação e o preconceito e contaminações do ar, do solo (incluindo os calçamentos das residências), de animais e vegetais da região. Este fato levou ao isolamento das regiões afetadas, e submeteu as pessoas contaminadas a tratamentos médicos e psicológicos. Provocando a remoção de milhares de toneladas de objetos (SILVA, 2013.) .

Com a tragédia radioativa o poder público e a sociedade de Goiânia passaram a investir na política de preservação e proteção do meio ambiente nesse momento, alguns órgãos da administração pública, tanto no âmbito estadual quanto no municipal foram sendo criados como a AMMA (Agência Municipal do Meio Ambiente) e a DEMA (Delegacia do Meio Ambiente).

Importante destacar que, dentre as capitais brasileiras, Goiânia era considerada a mais arborizada, com centenas de milhares de árvores plantadas nas vias públicas. O município contava à época com cerca de 30 parques e bosques, que abrigam inúmeras espécies da fauna e da flora, típicas do cerrado brasileiro. (SILVA, 2013)

Logo se percebe que todos os setores econômicos de Goiás foram afetados pelo preconceito e discriminação gerados pelo acidente radioativo com o Césio 137, que trouxe além dos prejuízos econômicos, problemas socioambientais ao contaminar o meio ambiente da cidade de Goiânia.

Considerações Finais

A presente proposta de pesquisa pretende mostrar os impactos socioambientais provocados pelo acidente radioativo do Césio 137 em Goiânia, bem como, refletir até que ponto o lamentável fato ocorrido contribuiu para despertar o grau de conscientização da sociedade goianiense em relação à preservação do meio ambiente. Além disso, a pretensão também é mostrar que o acidente modificou completamente o cotidiano da sociedade goianiense, que além de sofrer com medo das consequências socioambientais da radiação, teve que aturar o preconceito por parte dos outros estados brasileiros que influenciados pelo o sensacionalismo da imprensa passaram a discriminar os produtos e a população de Goiás.

Esse lamentável acidente trouxe várias consequências socioambientais para a sociedade Goiânia destacando entre elas a contaminação do solo nas áreas aonde o césio foi manipulado, a contaminação do ar, de objetos, animais, plantas e a retração na expansão econômica da agroindústria e turismo de Goiânia neste período principalmente nos dois primeiros anos. Muitas pessoas que tiveram contato direto ou indiretamente com o Césio morreram ou deixaram sequelas irreversíveis à sua saúde.

Referências Bibliográficas

CHAUL, NarsFayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital.** CEGRAF/UFG: Goiânia, 1997.

BORGES, Barsanufu Gomides. **O despertar dos dormentes.** Centro editorial da UFG, 1990. pág.128.

HOJTOWICZ, Ana. **Roubados em seus sonhos - uma interpretação da cobertura jornalística sobre o acidente com o Césio-137 em Goiânia.** Dissertação de Mestrado aprestanda na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. UnB: Brasília, 1990.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **O Acidente com césio 137 e a Pós-Modernidade em Goiânia.** In: SERPA& MAGALHÃES, ÉlioCantalício; Sônia Maria de. História de Goiás: memória e poder. Goiânia:Ed. Da UCG,2008.

OLIVEIRA,Hamilton Afonso de. **Uma abordagem histórica do turismo em Caldas Novas (GO): De espaço de cura a espaço de Laser e entretenimento.** In: SERPA& MAGALHÃES, ÉlioCantalício; Sônia Maria de.História de Goiás: memória e poder.Goiânia:Ed. Da UCG,2008.

SILVA, Gleyzer Alves e. **Dano ambiental e reparação civil: estudo de casos ocorridos na região metropolitana de Goiânia-GO, decididos a partir de 2007.** Anápolis: Centro Universitário de Anápolis -UniEvangélica,2013.Disponível em<http://www.unievangelica.edu.br/files/images/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20GLEYZER%20ALVES%20-%20agosto2013.pdf>. Acessado em 23/03/2015.

SEPLAN, Anuário Estatístico de Goiás. Número de estabelecimentos indústrias em Goiás de 1987 a 1988. Goiânia: Departamento de estatística, pesquisa e informação, 1989. pág.383.

WIEDERHERCKER, ClyceLouíse; CHAVES, Elza Guedes. **Associação das vítimas do Césio 137: igualdade e diversidade de um movimento social.** Boletim Goiano de Geografia, 9/10(1/2):1-20, jan./dez.1989/1990.

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E SUBSISTEMA DE VEREDAS: UM ESTUDO DE CASO NA PRINCIPAL NASCENTE DO CÓRREGO LARANJAL QUE ABASTECE A CIDADE DE PIRES DO RIO (GO)

Lázaro Antônio Bastos
Universidade Estadual de Goiás
Campus de Pires do Rio (GO)
Mestre em Geografia

Resumo: A ação humana não está respeitando limites, tendo já consumido grande parte dos recursos naturais, causando uma situação tamanha de destruição, que poderá não ter retorno. Desta forma, ao visitar as proximidades do Córrego Laranjal, localizado no município de Pires do Rio-(GO) foi possível notar claramente a ocorrência de diversos impactos ambientais, principalmente em áreas de Veredas, sendo que muitos desses impactos são resultados de atividades econômicas. O objetivo geral da pesquisa é analisar os impactos ambientais que ocorrem na área de Vereda da nascente do Córrego Laranjal, no município de Pires do Rio-(GO). Para a Geografia, a pesquisa mostra-se importante, uma vez que o objeto de estudo é o homem e a natureza, por isso, os dois elementos de forma integrada podem ser analisados, contribuindo para a construção de conhecimentos geográficos. Para a Universidade e para a sociedade, a pesquisa é uma forma de apresentar uma contribuição, desvendando aspectos sobre a interferência do homem na natureza, buscando soluções para os problemas ambientais existentes na região, cientificando a todos da necessidade de preservação e intervenção para as ações devastadoras praticadas na natureza. Esta pesquisa será realizada por meio de discussões bibliográficas, referenciando autores como Becker (2006), Claval (1999), Martins (1997), Barbosa (2002), Ribeiro e Walter (2008), Ferreira (2003), discutindo as ações de composição fitofisionômicas do bioma Cerrado, entre os demais, analisando o conceito de impactos ambientais e, ação antrópica, verificando as características da paisagem, do bioma Cerrado e os diversos impactos ambientais ocasionados na região. Serão utilizadas imagens de satélite, recursos fotográficos, pesquisa de acesso a internet e visitas a campo.

Palavras-chave: veredas – degradação ambiental – meio ambiente – ação antrópica

1 Introdução

No decorrer da presente pesquisa serão apresentadas algumas relações relevantes aos aspectos paisagísticos, os quais compõem as constituições da paisagem do Cerrado. Enfatizaremos o subsistema de Vereda como parte integrante deste bioma, observando seus aspectos de ordem evolutiva, os quais prestaram um importante papel na formação e delineamento de suas fitofisionomias. No mesmo contexto, estará demonstrada a configuração atual do Cerrado dentro das paisagens brasileiras, o entendimento sobre seus aspectos ambientais, os quais exigem uma análise integrada

entre os elementos da biota e o espaço geográfico, o modo como se relacionam com os demais componentes da natureza. Acredita-se que, a grande biodiversidade do Cerrado está vinculada à diversidade de ambientes nele existente.

Com a chegada das fronteiras agrícolas em áreas de Cerrado e o avanço tecnológico resultante da modernização das atividades agropastoris faria com que a região do Cerrado fosse ocupada intensivamente pelo aumento do rebanho bovino e pela produção de grãos. Produção esta, visando atender aos anseios do mercado estrangeiro, por meio de políticas governamentais. Essas políticas passaram a existir, visando trazer divisas para a Nação. Desse modo, incentivaram a ocupação desenfreada das áreas do Cerrado. No entanto, os incentivadores da prática agrícola e da pecuária praticadas no Cerrado deixaram de perceber que estavam vendendo nossas riquezas naturais, causando um verdadeiro desequilíbrio ecológico, matando a flora, prejudicando a fauna e demais seres vivos que dependem de ambientes preservados para a sobrevivência.

Pensando na preservação deste tão importante bioma e do subsistema de Vereda na principal nascente do Córrego laranjal é que partiu a idéia de que algo deve ser feito no sentido de conscientizar a população que depende dos recursos hídricos para a sua própria sobrevivência. No caso desta pesquisa, a preocupação maior parte da iniciativa de preservar o principal recurso hídrico que abastece a Cidade de Pires do Rio (GO), que é o Córrego Laranjal.

Resultados e discussões

Para estudar as complexidades do bioma Cerrado, a realização de um estudo a respeito de seus subsistemas e suas respectivas fitofisionomias proporcionará um maior entendimento das relações paisagísticas que cada um exerce dentre os demais ambientes. Cada subsistema necessita de uma interação entre os componentes fauno-florísticos, que proporcionarão um conjunto harmônico, coexistindo um verdadeiro instinto de sobrevivência. Por isso, o sentido de haver exploração nesses subsistemas será inevitável, basta haver conscientização e políticas públicas de sustentabilidade em áreas de Cerrado.

Em um segundo momento deste artigo será relatado alguns aspectos relativos à importância ecossistêmica dos subsistemas do bioma Cerrado proporcionando uma análise mais aprofundada sobre o subsistema de Vereda, o qual está sendo apresentado

como tema principal nesta pesquisa. Para tanto, uma minuciosa pesquisa bibliográfica contribuirá apresentando a visão de vários autores que trabalham a temática proposta.

Entender o Cerrado como um todo torna-se um objeto de estudo muito amplo e complexo. Fazer uma análise do domínio do bioma Cerrado, para melhor compreensão de seus subsistemas, é inerente haver uma investigação em obras de pesquisadores. Cada subsistema exige a compreensão sobre suas características fitofisionômicas, que variam em ambientes de transição, para formar um mosaico perfeito em suas composições.

O Cerrado do Brasil Central possui uma riqueza imensurável de espécies animais e vegetais. Deste modo, pode-se fazer um apanhado de seus aspectos fisionômicos, para manter as relações necessárias à sua compreensão. Torna-se difícil realizar um trabalho de forma isolada, sem, contudo perceber as relações com o que está a sua volta, de acordo com a enorme quantidade de fitofisionomias existentes no bioma. Nele encontramos: Formações Florestais umbrófilas decídua, Cerradão, Cerrado *Strictu sensu*, Campo Cerrado, Parque de Cerrado, Campo Sujo, Campo Limpo, Campo de Murundus, Campo Rupestre, buritizais e Veredas, Mata Seca e Mata de Galeria. Por isso, todo subsistema não pode ser analisado de uma forma isolada, necessitando-se fazer uma investigação de fatos e fenômenos ocorrentes nas formações e relações que esse ambiente exerce dentro deste grande domínio.

O domínio dos chapadões recobertos por Cerrados e penetrados por florestas-galerias de diversas composições constitui-se em um espaço físico ecológico e biótico, de primeira grandeza, possuindo de 1,7 a 1,9 milhão de quilômetros quadrados de extensão. O polígono dos Cerrados centrais brasileiros, muito embora tenha uma posição zonal em relação ao grande conjunto das savanas e Cerrado da África Austral e da América Tropical, em nível dos espaços fisiográficos e ecológicos brasileiros, é apenas mais um dos grandes polígonos irregulares que formam o mosaico paisagístico e ecológico do país. (AB'SABER, 2003, p. 117).

Para Ab'Saber (2003), a composição vegetacional do Cerrado brasileiro, possui ocorrência limitada das formações campestres que podem ser comparadas à savana africana. No domínio dos chapadões há uma presença de extrato graminoso, com infiltrações de florestas-galerias dos mais variados tipos fitofisionômicos, constituindo um espaço bioecológico de primeira grandeza. As florestas-galerias estão sempre presentes na rede de drenagem, um sinal marcante na geomorfologia do Planalto Central do Brasil.

[...] A combinação de fatos físicos, ecológicos e bióticos que caracteriza o domínio do Cerrado é, na aparência, de relativa homogeneidade, extensível a grandes espaços. A repetitividade das paisagens ligadas ao tema do Cerrado – Cerrado Cerradões, campestres de diversos tipos – contribui muito para o caráter monótono desse grande conjunto paisagístico. (AB’SABER, 2003, p. 120).

Numa perspectiva ecossistêmica, a interação entre vários ambientes é constituinte das paisagens mais complexas e variadas do mundo. Para que haja um conjunto perfeito, serão necessárias relações harmônicas entre os elementos que regulam esse bioma, sendo eles: clima, solo, vegetação, recursos hídricos e componentes fauno-florísticos, com as mais variadas formas de vida.

Metodologia da pesquisa

A respeito dos procedimentos metodológicos, Luna (2000) aponta que é um conjunto de passos que geram informações relevantes. Deste modo, para a efetuação da pesquisa deve-se buscar um maior aprofundamento teórico, principalmente, sobre a evolução conceitual do Subsistema de Vereda, efetuando uma revisão de literatura para a seleção de materiais com informações relevantes sobre a temática. Realizamos buscas em bibliotecas, bancos de dados em meio eletrônico, sumários de publicações de revistas específicas, teses, dissertações, artigos científicos, Prefeitura Municipal, além de consultas a especialistas da área e a entidades como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a metodologia deste trabalho, primeiramente está sendo realizado um aprofundamento teórico-conceitual, discutindo autores como Barbosa (2002), Ferreira (2003), Ribeiro e Walter (2008) entre outros. Essa discussão possibilitando meios para alcançar os objetivos propostos mediante o tema. As seleções das informações pesquisadas integradas ao trabalho de campo e material fotográfico contribuíram de maneira satisfatória e necessária para a concretização desta pesquisa.

O levantamento bibliográfico proporcionará um elo de partida entre o pesquisador e o objeto de estudo. Este levantamento bibliográfico veio demonstrar conceitos e definições da temática apresentada para este trabalho, permitindo assim, o recolhimento do referencial e a construção do esboço teórico discutido. Durante o trabalho de campo farse-á uso de observações diretas, onde posteriormente, ocorreram

as pesquisas “*in loco*”, as quais basearam-se na literatura levantada a respeito de informações da formação vegetacional do bioma Cerrado e do subsistema de Vereda. Os trabalhos de campo serão realizados com o intuito de perceber a espacialização do cenário natural e as relações humanas com o mesmo, utilizando como instrumento de registro do lugar visitado a máquina fotográfica, a qual viabilizará a análise do local por meio das fotos para realizar uma leitura do lugar, bem como de suas variações nas imagens obtidas.

2 Aspectos fitofisionômicos do bioma Cerrado

A presente pesquisa procura investigar os impactos ambientais e as principais características do bioma Cerrado nas proximidades do subsistema de Vereda da principal nascente do Córrego Laranjal, no município de Pires do Rio-(GO), que abastece a central de captação de água da cidade (SANEAGO). Portanto serão analisados os impactos ambientais e os processos de degradação próximos a nascente além de verificar as principais atividades econômicas que são desenvolvidas nas proximidades da nascente. Algumas indagações serão feitas a partir de que se existem projetos ou planos para a proteção da região? De que forma é possível proteger o Subsistema de Mata de Galeria e subsistema de Veredas na principal nascente do Córrego Laranjal, no município de Pires do Rio-(GO)?

O desenvolvimento da pesquisa será realizado por meio de discussões bibliográficas, discutindo o conceito de impacto ambiental, ação antrópica analisando as características da paisagem, do bioma Cerrado e os diversos impactos ambientais desenvolvidos na região. Serão utilizadas ainda imagens de satélite, recursos fotográficos, pesquisa de acesso à internet e visitas a campo.

O Bioma Cerrado adquiriu ao longo de milhões de anos uma maneira de viver em harmonia entre componentes da fauna, flora e do espaço geográfico. Assim formados os subsistemas que os compõem (Figura 01)apresentam, um verdadeiro mosaico paisagístico pela interação em que um ambiente possui influencia sobre os demais, para tanto, a transformação dessa paisagem pode acarretar em uma série de danos, que poderá comprometer a vida em um futuro bem próximo.



Figura 01 Esquema adaptado das principais fitofisionomias do bioma Cerrado. Fonte: Ribeiro e Walter (2008).

O diagrama acima nos apresenta as principais fitofisionomias do bioma Cerrado, desde as florestas que margeiam os cursos d'água até os campos abertos com extrato vegetal esparsos. Nesses casos a uma predominância de surgimento de palmeiras, sendo que uma delas é o buriti (*Maurithia Vinífera*), palmeira símbolo do Cerrado.

O bioma Cerrado está localizado no Planalto Central do Brasil. Nesta área imperam climas tropicais de caráter subúmido com duas estações bem definidas: uma com inverno seco com estiagem, outra com verão quente e chuvoso. Os solos, em grande parte, são profundos e apresentam baixa fertilidade natural, acidez acentuada em função da grande presença de sílica, em relevo plano e suavemente ondulado, apresenta boa estrutura para mecanização. A drenagem é perene e os rios são normalmente acompanhados por formações vegetais de tipos fisionômicos variados. Vejamos a seguir os principais tipos fitofisionômicos do Cerrado descrito por Ribeiro e Walter (2008).

2.2 Formações Florestais

É uma das formações fitofisionômicas que apresentam variações de uma região para outra. As características fitofisionômicas das florestas do Cerrado diferenciam das demais formações devido à fertilidade do solo e pelo porte maior de suas árvores. Por estas características, contribuiu para o processo de implantação da agricultura na região do Cerrado, com derrubadas extração de madeiras de lei e lavouras de destoca após as queimadas.

2.3 Mata Ciliar

De acordo com as características fisionômicas da formação Geomorfológica no Planalto Central do Brasil, a hidrografia se encarregou de traçar seu trajeto constituindo as bacias hidrográficas. A gênese de uma grande bacia surge em prol de inúmeras nascentes, sendo estas responsáveis pelo extravazamento dos aquíferos subsuperficiais, que delinearão trajetórias que cortam a área *core* do Cerrado em várias direções. Por isso, dá início ao surgimento de Matas Ciliares, isso ocorre por ocasião da junção das nascentes de um divisor de água.

A manutenção e proteção das margens de um curso d'água de médio e grande porte dependem das Matas Ciliares que atuam como barreiras de contenção do processo erosivo das vertentes.

2.4 Matas de Galeria

São ambientes que por sua composição florísticas diferenciam dos demais ambientes. De acordo com a sua formação permitem que o local próximo ao curso d'água permaneça encharcado o ano todo favorecendo uma paisagem exuberante. Nestas localidades, brejosas surge uma vegetação, de origem de solos ricos em matéria orgânica que contribuem para o crescimento dos vegetais

2.5 Mata Seca

Para apresentar maior exuberância na paisagem que compõem o mosaico paisagístico do bioma Cerrado, As Formações Florestais apresentam aspectos fitofisionômicos que favoreceram a permanência de vida nesse bioma, isso ocorre desde o início do processo de sua ocupação. Por se tratar de um ambiente com solos ricos em suas composições minerais, oferecendo bastante matéria orgânica, foi um fator importante que contribuiu para o início das atividades agropastoris no Brasil Central.

2.6 Cerradão

Entende-se por Cerradão, uma vegetação que se aproxima da Formação Florestal. É um ambiente com predominância de cipó, no seu interior apenas a presença de serrapilheira e total ausência de gramíneas, sua cobertura arbórea oferece barreiras para as vistas de quem a observam. Por consequência do xeromorfismo, os troncos e galhos, apresentam características tortuosas, porém diferenciam das demais Formações

Típicas de Cerrado. Sua ocupação prevalece nas partes mais elevadas dos interflúvios, com uma topografia de relevo mais 44%.

2.7 Formações Típicas de Cerrado

Para Ferreira (2008), as formações Savânicas denominadas anteriormente por Ribeiro e Walter (2008), passam a receber uma nova denominação de Formações Típicas de Cerrado, que englobam quatro tipos fisionômicos, as quais podem apresentar subdivisões, segundo a densidade arbóreo-arbustiva ou em função do ambiente em que se encontram: Cerrado Sentido Restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda.

2.7.1 Cerrado Sentido Restrito

É uma formação que se assemelha com o Cerradão. Possui uma topografia quase isenta de sinuosidade, com árvores de porte menor. É um ambiente que permite a penetração de luz por isso em seu interior já existe a presença de gramíneas. Ferreira (2008) nos explica que: o Cerrado Sentido Restrito ou *Stricto sensu* caracteriza-se pela presença de árvores baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas, geralmente com evidências de queimadas. Os arbustos e subarbustos encontram-se espalhados, com algumas espécies apresentando órgãos subterrâneos perenes xilopódios, que permitem a rebrota após queima ou corte. Na época chuvosa, os estratos arbustivos e herbáceos tornam-se exuberantes, devido ao seu rápido crescimento.

2.7.2 Parque de Cerrado

A terminologia utilizada para designar os aspectos fitofisionômicos de um Bioma em qualquer parte do mundo depende basicamente da cultura de cada País. O termo “Savana” é característico do continente africano, a semelhança entre o Cerrado e as formações “savânicas”, pouco diferem em suas fisionomias. Em consequência da deriva continental, o Cerrado se localiza em altas altitudes prevalecendo o domínio dos Planaltos e Chapadões no Brasil Central Para completar a sequência de raciocínio, Santos (2010) nos explica que:

no entanto, o Cerrado sentido amplo é um dos Biomas mais complexos do mundo. Em primeiro lugar existem áreas de campo e também de Cerradão, cuja forma é floresta e, portanto, estariam fora dos conceitos mais usuais de Savana. Em segundo, além dos campos e do Cerradão, ainda estão incluídas outras florestas (Matas Secas, Ciliares e de Galeria). Por isso, os autores

afirmam que o Cerrado não é um mero sinônimo brasileiro de Savana, tal qual os Llanos da Venezuela e da Colômbia ou o Miombo Africano. Nestas considerações observa-se forte influência dos estudos de Eiten (1972), *apud* Santos (2010). Mas, modernamente, segundo Walter, Carvalho e Ribeiro (2008), Santos (2010) a maioria dos autores considera as principais formas de vegetação do Cerrado subordinadas ao conceito de Savana. (SANTOS, 2010, P. 35).

2.7.3 Palmeiral

De acordo com a rede de drenagem em áreas de Cerrado, os Palmeirais aparecem constituindo parte do mosaico paisagístico, que possuem variações em suas composições minerais. Algumas dessas Palmeiras como a *Maurithia vinífera* (buriti), costumam ocupar os campos de altitudes com características de solos pobres em nutrientes em alguns casos, próximos ao buriti, onde ocorre de não ter outro tipo de vegetação a não ser a presença de gramíneas.

Seguindo a mesma linha de conceitos Ferreira, (2008) apresenta dois tipos fisionômicos de Palmeirais que ocupam os interflúvios próximos aos rios de médio e grande porte, é o que nos apresenta a seguir.

O babaçal caracteriza-se por apresentar espécie de tronco com altura média de 8 a 15 metros e uma cobertura de 30% a 60%, com média de 45%. Apesar de ser típica dos interflúvios, também pode ocupar faixas ao longo dos rios de maior porte da região, chegando a compor a vegetação ciliar, ocorrendo porém nos trechos onde o solo é bem drenado e não sujeito a inundações periódicas. Há ainda o bacurizal, esquecido por muitos. Essa formação é caracterizada pela espécie *Attaleaphalerata* Mart (bacuri), palmeira de tronco simples, típica de áreas movimentadas recobertas por ARGISSOLOS de boa fertilidade. (FERREIA, 2008, p.197, grifos do autor).

No Município de Pires do Rio, essas classificações apresentadas por Ferreira (2008), são bem percebidas nas proximidades do Rio Corumbá, que faz limite Sul com o Município de Urutai e Caldas Novas (GO). Outra espécie de Palmeiras que aparecem intercaladas com as demais caracteriza-se pela presença da *Acrocomia aculeata* (macaúba), que caracteriza o macaúbal.

Palmeiras em solos mal drenados (brejosos), presente ao longo dos fundos dos vales do Brasil Central, quase sempre são dominados pelas espécies *Mauritia vinífera* (buritis), e caracterizam o buritizal.

2.7.4 Vereda

“Vereda é a fitofisionomia com palmeiras arbóreas *Mauritia vinifera* (buritis) emergente, em meio a agrupamentos mais ou menos densos de espécie arbustivo-herbáceas”. As Veredas de chapadas na sua maioria são circundadas por campo limpo, geralmente úmido, e os buritis não formam dossel como ocorre no buritizal, caracterizando-se por altura média de 12 a 15 metros e cobertura variável de 5% a 10%. São encontradas em solos hidromórficos saturados durante a maior parte do ano.

Geralmente ocupam os vales ou áreas planas que acompanham linhas de drenagem mal definidas, em geral sem murundus. Também são comuns numa posição intermediária do terreno, próximas às nascentes dos cursos d'água ou na borda de mata de galeria, caracterizadas em sete subtipos por Ferreira (2003, p. 198). “Elas exercem papel fundamental na manutenção da fauna do Cerrado, como local de pouso para a avifauna, atuando como refúgio, abrigo, fonte de alimento e local de reprodução também para a fauna terrestre e aquática” (CARVALHO, 1991 apud FERREIRA, 2008, p. 199).

Nessa mesma linha de conceitos a respeito do ambiente de Vereda, pode-se considerar a Vereda como um ecossistema que se desenvolve sobre certas condições de umidade na região do Cerrado, ocorrendo principalmente na cabeceira dos cursos de água. Em toda a extensão da Vereda, o lençol de água aflora, ou está muito próximo da superfície. O Subsistema de Vereda é de grande importância para o bioma Cerrado, no entanto, ainda é insignificante o número de estudos envolvendo esse tema, configurando a necessidade de realizar estudos na região dos municípios de Pires do Rio (GO).

2.7.5 Formações Campestres

As formações campestres do Cerrado englobam três tipos fitofisionômicos principais: o Campo Sujo, o Campo Limpo e o Campo Rupestre. O Campo Sujo caracteriza-se pela presença evidente de arbustos e subarbustos entremeados no estrato arbustivo-herbáceo. No campo Limpo, a presença de arbustos e subarbustos é insignificante. O Campo Rupestre possui trechos com estrutura similar ao Campo Sujo ou ao Campo Limpo, diferenciando-se tanto pelo substrato, composto por afloramentos de rocha, quanto pela composição florística, que inclui muitos endemismos.

De acordo com particularidades topográficas ou edáficas, o Campo Sujo e o Campo Limpo, podem apresentar três subtipos cada um. São eles: Campo Sujo Seco, Campo Sujo Úmido e Campo Sujo com Murundus; e Campo Limpo Seco, Campo Limpo Úmido e Campo Limpo com Murundus.

2.7.6 Campo Rupestre

O Campo Rupestre é um tipo fitofisionômico predominantemente herbáceo-arbustivo, com a presença de arvoretas pouco desenvolvidas de aproximadamente dois metros de altura. Abrange um complexo de vegetação que agrupa paisagens em micro-relevos com espécies típicas, ocupando trechos de afloramentos rochosos. Geralmente, ocorre em altitudes superiores a 900m, ocasionalmente a partir de 700m, em áreas onde há ventos constantes e variações extremas de temperatura, com dias quentes e noites frias.

2.7.7 Campo Limpo

O campo limpo é uma fitofisionomia predominantemente herbácea, com raros arbustos e ausência completa de árvores. Pode ser encontrado em diversas posições topográficas, com diferenças de grau de umidade, profundidade e fertilidade do solo. Entretanto é encontrado com mais frequência nas encostas, nas chapadas, nos olhos d'água, circundando as Veredas e na borda das Matas de Galeria, geralmente em solos Neossolos Litólicos, Cambissolos ou em Plintossolos Pétricos. Quando ocorre em áreas planas, relativamente extensas, contíguas aos rios e inundadas periodicamente, também é chamado de “Campo de Várzea”, “Várzea” ou “Brejo”, sendo os solos de um dos seguintes tipos: Gleissolos, Neossolos, Flúvicos, Plintossolos ou Organossolos.

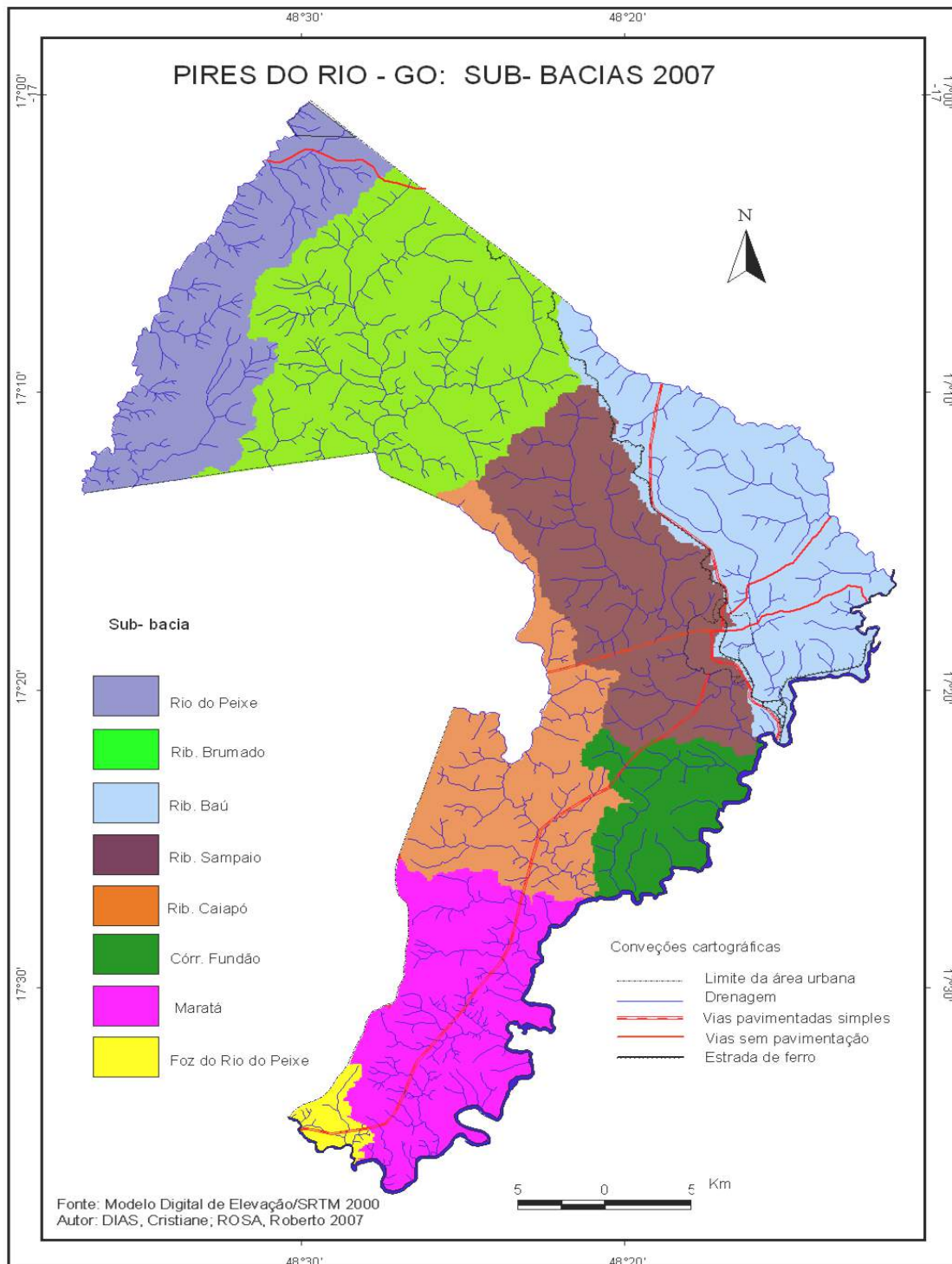
2.7.7.1 Campo Sujo

O Campo Sujo é um tipo fisionômico exclusivamente arbustivo-herbáceo, com arbustos e subarbustos esparsos, cujas plantas, muitas vezes, são constituídas por indivíduos menos desenvolvidos das espécies arbóreas do Cerrado sentido restrito.

A fisionomia é encontrada em solos rasos, como os Neossolos Litólicos, os Cambissolos Pétricos, eventualmente com pequenos afloramentos rochosos de pouca extensão (sem caracterizar um “Campo Rupestre”), ou ainda em solos profundos e de baixa fertilidade (alícos ou distróficos), como os Latossolos de textura média e os Neossolos Quartzênicos.

Todas as descrições sobre as fitofisionomias do bioma Cerrado apresentada por Ribeiro e Walter (2008) e Ferreira (2008) nesta seção serviu para o entendimento de que, as particularidades de seus aspectos fitofisionômicos possuem variações de acordo com a pedogênese e as condições climáticas regional. A seguir será apresentado no

(mapa 01), as sub-bacias do município de Pires do Rio (GO), com os respectivos divisores d'água.



Mapa 01 Representações das principais sub-bacias do município de Pires do Rio (GO).

O Córrego Laranjal é um tributário do Ribeirão Maratá, afluente do Rio Corumbá localizado ao sul do município. A sub-bacia do Ribeirão Maratá está grifada

de cor rosa no mapa demonstrando o potencial hídrico dessa região. Portanto a necessidade de sua preservação. Veja a seguir na (figura 02-03) O descaso com a nascente pela ocupação de atividade de pastagens lavouras criação de gado e avicultura.



Figura 02 atividades agropastoris, rodovia e avicultura na principal nascente do Córrego Laranjal.
Autor: Trabalho de campo, BASTOS, 2015



Figura 03 Animais tomando água no Córrego laranjal há poucos metros acima da centra de abastecimento da cidade.
Fonte: trabalho de campo, BASTOS, 2015

3 Considerações Finais

O Bioma Cerrado do Brasil Central é considerado o berço das águas em função de sua altitude e pela influência das principais nascentes, que partem em direção das principais bacias hidrográficas do país que são elas Araguaia Tocantins, São Francisco, Bacia Platina e Bacia Amazônica. A localização geográfica, altitude, latitude e fatores morfoclimáticos contribuíram para que o Cerrado sofresse um intenso processo de degradação. Nele destacam-se vários tipos subsistemas que funcionam como um mosaico paisagístico, o qual um depende do outro para haver uma interação entre componentes faunoflorísticos e o espaço geográfico.

Entre todos os subsistemas, destacamos o subsistema de Vereda, sendo que este é um dos ambientes frágeis que não aceita qualquer tipo de ação antrópica. Esta ameaça acontece principalmente pela retirada da vegetação em suas proximidades, que existem à sua volta, a mesma funciona como um protetor das Veredas, nelas, acontecem também à substituição da vegetação natural pelas pastagens, o represamento de suas nascentes, resultando no afogamento da palmeira Buriti (*Maurithia Vinífera*), majestosa palmeira nativa da Vereda), a extinção da fauna habitante dessas localidades, bem como acontece o empobrecimento do solo, atingindo os recursos hídricos, que são uma das principais riquezas deste subsistema, e o Bioma como um todo.

A ocupação e a utilização dos recursos naturais praticados de forma inadequada no bioma Cerrado resultam na degradação do meio ambiente. As ações humanas quando não são planejadas, havendo uma grande utilização dos recursos naturais de maneira incorreta, sem analisar os danos que podem surgir a curto e longo prazo, geram danos irreversíveis. Com isso, quem mais irá perder será o próprio homem, pois terá uma natureza destruída, sem recursos para lhe oferecer meios de sustento.

Na área da pesquisa, possui uma Vereda junto a nascente do Córrego Laranjal, localizada no município de Pires do Rio-(GO), observa-se que as atividades econômicas lá desenvolvidas estão ocasionando diversos problemas ambientais. Destaca-se neste local a existência da Rodovia GO-330, a existência de criatórios de aves a formação de pastagens para a criação de gado e o cultivo de soja. Todos estes fatores alteram o meio ambiente comprometendo a vida da Vereda e de sua nascente.

As atividades econômicas desenvolvidas nesse local são as maiores causadoras dos impactos ambientais. Havendo neste caso a necessidade de maior conscientização dos produtores locais quanto ao desenvolvimento de suas atividades de forma sustentável, respeitando os limites da natureza, retirando dela somente o necessário, de modo que as próximas gerações tenham direito e acesso a esses recursos naturais que o Cerrado oferece.

Cabe às autoridades competentes e à comunidade estudantil o dever de mostrar e ensinar às pessoas o que é o bioma Cerrado, fazendo com que passem a conhecê-lo verdadeiramente e aprendam a valorizá-lo e respeitá-lo. Só assim conseguiremos salvar o pouco que nos resta do bioma Cerrado, com seus vários subsistemas.

Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, A. N. **Espaços ocupados pela extensão dos climas secos na América do Sul, por ocasião dos períodos glaciais quaternários.** Paleoclimas. São Paulo: Ateliê editorial 1997.63 p. v. 3.

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005. p. 30,31.

ALMEIDA, M. G. **A captura do Cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos.** In: ALMEIDA, M.G. (Org.). Tantos Cerrados. Goiânia: Vieira, 2005. p. 321.

BARBOSA, A. S. **Andarilhos da claridade: os primeiros habitantes do Cerrado.** Goiânia:Universidade Católica de Goiás, 2002. 416 p.

BARBOSA, A. S. **Ocupação indígena no sistema biogeográfico do Cerrado.** In: **GOMES, H.** Universo do Cerrado. Goiânia: UCG, 2008. p. 79-163. v. 1.

DIAS, C. **Mapeamento do município de Pires do Rio (GO): usando técnicas de geoprocessamento.** 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

FERREIRA, I. M. **O afogar das Veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das Veredas do chapadão de Catalão (GO).** 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução.** Elementos para uma análise metodológica. São Paulo: Educ, 2000. 108 p.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. **Ecologia e flora**. Brasília: EMBRAPA, 2008. p.152-212. v. 1.

MODERNIZAÇÃO DA ATIVIDADE DO CAMPO: IMPACTO NO TRABALHO DO CAMPO E NA URBANIZAÇÃO DAS CIDADES

Susana Sardinha Beker
Universidade Estadual de Goiás, Mestranda em Ambiente e Sociedade

Hamilton Afonso de Oliveira
Universidade Estadual de Goiás, Doutor em História

Resumo: A atividade do campo sofreu diversas mudanças após o período da Revolução Industrial e da Revolução Agrícola, sendo que essa mudou o manejo agrário e de produção. Essas mudanças impactaram, no Século XX, a mão de obra no trabalho rural que levou a um esvaziamento do homem do campo para as cidades, e no Brasil isso ocorreu com maior intensidade na década de 1970. Nessa década a região centro-oeste expandiu suas áreas agricultáveis e o agronegócio tomou espaço, no Estado de Goiás não foi diferente o qual passou a produzir grãos para exportação, produção essa relacionada de forma direta a modernização das atividades do campo, em consequência houve migração do camponês para a cidade devido à falta de serviços nos grandes latifúndios. Em especial no Estado de Goiás ocorreu uma migração para a nova capital Goiânia, esse processo migratório para a cidade de Goiânia e para as cidades do entorno, leva a capital goiana a se tornar uma metrópole com loteamentos clandestinos, falta de água tratada e tratamento de esgoto para a população metropolitana, sem uma estrutura urbana para garantir melhores qualidades de vida a seus novos moradores. O grande desafio para o Sec. XIX é criar uma cidade com sustentabilidade socioambiental para atender a necessidade de sua população.

Palavras-Chave: Goiânia, Crescimento Urbano, Modernização Agrícola.

Introdução

As atividades no campo passaram por diversas transformações no decorrer da história humana, as mudanças provenientes da Revolução Agrícola Contemporânea iniciaram-se no final do século XIX e atingiu seu ápice em meados do século XX, e impactou de forma direta a relação do homem do campo com a terra, o que levou a transformações significativas na estrutura geográfica no mundo, do Brasil e no Estado de Goiás em especial, a partir, da década de 1940 com a efetivação da nova capital - Goiânia.

A revolução agrícola contemporânea foi possível devido o aperfeiçoamento de técnicas e tecnologias voltadas para aprimorar e aumentar a produção no campo, essa revolução teve influência direta sobre o êxodo do camponês para as cidades, devido à mudança do manejo agrário e das inovações o número necessário de trabalhadores para a produção agrícola diminuía. Com a falta de serviço no campo o trabalhador rural se desloca agora para os centros urbanos em busca de trabalho para sustentar sua família.

Os novos métodos de produção agrícola difundiram-se por muitos países devido ao desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional. No Brasil na segunda metade do século XIX, com a expansão do sistema ferroviário, deu-se início à ampliação da ocupação do solo e a uma maior inserção da economia aos mercados internacionais ampliando sua capacidade produtiva através do aumento da área de terras agricultáveis, bem como, a introdução paulatina de novas tecnologias no campo.

Compreender como a ocupação do território do Estado de Goiás se deu pelo agronegócio moderno ajuda a correlacionar o processo de esvaziamento do campo e o crescimento das cidades. A região Centro-Oeste foi uma das regiões que mais expandiu suas áreas agricultáveis, devido a incentivo de políticas públicas estaduais e nacionais. Em consequência a esse crescimento e ao desenvolvimento do agronegócio, os trabalhadores rurais, agora sem terra e trabalho não veem alternativa, a não ser, migrar para as cidades em busca de novas perspectivas em um novo mercado de trabalho.

Como consequência destas políticas de modernização, que priorizou apenas o crescimento da produção, em detrimento, a população pobre e trabalhadora que residia em sua maioria no campo viu-se forçada a migrar-se para as cidades, especialmente, para as cidades maiores. Em 50 anos as cidades cresceram de forma exacerbada e, sem nenhum planejamento. A cidade de Goiânia planejada para 50.000 habitantes já atinge esse contingente em 1950 e não consegue gerir o seu crescimento urbano.

As reflexões teóricas estudadas para esse trabalho tiveram como base Mazoyer e Roudart (2010), Gomes (2007), Santos (2002), Santos (2010), Sposito (1996) e demais autores que deram suporte para compreensão do desenvolvimento agrícola e o processo de urbanização oriundos da modernização das atividades do campo.

Resultados e Discussão

Crescimento das cidades e a Expansão das áreas agricultáveis

A migração do homem do campo para os centros urbanos mudou a geográfica mundial, do Brasil e do Estado de Goiás, para compreender o processo de migração da população rural para os centros urbanos é importante conhecer o processo da Revolução Agrícola que se desenvolveu juntamente com a Revolução Industrial. No início do século XVIII, na Inglaterra e na França, a Revolução Industrial e agrícola impulsionaram o esvaziamento do campo e o crescimento das cidades. Esta relação faz-se necessária, pois não é possível compreender o rural e o urbano separadamente, pois “os espaços não são apenas urbanos; existe a cidade e o campo. O modo de produção não produz cidade de um lado e campo do outro, mas ao contrário, esta produção compreende uma totalidade, comum à articulação intensa entre estes dois espaços” (SPOSITO, 1996: 77). O desenvolvimento da modernização do campo foi imprescindível para o desenvolvimento das cidades na forma que hoje as conhecemos como centros políticos, industriais e econômicos capitalista (BENEVOLO, 1993).

A revolução agrícola¹ contemporânea, segundo Mazoyer e Roudart (2010), foi possível devido ao desenvolvimento do conhecimento científico-técnico² que possibilitou novos meios de produção agrícola e tornou possível a melhora na produção, tanto na quantidade como na qualidade. Para Sposito (1996) e Arruda (1996), a produção excedente de alimento e de produtos destinados à matéria-prima para as indústrias, criou as condições necessárias ao crescimento das indústrias e das cidades, as revoluções, agrícola e industrial dependiam uma da outra para seu desenvolvimento.

A primeira revolução agrícola e primeira revolução industrial progrediram juntas. Marcharam no mesmo passo, pois na sua essência estavam ligadas. Além disso, certas indústrias de transformação utilizavam matéria-prima de origem agrícola. Assim o desenvolvimento da criação de ovelhas baseada nas novas rotações forrageiras, favoreceu quantidades crescentes de lã necessárias à expansão da indústria de tecido em Flandres e na Inglaterra. (MAZOYER; ROUDART, 2010: 381)

¹ “adotar novos meios de produção, desenvolver novas práticas e novos sistemas de cultivo e de criação e, portanto, engendrar um novo ecossistema de cultivo: assim emerge um novo sistema agrário. Chama-se revolução agrícola essa mudança no sistema agrário” (MAYZOYER, 2010: 75)

² “A ciência, orientada pelo desejo de conhecer e explicar e a tecnologia, orientada pelo desejo de controlar e de modificar, são atividades humanas profundamente enredadas, apesar de cada uma delas ter desenvolvido modos de operar diferenciados [...] A atividade da ciência evoluiu, quase só, no sentido da abstração e da teoria, enquanto a atividade tecnológica se desenvolveu, sobretudo, no sentido da concretização de algo e de uma forte ação prática.” (PRAIA, CACHSPUZ, 2005: 174)

A primeira revolução agrícola dos tempos modernos ocorreu do século XVI ao século XIX e teve como característica a substituição dos sistemas antigos de produção por novas técnicas de manejo das pastagens, das plantações, a forma de fertilização da terra e da criação de animais. Essas transformações ampliaram a produção agrícola por metro quadrado, o que “levou à duplicação da produção e da produtividade do trabalho agrícola, com um aumento muito expressivo das disponibilidades alimentares e do excedente agrícola comercializável” (MAZOYER; ROUDART, 2010: 367) o que foi imprescindível para o fortalecimento da indústria, comércio e do crescimento dos centros urbanos.

Arruda ressalta que no caso da Inglaterra o desenvolvimento dos meios de locomoção, ferrovias e rodovias, a partir do século XIX, também, foram indispensáveis para a evolução e crescimento das atividades agrícolas, pois facilitou tanto o transporte de material para a lavoura como para a exportação da produção, e da indústria voltada para atividade de exportação. Mazoyer e Roudart (2010) reforçam que as áreas distantes de ferrovias foram alcançadas pelo transporte rodoviário, o que é o caso do Brasil com poucos quilômetros de ferrovias a expansão da malha rodoviária foi imprescindível para o fortalecimento do agronegócio no interior do país.

a mecanização revolucionou os meios de produção agrícolas, ela também revolucionou os meios de transporte e as possibilidades de intercâmbio e de especialização. Tirando do isolamento pelos meios de transporte rodoviário motorizado, até as propriedades agrícolas das regiões afastadas das vias aquáticas e das vias férreas puderam ser abastecidas por todo tipo de bens de consumo e de bens de produção. (MAZOYER; ROUDART, 2010: 436)

O fortalecimento e crescimento do agronegócio, para Sposito (1996) e Arruda (1996), levou a migração da população rural para as cidades, fato que se deu ao longo do processo da Revolução Agrícola, devido a diversos fatores, dentre eles, a mudança do perfil das propriedades rurais, agora grandes áreas agricultáveis que acabavam por levar o pequeno agricultor a vender suas terras e a modernização da tecnologia de alto custo para o campo que inviabilizava a competitividade entre o pequeno e grande agricultor. Mazoyer e Roudart ressaltam que a “grande pioneira da revolução agrícola, a agricultura inglesa, precisou evoluir seguindo o modelo, isto é, utilizando muito espaço para poucos trabalhadores a exemplo da agricultura dos países a cuja lei se submetia.” (2010: 414). O padrão adotado pelo Brasil incorporou o padrão inglês o que levou a uma diminuição da mão de obra do campo.

Os trabalhadores rurais agora sem emprego, devido às mudanças da produção no campo iam para as cidades em busca de trabalho e melhor qualidade de vida. A grande migração para os centros urbanos mudou a composição geográfica do campo com seu esvaziamento e das cidades com crescimento desordenado e sem planejamento. Ao chegarem às cidades muitos desses trabalhadores ao invés de encontrarem trabalho se deparavam com diversos problemas tais como: desemprego, péssimas condições de trabalho nas fabricas, falta de moradia digna e de infraestrutura urbana (ENGELS, 2010).

Os ritmos acentuados de crescimento populacional urbano e a superconcentração de capital [...] necessária à reprodução capitalista, promoveram um aumento crescente de população não empregada que se “aloja”, e não “habita” nos maiores centros urbanos. Este processo de “inchaço” manifesta-se numa série de “problemas” urbanos. (SPOSITO, 1996: 85)

Devido a grande migração para os centros urbanos, em especial na Inglaterra e na França, em meados do século XIX o crescimento das cidades deu-se em suas periferias com grande contingente de pessoas pobres, desprovidas de recursos e que continuaram abandonadas pelo Estado, segundo Engels (2010) essas pessoas passaram a residir em localidades e habitações “improvisadas” sem nenhum tipo de saneamento básico, nas encostas de morros, nas proximidades de nascentes e cursos d’água, em geral, em locais de áreas verdes que deveriam ser preservadas. Essas localidades tratavam-se de ambiente insalubre e não adequadas para a construção de moradias. Ottoni destaca que na Inglaterra “massas de trabalhadores rurais, expulsos das grandes propriedades formadas, engrossaram o exército dos sem-trabalho nas cidades” (2002:11).

Os novos meios técnicos agrícolas até no início do século XIX em muitas regiões periféricas, incluindo regiões da Europa, ainda não tinham incorporado as novas técnicas as atividades agrícolas. A revolução agrícola contemporânea, segundo Mazoyer e Roudart (2010), acontece durante o século XX com a mecanização do campo, tratores potentes e equipamentos cada vez mais modernos. Equipamentos que possibilitavam plantação em larga escala em áreas cada vez maiores e em um tempo menor.

As novas técnicas e a motorização praticamente generaliza, no século XX em especial no pós-guerra, em 1945, em razão do avanço do meio técnico-científico-

informacional³, da globalização e internacionalização do capital. A revolução agrícola contemporânea foi fortalecida no meado do século XX devido a diversas tecnologias, como pondera Mazoyer e Roudart (2010) que afirma que

no decorrer da segunda metade do século XX, a revolução agrícola contemporânea (elevada motorização-mecanização, seleção de variedades de plantas e de raças de animais com forte potencial de rendimento, ampla utilização dos fertilizantes, dos alimentos concentrados para o gado e produtos de tratamento das plantas e dos animais domésticos) progrediu vigorosamente nos países desenvolvidos e em alguns setores limitados dos países em desenvolvimento. (MAZOYER; ROUDART, 2010: 27)

Santos (2002) ressalta que as mudanças no campo, nos países em desenvolvimento, vão ocorrer de maneira acentuada no século XX a partir de 1970, e grandes espaços de terras passam a atender a economia, a cultura, e a política das novas correntes mundiais. É nesse período, que o Brasil expande suas áreas agricultáveis e o processo de urbanização das cidades ocorre rapidamente.

Interiorização no Território Nacional e Crescimento do Centro-Oeste

No Brasil, a modernização agrícola de forma especial a mecanização, acelera-se após o fim da Segunda Guerra Mundial, devido ao desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional e tendo como principal vetor a globalização, como enfatiza Santos “o meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” (2002: 239). As transformações advindas da modernização do campo, segundo Gomes (2007), transformou o espaço geográfico brasileiro, na divisão do trabalho e na mudança da economia. Em um espaço curto de tempo, o Brasil “um país de população predominantemente rural e de economia primário-exportador baseada no regime escravocrata, emerge, no século XX, como um país urbano, industrial e de relações de trabalho dominante capitalista.”(ARAUJO, 1996, Apud GOMES, 2007: 32).

Até o início do século XX, as principais cidades brasileiras e as áreas de agricultura para exportação, encontravam-se no litoral, conforme Santos (2011), tendo em vista que o transporte pelo país era precário e as portas de exportação e importação encontravam-se diretamente ligadas aos portos. Podemos dizer que essa configuração litorânea tem suas origens, segundo Holanda (1995), na colonização do país, o autor

³ Para Santos o “meio técnico-científico-informacional é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às modalidades e às diversas etapas da produção”. (2002: 235)

conclui que “a fisionomia mercantil, quase semita, dessa colonização exprime-se tão sensivelmente no sistema de povoação litorânea ao alcance dos portos de embarque”. (HOLANDA, 1995: 106)

Devido à proximidade aos portos, as regiões sul e sudeste eram as regiões que possuíam maior índice de urbanização e de concentração de terras cultivadas do país, mas com a necessidade de ampliação das áreas agricultáveis outras regiões do país tomaram destaque, como por exemplo, a região Centro-Oeste e Norte, e essa expansão de áreas agricultáveis viria atingir diretamente o trabalho do campo.

Para que novas áreas do país fossem integradas a agricultura para exportação políticas de governos foram implantadas, segundo Inocêncio (2010), a primeira delas foi a “Marcha para Oeste”, no governo Vargas, com o objetivo de ocupação do território em busca de interligar a região Centro-Oeste à região Sudeste. E no governo de Juscelino Kubitschek, o Plano de Metas teve como ponto forte a expansão da malha rodoviária para o interior do Brasil, visando “principalmente à ocupação territorial e o desenvolvimento econômico” (INOCENCIO, 2010: 69).

O cerrado com grandes espaços de terra não produtivas começou a ser possibilidade de crescimento do agronegócio brasileiro, além do potencial produtivo era área importante na integração nacional

o Cerrado teve grande destaque, pois foi considerado área potencial para produção de alimento, além de ser importante para a integração nacional [...] para esta região, foram estabelecidas três funções: produzir alimentos e matérias-primas; absorver e reorientar as correntes espaciais de mão-de-obra e servir como área alternativa para descentralização industrial do país. (INOCENCIO, 2010: 73)

O território Goiano, Chaul (1999), passou a fazer parte do mercado nacional, a ocupação do Centro-Oeste fez parte do processo de globalização e da ocupação capitalista da terra e essa mudança levou a uma alteração geográfica do estado. O crescimento do agronegócio nas terras goianas intensificou a migração e a imigração para a região o que acarretou a ocupação das terras para plantio e o crescimento das cidades no estado. O processo de infraestrutura viária na região Centro-Oeste e no estado de Goiás foi imprescindível para a consolidação do novo sistema econômico voltado para o agronegócio.

Os investimentos em infraestrutura de transporte foi fator indispensável ao desenvolvimento da agricultura no interior do país, entre anos de 1950 a 1960, segundo

Correa e Ramos (2010), o Centro-Oeste obteve do governo federal de 37% de vias rodoviárias, sendo a BR-163 e a BR-364 responsáveis pelo escoamento de 80% da produção do Centro-Oeste. Inocêncio (2010) ressalta que a expansão da malha rodoviária para o interior do país, entre as décadas de 1968 e 1972, foi o objetivo principal do I Plano Nacional de Desenvolvimento. A chegada da ferrovia e a ampliação das estradas de rodagem na década de 1970 em diversas localidades possibilitaram a consolidação das atividades agrícolas e da indústria no interior do país destinada à exportação.

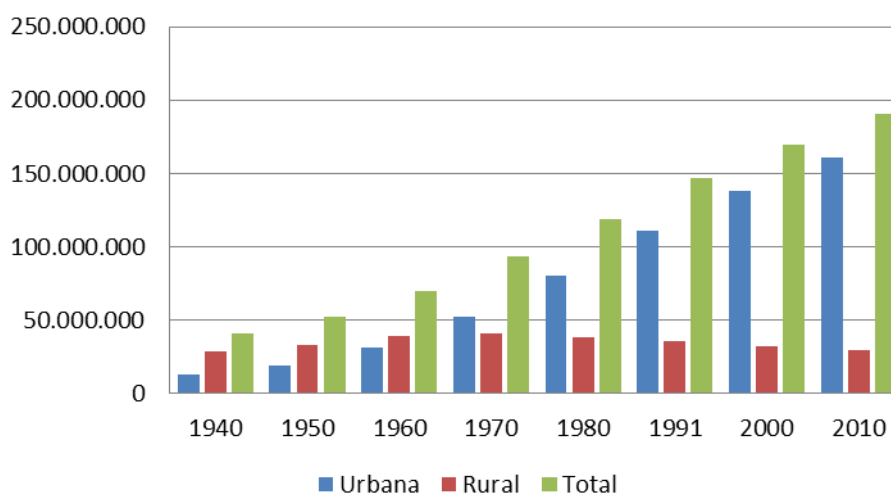
O Estado de Goiás com grandes “espaços vazios” viu um desenvolvimento acelerado do agronegócio em seu território. Terras goianas antes “inutilizadas” passaram a ser grandes complexos agrícolas, para Correa e Ramos (2010), o maior impulso no agronegócio goiano ocorreu nos anos 1970, quando se inicia a implantação de cultivo de grãos e, de forma especial, a introdução do cultivo da soja. Diversos programas de desenvolvimento regional foram implantados a fim de dar suporte ao desenvolvimento, incentivando a modernização agrícola e agropecuária da região.

Para Santos

o caso de Goiás é emblemático. Durante praticamente quatro séculos o Estado é, do ponto de vista da produção, um verdadeiro espaço natural, onde uma agricultura e uma pecuária extensiva são praticadas ao lado de uma atividade elementar de mineração. [...] Com a redescoberta do cerrado graças à revolução científico-técnica, criam-se condições locais para uma agricultura moderna. (SANTOS, 2011: 274)

Todo o investimento no desenvolvimento agrícola do país e no estado de Goiás resultou, assim como na Inglaterra, no esvaziamento do campo e no crescimento desordenado das cidades devido à migração do trabalhador rural para os centros urbanos. A efetiva modernização das áreas agrícolas a partir da década de 1970 causou crescimento expressivo nas zonas urbanas e uma diminuição da população rural em relação a população total do país, como podemos ver na figura 1, as cidades brasileiras grandes e médias passaram a sofrer as com aglomerações populacionais.

Figura 1 – População Urbana e Rural do Brasil 1940-2010



Fonte: IBGE – Censo Populacional de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991,

A partir da análise de dados do recenseamento do IBGE, de 1940 à 2010, é possível inferir que, a partir de 1970, o crescimento de moradores nas áreas urbanas do país aumentou, ao passo que os moradores em áreas rurais diminuíram. Uma das características mais evidentes do acelerado processo de urbanização, industrialização e mecanização do campo foi crescimento desordenado e a falta de planejamento na expansão do espaço urbano, que resultou no Brasil, no crescimento das favelas nos grandes centros urbanos e de bairros periféricos nas cidades de menor porte sem ordenamento urbano e saneamento que desse as condições mínimas de dignidade social aos seus moradores. Em muitos casos, acarretou na deterioração do meio urbano, econômico e ambiental.

O crescimento da migração tanto camponesa como a migração entre regiões, segundo Santos (2011), a partir da década de 1970 alavanca o crescimento de diversos estados no interior do país, como Goiás e Mato Grosso. E é a partir desse período o estado de Goiás passa por acelerado crescimento da população urbana em especial na região da nova capital do estado – Goiânia – e da nova capital do país – Brasília.

Crescimento Urbano de Goiânia

As primeiras cidades no Centro-Oeste, em especial no estado de Goiás, foram formadas, segundo Santos (2011) e Chaul (1999), por uma combinação da instalação do poder político-administrativo e atividades econômicas relacionadas à mineração e, posteriormente, à agropecuária. Esse quadro começa a mudar no século XX devido às

políticas de integração nacional por meio das ferrovias, rodovias e políticas de desenvolvimento econômico.

A questão dos transportes interiores seria um obstáculo à circulação das mercadorias e a estrutura agrária muito desigual, iria constituir um empecilho ao desenvolvimento industrial em certas áreas. Desse modo, nas regiões onde é implantado um sistema de ferrovias e, depois, de estradas de rodagem, as indústrias ligadas ao consumo tendem a florescer, sobretudo onde a vida agrícola não é um obstáculo à distribuição da riqueza, e paralelamente a população urbana cresce de maneira mais rápida. (SANTOS, 2011:251)

O desenvolvimento do sistema de transporte foi imprescindível para o crescimento do Estado de Goiás, em especial, no início do século XX com a estrada de ferro, como enfatiza Chaul “a estrada de ferro, por sua vez, propiciou a dinamização da frente de expansão em Goiás, estabelecendo novas diretrizes para o Estado diante do modo de produção capitalista” (1999: 23). Com o desenvolvimento rodoviário o agronegócio no Estado se fortaleceu e juntamente com a mecanização do campo as cidades passaram a crescer devido à migração do trabalhador camponês para os centros urbanos.

O crescimento das cidades do estado Goiás se intensificou não apenas pela migração rural, mas também, pela migração urbana de população advinda de outras localidades do território nacional em busca de oportunidade de trabalho e melhores condições de vida. Santos (2011) enfatiza que “o crescimento da região Centro-Oeste foi de 74,72% entre 1950 e 1960, a população rural passou de 77, 04% em 1940 para 15,58% em 1996, e Goiás foi o maior expoente dessa evolução: 81,5% em 1940 e 14,22% em 1996.” (SANTOS , 2011, p. 211). É possível inferir pela figura 2 que entre os estados da região Centro-Oeste Goiás foi o que teve maior crescimento populacional urbana.

O crescimento da população urbana no estado de Goiás foi estimulado por alguns fatores, podemos citar entre eles a construção da nova capital do país, Brasília, que acelerou a modernização da agricultura e a urbanização do Estado de Goiás. Segundo Oliveira e Santos (2014) a transferência da capital Nacional em 1960 proporcionou investimentos na infraestrutura dos meios de transporte e comunicação, o que possibilitou o desenvolvimento do agronegócio na região, levando a intensificação ainda maior do êxodo rural e a uma urbanização das cidades do estado, em especial da Cidade de Goiânia e a região entorno de Brasília.

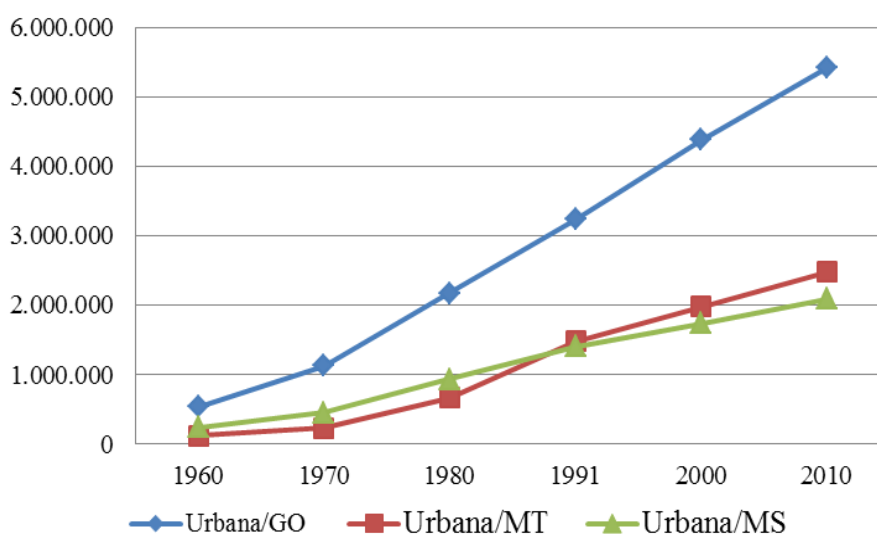
A mudança da Capital de Goiás para Goiânia, com pedra fundamental lançada em 1933, além de motivos políticos foi estimulada pelo desenvolvimento econômico do Estado, tendo em vista a proximidade, segundo Chaul (1999), com as regiões Centro-Sul e Sudeste do estado que estavam fortalecidos devido ao desenvolvimento agrícola e com a chegada da ferrovia e rodovias que dinamizou ainda mais a economia e possibilitou ligar a economia estadual ao mercado nacional e internacional.

Como a ampliação do desenvolvimento capitalista e da intensificação do agronegócio, o estado de Goiás e a nova capital, Goiânia, passaram por um rápido processo de migração da população rural e de outras cidades goianas que vão para capital em busca de novas possibilidades de empregos e, sobretudo, de estudos. Tem-se uma pressão por novos espaços para a expansão de novos setores urbanos que, segundo Moyses (2004), passaram a ser ocupados sem restrições, que em muitos casos foram marcado pela exclusão social, com o crescimento das áreas invadidas ilegalmente próximo ao centro da capital e na periferia da cidade em loteamentos clandestinos, com moradias e condições de vida precária, sem água tratada, esgoto, estrutura de serviços básicos como: saúde e educação.

Para Moyses

o processo intenso de crescimento da população urbana de Goiânia e sua região Metropolitana possibilitou, por um lado, grande dinamismo econômico em toda região, mas, por outro, trouxe problemas sociais que se agravaram ao longo do tempo, notadamente no que se refere à produção de espaços de segregação (MOYSES, 2004: 212)

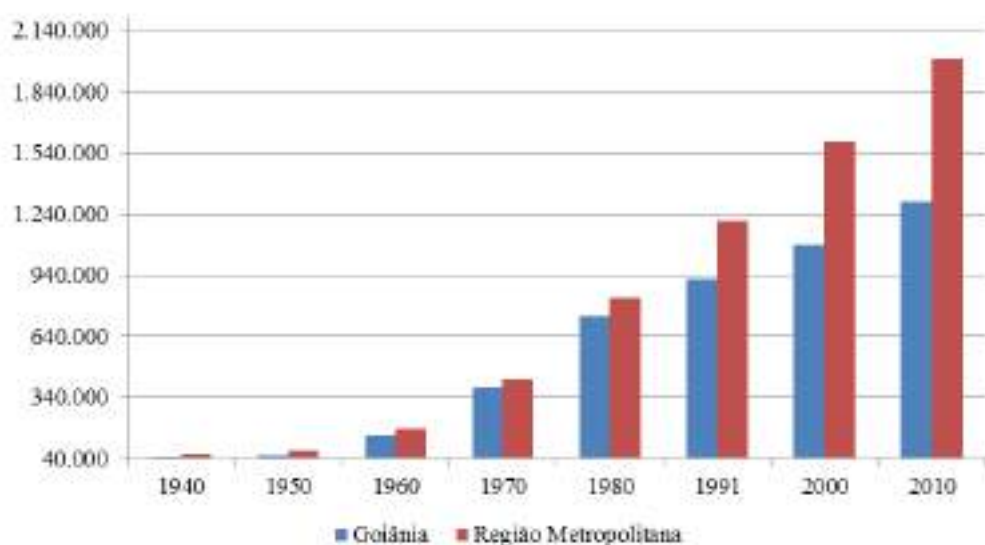
Figura 2 – Crescimento da População Urbana Região Centro-Oeste



Fonte: IBGE – Censo Populacional de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e

Goiânia cresce atingindo 50 mil habitantes, número de habitantes previstos para sua primeira etapa de planejamento, em menos de vinte anos, e a falta de planejamento para sua expansão e organização do estado e do município faz com que o projeto original que previa a expansão por meio de cidades satélites fosse abandonado. E o município acabou perdendo o controle sobre áreas públicas e áreas rurais, permitindo ocupações irregulares e loteamento em áreas de preservação ambiental. Na figura 3 é possível ver como a população da cidade de Goiânia cresceu, em especial, a partir da década de 1970.

Figura 3 – População Populacional da Cidade de Goiânia-GO e Região Metropolitana:



Fonte: IBGE – Censo Populacional de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991,

O processo acelerado de crescimento da cidade de Goiânia expande muito além do seu perímetro municipal. As cidades da região metropolitana, também, tiveram um ritmo de crescimento acelerado, e acabaram se tornando uma saída para os migrantes e população menos favorecida, com aluguéis mais baratos e lotes mais em conta, oferecidos nas cidades vizinhas. Hoje, conforme Censo do IBGE (2010), a cidade de Goiânia possui mais de 1.200.000 de habitantes e, mas, os municípios que compõe a região metropolitana, ultrapassam 2.000.000 de habitantes. Esse intenso processo de urbanização tem relação direta com a modernização da agricultura e da implantação do agronegócio em uma perspectiva capitalista, que acabou expulsando os trabalhadores rurais para as cidades.

Considerações Finais

Durante este estudo pode-se concluir que a modernização do sistema agrícola possibilitou a produção de alimento excedente e matéria-prima para fábricas, essa produção foi essencial à consolidação das cidades como centros econômicos e indústrias, e para o fortalecimento do sistema capitalista.

O desenvolvimento de novas técnicas na agricultura e em especial a mecanização, levou à diminuição da mão de obra no campo, e por sua vez, à migração dos trabalhadores rurais para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida para suas famílias.

No Brasil, o agronegócio intensificou-se, a partir de 1945, com a ampliação das terras agricultáveis nas regiões do interior do país, em especial na Região Centro-Oeste onde o maior crescimento econômico e urbano ocorreu a partir de 1970.

Assim como nos demais países que passaram pelo processo de modernização agrícola, o Brasil teve grande migração da população rural para as cidades, passando em poucas décadas de um país rural para um país predominantemente urbano. Os centros urbanos foram impactados por essa migração em larga escala, pois os mesmos não estavam preparados para receber essa população, e não houve nenhum tipo de planejamento para que a expansão das cidades ocorresse de forma ordenada e com justiça social.

O estado de Goiás com a nova capital Goiânia – cidade planejada – teve um crescimento inesperado. Já em 1950, com menos de vinte anos, esta ultrapassava o número de habitantes previsto. Sem providência por parte do Estado para atender essas pessoas, os migrantes passam a morar em áreas públicas invadidas e loteamentos clandestinos que não ofereciam condições dignas de moradia.

O atual quadro urbano brasileiro, goiano e goianiense, não podem ser revertidos frente ao desenvolvimento econômico e social do sistema capitalista, mas faz-se necessário planejamento e estabelecimentos de programas sociais que venham melhorar a condição de vida dessa população excluída, oferecendo mais empregos e infraestrutura urbana como: água tratada e esgoto, prezando pela qualidade de vida da população. É preciso contemplar as dimensões do bem estar humano, ecológico, econômico visando crescimento com sustentabilidade socioambiental. Este será o grande desafio do século XXI.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A grande revolução inglesa, 1640-1780: revolução inglesa e revolução industrial*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999. 3 ed.
- CHAUL, Nars Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. 2º ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.
- CORREA, V. H. C.; RAMOS, P. *Evolução das Políticas públicas para a agropecuária brasileira: uma análise da expansão da soja na região Centro-Oeste e os entraves de sua infraestrutura de transporte*. *Informações Econômicas*, SP, v. 40, n. 10, out. 2010.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GOMES, I. *Agricultura e urbanização: novas dinâmicas territoriais no nordeste brasileiro*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza 2007.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INOCÊNCIO, M. E. *O proceder e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Populacional de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010*.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- MOYSÉS, A. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.
- OLIVEIRA, H. A.; SANTOS, M. A. *Modernização, urbanização e turismo na região das águas quentes, 1970-2010*. In: OLIVEIRA, H. A. *Diferentes olhares sobre o turismo na região das Águas Quentes de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2014.
- OTTONI, Dácio Araújo Benedicto. *Cidade-Jardim: formação e percurso de uma ideia*. In: HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. 2º ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- PRAIA, J.; CACHAPUZ, A. *Ciência-Tecnologia-Sociedade: um compromisso ético*. *Revista CTS*, nº 6, vol. 2, Diciembre de 2005. p 173-194
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, M. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 15^o ed. Rio de Janeiro, Record, 2011.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e urbanização*. 7^a ed. São Paulo: Contexto, 1996.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 14

FORMAS, VOLUMES E CONTORNOS DA HISTÓRIA: USOS DO PASSADO

Coordenadores:

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria

Prof. Dr. Émile Cardoso Andrade

Profa. Me. Michelle dos Santos

A proposta do simpósio temático é refletir acerca da história e suas relações, interfaces e diálogos com o campo da arte e suas diversas linguagens – poesia, literatura, cinema, TV, quadrinhos, pinturas, esculturas, arquitetura. O objetivo desse espaço é permitir um amplo debate sobre os caminhos teóricos da história, da pesquisa histórica, da sua produção, do seu ensino e de sua circulação e divulgação (publicações, suportes, materialidades, virtualidade etc.) na contemporaneidade. Salientamos que o entendimento de história abarca os âmbitos formais/institucionais e os não acadêmicos. O que hoje chamamos ou podemos chamar de história e por quê? De que forma ela se inscreve na experiência contemporânea? Como se relaciona com as convergências e intermedialidades atuais? Que contornos podem caracterizar o(s) discurso(s) histórico(s)? Qual o volume de sua relevância em dias como os que vivemos? Acreditamos que este simpósio possa impulsionar novas reflexões acerca da própria noção de história, compreendendo-a em sua natureza heterogênea e em sua potencialidade criativa, qualidades que nem sempre são consideradas como prerrogativas dos que se interessam em construir discursos sobre o passado.

Palavras-chave: Desenvolvimento – Crescimento – Sustentabilidade – Ambiente

UMA PAUSA DE MIL COMPASSOS: TEMPORALIDADES E REFLEXÕES EM PAULINHO DA VIOLA

Álvaro Ribeiro Regiani

Docente da UEG – Unidade Universitária de Formosa
Especialista em Filosofia pela Universidade de Brasília

Kênia Gusmão Medeiros

Docente do Instituto Federal Goiano - Câmpus Posse)
Doutoranda em História pela Universidade Federal de
Goiás (UFG). Mestre em História pela Universidade de
Brasília (UnB)

Resumo: Há uma espécie de reflexo automático, quando se pergunta sobre o passado uma necessidade de se olhar para o relógio, contudo ao se interrogar, profundamente, sobre esta questão há algo, que por compensação, deixa fluir uma imagem do passado envolto num “princípio de realidade”. A abstração e a sensação do tempo inventam um sentido ôntico para a humanidade, mas também geram nostalgias e esperanças, por isso o ato de pensar sobre temporalidades, projeta uma ausência, retida na solidão, e uma comunhão à se efetivar. Este inquérito estabelece uma crítica ao paradigma contemporâneo e sua divisão entre o passado, presente e futuro, algo tão antigo quanto à própria pergunta sobre “o que é o tempo?”. No qual a naturalização da temporalidade que nós cerca é pensada, puramente, no campo da intuição, sem uma suspensão ou reflexão adequada sobre sua apreensão, para esta compreensão, dispomos de canções do repertório do compositor Paulinho da Viola. A organização e os sentidos empenhados pelo artista sobre o inquérito temporal são contemplados neste trabalho como discursos musicados em consonância com a reflexão e a instabilidade das experiências humanas diante de percepções cronológicas.

Palavras-chave: Temporalidades – cotidiano – Paulinho da Viola

As interpretações e investigações de ideias e práticas ligadas a temporalidades na obra do compositor Paulinho da Viola articula com frequência diversas noções e sensações ligadas ao tempo e seu transcorrer no cotidiano. A partir desses discursos musicados, utilizados como fontes, buscaremos diálogos entre eles e a sensação e compreensão do tempo presente no cotidiano, tão discutido e teorizado nos campos da história.

A configuração dessa obra enquanto objeto de pesquisa se dá no sentido da percepção desses discursos musicados enquanto narrativas de experiências e vivências próprias de uma época, enquanto manifestações artísticas que relatam o cotidiano e o imaginário social de um dado momento. “Ser um objeto de história, portanto, é crer na crença ‘de seu tempo’.”¹ Nos discursos elencados aqui podemos perceber a adesão do compositor as angústias, as expectativas e aos anseios da sua época. De acordo com Ranciere, para que a história seja ciência é preciso que seu tempo se assemelhe o máximo possível à eternidade, ainda conforme o mesmo autor, isso se dá quando o tempo é puro presente, ou seja, é preciso que os sujeitos históricos se assemelhem ao seu tempo, princípio de copresença.² Buscamos então, sentidos e representações sobre o tempo que revelem este princípio no repertório do compositor Paulinho da Viola.

A primeira canção analisada aqui é “Timoneiro”, que revela uma espécie de confissão. Nela o narrador reflete sobre os rumos incontroláveis da experiência humana. Está expressa na letra a preocupação com o inevitável, o tempo da viagem é o tempo da vida. Em sentido estrito a fisiologia enquanto noção temporal recai como um modelo analítico freqüentemente utilizado, contudo esta experiência não produz uma abstração necessária para a compreensão acerca da própria vivência entre os homens e os que circundam. Por isso há um tom de passividade e resignação nos versos da canção, em uma metáfora freqüente na obra do compositor em tela, como cenário da narrativa, a água, inevitável e irreversível.

Timoneiro
(Paulinho da Viola, 1996)
Não sou eu quem me navega
Quem me navega é o mar
Não sou eu quem me navega
Quem me navega é o mar
É ele quem me carrega
Como nem fosse levar
É ele quem me carrega
Como nem fosse levar
E quanto mais remo mais rezo
Pra nunca mais se acabar
Essa viagem que faz
O mar em torno do mar
Meu velho um dia falou
Com seu jeito de avisar:

¹ RANCIERE, Jaques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: **História, verdade e tempo**. SOLOMON, Marlon (org.). Chapecó, SC: Argos, 2011. p.35.

² Cf. Idem, *ibidem*.

- Olha, o mar não tem cabelos
Que a gente possa agarrar
Não sou eu quem me navega
Quem me navega é o mar
Não sou eu quem me navega
Quem me navega é o mar
É ele quem me carrega
Como nem fosse levar
É ele quem me carrega
Como nem fosse levar
Timoneiro nunca fui
Que eu não sou de velejar
O leme da minha vida
Deus é quem faz governar
E quando alguém me pergunta
Como se faz pra nadar
Explico que eu não navego
Quem me navega é o mar
Não sou eu quem me navega
Quem me navega é o mar
Não sou eu quem me navega
Quem me navega é o mar
É ele quem me carrega
Como nem fosse levar
É ele quem me carrega
Como nem fosse levar
A rede do meu destino
Parece a de um pescador
Quando retorna vazia
Vem carregada de dor
Vivo num redemoinho
Deus bem sabe o que ele faz
A onda que me carrega
Ela mesma é quem me traz

O movimento é representado por termos como rio, onda; são termos que evocam a ideia de um tempo corrente, da vida que segue seu curso. A fluidez aparece como o indicador da flexibilidade e da maleabilidade da vida, não há estabilidade real nos negócios humanos. A renovação é a possibilidade do novo, do amanhã, ela guarda ao mesmo tempo a esperança vivida no presente e as possibilidades do amanhã. O acaso é enaltecido na deriva, não há ordem previsível no mar (nem no viver), existe um grande mar que “não tem cabelos que a gente possa agarrar”; um tempo acidentado também é sugerido, o tempo que contempla o acaso “vivo num redemoinho/ deus bem sabe o que ele faz/a onda que me carrega é a mesma que me traz”.

São palavras escolhidas, dispostas e arranjadas de modo a empenharem sentidos profundos tendo como suporte essas metáforas. Tais jogos metafóricos são

construídos não apenas de acordo com a intenção do autor assim como com a perspectiva intuída pelo mesmo das possibilidades de compreensão do receptor.

Se o tempo ‘retorna vazio’ e ‘carregado de dor’ sua ‘vivência é um redemoinho’, carregada de dois sentidos, um vivido no paralelo entre a nostalgia e a memória, que se abre para a sua própria experimentação no presente. O outro, conduzido pelo destino, no qual ‘Deus bem sabe o que faz’, há escolhas entrelaçadas entre as temporalidades, a memória e a esperança são as metáforas do tempo que consigo traz a experiência dos instantes, dos momentos que são necessários os esquecimentos e outros que produzem a promessa do futuro. O que nos indica outra canção do sambista:

Foi um rio que passou em minha vida
(Paulinho da Viola, 1970)
Se um dia
Meu coração for consultado
Para saber se andou errado
Será difícil negar
Meu coração
Tem mania de amor
Amor não é fácil de achar
A marca dos meus desenganos
Ficou, ficou
Só um amor pode apagar
A marca dos meus desenganos
Ficou, ficou
Só um amor pode apagar...
Porém! Ai porém!
Há um caso diferente
Que marcou num breve tempo
Meu coração para sempre
Era dia de Carnaval
Carregava uma tristeza
Não pensava em novo amor
Quando alguém
Que não me lembro anunciou
Portela, Portela
O samba trazendo alvorada
Meu coração conquistou...
Ah! Minha Portela!
Quando vi você passar
Senti meu coração apressado
Todo o meu corpo tomado
Minha alegria voltar
Não posso definir
Aquele azul
Não era do céu
Nem era do mar
Foi um rio
Que passou em minha vida

E meu coração se deixou levar
Foi um rio
Que passou em minha vida
E meu coração se deixou levar
Foi um rio
Que passou em minha vida
E meu coração se deixou levar!

No ano de 1970, Paulinho lançou aquele que seria um dos seus maiores sucessos. “Foi um rio que passou em minha vida” tem reunidas as principais características de Paulinho enquanto compositor, nessa canção, estão o tempo, a água e o samba. O samba foi composto para Portela, escola de samba do coração do compositor que anteriormente já havia composto o samba “Sei lá Mangueira” para a verde e rosa.

“Foi um rio que passou em minha vida” é uma das canções que estabelecem diálogos com o universo metafórico relacionado à água. Na obra as intenções inscritas no uso desses signos estão geralmente associadas a tentativa de imprimir ideias de movimento, fluidez, renovação e acaso. A fim de tornar isso mais claro, segue breve explanação sobre cada uma dessas possibilidades de sentido.

O ‘amor’ transluz como uma promessa, num tempo que é “pausa” e “continuidade”, um interregno entre escolhas para a renovação. A memória serve, novamente, como metáfora da água, em um rio que desemboca para o mar, que não pode ser esquecido, pois foi o que o levou até lá, mas é vivido por não ter um fim. Assim, o futuro, presente e passado, conectam-se em uma urdidura, numa linha-canção, que os entrelaça para o que o samba não tenha um fim.

Outra composição é “Sinal fechado”, uma das canções mais marcantes do repertório desse artista, o que foi bastante associada pelo público em geral as canções de protesto da época da Ditadura Militar no Brasil. Essa música encontrou uma recepção conotada por noções políticas, entrou para imaginário de protesto e resistência. Foi regravaada por vários outros importantes artistas, incluindo Chico Buarque, considerado então o maior porta-voz daqueles que se posicionavam contra o regime. Mesmo o autor já tendo declarado a sua despretensão política ao compor a canção, ela permanece por essa força criadora, ou melhor, recriadora que é a recepção, como ligada ao contexto da Ditadura Militar.

Sinal Fechado
(Paulinho da Viola, 1969)

Olá, como vai ?
Eu vou indo e você, tudo bem ?
Tudo bem eu vou indo correndo
Pegar meu lugar no futuro, e você ?
Tudo bem, eu vou indo em busca
De um sono tranquilo, quem sabe ...
Quanto tempo... pois é...
Quanto tempo...
Me perdoe a pressa
É a alma dos nossos negócios
Oh! Não tem de quê
Eu também só ando a cem
Quando é que você telefona ?
Precisamos nos ver por aí
Pra semana, prometo talvez nos vejamos
Quem sabe ?
Quanto tempo... pois é... (pois é... quanto tempo...)
Tanta coisa que eu tinha a dizer
Mas eu sumi na poeira das ruas
Eu também tenho algo a dizer
Mas me foge a lembrança
Por favor, telefone, eu preciso
Beber alguma coisa, rapidamente
Pra semana
O sinal ...
Eu espero você
Vai abrir...
Por favor, não esqueça,
Adeus...

As canções populares são sempre locais discursivos que expressam expectativas, momentos e denúncias sociais. Durante a ditadura uma vertente da música popular brasileira tornou-se uma grande personagem de oposição ao regime. Estavam preenchidas então todas as condições para que as interpretações a qualquer canção lançada então, levasse em consideração o momento político. Contudo, a maior parte do público das canções de protesto, universitários de classe média não percebiam sinais de resistência e contestação muito além dos artistas da chamada MPB³.

A recepção traz um sentido de copresença, ela revela o sentimento desse presente do ano de 1969. O momento de tensão social se reverberava em uma projeção partilhada por alguns grupos sociais da crença em um futuro melhor. Várias canções dessa época consideradas engajadas, trazem reflexões a cerca do amanhã que é sempre esperado e imaginado com imaginários de liberdade. As experiências de interpretação e

³ São recentes as pesquisas que concebem outros gêneros para além da MPB (denominação que carece ser sempre discutida e relativizada), discursos de contestação e resistência. Como exemplo cito o livro “Eu não sou cachorro não” de Paulo Cesar de Araújo que trabalha as contestações na música chamada brega.

a criação que se dá na recepção são sempre temporalizadas, as relações e a pluralidade temporal estão sempre vinculadas a visões de mundo e a própria cultura.

Para diversos indivíduos, e para o mesmo indivíduo em condições diversas, os minutos, as horas e os dias, metricamente idênticos, não são de fato iguais uns aos outros porque os cumprimentos que lhes são subjetivamente conferidos não coincidem.⁴

A coincidência, entre canções e eventos, remonta a noção sobre a produção de obras artísticas estarem sujeitas a recepção desta. O espaço público compreende intencionalidades, às vezes, distinta do objetivo do escritor-narrador, outras em co-presença, mas, não necessariamente, denota os reais sentidos e por isso cabe ao historiador procurar nas entrelinhas, entre o hiato das canções, variadas interpretações. Por isso o tempo permanece como tema central.

Entre a desaceleração de quem andou “levando a vida quase morto” e a pressa de quem anseia reencontrar um amor “tão logo esse tempo passe” a canção “Para um amor no Recife” se desenvolve. A orientação tão comum entre os homens da vida voltada para o futuro é mais uma vez evidente. Mas, a espera ainda é necessária, um tempo que parece determinado separa o narrador desse encontro. Para cada indivíduo o tempo psicológico, ou seja, aquele que interiorizado, que escapa a medição dos relógios é distinto e causador de impactos mais ou menos importantes.

Para um amor no Recife
(*Paulinho da Viola*, 1971)
A razão porque mando um sorriso
E não corro
É que andei levando a vida
Quase morto
Quero fechar a ferida
Quero estancar o sangue
E sepultar bem longe
O que restou da camisa
Colorida que cobria minha dor
Meu amor eu não esqueço
Não se esqueça por favor
Que eu voltarei depressa
Tão logo a noite acabe
Tão logo esse tempo passe
Para beijar você

⁴ POMIAN, K. Tempo/ temporalidade. _____. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 29. Tempo/temporalidade. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1993. p. 11.

Em uma perspectiva bakhtiniana, a obra de Paulinho é composta pela expressão de simultaneidades temporais, afinal, a vida não é uma cronologia linear, mas desdobramentos compostos e desarmônicos. Distintas temporalidades se sobrepõem na constituição do presente, na leitura do passado e na promessa do futuro. Como na composição da consciência histórica, existe em Paulinho a procura de orientação e entendimento de si e o que o circunda no tempo. As temporalidades por ele percebidas estão no dia-a-dia, mas também nas permanências, para tratar dessas últimas, o compositor navega pelos caminhos da memória individual e também da memória coletiva. Em seu repertório, essa busca que por vezes passa despercebida em nosso cotidiano, é transformada em poesia como um rio que corre para o mar.

Referências Bibliográficas

FEBVRE, Lucien. **Le problème de l'incroyance au XVe siècle: La religion de Rabelais**. Paris: Albin Michel, 1968.

POMIAN, K. Tempo/ temporalidade. _____. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 29. Tempo/temporalidade. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1993.

RANCIERE, Jaques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: **História, verdade e tempo**. SOLOMON, Marlon (org.). Chapecó, SC: Argos, 2011.

LIMA BARRETO NA SEARA DA HISTÓRIA: LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA NO BRASIL DE INÍCIO DO SÉCULO XX

Carlos Alberto Machado Noronha
Doutorando em História – Universidade Federal de Minas
Gerais

Resumo: Versões sobre o passado brasileiro estavam sendo escritas nas primeiras décadas do século XX, tendo, como pano de fundo, uma tensa discussão em torno da cientificidade da História e de sua colaboração para produção de uma memória que legitimasse o recente regime republicano. Vários intelectuais se envolveram nessa escrita, inclusive os literatos. Ao nos debruçarmos sobre os escritos do literato carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), notamos aspectos que sinalizam importantes observações referentes àquela discussão sobre a escrita da história bem como acerca de suas relações com outras formas memorialísticas de dar sentido ao passado.

Nesse sentido, procuramos discutir a forma como aquele escritor publicizou as suas considerações sobre as funções da escrita da História naquele momento. Para tal, selecionamos, para essa comunicação, o capítulo “Os heróis” da obra *Os Bruzundangas* e às crônicas “Edificantes notas ao Southey”, “Livros de viagens” e “Pedro I e José Bonifácio”, produzidas a partir da segunda metade da década de 1910. As discussões de Sandra Pesavento acerca das relações entre História e Literatura e as de Fernando Catroga e Joël Candau relacionadas à memória são as principais fundamentações teóricas para o presente estudo.

Palavras-chave: Lima Barreto – história – memória

Esse trabalho procura apresentar aspectos da produção textual do literato carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) que sinalizam algumas de suas reflexões acerca das relações entre historiografia, memória e legitimação política no Brasil do início do século XX. Ao ler os seus textos, percebemos que além de temas como uso do espaço urbano, discriminação racial, construção da identidade nacional e papel do literato na sociedade; esse autor se mostra interessado também na escrita da História do Brasil. Já nas suas anotações pessoais de 1903, ele apresentava-se da seguinte maneira:

Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade. (BARRETO, 1961a:33)

No ano seguinte, ele registrou em seu diário íntimo, uma relação de temas que deveriam ser abordados para a compreensão do período em que Dom João VI esteve no

Brasil, sendo que alguns deles eram referentes à vida dos negros no Brasil como, por exemplo, cantos de senzala e banzo (Id., Ibid:42-43). A intenção desse registro tornou-se mais compreensível quando realizamos a leitura de uma carta de Lima Barreto endereçada a seu amigo Antonio Noronha Santos datada de 11 de junho de 1904. Nessa, Lima convida-o para escreverem juntos uma monografia para o concurso de memórias históricas sobre o reinado de Dom João VI no Brasil, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (Id., 1956:60).

Lima Barreto não chegou a realizar aquela obra nem o projeto da monografia foi concretizado, mas a intenção de escrever aquela história permaneceu. Ainda no ano de 1904, ao avançarmos algumas páginas de suas anotações, encontramos o projeto do romance *Clara dos Anjos*. Nesse, datas importantes para o passado recente do Brasil são associadas às trajetórias de suas personagens. O nascimento da protagonista Clara se dá no ano de 1868, publicação do poema *Vozes da África* de Castro Alves⁵; a morte de seu pai ocorre em 1887, dois anos depois da assinatura da Lei do Sexagenário; a defloração de Clara em 1888, abolição da escravidão no Brasil e seu primeiro filho nasce no ano da Proclamação da República (1889) (Id., 1961a: 58).

À primeira vista, percebemos a construção de uma leitura por Lima Barreto dos momentos finais da Monarquia a partir de fatos relacionados aos negros, sendo que, simbolicamente, a República representaria um momento de renovação e de esperança. A sua preocupação em contar uma história em que os negros fossem representados prossegue no ano seguinte. Entretanto, Lima mostra-se hesitante em levar adiante o projeto de um romance acerca da vida dos escravos numa fazenda. Por fim, resolve adiá-lo, pois temia ser acusado de “negrismo” (Id., Ibid.: 84)

Recentemente foi publicada uma coletânea de contos barretianos sob a organização de Lilia Moritz Schwarcz que traz alguns textos não publicados e incompletos desse literato que possuem personagens negros. Dentre eles, chamou nossa atenção o conto incompleto “O escravo” (sem data) através do qual narra-se a história de um negro que procura lembrar-se de momentos de seu passado anteriores à sua ida como escravo para o Brasil (Id., 2010:476) .Esses projetos de escrita sinalizam o interesse de Lima Barreto pela História do Brasil, sendo que seu objetivo mais específico seria a representação da trajetória dos negros.

⁵ Lima anota abaixo da cronologia das personagens que precisava saber a data daquele poema. Realmente ele foi publicado no ano de 1868.

Quando analisamos os seus textos publicados, podemos observar a permanência do seu olhar sobre a História brasileira. Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (BARRETO, 1994), romance lançado em 1911, há a representação de aspectos da Revolta da Armada, ocorrida em 1893. Já no romance *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* (Id.,s/d)cuja publicação, nesse formato⁶, deu-se em 1909, apresenta-se uma alusão à Revolta da Vacina de 1904 e o seu narrador é um negro; em *Numa e a Ninfa* (1917)⁷, Barreto retrata experiências vivenciadas durante a disputa pela presidência da República entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa em 1909 (Id., 1961b). Já na obra *Os Bruzundangas* (Id.,1985), publicada postumamente em 1922, o autor faz uma sátira da realidade brasileira, sendo o capítulo *Os heróis* o momento em que o narrador critica a história oficial e sinaliza o que falta na sua abordagem do passado.

Por último, nessa prévia da inserção da História do Brasil na obra barretiana, destacamos também o romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (BARRETO, 1961c) publicado em 1919 no qual, a partir da personagem Augusto Machado, há indicações sobre a escrita de biografias, tema recorrente da produção historiográfica oficial de inícios do século XX. Nesse texto, o autor apresenta sugestões para esse tipo de escrita como a necessidade da presença de outros sujeitos na narração dos fatos de nossa história ao invés de somente os conhecidos heróis nacionais e ministros.

Diante disso, percebemos que Lima mostra-se insatisfeito com a forma de narrar o passado no início do século XX e, para introduzirmos uma discussão acerca disso, selecionamos o já mencionado capítulo *Os heróis* e as crônicas “Edificantes notas ao Southey (1919), “Livros de viagens” (1920) e “Pedro I e José Bonifácio (1922). A justificativa para essa seleção deve-se ao momento inicial de nossa investigação e por esses textos estarem mais diretamente voltados para a discussão da cultura histórica daquela época, especialmente no que se refere à relação entre historiografia, memória e legitimação política. Ainda podemos destacar como justificativa o momento de sua produção que era contemporâneo às discussões em torno das comemorações do centenário da Independência do Brasil. Essas trouxeram à tona questões acerca rememorações do passado brasileiro, como veremos a seguir.

⁶ Os primeiros capítulos de *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* foram publicados na revista *Floreal*, lançada por Lima Barreto e outros autores em 1907.

⁷ Em folhetins, esse livro começa a ser publicado em 1915 no jornal *A Noite*.

O literato, a historiografia, a produção de memórias e a política

Na obra *Os Bruzundangas*, publicada postumamente em 1922, cujos textos que a compõem foram, em sua maioria, apresentados ao público em 1917 através do semanário A.B.C., Lima narra o que seriam os “costumes e hábitos” da República da Bruzundanga com o intuito de aprendermos a livrar-nos dos nossos males (BARRETO, 1985: 15-18). O capítulo XII dessa obra intitulado *Os heróis* apresenta reflexões acerca da “história bruzundanguense” a partir das características de seus heróis para os quais a pátria tinha sido feita, cobrindo e desculpendo o que ela tinha de “sindicato declarado” (Id., Ibid.:71).

Nesse sentido, ao comentar sobre o herói Visconde de Pancome, Lima Barreto assinala:

Este senhor era de fato um homem inteligente, mesmo de talento; mas lhe faltava o senso do tempo e o sentimento do seu país. Era um historiográfico; mas não era um historiador. As suas idéias sobre história eram as mais estreitas possíveis: datas, fatos, estes mesmos políticos. A história social, ele não a sentia e não a estudava. Tudo nele se norteava para a ação política e, sobretudo, diplomática. Para ele (os seus atos deram a entender isto) um país só existe para ter importância diplomática nos meios internacionais. Não se voltava para o interior do país, não lhe via a população com as suas necessidades e desejos. Pancome sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fora, e ter o aplauso dos estrangeiros.

Sabendo bem a história política da Bruzundanga, julgava conhecer bem a nação. Sabendo bem a geografia da Bruzundanga, imaginava ter o país no coração.

Entretanto, forçoso é dizer que Pancome desconhecia as ânsias, as dificuldades, as qualidades e defeitos de seu povo. A história econômica e social da Bruzundanga ainda está por fazer, mas um estadista (critério clássico) deve tê-la no sentimento. Pancome não a tinha absolutamente. A sua visão era unicamente diplomática e tradicionalista (Id., Ibid.:73).

Com essa apresentação de um dos heróis de Bruzundanga, Lima claramente expõe sua insatisfação com a política do ministro das relações exteriores o Barão do Rio Branco que chegou a empregar muitos intelectuais no seu ministério com vistas a dar um feição de nação “cultura”, civilizada para o Brasil aos olhares estrangeiros. Além disso, esse ministro foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na capital federal, exercendo o cargo de presidente que tinha por função apresentar e representar o instituto, estabelecendo “vínculos entre a associação e as grandes diretrizes da política oficial” (SCHWARCZ, 2007:109).

A produção historiográfica do IHGB, desde seu início, era voltada para os temas políticos, tendo destaque a escrita de biografias de brasileiros “distintos por letras, armas e virtudes” (leia-se de grande influência política e econômica, membro de famílias tradicionais) que constituía uma forma de fazer história pautada em “nomes e personagens”. Outros temas presentes nas publicações do IHGB eram os relacionados à geografia, tratando de questões territoriais e de demarcação de limites (Id., Ibid.:110).

Contudo, a partir de 1890 temos no IHGB um interesse maior por uma história social. Esta estava voltada para “os problemas do momento e as incertezas do futuro”(Id., Ibid.:114-116) - reorganização social, posição do país frente às potências imperialistas e modernização da nação - e a assimilação dos avanços científicos da época, imperando nas suas discussões preceitos positivistas e naturalistas⁸ contra os quais Lima Barreto lançou duros golpes através de sua literatura militante.

Ainda naquele trecho selecionado da obra *Os Bruzundangas*, observamos uma distinção realizada pelo narrador que merece ser revista por deixar transparecer uma certa tensão no que se refere ao perfil de um historiador e uma possível ligação entre poder político e produção historiográfica. Ao comentar o trabalho de Pancone (Barão do Rio Branco), ele o classifica como um historiográfico, mas não como um historiador. Segundo Hruby, os dicionários do século XIX faziam a distinção entre esses homens de letras.

[...] Historiador e historiógrafo escreviam histórias, mas de diferente modo e por diversas circunstâncias. Historiógrafo era um literato pensionado do Estado ou de um príncipe para escrever a sua história e corresponde quase sempre ao que se chamava cronista. O historiador, por sua vez, era um literato que compunha uma história sem ser pensionado e quase sempre “não contemporânea”. O historiógrafo constituía-se num simples analista, que referia acontecimentos, reunia materiais, ao passo que o historiador escolhia-os, colocava-os em ordem, examinava os fatos, julgava os homens e as coisas; costumava ser “menos adulator e mais imparcial” que o historiógrafo. [...] (HRUBY, 2007: 25).

A noção de historiador, pelo que foi exposto acima, era contrária ao tipo de atividade que vinha sendo desenvolvida pelos sujeitos membros da instituição oficial de elaboração do conhecimento histórico. E, ao relacionar o ministro das Relações exteriores à figura do historiográfico, o narrador barretiano, ao que parece, procura apresentar ao leitor a parcialidade da escrita da história quando vinculada a interesses de

⁸ Euclides da Cunha e Silvio Romero, por exemplo, eram membros do IHGB.

um determinado governo. Lembremos o quanto os representantes da República com sua necessidade de legitimação fizeram uso de referências do passado para conformar uma imagem que a representasse como símbolo do progresso no Brasil.

Diante disso, como modelo que deveria ser seguido, o narrador aponta estudos que se voltassem para o interior do país, o que nos levou a pensar na possível intenção de Lima Barreto em sinalizar nesse texto uma das grandes referências do meio intelectual da época relacionada à escrita da História do Brasil. Essa referência poderia ser Capistrano de Abreu (1853-1917).

Ele era também membro do IHGB, mas apresentava uma postura de distanciamento e negação de certos postulados seguidos pela maioria dos membros daquela instituição (AMED, 2006:53-54). Além disso, seus trabalhos focalizavam o povoamento do interior e os costumes e linguagens dos indígenas. Através de suas correspondências, esse historiador mostrava-se deslocado em relação ao IHGB e realizava ácidas críticas aos trabalhos publicados de alguns de seus membros (Id, Ibid, :162-163) e, como já vimos, seu trabalho fazia parte das leituras barretianas.

Uma outra possível aproximação de Barreto com a historiografia da época quanto ao estudo do interior do país era o trabalho de João Ribeiro (1860-1934). Este, como Capistrano, fazia parte das leituras de Lima Barreto (BARRETO, 1961a:112) e tornou-se membro do IHGB, notabilizando-se na historiografia brasileira com a obra *História do Brasil* de 1900. Nesse estudo, João Ribeiro salienta a necessidade de atentar-se para temas como entradas, criação de gado, as bandeiras e as minas bem como procurou apresentar uma perspectiva mais interpretativa que descritiva dos fatos (HANSEN, 2000:66-70; 81), o que o classificaria como historiador segundo o critério do narrador de *Os Bruzundangas*.

O capítulo *Os heróis* da obra *Os Bruzundangas* constitui-se, portanto, numa avaliação crítica da historiografia oficial. Desse modo, Lima indica a mudança de foco de nossa historiografia: de uma História política tradicional para uma econômica e social a fim de compreender a população do país “com suas necessidades e desejos”. Além disso, Barreto, como vimos, vai tocar na questão da objetividade histórica. Esse aspecto é novamente destacado na crônica “Edificantes notas ao Southey”, publicada na Revista do Sul no ano de 1919, tendo como geradora da discussão a questão territorial e demarcação de limites tão cara nas publicações do IHGB.

A partir de sua desconfiança sobre a veracidade das informações ditas por Assis Brasil⁹ sobre os caminhos do povoamento do Brasil numa conferência sobre “A idéia de Pátria” (publicada pelo Estado de S. Paulo), Lima narra que consultou “livros velhos queridos” para se certificar que não estava enganado quanto aos supostos equívocos do referido conferencista (BARRETO, 2004: 96).

“Um deles foi a História do Brasil, de Robert Southey, traduzida pelo Senhor Luís Joaquim de Oliveira Castro e anotada pelo cônego doutor J. C. Fernandes Pinheiro. [...] (Id., Ibid.: loc. Cit.)”. Ao se deparar com as notas de Fernandes Pinheiro na sua releitura da obra em 1917 ficou “ estupefato com semelhante geografia”.

Corri ao meu Wappoeus¹⁰ na tradução ou melhor refundição dos sábios e operosos senhores Capistrano de Abreu e Vale Cabral. Não satisfeito. Socorri-me do Moreira Pinto [...]. Não estava doido, não! O sábio cônego é levava com a sua sabedoria a um completo terremoto na bacia fluvial do Prata.

O Paraná, com o nome de Paranaíba, nasce em Minas, na serra de Canastra, nas vertentes opostas àquelas que dão origem ao São Francisco; e separa de fato Minas de Goiás, e de Mato Grosso. O rio Grande que, conjuntamente com o Paranaíba, forma o Paraná propriamente dito, é que separa Minas de São Paulo, como está em qualquer mapa; mas Paraná, Paranaíba ou rio Grande absolutamente não entram, como quer o cônego, na separação do atual Estado do Paraná do de São Paulo.

Onde, pois, o sábio cônego doutor teria visto isto? Em que fantástica carta o tratado?

Eu daria tudo que pudesse dispor em dinheiro ou alfaias para possuir semelhante documento (BARRETO, 2004:97).

Nas linhas seguintes, Lima identifica outro equívoco do cônego na mesma obra de Southey e questiona:

Com quem estará a verdade: com o cônego doutor F. P. e os seus autorizados geógrafos ou com o Wappoeus, o Capistrano, o Vale Cabral, o Homem de Melo e outros notáveis colaboradores da tradução para português da obra do alemão? (Id., Ibid.:98)

E finaliza a sua crônica afirmando que, tímido diante dos títulos do cônego e medroso do seu próprio saber, deixa registradas suas observações mínimas sobre as nota do cônego, abandonando o propósito de comentar a conferência de Assis Brasil.

Lima, com sua ironia característica, utiliza nessa crônica os próprios meios de informação dos historiadores da época para satirizar os seus procedimentos e noção de

⁹ Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) foi diplomata, advogado brasileiro.

¹⁰ Trata-se da obra *A Geographiaphysica do Brasil* do alemão Johann Eduard (1812-1879), referência para o estudo da geografia brasileira até aquele momento.

verdade. A obra citada do inglês Southey (1774-1843) é de início do século XIX e considerada bem documentada e representativa dos acontecimentos do Brasil colonial até a vinda de D. João VI ao Brasil em 1807, sendo editada no nosso país pela primeira vez em 1862. Já o anotador dessa versão da obra, o cômego Fernandes Pinheiro, foi sócio correspondente (1854) e primeiro secretário (1859) do IHGB.

Ao apresentar os equívocos desse, Lima talvez pretendesse apontar o “perigo” do critério de verdade adotado pelos nossos historiadores que se pautava em documentação oficial sem uma reflexão mais crítica e a necessidade de uma revisão da escrita de nossa História por parte das novas gerações, questionando autores vistos, muitas vezes, como intocáveis quanto à sua interpretação do passado brasileiro (algo que tanto Capistrano quanto João Ribeiro de certo modo fizeram).

Vale ainda destacar nesse texto o modo como Lima Barreto se refere a Capistrano de Abreu, tornando mais compreensiva a hipótese que levantamos acima. Os adjetivos utilizados por Lima para mencioná-lo foram “sábio e operoso”, ou seja, conhecedor profundo do tema em destaque na crônica, sendo esse saber fruto de um trabalho dedicado de pesquisa. Ao observarmos a trajetória de Capistrano de Abreu, podemos destacar seu empenho em estabelecer documentos importantes para a história do Brasil e suas críticas à historiografia baseada em cópias de estudos anteriores. Nesse sentido, podemos sinalizar que Lima Barreto também ironiza, através da citação realizada pelo conferencista Assis Brasil, essa postura de pesquisas históricas fundamentadas primordialmente em leituras de outros autores sem uma análise das fontes que estes utilizaram.

Algumas dessas questões vão ser rediscutidas por Lima nas suas crônicas seguintes. Ainda naquele ano de 1920, o seu incômodo com a criação de certas tradições foi novamente expresso na crônica “Livro de Viagens”, publicada no dia 16 de abril nas páginas da *Gazeta de Notícias*. Lima Barreto procura discutir a forma como livros de viagens escritos por diplomatas abordam nações estrangeiras. Isso no início do texto, pois a partir daquela discussão, autor vai tecendo comentários sobre construção de tradições pela História.

Ao se referir ao livro *Na Argentina* do diplomata e historiador Oliveira Lima (1867-1928)¹¹, Barreto assinala:

A impressão de leitura mais forte que me ficou do livro do Senhor Oliveira Lima foi o esforço extraordinário feito pelos argentinos para criar um passado, para organizar tradições.

Os seus publicistas, os seus poetas, os seus romancistas, andam em busca de ninharias de antanho para transformar em motivos de epopéias e longos e substanciais estudos (BARRETO, 2004:167).

Nas linhas seguintes, Lima afirma que algo semelhante estava acontecendo no Brasil:

[...] Tanto para lá como para aqui, não me cabe censurar tal cousa; mas lembro que tradição só é tradição aquela que se faz espontaneamente e sem esforço é guardada na memória de todos, dispensando qualquer preocupação de exatidão e estreita veracidade histórica.

A tradição palpável e documentada só pode ser relatório.[...]

Guardar muito minuciosamente cousinhas desvaliosas de uso de personagens que amanhã serão desvaliosos não pode formar tradição alguma. A história e a tradição não são feitas pelos contemporâneos nem pela geração que se segue. Pedem para serem feitas algumas gerações adiante (Id., Ibid.:167-168).

Barreto toca, então, mais uma vez, na questão do limite da objetividade histórica e da necessidade de revisão da escrita do nosso passado pelas novas gerações. Além disso, percebemos nessas afirmações de Lima Barreto a indicação, tão negada pelos positivistas e historicistas de vertente rankeana, da subjetividade do pesquisador (cientista-historiador) e da sua própria historicidade bem como do aspecto inventivo presente no estudo do passado.

Esses trechos da escrita barretiana indicam, de certo modo, o seu olhar sobre as discussões historiográficas cujo objetivo era conformar uma identidade nacional que, ao mesmo tempo, elevasse o Brasil à categoria de nação civilizada e legitimasse o presente republicano.

A concepção de história e o tipo de narrativa histórica que estariam sendo elaborados no período (primeiras décadas do século XX), portanto, decorriam, em parte, das novas exigências políticas desse novo regime. Um regime que precisava se legitimar, produzindo tanto um “passado” no qual pudesse se reconhecer e ser reconhecido, como “futuros” que pudessem ser projetados e nos quais se pudesse acreditar. [...]

¹¹ A obra *Na Argentina (impressões 1918-19)*, publicado em 1920 com 263 páginas, traz reflexões sobre o país platino escritas a partir das experiências do autor na Argentina, durante estada de quase sete meses, entre meados de 1918 e inícios de 1919. Esse escrito também inclui conferências e discursos pronunciados pelo autor em distintas e importantes instituições culturais e educacionais argentinas.

[...] é nesse momento que o debate sobre o caráter científico desse saber/disciplina (a História) cresce, ao mesmo tempo em que ela é considerada um dos índices de “civilização e progresso” de uma nação “moderna”. História, ciência e progresso eram termos correlatos de uma mesma equação, no início do século XX (GOMES, 2009:24-25).

Pelo texto, nota-se como o literato procurava publicizar esses interesses, demonstrando sua reprovação desse uso do passado que produziria uma memória petrificada. Segundo Joël Candau,

[...] toda memória petrificada tende ao fechamento em si. Porque se quer autorizada, não está disponível para as interpretações sucessivas que caracterizam toda memória viva e já não assegura o trabalho que, no decorrer das gerações, seleciona o que é admitido pelo grupo e o que deve ser rejeitado (CANDAU, 2011:191).

Um outro aspecto que merece nossa atenção nessas considerações de Lima Barreto é a condição da historiografia como também fonte produtora e legitimadora de memórias e tradições que não escapa ao seu olhar atento às relações entre sociedade e produção de conhecimento da época. Nesse sentido, nas linhas que se aproximam do fim de sua narrativa, o autor elogia o livro de Oliveira Lima e se debruça exatamente sobre o que aquela tradição poderia estar relegando ao esquecimento:

[...] é povo argentino.[...]
Mesmo em literatura, a obra só nos fala de autores consideráveis, não há dúvida, mas de autores cujo mérito a importância de sua posição social torna de alguma forma suspeito.
Nas nossas democracias sul-americanas, sequiosas todas de medalhas e considerações, os poderosos não deixam aos humildes nem o direito de dizerem tolices em prosa ou verso. Eles o tomaram também para si (BARRETO, 2004: 168).

Essa crônica, assim como os dois textos anteriores destacados de Lima, podem, num plano mais geral, ser relacionados com as discussões em torno das comemorações do centenário da Independência que desde 1916 já vinham sendo discutidas pelo governo (JUNQUEIRA, 2010: 73)¹². O momento das comemorações do centenário da Independência do Brasil constituiu-se numa oportunidade de “anunciar um novo país para as outras nações e, para os próprios cidadãos brasileiros” (Id, 2011: 157). Dentro desse “horizonte de expectativas”, procurou-se definir imagens nacionais, “modelando as lembranças do passado para arquitetar os modelos formadores da nacionalidade” (Id.,

¹² Lima Barreto já havia se debruçado sobre aquelas comemorações no mês de janeiro daquele mesmo ano de 1920 através da crônica “Extravagâncias oficiais” (17/01/1920) e dar prosseguimento a esse tema nos textos de 1922, intitulados “O Centenário”, “Pedro I e José Bonifácio” e “Congressos”.

Ibid.: loc.cit), sendo que a produção historiográfica desse início de século XX mostrava-se preocupada com o caráter pedagógico da História (HANSEN, 2000: 43-45).

Se considerarmos que, em termos mundiais, a Primeira Guerra Mundial ainda era um “fantasma” que causava desconforto, buscar a construção de uma imagem que representasse seus supostos progressos era algo almejado por muitas nações, principalmente para o governo brasileiro que tinha iniciado o seu regime republicano em fins do século XIX. Fernando Catroga afirma que, “seja como recordação ou como esquecimento, nunca é o passado que se impõe ao presente, mas é este, enquanto permanente tensão e protensão, que vai urdindo as tonalidades de presença do ausente” (CATROGA, 2009: 19).

Desse modo, selecionar, dentro do quadro da memória histórica nacional, o acontecimento representativo do início do Brasil como nação livre, foi uma estratégia importante para a construção daquela imagem como também estabelecer uma versão sobre o passado. E as cerimônias comemorativas são um dos modos de preservar versões do passado.

Notamos que mesmo não se referindo àquelas comemorações, os textos aqui discutidos de Barreto trazem questões que envolvem a sua organização. Ao se observar o que havia sido anunciado no projeto de 1919 que estabelecia as bases para a constituição da Comissão Comemorativa do Centenário, percebemos que cabia a esta “organizar e realizar, na época do centenário da Independência, congressos científicos, literários, históricos, de belas artes, de instrução primária, secundária, superior, técnica e profissional” (JUNQUEIRA, 2010: 74).

Foi a partir desse dispositivo legal que se estabeleceu o concurso público na Capital Federal e nas demais sedes dos outros estados para a composição de trabalhos históricos que constituiriam o *Livro do Centenário da Independência do Brasil*. As monografias [...] dissertariam sobre assuntos como o Brasil Colonial, a legislação e instrução brasileira, a evolução econômica do país, o Primeiro Reinado, o comércio e a indústria, dentre outros variados temas. Ulterior concorrência estipulada pelo Congresso Nacional foi referente à realização de pequenos esboços a óleo [...] de quadros históricos e alegorias sobre fatos da história do Brasil. As telas premiadas seriam destinadas ao futuro Museu Histórico Nacional a ser construído de acordo com o artigo 5º do Projeto de 1919. O estabelecimento ainda guardaria, após a devida catalogação e estudo, quaisquer objetos de importância histórica que tivessem relação próxima ou remota com o Brasil, permitindo atestar a evolução da civilização brasileira e manter o culto da tradição através das lembranças das glórias nacionais (Id., Ibid.: loc. cit.).

Dentro das comemorações do centenário, portanto, tinha como um dos objetivos, algo muito semelhante ao que Lima havia observado na obra de Oliveira Lima: a tentativa de, através de “ninharias de anteontem”, produzir uma memória que legitimasse o presente da nação e permitisse projetar um futuro de grandeza na seara do progresso.

Numa crônica seguinte, Lima Barreto retoma sua discussão sobre as manipulações da memória acerca do passado brasileiro, mas dessa vez se referindo explicitamente à tão badalada comemoração da Independência do Brasil. Através de um diálogo imaginário entre dois monumentos representativos de personagens envolvidos naquele momento histórico. A crônica “Pedro I e José Bonifácio”, publicada na revista humorística *Careta* de 7 de outubro de 1922, tem como início a visita da estátua de José Bonifácio à do “real Pedro”.

Mal Pedro I encontrou-se com o seu antigo ministro, foi logo perguntando:

- Já falaram em nós?

- Qual o quê, Majestade! Nem pio!

[...]

- Não ouvi nada a respeito e tenho lido as gazetas; mas, nelas, cousa alguma encontro em que se fale de nós com referência à independência do Brasil.

- Mas, de quem falam eles, afinal?

- De Pedro Álvares Cabral, de Fernando de Magalhães, Vasco da Gama, de...

- Mas o que tem essa gente com o Sete de Setembro [...]? (BARRETO, 2004: 565)

O diálogo prossegue com a resposta de Bonifácio de que aqueles nomes nada têm com o Ipiranga, mas que os “comemorativistas” falam neles. Em seguida, Bonifácio revela a Pedro I que Carlos Sampaio – prefeito do Distrito Federal e membro da Comissão do centenário da Independência - até arranhou dois marcos da fundação da cidade, “para homenagear Estácio de Sá, por ocasião do centenário de nossa emancipação política”.

- Dous!

-Dous, sim, Majestade!

- Como?

- É verdade. Um é da metade, por aí assim, do século passado; e foi fincado, por deduções históricas de um historiador desse tempo.

- E o outro?

- O outro? O outro, ele o achou na Igreja dos Capuchinhos, no morro do Castelo; e, por ocasião de iniciar a demolição do morro e da mudança dos respectivos religiosos, Sampaio o levou em carreta, com toda a solenidade, para a nova residência dos freires barbados.

- Este também foi por deduções, que...

- Não, Majestade. Este último parece autêntico.

[...] (Id., Ibid.: 565-566)

Diante dessa situação, “Sua Majestade”, desapontada, despede-se de Bonifácio afirmando que não faria mais “independência e cada um segue “para suas respectivas “casas”.” Três aspectos chamam nossa atenção nessa crônica. O primeiro é referente ao papel da imprensa na construção da memória sobre o centenário da independência apresentado por Lima Barreto. São às “gazetas” que recorrem as “personagens-monumentos” para se informarem acerca das comemorações.

Através daquele diálogo ficcional, Lima desautoriza a memória forjada pela imprensa, pois os próprios participantes da proclamação da independência em 1822 não se vêem representados nas festividades do centenário. Esse aspecto fica ainda mais acentuado, uma vez que os personagens são monumentos, ou seja, já tinham sido incorporados à memória histórica nacional.

Mais uma vez o cronista salienta a seleção do passado realizada pela rememoração e sua relação com o presente. E a ciência histórica também participa desse “jogo” de lembranças e esquecimentos. O segundo aspecto que destacamos da crônica “Pedro I e José Bonifácio” é justamente o modo como, através daquele diálogo, é explicitada a presença de um historiador na ratificação de um novo marco de fundação da cidade.

O Morro do Castelo foi demolido e em parte de sua área foram abertas largas ruas nas quais construíram pavilhões para a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Isso havia gerado antes uma grande discussão sobre se havia sentido a destruição de um marco histórico da fundação da cidade. Foi o que ocorreu em nome de procedimentos civilizatórios e modernos.

Na visão dos defensores da destruição do morro, os melhoramentos na capital eram necessários. O Morro do Castelo representava para eles a desorganização sanitária com os surtos de varíola e febre amarela, o atraso, contrastando com a imponente e moderna avenida Rio Branco que ficava a apenas 20 metros dele (JUNQUEIRA, 2010: 76).

Lima se apropria desse contexto para lançar sua discussão sobre a relação do poder público e da imprensa com a memória da Independência do Brasil, promovendo, por conseguinte, através daquele diálogo, uma outra discussão relacionada àquele

momento: a História, a partir de padrões da moderna ciência, e sua colaboração na legitimação do regime republicano (GOMES, 2009: 24-25).

Nesse sentido, o segundo marco de fundação encontrado, relatado no diálogo entre Pedro e Bonifácio, é considerado autêntico, pois não foi algo realizado por deduções históricas. Lima se mostra incrédulo quanto à cientificidade da historiografia da época e parece mais preocupado com as suas produções e legitimações de memórias e tradições, como vimos na crônica “Livros de viagens”.

O último aspecto que podemos sinalizar naquela narrativa barretiana é a imagem que constrói de monumentos que descem dos pedestais. Lima opera uma desmonumentalização daquelas figuras históricas, o que indica, como já foi aqui discutido, os aspectos inventivos presentes na rememoração do passado e suas relações com questões sociais, políticas e culturais do presente.

Fernando Catroga traz argumentos que permitem uma melhor compreensão dessas relações entre historiografia, memória e política. Esse autor destaca que “a historiografia chega mesmo a fornecer credibilidade cientista a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação” (CATROGA, 2009: 46). Durante as comemorações do centenário, foi até promovido um congresso internacional de História da América sob responsabilidade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (JUNQUEIRA, 2010: 83) e, ao longo das primeiras décadas do século XX, procurou-se rediscutir a história nacional, havendo até disputas entre grupos políticos pela “escolha” de novos “heróis” nacionais (CARVALHO, 1990: 35-73). Lima Barreto, ao que parece, era sensível a essas situações e acabou por problematizá-las através de alguns de seus escritos.

Considerações finais

Segundo Sandra Pesavento, a verdade da ficção literária está em “possibilitar a leitura das questões em jogo numa dada temporalidade”. Os fatos narrados no texto literário se apresentam, desse modo, como “possibilidades [...] datadas de credibilidade e significância” (PESAVENTO, 2006:8). Nesse sentido, os projetos barretianos de escrita de uma história focada no negro era um das possibilidades de mudança na historiografia de sua época que ele não via contemplada.

E isso, num contexto de predominância de ideário racista, gerou muita hesitação no escritor Lima Barreto. Contudo, ao publicar seus textos, ele mostrou-se disposto a discutir “certas máximas” da cultura histórica de início do século XX, como, por exemplo, as supostas objetividade e imparcialidade do conhecimento histórico, tão propagadas pelos representantes do IHGB.

Nessa discussão, Lima Barreto procurou salientar para seus leitores a forte relação entre poder político, produção de memória e historiografia bem como a sua possível exclusão de determinados grupos sociais do passado brasileiro. Um outro aspecto que podemos observar dos textos aqui discutidos de Barreto foi sua percepção de como questões do presente poderiam modificar a interpretação do passado. Para tal, Lima lançou mão de formas narrativas que, de algum modo, expressavam um sentido para a leitura do passado.

A narrativa construída no romance *Os Bruzundangas* tinha por objetivo contribuir para o aprendizado dos brasileiros, via a história da República bruzundanguense, dos males que deveriam se livrar. Nessa narrativa, portanto, percebemos como o autor apropriou-se da noção, ainda predominante naquele momento, de história como mestra da vida (*magistra vitae*) que frequentemente aparecia nos discursos proferidos pelos membros do IHGB (HRUBY, 2007:87) e do defendido caráter pedagógico da história, presente nos escritos de referências do meio intelectual como João Ribeiro (HANSEN, 2000:43-45) e José Veríssimo (VERÍSSIMO, 1985:103).

Nesse sentido, Lima também explora a tradicional proximidade entre história e diplomacia no Brasil¹³. O narrador de *Os Bruzundangas* no capítulo *Os heróis* faz uma alusão ao diplomata Rio Branco e a sua faceta de historiográfico e na crônica “Livros de Viagens” fez comentários da obra de outro diplomata-historiador, Oliveira Lima. Aqui percebemos mais uma apropriação barretiana de uma das formas de lidar com o saber histórico na época, uma vez que aquele narrador de *Os Bruzundangas*, assim como Oliveira Lima, era um brasileiro numa terra estrangeira que, ao registrar suas impressões dessa experiência, também realizava uma interpretação da história e

¹³ Ainda no século XIX, podemos considerar a atuação do historiador-diplomata Francisco Adolfo Varnhagem que ainda se constituía como uma referência importante para a intelectualidade brasileira de início do século XX (Ver HANSEN, Patrícia Santos. Op.cit.)

tradições daquela nação que contribuiriam, por sua vez, para a compreensão do passado de sua própria pátria.

Por último, vimos como Lima Barreto procurou discutir uma outra forma de publicização de memória histórica que foi a comemoração do centenário da independência do Brasil. Esta, assim como suas reflexões sobre a historiografia daquele início de século XX, problematizaram os modos como certos grupos sociais se relacionavam com o passado com vistas a orientar-se diante das mudanças do presente bem como isso repercutiu nas suas projeções de futuro.

Segundo Rüsen, a cultura histórica envolve diferentes estratégias de investigação científico-acadêmicas assim como de criação artística, de luta pelo poder e outros procedimentos de memória histórica pública (RÜSEN, 2009:2). Diante disso, podemos afirmar que o literato Lima Barreto apresentou uma preocupação com a cultura histórica de sua época, procurando sinalizar a relação de alguns de seus componentes para a legitimação política dos grupos sociais que estavam à frente do regime republicano. Esse aspecto do tão discutido Lima Barreto é algo que precisa ser mais explorado e, pelo que expomos, esse escritor ainda tem muito a nos indicar sobre a História do Brasil.

Referências Bibliográficas

AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu**: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca. São Paulo: Alameda, 2006.

BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a.

_____. **Correspondência**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956 (Tomo I).

_____. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**.
Erichim:EDELBRA,s/d.

_____. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Scipione, 1994
(Col. Clássicos da Scipione).

_____. **Numa e Ninfa**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b.

_____. **Os Bruzundangas**: incluindo Outras histórias dos bruzungandas.
SãoPaulo: Ática, 1985 (Séria Bom Livro).

_____. **Toda crônica**. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença.
Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004.

_____. **Contos completos.** Organização: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo:** memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009.

GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

HANSEN, Patrícia Santos. **Feições e Fisionomias:** a História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra:** a História do Brasil no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1889-1912). Porto Alegre: PUC-RS, 2007 (dissertação de mestrado).

JUNQUEIRA, Julia Ribeiro. **Jornal do Commercio: cronista da História do Brasil.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010 (dissertação de mestrado).

_____. **As comemorações do sete de setembro em 1922:** uma re(leitura) da História do Brasil. Revista de História Comparada. Rio de Janeiro, 2011, p. 155-178.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. In: Mundo Nuevo Mundos Nuevos. Debates, 2006, p. 6. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acesso: 26 ago de 2015.

RÜSEN, Jörn. _____. **¿Qué es la cultura histórica?:** reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia, 2009. Disponível em: www.culturahistorica.es Acesso: 01 jul. de 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional.** 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985 (Série Novas Perspectivas).

ENTRE TRAMAS, SILÊNCIO E OPRESSÃO: REFLEXIVIDADES EM IMAGENS DE DITADURAS

Fabiola Ursula Gomes de Souza
Universidade Estadual de Goiás/ Formosa (GO)
Graduanda do curso de História – CNPq/ PIBIC

Resumo: Este trabalho tem como objeto o hibridismo midiático e o processo de desenvolvimento de uma temática central em estruturas narrativas díspares, mas mostrando que mesmo entre discursos diferentes, há a existência de elementos similares, como a memória; abordados com a subjetividade de cada autor. O século XX deixou marcas expressivas de sofrimentos silenciosos por conta dos diversos regimes de exceção que configuraram o cenário político do ocidente e de algumas partes do oriente. As narrativas que se voltaram para a temática de opressão foram inúmeras, dentre elas, o hibridismo das mídias traz uma linha entre a criação e a realidade. O relato de jornalismo literário de Rodolfo Walsh intitulado *Operação massacre* (1957), o documentário *Diário de uma busca* de Flávia Castro (Brasil, 2012) e o romance gráfico *Persépolis* de Marjane Satrapi (2007), contemplam a mescla narrativa de diferenciação cognitiva em seus processos de construção, mostrando assim, formas dessemelhantes na criação dos discursos e elementos híbridos que constituem suas obras.

Palavras-chave: Regimes de Exceção – Narrativas – Hibridismo



Figura 1. As Obras e o Hibridismo.

Para analisar a forma com que as narrativas sobre os regimes de exceção são construídos em seus processos singulares cognitivos, optamos por ter como base três obras “principais”: o relato de jornalismo literário de Rodolfo Walsh intitulado

Operação massacre, o documentário *Diário de uma busca* de Flávia Castro e o romance gráfico *Persépolis* de Marjane Satrapi.

As marcas deixadas nos períodos ditatoriais são presentes até hoje em nosso contexto social, político e cultural. A exemplificação dada pelas leituras abordadas relatam as formas diferentes que as pessoas vivenciaram esses regimes, ou seja, nesses casos, a experiência faz parte do processo de conhecimento e produção das obras.

A memória está presente nas narrativas aqui abordadas, - não só a memória, mas também sua ausência que se faz história - servindo assim como um elemento de construção. Com isso nos faz lembrar a diferenciação que a academia tenta designar aos conceitos: *História* e *Memória*, mas o que é a memória se não uma esfera que nos proporciona chegar à parte do passado? Como Jacques Le Goff usa bem as palavras de Changeux para tentar demonstrar como o conceito funciona: “O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios” (GOFF, Jacques Le. 1990, p. 366).



Figura 2. As lacunas da memória também são histórias. Disponível em: *Diário de uma busca*, 2010.

O documentário de Flavia Castro: *Diário de uma Busca* (2010), nos mostra a busca do preenchimento lacunar deixado pela memória falha e distante de uma criança que hoje busca não apenas o seu passado, mas também o do seu pai. Além de lidar com a captura da relembração por meio de entrevistas, a diretora nos mostra as possibilidades reais da hibridização midiática, sua busca nos leva a vários referentes de pedaços de recordações, como: jornais, fotos e trilhas sonoras, e todos eles são

colocados em cena com o propósito de contar uma história da qual fez e faz parte. A busca pela memória é nítida nas entrevistas e viagens feitas por Flávia, já que a história contada ocorreu durante a infância da cineasta, assim como no quadrinho de Marjane Satrapi, *Persépolis* (2007).



Figura 3. A ilusão de uma criança é a esperança. Disponível em: <https://otomegatari.files.wordpress.com/2013/05/persepolis62.jpg>

Diferente do documentário de Flavia Castro, *Persépolis* (2007), não é um busca pela memória, mas sim a própria narração desta. Provavelmente um dos pontos atrativos da obra é a ingenuidade de uma criança que sonha em ser profeta, e acima de tudo, a esperança que é em si a obra para o iraniano “moderno”.

Por sua vez, no romance gráfico de Marjane Satrapi podemos encontrar a obra dentro da obra. Quando pequena, seu livro favorito era: *O materialismo dialético*, no qual um dos personagens principais era Marx e coincidentemente era no formato de quadrinhos; talvez esteja aí um dos indícios da escolha da autora para fazer o seu livro em um formato HQ. *Persépolis* (2007) é um trabalho de arte sequencial que combina memórias gestadas pela vivência em duas culturas (o Irã do regime dos aiatolás e a ampla modernidade europeia), reflexão política e refinamento estético. Nesse caso, encontrados a mescla cultural da personagem junto com as formas narrativas: gráfica e escrita, como uma “arma” para desenvolver seu discurso literário, assim, o hibridismo

não se faz apenas na arte ficcional e não ficcional, mas também na estética e experiência da autora.



Figura 4. Rodolfo Walsh. Disponível em:
http://operamundi.uol.com.br/media/images/Rodlfo_Walsh.jpg

Rodolfo Walsh em sua obra *O grande massacre* (1957), não apresenta apenas uma narração híbrida, mas também um hibridismo em suas intenções enquanto escritor. Ele busca a junção da intenção narrativa investigativa juntamente a literatura, o que é um elemento do gênero o qual segue. E a mescla entre ficção e não ficção vai além da história, pois Walsh acaba se tornando uma vítima de seu próprio relato.

A explanação de Rodolfo Walsh insere-se no âmbito do gênero que acabou por se chamar “jornalismo literário”, ou seja, é uma narrativa que – mesmo vinculada à realidade dos fatos acontecidos – merece um apurado exame quanto às técnicas de narração, uma vez que escapam do simplório texto de jornal e por isso permanecem num espaço temporal de longa duração. Como gênero híbrido que transita entre o relato jornalístico e a literatura, *O grande massacre* (1957) termina também se preocupando em refletir sobre suas categorias e os rumos estético de sua narrativa.

O escritor, por meio de sua obra, tenta trazer a voz daqueles que tentaram ser calados “em uma noite fria de junho de 1956”. O Estado Argentino contra os personagens da “Operação Massacre”.

O cognitivo e sua construção narrativa: em meio ao múltiplo e ao singular

Para se chegar a esses fundamentos, é preciso demonstrar que o resultado obtido pela ciência da história, isto é, o conhecimento histórico, é um modo particular de um processo genérico e elementar do pensamento humano. Para tanto, é necessário extrair do produto cognitivo especificamente histórico tudo o que for próprio à sua particularidade científica; com isso, impor-se-á ao olhar o que nele houver de genérico e elementar. Como resultado desse processo abstrativo, que devem conduzir os fundamentos da ciência da história, obtém-se, como grandeza genérica e elementar do pensamento histórico, a consciência histórica: todo pensamento histórico, em quaisquer de suas variantes – o que inclui a ciência histórica -, é uma articulação da consciência histórica. A consciência histórica é a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária. (RÜSEN, Jörn. 2001, P. 56)

Como infere o filósofo Ch. S. Peirce nos dizeres de Sara Barrena, o processo cognitivo se faz através de três esferas: abdução, indução e dedução, sendo que uma dessas, a dedução, não é em si necessária para o resultado, justamente por esse produto não ter fim nele mesmo. Podemos entender então, que o conhecimento tem como elementos além das três pontuações já citadas, a subjetividade e a experiência como elementos constitutivos de um ser. Sendo assim, podemos perceber a permissividade para com a criatividade, mas lembrando, que o conhecimento vai além do ser em si mesmo.

El musement no se reduce al estudio científico o al análisis lógico y se precisamente em esa no reducción a La lógica donde Peirce cifra las posibilidades mucho más amplias que ofrece. Se trata de un estado mental de especulación libre, sin límites de ninguna clase, em El cual La mente juega con las ideas y puede dialogar con lo que percibe: un diálogo hecho no solo de palabras sino también con imágenes, em El que La imaginación juega in papel esencial. (BARRENA, Sara, 2007. P. 82-8).

Jörn Rüsen, em seu livro: Razão Histórica, nos mostra também as possibilidades do subjetivo interferindo na construção histórica, já que as experiências são vividas em nossos cotidianos. É claro, que devemos salientar que a visão de um historiador vai além de si e do mundo a sua volta, contando com a narrativa que cria uma conexão entre passado, presente e futuro, trazendo assim a diferenciação do contexto discursivo mediante ao que ele chama de consciência histórica. O pensamento

histórico, assim, se entrelaça com o processo cognitivo do historiador, mas aqui, nas obras: *Diário de uma busca*, *O grande massacre e Persépolis*, encontraram autores que trabalham a relativização¹⁴ entre real e irreal, por tanto, o caráter exigido da História não se faz necessário, quando entendemos a liberdade que uma obra literária tem em relação a uma historiográfica, no caso dessas narrativas. Mas devemos compreender que o processo que nos importa, relacionado ao constructo do cognitivo, vai além das regras limítrofes.

Assim, todo acontecimento cognitivo necessita da conjunção de processos energéticos, elétricos, químicos, fisiológicos, cerebrais, existenciais, psicológicos, culturais, linguísticos, lógicos, ideais, individuais, coletivos, pessoais, transpessoais e impessoais, que se encaixam uns nos outros. O conhecimento é, portanto, um fenômeno multidimensional, de maneira inseparável, simultaneamente físico, biológico, cerebral, mental, psicológico, cultural, social. (MORIN, Edgar, 2011, p. 18).

As três obras aqui trabalhadas, são o resultado de um processo cognitivo dispare mediante as experiências referentes a uma mesma temática, mas vividas de formas diferentes. Com isso, podemos analisar, que duas narrativas: *Diário de uma busca* de Flávia Castro (Brasil, 2012) e *Persépolis* de Marjane Satrapi (2007) são do estilo autobiográficas e *O grande massacre do Rodolfo Walsh* (1957), é a narrativa de vozes caladas pela ditadura Argentina, na qual, o próprio autor acaba se tornando um infeliz personagem do regime o qual investigara e combatia com as letras.

Para elucidar melhor a análise narrativa aqui proposta, podemos ter como auxílio a definição de autoficção por Luciene Azevedo: “eludir a presença do autobiográfico na ficção e tornar híbridas a fronteiras entre o real e o ficcional”(2008, p.31). A autoficção então se torna um artifício narrativo para que se possa chegar ao entre lugar do real e do ficcional, onde histórias possam se encontrar em meio a criatividade subjetiva e a vida concreta dos fatos transcritos: “Um jogo de esconde-esconde que alude a uma visibilidade enganadora investindo na impossibilidade de confirmar se tudo (ou quase nada?), afinal, é verdade ou não.”(AZEVEDO, Luciene. 2008, p.34).

Assim, entendemos que a incorporação do autobiográfico é uma estratégia para eludir a própria autobiografia e tornar híbridas as fronteiras entre o real e o ficcional, colocando no centro das discussões novamente a possibilidade do retorno do autor, não mais como instância capaz de controlar o dito, mas

¹⁴ Conceito utilizado para negar caráter absoluto, demonstrar o reconhecimento diante ao estranho, ao outro. 77

como referência fundamental para performar a própria imagem de si. (idem, P. 34).

Assim, a compreensão do hibridismo se conecta com a construção do cognitivo, que é um processo singular em cada, tornando-o múltiplo pela existência da singularidade. É como Foucault fala sobre a fragmentação da verdade, encontramos nessas obras, um fractal cognitivo no qual a maneira de expressão é singular quando se trata do autor, por serem: experiências, subjetividades, investigações, memória, lacunas e uma história de dentro para fora, como no caso do documentário e do romance gráfico aqui usados como fonte, mas, variada quando recepcionada pelo público. O autor é singular em meio ao seu processo de conhecimento, pois há a questão da vivência como ser, e esse viver são específicos de cada pessoa, mas, ao tornar um produto dessa experiência público, acaba por despertar a diversidade de interpretações e sentimentos diante do espectador/leitor com a obra. Temos que enxergar também, o poder que as narrativas possuem, como mesmo nos mostra: Keith Jenkins (2011), em seu texto. “O que é história”, que nos aponta mais do que “o para quem a história é feita”, mas sim, “o por quem a história é feita”. Saber que as intencionalidades não estão apenas em discursos historiográficos autorizados, mas também, na literatura, cinema e até mesmo no artifício: real e irreal é entender a motivação por qual foi feita a construção do conhecimento que foi publicizado.

Contudo, fica notória a pluralidade cognitiva existente entre obras. Os elementos que fundam o conhecimento são múltiplos entre os autores, mas singulares nas perspectivas do cotidiano vivenciado por cada um. Essa construção do saber advinda da interpretação do vivenciado por cada um, acaba inferindo dentro de suas obras, assim mostrando o subjetivo agindo, mas também, há indicativos de fatos para além do singular, como em *O grande massacre* do Rodolfo Walsh, que não é uma autobiografia, mas sim a história dos outros que por fim, passa a ser a dele, quando o autor desaparece, encerrando a sua narrativa de vida e se tornando um personagem da história que contava.

Ficção e não ficção: até onde a História pode chegar?

É verdade que o historiador não pode inventar seus fatos ou referentes, ao passo que o escritor ‘literário’ pode, e nisso o segundo goza de maior liberdade para explorar relações. Em outros níveis, contudo, os historiadores fazem uso de ficções heurísticas e modelos, a fim de orientarem suas

pesquisas sobre fatos, e a questão que tentei levantar é se eles, em seu intercâmbio com o passado, limitam-se relatar e analisar fatos. (LA CAPRA apud LACERDA, Sônia. 1994. P. 33).

Há uma problemática clara quando falamos de historiografia enquanto as fontes utilizadas para poder tornar a escrita autorizada. Regras e uma ética precisam ser respeitadas quando falamos na descrição de fatos históricos, juntamente por conta dos historiadores não poderem possuir a liberdade lúdica que a literatura possui. Mas, a forma narrativa menos densa com a qual os literários desenvolvem seus contos, poderia ser uma exemplificação a qual a construção historiográfica poderia “beber”. Sabemos que por vezes esse discurso efetuado de forma mais densa, não desperto o interesse de outros que não sejam nossos pares, e isso ainda é um problema na estética dos textos históricos.

É provável que os historiadores possam aprender algo, a partir das técnicas narrativas do romancistas como Tolstoi e Shimazaki Toson, mas não o bastante para resolver todos os seus problemas literários. Pois os historiadores não são livres para inventar seus personagens, ou mesmo as palavras e os pensamentos de seus personagens, além de ser improvável que sejam capazes de condensar os problemas de uma época na narrativa sobre uma família, como frequentemente o fizeram os romancistas. (BURKE, Peter. 1992. P. 340).

O discurso historiográfico não pode contar com a ficção para ser feito, mas isso não quer dizer que não pode utilizar de fontes ficcionais para serem realizados, parece contraditório, mas tudo depende da inserção ética e das regras mediante a utilização de fontes ficcionais. Como mesmo diz *Jörn Rüsen*, a diferença é a propriedade analítica que você vai dar a seu objeto, no caso, a utilização da consciência histórica por um agente histórico sabendo traçar a intenção e experiência em uma forma racional através da interpretação do passado, compreensão do presente e expectativa do futuro, assim fazendo com que seu produto, assim como você mesmo, não se percam no tempo e no espaço. Logo, a autoficção possui uma motivação para ali estar, e lançar as perguntas certas juntamente com o método adequado e a postura verossímil do historiador, faz sim possível um romance se tornar um referente.

Quando no romance se imita o discurso antropológico ou historiográfico, está-se diante de um duplo discurso: o ficcionalmente verdadeiro do autor e o verdadeiro ficcional do discurso historiográfico ou antropológico imitado. Dessa maneira, a questão da verdade na ficção se apresenta quando se imita um discurso cuja própria natureza implica o enquadramento na convenção da veracidade. Tal é, por exemplo, o caso da imitação do discurso antropológico ou historiográfico. (MIGNOLO, Walter. 1993, P. 123).

A recepção é um fundamento importante para qualquer tipo de narrativa, seja ela verossímil ou fictícia. As relações entre dados e elementos narrativos se encontram nas narrativas literárias e históricas, assim podemos ver semelhanças em distintas intencionalidades e fundamentações de linguagens propostas. O significado atribuído pelo leitor referente a uma obra é uma atribuição de sentidos que o autor não tem o controle sobre. Assim, podemos lembrar-nos de um ponto frisado aqui, nesse trabalho, a subjetividade, que recai justamente sobre o ponto de vista ao qual uma obra é submetida aos seus espectadores. O autor pode ter um significado direto de sua obra, mas será que todos vão possuir a mesma interpretação de quem escreveu?

Enquanto ficção, tanto a narrativa literária quanto histórica pressupõem uma ordenação do real e a busca da coerência através de uma correlação de elementos e do estabelecimento de relação entre os dados. Esta coerência fictiva depende de uma possibilidade de construção de sentido articulada no momento da escritura do texto, mas que deverá também ser reconstruída pelo leitor. Portanto, a construção da coerência narrativa deverá fazer sentido através da leitura. Pode-se, com isso, dizer que a contemporaneidade de um texto, literário ou histórico, se dá na medida em que a sua coerência ficcional é resgatada através da significância que lhe é atribuída pelo leitor. (LEENHARDT, Jacques, PESAVENTO, Sandra Jathay. 1997, P. 12)

Em suma, ficção ou não ficção, o importante é a visão que será dada aquela obra. Podemos compreender que fontes ficcionais se adéquam como narrativas que podem ser sim utilizadas para uma análise de historiadores, a questão é, a maneira como se trata a fonte, nesse caso, um exemplo, seria a consciência histórica de *Rüsen*. Indagar as três fontes aqui escolhidas, é investigar os seus processos cognitivos, entender suas intencionalidades enquanto discursos de um tempo sem perder a conectividade narrativa entre passado, presente e futuro, é entender o hibridismo como um artifício narrativo, é perceber os livros, ou o documentário, para além das obras e de seus autores; é ter a sensibilidade intuitiva de ver nos vestígios em cada lacuna ou preenchimento espacial e temporal entendendo as experiências e não excluindo a subjetividade, pois faz parte da operação da vida cotidiana.

Fontes:

CASTRO, Flávia. *Diário de uma busca*. Brasil/ França. Produtores: Les films du Poisson, Tambellini Filmes e Flávia Castro. Distribuição: VideoFilmes, 104min, cor, 2010.

WALSH, Rodolfo. *Operação massacre*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SATRAPI, Marjane. *Persépolis*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Luciene Almeida de. *Autoficção e literatura contemporânea*, Revista Brasileira de Literatura Comparada. São Paulo, n.12, p.31-49, 2008.

BARRENA, Sara. *La Razón Creativa. Crecimiento y finalidad Del ser humano según C. S. Peirce*. Rialp, Madrid, 2007.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7º Ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

COUTINHO, Eduardo. *Edifício Master*. Brasil. Produção: João Moreira Salles e Maurício Andrade Ramos. Distribuição: Riofilmes. 110 min. cor. 2002.

GOFF, Jacques Le. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 1990.

GOMES, Salatiel Ribeiro. *Cinema e História, Comoção e Melancolia: Memórias da Última Ditadura Militar no Cinema Argentino (1985-2011)*. Tese para obter título de doutorado, UnB, 2014.

JENKINS, Keith. "O que é história" In: *A História Repensada*. Contexto: 2001.

LACERDA, Sônia. *História no Plural*. Org SWAIN, Tânia Navarro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jathay (orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp, 1997.

LINS, Consuelo. *O documentário de Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

Michel Foucault e os Estudos Culturais. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.1.htm>. Visitado em: 17 de outubro de 2015, às 14h.

MIGNOLO, Walter. *Lógica das diferenças e política das semelhanças: da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa*. In: CHIAPPINI, Lígia; Aguiar, Flavio wolf de (orgs.) *LiTeratura e História na América Latina*. SP: EDUSP, 1993.

MORIN, Edgar. *O método 3: conhecimento do conhecimento*. / Edgar Morin; tradução Juremir Machado da Silva. 4ed. — Porto Alegre: Sulina, 2011

PERSÉPOLIS. França, Studio d'Animation Perseprod, 2007. Direção e roteiro de Marjane Satrapi e Vincent Paronnaud. 95 min.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Fundamentos da ciência Histórica*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Org. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 9º Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SPIEGELMAN, Art. Maus: A história de um sobrevivente. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

Teorias da comunicação: trajetórias investigativas. Org. MARCUS, Giovandro; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C; MORAIS, Osvando J. de. Porto Alegre, EdIPUCRS, 2010.

O USO DO LSD COMO PROJEÇÃO DE UTOPIAS

Isabella Ferreira Viana Ribeiro¹⁵
UEG-Graduação

Resumo: O homem imaginou, ao longo da história, uma série de alternativas à sua realidade. A criação de paraísos terrestres ou utopias foram intensificados no contexto das grandes navegações e dominaram a mentalidade dos homens que se lançavam ao mar em busca do desconhecido, porém imaginado (cogitado). Baseando-se nas perspectivas de Reinhart Koselleck acerca da temporalização da utopia, em que ocorre um direcionamento desta ao plano futurístico após o fim dos “descobrimientos”, podemos associar a criação dessas realidades alternativas ao uso do LSD na contemporaneidade, pois, como não há mais o que se desbravar no plano terrestre, só lhe resta fazê-lo através do uso da mente. O uso de drogas alucinógenas ativa as percepções do homem a ponto de transportá-lo a realidades distintas. Esse transporte pode ser verificado a partir das experiências de entusiastas como Timothy Leary com seus *Flashbacks* e Aldous Huxley em *Céu e Inferno*. Pretende-se com essa associação, mostrar que a história também pode ser feita de realidades alternativas.

Palavras-Chave: História – Utopia – LSD

“Quanto mais do mundo vi, menos pude moldar-me à sua maneira”.
Jean-Jacques Rousseau

Introdução: das caravelas às drogas

O homem sempre construiu suas próprias ideias acerca do desconhecido. A crença num paraíso, repleto de maravilhas, é algo que acompanhou povos de várias civilizações em lugares e tempos distintos. Muitos homens, acreditando na existência desses lugares paradisíacos, empreenderam grandes viagens marítimas em terras longínquas e desconhecidas, com a finalidade de desbravá-las, confirmando ou – na maioria dos casos – frustrando suas crenças anteriores. *O Livro das Maravilhas*, de Marco Polo, narrado no século XIII norteou o imaginário de homens como Cristóvão Colombo durante a época dos descobrimientos.

¹⁵ Graduanda do 3º ano de História pela Universidade Estadual de Goiás, campus Formosa. Bolsista do PIBID/Capes desde março de 2015. Voluntária em projeto de pesquisa intitulado “Narrativas de herói: Viagens maravilhosas, deslumbramento e esquecimento” sob coordenação do professor Juliano de Almeida Pirajá desde agosto de 2015.

O desejo de deparar-se com o outro era marcado, também, pelo medo do desconhecido. O homem europeu (cristão) da era das navegações tinha suas crenças firmadas tanto nos textos bíblicos quanto na cultura greco-romana e grande parte daquilo que acreditava foi desconstruído com a confirmação da existência de seres antípodas.

O encontro dessas terras impensadas desabou como um vendaval sobre o edifício cosmológico e antropológico da sociedade medieval. Dois problemas sacudiram imediatamente as colunas de sustentação da antiga concepção medieval a respeito do mundo e da história, do tempo e do espaço, como assinala O’Gormann: os temas da extensão do *orbis terrarum* e da existência dos seres antípodas (BARBOSA FILHO, 2000, p. 279).

A existência de seres antípodas sustentada pelos gregos, principalmente pelo pensamento aristotélico, fora abandonada durante os primeiros séculos do cristianismo, quando prevalecia a influência de Santo Agostinho que “negava com veemência a existência destes seres que os gregos aceitavam com tranquilidade” (Ibidem, p. 280). Mas, a partir do século XIV, os textos da antiguidade voltaram a ter influência, e parte do pensamento aristotélico sobre o *órbis* é retomado. A existência de seres antípodas era associada às regiões orientais, mas desconsiderava-se a hipótese de existirem outras extensões terrestres além das já conhecidas. O contato com o Novo Mundo promoveu umareviravolta no imaginário europeu e, fez-se necessário reformular das antigas concepções sobre o mundo. A ideia de soberania da Europa sobre os demais povos foi utilizada para conceder a legitimação da conquista e da colonização das novas terras.

Considerando os acontecimentos que sucederam o contato com os antípodas, podemos constatar que estes seres desconhecidos, porém tranquilos e exóticos, que antes dominavam o imaginário europeu, foram inferiorizados e, se não fossem ocidentalizados seriam extirpados. Tzvetan Todorov, ao estudar a conquista dos povos ameríndios pelos espanhóis percebe que sua destruição se deu como consequência da ausência “de um reconhecimento pleno do outro como sujeito” (2010, p. 190).

Com o estrondoso avanço capitalista dos séculos subsequentes à “descoberta” da América, podemos dizer que o plano europeu de ocidentalizar o mundo foi eficaz. Essa unificação fez com que as diferenças entre etnias fossem praticamente extintas, pois, “as viagens de exploração dos europeus já haviam descoberto praticamente tudo no século XVIII. “Quase nenhum trecho entre terra e mar havia permanecido inexplorado na finitude da superfície do nosso globo” (KOSELLECK, 2014, pp 123-

124). Destarte, os antípodas foram relegados ao inconsciente, mas, ainda como o “outro” a ser encontrado. O caráter fantástico e paradisíaco que dominou o imaginário do homem em relação aos antípodas fora abandonado em prol da negação do outro.

Pode-se considerar os movimentos de contracultura da década de 60 como uma tentativa de resgatar o “outro” perdido pela modernidade. A época é marcada pelo consumo de drogas alucinógenas, principalmente o LSD, utilizado com vias a produzir contato com realidades paralelas à comum, ou seja, os paraísos antípodas. Os entusiastas dessas drogas alegavam que a mente humana podia ser expandida com os alucinógenos e, progressivamente os efeitos fariam parte das percepções, sem precisar recorrer as drogas novamente.

A dificuldade de encontrar conscientemente esses seres guardados na mente é compensada pelo uso de drogas como o LSD. “Há pessoas que jamais descobrem, conscientemente, seus antípodas. Outras podem lá chegar por acaso”. Ao escrever sobre os efeitos provocados pela ingestão de drogas como o LSD – e o faz a partir de experiências próprias –, Aldous Huxley dirá que há duas formas eficazes de reencontrar os antípodas na mente: a hipnose e o uso de drogas como o ácido lisérgico. Porém, “a droga possui maior alcance e leva seus passageiros até mais longe, no interior da terra incógnita” (HUXLEY, 2002, p. 37).

LSD: a droga que abalou o sistema¹⁶

O uso de drogas com fins ritualísticos sempre foi comum entre as antigas religiões pagãs da Europa e o mesmo podemos verificar entre as tribos ameríndias. Alguns achados arqueológicos na região mesoamericana, que traziam estatuetas em formato de cogumelos, revelam que a ingestão de substâncias alucinógenas fazia parte das tradições maia e asteca. Outra droga comum entre esses povos é a mescalina¹⁷ e seu consumo ainda faz parte da tradição de índios mexicanos e seus descendentes. Carlos

¹⁶ Frase inspirada no título de umas das obras de Timothy Leary sobre a droga: *Flashbacks LSD: A experiência que Abalou o Sistema*.

¹⁷ Segundo Albert Hofmann os efeitos do LSD coincidiam com os deste alcaloide. “Mescalina é um componente psicoativo extraído de um cacto mexicano chamado *Lophophora williamsii* (syn. *Anhalonium lewinii*). Este cacto era usado por índios americanos desde tempos pré-colombianos. Ainda hoje é usado como uma droga sagrada em cerimônias religiosas. Na sua monografia *Fantástica* (Verlag Georg Stilke, Berlin, 1924), L. Lewin descreveu amplamente a história desta droga, chamada peyot pelos astecas. O alcalóide da mescalina foi isolado do cacto por A. Heffter em 1896, e em 1919 foi elucidada sua estrutura química e foi produzido sinteticamente por E. Spath” (1980, p. 23).

Castaneda fez um importante relato desta prática no livro *A Erva do Diabo*, em que relata as alterações mentais que obteve ao usar três substâncias distintas: mescalina; um fumo extraído de cogumelos; e *yerba del diablo*. Todas elas são nativas do deserto mexicano. Sua iniciação, segundo relata, ocorreu por intermédio de um *brujo*.

Don Juan utilizava, separadamente e em ocasiões diferentes, três plantas alucinógenas: o peiote (*Lophophora williamsii*), a datura (*Datura inóxia* syn. *D. meteloides*) e um cogumelo (possivelmente *Psilocybe mexicana*). Desde antes de seu contato com os europeus, os índios americanos já conheciam as propriedades alucinógenas dessas três plantas. Devido suas propriedades, elas têm sido vastamente empregadas para o prazer, para curas, para a feitiçaria e para atingir um estado de êxtase (CASTANEDA, 1995, p. 24).

A mescalina foi a primeira droga a ser sintetizada e ficou disponível para estudos realizados em animais e em seres humanos. Depois dela outras substâncias alucinógenas passaram a ser experimentadas com fins psiquiátricos em laboratórios na Europa e nos Estados Unidos. Esses cientistas buscavam comprovar a eficácia dessas drogas em pacientes com problemas comportamentais.

Na década de 1930 já eram comuns os estudos com o ácido lisérgico encontrado na Cravagem do Centeio. Albert Hofmann, um químico suíço que trabalhava nos laboratórios Sandoz descobre uma nova combinação do ácido. “Em 1938 eu produzi a vigésima-quinta substância desta série de derivados do ácido lisérgico: ácido lisérgico diethylamide, abreviado LSD-25 (*Lyserg-saure-diethylamid*) para uso laboratorial” (HOFMANN, p. 9). Num primeiro momento a substância não desperta o interesse do químico que só voltará a buscá-lo em 1943. Neste ano, acidentalmente, Hofmann entra em contato com a droga e seus efeitos surpreendentes fazem com que comece e estuda-la.

Sexta-feira passada, 16 de abril de 1943, fui forçado a interromper meu trabalho no laboratório, no meio da tarde e retornei a minha casa afetado por uma inquietude notável, combinada com uma leve vertigem. Em casa eu me deitei e afundei numa condição não desagradável de um tipo de intoxicação, caracterizada pela uma imaginação extremamente estimulada. Num estado como que em sonho, com os olhos fechados, eu achei a luz do dia desagradavelmente brilhante, eu percebia um fluxo ininterrupto de quadros fantásticos, formas extraordinárias com um intenso caleidoscópico jogo de cores. Depois de umas duas horas esta condição diminuiu (HOFMANN, 1980, p. 10).

Após ele, outros psiquiatras passam a estudar o composto e existia grande otimismo em relação ao uso regulado da droga, do contrário, poderia ser nocivo, já que se tratava de uma substância muito mais potente do que os alucinógenos antes testados.

Albert Hofmman confessa que o LSD lhe proporcionou “a mesma felicidade e satisfação que qualquer químico farmacêutico sentiria em saber que uma substância que ele produziu poderia resultar possivelmente no desenvolvimento de um valioso medicamento” (Ibidem, p. 28). Contudo, ele recrimina o uso recreativo da droga, que será difundido a partir dos anos 50.

Como cientista, ele temia pelo uso indiscriminado da substância, algo que seria prejudicial às intenções de utiliza-la com fins medicinais (o que de fato ocorre, já que seu consumo é proibido durante seu apogeu na década de 1960). Seus temores não ignoram a dimensão política que passa a envolver o consumo de LSD neste período. O que no início era usado como experimento médico, passa a ganhar significado místico pelos primeiros artistas e intelectuais que o conheceram e depois ganha uma dimensão providencial para toda uma geração.

A existência do LSD foi considerada, até mesmo pelos entusiastas da droga, como uma coincidência predestinada - teve que ser descoberta precisamente neste momento para trazer ajuda para as pessoas que sofrem sob as condições modernas. Não é surpreendente que o LSD entrou primeiro em circulação como uma droga inebriante nos Estados Unidos, o país no qual a industrialização, a urbanização e a mecanização até mesmo da agricultura, estão amplamente avançados. Estes são os mesmos fatores que conduziram à origem e ao crescimento do movimento dos hippies que se desenvolveu simultaneamente com a onda do LSD. Os dois não podem ser dissociados. Seria conveniente investigar até que ponto o consumo de drogas psicodélicas motivou o movimento hippie e vice versa (Ibidem, p. 29).

Essa dimensão política do uso do LSD foi altamente influenciada pelas experiências de um professor de psicologia comportamental. Timothy Leary embarcou no início da década de 1960 nos estudos com drogas alucinógenas feitos por uma equipe do Departamento de Psicologia de Harvard. Os primeiros testes foram com a psilocibina¹⁸, depois, a partir do contato com os laboratórios Sandoz, tiveram acesso ao LSD. Essas drogas eram experimentadas em estudantes de pós-graduação e em presos da Penitenciária Estadual de Concórdia. Timothy se interessara pelo assunto quando experimentou cogumelos alucinógenos no verão de 1960 em Cuernavaca, México. No início das pesquisas usava psilocibina, mas relutou em tomar LSD até 1962, quando conhece o médico Michael Hollingshead¹⁹. Ficou fascinado pelos efeitos reveladores do

¹⁸ Enteógeno presente num cogumelo alucinógeno e usado na medicina asteca. Era por eles definido como “carne dos deuses”. Seu consumo foi bastante difundido na década de 60.

¹⁹ Era um médico de Nova York que testava LSD em aranhas. Ele e seu colega tomaram uma grande quantidade da droga ao lamberem a colher em que misturavam a substância com açúcar para atrair as

lisérgico. “Minhas sessões psicodélicas anteriores tinham aberto a minha consciência sensorial, forçado a expansão da minha consciência até as minhas membranas” (Leary, 1999, p. 150), mas o LSD era diferente da psilocibina e dos outros alucinógenos, ele fazia com que o mundo real parecesse ilusório, revelava seu caráter superficial.

Nunca me esqueci dessa sessão e também nunca pude voltar a vida que tinha antes dela. Nunca me recuperei daquele confronto ontológico. Nunca mais fui capaz de levar tão a sério a minha mente, o mundo social à minha volta ou eu mesmo. Desde aquele tempo, tenho a consciência aguda de que tudo o que percebo e sinto, tudo o que está dentro de mim ou ao meu redor é uma criação da minha consciência. Todo mundo vive dentro de um casulo neural exclusivo de realidade. Desde aquele dia, nunca mais deixei de me sentir como um ator, cercado de personagens, representações, cenários para a tragicomédia que está sendo escrita em meu cérebro (Ibidem, p. 151).

Ao se depararem com os efeitos do LSD, Timothy e seus colegas de pesquisa decidem mudar o foco da psilocibina para o ácido lisérgico, porém enfrentam problemas de aceitação por parte dos professores conservadores. “A introdução do LSD não poderia ter ocorrido num momento mais delicado de nosso balé político com os administradores de Harvard”. Os resultados das pesquisas com psilocibina e as percepções oferecidas pelo LSD, indicavam que os alucinógenos poderiam ter êxito no tratamento de transtornos comportamentais, mas antes de prosseguir seria necessário mudar as crenças e métodos dos mais conservadores. “A ideia de que as drogas podiam fazer o que as terapias convencionais não conseguiam era insuportável” (Ibidem, p. 152).

Havia um jogo político entorno dessas pesquisas com alucinógenos e Leary sabia que a psicanálise estava rodeada por interesses dos dominantes. Soube que o governo desenvolvia pesquisas com o LSD para utiliza-lo como instrumento de perturbação das mentes de possíveis adversários (lê-se comunistas). Num período em que impera o temor da guerra, o uso do LSD torna-se um tabu. Afinal, a substância representava ou não um risco à sociedade?

Timothy Leary abraçara a missão de democratizar a droga. Demitiu-se de Harvard em 1963 e fundou no México um hotel para realizar experiências com LSD

aranhas. “Como não sabiam nada sobre a dosagem para seres humanos, não sabiam que haviam absorvido cerca de cem vezes mais LSD do que qualquer indivíduo na história registrada da farmacologia” (LEARY, 1999, p. 148). Após esse episódio torna-se um grande entusiasta da droga.

para quem quisesse expandir sua mente – e pudesse pagar pela estadia²⁰. Apesar de durar pouquíssimo tempo, o hotel atraiu muitos viajantes e proporcionava uma interação positiva entre os participantes da experiência psicodélica que perduraria para além do momento do uso do LSD. Leary confessa que o início dessa experiência tinha ares de utopia.

Demonstrávamos, novamente, que o autoconhecimento poderia ser prazeroso, que a filosofia poderia ser divertida, que a ciência poderia ser um amor pagão pela vida, que a revelação poderia ser deleitosa. Estávamos incubando o espírito positivo dos anos 60 (Ibidem, p. 180).

Timothy Leary se torna o “guru” do LSD por essa perspectiva de democratização da droga. E a contracultura mostra que ela foi possível. Principalmente em fins da década de 60, percebemos um grande fluxo de artistas que se tornam entusiastas do LSD. Bandas como Jefferson Airplane cantavam hinos à psicodelia e instigavam seus ouvintes a “alimentarem” suas mentes. O cartunista Robert Crumb em sua autobiografia intitulada *Minha Vida* faz várias referências à droga e conta sobre suas próprias experiências psicodélicas. Ele mesmo se torna um grande símbolo da contracultura, chegando a desenhar capas de discos para artistas como Janis Joplin.



Figura 1: Primeira experiência de Crumb com LSD (CRUMB, 2010, p. 53).

²⁰ O que era relativamente barato, segundo um dos interessados no negócio. Um agente federal mexicano que ofereceu a Timothy a proposta de levar o hotel para o estado que seu irmão governava. Para ele, 300 dólares ao mês era injusto. “Cobramos o preço médio de um hotel de Acapulco: dois mil dólares ao mês”. O negócio não deu certo, Timothy foi proibido de mantê-lo em qualquer território mexicano (LEARY, 1999, p. 218).

O resgate das utopias

No século XV, com o início das grandes navegações, o imaginário entorno de terras paradisíacas intensificou-se. Existia um mundo novo a ser desbravado e os europeus eram os protagonistas desse enredo. Thomas Morus torna-se pioneiro com a obra intitulada *AUtopia*, que servirá de inspiração para outras do mesmo período.

Ao fazer a temporalização da utopia, Koselleck aponta para o caráter transitório desse tipo de projeção. Com o passar do tempo, após desbravar todos os espaços imagináveis sobre a superfície da terra, só resta ao homem direcionar suas projeções utópicas para o plano futurístico. “As possibilidades espaciais de situar as utopias na finitude da superfície da nossa Terra haviam se esgotado. Os espaços utópicos haviam sido ultrapassados pela experiência”. Mas, direcionando tais projeções para o futuro excluía-se qualquer tipo de verificabilidade: “o futuro não pode ser observado nem verificado, não pode ser alcançado pela experiência” (KOSELLECK, 2014, p. 124), pois, além de direcionar a utopia a outro tempo ela perde sua característica espacial. Agora ela só existe na mente do autor que a cria.

Mesmo com essas alterações espaciais e temporais na utopia, num primeiro momento, precisamente até o século XIX quase todas elas tinham caráter positivo. Com a chegada do XX e os resultados desastrosos do imperialismo europeu percebe-se uma declinação do caráter positivo dessas utopias. Começam a surgir perspectivas distópicas de mundo, ou seja, imaginava-se um péssimo futuro para a humanidade. O homem contemporâneo começa a perder a fé nos velhos ideais de progresso e de evolução da humanidade. A teoria darwiniana passa a ser contestada. Que civilização é essa que direcionou o homem ao caminho de guerras tão devastadoras com armas tão sanguinárias? A própria história passa a contestar seus velhos ideais positivistas.

Já não é possível nenhuma ingenuidade quanto à exaltação do progresso contínuo da liberdade e da lucidez humana. O humanismo no sentido do homem dono de seu destino, do homem perfectível a marchar em linha reta para a perfeição, não tem mais sentido. [...] Para toda uma geração, a esperança revolucionária, chocando-se com as forças da opressão, é reduzida à condição de mitologia, de fantasia, sendo confinada, recalcada como mito do século XIX. Essas grandes passagens professadas pelos intelectuais, em última análise, sofrem uma erosão irreversível numa sociedade ocidental que já não se pensa como pertencente a uma história “quente”, mas parece remeter-se às sociedades primitivas para privilegiar uma relação “fria” com uma temporalidade pregada ao chão, na imobilidade (DOSSE, 2001, p. 176).

Dentro deste contexto pessimista fala-se de uma história esmigalhada e até mesmo em um possível fim da história. Jacques Rancière dirá que “o ‘fim’ é o anunciado mais banal de nosso tempo” (1995, p. 228) e apontará para o que chama de “existências inexistentes” para definir solidariedades entre utopias. Ele aponta para as duas visões clássicas de fim da história. A primeira seria o “triunfo planetário da democracia” popularizado pela perspectiva de Fukuyama. Esta é uma versão positiva que se opõe a versão realista em que “o fim não é a realização do fim, mas, ao contrário, ausentamento radical de todo fim, de todo *telos* da história” (Ibidem, p. 235), onde as políticas revelam sua verdadeira face, ou seja, mostram que na verdade inexistiam enquanto força representativa igualitária.

Destarte, o mundo contemporâneo é marcado pela desilusão na história e na política. Durante a década de 1960, em que surgiu o movimento de contracultura, o mundo já havia visto duas grandes guerras mundiais e temia a eclosão de uma terceira. Alguns países já enfrentavam duras guerras civis marcadas pela influência de dois polos conflitantes: Estados Unidos e URSS. Ambos propunham projetos de mundo que mostravam-se fracassados e países como Angola, Cuba e Vietnã mostraram que a “Guerra Fria” foi explosiva em alguns lugares. Os projetos de mundo até então apresentados não serviam para aqueles que participavam do movimento de contracultura. Eles buscavam o que Todorov chamou de resgate da comunicação com o mundo.

Saídos do período colonial, sentimos confusamente a necessidade de revalorizar essa comunicação com o mundo; mas aqui também a paródia parece preceder a versão séria. Os hippies americanos dos anos 60, recusando-se a adotar o ideal de seu país, que bombardearam o Vietnã, tentaram reencontrar a vida do bom selvagem. Um pouco como os índios das descrições de Sepúlveda, eles queriam dispensar o dinheiro, esquecer os livros e a escrita, dar provas de indiferença em relação às roupas, e renunciar ao uso das máquinas, para fazer tudo com suas próprias mãos. Mas essas comunidades estavam evidentemente fadadas ao fracasso, já que aplicavam esses traços “primitivos” sobre uma mentalidade individualista perfeitamente moderna (TODOROV, 2010, p. 367).

O uso de LSD se torna então uma ferramenta para se tentar resgatar esse contato com o mundo – a natureza e suas emanações. É revestido de uma aura pagã que foi sufocada com a globalização que se inicia na era dos descobrimentos. Torna-se uma alternativa de resgate das utopias. O paraíso terrestre torna-se possível de se alcançar a partir da expansão da mente promovida pelo lisérgico.

Conclusão: LSD, uma droga de transporte

Em sua *Erva do Diabo* Carlos Castaneda afirma que as drogas alucinógenas são uma porta que nos “conduz por aquele momento no crepúsculo, por aquela fresta no universo que há entre o claro e o escuro, para um mundo que não é apenas diferente do nosso, mas também de uma ordem de realidades inteiramente diferente” (1995, p.13). Percebendo que existem realidades paralelas que podem ser buscadas pelo homem, podemos relativizar até mesmo o uso do termo “alucinógeno” para descrever essas substâncias que fazem o transporte, já que, ao usá-las o homem não estaria imerso em alucinações, mas sim, estabelecendo contato com uma realidade distinta, que não pode atingir em estado de sobriedade.

As experiências descritas por Huxley e Leary apontam para o caráter revelador do LSD. Ele se torna uma ferramenta de desbravamento do mundo em que se vive. Talvez por isso devêssemos chama-lo de “droga de transporte”. Na busca por paraísos terrestres, podemos comparar a droga ao navio utilizado para fazer a viagem; a mente é correspondente ao mar que se deve atravessar em busca do desconhecido. Portanto, use-se mecanismos diferentes para se atingir o mesmo fim: encontrar paraísos.

Pode-se dizer que a projeção de utopias, em ambos os casos, está no plano da mentalidade. No caso dos navegadores do velho mundo, a busca por paraísos terrestres era fruto de um vasto imaginário composto por referenciais bíblicos e greco-romanos; no caso dos participantes da contracultura da década de 1960, os antípodas estão guardados no subconsciente, podendo ser contatados através do uso do LSD.

Referências Bibliográficas

BARBOSA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

CASTANEDA, Carlos. *A Erva do Diabo*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

CRUMB, Robert. *Minha Vida*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2010.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

HOFMANN, Albert. *Minha criança problema*. 1980, p. 3. Disponível em: <https://cogumelosmagicos.org/comunidade/threads/albert-hofmann-lsd-minha-crian%C3%A7a-problema.3422/>. Acesso em 24/09/2015.

HUXLEY, Aldous. *As portas da percepção : Céu e Inferno*. São Paulo: Globo, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LEARY, Timothy Francis. *Flashbacks “surfando no caos”: uma autobiografia*. Tradução de Hélio de Melo. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

MEMÓRIAS DE UMA DIÁSPORA EM FLOR NEGRA

Leide Rozane Alves da Silva
Professora-UEG, Campus Fomosa-GO

Resumo: Em 1905, durante o período da Guerra Russo –Japonesa, a Coreia, antes da separação entre Norte e Sul, foi anexada pelo Japão como parte de seu território. Sem perspectivas, sem nação e sofrendo outras consequências da guerra, um grupo com mais de mil pessoas partiram em uma viagem marítima com destino ao México em busca de uma nova vida. Ao chegarem ao novo continente, descobriram que foram iludidos e todos foram vendidos como escravos para trabalhar em diversas *haciendas de sisal*. Após anos de trabalho degradante, os coreanos foram levados a lutar na Revolução Mexicana. Alguns conseguiram fugir para a Guatemala e lá fundaram uma “Nova Coreia”, em meio às ruínas da civilização maia. No ano de 2003, o autor Kim Young-Ha começou uma intensiva investigação na Coreia do Sul, partindo para o México e em seguida para a Guatemala. Com o apoio de documentos, diários, registros e contato com os descendentes dos imigrantes ele pôde compor a obra. O Romance é considerado de grande valor cultural e histórico na Coreia do Sul. Flor Negra é um romance que mescla fatos históricos, personagens reais e fictícios. É também sobre a ascensão e queda de impérios, e sobre os riscos envolvendo a procura pela liberdade num mundo novo.

Palavras-chave: Narrativa – Diáspora – Guerras

O livro Flor negra do autor Sul-Coreano Kim Young-Há narra o processo imigração de 1033 coreanos em direção ao México no ano 1905, em um navio inglês SS Ilford para fugir da guerra russo-japonesa que assolara a Ásia e conseqüentemente a Coreia. Ao chegarem ao seu destino, estas pessoas foram vendidas como escravas para trabalharem em *Haciendas de Sisal*. Esta parte da história e as pessoas que partiram foram esquecidas por muito tempo. Para a composição da narrativa, houve extensa pesquisa de quase dois anos em que Kim viajou da Coreia do Sul para o México e Guatemala para saber o que ocorreu, já que ele tomou conhecimento do fato através de um amigo e existiam pouquíssimos registros a respeito do assunto, como ele afirmou em entrevista cedida à Editora Geração, responsável pelo lançamento do romance no Brasil:

Levei uns dois anos conceituando, pesquisando e viajando ao México e Guatemala. Depois de ouvir aquela história do meu amigo diretor, visitei a península de Iucatã, no México; e Tikal, na Guatemala, para pesquisar e coletar os dados. Escrevi a introdução do romance em Antígua, Guatemala, e voltei para a Coreia para escrever o resto da história.

Ele encontrou documentos, diários, registros de portos e também nas fazendas para onde os imigrantes foram enviados entre outros registros encontrados na Coreia. Para a criação das personagens, foram utilizadas pessoas reais e fictícias, sendo que parte de suas vivências fossem recriadas devido a ausência de maiores detalhes em relação às pessoas:

Alguns personagens de Flor Negra tomei emprestado de outros documentos que tinha pesquisado, como os ex-membros da realeza da dinastia Chosun, eunucos e soldados licenciados. Mas nesses documentos estavam relatados somente seu nome e profissão; assim, foi necessário que eu recriasse todos os outros detalhes além daqueles que estavam descritos.

Kim contextualiza o leitor a respeito dos conflitos e datas em que eles ocorreram, o que torna um facilitador para o entendimento da narrativa, já que esses momentos são pouco ou nunca estudados no Ocidente. Também somos capazes de visualizar os costumes da época e como várias camadas sociais foram atingidas pela guerra. Como quando os nobres e até mesmo a família real não tinham dinheiro para se manter e eram obrigados a ostentar uma imagem de força e imponência que não mais existia, Young-Ha(2013, p. 21) “As concubinas do imperador eram obrigadas a remendar suas próprias roupas. Sua linhagem de sangue não lhes dava nada, mas lhes exigia muito- era uma maldição e uma honra.”

Para fugir deste quadro de miséria, nobres, família real, soldados, órfãos, ladrões, sacerdotes e famílias inteiras partem rumo ao México com a promessa de trabalho e moradia para se reestabelecerem. Durante a viagem, todas as camadas sociais viajaram juntas e sem regalias. Foi uma longa viagem em que duas pessoas faleceram e uma nasceu. Ao chegarem ao almejado destino, foram vendidos como escravos para trabalharem cortando e trançando sisal. A nova terra era muito diferente do que eles se imaginavam, era muito quente, as moradias eram improvisadas e a lhes foram entregue milho cru para sua alimentação, algo que eles não conheciam e não sabiam como utilizar. Muitos coreanos se mataram, devido ao sofrimento e a desonra ao qual estavam passando. O autor comenta sua própria impressão em relação ao país, ao visita-lo para suas pesquisas:

O México era um lugar parecido com um estrato geológico, onde estão sedimentadas as civilizações. Sobre os vestígios da civilização maia, as violências cometidas durante o período colonial e a transição para um país moderno estavam estratificados. O que era impressionante na península de Iucatã foi que não pude ver nenhum rio ou montanha grande. Já mencionei no meu trabalho que é impossível para os coreanos imaginar uma terra sem

rio ou montanha. Assim, somente depois que cheguei a Iucatã pude entender aquele sentimento desolador e perdido que os coreanos de 1905 devem ter sentido.

Anos depois, acontece a Revolução Mexicana, onde parte dos coreanos lutaram na revolução e outra parte fugiu para a Guatemala e lá, entre as ruínas Maias, fundaram um país, nova Coreia chamada *ShinDaeHan*. Foi uma tentativa frustrada de se sentirem em casa após anos de trabalho forçado e humilhações.

Ao concluir suas pesquisas, o autor descobriu que nenhum dos que foram ao México e a Guatemala voltaram para a Coreia novamente. Ele encontrou alguns descendentes que ainda estão por lá, mas que não conheciam suas origens e não mantinha nenhum costume tradicional da terra de seus avós. Muitos sequer sabiam de onde seus antepassados vinham. Em Mérida, no Yucatán, eles conheciam a palavra *Kimchi*, que é um prato popular coreano e comiam algo que se assemelha com o mesmo.

O livro recebeu o prêmio de Literatura Dong-in, dado à autores que suas obras tragam reconhecimento e agreguem valor a história da nação coreana. A recepção da obra no país foi excelente, tornando o livro um best-seller. Há grande encantamento na narrativa para os Coreanos em relação a América Latina, ao misterioso e mágico ao qual eles não estão acostumados. Para nós, no Ocidente a obra mostra como eram as pessoas e costumes de um país tão distante e tão diferente do nosso. O autor também falou um pouco a respeito da recepção da obra:

Este livro causou um grande efeito assim que foi publicado. Foi premiado por várias mídias como o “livro do ano”, e no ano seguinte recebeu o prestigiado Prêmio de Literatura Dong-in. A primeira razão é que o livro era diferente dos romances históricos publicados na Coreia até então. Foi natural a influência do realismo mágico, já que tratava o que aconteceu na América Latina. Parece que foi inédita também a estrutura tipo mosaico, sem um personagem principal ou herói/heroína. Pensei que a história fosse sobre as pessoas que desapareceram sem deixar nenhum vestígio, portanto era importante refletir sobre o tal aspecto na estrutura do livro. Acho que isso foi a originalidade que causou o interesse dos leitores coreanos. Depois, o livro foi publicado também na China, França, Alemanha e Estados Unidos.

A recepção do livro no Brasil foi dividida entre os que acharam brilhante e os que acharam a história longa e chata, desconsiderando o valor histórico do texto.

O nome do livro pode nos remeter a nossa história ancestral relacionada aos escravos africanos que vieram ao Brasil, mas em nada tem relação com isso. O nome foi

dado com duas proposições: Primeiro, a cor negra representa todas as classes social que partiram nessa viagem e também o impossível, uma flor que não existe assim como as promessas que foram feitas aos imigrantes que partiram em uma viagem sem volta a um país distante a procura de paz e felicidade.

Percebe-se que a literatura pode narrar fatos históricos e preservar imagem e pessoas que em algum momento foram esquecidas, como no caso da história em Flor negra, como mostrar outros pontos de vista de uma documentação histórica.

Referências Bibliográficas

Flor negra: Um romance sobre a imigração coreana no México/Kim Young-Há; Tradução do inglês Ana Carolina Mesquita. –1ª Ed. –São Paulo: Geração Editorial, 2013.

<http://geracaoeditorial.com.br/entrevista-com-kim-young-ha/> acessado em 17/10/2015.

ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA: ANÁLISE DA NARRATIVA EM *CIDADE LIVRE*

Raphael Martins Ribeiro
UEG – Anápolis, mestrando, CAPES

Resumo: Diante das relações entre História e Literatura e com o advento da História Cultural, as ligações entre estes campos do saber se aproximaram e deram abertura para novas interpretações e reflexões sobre a representação. Sem compreender a literatura como um tipo de produção que busca um “atestado” da verdade, mas considerando-a enquanto uma arte que pode fazer usos do passado dentro das temporalidades, espacialidades e subjetividades possíveis em suas produções, a proposta desta pesquisa é demonstrar como a análise da narrativa literária pode contribuir nos estudos que dialogam história e literatura. Para tal finalidade, será feita uma análise do livro *Cidade livre*, do escritor João Almino (2010), pensando em aspectos como narrador, personagem, construção do espaço e narrativa. Ao lidar com o uso da ficção para recuperar o que não ocorreu mas poderia ter acontecido em torno dos fatos históricos da construção de Brasília, João Almino traz subjetividades de personagens, numa narrativa que oscila entre presente e passado em lembranças assumidas como incompletas, características que foram analisadas pela perspectiva do romance histórico pós-moderno.

Palavras-chave: Literatura – História – Pós-moderno

A busca pelo estabelecimento da (s) diferença (s) entre história e literatura vem desde Aristóteles com sua *Poética*, na qual foi expresso um dos eixos seguidos durante muitos séculos tanto por escritores quanto por estudiosos e críticos. Para ele, a história estaria relacionada aos fatos que aconteceram, enquanto a literatura era associada ao que poderia acontecer diante desses casos, raciocínio sustentado pela noção de *mimesis*, na qual a arte imita a vida. Já na segunda metade do século XX, a escola de estudos estruturalistas, formada por intelectuais como Roland Barthes, Gerard Genette e T. Todorov, buscou um desligamento total entre a obra e seu contexto de produção e leitura. Nesta perspectiva, havia uma diferenciação entre história e discurso²¹, ao passo que este era reforçado através do conceito de informante²². A crítica contemporânea

²¹ “Ele (o texto literário) é história, no sentido em que evoca uma certa realidade, acontecimentos que teriam ocorrido, personagens que, deste ponto de vista, se confundem com os da vida real. [...] Mas a obra é, ao mesmo tempo, um discurso: existe um narrador que relata a história; há diante dele um leitor que a percebe.” (TODOROV, 1973: 220-221).

²² O informante (por exemplo, a idade precisa de uma personagem) serve para dar autenticidade à realidade do referente, para enraizar a ficção no real: é um operador realista e, neste sentido, possui uma funcionalidade incontestável, não no nível da história, mas no nível do discurso. (BARTHES, 1976: 36).

utiliza metodologicamente algumas dessas delimitações para abordar questões específicas, por exemplo, o contexto presente numa obra está para a história enquanto suas instâncias narrativas – enredo, personagem, narrador, tempo, espaço – estão para o discurso.

Entretanto, para análises de alguns textos literários contemporâneos, faz-se necessária a utilização de perspectivas que contemplem discurso e história num diálogo constante por conta dessas produções utilizarem personagens, tempos e espaços históricos em meio a sua representação ficcional. Este é o caso de *Cidade livre*, do escritor João Almino²³. O período da construção de Brasília, conhecido tradicionalmente por um viés historiográfico, é representado neste texto por perspectivas subjetivas de personagens que viveram tanto os acontecimentos marcantes da construção da nova capital quanto a diversidade de situações vivenciadas neste espaço de encontros culturais, que ia facilmente de uma utopia da cidade do futuro à distopia vivida por quem participou deste período.

Através de uma narrativa memorialística apresentada pela visão de um narrador em idade adulta que decide reconstruir os anos de sua infância – dos seis aos dez anos – na antiga Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, a trama é construída a partir de anotações nos cadernos do pai, Moacyr Ribeiro, de pesquisas históricas, de observações de tia Francisca, de um blog no qual os participantes tem liberdade para dar sugestões sobre os eventos históricos, e ainda pela revisão de João Almino. Isso demonstra, em primeiro lugar, que seu discurso histórico é formado por diferentes focos narrativos, ou seja, são utilizadas diversas perspectivas convergentes em relação ao conteúdo do enredo. Esta instabilidade de focalização “mostra a precariedade do passado [...] além de problematizar o conhecimento da história, favorecendo o surgimento de questões dadas como certas”. (RIBEIRO, 2009: 79).

A problematização sobre a veracidade da história é reforçada frequentemente pelo narrador. Note-se o seguinte trecho:

Não tenho a presunção de saber tudo o que aconteceu naqueles tempos, posso ter errado, escrito de mais ou de menos, vocês sabem que memórias e pesquisas são falhas e incompletas, melhor então confessar já de cara que

²³ Nascido em Mossoró, Rio Grande do Norte, em 1950, João Almino é escritor, romancista, professor, doutorado em Paris, orientado pelo filósofo Claude Lefort. Alguns de seus principais romances são *Ideias para onde passar o fim do mundo* (ganhador do prêmio do Instituto Nacional do Livro e do Prêmio Candango de Literatura), *Samba enredo*, *O livro das emoções*. Também escreve sobre história e filosofia.

muitos fatos esqueci e, dos que me lembro, nem sempre me lembro com certeza ou precisão, por isso este é um texto para ser modificado pelos leitores, como se eu tivesse criado uma Wikipédia desta história, com apenas as regras que nas minhas memórias, de papai e de tia Francisca somente eu posso mexer, e o resto – a descrição dos fatos que nos dão a impressão de sermos parte do espírito de um tempo –, você leitores do blog podem corrigir à vontade, e, se tiverem algum caso a contar ou comentário a fazer, que não se intimidem. (ALMINO, 2010: 16-17).

Ao se referir às noites passadas com seu pai, “fechado entre quatro paredes de um branco sujo” – frase repetida com apenas algumas alterações no início de cada um dos sete capítulos, como retrato da monotonia destas horas – o narrador retoma as incertezas presentes nas fontes de sua história: “Eu não podia acreditar em tudo o que me dizia, e aquele ‘tudo’ me parecia insuficiente [...] papai quando esquecia um detalhe, inventava outros e até fabricava datas precisas, mas eu mesmo [...] podia, portanto, completar e corrigir a memória de papai.” (ALMINO, 2010: 20-21). Esses trechos demonstram que o narrador não se preocupa em dar atestados de verdade às suas memórias, tal como Bentinho o faz em *Dom Casmurro* para defender seu ponto de vista. Pelo contrário, ao expor as próprias instabilidades e as dos demais personagens, assume limites e inconstâncias nessas (re) memorações, o que se relaciona à superação das fronteiras entre literatura e história e principalmente ao teor teleológico e conclusivo do discurso histórico.

Ao refletir sobre tais questões entre esses campos do saber, Linda Hutcheon compreende que há uma nova categoria de romances, os quais ela denomina como “metaficções historiográficas”, que seriam, em outras palavras, o romance histórico pós-moderno. Além de instituir os limites entre a literatura e a história, a metaficção historiográfica “[...] estabelece a ordem totalizante, só para contestá-la com sua provisoriedade, sua intertextualidade e, muitas vezes, sua fragmentação radicais”. (HUTCHEON, 1991: 21-22 apud RIBEIRO, 2009: 78). Em *Cidade Livre*, a “ordem totalizante” é formada pela presença de personagens, lugares e fatos históricos – alguns exemplos são a inauguração de Brasília, as visitas de autoridades e artistas ou ainda a participação secundária de Bernardo Sayão e Juscelino Kubitschek no desenvolvimento do enredo – que delimitam o espaço e o tempo das ações dos personagens.

Entretanto, a constituição do eixo norteador da trama não se limita a tais presenças. Ele é formado no limiar entre história e discurso. As causas necessárias às

ações são motivadas ora por acontecimentos históricos, ora por questões subjetivas dos personagens, e principalmente por ambas as razões. Valdivino, personagem sertanejo e camineiro, foi para Brasília com um grupo para ajudar o Mestre Yokaanam a fundar a cidade Fraternidade Universal, e “[...] ele, Valdivino, ia trabalhar na construção da cidade, ou mais exatamente da igreja, pois sonhara que seu destino era construir igrejas e catedrais”. (ALMINO, 2010: 89-90). Nota-se que enquanto parte integrante de um grupo social, Valdivino compartilha um imaginário coletivo que o encaminha ao espaço histórico de Brasília, revelando-se uma causa inerente ao plano do discurso – por ser um personagem fictício – e histórico – os espaços, construções e personagens desse plano. Já seu motivo particular apresenta-se tanto por questões subjetivas quanto por acontecimentos históricos, num deslocamento que significa a oportunidade de realização individual de seu fado para construir igrejas no espaço e tempo históricos referidos no texto, ou seja, no plano da elaboração Valdivino é um personagem que transita na linha tênue entre representação e narração²⁴.

Os personagens de *Cidade Livre* demonstram uma noção ampla dos tipos sociais do período, sem que para isso sejam planos²⁵. Nota-se nos personagens principais, quais sejam Moacyr Ribeiro, tia Francisca, tia Matilde, Valdivino e o narrador, exemplos desta representação diversificada das personalidades. Moacyr Ribeiro, morador da Cidade Livre vindo de Ceres, é um visionário que registra em seus cadernos de anotações os principais acontecimentos do período para publicá-los futuramente. Ele faz notas de visitas de autoridades, artistas e suas respectivas opiniões sobre a cidade, viaja com Bernardo Sayão para tomar nota de todos os detalhes de construções, como a rodovia Belém Brasília. Além disso, Moacyr é astuto para os negócios, sejam eles regulares ou não, sendo este seu principal meio de enriquecimento – iniciado com a administração de um prostíbulo e concretizado com transporte de materiais de construção que eram registrados e cobrados várias vezes. Tia Francisca – grau de parentesco dado pelo foco do narrador – é descrita como calma, bela, paciente, trabalhadora, honesta e passiva perante acontecimentos polêmicos, ao passo que tia

²⁴ “Os modos da narrativa concernem à maneira pela qual o narrador no-la expõe [...] Existem dois modos principais: a *representação* e a *narração*. Estes dois modos correspondem, em um nível mais concreto, às duas noções que já encontramos: o discurso e a história.” (TODOROV, 1973: 33).

²⁵ “*Personagens planas*: são personagens caracterizadas por um número pequeno de atributos que as identificam facilmente perante o leitor; de um modo geral são personagens pouco complexas.” (GANCHO, 2006: 20).

Matilde, também bela e trabalhadora, é contestadora, com pensamentos e ações autointituladas de esquerda.

Já Valdivino, personagem central no desenvolvimento do enredo, é, na visão do narrador, “de uma simplicidade tosca, com um chapéu grande demais para sua cabeça, é conversador, parece inteligente e é o único com esporas nas botas, tendo chegado montado num burro, mas, se atrai minha atenção, é por sua fragilidade”. (ALMINO, 2010: 25-26). Valdivino, que carrega consigo a representatividade da mão de obra sertaneja para a construção da nova capital, comporta seus traços culturais interioranos de conhecimento da natureza, força e misticismo mesclados ao ambiente de desenvolvimento. Este espaço, onde personagens com códigos de honra e facões pendurados na cintura construíam edifícios que já ganhavam reconhecimento internacional mesmo antes da inauguração da capital, constrói uma metáfora de passagem entre o sertão e o moderno. Essa reflexão decorre da forma que ocorre a suposta morte de Valdivino.

Um dia após a inauguração de Brasília, Moacyr foi chamado ao Jardim da Salvação, um local afastado do que era o espaço urbano, no qual uma mulher, Íris Quelemém, autointitulada como profetisa, liderava um grupo de religiosos. Ao chegar lá, Moacyr encontrou Valdivino estirado no chão de um barraco de madeira, além de uma garrafa e uma carteira de cigarros *Continental* no canto da sala, achados que não foram de grande serventia na busca pelo esclarecimento do caso. A partir disso, foram criadas diferentes versões sobre qual teria sido o verdadeiro destino de Valdivino. Para Íris Quelemém, uma ex-prostituta de nome Lucrécia, “[...] Valdivino não havia morrido e talvez nunca viesse a morrer, sempre fora um insone e um sonâmbulo, ainda andava solto, caminhando dia e noite pela floresta, em busca de Z, a cidade perdida”. (ALMINO, 2010: 26). Já para Moacyr, o qual foi tido por Valdivino como amigo e, portanto, um conhecedor dos incidentes na vida desse sertanejo, têm diferentes versões sobre o que pode ter acontecido na noite de 21 para 22 de abril de 1960. Para ele, Valdivino teria razões para se matar com altas doses de um líquido preparado por Íris, “por outro lado, Valdivino andava foragido, pode ser que não estivesse na mira do coronel a quem ele devia, mas sabia-se que continuava sendo perseguido pelo pai da tal moça que ele engravidou”. (ALMINO, 2010: 229). Além disso, o sertanejo ainda era ameaçado por um policial da GEB – Guarda Especial de Brasília – e havia, segundo relato de Íris, tentado matar Paulão, o antigo cafetão de Lucrécia.

Todo este mistério acerca desse fato leva a algumas constatações que possibilitam a classificação deste romance como *pós-moderno* ou *metaficção historiográfica*:

Com esse termo, refiro-me àqueles romances famosos e populares que, ao mesmo tempo, são intensamente reflexivos e mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos [...] Na maior parte dos trabalhos de crítica sobre o pós-modernismo, é a narrativa – seja na literatura, na história ou na teoria – que tem constituído o principal foco de atenção. A metaficção historiográfica incorpora todos esses três domínios, ou seja, sua autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas (metaficção historiográfica) passa a ser a base para o seu repensar e sua reelaboração das formas e conteúdos do passado. (HUTCHEON, 1991: 21-22).

Ao comparar-se a situação do suposto fim de Valdivino em relação à própria produção da história e da literatura, nota-se que sua elaboração remete a criação de significados dos historiadores e romancistas através de suas representações. Além disso, instaura-se o signo do provisório sobre o discurso historiográfico, que vai de encontro à totalidade e à linearidade pressupostas na raiz da história.

Os romances históricos tradicionais utilizavam os fatos passados ligados a perspectiva historicista como representantes de valores morais e éticos que, dado o tema moralizante e heroico comumente narrado, serviam tanto para legitimar o discurso quanto como uma forma de detrimento do presente e do futuro. Já no romance pós-moderno, este uso é feito de forma autoconsciente ao notar-se que reescrever ou rerepresentar o passado na ficção e na história é – em ambos os casos – revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e totalizante. (HUTCHEON, 1991, p. 147).

A posição social marginalizada dos protagonistas de *Cidade livre* possui uma função na relação entre história e discurso característica do romance pós-moderno. Essa marginalização não chega a ser uma distopia sobre Brasília, já que em momentos como a inauguração, todos os personagens se emocionam num sentimento de união entre os milhares de pessoas envolvidas nesta construção. Dessa forma, o enredo, representado principalmente nas periferias, se relaciona aos fatos, que seriam uma “lapidação” dos acontecimentos, ao passo que estes se referem ao estado bruto dos eventos. Nesse sentido, o desenvolvimento da trama não ocorre apenas nos espaços marginais, tal como em *O cortiço*, romance realista-naturalista de Aluísio de Azevedo. O centro do enredo da obra em análise é a Cidade livre, periferia da nova capital federal, símbolo do provisório e do passageiro que se tornaria permanente e resistente em sua emancipação

ao atual Núcleo Bandeirante. Os fatos ocorridos no centro das construções são vivenciados e narrados com foco dos protagonistas vindos dos espaços marginais, os quais mantêm relações diretas com os acontecimentos e personagens históricos que ocupam posições secundárias na trama.

Essa relação entre periferia e centro revela o caráter de ex-cêntrico do romance pós-moderno, num deslocamento do foco para o marginal. Nesse sentido, percebe-se outra característica pós-colonialista: o descentramento do sujeito herói – embora nesse caso não exista um personagem principal que possa ser classificado como tal. Em *Cidade livre*, esse sujeito descentrado é todo um grupo habitante dos arredores de Brasília que, tal como em diversos momentos histórico-sociais, constitui a mão de obra para o espaço central. É essa relação que também irá reforçar o caráter do ex-cêntrico no aspecto narrativo, diante das relações dos grupos de personagens que se organizam – considerando a presença de exceções – como fictícios nos espaços periféricos da Cidade Livre, e históricos no centro das construções de Brasília.

A metáfora e o mistério sobre o suposto fim de Valdivino se apresentam diante do seu movimento entre os discursos históricos e fictícios já referidos, ligados a provisoriedade e ao questionamento em relação ao passado que era tido como exato. A incerteza causada sobre qual teria sido seu verdadeiro fim e sobre sua possível infinidade pode ser uma metáfora do encerramento do sertanejo frente à modernidade representada por Brasília. Dessa forma, Valdivino não teria morrido. Um dia após a inauguração de Brasília, ele, como representante da cultura sertaneja e toda sua relevância na construção da nova capital federal nas planícies do cerrado, se encontra transformado e diluído nas construções, na cultura e nas sinuosidades da arquitetura da cidade que, para Guimarães Rosa (1985), seria a mais levantada do mundo.

As oscilações temporais do texto permitem ainda uma reflexão sobre sua relação com os sentimentos sociais de diferentes momentos sobre as inúmeras transformações e modernidades trazidas para o cerrado com a mudança da capital. A narrativa se organiza em três tempos, sendo eles: a infância do narrador, entre 1956 e 1960; as sete noites no quarto do hospital em que Moacyr Ribeiro ficou internado até a sua morte, e o tempo da enunciação²⁶, seis meses após esse óbito. Por mais que o texto

²⁶ “O tempo da enunciação torna-se um elemento literário a partir do momento em que é introduzido na história: caso em que o narrador nos fala de sua própria narrativa, do tempo que tem para escrever ou para contá-la.” (TODOROV, 1973: 245)

seja construído pelo narrador em idade adulta, nota-se que ao narrar os anos de sua infância ele se permite rememorar esses tempos passados com pontos de vista próprios de uma criança que vê diante de si dimensões e formas grandiosas. Essas percepções ocorrem tanto num sentido social, com trechos sobre o conhecimento que o narrador tinha sobre a geografia do local, como neste excerto: “Eu sabia o nome de cada um dos hotéis da cidade, desde o primeiro, o Hotel Brasília [...] até os que vieram se instalando.” (ALMINO, 2010: 41), quanto em momentos pessoais, como:

Era então que eu podia espiar tia Francisca mudando de roupa ou tomando banho, meus ouvidos afiados para todos os ruídos que vinham do banheiro, e especialmente para seus banhos demorados, eu ouvia seu desvestir-se, o ruído da roupa sendo pendurada no gancho da porta, o chacoalhado da água sobre o corpo, o choc-choc do sabonete nas suas reentrâncias, via no meu entressonho os cabelos negros como piche caídos sobre os ombros, as bolhas de sabão deslizando por sua pele brilhosa [...]. (ALMINO, 2010: 49).

Já as sete noites no hospital com o pai prestes a falecer e o período de produção do texto negam o encanto do narrador perante o mundo. Nesse momento, predomina uma visão marcada por razão, tédio, melancolia e incertezas. A frase “fechado entre quatro paredes de um branco sujo, papai me contou [...]”, repetida no início dos capítulos da “Primeira noite” até a “Sétima noite”, é registrada com apenas algumas alterações que não chegam a alterar seu sentido. Tem-se aí um exemplo do estado de espírito do narrador nesse período. Nesse tempo não há mais um personagem com admiração pelo presente que o cerca. Pelo contrário, sua rotina torna sua vida tediosa, pois se passa em dois planos distintos: levar os filhos para a escola, chamar o encanador para consertar algo, limpar a piscina “e, ao mesmo tempo, é como se estivesse vivendo num mundo outro, de história única e eterna, que ainda não conheço completa e que eu mesmo vou procurando compor”. (ALMINO, 2010: 22). O narrador revela ainda sua dificuldade em registrar no texto suas transições por diferentes temporalidades. Ao relembrar as diferenças entre tia Francisca e tia Matilde, ele assume não poder limitar o que escreve a percepção de quando era menino: “vim a conhecer o inconformismo de tia Matilde e, com os olhos de hoje, mesmo quando aplicados ao passado, não consigo pintá-la com tons escuros.” (ALMINO, 2010: 151).

Diante dessas relações entre os tempos e suas percepções por parte do narrador, é possível considerar um paralelo com o sentimento social da população que imigrou com euforia para Brasília por fazer parte de um momento marcante na história do país e pelas oportunidades apresentadas. Nessa reflexão, a visão do narrador enquanto uma

criança encantada em meio aos inúmeros acontecimentos do período se relaciona com a opinião social otimista sobre os planos do então presidente Juscelino Kubitschek. Algum tempo após a inauguração de Brasília – duração que não é definida no texto –, o narrador sai de casa após uma grave discussão com seu pai e tia Francisca. Nessa fase, ele passa por dificuldades, participa de movimentos estudantis, é torturado e chega a ter um surto de loucura. No terceiro momento – da rememoração e da escrita do texto – o leitor pode apreender que o narrador, agora pai de família, terá que vender sua casa por conta de dívidas herdadas de seu pai, além de ter perdido a disposição e o encanto com a vida presente em sua infância, mesmo com as adversidades vividas nesses tempos idos. A morte de Valdivino um dia após a inauguração de Brasília e o futuro afastamento entre o narrador e seu pai iniciam então, no raciocínio proposto, o início de um novo tempo para a população da capital. O sertanejo que cedeu sua mão de obra, já cumpriu sua missão e dá lugar aos sujeitos e à cultura moderna. Essa, por sua vez, não concretiza o espírito de união entre os diferentes grupos sociais em prol de um objetivo em comum. Pelo contrário, os afasta, revela alteridades, causa a desunião entre familiares como o narrador e seu pai.

Enfim, *Cidade livre* é uma narrativa que utiliza a abordagem pós-moderna do romance histórico, método revelado tanto em seus tipos de personagens quanto nas entrelinhas e possíveis significações das partes de seu enredo. O uso do passado torna-se plural na visão de um narrador que traz as vozes e as memórias de seus familiares, de comentaristas do seu blog, de jornais e revistas. Isso auxilia nos novos caminhos do que se entende por história, antes concluinte e totalizante e agora, frente a diversas produções que diversificam seus usos, aberta a repensar suas raízes, quer queira, quer não.

Referências Bibliográficas

ALMINO, João: *Cidade livre*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução: Eudoro de Souza. Porto Alegre: Globo, 1996.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 19-62.

GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 2006.

GENETTE, Gerard. Fronteiras da narrativa. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 265-284.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*: história, teoria, ficção. Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

RIBEIRO, Rejane de Almeida. Aspectos dos romances tradicional e pós-moderno. *Scientia FAER*, Olímpia, SP, v. 1, n. 1, p. 74-81, 2º sem 2009. Disponível em: <http://www.f aer.edu.br/revistafaer/artigos/edição1/74-81__rejane-de-almeida-ribeiro%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

TODOROV, Tzvetan. As categorias da narrativa literária. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 218-264.

O HOLOCAUSTO EM *MAUS*, O LIVRE-ARBÍTRIO DA REPRESENTAÇÃO FICCIONAL

Thamilis Tatylla Gomes Avelino
Graduanda de letras – UEG Formosa, bolsista PBIC/ UEG

Resumo: Nota-se que a ficção possui, de certa forma, uma liberdade representacional em diferentes meios artísticos, tendo como base muitas vezes um contexto histórico. O principal objetivo desse trabalho é fazer uma reflexão centrada no Holocausto e as formas de representá-lo, dando ênfase nos quadrinhos. Faz-se necessário, ao analisar uma obra literária, compreendê-la dentro do contexto em que foi escrita e quais detalhes são importantes para a compreensão da mesma. Diante deste fato, a proposta é fazer uma análise teórica e intermediária sobre a ficção, refletindo sua forma particular de criar e representar, passeando pelos “bosques da ficção”, usando como objeto de estudo o romance gráfico *Maus* (2005), do sueco Art Spiegelman. Com base nos conceitos Aristotélicos sobre mimeses e verossimilhança, abordando o que Roland Barthes chama de “efeito de real”, surgem diferentes olhares sobre a narrativa.

Palavras-chave: Holocausto – Ficção – Quadrinho

O Nazismo foi um regime político liderado por Adolf Hitler – militar político e líder do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, NSDAP) – de caráter autoritário na Alemanha durante as crises da República de Weimar (1919 – 1933). Esse regime surgiu do princípio nacional-socialista, que defendia o racismo e a superioridade da raça ariana titulada como “raça mestre”, e em contrapartida denominaram os judeus como “Untermenschen”, subumanos, não pertencentes à raça humana.

Os propagandistas Nazistas usaram de estereótipos pré-existentes da cultura alemã. Retratavam os judeus como “raça estrangeira”, que sugavam a nação germânica, intoxicavam sua cultura impedindo a evolução de uma sociedade esteticamente “perfeita e soberana”, além de acreditarem que tal raça usufruía de sua economia. Dessa maneira o antissemitismo era gerado – ódio gratuito e sem razão plausível pela raça judaica. Segundo Hitler, os judeus certamente são uma raça, porém não são humanos, assim, comparava-os com ratos, como pragas que transmitem doenças e trazem prejuízos econômicos para a raça “superior”. Em propagandas, as oscilações pressurosas de pessoas judias nos guetos eram relacionadas aos ratos de esgoto. Essa desumanização acabou tornando o genocídio “ideologicamente” mais aceitável.

Em 1939 - início da Segunda Guerra Mundial – Hitler implementou suas ideias de como aniquilar o povo judeu, sobretudo em solo polonês, onde se concentravam a maioria deles na Europa. Primeiramente foram formados campos de concentração e trabalho, ou simplesmente campos de extermínio, como é o exemplo de Auschwitz-Birkenau. Na medida em que as cidades e aldeias eram ocupadas, os judeus eram mortos por pelotões de fuzilamento ou em câmeras de gás. Durante os seis anos de guerra, os Nazistas assassinaram aproximadamente seis milhões de judeus. Faz-se necessário mencionar que além da raça judaica, outros grupos sociais passaram por esse extermínio, tais como: ciganos, negros e homossexuais. Poder. Segregação. Exclusão. Homicídios. Tais palavras permeiam o período citado e não está focado apenas nos campos de concentração e nas vítimas judias. O mesmo trouxe em milhares de pessoas um sentimento de tirania, e sem dúvidas tal acontecimento teve seu momento mais dramático na forma de extermínio.

O Holocausto tem se tornado cada vez mais um dos assuntos citados na contemporaneidade, tanto nas artes como nas formas midiática. Com isso, as fotografias, obras cinematográficas, romances, quadrinhos, entre outros, se tornaram as formas mais utilizadas na hora de representar o contexto histórico citado. Segundo Sontag (2003), a imagem, em especial a fotografia, atraiu um imediatismo e uma autoridade maior que o relato verbal na hora de propagar os horrores de produção de morte em massa. Diante desse obstáculo da palavra, a proposta da imagem é agir mutuamente com o texto como forma de expandir as fronteiras do representável. Diante desse fato, a imagem exerce um papel fundamental no texto, sendo possível destacar algumas informações em destaque. Uma reprodução imagética traz uma síntese de traços, cores, entre outros elementos visuais em simultaneidade.

A inclusão da imagem na cultura contemporânea teve em parte uma cooperação do Regime Nazista. Segundo Flusser (2007), o Nazismo é um dos progressos mais cruciais de uma futura cultura de imagens, ou o amanhã da cultura tecno-imagem será um aperfeiçoamento do Regime Nazista. Pode-se afirmar assim que o legado imagético também persuadiu nas representações de inúmeros fatos históricos, entre eles o Holocausto. Um grande exemplo do poder da imagem está inserido no próprio regime político, com a propagação da ideologia Nazista de superioridade racial, beleza e grandeza.

Segundo Hitler (1934), a propaganda política busca persuadir o povo, com uma determinada doutrina, a propaganda funciona em geral a partir de um ponto de vista. Esses estereótipos preconceituosos, embora não sendo exclusivos do Partido Nazista, passaram a ser uma imagem oficial apoiada pelo governo. A partir de 1933, ano em que o Nazismo aumentou seu controle sobre a mídia, estabelecendo o Ministério do Reich – para Esclarecimento Popular e Propaganda, encabeçado por Joseph Goebbels – os propagandistas começaram a adaptar mensagens diferentes para cada tipo de público, reproduzindo o antissemitismo na Alemanha Nazista, assumindo assim uma variedade de formas, desde pôsteres e jornais, até filmes e transmissões de rádio.

Uma forma pluridisciplinar, fazendo essa interação de texto-imagem para representar o Holocausto é possível ser encontrada no quadrinho ganhador do prêmio Pulitzer *Maus* (1986-1991) – “rato” em alemão – produzido pelo ilustrador e cartunista Art Spiegelman, um judeu sueco, filho de Vladek e Anja Spiegelman. A obra em geral narra a luta pela sobrevivência de seu pai – um judeu polonês – durante o Holocausto, tendo como embasamento o testemunho do mesmo. Sua mãe havia suicidado antes da realização de edificação da obra, que foi dividida em dois volumes – *Maus: a história de um sobrevivente*, publicada em 1986; *Maus e foi aí que meus problemas finalmente começaram*, em 1991.

Segundo Eisner (1999), a obra é considerada um *graphic novel*, ou um romance gráfico, forma de classificar um tipo particular de quadrinhos que transforma a literatura e história em quadrinhos *comics*. Essa classificação tem um caráter biográfico e romanesco, de acordo com a afirmação do mesmo:

O futuro dessa forma [do romance gráfico] aguarda participantes que acreditem realmente que a aplicação da arte sequencial, como o seu entrelaçamento de palavras e figuras, possa oferecer uma dimensão da comunicação que contribua para o corpo da literatura preocupada em examinar a experiência humana. (EISNER, 1999: 138-139)

Maus é um quadrinho autobiográfico, pelo simples fato de Art Spiegelman mostrar uma conturbada convivência com seu pai, e as marcas deixadas pelo trauma da guerra, que pode ser considerado em parte também seu. A obra também tem caráter biográfico, pois narra a perseguição dos Nazistas, sofrimento e humilhação que Vladek passou durante toda a guerra, o que acabou levando-o para Auschwitz, com isso o autor mostra certa verossimilhança no quadrinho, mostrando uma literatura testemunho. Pode-se dizer também que a trama é metaficcional, que segundo Gustavo Bernardo

(2010), é o fenômeno estético autorreferente através do qual a ficção duplica-se por dentro, falando ou contendo si mesma, Sielgelman mostra grande parte da construção da obra dentro da própria obra.

O autor também utiliza do antropomorfismo – concepção de personagens com feições de acordo com a posição social e política estabelecida durante a Segunda Guerra Mundial – dessa maneira, os judeus são ratos; alemães, gatos; poloneses, porcos; americanos, cachorros; franceses, sapos; ciganos, borboletas; suíços, alces; russos, ursos e britânicos, peixes. A obra vai muito além de um simples jogo entre “gato e rato”, existem outros animais sendo caçados, e isso mostra remoção de sentidos e sutilidade interpretativa. *Maus*, em resumo, é uma paródia de estereótipos pré-fixados. A exibição de prisioneiros caminhando entre os cadáveres mostra o quão comum era a convivência com a morte. A forma gráfica do quadrinho traz um contraste entre preto e branco, fornecendo assim uma sensação acerba existente nos campos de concentração. De acordo com Eisner (1999), a intuição do quadro é conter a visão do leitor, diante disso o quadrinho abaixo força o leitor a observar a aproximação da representação de homicídios dos campos de concentração.

Figura 1 – Morte de ratos, porcos e gatos em Auschwitz



In: SPIEGELMAN, Art. *Maus*: a história de um sobrevivente. Trad. Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 255.

Ao utilizar a imagem em conjunto com o texto nota-se que as “barreiras de representação” em grande parte se quebram, visto que as formas representativas se duplicam, podendo uma auxiliar na figuração da outra. Segundo Eisner (1999), quando texto e imagem se interagem, produzem um amálgama onde a imagem já não serve apenas para descrever, mas também para fornecer sons e diálogos. Com isso, há uma

criação representativa que pode aprofundar as sensações despertadas no leitor. Com a figura 2, é possível observar que há uma sensação de forma mais direta em relação a expressão das cenas mortíferas produzidas pelos Nazistas.

A imagem determina uma leitura em superfície, que de certa forma traz um entendimento mais rápido, diferente do texto em linhas, que para ter uma assimilação mais abrangente, faz-se necessário uma leitura linear, onde as imagens prolongam-se em linhas. Dessa maneira, a primeira leitura de determinada imagem habitua-se a ser instantânea, captando a ideia central, e posteriormente se atentando para os detalhes de expressão da mesma. Pode-se concluir assim que a imagem tem propagação da mensagem mais instantânea do que o texto. Segundo Flusser (2007), o pensamento-em-superfície (imagem) vem absorvendo e/ou aprendendo uma maneira de produzir o pensamento-em-linha (texto). Ainda com a figura 2 exposta abaixo, percebe-se também um diálogo entre o pensamento-em-linha e o pensamento-em-superfície, ampliando as possibilidades de representação do Holocausto.

Figura 2 – Representação das mortes nos crematórios em Auschwitz



In: SPIEGELMAN, Art. *Maus: a história de um sobrevivente*. Trad. Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 232.

O gênero autobiográfico foi agregado para dar, de certa forma, uma autoridade aos representantes desse evento. Com o falecimento da maioria dos sobreviventes e/ou testemunhas e também com o Holocausto se tornando um objeto da cultura de massa, as representações ficcionais do ocorrido foram ampliadas. Com isso, o papel de representação passa a ser da segunda geração como é o caso de Art Spiegelman. É

possível notar então que o fato que deveria ser uma autobiografia simplória está na verdade sendo narrado por mediação de terceiros, relatando a história à sua maneira, usando como base uma série de testemunhos recolhidos.

O tempo de enunciação (da escrita) e o tempo da percepção (da leitura). O tempo da Enunciação torna-se um elemento literário a partir do momento em que é introduzido na história: caso em que o narrador nos fala de sua própria narrativa, do tempo que tem para escrever ou para conta-la.(TODOROV et al., 2013: 245).

Nota-se que em *Maus*, há a existência de dois tempos narrativos intercalados, que é o passado, segundo o testemunho sobre o Holocausto de Vladek, e o presente, criado a partir do convívio de Art com seu pai durante a produção da obra. Para fazer a diferença entre os dois tempos narrativos, o autor utiliza o requadro – contorno que se dá para limitar cada quadrinho. O passado (1939 -1945), diante das guerras, é claramente representado por um traço rígido, retangular ou quadrangular. E o presente é destacado por não ter requadro nem traços, expressando assim mais naturalidade pelo fato do presente está acontecendo, de acordo com Eisner (1999), isso dá uma ilusão de espaço ilimitado.

Faz-se necessário mencionar também que o aspecto gráfico dos tempos narrativos também se diferencia, sendo que o passado tem traços pretos e brancos bem traçados, onde se encontra mais “preto do que branco”, dando a sensação de guerra e sofrimento, deixando muitas vezes uma leitura da imagem sufocante pelo excesso de informação. E o presente, onde há mais “branco do que preto”, traz uma percepção de um lugar mais calmo, demonstrando um ambiente menos opressor. O quadrinho abaixo mostra essa afirmação, onde Vladek narra o conflito entre alemães e poloneses. Os dois primeiros quadrinhos mostram o pai de Art ainda jovem, uniformizado como soldado polonês, no terceiro ele como prisioneiro dos alemães, e nos dois últimos já sem requadro estando já idoso narrando o conflito que passou quando estava confinado na base Alemã.

Figura 3 – Entre o passado e o presente: Representação do conflito ente Polônia e Alemanha e o pai relatando o conflito para o filho



In: SPIEGELMAN, Art. *Maus*: a história de um sobrevivente. Trad. Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 63.

Conforme a trama vai se desenvolvendo, Spiegelman introduz uma fotografia, em preto e branco, de Vladek usando o uniforme de prisioneiro de Auschwitz, trazendo uma ressaltante tendência documental. Dessa maneira, a fotografia-documental mostra uma autoridade de representação, construindo uma “confiável biografia”, dando mais credibilidade ao leitor e mostrando mais verossimilhança na narrativa.

Porém, em contrapartida, percebe-se que a tal fotografia que trás essa veracidade é apenas uma construção ficcional, pois é um documento apócrifo feito no pós-guerra, Vladek declara, “uma vez eu vai a lugar de fotografia que tinha uniforme novo limpo, para fazer fotos de recordação.” (SPIEGELMAN, 2005, p. 186). Outro fator que comprova essa farsa é que o uniforme limpo e do tamanho certo era uma coisa pouco provável em Auschwitz. No próprio quadrinho há essa afirmação, quando Vladek afirma que os Nazistas jogavam os uniformes na neve sem ao menos olhar a medida. E também, o mesmo, na fotografia aparece com mechas de cabelo, e no campo de concentração era rotina não deixar nenhum fio de cabelo para evitar piolhos. Dessa maneira a imagem se mostra como uma prova construída.

Figura 4 – Fotografia – documental Vladek



In: SPIELGELMAN, Art. *Maus: a história de um sobrevivente*. Trad. Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 294

Nas representações literárias sobre o Holocausto, a realidade e ficção se interagem, com base na análise anterior, o “efeito de real” pode ser construído por fotografias, diários, entre outros, dessa maneira a ficção tem como objetivo principal tornar a representação mais concreta. Com isso, a partir da análise sobre texto e imagem, *Maus* trás uma junção entre a realidade e a ficção, arquitetando uma representação o mais verossímil possível, com o intuito de convencer o leitor de forma eficaz. Faz-se necessário observar que a representação do Holocausto está, de certa forma, ligada a uma seleção de acontecimentos que um determinado representante faz em sua narração particular. Assim a realidade incondicional é tão impalpável quanto a própria ficção.

Siegelman, no seu romance gráfico que possui uma acentuada feição biográfica ou uma narrativa ficcional com o poder de construir falsas biografias, trabalha com a fronteira entre a realidade e ficção. Entre fatos e imaginação, o autor arquiteta jogos narrativos que mostram a interface da literatura. Para a construção da trama, existe uma interação entre diversos meios de comunicação, dessa maneira há uma possível ampliação das possíveis representações. Em suma, essa fronteira entre real e ficcional serve para quebrar o conceito de uma realidade absoluta e também para apresentar a

pluralidade das representações do Holocausto. Tendo como base principal Auschwitz na esfera do representável, *Maus*, indubitavelmente, é uma moderna forma artística de representação dos campos de concentração.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad., Pref., Introd., Com., Apend. de Eudoro de Sousa. Porto Alegre: Globo, 1966.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Cultrix, 2004.

BERNARDO, Gustavo. *O livro da metaficção*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. Hildegard Feits. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial*. Trad. Luís Carlos Borges. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FINKELSTEN, Norman Gary. *A indústria do Holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*. Trad: Vera Gertel. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia da comunicação*. São Paulo: Cosac Naif, 2007.

HITLER, Adolf. *Minha luta*. Trad: Jaudefroy-Demombienes e A. Calmanttes. Paris, Nouvelles: Latines, 1934.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Trad: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SPIEGELMAN, Art. *Maus: a história de um sobrevivente*. Trad: Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TODOROV, Tzvetan. As categorias da narrativa literária. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 218-264.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 15

MOVIMENTOS SOCIAIS: TEORIA E HISTÓRIA

Coordenadores:

Me. Jean Isidio dos Santos

Me. Marcus Vinícius Costa da Conceição

O objetivo do referido Simpósio Temático é trazer discussões contemporâneas sobre a relação entre Teoria e História nos estudos sobre os movimentos sociais. Para isso, busca-se focar aportes teóricos e históricos que reflitam sobre os movimentos sociais e que procurem abordar de maneira clara o problema de se pensar o que eles são, o que querem e quais os seus objetivos.

Para Jensen (2014), a constituição de um movimento social está baseada no processo de grupo social ao qual ele está vinculado, assim “um grupo social não significa um coletivo organizado de indivíduos e sim um conjunto de pessoas que possuem algo em comum” (JENSEN, 2014, p.130). Dessa forma, o movimento social forma-se a partir das necessidades internas e externas do grupo, pois ele “só existe no interior de uma relação social e por isso o seu movimento é provocado por suas necessidades próprias produzidas no interior de sua relação com o conjunto da sociedade” (idem). Estas necessidades, para Jensen (2014), são os responsáveis por fornecerem a especificidade para a criação dos movimentos sociais que florescerem a partir de condições históricas específicas, ou seja, elas são datadas de acordo com as necessidades de uma determinada sociedade no qual esse grupo social está instalado. É neste contexto específico da conjuntura histórica crítica que vivenciamos que o debate sobre os movimentos sociais tem relevância fundamental para se pensar em mudanças na sociedade.

Palavras-chave: Movimentos Sociais – Contemporaneidade – Transformação social – Poder Político – Mudanças históricas

“NÃO HÁ FRONTEIRAS PARA OS QUE EXPLORAM, NÃO DEVE HAVER PARA OS QUE LUTAM”: O MOVIMENTO COMERCIÁRIOS EM LUTA EM FEIRA DE SANTANA

André Luiz Bastos de Freitas
Pós-Graduando em História, Cultura Urbana e Memória
Universidade do Estado da Bahia - UNEB/ Campus IV/
Jacobina/BA

Resumo: Em 1987 ascendera em Feira de Santana o Movimento Comerciários em Luta, identificado como oposição sindical da base dos trabalhadores do comércio da cidade o movimento apresentava-se como uma alternativa de organização sindical frente à perspectiva assistencialista e conservadora que atuava – e atua – o sindicato oficial dos empregados do comércio, seus membros emergidos de segmentos progressistas como: partidos políticos ideológicos e organismos pastorais da Igreja Católica, e que ambos trabalhavam na base dos comerciários, propalavam para a categoria a importância da construção de um sindicalismo autônomo, democrático e livre do controle do Estado e seus representantes. Tendo como fonte de pesquisa periódicos da imprensa local, a exemplo do Jornal Feira Hoje, dentre outros folhetins e ensaios, esperamos constituir uma análise em torno da organização desse movimento, bem como a natureza que possibilitou o seu desdobramento.

Palavras-Chave: Movimento Social – Sindicalismo – Feira de Santana

Introdução

Neste texto, é nosso objetivo refletir sobre o Movimento Comerciários em Luta (MCL) de Feira de Santana e a sua motivação na disputa pela direção do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Comerciais de Feira de Santana – Sindicato dos Comerciários, que concorrendo às eleições sindicais de junho de 1987 (através da Chapa 2 – Comerciários em Luta) elencando, conforme relata Miguel dos Santos Cerqueira: “a luta pela filiação do sindicato à CUT” bem como, apresentava como proposta, “a constituição de um sindicato combativo, autônomo, classista, desvinculado de partidos e enraizado nas lojas (através de comissões)”.¹

¹ Feira Hoje. 17 de maio de 1987, p. 5.

Embebidos com concepções político-ideológicas progressistas, o movimento constituiu-se numa significativa oposição ao sindicato oficial dos empregados do comércio da cidade considerado assistencialista, com uma direção “pelega” que apregoava – e apregoa – uma política de conciliação de classes, incapaz de lutar por legítimos e concretos direitos dos seus filiados. Entretanto, para além de concorrer ao pleito de duas eleições sindicais a coordenação do movimento, seguia reunindo-se com empregados do comércio, organizando debates, seminários e discussões coletivas com a categoria, procurando ouvir os anseios e problemáticas passadas perante a conjuntura, levando discussão política para a categoria, “que antes não havia”².

Ao lançarmos mão de uma análise da trajetória do MCL em Feira de Santana faz-se necessário remontar no tempo, o contexto da cidade onde se originara e o universo cronológico desse trabalho é 1986 a 1991, um período de efervescências política no Brasil, assim como em países do cone sul da América Latina: declínio dos Regimes de Exceção e da repressão política, intelectual e censuras a que estava submetido esse sub-continente. Aliado a essa realidade se hasteava bandeiras de mobilizações por democratização da sociedade e a emergência de movimentos sociais encontrava-se em curso.

Maria da Glória Gonh (apud Siqueira, 2014, p. 2), esclarece que movimentos sociais:

são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Ao privilegiarmos uma abordagem sobre o proletariado do setor comercial de Feira de Santana a partir da realidade vivida com o seu sindicato, passamos a fazer uso, da abordagem local e da micro-histórica enquanto recurso teórico, e nesse sentido fazemo-lo em conformidade às formulações de Giovanni Levi (1992, p. 136):

² Idem. 17 de maio de 1987, p. 5.

A micro-história como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental.

[...] o problema de descrever vastas estruturas sociais complexas, sem perder a visão da escala do espaço social de cada indivíduo, e a partir daí, do povo e de sua situação na vida.

A micro-história é uma prática que implica o rompimento de hábitos generalizantes, tem-se interesse na questão geral que emerge de uma situação local (LEVI, 1992).

O trabalho foi desenvolvido mediante consulta de fontes de natureza variada, dentre as quais: matérias publicadas pela mídia impressa local, produções acadêmicas e ensaios, que versam sobre movimentos e lutas sociais, bem como do sindicalismo e suas interfaces no contexto da sociedade brasileira, além de entrevista com remanescente do movimento.

Nosso intento é contribuir com a historiografia de mobilizações sociais vivido por entes subalternos, isto é em instâncias que pulsam fora dos grandes centros urbanos.

Feira de Santana: uma caracterização histórica

Feira de Santana foi criada com a denominação de Villa do Arraial de Feira de Sant'Anna, com território desmembrado do município de Cachoeira, em 09 de maio de 1833. A lei provincial n.º 1.320, de 16 de junho de 1873, elevou a vila à categoria de cidade – Cidade Commercial de Feira de Santana. Após outras modificações, em 1938, o Decreto Estadual n.º 11.089, de 30 de novembro, oficializou a denominação atual do município: Feira de Santana (BARROS; ALMEIDA, 2001, p. 24).

A partir do desmembramento da grande sesmaria de Tocós, de propriedade de Antônio Guedes de Brito, dá-se o estabelecimento de numerosas fazendas de criação de gado, atividade que já havia se mostrado adequada para a região desde meados do séc. XVII.

Dentre as muitas fazendas então surgidas, estava a de Santana dos Olhos d'Água, de propriedade do casal português Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa. Esta fazenda, a exemplo de outras de maior porte na região, transformou-se num pequeno povoado, sendo a capela ali erigida em louvor a Santa Ana e a São Domingos, um ponto em torno do qual a população das circunvizinhanças passava a

reunir-se periodicamente, dando origem assim a uma pequena feira, ainda no primeiro quartel do séc. XVIII.

O desenvolvimento do primitivo povoado de Santana dos Olhos d'Água, contudo, relaciona-se a atividade de criação e comércio de gado. De acordo com o brasilianista Rollie E. Poppino, desde a afirmação da atividade pecuária nas terras do interior da Bahia, já no século XVI, a comercialização do gado produzido na região se fazia na Feira do Capuame³. No final do século XVIII, porém, as pastagens de Capuame são incorporadas à atividade canavieira e a feira de gado é reorientada para outros povoados, dentre os quais Feira de Santana e Nazaré.

Uma vez estabelecida a feira de gado, no início da primeira década do século XIX, o antigo arraial de Santana dos Olhos d'Água prosperou e a feira livre avoluma-se ano após ano, atraindo um número crescente de tropeiros e comerciantes. Por volta de 1819 o lugar já era conhecido como a Feira de Santana, tal é o destaque que aquela alcançou na região.

Todo esse processo é fundamentado pela condição de entreposto que a cidade adquire primeiramente para o comércio do gado e, posteriormente, de mercadorias e viajantes entre o litoral e o sertão. De fato, conquanto as primeiras estradas sejam o resultado da condução das boiadas pelo sertão, após o declínio da Feira do Capuame, o crescimento da importância econômica de Feira de Santana torna premente a construção de novas estradas. E tanto o governo municipal como o provincial mostravam-se atentos a essa carência, de modo que, seja por solicitação de um, seja por iniciativa do outro, proliferaram as vias de comunicação entre Feira e as regiões com as quais o comércio se realizava (POPPINO, 1968).

Com o desenvolvimento local da cidade nesse período, pelo menos dez importantes vias de comunicação entre Feira de Santana e outras localidades e regiões foram abertas ou iniciadas, de modo que, mesmo na passagem do século XIX para o XX, Feira de Santana já se apresentava como o principal entroncamento viário do interior do Estado da Bahia.

Evidentemente, essa facilidade de acesso sempre fez de Feira de Santana uma região com uma população flutuante bastante expressiva. As grandes e inúmeras tropas

³ Considerada a primeira feira e o primeiro mercado pecuário da Bahia em 1614, situada a nove léguas de Salvador foi instituída por Francisco Dias d'Ávila I (MOREIRA, 1992)

de animais carregados de mercadorias que passavam por Feira com destino aos sertões, ou deles vindos, traziam também seus condutores, os tropeiros, e, com eles, viajantes e aventureiros que se instalavam na cidade ou simplesmente pernoitavam e se abasteciam, para depois seguirem caminho. A facilidade de acesso e os recursos econômicos e/ou naturais da região tornavam-na o ponto de confluência para a população carente nos períodos de secas, o que tornava tais fases especialmente movimentadas para a cidade.

Um impulso significativo foi dado a esse ritmo de circulação humana, pelo advento do tráfego de passageiros da Central da Bahia, em 1876. Com a via férrea, a viagem de ida e volta a Salvador que outrora levava três dias, podia agora ser realizada em vinte e seis horas. Como resultado dessa facilidade, no seu primeiro ano de funcionamento, a estrada de ferro transportou cerca de 25 mil pessoas e 6 mil toneladas de carga. As implicações desta facilidade de acesso, para o montante e perfil da população, podem ser observadas a partir dos números acerca da região de Feira. A primeira informação a esse respeito é dada por José Joaquim de Almeida e Arnizau, no relatório preparado para o governo imperial brasileiro, em 1825. Arnizau informa haver no grande e populoso arraial de Santana dos Olhos d'Água, 3 a 4 mil pessoas nas terças-feiras, dia da feira semanal àquela época. Esta, porém, é a estimativa populacional de um momento de pico, por assim dizer, pois se refere aos dias de feira, que reunia na cidade um número muito maior de pessoas do que aquele verificado no decurso da semana. Nos dias de feira chegavam os tropeiros, os mascates, os grupos que conduziam as boiadas, inclusive de outras províncias. À feira chegavam, também, um cem número de negociantes de gado e de demais artigos de comércio, além de para ela confluírem os moradores da área rural do município, bem como das regiões próximas, visando adquirirem os produtos de sua necessidade (POPPINO, 1968, p. 56).

Some-se ao fortalecimento dos negócios formais, a inegável importância do sempre presente comércio de gado que, por volta de 1880, movimentava em Feira de Santana mais de 10 mil animais durante os meses de verão, quando chegavam as grandes boiadas de Goiás e Piauí, e que, durante a década de 1910, chega a abarcar 60 mil cabeças de gado por ano. Poppino (1968, pp. 306-307) de fato definiu a estreita relação de Feira de Santana com o seu comércio, ao defender que:

[...] o comércio representa, em sentido amplo, a própria razão de existir de Feira de Santana. O arraial, que se transformara em cidade, a Segunda da Bahia, tivera por base o comércio e, em grande extensão, a sua evolução e a sua prosperidade refletem a importância crescente das atividades comerciais.

A feira semanal, que deu vida ao arraial, desde logo constituiu-se no ponto alto de todo o comércio. A maior parte das pessoas que freqüentavam a feira atraíam negociantes, que pouco a pouco se instalavam definitivamente em Feira de Santana. Muitas das empresas fundavam-se para adquirir as mercadorias do sertão, enquanto outras se especializavam na venda de produtos manufaturados e de luxo da Cidade do Salvador. Tais estabelecimentos preenchiam lacunas e desde o início floresceram todos os negócios por atacado e varejo. Pela sua localização nos entroncamentos das principais estradas entre a costa e o sertão, era evidente que Feira de Santana progrediria como centro comercial líder do interior. O papel vital do comércio na economia de Feira de Santana ficara patente, em 1873, quando recebeu o qualificativo oficial de cidade comercial e, de novo, no século vinte, quando foi batizada de Princesa do Sertão.

Setor de Atividade: o comércio em Feira de Santana

Ao analisar o processo de desenvolvimento sócio-econômico de Feira de Santana, tendo os processos de desconcentração econômica e de integração produtiva, bem como a sua inserção do nas principais tendências de desenvolvimento do capital, nas últimas décadas do século XX, o município tornou-se beneficiário de um processo de desconcentração industrial que dinamizou e o integrou comercial e produtivamente a periferia nacional (CRUZ, 1999).

Além das atividades comerciais já estabelecidas, a indústria na cidade vai se desenvolvendo principalmente com a implantação Centro Industrial do Subaé, a partir dos anos de 1970, que tendeu a provocar novas relações intersetoriais, promovendo alterações significativas no perfil produtivo local e regional. As novas empresas lograram alterar a lógica de reprodução da economia feirense: de comandada pelo capital agrário-comercial local e regional, sua reprodução passou a ser alterada pelo comando do capital industrial. Entretanto, apesar do expresso crescimento industrial sentido e dos impactos por ele provocados, a atividade terciária continuava a ter primazia no conjunto da economia local.

Rossine Cerqueira da Cruz (1999, p. 233) expôs que:

Feira de Santana é, desde sua origem, uma cidade marcada principalmente pela pujança de sua atividade comercial. Os volumes negociados, a quantidade de estabelecimentos, o pessoal ocupado formal e informalmente sempre foram expressivos mesmo antes de tornar-se a “Cidade Commercial de Feira de Santana” (1873). Tanto no âmbito microrregional quanto no contexto do próprio estado da Bahia, suas atividades comerciais tiveram destaque, apenas superadas pelos negócios realizados na Região Metropolitana de Salvador e Ilhéus.

A posição destacada do município, como articulador comercial dos fluxos sudeste-nordeste foi acentuada com a melhoria do sistema de transportes rodoviários. Os movimentos de capital e mercadorias, que transformaram os setores produtivos, na indústria e na agropecuária local e microrregional e na indústria metropolitana, tiveram como ponto de passagem obrigatório a praça comercial de Feira de Santana. Entrocamento de diversas rodovias estaduais e federais, o município interliga os principais fluxos rodoviários de mercadorias e passageiros que passam pela Bahia.

Todavia, esta situação favorece a concentração e diversificação de capitais, principalmente quando o Estado age deliberadamente no sentido de reforçá-la. Foram os movimentos de articulação comercial e de integração produtiva do capital nacional que utilizaram e criaram – e por isto mesmo tornaram – este espaço privilegiado para facilitar a circulação do capital. A proximidade da Região Metropolitana de Salvador fazia com que houvesse uma espécie de “ação gravitacional”, que aproveitava e induzia a ação do Estado, no sentido de desenvolver ou criar atividades econômicas complementares àquelas existentes em Salvador (CRUZ, 1999, pp. 233-234).

As vantagens competitivas deste município, para além da “naturalidade” locacional e de sua proximidade da capital, foram, certa forma, agraciadas pela ação deliberada do Estado que efetuou gastos em infraestrutura industrial, urbana, rural e rodoviária e implementou políticas públicas como intuito de atrair capitais produtivos mais dinâmicos. Assim novos capitais eram alocados às atividades terciárias, atraídos pela demanda da nova indústria e pelo intenso crescimento demográfico da população, acompanhado de altas taxas de urbanização.

Os relevantes dados arrolados por Cruz (1999, pp. 234-235), e sua contribuição sobre a articulação econômico-comercial e integração produtiva da cidade levou-o a expor que:

[...] todo o período 1970-1985, Feira de Santana foi responsável por mais de 80% das receitas totais do setor terciário microrregional. No âmbito microrregional, o comércio *feirense* empregava mais trabalhadores por unidade de estabelecimento (2,8 empregados contra 2,2) e auferia maior receita por estabelecimento (70% superior àquela observada no espaço microrregional).

A contribuição local para o comércio estadual oscilou de 6%, no início dos anos 70, para 6,7%, em 1985, depois de ter ocorrido uma redução de quase um ponto percentual entre 1975 e 1980. Sua participação era maior no comércio varejista do que no atacadista. No ano de 1985, a relação Receita Total/Pessoal Ocupado foi maior no conjunto do estado (12% mais alta), mostrando que a “produtividade” do trabalho no comércio local era menor

que na média do estado. Há indicações de que, todavia, a racionalização do “processo produtivo” comercial era maior no município: 3,5 empregados por estabelecimento, enquanto a média do estado era de 4,3. Aliás, esta hipótese é reforçada pela observação de que a receita total por estabelecimento estava 30% acima da média estadual.

O Sindicato dos Comerciantes e o Movimento Comerciantes em Luta: itinerário

Os aspectos históricos de constituição e o desenvolvimento sócio-econômico tenderam a corroborar para uma futura organicidade dos empregados do ramo da atividade preponderante na cidade de Feira de Santana: o comércio e porventura a construção do seu movimento sindical.

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Comerciais de Feira de Santana – o Sindicato dos Comerciantes – foi autorizado a funcionar através da Carta Sindical de 24 de agosto de 1971, do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), atual Ministério do Trabalho e Emprego, instaurado sob os auspícios da ditadura militar a que estava submetido o país, com todos seus efeitos desastrosos para a sociedade, a exemplo do expurgo da democracia, repressões acompanhadas de perseguições às entidades de classe que se demonstrassem contrárias ao regime.

A subordinação do funcionamento de instituições no Brasil encontrava-se sob o controle do regime militar (1964-1985), desde a educação ao sistema de comunicação, do funcionamento da justiça à economia, como também à organização partidária, sob a égide da doutrina de segurança nacional que, por qualquer motivo, o exército poderia intervir em organizações políticas das cidades. E, durante longo tempo os movimentos sociais articulados em Feira de Santana tornavam-se alvo de repressões, principalmente o movimento estudantil, sem falar das trocas de diversas lideranças de trabalhadores dos seus postos sindicais, substituídos por outros mais concatenados com o regime militar (SANTOS, 2007).

Perante essa realidade deixava-se pouco ou quase nenhum espaço de ação política e sindical progressista; em contraponto, agregava-se, no seu interior, lideranças de cunho tradicional reformista e ou “pelegos” que, por meio de um sindicalismo orientado pela “colaboração de classes”, dificultava o desenvolvimento da luta dos trabalhadores pelo atendimento de suas reivindicações, pairava “um velho sindicalismo”

que historicamente enraizava práticas assistencialistas, corporativas e/ou paternalistas (SANTANA, 2014).

Com essa conjuntura reinante, era perceptível na direção que se reconduzia a cada pleito eleitoral ao sindicato da categoria dos comerciários em Feira de Santana a figura de Délcio Mendes Barbosa, como seu representante maior.

Estimulados pelos ventos da abertura política dos anos 80, acompanhado da anistia, bem como, a luta pela reinstalação da democracia, o sindicalismo de corte contestatório e classista voltava à cena, cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos reais interesses da classe trabalhadora, orientando-os no sentido da superação real e histórica das condições de exploração e opressão.

Para a realidade daquele momento que pairava sobre o país, a reemergência de movimento dos trabalhadores estremecia os arranjos políticos da transição do regime militar à democracia, e nesse ínterim, a fundação do Partido dos Trabalhadores - PT (1980) e a formação da Central Única dos Trabalhadores - CUT (1983) tendiam a pensar politicamente o papel da classe operária a ocupar seu lugar de sujeito histórico.

Conforme constata Igor Gomes Santos (2007, pp. 202-204):

O PT, em Encontro Municipal de 1984, decidiu que as formações de oposições sindicais para as disputas com os sindicatos e sindicalistas “pelegos” deveria ser a sua prioridade. Vimos também que algumas determinações ajudaram o PT na sua empreitada. Os malfadados planos do governo Sarney (1985-1989), a crescente precarização do nível de vida em Feira de Santana, arrochos salariais, a crescente politização dos trabalhadores da cidade em manifestações espontâneas de insatisfação com seus representantes sindicais, foram alguns dos aspectos circunstanciais para essa proposta ter sido colocada em prática e razoavelmente bem sucedida.

[...]

As oposições exerciam pressão nos sindicatos, impondo uma maior democratização nos mecanismos de decisão e na participação dos trabalhadores nos sindicatos e nas lutas reivindicatórias.

[...]

No aparecimento dessas oposições, a principal resposta dada pelos velhos sindicalistas foi a tentativa de difamar a organização e os militantes das oposições sindicais. Uma das formas dessa difamação era a utilização do partidarismo como alegação de que os militantes de oposição não se preocupavam com os trabalhadores, mas com as posições do seu partido, em fazer seus próprios nomes, em promover certas pessoas, que almejavam no futuro as eleições municipais. Tentavam atribuir aos militantes das oposições a pecha de que usariam os trabalhadores como massa de manobra, e para isso, já que não conseguiam penetração nas bases, tumultuavam e difamavam a atuação do sindicato, que afinal “fazia tudo pelo trabalhador” e só não agradaria aqueles insatisfeitos militantes político-partidários.

O sindicato dos comerciários detinha – ou detém – uma das classes de trabalhadores mais extensa de Feira de Santana concentrando um universo que nos anos 80, segundo a direção à época, apresentava-se um universo de 12 a 13 mil membros, entretanto o número de filiados oscilava entre 3.500 a 4.000 trabalhadores⁴.

Num contexto de disputa por um novo projeto político a ser tomado pelo sindicato e um apelo por um outro rumo das lutas a serem travadas pelos trabalhadores do comércio de Feira de Santana para posteriores conquistas que se insere o Movimento Comerciários em Luta (MCL), iniciando sua organização a partir de 1986, lançava chapa pela primeira vez à direção do sindicato nas eleições de 09, 10 e 11 de junho de 1987. Contando na sua composição: Anna Kaufmam, Gilca Pires, Miguel dos Santos Cerqueira, Gilberto Carlos Oliveira, Marcos, Maria das Dores e Raimundo Nonato⁵.

Em entrevista ao Jornal Feira Hoje, de 17 de maio de 1987, p. 5, Miguel Cerqueira expressou as seguintes declarações, desvelando críticas à gestão do sindicato:

[O atual presidente Délcio Mendes] que conduz o sindicato como se fosse a sua própria casa, desestimulando a categoria a se sindicalizar e a participar mais efetivamente dos problemas que a afligem.

[Classificando o presidente de pelego e inimigo número um dos comerciários] pois esses quinze anos à frente do sindicato foram de total paralisia e entravamento das lutas da categoria.

E explanando sobre a proposta da Chapa 2 - Comerciários em Luta, concorrente à eleição sindical, Miguel Cerqueira dava a receita para desbancar Délcio Mendes da posição que ocupava, assegurando à categoria uma direção colegiada onde todos tenham o mesmo peso nas decisões, afirmou:

A própria constituição da nossa chapa, feita pela base, onde estão presentes pessoas dos setores mais amplos e representativos do comércio, é o alicerce para a nossa vitória. Sem contar o nosso plano de luta, ou seja, a recuperação das perdas salariais, aumento compatível os salários e salário mínimo real definido pelo Dieese.

⁴ Feira Hoje. 17 de maio de 1987, p. 5

⁵ Em depoimento Miguel dos Santos Cerqueira esboçou que Anna Kaufmam era freira (missionária) católica de origem suíça e responsável na região pelo “braço sindical” do Movimento da Juventude Operária Católica (JOC), tornando-se a principal mobilizadora do movimento. Gilca Pires participava da coordenação da JOC local e, concomitantemente, ambas militavam no Movimento Comerciários em Luta. Quanto a Gilberto Carlos Oliveira atuava, também, como coordenador da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), em Feira de Santana.

Realizada as eleições, Délcio Mendes venceu mais uma vez o pleito (pela sexta vez). Denúncias de fraudes e falta de lisura no processo foram expostas junto ao Jornal Feira Hoje que acompanhava e dava cobertura jornalística aos fatos.

Inconformados com o processo eleitoral, membros da chapa se decepcionaram com o pleito. Miguel Cerqueira considerou os comerciários como “os grandes perdedores, já que a nossa proposta passava pela desmontagem da estrutura pelega no sindicato e pelo controle da entidade pelos próprios comerciários.”⁶

Em entrevista publicada no Jornal Feira Hoje, de 14 de junho de 1987, p. 4, Miguel Cerqueira explanou também que:

[Apesar da derrota da Chapa 2 - Comerciários em Luta]
Não visávamos somente à eleição, prosseguindo com o trabalho de conscientização e organização da categoria e com a luta pela emancipação de todos os trabalhadores brasileiros.
[agora o Movimento Comerciários em Luta trabalhará no sentido de] Mobilizar a categoria para a próxima negociação salarial, inclusive com uma proposta própria, independente da que será apresentada pelo sindicato.
[assegurando a intenção também de] Intervir em todas as assembléias da classe daqui pra frente.

Em todas as eleições convocadas e realizadas a chapa de oposição que participava do pleito denunciava fraudes gritantes por parte da diretoria que concorria constantemente à reeleição. As visitas à Justiça do Trabalho, por parte de opositores tornavam-se constantes, mas os mesmos ressaltavam que a instituição não era neutra e, certamente, daria causa ganha à diretoria oficial, ou impugnaria todo o processo eleitoral, para que as oposições tivessem de rearticular sua chapa. Também, reclamavam da falta de conhecimento das leis por parte dos trabalhadores, pois isso seria ruim não só nos momentos de reivindicação frente aos patrões, mas também na luta entre seus pares, como é o caso das eleições para o sindicato (SANTOS, 2007; MUNIZ, 2011).

Em 1990, quando deveriam ser realizadas novas eleições, Délcio Mendes saiu recolhendo assinaturas de comerciários nas lojas e no clube recreativo da categoria para que o estatuto fosse mudado, propondo a ampliação do tempo da gestão para quatro anos. Essa estratégia foi utilizada pelo temor da vitória da oposição, que não tinha parado seu trabalho político entre os comerciários desde 1987. Por outro lado, com o aumento no número de greves, os militantes desdobravam-se entre o trabalho junto aos seus pares e o apoio aos trabalhadores de outros ramos de atividade econômica.

⁶ Feira Hoje. 14 de junho de 1987.

Reconvocada para junho de 1991, novo embate eleitoral tendeu a se acirrar entre a chapa de oposição e a recandidatura de Délcio Mendes, que como presidente, novamente, à época, se negava a dar informações sobre a composição de sua chapa, bem como informar o quadro de filiados da entidade à chapa concorrente que à época contava com José Rocha Filho, como candidato a presidente (que, aliás, representava o Movimento Comerciários em Luta, com nova composição). Em declaração ao Jornal Feira Hoje, de 30 de maio de 1991, p. 5, Elísio Santa Cruz (Diretor Estadual da CUT, Dirigente Municipal do PT e, também, Coordenador da Chapa 2 - Comerciários em Luta) expunha dúvidas sobre a situação funcional de Délcio Mendes e questionava a sua recondução à diretoria do sindicato: “ele é diretor do Centro Social Urbano (CSU), vogal da Justiça do Trabalho, assessor do gabinete do prefeito Colbert Martins, mas ninguém tem conhecimento que ele seja comerciário.”

O mês de junho de 1991 foi de grande agitação na cidade de Feira de Santana, com a mobilização de todo o campo cutista no meio do sindicalismo feirense e boa parte dos sindicatos de Salvador, não só com apoio material, mas apoios e deslocamentos de militantes para campanhas eleitorais de sindicatos. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que já estava filiado à CUT, também apoiou os Comerciários em Luta, nesse novo pleito eleitoral. Entretanto, Délcio Mendes usou todo o seu poder de articulação novamente contra chapas de oposição, garantindo que as urnas ficassem guardadas e centralizadas no sindicato. A oposição derrotada fracassava, dessa vez, com evidências ainda mais fortes de fraude, pois Délcio Mendes ganhou em apenas uma urna, a que ficou todo o tempo no interior da sede da entidade, onde eram vistas pessoas desconhecidas, muitas chegando em carros, conduzidos por pessoas ligadas à prefeitura. Em 1992, José Rocha Filho foi demitido das Lojas Brasileiras, onde era empregado, num tempo depois do Movimento Comerciários em Luta ter se desarticulado (MUNIZ, 2011, p. 142).

Conclusão

A concepção marxista da História assegura que a mesma é guiada pela luta de classes. Isso tem definido a ação política de muitos segmentos sindicais ao longo do tempo, principalmente os que se aproximam da tradição de esquerda.

Emergidos de segmentos progressistas de Feira de Santana, os membros militantes do Movimento Comerciários em Luta introduzia na base da categoria dos

trabalhadores do comércio uma discussão política, com perspectiva de se construir um sindicalismo autônomo, livre da tutela do Estado, acentuando permanentemente uma ruptura com o reformismo e “peleguismo” dos tradicionais dirigentes que se reconduziam na direção da entidade sindical oficial da categoria. A ação política centrava-se como oposição sindical e se imbricava com os ventos do “novo sindicalismo” expostos prioritariamente com a organização da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores, que se firmavam como legítimos representantes da classe trabalhadora brasileira nos idos dos anos de 1980.

Ao historicizar o ideário que moveu a constituição desse movimento social, pretendemos discutir o seu bojo identitário e a motivação que o sustentara, enquanto oposição sindical comerciária, da ascensão ao arrefecimento, trazemos à luz do dia a sua articulação desencadeada na cidade de Feira de Santana, assim, procurando colaborar para a trajetória política dos fatos que envolveram a ação da classe trabalhadora local, reacendemos a memória de quanto os atores daquele período protagonizaram lutas pela construção de um sindicato democrático e representativo da categoria comerciária.

O título que leva esse artigo foi tomado emprestado do lema da Semana Internacional da Juventude Trabalhadora, do ano de 1990, comemorado anualmente pelo organismo eclesial da Juventude Operária Católica (JOC) que tendia – e tende – a discutir ao longo desse interstício temporal os dilemas, as angústias, conquistas e utopias perpassadas pela classe operária trabalhadora na fase de pujança da vida que é a juventude, um movimento de base católica reinventava ou reinterpretava a evangelização cristã a partir do local de trabalho.

Fontes Primárias

Jornal Feira Hoje

“Délcio pretende renovar mandato no sindicato dos comerciários”. *Jornal Feira Hoje*, 17 de maio de 1987, p. 5.

“Inicia hoje a eleição para o Sindicato dos Comerciários”. *Jornal Feira Hoje*, 09 de junho de 1987, p. 6.

“Confusão, queixas e poucos votos entre os comerciários”. *Jornal Feira Hoje*, 11 de junho de 1987, p. 3.

“Délcio Mendes vence fácil sexta eleição consecutiva”. *Jornal Feira Hoje*, 14 de junho de 1987, p. 4.

“Chapa de oposição enfrenta Délcio Mendes na Justiça”. Jornal *Feira Hoje*, 30 de maio de 1991, p. 2.

“Eleição dos comerciários termina m clima de tensão”. Jornal *Feira Hoje*, 22 de junho de 1991, p. 4.

Carta de Princípios e Regimento Interno: *Movimento Comerciários em Luta*. S/D.

Referências Bibliográficas

BOITO JÚNIOR, Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CERQUEIRA, Miguel dos Santos. *Sobre o Movimento Comerciários em Luta*. Depoimento oral. Feira de Santana: [s.n.], 7 set. 2014. 1 fitacassete (60 min.), son., estéreo. Entrevistador: André Luiz Bastos de Freitas. Entrevista concedida ao aluno regular do Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas/BA. (Coordenador do movimento mantinha militância concomitante na tendência marxista-trotskista Causa Operária, do PT de Feira de Santana).

CRUZ, Rossine Cerqueira da. *A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. 1999. 366 f. Tese (Doutorado em Economia) Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BARROS, Maria Lêda de; ALMEIDA, Stela Borges de. Escola Normal de Feira de Santana: fonte para o estudo da história da educação. *Sitientibus*: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, n. 24, p. 9-30, jan./jun. 2001.

DUMÉNIL, Gérard; LÖWY, Michael; RENAULT, Emmanuel. *Ler Marx*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

MAINWARING, Scott. *A igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. Projeto memória da feira livre de Feira de Santana: primeira fase – texto 6: caminhos históricos da feira de Feira de Santana: origens e secularidades. *Sitientibus*: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, n. 10, p. 185-198, jul./dez. 1992.

MUNIZ, Manuela da Silva. *Em busca da experiência: paternalismo, lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977-1991)*. 2011. 199 f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Feira de Santana, 2011.

MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica*. São Paulo: Basiliense, 1985. (Col. Tudo é História; 97)

POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Trad. Arquimedes Pereira Guimarães. Salvador: Itapuã, 1968. (Col. Baiana)

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: origens e trajetória do PT de Feira de Santana-BA (1979-2000)*. 2007. 323 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. *O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade*. Disponível em: http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufpe/file.php/1/coord_ped/sala_7/arquivos/O-papel-dos-movimentos-sociais-na-construcao-de-outra-sociabilidade.pdf. Acesso em 30 jun. 2014.

ENTREVISTADO

Miguel dos Santos Cerqueira, 07/09/2014.

LUGARES DE MEMORIA Y CIRCULACIÓN DEL RECUERDO EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES DE LA UNIVERSIDAD DEL ATLÁNTICO

Christian Maldonado Badrán
Universidad del Atlántico (Barranquilla, Colombia)

Resumen: La Universidad del Atlántico (Barranquilla, Colombia), durante el periodo 1998 – 2010 fue victimizada por parte de los grupos paramilitares (Frente José Pablo Díaz, del Bloque Norte) quienes amenazaron, desplazaron y asesinaron a estudiantes, profesores y empleados administrativos de la institución. Los gremios estudiantiles y los sindicatos de profesores fueron los más afectados, puesto que las amenazas y los asesinatos recayeron en su mayoría sobre ellos. Como consecuencia, la pérdida del capital humano es irreparable. Sin embargo, en la actualidad se llevan a cabo iniciativas para conmemorar y reivindicar la memoria de los docentes y estudiantes asesinados.

El movimiento estudiantil (ACEU y FEU) se han mostrado muy activos en la reivindicación de las memorias de los estudiantes fallecidos. A partir de la elaboración de murales se han creado una serie de lugares de memoria, en los cuales la memoria de la violencia y sus víctimas (de los gremios estudiantiles) se vehicula al presente. Sin embargo, se percata que dichos lugares se conciben como lugares emblemáticos que invisibilizan otras memorias y que se han convertido en lugares donde éstas se disputan, como consecuencia de la invisibilización. Es decir, a partir de la evocación de un acontecimiento límite⁷ en especial, otros acontecimientos igual de importantes para la memoria de la violencia de la Universidad, así como para la de los gremios, caen en olvido y en el silencio.

Palabras claves: Universidad del Atlántico – lugares de memoria – memoria emblemática – conflicto armado colombiano – memoria intergeneracional – movimientos estudiantiles

Los lugares como medios del recuerdo

La memoria como fenómeno social, que nace y tiene sentido y significado en los marcos sociales que la sociedad despliega para su configuración⁸, necesitade medios que la activen (que la vehiculen al espacio público y la divulgue). En pocas palabras, los medios de la memoria permiten que la memoria no permanezca aislada y como capital de unos pocos:

⁷ El acontecimiento límite se comprende como un acontecimiento que por la magnitud del mismo produce traumatismo. Ver, LACAPRA, Dominik. Historia en tránsito. Experiencia, identidad, teoría crítica. Fondo de cultura económica, Buenos Aires. 2006.

⁸ Ver, HALLBAWCHS, Maurice. Los marcos sociales de la memoria. Editorial Antrophos. Madrid, España 2004.

Los medios de la memoria colectiva construyen versiones de la realidad y del pasado. En tales construcciones, desempeñan un papel [importante] la materialidad del medio (...) así como su dimensión social – sistémica: también los productores y receptores de un medio de la memoria realizan un trabajo activo de construcción- en la decisión acerca de a qué fenómenos se les atribuye cualidades mnemomediales así como en la elección o en la codificación e interpretación de aquello que se debe recordar (...)⁹.

En este sentido, el medio permite que se construya un diálogo entre el presente y el pasado, y a su vez transmite la información del acontecimiento: se crea una relación emisor – receptor del mensaje. Quien emite y quien recibe el mensaje, en un contexto socio cultural determinado¹⁰, es la misma sociedad que, asimismo, crea a lo largo del tiempo variedad de medios que sirven de receptáculo emisor de las experiencias sociales pretéritas. Sin embargo, quienes emiten y quienes reciben el mensaje ocupan puestos específicos en el espacio social que determinan tanto el medio como el mensaje del pasado; en otras palabras, en la construcción discursiva del pasado (las versiones de éste que se construyen desde el presente) intervienen productores (historiadores, cronistas, medios de comunicación, periodistas, asociaciones de defensa de los derechos humanos, instituciones etc.) y receptores (sociedad). Dependiendo de la necesidad de evocar el pasado, los grupos sociales se acercan a él y crean y rescatan versiones del mismo que llenan los vacíos que hay en el presente; silencios y olvidos de la sociedad frente a hechos extremo de violencia y el rescate de las tradiciones, es decir la identidad, son las principales motivaciones del pasado hecho presente: de la memoria y de su función social.

Partiendo de lo anterior, podemos argumentar que dependiendo de las necesidades de los grupos sociales que se encuentran en un espacio social determinado- la sociedad y sus distintos campos- de evocar procesos socio culturales ya ocurridos pero de gran significación y por ende de carga simbólica, el pasado adquiere un valor importante y específico para cada grupo. En éste se identifican productores y receptores. Así, se explica que existan distintas versiones de un hecho pretérito y que en muchas ocasiones disputan por la “verdad” de lo evocado. Puesto que, finalmente, siguiendo a

⁹ ERLI, Astrid. Memoria colectiva y culturas del recuerdo. Estudio introductorio. Ediciones Uniandes, Bogotá. 2012. Pág. 187.

¹⁰ Cada contexto histórico produce medios a través de los cuales se vehiculan las experiencias sociales del pasado al presente, y que va de la mano con las formas de relacionarse con el tiempo. Ver, ERLI, Astrid. Memoria colectiva y culturas del recuerdo. Estudio introductorio. Ediciones Uniandes, Bogotá. 2012. Y para la noción de tiempo y la relación de las sociedades con éste, Ver. HARTOG, Francois. Regímenes de Historicidad. Universidad Iberoamericana. México D.F., 2007.

Bourdieu, el mensaje nace desde el campo y desde los productores de dicho campo, siendo más importante quien evoca (quien pronuncia el discurso) que el mensaje en sí mismo¹¹. Y, de igual manera, éste es un reflejo de la forma en que el grupo se concibe y de la forma en que es concebido. A esto atiende la fuerza del pasado convertido en mensaje; qué se quiere vehicular del acontecimiento, cómo y por qué. ¿Cuál es la finalidad que cumple? ¿Qué importancia tiene para el presente? ¿Cuáles son los medios usados y la fuerza de estos?

La memoria como mercado lingüístico atiende al hecho que deben existir unos consensos sociales previos entre los miembros de un grupo social, o tener una historia compartida, en el caso de que la finalidad sea construir una memoria más global, como por ejemplo la nacional. Aquí el medio juega un papel fundamental, pues la forma en que se rescata el pasado y la vía por la que se transmite al presente (junto con el discurso que la acompaña) asegura su recepción. La memoria, así, es un producto social cuya finalidad es comunicar desde el presente el pasado. En este sentido, como se bosquejó más arriba, cumple una doble funcionalidad: funcionalidades por el lado de la producción y de la recepción, enmarcadas en un sistema social¹².

Los lugares como medios de la memoria permiten comunicar una experiencia y rescatar de la misma los elementos que se consideran importantes a resaltar, pues estos darán sentido al mensaje (discurso) que se construye, desde los productores:

Ejemplo de esta funcionalidad (...) son las pirámides de Egipto (...) o el monumento a los judíos asesinados en Europa (...) [que] los arquitectos los historiadores, las clases dominantes y las sociedades democráticas les otorgan una función a los medios de la memoria, buscan que estos motiven procesosreminiscentes en el futuro¹³.

En otras palabras, los lugares no sólo conectan al presente con el pasado sino que permiten que tal conexión adquiera un significado a futuro. Esto es más evidente cuando el pasado está cargado de hechos y acontecimientos “pesados”, límites, de los cuales el presente (la sociedad que los vivió) tiene necesidad de purificarse; el lugar adquiere un doble valor: recuerda el acontecimiento pero al mismo tiempo extrae lo

¹¹ Se recomienda ver, BOURDIEU, Pierre. *Langage et pouvoir symbolique*. Éditions du Seuil, 2001. De la versión en español BOURDIEU, Pierre. *¿Qué significa hablar? Economía de los intercambios lingüísticos*. Ediciones Akal, S.A., Madrid, España. 2008.

¹² Ver, ERLI, Astrid. *Memoria colectiva y culturas del recuerdo*. Estudio introductorio. Ediciones Uniandes, Bogotá. 2012. Págs.182 – 187.

¹³ IBID. Págs. 185 – 186.

positivo, o lo crea, para permitirse sanar. Se construye, desde las palabras de Todorov, una memoria ejemplar¹⁴.

Ahora bien, al entender los lugares como medios de la memoria, hay que señalar que estos cumplen tres funciones importantes: almacenamiento, circulación y evocación del pasado. Las tres funciones se materializan en el diálogo que se construye entre presente y pasado, y permiten que se revaloricen o que se creen los lugares. En primer lugar, el almacenamiento hace referencia a la capacidad de conservar el pasado, la experiencia que trasmite el lugar. Ya sea por el paso del tiempo y la capacidad de percibirlo (como es el caso de las ruinas) o por la relación entre los individuos y la experiencia que allí sucedió. En segundo lugar, por circulación se entiende la capacidad de ventilar la experiencia al presente y convertirse en un puente entre dos tiempos. Y, en tercer lugar, la evocación es la facultad que remita únicamente al presente y a las estrategias que se despliegan desde éste para proyectar la experiencia.

Ya sean lugares que se revalorizan -por ejemplo un viejo centro de detención o un campo de concentración convertido en museo o en un centro cultural- o un lugar que se crea para conmemorar, como un monumento o una obra de arte, el pasado se almacena (a partir de la vinculación que desde el presente se le dé), circula (permite que se conecte la finalidad que se le atribuye desde el presente con el significado que tiene el pasado) y finalmente se evoca (se construye la memoria del acontecimiento). De esta forma, hay que comprender que los lugares como medios de la memoria hacen parte de un contexto socio cultural, histórico en sí mismo, que moldea el pasado y define el recuerdo. En otras palabras, desde el presente se revaloriza o se crea el lugar para recordar y construir memoria de un pasado del que se tiene necesidad. Es así que, en el caso de violencia u acontecimiento límite los lugares se resignifican para recordar el o los hechos violentos, pero para darle un significado positivo, es decir, señalando los errores y creando conciencia sobre la necesidad de no repetir las equivocaciones del pasado.

Violencia, acontecimiento límite y lugares de memoria

La definición más tradicional y más difundida de lugares de memoria, de autoría de Pierre Nora a finales de la década de 1980¹⁵, define a estos como lugares en

¹⁴ Ver, TZVERAN Todorov, Los abusos de la memoria, Paidós, Barcelona, 2008.

donde se encuentra la memoria de la sociedad y de la nación. Esto conlleva concebir los lugares como productores de sentido a partir de la vinculación al pasado, y la carga simbólica del mismo en el presente.

La obra de Nora se caracteriza por explorar la diversidad de los lugares en los cuales se materializa el pasado de la sociedad francesa, y se desplaza entre el análisis académico y el sentimiento nacional¹⁶. En este sentido, el pasado hace referencia a los acontecimientos emblemáticos que están en continuo reinterpretación por el valor que la sociedad le confiere al lugar en el que se inserta. Monumentos, placas, arte (obras de arte y murales), objetos, símbolos patrios e himnos nacionales se configuran como lugares de la memoria con un significado simbólico del pasado. Es en este donde se inserta la identidad de un colectivo o de una sociedad.

En la actualidad, “los lugares de Nora” han aportado bastantes herramientas a la discusión teórica en torno a la memoria y a la vinculación de esta con la sociedad como un nuevo abordaje del pasado y de la relación de las sociedades occidentales con su tiempo pretérito. Hablar de lugares de memoria, por ende, no significa sólo buscar los lugares en donde yace el sentimiento nacional de cada nación, sino que significa también reconocer las formas que las sociedades tienen de relacionarse con su pasado y con sus tradiciones, en un periodo en que hablamos de una democratización de la memoria¹⁷, especialmente de la memoria colectiva, elemento vinculante de la identidad.

Alevar la memoria, los lugares juegan un papel fundamental puesto que son, en primer lugar, los testigos (vestigios) latentes del acontecimiento y los medios por los cuales se activa la memoria de los acontecimientos. Este último en el caso de tener necesidad de dejar una huella o una impronta. Es decir, los lugares pueden, o ser contruidos para evocar el pasado, o convertirse en vestigios que den cuenta de lo ocurrido.

En contextos de violencia y experiencias traumáticas los lugares de memoria adquieren un doble valor: portadores de una “memoria viva” en torno al acontecimiento y de una resignificación del mismo. Es decir que, los escenarios que han sido

¹⁵ NORA, Pierre. Pierre Nora en *les lieux de mémoire*. Ediciones Trilce, Chile. 2009.

¹⁶ Ver. HARTOG, Francois. Regímenes de Historicidad. Universidad Iberoamericana. México D.F., 2007.

¹⁷ Por democratización de la memoria nos referimos a las iniciativas de memoria surgidas desde la sociedad civil, lo que ha llevado a que ésta deje de ser capital del Estado que construye versiones del pasado nacional.

protagonistas y testigos de acontecimientos límites¹⁸ tienen la facultad de vehicular y hacer circular el pasado y la memoria, pero dándole un significado. Puede liberar al recuerdo del fantasma del horror que caracteriza al acontecimiento y construir memoria ejemplar¹⁹. Tal es el caso de los “lugares de memoria emblemáticos” de la historia universal de occidente: Auschwitz el antiguo campo de concentración del nazismo, el antiguo cuartel central de las SS en Berlín, donde hoy funciona el museo la topografía del terror y el documental la Shoa son lugares de la memoria de los crímenes del nazismo y de la máxima expresión de estos: el holocausto. Acontecimiento que en la memoria global de occidente representa los errores, las falencias y los horrores del mundo europeo²⁰.

En la actualidad, estas representaciones y resignificaciones de los espacios mantienen viva la memoria del holocausto como acontecimiento límite que marcó al mundo occidental, y sirven como recordatorio de las barbaridades de la guerra, puesto que transmiten un mensaje que prima la necesidad de hacer memoria sobre el olvido, este entendido como impunidad e indiferencia.

Conflicto armado, universidad y lugares de memoria

En los años noventa Colombia presenció el recrudecimiento del conflicto armado, que se caracterizó por el escalonamiento del mismo: los actores armados pasaron de las zonas rurales a las zonas urbanas, lo que llevó al incremento de la criminalidad y convirtió a las ciudades en un nuevo escenario del conflicto. Los principales actores armados que se establecieron en estos nuevos escenarios fueron los paramilitares, quienes en su proyecto de control regional y organización de una empresa criminal visionaron estratégicamente el control de las capitales²¹.

¹⁸ El acontecimiento límite hace referencia a un acontecimiento que por lo duro y extremo deja una marca en la memoria individual y colectiva, y puede llegar a producir un trauma. Ver LACAPRA, Dominick. *Historia en tránsito. Experiencia, identidad, teoría crítica*. Fondo de cultura económica, Buenos Aires. 2006; LACAPRA, Dominick. *Escribir la historia, escribir el trauma. Nueva visión*, Buenos Aires. 2005.

¹⁹ La memoria ejemplar es una memoria que permite aprender de la experiencia traumática y proyectarse, a través del recuerdo y la reconciliación con éste, hacia un horizonte de expectativa. Ver, para mayor claridad. TZVERAN Todorov, *Los abusos de la memoria*, Paidós, Barcelona, 2008.

²⁰ Ver, HUYSEN, Andreas. *En busca del tiempo perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización*. Fondo de cultura económica de Argentina S.A., 2002.

²¹ Ver, DUNCAN, Gustavo. *Los señores de la guerra. De paramilitares, mafiosos y autodefensas en Colombia*. Penguin Random House grupo editorial S.A.S. Bogotá D.C., 2015.

Duncan ha definido al paramilitarismo y a su *modus operandi*, muy ligado a su accionar en las zonas urbanas, como una empresa criminal²² cuyo fin era el control regional. En esta dinámica, los grupos paramilitares cooptaron muchas instituciones del Estado y otras del sector privado. Del sector público, las alcaldías, los hospitales y las universidades fueron las instituciones más afectadas, puesto que los presupuestos manejados por ellas resultó apetecible para el paramilitarismo, lo que llevó a una oleada de violencia como mecanismo de control que les permitió posicionarse dentro de las instituciones; los grupos sindicales y los movimientos sociales vinculados a dichas instituciones fueron los más golpeados con muertes, amenazas y desplazamientos.

Precisamente, las universidades públicas vieron cómo se truncó su autonomía por el ingreso del paramilitarismo. Emblemático resulta el caso de la Universidad de Córdoba, la cual fue cooptada por el jefe paramilitar Salvatore Mancuso, quien instauró un régimen de terror al prohibir cátedras y al escoger al director y al consejo directivo de la institución²³. Amparado bajo la idea y la ideología de salvar a la institución de enseñanzas de permisivas de izquierda, su presencia en la institución educativa estuvo marcada por el asesinato, la amenaza y el desplazamiento de docentes y estudiantes.

Este mismo modelo de irrupción se replicó en otras universidades públicas del país, en las cuales primó la ideología anti subversiva. En el interior del país de la Universidad nacional fue víctima del atentado de los grupos paramilitares, y en la región caribe el bloque norte aterrorizó a las universidades del Magdalena y a la Universidad del Atlántico. Esta última fue fuertemente azotada por un periodo de diez años (1998 – 2010), primeramente por el grupo Atlántico, posteriormente por el frente José Pablo Díaz²⁴ y finalmente por los grupos post desmovilización.

Durante este periodo la persecución a los movimientos sociales fue muy fuerte. Los asesinatos y las amenazas de docentes y profesores llevó a la desintegración de muchos movimientos estudiantiles, tales como Alma Mater (inicios de los años dos mil) y Dignidad Estudiantil (mediados de los años dos mil). Como consecuencia de este hecho, las premisas (proyecto político) de estos grupos estudiantiles cayó en el olvido;

²² IBID.

²³ Los crímenes de Mancuso en la Universidad de Córdoba. Portal Verdad Abierta. Obtenido en <http://www.verdadabierta.com/justicia-y-paz/versiones-seccion/557-la-toma-de-cordoba> Consulta Julio 6 de 2015.

²⁴ Informe Policía Judicial. Génesis del Frente José Pablo Díaz. Fiscalía 12, Unidad especializada de Justicia y Paz.

es decir, no existió un empalme entre los movimientos salientes y los movimientos entrantes, lo que generó una memoria fragmentada de la lucha estudiantil: se puede entender también como una memoria intergeneracional que se interrumpe por efectos de la violencia. Esto se evidencia en los lugares que han sido creados para hacer memoria de los hechos de violencia y visibilizar a las víctimas.

Lugares de memoria y memoria intergeneracional

El lugar de memoria se establece como una estrategia de la memoria intergeneracional²⁵, al ser concebida esta como una memoria que pasa de generación en generación y que mantiene vivo el pasado y la identidad del grupo que allí se identifica. Así por ejemplo, los lugares de memoria como los himnos nacionales, los símbolos patrios o el patrimonio, balancean el pasado global del grupo social al presente, reafirmando constantemente la identidad.

La memoria se mantiene viva por efecto de la carga simbólica del lugar a partir de las actividades que se despliegan como materialización de esta. Es decir, las generaciones (concebidas como tradiciones, prácticas o ideologías) perviven por efecto de la repetición más o menos auténtica tanto desde la práctica como desde lo simbólico; el pasado, en este sentido, no permanece puro, más permanece su esencia y el sentido que transmite.

Así, es posible que los grupos que producen dichos lugares ratifiquen tanto su identidad, así como las prácticas que les dan sentido, junto con un tiempo pasado que les proporciona una razón de ser. En la Universidad del Atlántico, los movimientos estudiantiles de tradición de izquierda han creado una serie de lugares de memoria en los cuales se reconocen y en los cuales llevan a cabo sus prácticas identitarias como movimiento. En este sentido, la memoria se mueve en dos sentidos: una donde circula el pasado “emblemático” (memoria intergeneracional) comprendiendo una serie de prácticas y hechos que se consideran fundacionales de la actividad (identidad) del gremio, y otra en donde ciertas prácticas y formas de sociabilidad ratifican la identidad.

Lugares como la “*plazoleta del bloque D*”, edificio en donde funcionan administrativa y académicamente los programas de ciencias humanas y arquitectura y en donde se reúnen los estudiantes de ciencias humanas, es considerado por los

²⁵ CANDAU, Joel. Antropologie de la mémoire. Presses universitaires de France. Paris, 1996.

movimientos estudiantiles como un lugar de memoria²⁶, pues allí no sólo se socializa sino que se realizan actos y actividades relacionadas con la actividad política de los movimientos estudiantiles. Hay que anotar que este es un espacio que podría considerarse de reciente apropiación, debido a que después de la unificación de las sedes con la que cuenta la institución, lo que llevó a que todos los programas académicos se ubicaran en la ciudadela universitaria, los movimientos estudiantiles perdieron espacios que habían ganado en la antigua sede que históricamente albergó a los programas de humanidades, los cuales aportan el grueso de los jóvenes comprometidos con la acción política. Razón por la cual, al momento del traslado se perdieron aquellos espacios conquistados²⁷.

Las nuevas generaciones de los movimientos estudiantiles, FEU y ACEU, convergen en el espacio abierto del bloque académico D. Para ellos ese es el espacio que históricamente han habitado, y así lo hacen ver con murales representativos de esa identidad; la identidad del sentir de los movimientos y de su razón de ser. Por su parte, para las antiguas generaciones, como por ejemplo Dignidad Estudiantil (hoy FUMPAZ) el complejo universitario no representa mayor importancia al momento de vincular la memoria del sentir del movimiento con un espacio o un lugar determinado. Para estos, la sede principal con la que contó la Universidad desde su fundación es el lugar a donde lo llevan sus recuerdos, y por ende con el que se vinculan con su razón de ser como movimiento.

Ahora bien, en la memoria de los movimientos, nuevos y viejos, sobresale un lugar que tiene un significado muy importante para el MOVIMIENTO ESTUDIANTIL en general: el estadio de softball de la ciudadela universitaria. Debido a la magnitud del hecho violento ocurrido en el 24 de Octubre de 2006, en la actualidad dicho espacio deportivo es considerado como un lugar de memoria emblemático que representa la lucha y el martirio (los estudiantes fallecidos en el siniestro son considerados como mártires) del movimiento estudiantil. Es tal magnitud de la evocación y el pasado que

²⁶ En talleres realizados con estudiantes militantes en movimientos estudiantiles (ACEU y FEU) se identificó que dicho lugar es para ellos un rasgo de su identidad en el campus universitario. De igual manera, la observación permite constatar que los actos y eventos relacionados con la militancia también se llevan a cabo allí.

²⁷ En la sede principal de la Universidad hasta el año 2006, los estudiantes del movimiento Dignidad Estudiantil contaron con un espacio en donde realizaban sus actividades y reuniones. Con el traslado de la sede dicho espacio se perdió. Lo que llevó a que fuera más difícil el habituarse en el complejo universitario; poco a poco fueron conquistando los espacios con los que hoy cuentan.

representa el evento que, a los ojos de la institución, las víctimas de la violencia de la Universidad del Atlántico son los cuatros estudiantes que lamentablemente fallecieron en dicho evento violento.

Los movimientos estudiantiles actuales, debido a la desconexión generacional a la que fueron sometidos por la arremetida violenta contra los grupos precedentes, no poseen conocimientos claros los movimientos estudiantiles que les precedieron, tales como Alma Mater y Dignidad Estudiantil. Tampoco conocen la importancia que tuvieron en momentos de crisis universitaria. Por esta razón, nombres como Reynaldo Serna o Humberto Contreras se asoman en la lejanía pero no llegan a oídos de movimiento como FEU o ACEU quienes han manifestado que dichos grupos no tuvieron mayor relevancia²⁸. Por lo tanto, las víctimas del **MOVIMIENTO ESTUDIANTIL** son Darwin Peñaranda, Dreiber Melo, Yuri Martinez o José Saballeth, los cuatro estudiantes fallecidos en 2006.

Podemos resaltar en este hecho una memoria intergeneracional que se fragmenta, o que no llega a construirse como tal, debido a que no existe un acompañamiento generacional en los movimientos estudiantiles como consecuencia del desmembramiento de los mismos. Alma Mater, por ejemplo, luego del asesinato de Humberto Contreras y Reynaldo Serna se desintegra puesto que la mayoría de sus miembros abandonaron la ciudad y/o el país. Lo mismo ocurrió con Dignidad Estudiantil, luego del siniestro del 2006, se desintegró y la mayoría de sus miembros se desplazaron a distintas ciudades del país. Hoy en día siguen activos a través de la Fundación FUMPAZ.

La desconexión que hemos señalado se percibe en los lugares que se han construido para conmemorar a los estudiantes caídos. Los murales y las conmemoraciones que se han llevado a cabo se centran en recordar a los cuatro estudiantes arriba mencionados y al evento como tal. El tiempo aquí se congela y permanece inmutable la memoria, es decir, no cambia ni se transforma, puesto que antes de tal evento “no existió violencia contra los movimientos estudiantiles”, pero al mismo tiempo representan el martirio que ser estudiante y militante de izquierda significa. En otras palabras, el acontecimiento límite del 24 de Octubre de 2006 se

²⁸ Entrevista realizada a FEU (federación de estudiantes universitarios), Mayo de 2015.

convirtió en una memoria emblemática y fundacional del movimiento estudiantil en la Universidad del Atlántico.

Pintar murales, ventilar el pasado al presente

El arte ha sido el medio por el cual los movimientos estudiantiles han hecho del pasado un presente en el campus universitario. A partir de los murales, la memoria pasa al escenario público y transmite tanto el acontecimiento límite emblemático (el siniestro del 24 de Octubre) como el sentir identitario.

Las imágenes que mostramos a continuación permiten evidenciar la desconexión generacional en los movimientos estudiantiles, y la memoria que se crea como consecuencia de este fenómeno. Se han escogido dos ejemplos que consideramos que son claves para ejemplificar los argumentos que anteriormente se expusieron, puesto que en ellos se resalta tanto la memoria emblemática, que nace como respuesta a la fragmentación de la memoria intergeneracional, y la forma en que se conciben el pasado traumático los movimientos.



Esta imagen representa los cuatro jóvenes fallecidos en la explosión del 24 de Octubre del 2006. Las cuatro puntas y el negro representan cuatro vidas cegadas por los hechos violentos llevados a cabo por los grupos de paramilitares y por el Estado, a los cuales culpan de ejercer persecución y coacción en contra de los movimientos estudiantiles. En el centro se puede leer *24 de Octubre, ni perdón ni olvido*, lo que hace pensar que la forma en que se concibe la memoria es como una búsqueda de verdad que culpabilice, puesto que no es posible sanar las heridas que el pasado ha creado. En otras

palabras, se apela a una memoria literal²⁹ que ancla al colectivo al pasado y no le permite proyectarse a futuro, puesto que no se logra sanar con el acontecimiento.

La consigna del no perdón, se entiende entre los movimientos estudiantiles como la necesidad de no dejar caer en la impunidad los hechos ocurridos, y acompañado del olvido, se entiende como la indiferencia ante la coerción y la violencia. En este sentido, el mural se erige como un lugar de memoria en contra de la impunidad y el silencio que por mucho tiempo ha callado las voces de las víctimas del conflicto. Es, igualmente, un llamado de atención a la Universidad, puesto que ésta mantuvo un silencio prolongado (en años) frente a los hechos ocurridos.

Ahora bien, este lugar de memoria, se establece como un lugar de disputas por el pasado. Puesto que, en primer lugar, la memoria que se está conmemorando es una memoria que no le pertenece a los movimientos estudiantiles actuales, quienes hicieron del siniestro y de los jóvenes fallecidos un acontecimiento emblemático³⁰, debido a que estos no pertenecían a sus movimientos. Y, en segundo lugar, porque no todos los sectores del movimiento estudiantil están de acuerdo con dicha consigna.

El mural que se muestra a continuación ratifica la memoria emblemática y se convierte en un lugar de disputas, puesto que, a pesar de la importancia que tienen los cuatro estudiantes fallecidos, estos son considerados como las víctimas “más importantes”; es decir, invisibilizan otros actos violentos que ocurrieron en la Universidad y a otras víctimas. Sin embargo, como se mencionó anteriormente, esto es producto de una fragmentación de la memoria y del silencio institucional que no ha visibilizado a las víctimas de la institución educativa.

²⁹ Ver, TODOROV Tzveran , Los abusos de la memoria, Paidós, Barcelona, 2008.

³⁰ Entrevista a ex estudiante de la Universidad del Atlántico y miembro de FUMPAZ. Bogotá, Junio de 2015.



La memoria emblemática que vehicula este mural es una memoria en donde el martirio evoca la lucha y engloba al movimiento estudiantil, pero se olvida todo lo demás. La violencia que vivió la institución educativa se ancla en el 24 de Octubre de 2006 y allí permanece congelada, no hay ni pasado ni futuro después de esta. No hay víctimas más que los cuatro jóvenes fallecidos. La memoria aquí no repara, no permite avanzar y genera más dolor. La memoria de los movimientos estudiantiles, por ende, es una memoria ajena a las dinámicas de violencia, en su globalidad, de la Universidad del Atlántico.

Conclusión

Los lugares de memoria son esenciales para vehicular la memoria y los recuerdos de hechos pretéritos al espacio público, especialmente cuando el pasado está cargado de acontecimientos límites. En este sentido, se establecen como una estrategia contra el olvido (entendido como silencio e impunidad).

El conflicto colombiano ha tocado a prácticamente todos los estamentos de la sociedad, y las universidades públicas fueron en su momento bastante vulneradas. Sobre ellas recayó el estigma que históricamente ha acompañado a la izquierda política, lo que permitió que grupos paramilitares las cooptaran. Este hecho desencadenó una oleada de violencia en dichos claustros educativos. La universidad del Atlántico, al igual que otras universidades públicas, se vio afectada por el accionar paramilitar, quedando un gran número de víctimas.

En la actualidad, frente a la coyuntura que vive el país, la Universidad del Atlántico se encuentra en proceso de sanar con su pasado y sacar a la luz los

acontecimientos violentos que la afectaron. En este proceso, los movimientos estudiantiles crearon lugares de memoria para hacer visible sus memorias y sus versiones del pasado. Sin embargo, debido a la violencia que los azotó durante el periodo (1998 – 2010), y que desintegró a los movimientos sociales de finales de los noventa y mediados del 2000 (Alma Mater y Dignidad Estudiantil), no existe una memoria del proyecto político de los movimientos estudiantiles, puesto que la memoria intergeneracional se fracturó.

Como consecuencia de lo anterior, los movimientos actuales se encuentran desconectados de las consignas de los movimientos que les precedieron y no tienen conocimiento de sus líderes, quienes fueron víctimas de la violencia. A raíz de esto, poco conocen de la realidad violenta de la institución a inicios de la década del 2000. Debido a esto, se conectan más con los hechos violentos ocurridos el 24 de Octubre de 2006, en el cual fallecieron 4 estudiantes en una explosión ocasionada por grupos de extrema derecha. En sus memorias, este hecho se percibe como un acontecimiento de importancia, a pesar de que no lo presenciaron, puesto que éste se convirtió en una memoria emblemática del movimiento estudiantil. Esto es consecuencia del desmembramiento de los movimientos estudiantiles y del silencio que la Universidad guardó durante mucho tiempo frente a la violencia que vivió.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, Marc. Las formas del olvido. Editorial Gedisa, Barcelona. 1998.

ARFUCH, Leonor. Memoria y autobiografía. Exploraciones en los límites. Fondo de cultura económica, Buenos Aires. 2013.

CANDAU, Joel. Antropologie de la mémoire. Presses universitaires de France. Paris, 1996.

CALLEJA GONZÁLES, Eduardo. Memoria e historia. vademécum de conceptos y debates fundamentales. Ediciones catarata. Madrid, España. 2013.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. Nuevos escenarios de conflicto armado y violencia. Panorama posacuerdos con AUC. Región Caribe. Colombia, 2014.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. Mujeres y guerra. Víctimas y resistentes en el caribe colombiano. Colombia, 2011.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. La masacre de El Salado. Esa guerra no era nuestra. Colombia, 2009.

CASTILLEJO, Alejandro y REYES, Fredy Leonardo (Edit). *Violencia, memoria y sociedad. Debates y agendas en la Colombia actual*. Utsa ediciones. Bogotá, 2013.

CUÉLLAR CASTILLEJO, Alejandro. *Los archivos del dolor. Ensayo sobre la violencia y el recuerdo en la Sudáfrica contemporánea*. Ediciones Uniandes, Bogotá. 2009.

ERLL, Astrid. *Memoria colectiva y culturas del recuerdo. Estudio introductorio*. Ediciones Uniandes, Bogotá. 2012.

NORA, Pierre. Pierre Nora en *les lieux de mémoire*. Ediciones Trilce, Chile. 2009.

LACAPRA, Dominik. *Historia en tránsito. Experiencia, identidad, teoría crítica*. Fondo de cultura económica, Buenos Aires. 2006.

_____ *Escribir la historia, escribir el trauma. Nueva visión*, Buenos Aires.

TODOROV, Tzevan. *Los abusos de la memoria*. Editorial Antrophos. Madrid, España, 2004.

PARAMILITARISMO Y MOVIMIENTOS ESTUDIANTILES: VIOLENCIAS Y MEMORIAS: 1998-2010

Edwin José Corena Puentes
Universidad del Atlántico

Resumen: La violencia al interior de las universidades públicas ha sido una de las consecuencias más nefastas del conflicto armado colombiano. Sindicalistas, profesores y movimientos estudiantiles se vieron expuestos a todo tipo de repertorios de violencias orquestados principalmente por el Paramilitarismo. Desde finales de la década del noventa este fenómeno se agudizó. La muerte, el panfleto, la persecución, las amenazas y el desplazamiento forzado se convirtieron en actos de terror que concurrían en las instituciones donde el pensamiento libre y el ejercicio de la democracia era la práctica común. Con la desmovilización del paramilitarismo en 2005, bajo la Ley 975, también llamada de Justicia y Paz; y recientemente en 2011 con la promulgación de la Ley 1448, o de Víctimas y Restitución de tierras, se han empezado a conocer parte de las dinámicas del este actor armado ilegal interior de las universidades. Las víctimas, sobre todo los movimientos estudiantiles, han empezado a reconstruir sus memorias tejidas de dolor, pero también de lucha y resistencia. Este trabajo expone las tensiones que surgen cuando se enfrentan las memorias paramilitares con las memorias de las luchas estudiantiles en contextos de transiciones que intentan buscar la paz. Se quiere proponer la idea de que la memoria es un campo en disputa que busca crear sentidos sobre el pasado a partir del lugar político desde donde se enuncian.

Palabras claves: memoria – movimientos estudiantiles – paramilitarismo

Introducción

Hacia finales de la década del noventa del siglo pasado, la Universidad del Atlántico, una universidad pública ubicada en la Región Norte Colombiana, experimentó un conjunto de violencias que afectaron de manera dramática a sindicalistas y movimientos estudiantiles. Asesinatos, torturas, amenazas y desplazamientos forzados fueron algunos de los repertorios de violencia que agenciaron los paramilitares. Estos fueron considerados ejércitos privados que intentaron legitimar su accionar bajo un discurso de lucha antisubversiva que buscaba detener la avanzada de la guerrilla y neutralizar la protesta social. Sin embargo, el paramilitarismo rebasa esta definición. En sus repertorios de violencia y en su capacidad para ejercer controles sobre buena parte del territorio de Colombia, el paramilitarismo se convirtió entre 1980 y 2006 en una fuerza criminal capaz de controlar y ejercer funciones propias del Estado, tales como cobro de tributación, vigilancia de la sociedad y ejercicio de la justicia (DUNCAN,

2015: 13-14). El paramilitarismo a su vez, concretó alianzas con los poderes políticos locales y regionales en busca de promover un orden social reglamentado no bajo los ideales de un estado democrático, sino bajo las lógicas de amigo-enemigo, en el que tanto los grupos de izquierdas, los movimientos sociales, así como una parte considerable del campesinado, sufrieron la arremetida de estos actores armados ilegales.³¹

Todo este escenario de criminalización de la protesta y la lucha social recayó en los movimientos estudiantiles de las universidades públicas de Colombia. Desde finales de la década del noventa el paramilitarismo empezó a penetrar a las principales ciudades del país. Desde allí lograron controlar las redes de microtráfico de drogas, reorganizaron el crimen bajo sus lógicas y ejercieron extorsiones a sectores comerciales e industriales (DUNCAN, 2015:388-389). A lo anterior se le sumó un plan ambicioso por producir un repertorio discursivo que apuntaba a estigmatizar a todas las expresiones de protesta social que se daban en las ciudades y en el campo (GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA, GMH, 2009:23). Defensores de derechos humanos, sindicalistas, profesores de ideologías de izquierdas, así como los movimientos estudiantiles se vieron expuestos alamedrentamiento, la persecución y la eliminación física. Estos últimos pasaron a ser representados como brazos políticos de algunos movimientos guerrilleros. Ello se tradujo en un debilitamiento de las luchas juveniles que, en la mayoría de los casos, defendían la universidad pública como mecanismo de movilización social y de equidad democrática.

A partir de lo anterior, este trabajo quiere analizar las memorias juveniles, generacionales y violentas de este período (1998-2010), problematizando la memoria como un campo en disputa en el que relatos sobre el pasado se articulan a proyectos sociales o a legitimaciones políticas (JELIN y LANGLAND, 2003:212) Para este caso, existen dos memorias en disputas. Por un lado, el del Paramilitarismo, cuyos énfasis están dados por la idea de que la lucha social es equivalente a la pertenencia a grupos guerrilleros. Y por otro lado, el de los movimientos estudiantiles, cuyas memorias giran en torno a la agitación política como arma simbólica que sirve para impulsar cambios sociales y políticos.

³¹ Algunos de estos acuerdos se suscribieron en lejanas poblaciones rurales. Es muy conocido el acuerdo de Santa Fe de Ralito, caserío del municipio de Tierralta, en el departamento de Córdoba. Aquí se pactaron alianzas entre la clase política local y regional con el paramilitarismo para distribuirse el poder y capturar los presupuestos oficiales.

Este trabajo es el resultado de una investigación más amplia, que buscó dar cuenta de las violencias sufridas por estudiantes, sindicalistas y profesores de la Universidad del Atlántico entre 1998 y 2010, y cuyos perpetradores pertenecían al movimiento paramilitar. En la primera parte del trabajo se realiza una breve descripción del proyecto de memoria histórica. En la segunda describo algunas memorias impulsadas por el paramilitarismo para construir estigmas sociales hacia los movimientos sociales. En la tercera parte describo y analizo las memorias de los movimientos estudiantiles a partir de los talleres de memoria realizados en el marco del proyecto referido. Terminó con unas consideraciones.

I

El proyecto de investigación “Reconstrucción de la memoria histórica de las víctimas de la Universidad del Atlántico: 1998-2010” se inscribe en un contexto de justicia transicional en el que la verdad, la justicia y la reparación se constituyen como pilares de la resolución del conflicto armado en Colombia. En el año 2005 el gobierno nacional expidió la Ley 975, también llamada de Justicia y Paz; dicha ley buscaba generar un mecanismo jurídico eficaz que permitiera la desmovilización de uno de los actores armados más poderosos del conflicto armado colombiano, los paramilitares. El Estado ofreció bajas de penas a cambio de que los paramilitares confesaran sus crímenes de lesa humanidad, entregaran sus bienes y repararan a sus víctimas económica y simbólicamente. Tales medidas, sin embargo, se encontraron con desafíos inmensos.

En primer lugar los jefes paramilitares reconocieron parte de su accionar violento. Las versiones libres a las que asistían se convirtieron pronto en una extensa justificación ante los hechos violentos que habían generado. Poco a poco fueron configurando un repertorio discursivo que trataba de evidenciar que su empresa criminal había sido más bien un proyecto político legitimado por sectores económicos y por facciones de instituciones del estado, tales como la policía, el ejército y el cuerpo de seguridad de Colombia, el DAS (GMH, 2012: 244-246)

Por otro lado, el paramilitarismo no se desmovilizó en su totalidad. Una parte importante de sus bloques siguieron actuando en las mismas poblaciones en las que antes habían delinquido los paramilitares. Algunos mandos medios pasaron a convertirse en jefes criminales que tenían por objetivo principal controlar los corredores de tráfico de drogas, ejercer monopolio en las ciudades sobre la criminalidad y seguir

impulsando un discurso antisubversivo que impactaba el clima de seguridad de los defensores de derechos humanos y de líderes y movimientos sociales.

En medio de estos escenarios, las víctimas empezaron a constituirse como un actor social que reclamaba sus propias versiones sobre el pasado violento. Así, desde finales de la década anterior en Colombia se ha asistido a la emergencia del testimonio y al impulso de la memoria histórica como una de las formas más contundentes de reclamo y de impulso de versiones variadas y matizadas del conflicto armado (GMH, 2013:329). Las víctimas ya no solo esperan ser reparadas, también han mostrado interés creciente por distribuir al Estado, a las guerrillas y paramilitares reclamos ante los hechos violentos que han sufrido como individuos, colectivos y comunidades. En otras palabras, la búsqueda de la verdad y el deber de memoria se establecieron como dos mecanismos ineludibles dentro de la coyuntura actual en Colombia.

Lo anterior sirvió de marco para que uno de los desmovilizados del paramilitarismo, alias Don Antonio, comandante del Frente José Pablo Díaz, confesara en versiones libres parte de los crímenes que había realizado en el Departamento del Atlántico, lugar donde funciona la universidad del mismo nombre. Su confesión permitió reconstruir fragmentos de las dinámicas de violencia que estos actores generaron durante una década (1998-2008) en dicho territorio.

Los hallazgos de la investigación evidenciaron un proyecto de persecución que buscaba disminuir y fracturar los movimientos sociales. Allí se señalaron como varios crímenes fueron cometidos por los paramilitares con la intención de generar terror. Se evidenció como la universidad del Atlántico fue un espacio en donde sus actores armados ingresaron para causar muertes y amenazas tanto a los gremios sindicales como a los movimientos estudiantiles.

En 2011, dentro del proceso en contra de Alias Don Antonio, se exhorta a la Universidad del Atlántico a adelantar acciones que permitieran reconstruir esa dinámica de violencia experimentada al interior de la institución de educación superior. Un grupo de investigadores del programa de Historia de dicha institución deciden adelantar un proyecto que privilegiara las voces y las narrativas de las víctimas.

La investigación realizó un proceso de mapeo de las víctimas del período y recogió las memorias que alrededor de este conjunto de hechos violentos se encuentran en las voces y los silencios de las víctimas; cuyos grados de afectación, experiencia y

posterior re-significación se dan al amparo de sus roles sociales, sus énfasis de género; así como de su pertenencia a universos culturales que permiten generar narrativas con significados disímiles.

En ese sentido, el proyecto quiso reactivar las memorias de los que sobrevivieron a estos escenarios de violencia, y reconstruir los testimonios que se encuentran aún en las narrativas de los familiares, compañeros y amigos de quienes sufrieron y dejaron de vivir al experimentar repertorios de violencia, que van desde el asesinato y la amenaza, hasta el desplazamiento y los atentados directos a la vida misma. Dado lo anterior, más que una observación y análisis de las dinámicas de esta violencia, se quiso profundizar en los relatos de sujetos sociales cuyas experiencias límites dejan huellas profundas en el tejido emocional.

Desde este mapeo se desprendieron las trayectorias de victimización y los acumulados de violencia sufridos por los movimientos estudiantiles que han hecho presencia en la Universidad del Atlántico desde finales de la década de los noventa del siglo XX. Como colectivos fueron desmembrados en distintos períodos. Y estos ciclos de destrucción marcaron su característica más sensible: una memoria intergeneracional y fragmentada, como analizaremos más adelante. A continuación se mostrará cómo el paramilitarismo intentó construir un relato de país que anulaba el ejercicio de la lucha social y a los movimientos que lo practicaran.

II

El paramilitarismo nació en la década de los ochenta en un cruce complejo entre el narcotráfico, los poderes políticos locales y regionales y facciones de las fuerzas armadas. Su objetivo inicial fue contrarrestar a los movimientos guerrilleros que se expandían por todo el territorio nacional. Bajo esa premisa, generaron un discurso antsubversivo que buscaba generar representaciones alrededor de lo que debía ser el orden social y político del país y del cómo debían ser cada uno de los ciudadanos. Este discurso se impuso como un arma de guerra y un mecanismo poderoso de coerción no solo hacía los movimientos guerrilleros, sino hacía esos sectores que ellos consideraban cercanos o aliados de las guerrillas colombianas.

Desde la década de los ochenta este discurso empezó a traducirse en una sostenida y profunda violencia en contra de las poblaciones rurales y de los

movimientos sociales. El paramilitarismo pasó a realizar incursiones violentas en comunidades que ellos declaraban como auxiliadores de las guerrillas. El resultado fue más de un centenar de masacres en donde se usaron todo tipo de dispositivos de terror. Decapitaciones, desmembramientos, violaciones, crímenes colectivos entre otros. Todas estas extremas y crudas formas de terror generaron muertes y miles de desplazados desde las zonas más apartadas del país hacia los centros urbanos (PALACIOS, 2012:170-171).

En estos últimos no se produjeron dichas masacres, pero el asesinato selectivo, el ataque sistemático a los actores sindicalistas y a todo tipo de actores cercanos a las luchas sociales, se convirtieron en otra estrategia de coerción y de implementación de un orden social. En las ciudades el paramilitarismo hizo pronta alianza con facciones del estado, con ello se buscó profundizar los niveles de violencia a partir de construir dispositivos discursivos que apuntaban a criminalizar todo tipo de protesta social. Este discurso logró insertarse y extenderse hacia otros ámbitos de la sociedad. Tanto la prensa, como el ciudadano común, en alguna medida recibieron buena parte de este influjo representacional. El resultado fue cierto rechazo social hacia el sindicalismo, los movimientos estudiantiles, la organización campesina y los desplazados. La prensa, los comunicados de la policía nacional, así como los discursos políticos se nutrieron de estos sistemas de representación en el que el estigma social recaía de manera contundente en contra de quienes agitaban las banderas de la lucha social.

Fue tanta la fuerza del discurso paramilitar, que sectores civiles de la sociedad lo toleraron, lo aceptaron y no pocas veces lo patrocinaron. Agobiados por la insurgencia, por sus secuestros y por la violencia sostenida que habían mantenido en contra del Estado y la sociedad, muchos equipararon a los movimientos sociales con los movimientos guerrilleros (PECAUT, 2013:157). Como si la protesta social ejercida por sindicatos, movimientos indígenas y estudiantiles pudiera realmente equipararse con las máquinas de guerra en que se habían convertido las guerrillas del país al menos desde la década del ochenta del siglo XX. (PIZARRO, 2011: 231)

Este complejo proceso impulsó una memoria de liberación en el que los paramilitares eran los abanderados. A muchos de sus cabecillas se les tildó de héroes de la patria. Y operó entonces el clímax de este discurso antisubversivo: refundar la patria. Esta afirmación buscaba vincular al paramilitarismo con un movimiento de regreso a una patria libre de guerrilleros, construida bajo el orden militar y bajo un conjunto de

doctrinas que descansaban sobre las ideas conservadoras y tradicionalistas.(GMH,2012:244-247) Por ejemplo, el paramilitarismo intentó asesinar a homosexuales, indigentes, drogadictos y personas con problemas mentales.

En suma, el paramilitarismo intentó crear una memoria del conflicto colombiano de amigos y enemigos, intentó establecer que el “mal” del país era la insurgencia y sus “auxiliadores”, y que a estos últimos había que disminuirlos bajo la amenaza, la tortura y el asesinato. Desde este discurso, el paramilitarismo actuó al interior de la Universidad del Atlántico. Acusó a los líderes de los movimientos y asesinó a quienes consideraba en su representación social su enemigo, como veremos a continuación.

La memoria de los movimientos estudiantiles

El Proyecto de Memoria Histórica emprendió un trabajo de acercamiento y consulta con las organizaciones estudiantiles. Se trataba entonces de encontrar en las voces, en la simbología, en su discurso y su visión de la universidad y de la sociedad, elementos que pudieran atarse a la memoria de la violencia experimentada desde la década del noventa de la pasada centuria. Pues como se ha ido estableciendo hasta el momento, las dinámicas de la violencia al interior de la Universidad del Atlántico, corresponden a un cruce de contextos y procesos en el que se vieron afectados la vida y los derechos no solo docentes y administrativos, sino también de un número significativo de estudiantes que fueron amenazados, perseguidos y asesinados.

Por tal razón, el imperativo investigativo nos llevó a formular una serie de talleres con Asociación Colombiana de Estudiantes Universitarios (ACEU) y con la Federación de Estudiantes Universitarios (FEU) en el año 2014. Además de rastrear otras memorias de líderes y miembros de los movimientos que, desde otros lugares emprendieron formas de resistencias, memorias y olvidos. En todos los casos, el objetivo del taller y las entrevistas fue el de registrar y visibilizar las voces que han sido silenciadas e identificar y documentar aquellos hechos que han generado victimización al interior del movimiento. Así mismo, cada uno de los talleres tenía la intención de reconstruir la memoria que alrededor de los “hechos trágicos del 24 de Octubre de 2006”. Fecha en la que un artefacto explosivo dejó sin vida a cuatro estudiantes que se encontraban en la cancha de fútbol de la Universidad del Atlántico.

La metodología utilizada partía de un conjunto de matrices que buscaban explorar los distintos tipos de daños a los que se ven enfrentados los grupos sociales en escenarios de conflictos políticos. De esta manera se pudo establecer como el daño político, el daño al proyecto de vida y el daño moral fueron tres de las afectaciones más recurrentes durante y después de los escenarios de violencia y terror experimentados por más de una década al interior de la Universidad del Atlántico.

Frente al daño político, los movimientos expresaron la incapacidad de ejercer libremente su derecho a asociarse y promover discursos críticos frente a los manejos administrativos y académicos de la Alma Mater. Señalaron como se crearon mecanismos de coerción que buscaban disminuir su capacidad de acción y denuncia. Y apuntaron su desconfianza manifiesta tanto en los organismos del Estado, como el Departamento Administrativo de Seguridad (DAS) y la Policía Nacional, como en las administraciones de los rectores de finales de la década de los noventa. En ese sentido, sus testimonios evidencian una distancia y una fractura social con relación a las formas en que tanto actores del Estado como de la misma institución, le dieron cabida a sus formas de protesta social.

Por otro lado, algunos de los miembros estudiantiles señalaron como un número aún no conocido ni determinado en su totalidad de estudiantes de la Universidad del Atlántico, salieron de la ciudad de Barranquilla como medida cautelar para poner a salvo sus vidas. Este capítulo de la violencia, es uno de los dramas sociales más feroces, pues encarna la incapacidad del Estado Colombiano y sus distintas instituciones para garantizar además de la educación, la seguridad y el buen nombre de quienes ejercen desde sus posiciones ideológicas, unas formas de ver y visionar un orden social y político alterno y/o complementario al que viven.

Una trama violenta como la anterior, no puede más que causar un daño al proyecto de vida. Esto, desde luego, tiene unas consecuencias que generan afectaciones que van más allá del tejido familiar. Irse de un territorio constituye uno de los desafíos más complejos para los seres humanos. Y si a ello se le añade que fueron las circunstancias violentas y no la voluntad de los individuos lo que lo empujaron a abrir nuevos horizontes, esto llega a comportar unas fracturas emocionales y una pérdida de los lazos de identidad que permanecen en el tiempo durante largos períodos. (GMH, 2014:7-8) A ello había que agregarle, que el desplazamiento forzado de los líderes o de

los miembros activos de los movimientos estudiantiles, operó como un mecanismo de terrorde disuasión que era alentado por parte de los paramilitares.

Finalmente, los miembros de los grupos estudiantiles señalaron como a raíz de este conjunto de escenarios de violencia, muchos experimentaron sentimientos encontrados, como rabia, impotencia y temor. Así mismo, los mecanismos de estigmatización, cuya característica parece ser la de permanecer en el tiempo y bajo diferentes registros, que van desde los panfletos y grafitis, hasta los comunicados oficiales por parte de organismos del Estado como el DAS y la Policía Nacional, generan en ocasiones conflictos identitarios frente a la labor que realizan como luchadores sociales.

A este conjunto de daños se refiere parte de la memoria grupal movimientos estudiantiles. Sin embargo, la memoria que se construye desde este presente tiene otro tipo de elementos que es pertinente señalar de manera sucinta en este trabajo.

En primer lugar, uno de los desafíos de mantener una memoria viva tiene que ver con los mecanismos que existen para trasladar las memorias de una generación a otra. Aunque no es un acto esquemático, ni la memoria es tan poco un líquido que se vierte de un recipiente a otro, también es cierto que existen formas complejas en que las generaciones transfieren residuos de memorias a otras generaciones, estas últimas siempre tendrán la capacidad y la necesidad de actualizarlas, transformarles y resignificarlas a partir de sus cambiantes contextos sociales, culturales y políticos (ERLL, 2012:22-23)

Los movimientos estudiantiles no escapan a estos desafíos. Y su misma constitución, cuya característica más convencional tiene que ver con que los miembros tienen un ciclo que inicia y termina casi siempre con su ciclo universitario, coloca en tensión la capacidad que tienen sus actores para mantener una memoria viva de lo que han sido como organización social y política.

En este punto, cabe resaltar como los “hechos trágicos del 24 de Octubre”, se inscriben en su memoria como un acontecimiento-ruptura que, sin embargo, no logra unificar su sentido ni su relato. Esto quiere decir que, aunque memoria emblemática, el “24 de Octubre” no ha generado una memoria oficial, un relato fundacional por parte de los movimientos. Esto se colige a partir de que sus memorias terminan siendo encontradas y tensionadas frente a las formas en que se narran los hechos, los énfasis de

sus narraciones, detenidas algunas en los perpetradores, mientras que otras apuntan a recordar a partir de la vida de los estudiantes tomándolos como faros o rectores de las visiones de lucha social.

Lo anterior demuestra como la memoria viva es muy compleja de permanecer cuando los ciclos de quienes producen y recuerdan las memorias son muy cortos. Los miembros estudiantiles expresaban la dificultad para señalar cada una de las víctimas que ha dejado la violencia en la Universidad del Atlántico. Mostraban además impotencia al no poder reconstruir de manera mucho más profunda las dinámicas de constitución de cada uno de sus movimientos. Y resaltaban el hecho de que se han emprendido iniciativas de memorias que parten de reconstruir hechos o acontecimientos más significativa partir de documentales, homenajes y conmemoraciones.

El otro elemento que caracteriza la memoria grupal y generacional de los movimientos estudiantiles tiene que ver con una conciencia del espacio y los lugares como formadores y transmisores de memoria. Así, en cada uno de los talleres se evidenciaron un conjunto de lugares que atan experiencias con las expectativas.

Son recordados con especial énfasis la Universidad del Atlántico en su antigua sede. La memoria de ese lugar se ve como un escenario de lucha y de unidad. Algunos hablaron de las dimensiones de la Universidad en su antigua sede, como una forma de sentirse unidos. Otros expresaron que parte que colinda con la Carrera 50, traía recuerdos de personas que habían asesinado.

Frente a la nueva sede, se recoge la idea de la plaza que hacer parte del bloque D. Un lugar de arengas y replicas, un escenario de confrontación de idea. Espacio de sociabilidad. Lugar para proyectar una visión del mundo. Pasado-Presente y futuro puestos en un solo espacio. Así mismo, el sinnúmero de lugares en donde alguna vez ha estado presente un mural con alusión a sus actividades políticas y sociales se comportan como una memoria frágil y volátil que se construye y destruye conforme las circunstancias del momento.

Finalmente, el lugar de memoria emblemática, el lugar fundacional, el lugar ruptura, se encuentra en la cancha de softbol. Allí, cada año peregrinan mujeres y hombres de la población estudiantil para conmemorar los “hechos tráficos del 24 de octubre”. Los miembros al unísono expresan sus recuerdos y sus expectativas con

relación al significado que tiene y que puede tener este lugar. Hoy es un síntoma y una voz que sale de sus estructuras de varilla y cemento. Mañana, expresaron los miembros, quieren que se re-signifique el lugar. Que adquiera el “verdadero sentido”. Reclaman que su nombre sea precisamente ese: Estadio de Softbol 24 de Octubre.

A modo de conclusión

Las formas de construir memorias sobre el conflicto armado en Colombia, parten de los lugares de producción desde donde se nombren dichas memorias (SÁNCHEZ, 2014:39). Para el paramilitarismo se escenifica una memoria de liberación y de lucha contra el “mal” del país. Son ellos los elegidos para refundar la patria, para construir un orden y una visión de sociedad, amparada en valores tradicionales que combinan el poder coercitivo de la violencia armada. Para los movimientos estudiantiles existe en cambio una memoria de lucha y cambio social, pero también una memoria de dolor que se configura a partir de los daños políticos, sociales y culturales que se han experimentado.

En los movimientos estudiantiles cobra rostro una memoria más extendida en el tiempo, memoria que nace de las revoluciones juveniles y que contiene íconos, frases e imaginarios que sirven de marco para construir y producir sentido alrededor de los hechos violentos. Es claro que tanto la memoria paramilitar como la estudiantil se nutren de los contextos actuales de justicia transicional. A los primeros se les permitió entregar versiones libres en donde debían contar verdades a cambio de disminución de penas. Ello sirvió para hacer cierto “proselitismo discursivo”. Muchas de las versiones contaron masacres, desplazamiento, torturas, entre otros, pero casi siempre dentro de un marco de justificación que partía de sus labores de inteligencia. El supuesto general casi siempre era: auxiliador de la guerrilla. Ello desde luego no ayudó a re-convertir, re-significar en el imaginario social las representaciones que se tienen alrededor de los luchadores sociales.

Por su parte, los movimientos estudiantiles han empezado a reconocerse jurídicamente como víctimas, ello dentro de la coyuntura actual que privilegia el relato de las víctimas a partir de la promulgación de la Ley 1448 de 2011, la cual establece la memoria como un mecanismo de reparación simbólica. Las víctimas en los últimos años han logrado impulsar nuevas narrativas sobre el conflicto colombiano. Sus voces han ido colocándose por primera vez en muchas décadas al lado de las otras versiones y

visiones del conflicto colombiano. Todo ello nos muestra que la memoria es un campo de lucha en el que las relaciones de poder buscan intentar apropiarse de los sentidos del pasado. El camino de los movimientos estudiantiles para reconvertir el pasado y reconfigurar nuevos sentidos a sus prácticas es un camino que empieza a abrirse.

Referências Bibliográficas

DUNCAN, G. (2015). *Los señores de la guerra*. Bogotá: Debate.

ERLL, A. (2012). *Memoria colectiva y culturas del recuerdo: estudio introductorio*. Bogotá: Uniandes.

GMH. (2009). *La masacre del salado: esa guerra no era nuestra*. Bogotá: Taurus-Revista Semana.

GMH. (2012). *Justicia y Paz: Verdad judicial o verdad histórica*. Bogotá: Taurus-RevistaSemana.

GMH. (2013). *Basta ya. Colombia: memorias de guerra y dignidad*. Bogotá: Imprenta nacional.

GMH. (2014). *Aportes teóricos y metodológicos para la valoración de los daños causados por la violencia*. Bogotá: Imprenta Nacional.

JELIN, E. y LANGLAND, V. (2003). *Monumentos, Memoriales y Marcas territoriales*. Madrid: Siglo XXI Editores.

PALACIOS, M. (2012). *Violencia pública en Colombia: 1958-2010*. Bogotá: FCE.

PECAUT, D. (2013). *La experiencia de la violencia: los desafíos del relato y la memoria*. Medellín: La Carreta Histórica

PIZARRO, E. (2011). *Las Farc (1949-2011): De guerrilla campesina a máquina de guerra*. Bogotá: Norma.

SÁNCHEZ, G. (2014). *Guerras, Memorias e Historia*. Medellín: La carreta Histórica.

A NOVA FACE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM GOIÂNIA: DO ENFRENTAMENTO À GESTÃO AUTÔNOMA

Eliani de Fatima Covem Queiroz³²

Resumo: O movimento estudantil em Goiânia assumiu bandeiras políticas de defesa da mobilidade urbana, que estão diretamente ligadas à questão do transporte coletivo urbano na contemporaneidade. A maioria dos estudantes é universitária, com formação política, que criou uma frente de luta com gestão horizontal, sem liderança determinada, sem institucionalização e que foge do controle do Estado. Esses estudantes assumem estratégias de enfrentamento ao governo, às empresas que controlam o sistema de transporte coletivo e à forte repressão da polícia. Mesmo com prisões de alguns militantes, a Frente de Luta pelo Transporte busca formas de fugir da criminalização dos movimentos sociais, na defesa de direitos sociais e urbanos que pautam a militância política e social desses grupos. Busca-se, neste texto, traçar um perfil da Frente de Luta como movimento estudantil que atua fora dos limites da institucionalização, o que tem marcado a prática de outros movimentos sociais brasileiros.

Palavras-chave: movimento estudantil – enfrentamento – autonomia

Os movimentos sociais surgiram no calor das contradições sociais provocadas principalmente com o advento do capitalismo e o acirramento das condições de trabalho e de sobrevivência das camadas mais pobres da sociedade no início do século XX. No embate injusto e desigual, as pessoas se uniram em grupos na luta pela defesa de seus direitos. Dentre os grupos, um deles se destaca pela rebeldia e valentia nas contestações, o movimento estudantil, que protagonizou diversos embates no transcorrer da história em diversos países do mundo.

No Brasil, o movimento estudantil também foi protagonista em diversas frentes de lutas, sendo as mais marcantes as manifestações de protesto contra ditadura e o regime militar na década de 1960 e 1970; as manifestações na defesa da campanha das eleições diretas para presidente na década de 1980; e de apoio ao impeachment do presidente Fernando Collor, no Movimento Caras Pintadas de 1992.

Na contemporaneidade, os estudantes saíram novamente às ruas para protestar contra o reajuste da tarifa do transporte coletivo em diversas capitais e cidades brasileiras nas jornadas de junho de 2013, movimento que acabou ganhando outras

³² Graduada em Jornalismo pela UFG, mestre em Educação pela PUC Goiás e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG. Professora do curso de Jornalismo da PUC Goiás. E-mail: elianicovem@gmail.com.

demandas de lutas, como qualidade na educação, saúde e contra gastos com grandes eventos e contra a corrupção.

Em junho de 2013, em Goiânia, o movimento estudantil também assumiu bandeiras políticas de defesa da mobilidade urbana, que estão diretamente ligadas à questão do transporte coletivo urbano. A maioria dos estudantes que compõe o movimento é universitária, com formação política, que criou uma frente de luta com gestão horizontal, sem liderança determinada, sem institucionalização e que foge do controle do Estado³³.

Esses estudantes assumem estratégias de enfrentamento ao governo, às empresas que controlam o sistema de transporte coletivo e à forte repressão da polícia. Mesmo com prisões de alguns militantes, a Frente de Luta pelo Transporte busca formas de fugir da criminalização dos movimentos sociais, na defesa de direitos sociais e urbanos que pautam a militância política e social desse grupo. Busca-se, neste texto, traçar um rápido histórico dos movimentos estudantis no Brasil, até a atualidade, com os estudantes atuando fora dos limites da institucionalização, o que tem marcado também a prática de outros movimentos sociais brasileiros.

O contrapoder dos movimentos sociais

A história da humanidade registra momentos de insurreição³⁴ e revolução³⁵ em várias partes do mundo, contra regimes ditatoriais e situações sociais de desigualdade e miséria, sobretudo com a entrada em cena do novo regime de acumulação capitalista, o integral³⁶. Momentos em que grandes camadas da população tomam consciência de si mesmos e de sua situação frente aos demais e que se mobilizam, atendendo ao apelo de

³³ Vários autores avaliam a mudança do perfil dos movimentos sociais a partir do governo Lula, como Druck (2006) no artigo Os sindicatos, os movimentos sociais e o Governo Lula: cooptação e resistência; Corrêa (2013) no artigo Movimentos sociais e Estado: o governo do PT e o apassivamento do MST e Iglesias (2015) no artigo Da colonização da sociedade civil às tensões entre partidos no governo e movimentos sociais.

³⁴ Insurreição é definida como revolta; ação de insurgir, de se opor contra uma ordem preestabelecida ou determinada (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2015).

³⁵ Decouflé (1970, p. 13) traz as acepções de Littré para definir revolução como “mudança nas coisas do mundo, nas opiniões. Mudança brusca e violenta na política e no governo de um Estado [...]. De maneira abstrata, a revolução, sistema de opiniões compostas de hostilidade ao passado e de busca de um novo porvir, por oposição ao sistema conservador”.

³⁶ De acordo com Viana (2009), com o regime de acumulação integral, houve a queda do nível de vida e renda, inclusive em países considerados ‘desenvolvidos’, e o aumento da miséria, pobreza, violência e criminalidade.

líderes e sob a pressão de acontecimentos pungentes que levam à revolução. No entanto, para se chegar a uma insurgência, é preciso observar até que ponto a multiplicidade de sínteses individuais podem fundamentar, enquanto tal, a um conjunto de objetivos que conduzem às ações propriamente ditas (DECOUFLÉ, 1970).

Ao contrário de situações que levaram diversos povos às insurreições e revoluções ao longo da história, na atualidade, as novas contradições sociais provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo não se restringem aos conflitos de classe e nem mesmo se circunscrevem apenas ao universo do trabalho (GALVÃO, 2011). As diversas demandas fizeram com que grupos de pessoas se unissem em causas comuns, criando os movimentos sociais. Viana (2015a, p. 53) conceitua movimentos sociais como

[...] mobilizações de grupos sociais que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social (demandas, necessidades, interesses, etc) com determinada situação social. Um movimento social gera um conjunto de ramificações que muitas vezes são confundidas com ele, mas que são partes ou derivações do mesmo, tais como organizações, ideologias, tendências, manifestações, etc.

Os movimentos sociais existem sob determinadas condições históricas, “quando possuem um grupo social (que pressupõe um interesse comum derivado de uma situação comum, mesmo que essa situação seja apenas um projeto político ou cultural) onde se forma uma ação e uma consciência coletivas” (JENSEN, 2014, p. 133). Os movimentos sociais podem ser monoclássistas e policlássistas³⁷, sendo consideradas também três variedades existentes: conservadores, reformistas e revolucionários³⁸, que se diferenciam pela composição de classe e hegemonia interna (VIANA, 2015a).

De acordo com Oliveira e Marinho (2012), os movimentos sociais são caracterizados ainda pela falta de uma base social demarcada, por novos espaços de

³⁷ Os movimentos sociais monoclássistas têm por base grupos sociais compostos por indivíduos de apenas uma classe social e os policlássistas têm por base grupos sociais compostos por indivíduos de duas ou mais classes sociais (VIANA, 2015a).

³⁸ De acordo com Viana (2015a), o movimento social conservador atua no sentido de conservar, reforçar a sociedade existente, sem permitir mudanças no interior do capitalismo. O movimento social reformista é policlássista e suas reivindicações são endereçadas ao Estado, buscando reformas sociais, mudanças legislativas, atendimentos a demandas sociais. Podem possuir tendências revolucionárias sendo, no entanto, minoritárias e dissidentes. O movimento social revolucionário é um caso raro, segundo o autor, e pode ocorrer quando uma tendência revolucionária passa de minoritária a majoritária num movimento social reformista.

conflito, por demandas metapolíticas, identidades plurais e protagonistas de um novo ativismo. As mobilizações desses movimentos ocorrem fora da esfera institucional e buscam sensibilizar e persuadir a sociedade para uma transformação radical com base no diálogo da diversidade.

Santos (2006) considera que as formas de opressão e de exclusão contra as quais os movimentos sociais lutam não podem ser abolidas com a simples concessão de direitos, como é típico da cidadania, os conflitos exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento.

Os movimentos sociais possuem derivados e ramificações como, por exemplo, o movimento feminista, negro, ambiental, juvenil, estudantil, entre outros (Viana 2015a). Para análise deste texto, será focado o movimento estudantil no Brasil, mais precisamente a partir da década de 1960, época em que se configurou a ditadura militar no País, até a contemporaneidade e as transformações verificadas no período.

O movimento estudantil no Brasil no enfrentamento da ditadura militar

A partir da década de 1960, os jovens buscaram seguir suas próprias regras e a estabelecer uma nova ordem social. Tinham o desejo de transformar o mundo em que viviam tanto do ponto de vista político como em relação ao comportamento (BOTTOMORE, 1981). Essa reação contestatória³⁹ se manifestou com mais intensidade no meio estudantil. No Brasil os jovens saíram às ruas para protestar contra a ditadura militar instaurada em 1964, com o objetivo de deter as mudanças que estavam se delineando no cenário político e social do país (BENEVIDES, 2006).

Benevides (2006, p. 73) divide em três fases distintas vividas pelo movimento estudantil no período do regime militar: “de 1964 até 1968, fase caracterizada por grandes manifestações de rua; de 1969 até 1974, fase caracterizada pelo que se pode chamar de recuo estratégico; de 1975 até 1979, fase caracterizada pela luta da retomada da legalidade”.

Em cada uma dessas fases, vários acontecimentos tiveram significativa importância nos caminhos seguidos pelos estudantes, isso porque a cada mudança nos

³⁹ Para Viana (2015b) contestação é o ato de manifestar descontentamento contra algo, [...] mas nenhuma contestação é realizada no vazio e sim no interior de determinadas relações sociais, como as que são marcadas pela exploração, dominação, opressão, marginalização, entre outras.

rumos do regime, os estudantes eram obrigados a reavaliar a forma de organizar e conduzir os protestos e confrontos, ora recuando frente às novas exigências da situação política e também escolhendo formas alternativas de luta, como os movimentos clandestinos de luta armada ou atos relacionados à contracultura⁴⁰ (BENEVIDES, 2006).

Logo depois do golpe, a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, foi fechada e passou a atuar na clandestinidade. Centenas de estudantes e populares foram torturados, assassinados e considerados como desaparecidos durante o regime militar (VALLE, 2008). Muitos estudantes que participavam das manifestações tiveram alguma ligação com organizações de esquerda, sendo as que exerciam maior influência sobre os estudantes eram o Partido Comunista do Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Ação Popular (AP), o Política Operária (Polop) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) (BENEVIDES, 2006).

Para o autor, o engajamento dos estudantes no combate à ditadura militar foi resultado de um campo de forças duplamente estruturado: por um lado houve determinantes de conjuntura que transformaram os estudantes atores de ponta de lutas sociais contra o poder autoritário e a busca de um ideal de sociedade mais justa e, por outro lado, os estudantes foram atores de um campo de forças alavancado “por eles mesmos enquanto jovens que continuamente produzem, mais que reproduzem, valores e modelos de conduta, de comportamento e de ação” (BENEVIDES, 2006, p.122).

O movimento estudantil na defesa das diretas já e no Fora Collor

Nas décadas de 1970 e 1980 iniciou-se um processo de construção de uma nova ordem política em função do declínio do regime militar. A abertura política possibilitou que movimentos sociais atuassem no processo de superação do regime autoritário no período e de redemocratização. Uma das mobilizações marcantes do período foi a da campanha das Diretas de 1984.

A partir de 1975, surgiram diversos movimentos autônomos de contestação, com as reivindicações em torno de questões cotidianas: “Movimento do Custo de Vida,

⁴⁰ Para Brandão e Duarte (1995) e Maciel (1996) (apud BENEVIDES, 2006) a contracultura pode ser definida como um movimento que contestava os ditames da indústria cultural e a cultura de massa, propondo não apenas uma nova linguagem estética como também estilos de vida alternativos que não reproduzissem os modelos comportamentais impostos pela sociedade burguesa, tida como infeliz e neurótica.

Movimento por Moradia, manifestações contra a espoliação urbana, a carestia, o empobrecimento resultantes, a priori, do modelo concentrador de renda, com um perfil nítido de demandas tradicionais” (OLIVEIRA e MARINHO, 2012, p 134). Nos anos de 1978 e 1979 eclodiram as greves operárias, com o sindicalismo atuando de forma diferente da origem populista de 1930: independência em relação ao Estado, novas formas de organização e novas lideranças.

Deflagrada em abril de 1983, ano em que se iniciou o debate sobre a sucessão presidencial do presidente João Figueiredo, a campanha pelas eleições diretas ganhou fôlego a partir de janeiro de 1984, às vésperas da votação da proposta de emenda constitucional do Deputado Federal Dante de Oliveiral/PMDB-GO, que determinava o restabelecimento de eleições diretas para presidente já em 1985 (OLIVEIRA e MARINHO, 2012).

Faziam parte dos comícios em praças e espaços públicos de várias capitais do país os estudantes, operários, intelectuais, sindicalistas, artistas e cidadãos comuns. A campanha Diretas Já não garantiu a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, derrotada por 22 votos. Prevaleceu a opção pela transição negociada, com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney da Aliança Democrática, coligação PMDB/PFL (OLIVEIRA e MARINHO, 2012). Tancredo faleceu pouco antes da posse, com José Sarney assumindo a presidência.

O movimento dos Caras Pintadas foi uma mobilização popular e estudantil ocorrida nos meses de agosto e setembro de 1992, contra Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente diretamente eleito pelo povo após o regime militar. O que desencadeou a onda de protestos foi a acusação de corrupção contra o presidente feita pelo próprio irmão, Pedro Collor, à imprensa (SHILLING e FREITAS, 2013). Em reação às denúncias, os estudantes secundaristas, ligados à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) em um primeiro momento, e os estudantes universitários ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), nas passeatas seguintes, saíram às ruas para protestar (GROPPO, 2008).

Em resposta ao apelo do presidente para que os jovens saíssem às ruas com a missão patriótica de apoiá-lo, ocorreu o contrário: voltando-se contra Collor, milhares de estudantes secundaristas, em sua maioria, e universitários, vestindo preto em sinal de luto e com as caras pintadas, saíram às ruas das capitais dos Estados para exigir a

renúncia do presidente, que naquele momento estava sob alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

As manifestações aumentaram com a proximidade da votação do relatório final da CPI. Na manhã do dia 25 de agosto cerca de 400 mil estudantes tomaram o Vale do Anhangabaú em São Paulo. Em Recife, 100 mil estudantes foram às ruas e em Salvador 80 mil. Em Brasília, no dia 26 de agosto, cerca de 60 mil pessoas fizeram manifestações contra o presidente Collor, enquanto o relatório era votado pelo Congresso. Em setembro, as principais entidades civis do país e as centrais sindicais criaram o Movimento pela Ética na Política, da qual fizeram parte também a UNE e a UBES (SHILLING e FREITAS, 2013).

No dia 29 de setembro, a Câmara dos Deputados vota a favor do processo de impeachment. Collor finalmente renunciou em 29 de dezembro de 1992, o que não evitou que o processo de impeachment chegasse à conclusão condenando-o. Collor foi o primeiro presidente do país a ser destituído por um movimento de massas, formado em sua maioria pelos estudantes.

Movimento Estudantil na contemporaneidade

A partir de 2011, os movimentos sociais se constituíram em uma nova forma de ação coletiva, culminando em protestos em vários países com reivindicações peculiares em cada região, mas com estratégias de luta muito semelhantes e consciência de solidariedade mútua, que tomaram a dimensão de um movimento global (COVEM, 2015).

Os estudantes foram protagonistas em dezenas de frentes contestadoras em várias partes do mundo. Começou no norte da África, derrubaram ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen. Estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres. Surgiu no Chile e ocupou Wall Street, nos Estados Unidos, chegando à Rússia (CARNEIRO, 2012). No Brasil os protestos e manifestações eclodiram de forma mais intensa em junho de 2013.

Existe uma diferença das ações coletivas de protesto na contemporaneidade que, ao mesmo tempo, atuam globalmente, contestam as políticas neoliberais, atuam em rede utilizando largamente de recursos tecnológicos, e propõem um modelo alternativo à atual sociedade baseada exclusivamente no lucro e no mercado (GOHN, 2014).

Os movimentos sociais também produziram novos valores e objetivos em sua trajetória, segundo Castells (2013, p. 18), que ajudaram na transformação das instituições que compõem a sociedade e, ao assumirem esses valores, criaram “novas normas para organizar a vida social”. Para o autor, nas ações desses movimentos, um novo espaço público foi criado, localizado entre os espaços digital e urbano, de comunicação autônoma, que é a essência dos movimentos sociais, porque permite que o movimento se forme e se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre a comunicação.

No entender de Vainer (2013), entre lutas e conquistas dos movimentos sociais brasileiros, ao longo de mais de três décadas, na forma de um aprendizado contínuo, nas jornadas de junho de 2013, pela rapidez com que se espalharam, pelas multidões que mobilizam, pela diversidade de temas e problemas postos pelos ativistas, as manifestações evocam os grandes e raros momentos da história em que mudanças e rupturas que pareciam inimagináveis até a véspera se impõem à agenda política da sociedade e, em alguns casos, acabam transformando em possibilidade algumas mudanças sociais e políticas que pareciam inalcançáveis.

Para Gohn (2014), diferente dos novos movimentos sociais da segunda metade do século XX, que possuíam na identidade o foco de articulação central, as manifestações que ocorreram no Brasil em 2013, não se autodenominam de movimentos, mas como pertencentes a coletivos, isso porque não possuem lideranças, mas todos são líderes. Autoproduzem imagens com discursos sem referência a tempos do passado, como se não tivessem outras memórias incorporadas além de si próprios. No entender da autora, encontrar eixos identitários ou unidade nos coletivos das manifestações é impossível, pois são blocos diferenciados internamente, fragmentados. A referência é o presente e a permanência é circunstancial.

O que motiva os manifestantes, no entendimento de Gohn (2014, p. 13), são a indignação e descontentamento “contra a conjuntura ético-política dos dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal, as prioridades selecionadas pelas administrações públicas e os efeitos das políticas econômicas na sociedade”. Os ativistas de vários países colocam em xeque o sistema de representação política, levando as agendas locais a terem especificidades, mas também um substrato comum (ROLNIK, 2014).

Em São Paulo, no ano de 2013, as manifestações foram puxadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), em protesto contra o aumento de 20 centavos no valor da tarifa. Em Goiânia dois movimentos lideraram os protestos contra o reajuste de 30 centavos: o Tarifa Zero e o Frente de Luta Pelo Transporte. Engrossando a fileira de descontentamento expressada nas manifestações ocorridas em várias cidades do país, os movimentos conseguiram reverter o aumento da tarifa do transporte coletivo. Trata-se de uma vitória emblemática que beneficiou todo um conjunto de usuários da Grande Goiânia. As manifestações ocorridas em Goiânia e em outras cidades do país em junho de 2013 demonstraram que, a luta que partiu de uma organização descentralizada, “é um ensaio para uma outra organização do transporte, da cidade e de toda a sociedade” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p.17). Nas palavras do coletivo MPL:

Ao mesmo tempo em que ultrapassava as formas de organização já estabelecidas, o teor explosivo das mobilizações apontava para as contradições que o produziam, imbricadas no sistema de transporte coletivo, ponto nodal na estrutura social urbana. O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, na força de trabalho (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p.15).

De acordo com Singer (2013), os estudantes que participaram das manifestações de 2013 eram predominantemente jovens, a faixa que vai até 25 anos, de classe média, tanto expressando uma classe média inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que o autor denomina de novo proletariado: trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho.

O autor avalia, ainda, que os manifestantes tinham um alto grau de escolaridade, resultado do processo relativamente acentuado de escolarização ao longo da última década e meia, o que aponta para um novo proletariado com nível escolar elevado. Portanto, nas manifestações, havia uma massa de jovens de escolaridade mais alta que a renda. Isso foi possível com a ampliação das vagas nas universidades públicas, com o Programa Universidade para Todos (Prouni) e com a explosão do

ensino superior privado, que aumentou o número de ingressantes nas universidades, pulando de 1 para 2,3 milhões por ano de 2001 a 2011.

Também um novo elemento mudou a face dos movimentos sociais contemporâneos. O uso das redes sociais na Internet para recrutamento de militantes, divulgação das etapas do protesto e agendamento de manifestações tornou-se o diferencial em relação às formas de atuação de movimentos de outras épocas (COVEM, 2015). Ação esta que é de cunho global, também adotada por ativistas de vários países, alguns deles defendendo causas transnacionais, principalmente ligadas à defesa do meio ambiente. Vários autores (HARVEY, 2012; CASTELLS, 2013; MARICATO, 2013; MALINI e ANTOUN, 2013) analisam a nova configuração dos movimentos sociais com o uso das redes sociais para articulação das ações de enfrentamento contra a iniciativa privada, o governo e a ação repressora da polícia, configuração esta que é definida por esses autores como ciberativismo⁴¹. O Frente de Luta pelo Transporte é um dos movimentos estudantis que tem o ciberativismo como ferramenta de articulação e recrutamento de novos militantes na luta empreendida.

Frente de Luta pelo Transporte

A primeira reunião do movimento social Frente de Luta Pelo Transporte, em Goiânia, foi realizada no dia 21 de abril de 2013, com o objetivo de reivindicar a melhoria da qualidade do transporte público, estudar o preço cobrado mediante análise das planilhas de custo das empresas e barrar o possível aumento da tarifa do transporte coletivo urbano. O reajuste foi anunciado no dia 22 de maio daquele ano, passando de 2,70 para 3,00. A partir do aumento, o movimento realizou diversas manifestações, culminando com a do dia 20 de junho quando levou, junto com outros movimentos e articulações, cerca de 70mil pessoas às ruas. Um conjunto de ações conseguiu reverter o reajuste e a passagem naquele ano voltou ao preço de 2,70 (COVEM, 2015).

Depois das jornadas de 2013, as reuniões e manifestações da Frente de Luta continuaram nos anos de 2014 e 2015, com os militantes enfrentando repressão policial, prisões e criminalização do movimento. No período de janeiro a maio de 2015, os

⁴¹ Malini e Antoun (2013, p. 137) definem ciberativismo como a utilização de sites, blogs e redes sociais da Internet pelos ativistas dos movimentos sociais para disseminação da causa de luta. É estabelecida na junção “[...] da política de ação direta do novo ativismo com a potência criativa, descentralizadora e anárquica dos sistemas hipermídia”.

militantes enfrentaram uma grande repressão policial nas manifestações, com prisões de diversos militantes. Depois disso houve um refluxo do movimento, sem que conseguissem fazer com que as empresas operadoras do transporte coletivo de Goiânia recuassem no aumento da tarifa, que no dia 16 de fevereiro passou a custar R\$ 3,30, contra o preço de R\$ 2,80, cobrado de 2014 até essa data.

O Frente de Luta é constituído em sua maioria de estudantes universitários, com grande presença dos estudantes de diversos cursos da Universidade Federal de Goiás. Alguns estudantes secundaristas também fazem parte do Movimento. O movimento estudantil também usa as redes sociais, em especial o Facebook, como canal de comunicação para o recrutamento de novos militantes, na divulgação das ações do grupo – como reuniões e manifestações–, além de informar, em tempo real, o que ocorre nos protestos.

No perfil da Frente de Luta no Facebook, os militantes publicam fotos e chamados para participar de manifestações. Outras publicações conclamam os militantes e simpatizantes para a luta, como o texto abaixo:

Companheiros, não podemos deixar a lutar morrer, não podemos desistir dos sonhos de uma sociedade mais digna onde a classe do proletário tenha uma voz maior que os patrões. Mesmo com muitas intrigas, discórdia, posicionamentos diferentes, grupos diferentes, nossa união é necessária para que os patrões saibam que estamos vivos, que estamos unidos e prontos para a luta assim como estivemos ontem, assim como estamos hoje e estaremos sempre. Mesmo que grande parte da sociedade se faça de cega, todos temos a missão de abrir os olhos dessa sociedade, de falar todos os dias no trabalho, nas escolas, faculdades, dentro do ônibus, que estamos sendo explorados nas passagens de ônibus, pois 3,30 é roubo, nas compras do supermercado e em várias outras situações. Então uni-vos, erguei-vos vossos punhos e vamos à luta juntos. (POST DOS MILITANTES NO GRUPO FECHADO FRENTE DE LUTA PELO TRANSPORTE TRANSCRITO DO FACEBOOK, 2015).

Os militantes publicam, ainda, posts sobre pedido de contribuição para pagar fiança de militantes presos, convite para participar de palestra ou debate sobre o transporte coletivo ou sobre a criminalização dos movimentos sociais, denúncias sobre a violência da polícia militar nas manifestações, além de outros tipos de publicação com menor número de postagem.

A Frente de Luta também segue uma tendência dos movimentos sociais e estudantis do país, de ter uma organização horizontal, sem liderança e com autonomia frente ao Estado (MONTES, 2015; REIS, 2015). Montes (2015, p. 127) afirma que os

movimentos atuais tem outra forma de organização, “na base da horizontalidade real, da capacidade de estarem solidariamente trabalhando em conjunto”. Reis (2015, p. 300) destaca que uma das principais características desses movimentos é a autonomia em relação aos partidos políticos e aos sindicatos tradicionais:

É presumível, nestas condições, uma ‘abertura’ maior no leque das reivindicações. De um ponto de vista mais ortodoxo, isto pode ser avaliado como uma fraqueza. Contudo, de outro ponto de vista, pode ser avaliado – e assim eu vejo as coisas – como um sinal de vitalidade, no sentido de que o processo está fluindo de forma menos ‘amarrada’ e ‘enquadrada’ o que, não raro, esteriliza os movimentos.

De acordo com Maia (2015), os movimentos sociais estão criando coisas novas em termos de ação política no país. Hoje existem duas tendências no Brasil: “os movimentos sociais mais burocratizados e principalmente vinculados ao governo, cooptados pelo Estado e esses outros que estão emergindo, que estão criando instabilidade política em várias cidades, sendo que 2013 foi um grande exemplo”.

Considerações finais

Os movimentos estudantis no Brasil percorreram um percurso histórico de lutas e de enfrentamentos contra injustiças e para fazer valer direitos educacionais, políticos e sociais. Na contemporaneidade, tanto no Brasil como em outras partes do mundo, os movimentos estudantis têm se organizado para a luta que leve a conquistas sociais relacionadas com demandas urgentes.

Mesmo enfrentando momentos de refluxo e até casos de desaparecimento de alguns grupos, os movimentos estudantis assumem a bandeira da contestação contra a maneira em que a sociedade está organizada sob a égide do neoliberalismo e no atual estágio do capitalismo de acumulação integral, ambos de cunho excludente e opressor.

Muitos desses grupos enfrentam o braço repressor do Estado, todo o aparato policial, que impede as ações coletivas. Enfrentam ainda a criminalização dos movimentos, configurando um regime de exceção legal, restringindo direitos e suprimindo as liberdades individuais.

Os ativistas desses movimentos, no embate da luta, criam história e colaboram para a formação de uma consciência que resulte em um novo modelo de democracia, em que variados tipos de carências possam entrar na agenda política não apenas do povo,

mas do governo e das instâncias que legislam para esse mesmo povo. Todas essas articulações podem criar também uma renovação de ideias que conduza a um futuro diferente, em uma confluência de sentidos que levem a uma materialização de novos ideais para a humanidade.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: Annablume, 2006.

BOTTOMORE, Tom. *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRANDÃO, Antônio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, 1995.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação. *Rebeliões e ocupações de 2011*. In: *Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz. *Movimentos sociais e Estado: o governo do PT e o apassivamento do MST*. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4_ana_elisa_GI.pdf>. Acesso em 15 jul. 2015.

COVEM, Eliani de Fátima. *Frente de Luta Contra o Aumento da Tarifa: ciberativismo no Facebook e a busca pela democratização da mobilidade urbana em Goiânia*. Artigo apresentado ao 8º Congresso de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, 27 a 29 de maio de 2015. Programação do evento neste site: https://fic.ufg.br/up/74/o/Grade7_programacao_Feicom2015.pdf.

DECOUFLÉ, André. *Sociologia das revoluções*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/insurreicao/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

DRUCK, Graça. *Os sindicatos, os movimentos sociais e o Governo Lula: cooptação e resistência*. OSAL, Observatório Social de América Latina, ano VI, no. 19. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina, julho, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf>>. Acesso em 15 jul 2015.

GALVÃO, Andréia. *Marxismo e movimentos sociais*. Revista Crítica Marxista, n.32, p.107-126, 2011. Disponível em:<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo235artigo5.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

GROPPO, Luís Antonio. As passeatas pelo impeachment em 1992 e os jovens “carapintadas”. In: GROppo, Luís Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz. *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

IGLESIAS, Esteban. *Da colonização da sociedade civil às tensões entre partidos no governo e movimentos sociais*. Revista Sociologia em Rede, vol. 5, n. 5, 2015.

JENSEN, Karl. *Teses sobre os movimentos sociais*. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 01, Num. 01, jan./jun. 2014. Pág. 129-137. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jensen1/63>>. Acesso em: 08 ago 2015.

MACIEL, Luiz Carlos. *Geração em transe: memórias do tempo do Tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MAIA, Lucas. Entrevista concedida à autora, sobre o Frente de Luta pelo Transporte, em Goiânia, no dia 20 de abril de 2015.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulinas, 2013.

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MONTES, Maria Lúcia. Entrevista. In: BORBA, Maria; FELIZE, Natasha; REYS, João Paulo (Orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos em junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. *Passe livre: não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo*. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. *Diretas já, um movimento social híbrido*. Revista Debates, Porto Alegre, v.6, n.3, p.129-143, set.-dez. 2012.

REIS, Daniel Aarão. Entrevista. In: BORBA, Maria; FELIZE, Natasha; REYS, João Paulo (Orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos em junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

ROLNIK, Raquel. Entrevista. In: BORBA, Maria; FELIZE, Natasha; REYS, João Paulo (Orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos em junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós- modernidade*. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHILLING, Voltaire; FREITAS, Jéssica. *As Marchas do Brasil (1968-2013)*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/infograficos/marchas-historicas/>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

SINGER, André. *Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas*. Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções. Novos estudos – CEBRAP, no. 97, São Paulo, Nov. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>>. Acesso em: 10 maio 2015.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 35-40.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

VIANA, Nildo. *Os movimentos sociais: teoria e história*. Florianópolis: Bookess, 2015a (no prelo).

_____. *Juventude e sociedade: ensaios sobre a condição juvenil*. São Paulo: Giostri, 2015b.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES, ORGANIZAÇÃO, LUTA DE CLASSES OU FRAGMENTAÇÃO

Erisvaldo Souza⁴²

Resumo: Esta comunicação visa analisar o movimento dos trabalhadores, sua organização a partir da luta de classes e ao mesmo tempo, sua fragmentação ou não, pois trata-se de uma realidade complexa, na qual os trabalhadores estão inseridos. Hoje, vimos diversas informações sobre movimentos sociais em geral, principalmente trabalhadores em greve. Seria a greve legítima? Esta é uma das formas encontradas para os trabalhadores reivindicar seus direitos sociais, políticos, econômicos etc., ou seja, é uma de suas bases de organização para lutar contra seus patrões. O movimento dos trabalhadores em geral, expressa a luta de classes na sociedade capitalista, mas alguns afirmam que esta está em crise ou que não existe mais. Compreender esta questão torna-se fundamental a partir da concepção de Maurício Tragtenberg, que vai ser um dos nossos referenciais para pensarmos o movimento dos trabalhadores, sua organização e como este expressa a luta de classes ou a fragmentação desta. Assim, esta comunicação tendo por base os textos de Tragtenberg, sobre a organização do movimento operário, busca fundamentalmente compreender de forma crítica esta questão importante para a organização e a luta dos trabalhadores em sua totalidade.

Palavras-chave: Movimento dos trabalhadores – Organização – Luta de classes

A origem e a formação da classe trabalhadora diz respeito à formação de uma forma de organização específica, que é a sociedade capitalista, que teve origem a partir da crise da sociedade feudal e a ascensão de uma nova classe social, que é a burguesia. Neste contexto de mudanças da sociedade feudal para a sociedade capitalista, ocorrem um conjunto de transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, etc., mas que só foram consolidadas a partir da Revolução Francesa, momento marcante no que diz respeito ao capitalismo como modo de produção, pois é justamente nesse contexto que vimos uma sociedade que de fato superou grande parte do modelo de sociedade anterior, que era a sociedade feudal.

Por outro lado, essas mudanças não acontecem de imediato, basta observarmos que, desde a crise da sociedade feudal, até a consolidação do capitalismo como modo de produção, foram em média quatro séculos, logo, essas mudanças foram sendo formadas. No início da sociedade moderna, a população se encontrava no campo e suas relações

⁴² Graduado em História e Especialista em Ciência Política Pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Anápolis. Mestre e Doutorando em Sociologia Pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor da (UEG) Campus Uruaçu.

sociais estavam restrita a esse espaço. Com as mudanças ocorridas nesse período, como é o caso do renascimento cultural, científico, surgimento das cidades modernas etc., novas necessidades surgem, onde os indivíduos tem que se adaptar para poder continuar sobrevivendo. Isto quer dizer que suas condições materiais são alteradas, pois as relações sociais passam a ser cada vez mais complexas. Uma das relações que foi drasticamente modificadas, foi a relação campo cidade.

Na sociedade feudal, as relações no campo, demonstravam uma forte distinção da vida nas cidades que começam a se formar no início da sociedade moderna e capitalista. Podemos dizer que as relações de trabalho, também começam a sofrer mudanças, pois até então, o trabalho na sociedade feudal é basicamente camponês e com técnicas rudimentares, normalmente era um tipo de trabalho específico. Os servos trabalhavam na terra do senhor feudal e pagavam impostos para esse, ao mesmo tempo em que devia suas obrigações.

A produção era dividida entre o servo que trabalhava na terra com o senhor feudal detentor da terra, mas obviamente que haviam outros impostos e este foi um dos motivos que levaram os servos a se revoltarem contra os seus senhores, pois já não suportavam mais pagar altos impostos para trabalhar na terra.

No início da sociedade moderna, as formas de trabalho, ainda se encontravam no nível do trabalho artesanal, camponês etc., mas que vai sofrendo mudanças, pois a necessidade do uso do dinheiro era cada vez mais presente nesta sociedade. Começa-se então, a necessidade do acúmulo de riquezas, foi o que Marx chamou de acúmulo primitivo de capitais. Esse momento é marcado pelo surgimento das primeiras organizações privadas de capital, como as instituições financeiras. O próprio Estado moderno, foi uma das instituições responsáveis para produzir as condições para este fim.

As mudanças historicamente, fez surgir outras classes sociais, como é o caso do proletariado urbano, e com ele novas alterações no conjunto da sociedade. O surgimento do proletariado na Europa com as revoluções burguesas, foi um fato marcante para a história da sociedade moderna, bem como para a história do capitalismo como modo de produção. As mudanças que ocorrem nesse contexto são importantes, basta observarmos a migração do campo para a cidade.

Com a Revolução Industrial, é possível perceber as novas necessidades, pois o engendramento do modo de produção capitalista, está cada vez mais presente na vida dos indivíduos, logo, estes precisam se adaptar a esta nova realidade. Com a forte migração do campo para a cidade, a cidade passa a dominar o campo, como bem analisou Marx e Engels (2005), isto quer dizer, que as relações sociais são radicalmente transformadas. Aqueles camponeses que habitam o campo, agora são obrigados a abandonarem, indo morar nas cidades inglesas que estavam em formação, pois não encontravam mais condições para viver no campo.

Agora, estes camponeses, são obrigados a se adaptar a uma “nova vida”, não tem mais a terra para trabalhar como servo do senhor feudal, pois cada vez mais esse modelo de sociedade, vai sendo substituída, logo, eles necessitam encontrar um trabalho para poder sobreviver. Sua relação de trabalho é radicalmente alterada, pois agora, em vez do trabalho no campo, este é obrigado a vender a sua força de trabalho em troca de um salário que não era suficiente para poder realizar a manutenção de sua vida e família, pois estes trabalhavam muito e recebiam pouco.

Isto demonstra que cada vez mais, o modo de produção capitalista vai se consolidando. Desta maneira, seguindo a perspectiva de Viana (2007), o modo de produção é o modo como os seres humanos produzem e reproduzem seus meios de sobrevivência e fazem isso através do trabalho e da cooperação. O trabalho e a cooperação se tornam necessidades com o desenvolvimento histórico da sociedade e do modo de produção.

O trabalho nas primeiras fábricas inglesas era árduo e os trabalhadores obrigados a enfrentar uma jornada de trabalho excessiva, péssimas condições de trabalho, baixos salários e forte opressão por parte dos patrões. Os trabalhadores viviam amontoados em pequenas moradias, cortiços das cidades inglesas que estavam em formação, pois os trabalhadores não tinham condições de pagar um aluguel, obviamente que seus salários não eram suficientes para pagar a alimentação e demais despesas, logo, a família inteira era obrigada a trabalhar em condições desumanas, inclusive crianças, como é narrado na obra de Friedrich Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*.

Por outro lado, surge a necessidade dos trabalhadores se organizarem em associações e depois sindicatos, principalmente para lutar contra as formas de opressão, dominação e as péssimas condições de trabalho, tanto de homens, mulheres e crianças.

Sendo assim, os trabalhadores começam a se organizar e passam a lutar por direitos sociais, como melhores salários, diminuição na jornada de trabalho, melhores condições para desenvolver suas atividades etc. É óbvio que os patrões não irão aceitar essas e outras reivindicações que o conjunto dos trabalhadores começam a exigir, pois assim, o lucro dos patrões iria cair muito drasticamente.

Uma das características da sociedade moderna e capitalista, é a luta de classes que ocorre a partir dos interesses das classes sociais em luta. Neste caso, na nascente sociedade capitalista, é visível a luta entre os trabalhadores do campo e da cidade contra seus patrões. Os antagonismos de classes irão se desenvolver ao ponto do acirramento mais violento entre proletariado e patronato, pois grande parte das exigências por direitos sociais serão negadas pelos patrões.

Marx ao analisar a sociedade capitalista é enfático ao colocar a posição do proletariado historicamente, ao fazer frente à classe dominante da sociedade no capitalismo, que é a classe burguesa. Assim, ele vai afirmar que a única classe social capaz de fazer frente à burguesia é o proletariado organizado coletivamente. Entretanto, Marx vai dizer que burguesia e proletariado, são as duas classes sociais fundamentais na sociedade capitalista, para tanto, estas travam uma luta cotidiana para defender os seus interesses.

A formação da sociedade capitalista, de fato, vai possibilitar o surgimento destas duas classes sociais, e com o seu desenvolvimento, o surgimento de outras que estão tanto do lado do proletariado, como do lado da burguesia, como é o caso da burocracia, tal como é analisada por Marx em *O 18 Brumário* (1997). Mas como ele próprio afirmava, do lado do proletariado em sua luta, está o próprio proletariado. Esta classe social, deve se organizar para poder lutar pela sua emancipação.

Mas para que esta emancipação ocorra, o proletariado como classe social, tem que se organizar no sentido de contestar a sociedade burguesa, bem como a classe dominante nesta sociedade. Sua luta é cotidiana, nos locais de trabalho e demais organizações na qual estes integram como trabalhadores. Suas lutas devem ser coletivas para o enfrentamento das formas de dominação existentes no local de trabalho e nos demais espaços da sociedade.

O Modo de produção capitalista, se desenvolve, universalizando cada vez mais as relações sociais capitalistas, logo, o proletariado como classe social também se

universaliza, então, tem a necessidade de cada vez mais se organizar para lutar contra as formas de dominação e exploração no trabalho, já que é esta classe social que é a produtora de toda a riqueza existente na sociedade.

O burguês em geral, vive da exploração do trabalho dos trabalhadores como um todo, logo, esses indivíduos, vivem da exploração do trabalho dos outros. Entretanto, essa relação de trabalho e exploração, não é “harmônica”, no sentido de aceitação, passividade etc, pois os trabalhadores lutam contra essas práticas no interior das fábricas, indústrias, comércio e demais locais de trabalho. Marx e Engels, (1998), afirmavam que a sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, outras classes sociais irão surgir e com o mesmo objetivo das outras defender seus interesses particulares.

Estas classes sociais, são fruto do desenvolvimento histórico das sociedades humanas, não é mera abstração das mentes de Marx e Engels. Estas classes sociais existem na realidade concreta, basta observarmos a forma em que Marx desenvolve seu método de análise da realidade social, ou seja, o método dialético, que visa desenvolver uma análise da realidade concreta, dos seres humanos vivos, de suas condições materiais e não do que os indivíduos imaginam ser as coisas, a realidade, a sociedade etc.

Assim, “vemos, portanto, como a burguesia moderna é, ela mesma, produto de um longo curso de desenvolvimentos, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca” (MARX e ENGELS, 1998, p. 12). As mudanças na qual os autores se referem, são mudanças no conjunto da sociedade, no qual eles chamam de modos de produção, pois historicamente, esses modos de produção e as sociedades que os representam, vão sofrendo mudanças, que em alguns momentos são bruscas, como foi o caso da Revolução Industrial e mudanças menos significativas.

Por outro lado, “a classe trabalhadora moderna, desenvolve-se: uma classe de trabalhadores, que vive somente enquanto encontra trabalho e que só encontra trabalho enquanto o seu labor aumenta o capital” (MARX e ENGELS, 1998, p. 20). Como foi apontado em outro momento, é esta classe social que é a produtora de toda a riqueza existente na sociedade, mas esta não é proprietária de riquezas. Normalmente o trabalhador vende a sua força de trabalho em troca de um salário, que não é suficiente para realizar a manutenção de sua vida e dos demais integrantes de sua família, pois o

patrão quer acumular cada vez mais riquezas, logo, quanto menos ele pagar para o trabalhador, maior o seu lucro.

Podemos perceber que: “massas de trabalhadores, comprimidos nas fábricas, são organizados como tropas. Como soldados do exército industrial, são colocados sob o comando de uma hierarquia perfeita de oficiais e sargentos” (MARX e ENGELS, 1998, p. 21). Nesta pequena citação, os autores mostram como os trabalhadores estão organizados no interior das fábricas pelos gerentes da produção e demais representantes do capital. Neste caso, podemos perceber que a organização de fábricas e indústrias, reproduz a mesma forma de organização militar, que tem uma forte hierarquia e sua base é a relação entre os que dirigem a produção e os que são dirigidos, isto quer dizer, os trabalhadores em geral.

Para Marx e Engels (1998), não são somente escravos da classe burguesa e do Estado burguês, mas são, a todo dia e a toda hora, escravizados pela máquina, pelo supervisor e, acima de tudo, pelo próprio indivíduo fabricante burguês. Na sociedade moderna, com surgimento do Estado, vimos que a burguesia vai se associar a classe burguesa no sentido de ampliar a sua dominação. A burguesia como classe social, vai lutar para ser a classe dominante também em termos políticos. Assim, essa união entre burguesia e Estado, vai sendo cada vez mais forte no sentido de ter uma instituição para impor e dominar as demais classes sociais. O Estado como organização se fez forte historicamente, e hoje os trabalhadores organizados, tem de lutar são somente contra os burgueses, mas também contra o Estado e demais instituições que representam a burguesia.

No espaço da indústria, da fábrica e demais locais de trabalho, temos a figura do gerente, do fiscal, coordenador de turno e turma etc., são esses que organizam o trabalho para que seja mais produtivo e assim, o patrão conseguir a manutenção do seu lucro, ou mesmo ampliá-lo. Estes indivíduos que são os gerentes do capital, trabalham para reproduzir as formas desiguais de divisão de riquezas existentes na sociedade capitalista.

Os trabalhadores necessitam se organizar para lutar contra essas formas de imposição, dominação e exploração. E quem organiza a luta dos trabalhadores? Eles próprios, a partir das suas necessidades. Não precisam de indivíduos superiores, sindicatos, organizações burocráticas em geral, que falam em seu nome. Sua luta deve ser autônoma, organizados de forma que não possam ser controlados por outros

indivíduos, mesmos àqueles que queiram falar em seu nome. Os indivíduos bem intencionados, estarão lutando coletivamente junto aos trabalhadores e ao mesmo tempo contribuindo com a sua luta, não tentando dirigi-los ou guia-los para a atingir seu objetivo final, que é a revolução social.

A luta do proletariado é constante, há momentos de maior força e há momentos de recuo desta luta, fato normal em uma sociedade que tem por base os antagonismos de classes. Em determinados momentos históricos essa luta é acirrada, e outros momentos não. Desta maneira, “o proletariado passa por vários estágios de desenvolvimento. Com seu nascimento, começa a sua luta contra a burguesia” (MARX e ENGELS, 1998, p. 22). E com o desenvolvimento da sociedade capitalista, passa a lutar também contra outras classes sociais apoiadoras da classe burguesa, como é o caso da burocracia e do Estado que foi citado anteriormente. A burguesia buscou se organizar para dominar o conjunto da sociedade, por isso, que Marx falava que esta cria um mundo à sua imagem. Sua ideologia é muito forte, então os trabalhadores ao terem consciência dessa realidade, tem que se organizar para lutar contra esta e seus representantes.

A organização do proletariado a partir dos seus próprios interesses e consciência, é fundamental para a sua luta. Pois, “no entanto, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não só aumenta em número, como se torna concentrado em massas maiores; sua força cresce e ele sente mais essa força” (MARX e ENGELS, 1998, p. 23). Essa ampliação pode facilitar na organização do proletariado, já que ocorre cada vez mais a universalização do trabalho em fábricas, indústrias, comércio etc. Assim, o proletariado consegue cada vez mais ampliar sua luta e organização para lutar contra a dominação burguesa. No contexto em que Marx analisava a sociedade capitalista e o modo de produção correspondente a esta, ou seja, o modo de produção capitalista, o proletariado estava presente no conjunto das lutas sociais. Ainda era um momento incipiente da sua formação e consolidação como classe social. Entretanto, a luta entre as classes sociais fundamentais no capitalismo já estava estabelecida (burguesia e proletariado). Com o desenvolvimento da sociedade, essas lutas se ampliam e outras classes sociais entram em cena.

Na concepção de Marx e Engels (1998), o verdadeiro fruto de suas batalhas repousa não no resultado imediato, mas na união cada vez mais abrangente dos trabalhadores. Esta união é favorecida pelos meios de comunicação mais desenvolvidos, criados pela indústria moderna e que colocam os trabalhadores de localidades diferentes

em contato uns com os outros. Quando o proletariado luta, este consegue resultados rápidos, mas a luta deve continuar para que estes possam atingir o objetivo final, que é a transformação social radical das relações sociais, ou seja, formar a livre associação dos produtores (sociedade comunista).

O proletariado, tem que fortalecer sua luta em todos os lugares do mundo, pois esta tornou-se uma classe social universal. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, os trabalhadores podem fazer uso dos meios de comunicação para fazer contato com trabalhadores de outros países e regiões, para lutar em favor de uma organização, que é base para que esta classe social possa lutar e por fim derrotar a classe dominante.

A luta que o proletariado trava cotidianamente contra a dominação burguesa, é uma luta ampla que deve ocorrer em todos os espaços da sociedade. Desta forma, Marx e Engels afirmam: “mas cada luta de classe é uma luta política” (MARX e ENGELS, 1998, p. 24). A luta entre as classes sociais, além de política, é econômica, social, cultural etc., pois ocorre de forma ampliada na sociedade em geral. Cabe aos trabalhadores organizados contestar e lutar contra todas essas formas de imposição. Sendo assim, a partir desta organização coletiva terão melhores condições de se organizarem e lutar em todas as frentes.

Entretanto, “esta organização dos proletários em uma classe e, conseqüentemente, em um partido político, está sendo perturbada, continuamente, pela competição entre os próprios trabalhadores” (MARX e ENGELS, 1998, p. 24). Os trabalhadores não podem chegar a esse ponto, de competir uns com os outros, mas devem buscar forças para sua união. O que a burguesia quer também, é colocar os trabalhadores para disputar espaços entre si e conseqüentemente, fragmentar a luta e continuar a sua exploração desapiadada. Quando os autores falam da formação de um partido, não se trata de um partido na concepção moderna de partido político, ou seja, da formação de uma organização burocrática que vai gerir a vida e a luta dos trabalhadores. Este partido é a organização do proletariado de forma autônoma, que é algo bem diferente da organização de um partido político da forma que nós conhecemos hoje, ou

seja, da relação burocrática que existe no interior dos partidos políticos e a relação entre dirigentes e dirigidos⁴³

A contestação destas relações são fundamentais para que o proletariado possa avançar em termos de organização da sua luta contra a burguesia. Assim, “a própria burguesia, portanto, fornece ao proletariado seus próprios elementos de educação política em geral, em outras palavras, supre o proletariado com armas para enfrentar a burguesia” (MARX e ENGELS, 1998, p. 25). São estas armas, que o proletariado deve utilizar para atingir seu objetivo final, que é a destruição completa da sociedade burguesa. Dentre essas armas, estão os próprios meios de comunicação como foi apontado em outro momento, a produção intelectual, crítico-revolucionária, que também contribui com essa luta.

No desenvolvimento das lutas operárias, sua organização se amplia e novos indivíduos são inseridos nesta luta. Seguindo a concepção de Tragtenberg (2008), a classe trabalhadora cria os embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planejamento e eliminando a divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos. Sua luta deve ser fruto da sua própria organização coletiva em sentido amplo, não deve acreditar em indivíduos que buscam controlá-los, dominá-los em nome de partidos políticos, sindicatos e demais organizações burocráticas, que são comuns na sociedade capitalista. Um coisa são os discursos, outra é a prática destas organizações, pois normalmente são aliadas da classe dominante. Estas ações são decisivas na luta do proletariado como um todo.

Nas formas de organização dos trabalhadores de forma mais ampla e planejada, “a ação direta dos trabalhadores substitui os intermediários – os políticos profissionais – e a suprema autoridade é a assembleia, que tem poderes não só para nomear os que querem representá-los, mas também para destituí-los” (TRAGTENBERG, 2008, p. 17). Ou seja, não há necessidades para intermediários, pois esses querem fragmentar a luta e obviamente atender aos interesses dos patrões e não dos operários. Irão fazer uso de um discurso afirmando que estão do lado trabalhadores etc, mas na prática estão do lado dos

⁴³ Para um estudo que desenvolve uma análise crítica sobre os partidos políticos, sejam eles, de direita ou de esquerda e que busca mostrar a importância da concepção de Marx e do próprio proletariado em luta, ver a obra de Viana (2003).

patrões. A assembleia dos trabalhadores é uma forma coletiva destes se organizarem sem a necessidade do dirigente profissional.

Então, podemos afirmar que “os operários somente podem conquistar sua consciência de classe por meio da contestação direta do sistema que os isola e divide” (TRAGTENBERG, 2008, p.18). É essa contestação, que faz com que o proletariado possa desenvolver uma consciência crítica da realidade na qual estão inseridos. O isolamento é superado com as associações de trabalhadores, em sua luta cotidiana contra o capital e seus representantes.

No espaço da fábrica, da indústria, existem contradições visíveis, onde o trabalhador pode fazer uso e se auto organizar para lutar. Neste sentido, torna-se importante notar a partir da perspectiva de Tragtenberg (2008), na fábrica tudo conspira contra inteligência do operário, expropriado dos meios de produção, dos frutos do trabalho e do conhecimento. Integrado à linha de produção ou vinculado à máquina, o trabalhador constitui “uma máquina” entre máquinas; ele perde a consciência. Mas sua consciência é provocada a todo instante, pelas condições de trabalho, exploração, dominação e opressão sofrida no local de trabalho, logo, estes percebem a necessidade de lutar contra tudo isso.

Na verdade, a classe burguesa e detentora do capital, seus representantes, bem como as instituições burguesas, como é o caso do Estado, que regula e organiza a vida em sociedade, de fato, querem o trabalhador, isolado, no individualismo, e competindo com os demais trabalhadores. Na imposição destas formas ideológicas o capital busca fragmentar a luta dos trabalhadores, estes devem resistir bravamente. Percebemos historicamente, que a única forma dos trabalhadores superar a exploração, dominação e a opressão no trabalho é lutando, e lutando cotidianamente contra seus patrões.

Nesta caminhada, estes irão encontrar dificuldades, mas estes não devem desanimar, deve buscar cada vez mais se associarem em coletivos para fortalecer a luta. Nesta perspectiva, podemos afirmar nas palavras de Tragtenberg: “o egoísmo aparece como produto do capital; o coletivismo, como rebelião do trabalho” (TRAGTENBERG, 2008, p. 24). O coletivismo na luta é fundamental para que os trabalhadores, possam superar a fragmentação destas lutas, pois quanto mais fragmentada, melhor para o capital e seus representantes.

O movimento dos trabalhadores organizados, desde sua origem, lutou e luta contra as formas de imposição e dominação da classe dominante para abolir as relações sociais capitalistas. Foi possível perceber a necessidade de suas lutas e formas de organização com esse fim. Suas lutas foram historicamente marcadas por fortes embates contra o patronato.

Podemos afirmar que houve avanços e recuos nesta luta e que hoje com o desenvolvimento da sociedade, do Estado e a burocratização cada vez mais presente, o proletariado, tem que conviver com novas formas de luta e de ação, mas é evidente que a sua luta deve ser autônoma, fora do espaço de partidos políticos e sindicatos, que hoje são organizações extremamente burocratizadas e que visa representar a classe dominante e não os trabalhadores. Por fim, a sua tarefa é árdua e sua luta deve continuar sendo coletiva, contra todas as formas de dominação.

Referências Bibliográficas

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Centauro, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões Sobre o Socialismo**. São Paulo, Unesp, 2008.

VIANA, Nildo. **O Que São Partidos Políticos?** Goiânia, Edições Germinal, 2003.

VIANA, Nildo. **Escritos Metodológicos de Marx**. Goiânia, Alternativa, 2007.

A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (EZLN) NO CONTEXTO DA PÓS MODERNIDADE⁴⁴

Jean Carlos Ribeiro de Lima
Graduando em História pela Universidade Estadual de
Goiás – Câmpus Itapuranga.
jean_ribeiro_lima@hotmail.com

(Orientador) Valtuir Moreira da Silva
Doutor em História pela Universidade Nacional de
Brasília (UNB) – Docente da UEG/Câmpus Itapuranga.
valtuir13@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é desenvolver uma discussão referente ao Movimento Zapatista de Libertação Nacional, no México da década de 1990, como uma experiência de resistência e luta contra o Neoliberalismo no contexto da Pós-modernidade. Composto por indígenas e camponeses, o movimento zapatista tem como prioridade estabelecer uma luta política e social – mantendo um diálogo com a sociedade civil – em face das inúmeras políticas de exploração e descaso do governo mexicano em relação às comunidades nativas e aos camponeses mexicanos. Por esse motivo, este trabalho buscará integrar uma pesquisa de caráter qualitativo, com uma análise bibliográfica das fontes e materiais disponíveis acerca do tema estudado. Estes, podem ser encontrados no sítio da organização zapatista (www.ezln.org.com.br), bem como em livros publicados, artigos e revistas que se dedicam sobre o tema. Alguns aportes teóricos básicos, são essenciais no estudo da luta zapatista, tais como: GENNARI (2005); FUSER (1995); IRIARTE (1995); MARCOS (1996); REED (1970); MARTINS (1986); FILHO (2007); SANTOS (2008), entre outros.

Palavras-Chave: Neoliberalismo – Pós-Modernidade – Zapatismo

O objetivo deste trabalho, é desenvolver uma discussão referente ao movimento zapatista de libertação nacional, no México da década de 1990, como uma experiência de resistência e luta contra o Neoliberalismo no contexto da Pós-modernidade. Composto por indígenas e camponeses, o movimento zapatista tem como prioridade estabelecer uma luta política e social – mantendo um diálogo com a sociedade civil – em face das inúmeras políticas de exploração e descaso do governo mexicano em relação às comunidades nativas e aos camponeses mexicanos.

⁴⁴ Este artigo é fruto do Projeto de Pesquisa: “Movimentos Sociais Campesinos no Brasil e México Frente ao Processo Neoliberal (1990-2010), sob orientação do Professor Doutor Valtuir Moreira da Silva. O Projeto teve início em 2013 sendo concluído em 2014.

Quando da vigência do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte), em 1º de Janeiro de 1994, os indígenas zapatistas invadem em armas, sete cidades do Estado mexicano de Chiapas, localizado à sudeste do México. O “levante”, em sua plenitude, fora pensado e organizado anos antes, mostrando que tudo estava articulado e que tudo foi resultado de um processo de debate e discussões no seio das comunidades indígenas chiapanecas.

No momento do levante, os zapatistas lançaram as bases de suas reivindicações e o motivo de tal “insurreição”. Tais reivindicações, foram expostas no que denominaram de 1ª Declaração da Selva Lacandona, uma espécie de carta/manifesto, que constava os princípios que os levaram a se abdicarem do comodismo e pegar em armas.

O ano de 1994 entrou, não só para a história do México, mas também para a história de luta e resistência dos movimentos sociais latino-americanos. Isso se deve, em linhas gerais, ao fato de que o movimento zapatista se posicionou criticamente às políticas neoliberais estabelecidas, não apenas ao NAFTA, mas também ao próprio Neoliberalismo em si. A propaganda mexicana, que empenhava-se em deliberar a viabilidade do NAFTA, acreditava veementemente que com o tal acordo, o México estaria de vez na lista dos países modernos do mundo neoliberal, a exemplo de seu vizinho, os Estados Unidos.

Frente a isso, sem desconsiderar todo processo que antecede até mesmo a Revolução Mexicana de 1910, as populações indígenas de Chiapas, com o apoio dos camponeses, não tiveram, segundo os próprios, outra alternativa, a não ser pela via da luta e da resistência.

O poder de ação e leitura da realidade social dos zapatistas, é evidenciada e explorada com o diálogo sólido com a sociedade, não somente mexicana, mas também mundial. O uso de recursos midiáticos (internet, rádio, TV, revistas e jornais), deixa claro a preocupação com as desigualdades sociais existentes em todo o mundo. Ao externar a luta por meios de comunicados e declarações, o zapatismo busca interagir com outros movimentos sociais, experiências de luta e resistência que almejem um mundo justo e menos discrepante.

O diálogo, a palavra, a fraternidade, a união, a coletividade e o respeito, são alguns aspectos que os zapatistas gostam de enfatizar numa relação com o outro. Desse

modo, o contado fraterno e direto com a sociedade civil é o principal mote da luta dos zapatistas desde 1994.

Não obstante, a luta zapatista é uma luta pela sobrevivência da cultura de seus antepassados; pela permanência em suas comunidades; pela palavra e pela voz. É uma resistência que revela a impotência dos governos e autoridades em resolver os problemas sociais, políticos e econômicos. É uma resistência que desvela um México contraditório e desigual; é uma resistência contra a Pós-modernidade em seu caráter Neoliberal; é um “resistir” para ser e existir.

Por esse motivo, este trabalho buscará integrar uma pesquisa de caráter qualitativo, com uma análise bibliográfica das fontes e materiais disponíveis acerca do tema estudado. Estes, podem ser encontrados no sítio da organização zapatista, bem como em livros publicados, artigos e revistas que se dedicam sobre o tema. Alguns aportes teóricos básicos, são essenciais no estudo da luta zapatista, tais como: GENNARI (2005); FUSER (1995); IRIARTE (1995); MARCOS (1996); REED (1970); MARTINS (1986); FILHO (2007); SANTOS (2008), entre outros.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional e o levante de 1º de janeiro de 1994

Neoliberalismo e Pós-Modernidade

Em notícia publicada no jornal Folha de São Paulo no dia 24 de maio de 2015, cuja autoria é da jornalista Sylvia Colombo, a presidente Dilma Rousseff em visita ao México no mês de maio deste ano, ouviu do presidente mexicano Enrique Peña Nieto, que espera a assinatura de vários acordos comerciais entre os dois países (Brasil e México), onde o objetivo é propiciar o aumento da produtividade e competitividade do país (México) na economia global.

O presidencial mexicano ressaltou ainda, segundo o jornal, que “O México está consolidando uma relação forte e uma integração econômica profunda com a América Latina. Estamos convencidos de que o livre comércio, a livre mobilidade de

pessoas e capitais, assim como a integração produtiva são essenciais para um maior crescimento de toda região”⁴⁵.

Vale dizer que, sob o ponto de vista neoliberal, as palavras do presidente mexicano reforçam ainda mais as políticas de abertura e valorização do capital estrangeiro. Resultado disso, é o alto índice de privatizações que se fizeram sentir desde o governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994).

Diante disso, em mesma reportagem, o presidente Nieto ainda afirma que: “A situação econômica mundial apresenta desafios para todos os países, incluindo os da América Latina. O México decidiu enfrentá-los mediante uma série de reformas estruturais em setores-chave da economia, como os de energia, no qual parte da produção de exploração de petróleo foi privatizada”.

Quando Nieto coloca em discussão que a “situação econômica mundial apresenta desafios para todos os países, incluindo os da América Latina”, ele está se referindo a uma conjuntura de crise no setor financeiro de algumas economias de países europeus como, Grécia e Itália por exemplo. Porém, é evidente que o desequilíbrio na economia afeta principalmente os países com economias em algum estágio de desenvolvimento como é o caso de Brasil e México.

Para o presidente Mexicano, a saída é abrir as portas da economia nacional às privatizações, que não ficam somente no setor de produção e extração de matérias primas para a indústria, mas também nos setores da administração pública, como é o caso da educação e da saúde. Essa medida visa “entregar” a economia mexicana nas mãos das grandes multinacionais, que aliás, já é adotada há tempos, não é exclusividade do país da América Central. Argentina, Uruguai, Chile entre outros países latino-americanos, adotaram tais medidas muito antes que os próprios mexicanos.

Em 1994 é assinado o NAFTA (North American Free Trade Agreement)⁴⁶ onde Estados Unidos, Canadá e México estariam realizando um “acordo” econômico que visava o desenvolvimento do mercado e da indústria da América do Norte. “Ao ingressar no NAFTA, ao lado dos Estados Unidos e Canadá, o México deixava, finalmente, o time dos perdedores dos países subdesenvolvidos, e passava agora a

⁴⁵ Notícia publicada em 24/05/2015 às 02:00 hs. Acessada em 22/07/2015 às 11:40. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/05/1632956-queremos-novo-impulso-a-relacao-com-o-brasil-diz-presidente-do-mexico.shtml>

⁴⁶ Tratado de Livre Comércio da América do Norte.

ocupar uma vaga na turma seleta dos ganhadores; os craques do planeta; o Primeiro Mundo” (FUSER, 1995, p. 199).

Ao creditar no NAFTA como uma porta de saída para os problemas econômicos do México, o então Presidente Carlos Salinas de Gortari esperava um “boom” econômico nunca antes visto por nenhum país da América Central e do Sul. Nos primeiros momentos do tratado/acordo, houve, de certa forma, um avanço significativo na industrialização e estabelecimento de empresas estrangeiras, que procuravam no México uma forma de conseguir mercado e matéria prima.

Entretanto, “em lugar da riqueza e da modernidade, o México iniciou o ano de 1995 reduzido à indigência, na pior crise de sua história” (FUSER, op. cit. p. 200). A abertura econômica ao capital estrangeiro e os empréstimos concedidos pelos Estados Unidos colocará a economia mexicana num estado de iminente crise. Sem conseguir desenvolver o aspecto social, que era – pelo menos no discurso de Salinas quando se tratava ao NAFTA, prioridade – a economia nacional fora entregue às multinacionais, em que pese, às norte-americanas. À mercê do capital norte-americano, o México passará a estar sob a “batuta” política externa dos Estados Unidos.

No caso em discussão, uma das condições imposta pelos Estados Unidos para que o México assinasse o NAFTA, foi a de rever e reformar o artigo 27 da Constituição Mexicana que assegurava o direito dos povos indígenas do México aos *ejidos*⁴⁷. Nas palavras de Arellano, a reforma do artigo 27 vai muito além, na medida em que

O modelo econômico neoliberal aprofundou o processo de êxodo rural ao excluir os camponeses do grupo de agentes produtivos. Com a reforma do artigo 27 da Constituição, o governo não apenas anulou juridicamente a possibilidade de fortalecer a produção camponesa, tornando ilegal a luta pela terra, como acentuou a repressão seletiva e a exclusão das organizações camponesas pobres ou indígenas dos espaços de negociações (p. 31).

Observa-se, com efeito, os mecanismos teóricos e práticos do Neoliberalismo ao lado de uma política pós-moderna pautado sobretudo, na dinamização e flexibilização do capital. David Harvey no livro “*Condição Pós-Moderna*”(2006), assinala que a política pós-modernista deve ser pensada do ponto de vista de uma “condição” histórica e geográfica. Isto porque, ocorre, segundo o autor, um

⁴⁷ Regime comunal de terras. O *ejido* ou *ejidales*, fora uma conquista da Revolução Mexicana de 1910.

“mascaramento” dos efeitos sociais da política econômica, tais como: falta de moradia, desemprego, empobrecimento crescente e etc.

A flexibilidade pós-modernista, por seu turno, é dominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial (particularmente o dinheiro), pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilização em técnicas de produção, mercados de trabalho e nichos de consumo, no entanto, ela também personifica fortes compromissos com o Ser e com o lugar, uma inclinação para a política carismática, preocupações com a ontologia e instituições estáveis favorecidas pelo neoconservadorismo (HARVEY, p. 303 e 305).

O que se observa, de modo geral, é uma política pós-moderna preocupada em assumir um número cada vez maior de espaços e “condições” históricas que lhes são favoráveis. Tanto é verdade que Harvey considera o capitalismo – na “Era” pós-moderna – como “descentralizador” e “flexível”. Isso acontece na medida em que os aspectos econômicos se inserem nos aspectos culturais e, principalmente, tradicionais.

Ora, a luta zapatista representa uma resistência firme e coesa contra o avanço das políticas pós-modernas – pautadas sobretudo na Era da Globalização e das políticas neoliberais – que solapeia as tradições antigas e deteriora as culturas de povos antigos – como é o caso de indígenas e camponeses, de modo geral.

Nesse sentido, o “lutar” zapatista representa um começo e um fim que se consolida na medida em que as discrepâncias provocadas pelo Neoliberalismo pós-moderno se acentua. É um começo, porque a luta é o início de uma resistência longa e árdua frente a um processo de desigualdades e exploração; é um fim por que o objetivo é conseguir, para todos, uma política equitativa e justa, que valorize as tradições e os povos em suas inúmeras representações culturais e simbólicas.

No aniversário de 502 anos do Descobrimento da América, no 12 de outubro de 1994, os zapatistas lançam a Declaração de Princípios do EZLN, onde consta todos os princípios básicos da resistência zapatistas e suas bases reivindicatórias. Nela podemos notar, de modo claro e objetivo, o projeto de luta zapatista:

Por isso lutamos, não só por justiça, por casa, saúde, educação, terra, trabalho, alimentação. Também lutamos por nosso direito de ser livres, para eleger livre aos que governam, a vigia-los, para sanciona-los se não cumprem seu trabalho. Lutamos também por liberdade e democracia. Quem pretenda nos negar esses direitos e trata de convencer-nos de conformar-nos com menos, coloca sua palavra a serviço da mentira e nos trata como animais que recusam a viver numa cela asseada, mas no final das contas uma cela. Não aceitaremos um governo que não seja o nosso. Preferimos morrer a viver com a vergonha de um tirano ditando nosso rumo e palavra.

Lutaremos, morreremos, mas não seguirá esta longa noite sem que um relâmpago anuncie o amanhã...Para todos.⁴⁸

A luta zapatista se dá num contexto neoliberal e pós-moderno. Portanto numa conjuntura de pessimismos e descrédito das mobilizações populares. A grosso modo, o projeto neoliberal, que como dissemos deve ser compreendido no bojo da Pós-Modernidade, camufla as realidades empobrecedoras e desiguais da sociedade condicionando-nos a pensar que tudo, por meio do capital, está indo muito bem obrigado.

Na verdade, o que acontece é um processo antagônico e discrepante. O paradoxo das políticas neoliberais e pós-modernas se constitui de um ‘disfarce’ da realidade social; do poder econômico nas mãos de setores privilegiados e da valorização excessiva do mercado. Em contrapartida, os efeitos de tais políticas neoliberais são o desemprego, a miserabilidade, a falta de educação, saúde, mobilidade urbana e saneamento.

Numa abordagem conceitual, o Neoliberalismo é entendido como

[...] uma concepção radical do capitalismo que tende a absolutizar o mercado, até convertê-lo em meio, em método e fim de todo comportamento humano inteligente e racional. Segundo essa concepção, ficam subordinados ao mercado a vida das pessoas, o comportamento da sociedade e da política dos governos. O mercado absolutista não aceita nenhuma forma de regulamentação. É livre, sem restrições financeiras, trabalhistas, tecnológicas ou administrativas⁴⁹

Ao “absolutizar o mercado”, as políticas neoliberais proporciona um modelo de vida que segue a rotina dos grandes centros urbanos, dos bancos, das grandes empresas, da grande propriedade, do agronegócio e etc. Há uma desvalorização do indivíduo como Ser (sujeito) e uma supervalorização no Ser (econômico). O cotidiano é pautado pela rotina do mercado, das bolsas de valores, da cotação do dólar, da inflação. Ao contrário, as políticas públicas de valorização da vida humana, de condições de vida dignas e respeitáveis são postas à margem do projeto neoliberal e pós-moderno.

O Estado torna-se impotente diante das práticas neoliberais. Não consegue acompanhar o ritmo acelerado do capital e, conseqüentemente não consegue cumprir

⁴⁸ Declaração de Princípios do EZLN. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/>

⁴⁹ “O Neoliberalismo na América Latina”. Carta dos Superiores Provinciais da Companhia de Jesus da América Latina. Documento de Trabalho. São Paulo: Loyola, 1996

com sua obrigação que é zelar pelo bem estar social, oferecendo empregos, saúde, educação e qualidade de vida.

Uma das consequências sociais diretas e inevitáveis da promoção do Estado neoliberal é, sem sombra de dúvidas, o aumento do desemprego, da pobreza e das tensões sociais derivadas dos constantes cortes nas políticas de assistências sociais, da privatização de empresas públicas acompanhada de demissões em massa, da diminuição drástica da oferta de empregos, da miséria, da fome e da opressão em geral (FORRESTER, 1997; PASSET, 2002 *apud* ANJOS, 2005).

Não obstante,

A política neoliberal e sua nefasta consequência social com o desmantelamento do Estado, dos sindicatos, do emprego geram profundas mudanças no tecido social e conseqüentemente empobrecimento de parcelas significativas da população mundial. Se por um lado temos um rápido desenvolvimento da economia a nível global e do franco desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação; por outro lado vemos avançar a miséria e a barbárie ao redor do planeta que tem na crise ambiental a sua face mais evidente no contexto atual (PEREIRA; JESUS, 2010, p. 42).

Os resquícios de tais políticas neoliberais e pós-modernas, como se nota, é resultado de um processo histórico, e por ele deve ser compreendido. O Neoliberalismo não pretende resolver os problemas sociais mediante ações de melhoramento das economias nacionais e globais. Ao contrário, busca reduzir as propostas de resolução das desigualdades sociais em face do aumento das políticas de abertura e facilitação à implantação de um aparato econômico imprescindível sob a ótica do capital.

Em que pese, os efeitos do Neoliberalismo foram sentidos, sob a égide da Globalização, por todo o mundo. Na América Latina, em especial, seus danos foram catastróficos em quase todas as economias. Por mais que se possa dizer que houve aumento substancial nos meios de transportes (ferrovias, estradas e etc.); industrialização; desenvolvimento urbano e crescente número de empresas de grande porte que abriram as portas, não devemos, por seu turno, negar o lado obscuro de todo esse processo.

É claro que o mercado, por si, não é capaz de assistência médica, educação adequada, alimentação suficiente, moradia digna e serviços essenciais para os setores mais desfavorecidos da população, a fim de que possam levar uma vida realmente humana. Mas o neoliberalismo, fechado em um falso modelo econômico, esqueceu totalmente as exigências de um desenvolvimento com face humana (IRIARTE, op. cit. p. 56).

No caso por nós estudado, Chiapas é o Estado mexicano onde as desigualdades são gritantes. Em um comunicado publicado em 1994, o Subcomandante Marcos assevera,

A metade dos chiapanecos não tem água encanada e dois terços deles não tem esgoto. No campo, 90% da população tem rendas extremamente baixas ou nulas. [...] Educação? A pior do país. De cada 100 crianças que frequentam o ensino primário, 72 não terminam a primeira série. [...] Saúde e alimentação andam de mãos dadas com a pobreza. O 54% da população de Chiapas está desnutrida e, nas regiões de montanha ou na selva, o número dos desnutridos supera o 80%. A alimentação média de um camponês é composta de café, tortilha e feijão. [...] temos cerca de 7 quartos de hotel para cada mil turistas e apenas 0,3 leitos de hospital para cada mil chiapanecos (MARCOS, 1992, não paginado).

O contraste, como já discutimos, é uma das variáveis da política neoliberal, bem como pós-moderna. O zapatismo, é um movimento social latino-americano que luta com todas as forças contra o Neoliberalismo e, porque não dizer contra a pós-modernidade. Sua luta tem raízes históricas nacionais, como podemos perceber na 1ª Declaração da Selva Lacandona, mas sua luta também excede os limites da fronteira mexicana. Sua luta é global. Sua luta é anti-neoliberal. Sua luta é ante o “fim da história”.

[...] a humanidade atingiu o ponto final de sua evolução ideológica com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre todos os seus concorrentes no final do século XX [...] Com a derrocada do socialismo, a democracia liberal ocidental destacou-se como a forma final de governo humano, levando a seu término o desenvolvimento histórico” (ANDERSON, 1938, p. 11-12)

A emergência zapatista foi uma resposta à impossibilidade creditada e aceita pelas inúmeras sociedades liberais que a história chegara ao fim. Utopia, ideologias, revoluções, levantes, organizações populares, e mesmo movimentos sociais. Tudo estava fadado ao fim último de sua existência. O Neoliberalismo pós-moderno acrescia essa “crença” teleológica o fato de estar tudo indo bem com suas políticas liberais capitalistas.

O paradoxo foi surpreendente no caso mexicano. Nesta aparência de otimismo para os neoliberais, o levante de 1994 significou um “JÁ BASTA!” na iminente proposta de ocultamento e esfacelamento das culturas indígenas e camponesas existentes no México. Um grito de socorro e ao mesmo tempo de não aceitação ecoou, não obstante, na madrugada de 1 de janeiro de 1994 em sete cidades do Estado mexicano de Chiapas. Um grito ouvido, não só pela sociedade civil mexicana, mas por

todo o planeta. Um grito, por fim, ouvido e temido, a partir de então, pelos poderosos do Neoliberalismo pós-moderno.

EZLN: Os Primeiros Passos

Houve a partir do final da década de 1990 na América Latina, uma emergência das sociedades empobrecidas que viviam às margens de toda e qualquer participação na vida social, política e econômica. Nesse sentido,

[...] O povo, como entidade regional para além de certas compartimentações políticas ou sociais, vai constituindo-se em força organizadora diante da hegemonia do Estado centralizador. Partindo de interesses concretos, básicos e comuns, a sociedade civil faz-se presente cada vez com mais força [...] (IRIARTE, 1995, p. 25)

Nas décadas de 1960-70, o México convivera com intensas ações de movimentos sociais urbanos e camponeses; estes movimentos, compostos em grande maioria por estudantes, intelectuais, operários, professores e trabalhadores do campo, intentavam uma reformulação política no país. Pouco tempo depois, a geração que participara das rebeliões da época se dividira em pequenos grupos; uns fundaram partidos de esquerda que logo foram sucumbidos pelo PRI (Partido Revolucionário Institucional), e outros optaram por organizar-se como guerrilha urbana.

O EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), nasce da organização pensada e articulada da guerrilha urbana dos movimentos revolucionários de 1960-70, e de alguns grupos político-militares que também fizeram parte destes movimentos.

Blindando-se das perseguições do governo e dos holofotes da mídia, a organização político-militar ganha forma e inicia um processo de organização e articulação. Até 1983, quando o grupo político-militar chega ao Estado de Chiapas – que se localiza no sudeste mexicano, fazendo fronteira com a Guatemala – a estratégia adota foi discutir propostas de organização e formação de um grupo que almejasse galgar experiência e atrair adeptos à causa.

Diante disto, conseguiram se manter organizados e longe de qualquer suspeita, quer seja do governo quer seja da mídia, até o momento de se vislumbrarem como um grupo coeso, um conjunto e uma unidade política e militar capaz de introduzir uma proposta de resistência e luta direta contra o governo mexicano.

Vale aqui ressaltar que, o contato do grupo político-militar com as comunidades indígenas de Chiapas, fez com que, através da troca de conhecimentos e experiências, se consolidasse a organização, no intuito de dialogar com os diversos segmentos da sociedade mexicana e alertar estes de que seria possível um México mais igual e menos violento.

O contato com as comunidades indígenas da Selva Lacandon de Chiapas, desenhará a identidade do movimento zapatista e propiciará o amadurecimento da luta armada. A partir de então, inicia-se o processo de consulta e reuniões entre o grupo político-militar e as comunidades, no objetivo de discutir as possibilidades de uma insurreição armada.

No momento da consulta em cada povoado e comunidade, era lançada a seguinte pergunta: Seria a hora de começar a guerra? Mediante tal indagação, era possível discutir a viabilidade do levante, uma vez que seria necessário o empenho de todos caso a resposta fosse positiva.

O interessante, é a maciça participação das mulheres e jovens das comunidades no processo da consulta, sujeitos que nunca tiveram a oportunidade de decidir através do voto, assuntos relevantes dentro de seus povoados. Por fim, mediante voto direto, individual, porém público, a enorme maioria das comunidades se pronunciavam favoravelmente ao início da insurreição armada, apesar de quentes e tensos debates (GENNARI, 2002).

Vale dizer que, apesar do contato com o grupo político-militar, as comunidades indígenas já se achavam organizadas e um movimento de resistência contra a expropriação de terras e exploração do trabalho. Mesmo antes da chegada do grupo político-militar composto por revolucionários da década de 1960-70 em Chiapas e, sobre o apoio da Teologia da Libertação, da Diocese de San Cristóbal De Las Casas e do Bispo Samuel Ruiz, os projetos de endurecimento à ostensiva do governo e das multinacionais já se faziam presentes no interior das comunidades.

Desse modo, e a partir da década de 1980, o diálogo com as comunidades indígenas chiapanecas se intensificaram. A ideia de se formar um grupo de caráter militar foi posta em votação pelos revolucionários às comunidades indígenas. Depois de um longo processo de consulta, debates e discussões – ora favoráveis à ideia, ora contrárias – decidiu-se constituir uma guerrilha eminentemente militar. A partir de

então, deu-se o nome de Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), à guerrilha político-militar das comunidades indígenas de Chiapas.

A Exposição da 1ª Declaração da Selva Lancadona e os Preparativos para o Levante

Com o aval das comunidades indígenas, o EZLN organizava-se para o levante. A mobilização funcionou de maneira geral e envolveu todos os integrantes do exército e dos povoados indígenas. Na madrugada do dia 1º de janeiro de 1994, usando *passamontânas*⁵⁰, 900 zapatistas invadem ao mesmo tempo sete cidades do Estado de Chiapas: San Cristóbal de Las Casas, Altamirano, Las Margaritas, Oxchuc, Huixtán, Chanal e Ocosingo.

O então presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari, recebe a notícia atônito ao celebrar no palácio do governo, a inserção do México ao NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte), entre Estados Unidos, Canadá e México, de que um grupo de indígenas e camponeses de Chiapas se rebelaram e tomaram, sem qualquer reação por parte do exército federal – até porque foram pegos de surpresa – as principais cidades deste mesmo Estado.

A notícia toma conta das pautas dos programas jornalísticos da mídia internacional, algumas manchetes denominavam o movimento como terrorista, outras já questionavam a ação do movimento, dizendo que, não havia no México contra o que revoltar.

A ação estende-se durante toda a madrugada, com alguns tiroteios é verdade, porém sem qualquer ferido ou vítima fatal, tanto por parte dos rebeldes quanto pelo exército federal. No momento auge do levante, na sacada de um dos prédios oficiais do governo de San Cristóbal de Las Casas, é ditada por um zapatista, a 1ª Declaração da Selva Lancadona⁵¹, carta magna do movimento que constava as reivindicações e o motivo pelo qual se rebelaram.

Logo notamos o apelo à sociedade civil a aderir a luta armada.

[...] Mas hoje dizemos BASTA! somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores de nossa nacionalidade, os despossuídos são milhões e apelamos a todos os nossos irmãos a aderir a esta chamada como a única maneira de

⁵⁰ Uma espécie de capuz utilizado geralmente por alpinistas.

⁵¹ Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/>

evitar morrer de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de setenta anos, liderada por um bando de traidores que representam os grupos conservadores do México. Eles são os mesmos que se opuseram Hidalgo e Morelos, que traíram Vicente Guerrero, são os mesmos que venderam mais de metade do nosso país para o invasor estrangeiro, são os mesmos que trouxeram um príncipe estrangeiro para nos governar, são os mesmos que foram a ditadura dos cientistas porfiristas, são os mesmos que se opuseram à expropriação do Petróleo, são os mesmos que massacraram os trabalhadores ferroviários em 1958 e alunos em 1968, são os mesmos que hoje levaram tudo, absolutamente tudo [...]”⁵²

Parte do texto identifica alguns pontos centrais, tais como as demandas básicas que motivaram a sua luta armada; dentre elas constavam; o respeito do governo e dos governantes para com as comunidades indígenas; direito de voto e decisão política, legalidade e liberdade de expressão; autonomia de formar livremente e sem qualquer retaliação, pequenos grupos de diálogo com a sociedade civil e o próprio governo; dentre outras demandas.

Ao terminar de ler a 1ª Declaração da Selva Lancadona, que lançava para o mundo os preceitos do levante em Chiapas⁵³, o guerreiro zapatista que acabara de lê-la empunha a seguinte frase: “A guerra fora nosso último recurso”. Este aspecto é interessante porque revela a ponderação e a organicidade do movimento de janeiro de 1994.

Ao retomarmos a discussão a pouco explicitada, notaremos que nada fora decidido de modo fortuito e desordenado. As consultas às comunidades indígenas levaram cerca de dez anos para serem realizadas. Tudo se formou à duras penas; num processo árduo, lento e muitas vezes, divergente. Por fim, a decisão que fora tomada em conjunto com as comunidades indígenas e o grupo político-militar, foi a de levar a diante o projeto do levante; da insurreição e da luta armada.

No último parágrafo da 1ª Declaração da Selva Lancadona, podemos pormenorizar o que se tentou até agora resumir,

[...]Povo do México: Nós, homens e mulheres, íntegros e livres, estamos conscientes de que a guerra que declaramos fora nosso último recurso. Os ditadores estão aplicando uma guerra genocida não declarada contra o nosso povo por muitos anos, por isso pedimos a sua decisão de participação para apoiar este plano de luta por trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Declaramos

⁵² 1ª Declaração da Selva Lancadona. Op. cit.

⁵³ Como era época de comemoração do ano novo, o México num todo, recebia turistas de todas as partes do mundo, especialmente por oferecer uma vasta opção paradisíaca.

que não vamos parar de lutar até que o cumprimento destas demandas básicas do nosso povo sejam cumpridas, formando um governo de um país livre e democrático.

A indignação dos zapatistas com a situação política e econômica do México é evidente neste trecho da 1ª Declaração da Selva Lacandona. A luta a que o movimento zapatista se propõe é historicamente herdada desde os tempos coloniais. Tempos estes de exploração e matança de milhões de indígenas e camponeses; de sua expulsão de suas terras que eram o meio de sobrevivência e de manutenção de suas tradições. O zapatismo é sim, resultado de um processo histórico desleal e violento; de uma política pautada na visão pós-moderna e neoliberal que ‘descarta’ o indígena e o camponês como se estes fossem um câncer, um atraso ao progresso e ao desenvolvimento econômico.

A busca de um espaço de diálogo com todos os setores da sociedade civil e do governo, é uma das principais metas que compõe as intenções dos zapatistas. É acima de tudo, uma luta que caracteriza uma política democrática. Em trecho retirado da 2ª Declaração da Selva Lacandona⁵⁴ publicada em junho de 1994, os zapatistas afirmam que “não estamos propondo um novo mundo, mas sim muito mais do que isso: um prelúdio para o novo México. Neste sentido, esta revolução não vai terminar em uma nova classe, fração de classe ou grupo no poder, mas em um “espaço” de luta política livre e democrática”.

A intensa busca de uma alternativa de diálogo que possa “abrir” um espaço de uma “conscientização” política é fundamental segundo os zapatistas. Sobre este aspecto, tal “conscientização” política deve ser conseguida pela legitimidade da luta democrática pela liberdade, justiça e paz, na transição para a democracia no México.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *“O Fim da História: de Hegel a Fukuyama”*. (Tradução de Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1938.

ANJOS, Diego Marques Pereira dos. *“EZLN e México no Limiar do Século XXI: Um Estudo a Partir das Declarações da Selva Lacandona e outros textos”*. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/ezln_e_mexico.pdf

⁵⁴ Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/>

ARELLANO, Alejandro Buenrostro y. “*As Raízes do Fenômeno Chiapas: O Já Basta da Resistência Zapatista*”. São Paulo: Alfarrabio, 2002.

COLOMBO, Sylvia. “*Queremos novo impulso à relação com o Brasil, diz presidente do México*”. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/05/1632956-queremos-novo-impulso-a-relacao-com-o-brasil-diz-presidente-do-mexico.shtml>. Acessada em 22/07/2015 às 11:40.

Declaração de Princípios do EZLN. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/>

FUSER, Igor. “*México em Transe*”. São Paulo: Scritta, 1995.

GENNARI, Emilio. “*EZLN: Passos de Uma Rebelião*”. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *Chiapas, as comunidades zapatistas reescrevem a história*, (2002).

HARVEY, David. “*Condição Pós-Moderna*”. (Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves). 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

PEREIRA, Danielle Viana Lugo; JESUS, Altair Reis de. “O Projeto da Modernidade, Crise Capitalista e Ideologia Pós-Moderna”. *Temporalis*, Brasília (DF), n. 20, p. 31-47, 2010.

“*O Neoliberalismo na América Latina*”. Carta dos Superiores Provinciais da Companhia de Jesus da América Latina. Documento de Trabalho. São Paulo: Loyola, 1996

1º Declaração da Selva Lacandon. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/> Acesso em: 15 set. 2014

2º Declaração da Selva Lacandon. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/> Acesso em: 15

O POLICIAMENTO DE PROTESTOS EM GOIÁS

Leon Denis da Costa⁵⁵
Universidade Federal de Goiás

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de discutir as categorias “polícia”, “protestos” e “manifestações de rua” e, como segunda proposta, apresentar como o Estado criou sua tropa de choque responsável pelo policiamento de protestos em Goiás, na fase de repressão junto aos manifestantes. Inicia-se com uma abordagem conceitual das categorias numa perspectiva teórica das Ciências Sociais, principalmente no âmbito da Sociologia e Ciência Política, por meio de autores da literatura internacional, com algumas contribuições de autores brasileiros. Apresenta-se o surgimento da tropa de choque em Goiás, com uma análise documental de sua forma de intervenção a partir de sua doutrina operacional, e a percepção acerca dos manifestantes em multidões. A realidade da forma de intervenção policial demonstra a necessidade de uma mudança na filosofia de policiamento adequada aos valores de uma sociedade democrática a fim de se construir uma polícia que abandone as táticas repressivas e passe a se tornar uma polícia cidadã.

Palavras-chaves: Polícia – Protestos – Tropa de Choque de Goiás

Note-se que este estudo começa com as indagações abaixo e propõe respostas a partir de contribuições de cientistas sociais. O que é a polícia? Quais são as dimensões da atividade policial? O protesto é uma forma legítima de participação política? Qual a distinção entre protestos e manifestações públicas? As manifestações públicas são movimentos sociais? O que é o policiamento de protesto? Quando a tropa de choque atua nos protestos? Que conhecimento a polícia utiliza para suas estratégias de policiamento de protesto em Goiás? Que lacunas precisam ser preenchidas pela Polícia Militar de Goiás na busca por estratégias de policiamento de protesto adequadas a uma sociedade democrática? Pois o que se sabe é que o controle de protesto exige um equilíbrio difícil entre a proteção da ordem jurídica e a defesa não só da liberdade individual, mas também dos direitos dos cidadãos à participação política.

Polícia, protestos e manifestações sociais

O cientista social norte-americano David Bayley (2006) realizou um estudo comparativo sobre as instituições policiais de alguns países, por meio de informações

⁵⁵ Graduado em Letras pela Universidade Estadual de Goiás e mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

históricas, a fim de compreender seu funcionamento e desenvolvimento. Em sua pesquisa, investigou elementos necessários para reconhecer a polícia na composição de uma sociedade. Para tal, Bayley desenvolveu um tipo ideal de polícia que identificou três elementos essenciais para sua existência, a saber: força física, uso interno e autorização coletiva. A partir daí Bayley (op. cit., p. 20) definiu polícia como “pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação da força física”. No entanto, notou que as características que se tornariam predominantes na modernidade são polícias públicas, especializadas e profissionais.

Outra concepção de polícia é a do sociólogo francês Dominique Monjardet (2012) que, em seu estudo sociológico da força pública, identificou em sua composição três dimensões da polícia, as quais seriam indissociáveis e cada uma com uma lógica que: a) a polícia como um instrumento de poder (institucional), isto é, um instrumento criado pela autoridade política para promover e manter interesses coletivos identificáveis; b) como um serviço público suscetível de ser requisitado por todos (organização), isto é, possui uma divisão e especialização de tarefas (trabalho), técnicas, procedimentos, saberes, estrutura hierárquica, burocrática, etc.; e, c) a polícia numa dimensão de profissão que busca sua autonomia, desenvolve seus próprios interesses, ou seja, policiais ou profissionais especializados que possuem culturas e interesses próprios.

Após essa apresentação conceitual sobre polícia, passa-se a concepção de protesto e de manifestações públicas para que, na próxima seção, sejam abordados o policiamento de protesto e a Tropa de Choque de Goiás, a quem é designada a delicada tarefa de controlar a ordem pública.

“Protesto” é outra categoria que parece ser um termo muito comum e sem necessidade de explicações quando é pronunciado pela população e pelo meio midiático, no entanto investigou-se em dicionários específicos e alguns documentos de referências das Ciências Sociais e revelou-se uma ausência de discussão sobre a definição daquele termo. Nos breves esclarecimentos dos dicionários convencionais, porém sua definição é apresentada como um meio de manifestar ou expressar publicamente uma desaprovação, demonstrando-se oposição a uma situação ou a algo, geralmente acompanhado de insatisfação social. Apesar de ser uma concepção simplista, auxilia na compreensão do protesto enquanto fenômeno social.

Para a socióloga argentina Marina Farinetti⁵⁶ (1999), o protesto é entendido pela ação coletiva de pessoas que atuam diretamente num determinado contexto social por meio de ações diretas que proporcionam visibilidade, tornando pública uma situação social desfavorável a interesses, demandas, reivindicações e objetivos de um grupo social ou movimento social. Ação direta significa, na verdade, que não existe um intermediário na ação política entre os participantes e os alvos, isso é, não existem representantes políticos. São diversas as formas de ações⁵⁷ diretas utilizadas nos protestos (manifestação de rua, bloqueio de vias e estradas, ocupação de prédios, encenação teatral, boicotes, greves, etc.) e visam a alcançar objetivos imediatos bem como influenciar o governo ou os alvos do protesto. Essas ações são chamadas de repertórios de ações coletivas.

Para Della Porta e Diani (2006), o protesto é definido como forma não rotineira de afetar os processos políticos, sociais e culturais. Assim, os manifestantes buscam tornar públicas suas opiniões e demandas por outros meios que não os canais diplomáticos, isso é, as formas institucionalizadas pela democracia representativa. Estes canais normais ou diplomáticos de ação política referem-se às formas de participação em partidos políticos, solicitação a políticos, meios pelos quais tentam buscar providências ou soluções de problemas junto ao governo ou pessoas que possam interferir no processo de decisão. O protesto possui a característica fundamental de ter a capacidade de mobilizar a opinião pública com a finalidade de obter influência e participação política de outras pessoas através de formas de contestação pouco ortodoxas, com pressão sobre as autoridades, as instituições e o Estado. Então, para Della Porta e Diani (op. cit., p. 191), protestos são definidos como “ações não rotineiras

⁵⁶ Farinetti (op. cit., p. 1-2) entende “por protestos as manifestações coletivas de caráter público direto e de descontinuidade que expressam desacordo e demandam por soluções perante um estado de coisas. Um protesto é de caráter público, uma vez que se torna visível para a população civil e / ou autoridades políticas uma determinada reclamação ou situação percebida como um problema social pelos protagonistas. Possui um caráter direto quando se expressa mediante algum tipo que implica a interrupção da atividade diária ou habitual dos participantes e / ou quando perturba o funcionamento normal da vida pública (greves, ocupações de estabelecimentos, bloqueios de estradas, eventos e manifestações de rua, etc.). Tem caráter descontínuo no tempo quando consiste em uma ação episódica, mesmo que isso é parte de uma luta mais ampla ou acumulada sobre modos de ação e de expressão permanente (por exemplo, o protesto pode causar ou ser uma expressão de um movimento social com uma base institucional e programática estável)”.

⁵⁷ Max Kaase (1990) apud Wallace e Jenkins (1995) faz uma distinção das ações de protestos entre “ações legais não convencionais” (petições, boicotes, manifestações legais); “desobediência civil”, que normalmente é ilegal e diretamente desafia autoridades (retenção de impostos, greves não oficiais, pichações de *slogans*, bloqueio de tráfego); e da “violência política”(danos físicos a bens ou pessoas).

em que canais indiretos de influência são abertos por meio de atividades de uma série de atores coletivos”.

Os protestos têm-se popularizado na contemporaneidade e por sua capacidade de visibilidade, mobilização das pessoas e influência na opinião pública. Empregam ainda ações tradicionais ou inovadoras de forma coletiva, denominadas “repertórios de ação”⁵⁸, para alcançar seus objetivos.

Então, repertório de ação coletiva é uma série de diferentes táticas sociais utilizadas em eventos de protestos contra seus alvos – autoridades, instituições, organizações ou governantes. Os repertórios são formas aprendidas pelos participantes de como fazer o protesto, que tendem a ser baseadas em outras formas de ações já empregadas, adaptadas ao evento. Às vezes, o repertório de ação escolhido serve para representar ou simbolizar outro evento dramático ou personagens do passado e até outros eventos de lutas e protestos. Além do mais, vale ressaltar que os repertórios de ação também podem surgir e ser transformados durante o desdobramento dos eventos e das estratégias utilizadas, bem como nas interações produzidas com os demais atores envolvidos no evento – outros movimentos, organizações, forças policiais, mídia, entre outros.

Agora, observe-se a distinção entre manifestações públicas e protestos. Manifestações é um vocábulo utilizado no meio acadêmico com o mesmo sentido de: manifestações públicas, manifestações coletivas ou manifestações sociais. Ainda essa categoria pode ser denominada como manifestações públicas de protesto⁵⁹ para se diferenciar de outras manifestações artísticas, literárias, celebrações, cerimônias

⁵⁸ Sidney Tarrow traz a criação do termo e da definição de “repertório”: “Charles Tilly publicou o seu grande trabalho, *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834* (1995b). Nele Tilly definiu ‘repertório de confronto’ como ‘as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados’ (p. 41). Em outro trabalho, Tilly leva o tema mais adiante, escrevendo que ‘a palavra *repertório* ajuda a descrever o que acontece, identificando um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha’.” (TARROW, 2009, p. 51, grifo do autor).

⁵⁹ Os pesquisadores Taylor e Jodice (1983, p. 192, grifo do autor) fazem a seguinte distinção: “*uma manifestação pública de protesto* é uma reunião não violenta de pessoas organizadas com o propósito anunciado de protestar um regime, um governo, ou um de seus líderes; sua ideologia, política ou política que se destina; ou sua ação anterior ou ação que se destina. [...] Não estão incluídos os encontros eleitorais e comícios, desfiles políticos e celebrações do feriado normais. [...] Uma *manifestação pública de apoio* ao regime é também um encontro não violento de pessoas cujo propósito, no entanto, é para dar apoio a um governo, suas políticas e ações ou a um ou mais de seus líderes. Inclui também todas as manifestações que não são claramente de natureza protesto; portanto, a categoria inclui demonstrações que, embora de natureza política, não podem ser classificadas como explicitamente favoráveis de um regime”.

religiosas como expressão da cultura bem como das manifestações de apoio, comemorações cívicas e militares, como os desfiles militares. Entretanto, neste tópico, discutem-se as manifestações públicas ou manifestações de rua como um repertório de protesto, uma forma de ação coletiva utilizada pelos movimentos sociais e outros coletivos.

Para uma introdução ao tema de manifestação, observe-se a definição de Pierre Favre, constante em obra organizada por ele, *La Manifestation* (1990) apud Magalhães (2008):

Dir-se-á que uma manifestação é um deslocamento coletivo organizado sobre a via pública com fins de produzir um efeito político pela expressão pacífica de uma opinião ou de uma reivindicação. Assim caracterizado, a manifestação se distingue do ajuntamento, que é estático (a manifestação implica um desfile de um ponto a outro), da procissão que tem fins religiosos, do tumulto no sentido corrente que não é, ele, organizado, do motim que se utiliza do espaço público urbano como de um campo de batalha e não como simples lugar de passagem da passeata manifestante. (FAVRE apud MAGALHÃES, op. cit., p. 45).

Aqui pode-se perceber a necessidade do autor de fazer a distinção entre uma manifestação que um evento que mobiliza pessoas com uma certa organização para uma ação coletiva que ocupa os espaços públicos e naturalmente possui um caráter ou expressão política (uma forma de participação na democracia) e uma manifestação religiosa ou uma aglomeração de pessoas ou multidão em desordem com práticas violentas e descontroladas e de um evento de comemoração ou demonstração oficial do poder público como as paradas militares⁶⁰.

Na concepção de Fillieule (op. cit.) e Fillieule e Tartakowsky (2015), a manifestação é essencialmente um fenômeno urbano que está ligado à invenção da rua como um espaço concreto de atividade política e protesto. Apesar de a manifestação ter em seu núcleo a marcha ou passeata de rua, esse é apenas um dos elementos componentes de uma sequência de ações, tais como o uso de cartazes, fechamento ou bloqueio de uma rua ou área, os *sits in*, acampamentos urbanos em espaços públicos, entre outros comportamentos. No conceito apresentado, ele aponta quatro elementos que merecem explicações: o primeiro é a ocupação temporária de espaços físicos abertos, públicos (ruas e praças) ou privados (shoppings), excluindo locais de acesso restrito a

⁶⁰ Segundo Magalhães (2013, p.13), “As paradas militares são um exemplo claro de ocupação do espaço público (ruas e praças) para demonstrar a força e a seriedade do poder, cujo objetivo mais direto seria a demonstração do poderio militar, bem como o reforço de uma ordem social hierárquica”.

pessoas ou funcionários de empresas; o segundo é a expressividade da ação para os manifestantes e o público por meio da visibilidade do evento e a apresentação das demandas sociais; o terceiro é o número dos participantes, que serve mais para distinção de uma atividade política individual; e o quarto e último elemento é a natureza política da manifestação, isso é, que o evento expresse demandas de natureza política e social que nem sempre são diretamente perceptíveis pelos protagonistas.

As manifestações públicas, como as ocorridas no Brasil, no ano de 2013, assim como as demais formas de protesto ou contestação, por não seguirem as regras elementares de representação de interesses (partidos, instituições convencionais ou uma série de instituições políticas que mediam as demandas de seus eleitores com o governo), não se enquadram dentro dos princípios de uma democracia representativa; acabam sendo percebidas e tratadas com suspeição de legitimidade.

Policiamento de protesto em Goiás: a tropa de choque

Uma das respostas (ou tratamento) dadas pelo Estado às manifestações públicas e aos protestos em geral é o emprego de sua força policial nesses eventos. Os pesquisadores Della Porta e Reiter (1998) a denominam “policiamento de protesto”, que seria um termo mais neutro para essas ações policiais direcionadas aos eventos de protestos, o que os manifestantes denominam “repressão”, e, de outro lado, as instituições policiais denominam “aplicação da lei e manutenção da ordem”.

No Brasil, as polícias militares a empregam como “policiamento ostensivo” e outras variáveis como “policiamento de eventos”, “policiamento de manifestações” para as fases iniciais do policiamento de protesto, ou para se referir às atividades em que ainda não foi empregado o uso de uma polícia especializada, pois, quando tal tropa de choque – policiais militares treinados para a dispersão de multidão geralmente com gás lacrimogêneo, carga de cassetetes, balas de borrachas e outros instrumentos denominados “instrumentos não letais” – entra em cena, esse tipo de intervenção policial é institucionalmente denominado “policiamento de controle de distúrbios civis”.

Diante do objetivo deste estudo de discutir o policiamento de protesto a partir da intervenção policial da tropa de choque, antes de passar para uma análise de sua doutrina ou normas procedimentais de atuação, vê-se a necessidade de discorrer sobre o surgimento dessa modalidade especializada de policiamento de protesto.

O surgimento e especialização de policiais militares em “controle de distúrbios civis” ou de multidões se deu no período da ditadura militar, que foi, portanto, o auge de movimentos sociais com mobilizações e insatisfação de populares com o governo, principalmente, nas décadas de 1965 e 1980.

Outra explicação revelada por Huggins (1998, p. 156), a OPS⁶¹ ajudou a polícia brasileira a desenvolver patrulhas motorizadas e “tropas de choque” de tipo militar com o pretexto de combater as ameaças à segurança interna e aprimorar o policiamento ostensivo:

Por exemplo, a OPS ajudou a treinar, equipar e indicar pessoal para **“tropas de choque” especiais para controle de multidões e de motins** nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, **Goiás** e Pernambuco e, anteriormente, no Distrito Federal. Segundo a OPS-Brasil, seu trabalho com essas unidades de polícia especial revelou seus bons resultados em maio de 1967, durante uma manifestação estudantil no Rio Grande do Sul, quando esquadrões policiais antitumultos, treinados pela OPS, mostraram aos estudantes “que [havia]... força suficiente para controlar ajuntamentos de massa[...] [e que] as autoridades não iriam tolerar grupos [civis] violentos”, como observou com aprovação a OPS-Brasil (TOAID, 1967), sem qualquer comentário sobre a violência empregada para levar a cabo essa política. (Grifo nosso).

Ainda hoje, em sentido geral, a expressão “tropa de choque” é utilizada com o mesmo significado de “tropa de elite”, grupamento policial mais bem-preparado e bem-treinado para enfrentar os crimes mais graves. No entanto, no meio policial militar, é denominado “tropa de choque”, policiais especializados, geral e facilmente reconhecíveis por estarem equipados com escudos, capacetes, cassetetes, uniformes com acessórios de proteção, normalmente fazendo uso de munições químicas, *spray* de pimenta, “bombas” ou granadas de efeito moral e gás lacrimogêneo, que têm como função principal a atuação em controle e dispersão de multidões. Além destes, existem outros policiais que são identificados como “tropa de choque”, que são as tropas montadas dos regimentos de cavalaria quando atuam devidamente equipadas para controle e dispersão de multidão.

A especialização e profissionalização da polícia andam juntas. Os primeiros grupos de policiais militares de Goiás que se especializaram em “controle de distúrbios civis” em meados da década de 70, assim como as polícias militares de outros estados

⁶¹ Segundo consta na obra de Martha K. Huggins, OPS é a sigla que significa “Seção de Segurança Pública”, um departamento norte-americano enviado a países sob o pretexto de “ajudar” com treinamento as forças policiais para estarem preparadas contra ameaças subversivas e comunistas.

como São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Sergipe também se especializaram nesta modalidade de policiamento no mesmo período da História brasileira.

Desse modo, segundo Brito (1991), GOIÁS (1999) e Moraes e Mota (2000), o atual Batalhão de Choque da PMGO é originário de uma companhia de controle de distúrbios civis (CDC), pertencente ao 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM) existente em período anterior à década de 1970, tanto que o Canil da Polícia Militar (atual CPCães), um departamento que desenvolve o policiamento com cães, inclusive em manifestações, foi criado no ano de 1973, quando já existia a companhia de CDC.

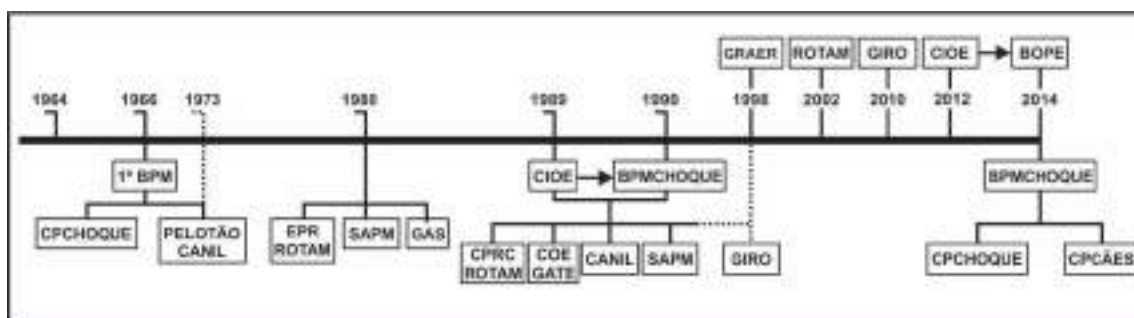
As ações de “controle de distúrbios civis” desempenhadas pela antiga Companhia de Policiamento de CDC do 1º BPM passaram a ser desenvolvidas pela ROTAM, a qual, além de realizar o patrulhamento de aplicação da lei e da ordem, tinha como atribuição as ações de controle de distúrbios civis que foram abandonadas com a autonomia da ROTAM como unidade independente, sem vínculo com o batalhão de choque. Normalmente estas ações de controle de distúrbios civis ou de operações de choque se confundiam com as atividades de operações especiais nos anos iniciais de surgimento das tropas especializadas da Polícia Militar de Goiás, em que os policiais eram treinados para “combater a criminalidade violenta”.

A atual localidade do BPMChoque⁶² é a mesma de origem. Abaixo, o gráfico que ilustra a trajetória das unidades especializadas da PMGO e especificamente do BPMChoque⁶³:

⁶² Atualmente, o BPMChoque é estruturado em duas companhias (Companhia de Policiamento de Choque e Companhia de Policiamento de Cães) e subordinado ao Comando de Missões Especiais (CME), que está subordinado apenas ao Comando-Geral, porém este serviço pode ser empregado em suas funções, em todo o estado de Goiás, em apoio à resolução de situações que tenham necessidade de atuação de uma tropa de choque. O efetivo ou a quantidade de policiais existentes no Batalhão de Choque no ano de 2013 não passava de 70 policiais militares. Neste ano de 2015, compreende aproximadamente 170 policiais militares, número que pode ser entendido como uma necessidade percebida pelo Estado de estruturar tal unidade policial após os eventos de protestos de 2013.

⁶³ No ano de 1989 e mesmo local, tornou-se uma companhia independente de operações especiais (CIOE), que era composta pelas seguintes subdivisões: 1) Serviço Aéreo da Polícia Militar (SAPM), existente desde 1980, permanecendo como um departamento do BPMChoque, tornando-se o GRAER em 1998, como um fração independente; 2) Companhia de Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM), que surgiu na década de 1980 como uma equipe de pronta reação pertencente ao Comando do Policiamento da Capital (CPC), sendo que ela era responsável pelo policiamento nas áreas bancárias de Goiânia, e no combate aos crimes organizados e mais graves na Capital. Posteriormente, integrando às atividades da Companhia de CDC, no quartel da CIOE, realizando ações de controle de distúrbios civis, ou seja, era a “tropa de choque” propriamente dita, a qual atuava no policiamento criminal, e em casos de perturbação da ordem, a ROTAM se equipava como “tropa de choque”.

Figura 1 – Trajetória das unidades especializadas da PMGO



Fonte: nossa.

Atualmente, o BPMChoque é estruturado em duas companhias (Companhia de Policiamento de Choque e Companhia de Policiamento de Cães) e subordinado ao Comando de Missões Especiais (CME), que está subordinado apenas ao Comando-Geral, porém este serviço pode ser empregado em suas funções, em todo o estado de Goiás, em apoio à resolução de situações que tenham necessidade de atuação de uma tropa de choque. O efetivo ou a quantidade de policiais existentes no Batalhão de Choque no ano de 2013 não passava de 70 policiais militares. Neste ano de 2015, compreende aproximadamente 170 policiais militares, número que pode ser entendido como uma necessidade percebida pelo Estado de estruturar tal unidade policial após os eventos de protestos de 2013.

Os procedimentos operacionais dos policiais militares do BPMChoque de intervenção em ações coletivas, multidões, assim como das demais “tropas de choque” do País são conteúdos pouco modificados e extraídos do *Manual de Campanha do Exército: Distúrbios Civis e Calamidades Públicas*, que teve uma publicação em 1964 e posteriormente foi substituído por uma versão em 1973. Esses conteúdos são transcritos para apostilas e manuais normalmente denominados “Manual de Controle de Distúrbios

Esta permaneceu vinculada ao BPMChoque até o ano de 2002, quando se tornou uma unidade independente; 3) O Grupo Antissequestro (GAS), que posteriormente passou a se denominar de Companhia de Operações Especiais (COE), que desempenhava atividades de Operações Especiais, teve uma fração de policiais que passaram a desenvolver as ações de operações especiais com a denominação Grupo de Ações Táticas Especiais(GATE), também tornou-se um quartel independente, sendo atualmente denominado Batalhão de Operações Especiais (BOPE); 4) o Canil também era um dos departamentos da antiga CIOE.

Segundo Ferreira (1994), no ano de 1990, a CIOE passou à condição de Batalhão por meio do Decreto nº 3.483, ativado e instalado pela Portaria nº 562/90 por ato do Comandante - Geral, a qual manteve as mesmas especializações de policiamento acima apresentadas, com uma única mudança: o surgimento do Grupo de Intervenção Rápida e Ostensiva⁶³ (GIRO) no ano de 1998, cuja permanência como uma subunidade se deu até o ano de 2010, quando se tornou uma unidade (quartel) independente.

Civis” e inclusive estão presentes na apostila utilizada para formação e especialização de policiais da PMGO. De fato, são visíveis a uniformidade e padronização de conhecimentos de tropa de choque tanto que há intercâmbio para a qualificação e especialização entre as polícias militares do Brasil em cursos que ocorrem esporadicamente. No caso da PMGO, o curso que habilita o policial a trabalhar na tropa de choque é o Curso⁶⁴ de Operações de Choque (COC).

A pesquisa de Poncioni (2005) evidenciou, de fato, que o militarismo está mais presente na tropa das unidades especializadas das polícias militares que nos policiais militares que desenvolvem o policiamento ostensivo geral. Desse modo, valores básicos como disciplina e hierarquia estão presentes não somente na administração burocrática do quartel e nas interações sociais, mas principalmente nos procedimentos operacionais de atuação da “tropa de choque”, o que vai ao encontro da contribuição de Fernandes (1974, p. 209, grifo do autor), que, na distinção entre atuação militar e atuação policial, esclareceu que a “atuação militar é sempre *coletiva* – o pelotão, a companhia, o batalhão – visando o controle de movimentos sociais”, ou seja, a atuação coletiva é própria da natureza militar, que fornece a configuração necessária – hierarquia e disciplina – para que a ação coletiva possa ser operacionalizada. Por exemplo, o “pelotão de choque” ou “pelotão de CDC” é a composição básica para a atuação de uma tropa de choque, com uma divisão de tarefas específicas entre os policiais militares, baseada exclusivamente na hierarquia e disciplina, do tenente (comandante do pelotão) ao soldado (demais funções).

O pelotão de choque é frequentemente reconhecido pelas imagens exibidas pela mídia televisiva e pelos jornais escritos em que apresentam uma fileira de policiais que se posicionam nas vias públicas, seja para impedir o avanço de multidão em locais determinados pelas autoridades ou para estratégias policiais de quem está no comando do policiamento, que pode ser, até mesmo, para iniciar o processo de dispersão de

⁶⁴ No curso de operações de choque realizado pela PMGO, são ensinadas aos policiais militares técnicas e práticas de policiamento especializado em “controle de distúrbios civis”, que, ao contrário das demais atividades especializadas de policiamento, priorizam disciplina, hierarquia, técnica e estratégia militar. Além disso, o policial é preparado e treinado a empregar equipamentos, armamentos e tecnologias não letais (munições de impacto controlado popularmente conhecidas como “balas de borracha”, spray de pimenta, granadas de efeito moral e lacrimogêneas, etc.); treinamento para desobstrução de vias interditadas geralmente em protestos coletivos; atuação em estabelecimentos prisionais (rebeliões); os procedimentos operacionais de patrulhamento motorizado; e um período de estágio prático de patrulhamento em que a experiência acumulada pelos policiais patrulheiros do BPM Choque sobre o trabalho policial é passada informalmente, confrontando-se com as técnicas e conhecimentos transmitidos no período do curso.

aglomeração de pessoas. Geralmente, o “pelotão de CDC” se apresenta em algumas figuras geométricas (linha, diagonal à esquerda ou à direita, em formato de cunha e outras menos decifráveis) previstas nos manuais de controle de distúrbios civis que servem como ataque contra multidão com o objetivo de dispersão ou como forma de defesa e proteção contra objetos arremessados contra os policiais.

Portanto, os policiais militares de uma tropa de choque são fortemente militarizados a ponto de ter seus descansos suprimidos eventualmente para permanecer em prontidão para atuar em controle de manifestações, submetidos a uma obediência que, geralmente, extrapola a jornada de trabalho, uma vez que eventos dessa natureza não têm previsões de término. A tropa de choque é mobilizada para os locais onde estão ocorrendo os protestos, e posicionada longe da visão dos manifestantes, pois, se a manifestação ou o protesto está pacífico, o policiamento local acompanhará a situação. Mesmo em caso de determinação do emprego da tropa de choque, a instituição policial tem a necessidade de esgotar a tentativa de negociação ou busca de um consenso com pessoas organizadoras do movimento coletivo para que a ordem seja restabelecida.

Outro ponto que merece ser discutido e interfere nas estratégias e técnicas utilizadas pelas tropas de choque não somente da PMGO, mas também de outros estados refere-se à abordagem teórica de comportamento de multidão ou “massas” como está descrita nos manuais, em que é predominante a perspectiva teórica de Gustave Le Bon, o qual analisa as multidões como um todo homogêneo, como se surgisse um novo ser, uma espécie de “contágio” em que as pessoas produzissem um comportamento irrefletido, irracional ou instintivo. Assim sendo, quando os indivíduos estão inseridos numa multidão, estariam submersos nas emoções coletivas, propensas ao contágio, ao anonimato. Observe-se o quadro abaixo extraído do manual:

Figura 2 – Fatores psicológicos que podem influenciar o comportamento dos indivíduos

Fatores psicológicos que podem influenciar o comportamento dos indivíduos	
Número	A consciência que os integrantes de uma turba têm do valor numérico da massa que a constitui, influenciando-lhes uma sensação de poder e segurança.
Sugestão	Nas turbas por sugestão as ideias se propagam despercebidas, sem que os indivíduos influenciados raciocinem ou possam contestá-las, aceitam sem discutir as propostas de um líder influente.
Contágio	Pelo contágio as ideias se difundem e a influência transmite-se de indivíduo a indivíduo nas turbas. Assim, elas tendem sempre a atrair novos manifestantes.
Anonimato:	Dissolvido na turba, acobertado pelo anonimato, o indivíduo poderá perder o respeito e conseqüentemente sentir-se irresponsável por seus atos, quaisquer que sejam.
Novidade	Face às circunstâncias desconhecidas, nem sempre o indivíduo reage conforme suas normas de ações habituais.
Imitação	O desejo irresistível de imitar o que os outros estão fazendo poderá levar o indivíduo a tornar-se parte integrante de uma turba.
Expansão das emoções reprimidas	Preconceitos e desejos insatisfeitos, normalmente contidos, expandem-se nas turbas, concorrendo como perigoso incentivo à prática de desordens, pela oportunidade que têm os indivíduos de realizarem afinal, o que sempre almejavam, mas nunca tinham ousado.

Fonte: nossa baseada na Apostila de Operações de Choque (2014).

Este debate vai ao encontro das pesquisas e análises empíricas de Adang (2010), o qual ressaltou que as forças policiais têm utilizado métodos tradicionais de intervenção para manter a lei e a ordem em grandes eventos e manifestações públicas, que são táticas de controle antidistúrbios e no uso de armas não letais, incluindo desde cassetete e produtos químicos até canhões de água e balas de borracha. Este autor defende que os acontecimentos da ordem pública são processos intergrupais, criticando justamente essa abordagem teórica de lidar com multidões ou manifestações, tratando as pessoas de forma homogênea. Então, Adang adota a perspectiva teórica da identidade social, em que a “desordem” coletiva existe quando os participantes do grupo compartilham uma identidade social comum. Portanto, na leitura de Muniz e Paes-Machado, a proposta de Adang é de que a polícia, em sua função de manutenção da ordem pública, deve levar em consideração as diferenças de identidades e maneiras de atuação dos grupos reunidos, devendo distinguir as pessoas com base na ação e não pela categorização preconcebida, pois ela precisa desenvolver métodos brandos, de baixo perfil, táticas policiais mais diferenciadas das comumente empregadas contra as multidões nos atos de protestos e ações articuladas principalmente por movimentos sociais.

Uma análise dos atuais manuais técnicos de controle de distúrbios civis das polícias militares, entre eles, os das Polícias Militares de Minas Gerais, Paraná e Goiás mantêm conteúdos e técnicas existentes no *Manual do Exército* do ano de 1973, como os tipos de massas⁶⁵ ou multidões, assim descritas na Apostila de Operações de Choque da PMGO.

Num quadro geral, dentre as forças policiais militares especializadas de Goiás, de forma específica, o policiamento do BPMChoque surgiu no período de repressão política, para exercer atividades de repressão, sendo treinado e preparado, em sua gênese, para combater as ameaças subversivas no período da ditadura. Ainda o BPMChoque é responsável pelas atividades de manutenção da ordem, sendo empregado quando a ordem pública é violada durante protestos sociais e manifestações públicas. Os manuais e regulamentos delimitam seu emprego após a ruptura da ordem pública ou quando se escapa o controle do policiamento convencional, passando a tropa de choque

⁶⁵ **1. MASSAS PACÍFICAS:** Reúnem-se por motivos “justos” ou pacíficos, pelas próprias características do grupo não demonstram atitudes radicais.

1.1) *Idosos:* é um grupo muito desorganizado sem muita disposição para reagir e que normalmente conta com apoio de outros grupos;

1.2) *Religiosos:* É um grupo que normalmente se reúne para mega eventos mas devido a sua peculiaridade raramente causam incidentes; Ex.: Missa do Padre Marcelo Rossi, Caminhadas Evangélicas;

1.3) *Grupos Raciais e comportamentais:* É um grupo que se reúne esporadicamente com a presença de lideranças não muito destacadas, mas que normalmente atua de forma pacífica. Ex.: Negros, Gays, Índios.

2 MASSAS ORGANIZADAS: São grupos que possuem uma liderança mais definida, possuem relativa disposição para enfrentar o policiamento local, além de terem objetivos específicos de interesse de seu grupo social.

2.1 **Professores:** Grupo muito numeroso que com a aliança com outros grupos se mostra sugestível e com atitudes de revolta;

2.2 **Metalúrgicos:** Grupo também numeroso, altamente politizado e com fortes lideranças que em outros anos demonstrou ser violento, causando muitos problemas para as autoridades policiais;

2.3 **Sem Terras:** numeroso, politizado, com lideranças e forte influencias externas.

3 MASSAS VIOLENTAS: São grupos que muitas vezes não possuem lideranças definidas, mas possuem a característica de promover atos de violência:

3.1 **Punks:** tem características violentas, sem objetivos definidos a não ser chamar atenção e causar danos;

3.2 **Torcedores uniformizados:** Quando unidos geralmente cometem atos de vandalismo.

3.3 **Detentos:** Grupos extremamente violentos com atitudes imprevisíveis, todavia confinados a um determinado local. Não tem nada a perder.

3.4 **Perueiros e camelôs:** Grupos que se destacam com atos de violência e demonstram fácil comunicação entre si. Grupos emergentes com características violentas.

3.5 **Estivadores:** Grupo muito violento.

a atuar de forma repressiva, com o objetivo de dispersar a multidão e os manifestantes nos protestos sociais. Há de se ressaltar sobre os servidores da tropa de choque que são os mesmos que atuam em atividades de patrulhamento motorizado de caráter preventivo como todos os demais policiais da PMGO, os quais estabelecem uma interação com a mesma população, que é alvo de repressão nas atividades de choque.

Considerações finais

Os movimentos sociais são conhecidos, principalmente, pelas estratégias e táticas não convencionais de ação coletiva (de caráter social, político ou cultural) utilizadas para intervir numa realidade seja para requerer direitos ou promover demandas às instituições. O Estado aparece, normalmente, como alvo das ações ou uma contraparte na negociação dos objetivos do movimento, mas aquele se faz presente também como o garantidor da ordem pública por meio de seu aparato policial. Logo, por meio da polícia, busca controlar os protestos.

Baseando-se no conhecimento teórico e procedimental das ações desempenhadas pela tropa de choque, por meios dos manuais de “controle de distúrbios civis” e diante da forma como surgiu o policiamento de protesto em Goiás e demais estados brasileiros, pode-se chegar a alguns apontamentos: as ações da tropa de choque são completamente direcionadas como estratégia militar; a teoria das massas ou das “multidões”, de Le Bon, Gabriel Tarde, parece ser a leitura em vigor do Estado sobre as manifestações e protestos em geral como forma de expressão e participação democrática; a polícia desenvolve suas ações e treinamentos com base em expectativas de comportamentos dos manifestantes adquiridos da experiência ou prática policial normalmente revestida de estereótipos próprios da cultura policial.

No estado democrático, há a necessidade de a polícia buscar estratégias que privilegiem o diálogo, com negociações com os manifestantes tanto antes quanto durante os eventos de protesto, porém, para haver uma mudança na percepção da polícia sobre as manifestações, é necessária uma reforma no ensino policial

Referências Bibliográficas

ADANG, Otto M. J. **Mantenimiento del orden público: teoría, práctica y educación del policiamiento de los campeonatos europeos de fútbol de 2000 y 2004.** Cadernos CRH, Salvador, v. 23, n. 60, p. 475-483, set./dez. 2010.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise comparativa internacional. Tradução: Renê Alexandre Belmonte. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução: Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2003.

BRASIL. Ministério do Exército. **Manual de campanha**: distúrbios civis e calamidades públicas. 3. ed. 1973.

BRETAS, Marcos Luiz. A polícia carioca no Império. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 219-234, 1998.

_____; ROSEMBERG, André. História da polícia no Brasil: balanços e perspectivas. Topoi: **Revista de História**, v. 14, n. 26, p. 162-173, jan./jul. 2013.

BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da Polícia Militar de Goiás**: uma proposta bibliográfica. 1991. 160 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 1991.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 3. ed. São Paulo: Editora 34 e EDUSP, 2011.

DELLA PORTA, Donatella. **O movimento por uma nova globalização**. São Paulo: Loyola, 2007.

_____; DIANI, Mario. **Social movements**: and introduction. 2. ed. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2006.

_____; HERBERT, Reiter. **Policing protest**: the control of mass demonstrations in western democracies. Eds. United States of America: University of Minnesota, 1998.

FARINETTI, Marina. ¿Qué queda del “movimiento obrero”? **Trabajo y Sociedad**. n. 1, v. 1, Santiago del Estero, jun./sept. 1999.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Política e segurança**. São Paulo: Alfa Ômega, 1974.

FILLIEULE, Olivier. The independent psychological effects of participation in demonstrations. **Mobilization**: an international journal, v. 17, n. 3, p. 235-248, 2012.

_____; TARTAKOVSKY, Daniele. **La manifestación**: cuando la acción colectiva toma las calles. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOIÁS, Polícia Militar de. **História da Polícia Militar de Goiás**. Goiânia, Batalhão de Polícia Militar de Choque, 1999.

_____. **Apostila de operações de choque.** Goiânia: Batalhão de Polícia Militar de Choque, 2014. Mimeo.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política:** relações Estados Unidos e América Latina. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. **Estratégias de rua:** manifestações político-sindicais do Sindicato dos Bancários na Praça Sete de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. **Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO):** manual técnico-profissional nº 3.04.12/2013 - CG. Belo Horizonte: PMMG Comando-Geral, 2013.

_____. **Operações de controle de distúrbios:** manual técnico-profissional nº 3.04.10/2013 – CG. Belo Horizonte: PMMG Comando-Geral, 2013.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia:** sociologia da força pública. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EDUSP, 2012.

MORAIS, F. J.F; MOTA, W. U. **Táticas de atuação da polícia militar no controle de distúrbios civis em perímetro urbano.** 2000. 122 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Academia de Polícia Militar, Goiânia, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, São Paulo, v. 9, p. 45-56, mar./maio 1991.

_____. Polícia e a crise política: o caso das polícias militares. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victória. **A violência brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, n. 3, v. 20, p. 585-610, set./dez. 2005.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas.** Tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TAYLOR, C. L; JODICE, D.A. **The world handbook of political and social indicators III:** 1948-1977. 1983.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** 4. ed. Brasília, DF: UnB, 2012.

OS DIGGERS E A REVOLUÇÃO DE 1640: IDENTIDADE POLÍTICA, RESISTÊNCIA E VIOLÊNCIA NA INGLATERRA DO SÉCULO XVII

Lívia Bernardes Roberge⁶⁶

Resumo: A Revolução Inglesa de 1640 é caracterizada pela historiografia tradicional como um evento marcado pelo embate entre os roundheads de Oliver Cromwell e os cavaliers de Charles I. Entretanto, trabalhos como o do historiador inglês Christopher Hill revelaram a presença de outros atores, podendo-se assim falar de uma “terceira via da revolução”, caracterizada por grupos políticos que possuíam ideias mais “radicais”, que não se encontravam alinhados a nenhuma das duas forças supracitadas. Um destes é o dos Diggers, composto essencialmente por camponeses atuando de forma autônoma, que possuíam como objetivos o fim da monarquia e a abolição da propriedade privada. Através da leitura de bibliografia a respeito deste período, percebe-se a frequente caracterização deles como “violentos” e “baderneiros”, principalmente por conta da tática do grupo de ocupar terrenos cercados para ali subsistir. A partir da análise de panfletos produzidos pelo grupo, procurar-se-á entendê-los enquanto grupo político, questionar e problematizar historicamente sua suposta “violência”, demonstrando um processo de criminalização das estratégias de luta dos segmentos populares, além de questionar o “silenciamento” da atuação destes ao longo da história.

Palavras-chave: Diggers – Violência – Revolução Inglesa

Diversos historiadores e historiadoras vêm hoje trabalhando com a questão da concessão de visibilidade histórica a grupos políticos, sociais e culturais que foram sistematicamente excluídos e marginalizados dentro da história tradicional ocidental, uma vez que se encontravam afastadas dos “meios tradicionais de se fazer história”, não se encaixando na prescrição dos “grandes homens”, que tradições historiográficas anteriores à Escola dos Annales consideravam pré-requisito para ser um agente e um personagem histórico em si. A tentativa de reverter esta lógica tradicional se caracteriza pelo que hoje é conhecido como “fazer uma história vista de baixo”, termo popularizado por E. P. Thompson ao longo dos anos setenta. Sobre a emergência de uma história que conceda voz àqueles e àquelas outrora excluídos, o historiador Jim Sharpe coloca:

Durante as duas últimas décadas, vários historiadores, trabalhando em uma ampla variedade de períodos, países e tipos de história, conscientizaram-se do potencial para explorar novas perspectivas do passado, [...] sentiram-se atraídos pela ideia de explorar a história, do ponto de vista do soldado raso, e

⁶⁶ Bacharela e Licenciada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, atualmente Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense e bolsista do CNPq. Contato: livia.roberge@hotmail.com

não do grande comandante. Tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes.(SHARPE, 1992: 40).

Christopher Hill também pode ser considerado como uma das grandes expressões desta vertente. Sua produção teve foco no século XVII inglês, com ênfase no contexto da Revolução Inglesa⁶⁷. Ele auxiliou de maneira enfática na expansão dos estudos acerca deste período para além do embate clássico entre *roundheads* (defensores do parlamento, liderados por Oliver Cromwell) e *cavaliers* (ou “realistas”, defensores do rei e da monarquia), conforme nos é colocado pela historiografia tradicional, apresentando-nos novos atores históricos presentes na Revolução: as classes populares. Segundo Hill, estas caracterizariam uma “terceira via da revolução”⁶⁸, dentro da qual se faz possível a divisão em subgrupos políticos que atuaram ao longo dos conflitos de maneira extremamente relevante, de forma a serem imprescindíveis para a compreensão do período entre 1640 e 1660 em sua totalidade, uma vez que Hill recusa a ideia de um conflito revolucionário bipolarizado entre burguesia e aristocracia. Sobre isso, o autor comenta:

Ora, é verdade que a Revolução Inglesa de 1640, tal como a Revolução Francesa de 1789, foi uma luta pelo poder político, econômico e religioso, empreendida pela classe média, a burguesia, que crescia em riqueza e força à medida que o capitalismo se desenvolvia. Mas não é verdade que, ao opor-se a ela, o governo real tivesse em vista os interesses do povo em geral: pelo contrário, os partidos populares provaram ser os opositores mais combativos do Rei, de longe mais vigorosos, impiedosos e radicais do que a própria burguesia. (HILL, 1985: 16)

Portanto, seu trabalho foi largamente responsável por evidenciar a presença destes grupos de pessoas em acontecimentos históricos onde tradicionalmente são tratados como passivos, massa de manobra, ou simplesmente excluídos, e denotar-lhes importância histórica e autonomia – no que se refere à historiografia britânica – através

⁶⁷ A qual será compreendida dentro do recorte de 1640-1660, englobando assim a Guerra Civil Inglesa e o período republicano (conhecido como *Commonwealth*), que se instala após a execução do rei Charles I, por fim culminando na restauração da monarquia com seu filho, Charles II.

⁶⁸ “Marxista, Hill recusa a ideia de um conflito de classes tendo por protagonistas apenas a burguesia ascendente e a aristocracia em declínio, e com os demais grupos sociais “bestificados”. Tradicionalmente se comentava que os mais pobres haviam ficado do lado do rei, cuja caridade os amparava. Em *O Mundo de Ponta Cabeça* vemos como isso é falho: se existe às vezes uma lógica em os oprimidos preferirem a opressão menor e burocrática (anglicana) à maior burguesa (presbiteriana), o fato é que eles não se limitam a escolher o mal menor numa luta entre classes que aspiram a dominá-los; eles também têm o seu discurso próprio, a sua luta contra a dominação de classe”. (SETE, Renato Janine Ribeiro. In: HILL, 1987, p. 16).

da utilização da perspectiva da “história vista de baixo”. Em seu clássico “O Mundo de Ponta-Cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640” (HILL, 1987), Hill mostra o panorama político que compõe a revolução como sendo extremamente plural, fazendo parte dela grupos como, por exemplo, os Ranters, Levellers, Seekers, Quakers e, finalmente, os Diggers. Camponeses⁶⁹ cristãos anticlericais cujas terras comunais onde plantavam haviam sido tomadas pelo Estado e transformadas em propriedades privadas para a nobreza, a *gentry* e o rei – e, posteriormente, aos republicanos – os Diggers⁷⁰ atuavam de forma autônoma, não reconheciam nem na figura do parlamento e muito menos na monarquia uma real possibilidade de defesa de seus interesses, e tinham como mais importante reivindicação a extinção absoluta da propriedade privada e o consequente reestabelecimento imediato das terras comunais, além do fim da monarquia⁷¹.

A profunda instabilidade política que marcara o período em que atuaram gerou também um contexto de liberdade de expressão relativamente maior, da mesma maneira que gerou um período de “liberdade religiosa na prática” (HILL, 2006: 15). Isso possibilitou uma abertura para a circulação de impressos de cunho revolucionário pelo país, divulgando uma variada gama de ideias políticas. No caso dos Diggers, panfletos escritos de maneira individual ou coletiva caracterizavam a principal via de disseminação de seus ideais e reivindicações, havendo sido distribuídos e mesmo vendidos. Tais panfletos encontram-se preservados ainda hoje dentro da British Library, mais especificamente na coleção Thomason Tracts. Além da disponibilidade online destes documentos digitalizados, existem também publicações de compilações de alguns destes panfletos, como por exemplo, a de Christopher Hill, “Winstanley: The Law of Freedom and other Writings”,⁷² com foco nos trabalhos do digger Gerrard Winstanley.

⁶⁹ Entretanto, há evidências de simpatizantes também na cidade de Londres e no New Model Army.

⁷⁰ O nome do grupo advém do verbo inglês “to dig”, que significa “cavar”. A intenção é de se fazer alusão a uma das ações empregadas de forma costumeira por parte do grupo, que consistia em ocupar terras cercadas e começar a cavar para ali plantar e, conseqüentemente, subsistir.

⁷¹ Diferentemente de outros grupos políticos de segmentos similares a eles, que tinham como suas pautas principais questões como a liberdade religiosa (apesar de esta também ser uma pauta dos Diggers) e uma reforma parlamentar, como seria o caso, por exemplo, dos Quakers e dos Levellers, respectivamente.

⁷² (HILL, 2006.)

De modo a compreender a atuação e o impacto do grupo dentro da história inglesa, é imprescindível voltarmos-nos para o legado documental deixado por ele na forma destes panfletos. A análise historiográfica de tais fontes nos possibilita compreender diversas questões, desde questionar a existência de uma identidade política entre os Diggers que os possibilitaria compreenderem-se como grupo, evidenciar seus lugares de fala sociais dentro daquele contexto, e também compreender em que pautavam e fundamentavam suas ações e posicionamentos políticos.

Dentre estes documentos, foram selecionados três panfletos para análise: *A Declaration of the Diggers of Wellinborrow*⁷³, *Light Shining in Buckinghamshire*⁷⁴ e *More Light Shining in Buckinghamshire*⁷⁵. A escolha por analisar apenas três panfletos deu-se de modo a tornar viável uma análise historiográfica dentro da dimensão reduzida do presente trabalho, escolhendo assim analisar mais detalhadamente três trabalhos, em vez de realizar um levantamento geral. A seleção destes, especificamente, deu-se pelo fato de nenhum deles ter sua autoria vinculada direta ou indiretamente ao famoso digger Gerrard Winstanley, sobre quem muitos trabalhos já foram escritos e publicados, de modo que o material literário produzido pelo mesmo já fora objeto de estudo de algumas pesquisas. Por conta disso, foi feita a opção por conceder visibilidade a outros trabalhos Diggers menos conhecidos. Além disso, levou-se em consideração o fato de estes panfletos terem sido produzidos em um recorte temporal próximo, sendo dois deles datados do período da Segunda Guerra Civil Inglesa (1648 – 1649), e um após a execução do rei Charles I, já no período da Commonwealth de Oliver Cromwell.

Primeiramente, é essencial compreendermos o contexto que possibilitou a escrita e a circulação destes panfletos. O período das Guerras Civas fora marcado pela tolerância religiosa prática, conforme citado anteriormente nas palavras de Hill, e deve-se levar em consideração o que a Igreja – e a consequente quebra de seu poder – significavam para este cenário, fundamentalmente no tocante à liberdade de expressão. O controle social e político era administrado principalmente através da Igreja. Eram nas paróquias que as pessoas se informavam, e a hierarquia social da Igreja consolidava um exímio controle de classe. “[...]a Igreja era a maior fonte formadora de opiniões nos

⁷³ Publicado em março de 1650, sob a autoria de Richard Smith, John Avery, Thomas Fardin, Richard Pendred, James Pitman, Roger Tuis, Joseph Hichcock, John Pye e Edward Turner.

⁷⁴ Publicado em dezembro de 1648, autoria anônima.

⁷⁵ Publicado em março de 1649, autoria anônima.

tempos antes dos jornais, do rádio, da televisão e do cinema [...]. Religião e política estavam inextricavelmente misturadas⁷⁶ (HILL, 2006: 14). Logo, com a abertura para liberdade e tolerância religiosa, devido à instabilidade política do período, significava também uma maior liberdade de pensamento, uma abertura para a contestação da ordem vigente, bem como para a formulação de novas teorias sociais e políticas, uma vez que “tolerância religiosa era, portanto, uma questão não apenas religiosa, mas também social e política”⁷⁷ (HILL, 2006: 14 – 15). Juntamente a isso, tem-se ainda o fator popularização da imprensa, inserido dentro da maior liberdade de expressão, que já vinha se consolidando na Inglaterra desde o final do período Tudor e que auxiliou na circulação de ideias de uma maneira nunca antes vista na história inglesa, “expandindo o conhecimento” (HILL, 2003: 40).

Outro fator de peso que caracteriza este momento como extremamente fértil para a afloração de ideias políticas contrárias ao *status quo* é o advento da popularização da bíblia traduzida para o inglês.

A disponibilidade da Bíblia em inglês foi um grande estímulo ao aprendizado da leitura; e isso por sua vez assistiu ao desenvolvimento de publicações baratas e distribuição de livros. Foi uma revolução cultural de proporções sem precedentes, cujas consequências não podem ser subestimadas. O acesso direto ao texto sagrado deu aos leigos uma sensação de segurança que antes lhes faltava, o que serviu para fortalecer críticas de longa data à Igreja e ao clero. (HILL, 2003: 32).

No século XVII, as traduções da bíblia para a língua inglesa já haviam se popularizado⁷⁸ de modo a tornar as cópias acessíveis aos mais diversos tipos de segmentos da sociedade. Agora a interpretação da bíblia poderia ser feita individualmente, sem antes suas mensagens passarem pelo filtro de censura caracterizado pelas paróquias. As pessoas “comuns” tinham acesso ao livro sagrado agora como forma de procurar explicações para seus problemas, suas dúvidas e receios, e diversas interpretações das passagens bíblicas eram possíveis, de maneira a melhor se encaixarem na realidade do leitor.

⁷⁶ No original: “[...]the Church was the greatest opinion-forming machine in the days before newspapers, radio, television and cinema (...). Religion and politics were inextricably mixed”. Tradução livre da autora.

⁷⁷ No original: “Religious toleration was therefore a social and political as well as a religious question”. Tradução livre da autora.

⁷⁸ A Bíblia completa fora traduzida e publicada na Inglaterra no ano de 1560.

A sociedade estava agitada e esperava-se que a Bíblia oferecesse soluções para os problemas que a assolavam. A tradução da Bíblia para o inglês tornou-se acessível a grupos sociais novos e mais amplos, incluindo artesãos e mulheres, que liam sobre seus próprios problemas e possíveis soluções no texto sagrado. (HILL, 2003: 25).

É fundamental manter em mente que nesta época a bíblia não servia como fonte de consulta de maneira restrita a assuntos religiosos e espirituais – conforme colocado anteriormente –, uma vez que a religião estava imbricada em todos os assuntos relativos à sociedade daquele período. A bíblia ocupava o imaginário tanto público quanto privado e servia de autoridade de consulta para os mais diversos assuntos. Como afirma Hill,

A Bíblia foi fundamental para toda a vida intelectual e moral dos séculos XVI e XVII. [...] Entretanto, não era somente em questões religiosas que a bíblia era considerada uma fonte de autoridade. [...] as Escrituras abrangiam várias ciências Sagradas, inclusive a ética, a economia a política, a academia. (HILL, 2003: 41).

Estando esta ambientação clara, passa-se então aos panfletos, iniciando com uma brevíssima descrição das temáticas tratadas em cada um deles, procurando exemplificar a ordem em que vão sendo elencadas e, em seguida, partindo para a análise dos três em conjunto, considerando a produção num todo.

Light Shining in Buckinghamshire, de dezessete páginas, começa com uma enfática crítica à monarquia e ao rei – chegando mesmo a associarem a figura do rei com o demônio - e, baseando-se fortemente na bíblia, rejeitando a teoria do direito divino dos reis, a partir da demonstração da criação de todos os homens como iguais por Deus. Referências e citações diretas das Escrituras são frequentes, e o raciocínio desenvolvido na primeira parte do texto diz respeito à igualdade entre os seres humanos perante Deus e a bíblia, aludindo que a exploração de um indivíduo pelo outro, bem como a eventual desigualdade que se originaria disso, caracterizariam pecado oriundo de crueldade, roubo, assassinato, tirania (característica intrínseca da monarquia e do poder real para eles) e malícia. Em seguida, aparece a primeira referência a um fato histórico: a invasão dos Normandos, em 1066, caracterizada pela menção ao “Norman Yoke”, que será abordado de maneira mais completa posteriormente. Este panfleto específico concede bastante espaço para a exploração da questão da invasão Normanda como sendo responsável pelas opressões existentes na Inglaterra de maneira detalhada, fazendo também alusão a um passado *bretão* quase idílico. Passam então a contemplar a

questão da terra de maneira mais específica, criticando a privatização da mesma, bem como todo o aparato burocrático que advém disto. A postura anticlerical também fica evidente, ao tecerem críticas à Igreja Anglicana, principalmente no tocante à sua organização hierárquica, à idolatria, e considerando uma blasfêmia a posição do rei como chefe da igreja e do Estado, bem como o poder depositado nas mãos de padres. Em determinado momento do texto, elaboram um enumerado de demandas, claras e pontuais, sendo elas:

1. Uma porção justa de terra para cada homem viver, de forma que nenhum necessite roubar ou mendigar para sobreviver, e que todos possam viver confortavelmente.
2. Um Regulamento justo para reger a vida dos homens, que conste nas Escrituras.
3. Todos os homens de forma igualitária sob tal Regulamento devem fazer para o próximo tal como o próximo deve fazer a ele: logo olho por olho, dente por dente, mão por mão; e se alguém roubar deverá repor em dobro, etc.
4. Que o governo seja de juízes, anciãos, homens tementes a Deus e que abominam a posse, os quais devem ser escolhidos pelo povo, de modo a acabar com todas as controvérsias em todas as cidades e aldeias, sem quaisquer outros problemas ou encargos⁷⁹. (Anônimo, 1648).

Finalmente, a parte final do panfleto é dedicada a demonstrar como a mudança de toda a estrutura opressiva é, na visão do grupo, impossível de ser atingida através do parlamento. Para tanto, realizam uma longa explicação da maneira como o parlamento funciona.

More Light Shining in Buckinghamshire fora projetado para ser uma sequência direta ao panfleto descrito acima, contando com onze páginas. O texto inicia de maneira muito similar ao anterior, mencionando a criação do homem por Deus e a consequente igualdade de todos, concedendo ênfase ao direito igual de todos desfrutarem da terra e de suas criaturas. Parte-se então para a explicitação de que é na propriedade privada que reside a origem de todas as demais opressões que afligem os ingleses. Faz-se a analogia de que viver em uma sociedade que conta com propriedade privada seria viver numa situação de escravidão – sempre concedendo fundamentação bíblica para suas

⁷⁹ No original: “1. A Just portion for each man to live, that so none need to begge or steale for want, but everyone may live confortably. 2. A just Rule for each man to go by, which Rule is to be found in Scripture. 3. All men alike under the said Rule, which Rule is, to do to another as another should do to him: So that eye for eye, tooth for tooth, hand for hand, and if anyone stole, restore double, etc. 4. The government to be by Judges, called Elders, men fearing God and hating covetousnesse; those to be chosen by the people, and to end all controversies in every Town and Hamlet, without any other or further trouble or charge”. Tradução livre da autora.

alegações. Defendem mais uma vez a origem tirânica dos reis e que a existência deles seria contrária às leis de Deus, denunciando também os padres e a Igreja, além de mencionarem novamente o Norman Yoke - alongam-se mais na legitimação destas duas primeiras colocações do que no panfleto anterior, e mencionam no corpo do texto que a questão do Norman Yoke fora mais desenvolvida no documento anterior. Também é explorada a concepção do poder, argumentando-se que o único poder legítimo seria o dividido, que o único Lord seria Jesus, e que qualquer poder que um homem possuísse sobre outro seria oriundo de luxúria e pecado. O panfleto termina com a explanação da maneira como dentro de sua concepção, este poder profano deveria ser extinto, sendo os principais passos a serem tomados para tanto a abolição de todas as leis vigentes, conceder plena liberdade religiosa e de expressão e extinguir a propriedade privada.

Por último, *A Declaration of the Diggers of Wellinborrow* caracteriza um panfleto bastante diferente dos dois anteriores, por ser bastante curto (possui apenas uma página) e direto. Diferentemente dos anteriores, este documento faz alusão explícita à tática de ocupação de propriedades privadas logo em seu título completo:

Uma Declaração dos motivos e razões pelos quais nós, os pobres habitantes do município de *Wellinborrow*, no condado de *Northampton*, já começamos e demos nosso consentimento para cavar, adubar e semear grãos nas terras Comuns e nos terrenos vazios, chamados *Bareshake*, pertencentes aos habitantes de *Wellinborrow*, para aqueles subscritos e centenas mais que também consentem⁸⁰. (SMITH et al, 1650).

De igual maneira aos outros dois documentos, o texto inicia-se com uma referência direta a Deus e a característica d'Ele ter criado os homens iguais, todos com o mesmo direito de usufruto da terra, dando especial ênfase nesta segunda ideia. Em seguida, há um relato detalhado da situação de pobreza extrema na qual se encontravam estas pessoas, inclusive mencionando que haviam recorrido, sem êxito, às autoridades em procura de auxílio para sua situação, porém após nada ter sido feito e nada conseguirem também através da mendicância, viram como sua única opção começar a cultivar as terras que encontrassem de maneira autônoma. Mencionam também que conseguiram junto a alguns proprietários de terra permissão para subsistirem de partes de suas propriedades, alegando que dão preferência a cultivar em terras desocupadas ou

⁸⁰ No original: “A Declaration of the grounds and reasons why we the poor inhabitants of the Town of *Wellinborrow*, in the County of *Northampton*, have begun and give consent to dig up, manure and sow Corn upon the Common, and waste ground, called *Bareshake*, belonging to the Inhabitants of *Wellinborrow*, by those that have subscribed, and hundreds more that give Consent”.

em que possuam tal permissão. Concluem o pequeno panfleto com um apelo pela levada em consideração de seus problemas como pobres, novamente fundamentando-se em Deus e nas Escrituras, seguido pelas assinaturas dos nove autores.

Feito este resumo, voltamos-nos à análise propriamente dita. Uma das características mais fortes que marcam todos estes panfletos é a questão do embasamento bíblico que eles fornecem a praticamente todas as ideias ali desenvolvidas, principalmente no tocante à sua principal pauta, da necessidade da terra ser uma propriedade comum entre todos os indivíduos. Em *Light Shining in Buckinghamshire*, vê-se a recorrência à criação divina para exemplificar o princípio de igualdade entre os homens:

O homem fora privilegiado como sendo Lord sobre as outras criaturas inferiores, mas não sobre seus iguais; pois todos os homens são igualmente privilegiados no nascimento, de modo que todos os homens possam desfrutar das criaturas igualmente sem um deter mais propriedade do que o outro, todos os homens pela graça de Deus são igualmente livres [...] nenhum deve cercar tais criaturas para seu próprio usufruto em detrimento de seus vizinhos ⁸¹. (Anônimo, 1648).

Temos o mesmo em *More Light Shining in Buckinghamshire*:

(...) todos os homens pela grace de Deus são igualmente livres em seus nascimentos, para terem privilégios iguais concedidos por Ele [...] De modo que todas as criaturas inferiores foram dadas ao homem, para cumprir com todas as necessidades que ele possa ter: Então é claro, que cada homem tem direito à propriedade das criaturas, um tanto quanto o outro.⁸² (Anônimo, 1649).

Entretanto, esta não é uma característica exclusiva dos Diggers. No século XVII, o papel central que a religião ocupava nas vidas das pessoas fazia com que a bíblia fosse a maior autoridade disponível para se tratar de diversos assuntos que não expressamente religiosos. À época em que foram escritos, a bíblia inglesa já estava disponível a toda a população, o que fez com que um livro outrora acessível apenas às elites agora estivesse à disposição da leitura e interpretação de toda a população letrada,

⁸¹ No original: “And the creature Man was privileged with being Lord over other inferior creatures, but not over his own kind; for all man being a like privileged by birth, so all men were to enjoy the creatures a like without propriety one more than the other, all men by the grant of God are a like free (...) neither to enclose the creatures to his own use, to the impoverishing of his neighbours”. Tradução livre da autora.

⁸² No original: “(...) for all men by Gods donation are all alike free by birth, and to have alike privileged by vertue of his grant (...) So that all inferior creatures are given unto man, and that for all necessaries as he should need: So it is as plain, that every man hath a right and propriety in the creatures, one as well as the other”. Tradução livre da autora.

tornando assim a bíblia referência óbvia de toda e qualquer publicação literária popular. Os clássicos gregos costumavam ser a típica escolha para fundamentação de defesas de ideias, porém estes eram acessíveis apenas aos eruditos, enquanto a bíblia depois de traduzida ficara acessível para todas as classes. Ela tinha a característica de poder ser utilizada e reutilizada para a defesa das mais variadas ideias; desde John Locke até os Diggers, todos os tratados políticos independentes de suas naturezas perpassavam pelas Escrituras de modo a angariar legitimidade.

Mas no turbilhão do século XVII, a Bíblia tornou-se uma espada que servia para dividir, ou um arsenal do qual todos os partidos retiravam armas para satisfazer suas necessidades. E que arsenal! A grande vantagem da Bíblia é que ela podia ser citada em defesa de questões heterodoxas ou impopulares. [...] Na Inglaterra do século XVII, um século de revolução e guerra civil, todos os partidos recorriam ao apoio da Bíblia. [...] Os radicais do século XVII afirmavam que suas ideias provinham da Bíblia. E eles estavam certos. (HILL, 2003: 26 – 27).

Logo, passagens presentes nos panfletos aludindo às leis de Deus presentes na bíblia não são uma característica exclusiva dos radicais, mas sim uma marca de uma literatura profundamente marcada pela influência desta nova disponibilidade de apropriação das Escrituras. Em *A Declaration from the Diggers of Wellinborrow*, a reivindicação da terra como propriedade comum e de direito de todos os seres humanos pautada na religião também fica clara: “Nós aqui compreendemos na Palavra de Deus, que Deus fez a Terra para o usufruto e conforto de todos os Homens, e colocou-os lá para cultivá-la e decorá-la, e disse: com o suor de suas próprias sobancelhas, ele comerá seu pão”⁸³ (SMITH et al, 1650). A caracterização de toda propriedade, e todo poder eclesiástico e monárquico como sendo oriundo de assassinato, roubo e opressões em geral também é um importante traço característico de seus escritos.

A forma como a linguagem é empregada em seus panfletos é outro exemplo da mistura entre tratado político e teológico: com frequência a palavra “Razão” (Reason) é empregada para dizer respeito a “Deus” (God), do mesmo modo que “Posse” (Covetousnesse) e as classes dirigentes em geral são relacionadas à “Anticristo”, “Demônio”, “Prostituta da Babilônia” ou “Dragão” (Antichrist, Demon, Whore of Babylon, Dragon). As ideias vão sendo reforçadas ao longo do texto através da repetição (mesmo de certas palavras), o que nos transmite o caráter imediatista destas

⁸³ No original: “We find in the Word of God, that God made the Earth for the use and comfort of all Mankind, and set him in to till and dress it, and said, that in the sweat of his brows he should eat his bread”. Tradução livre da autora.

produções. Seus objetivos eram repassar e difundir uma ideia de insurreição e resistência, e não de servirem como “literatura” *per se*, com o intuito de serem lidos muitas vezes. Isso pode ser entendido como uma influência direta da forma pela qual as classes populares estavam habituadas a se informarem no XVII, através dos sermões, fazendo com que seus textos carreguem traços de oralidade não apenas na repetição de palavras, mas também na própria maneira como seus textos são pontuados. Sobre isso, Hill coloca:

Os pregadores tinham mensagens diretas a transmitir, tentando alcançar o maior número possível de indivíduos em suas congregações. Estilos de sermão, de jornalismo e de panfletagem se moviam de maneira conjunta em direção a uma maior simplicidade. Havia um estilo “popular” de panfletagem – forte, vulgar, irregular [...] ⁸⁴ (HILL, 2006: 60).

Além das citações e histórias bíblicas, apenas um fato histórico específico é recorrente nos escritos dos Diggers como modo de fundamentação para suas ideias: o da conquista da Inglaterra pelos Normandos em 1066. Porém, existe certa mitificação no modo como este fato é utilizado, e para isso é necessário que compreendamos o que significa o Norman Yoke, ou Jugo Normando. Caracteriza-se pela ideia recorrentemente utilizada por grupos políticos do século XVII de que as classes dominantes inglesas seriam descendentes diretas de William o Conquistador e demais normandos, logo, estrangeiros, “usurpadores”, “bastardos”, como são frequentemente referenciados nos panfletos, construindo assim uma ideia de que as opressões que afligem a Inglaterra (no XVII) teriam sido trazidas e implementadas pelos invasores, gerando uma segunda construção que seria a de uma “idade do ouro bretã” antes da invasão do século XI.

William o Conquistador (...) havia criado dois ofícios nacionais para garantir que as leis seriam obedecidas: os advogados para tomar conta da propriedade, e o clérigo para manter o povo calado dizendo-os que haveria um céu e um inferno após a morte [...] ⁸⁵. (HILL, 2006: 43).

Em seus panfletos, os Diggers chamam William o Conquistador de “bastardo estrangeiro”, e associam a figura do rei Charles I a ele – e, conseqüentemente, ao

⁸⁴ No original: “Preachers had a direct message to convey to as many of their congregation as possible. Sermon styles, journalism and pamphleteering styles move together towards a greater simplicity. There had long been a ‘popular’ pamphleteering style – racy, vulgar, knockabout – (...)”. Tradução livre da autora.

⁸⁵ No original: “William the Conqueror [...] had appointed two national officers to see that the laws were obeyed: the lawyers to look after property, and the clergy to keep the people quiet by telling them of a heaven and hell after death [...]”. Tradução livre da autora.

demônio - estabelecendo um continuísmo, como podemos evidenciar em *Light Shining in Buckinghamshire*:

Agora, vamos ver nossos Poderes Ingleses, tudo o que é chamado Magistratura é de patente real, o qual é o Diabo, pois os predecessores do Rei, o bastardo estrangeiro William veio a ser rei por meio de Conquista e assassinato, logo, assassinos são, disse Jesus, e são filhos do Diabo, e o Diabo fora um assassino desde o princípio que não se firmava na Verdade [...] ⁸⁶. (Anônimo, 1648).

Seria impossível abordar aqui todas as possibilidades de origem e reapropriações deste fato histórico mesclado a mito que perpetuou as cabeças de muitos ingleses durante o século XVII, uma vez que isso por si só poderia fornecer conteúdo para outro artigo. No entanto, Hill consegue resumir o que gerou a apropriação desta passagem pelos Diggers:

Nos tempos de Robin Hood, ser livre significava escapar à Lei, a Lei era imposta aos Ingleses nativos pelo Conquistador Normando, protegendo os direitos e liberdades dos conquistadores e mantendo os conquistados submissos. Através dos séculos, as distinções entre Ingleses e Normandos tornaram-se menos claras, porém a distinção entre ricos e pobres, poderosos e desprovidos de poder, livres e não-livres, perdurou. [...] Os pobres não tinham direitos nem liberdades. A ideia de ver-se livre da lei incorporava a teoria do Jugo Normando [...] ⁸⁷. (HILL, 1996: 85).

A partir desta “mistificação” de um fato histórico, é interessante apontar certa aproximação entre estes materiais produzidos pelos Diggers e o estudo que o historiador Arnaldo Momigliano faz sobre a historiografia judaica na antiguidade, uma vez que aproximações com produções documentais diferentes podem auxiliar no entendimento de uma produção como sendo parte de um “todo” dentro do panorama histórico. Em seu livro “As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna”, Momigliano inicia fazendo uma breve análise historiográfica do material produzido por judeus, gregos e persas, ao passo que posteriormente foca-se na questão do por que da historiografia grega ter perdurado

⁸⁶ No original: “Now let us behold our English Powers, all that which is called Magistracie is from the Kings Pattent, and his is from the Devil; for the Kings Predecessors, the outlandish bastard William came to be King by Conquest and murder, now murderers are, Said Jesus, the Devil’s childrenm for said he, the Devil was a murderer from the beginning and he abode not in the Truth [...]”. Tradução livre da autora.

⁸⁷ No original: “In Robin Hood’s Day to be free meant escaping from the Law, a Law imposed on the native English by the Norman Conqueror, protecting the rights and liberties of the conquerors and holding the conquered in subjection. Over the centuries the distinction between Englishmen and Normans had become less clear-cut, but the distinction between rich and poor, powerful and powerless, free and unfree, remained. (...) The poor had no rights, no freedoms. The idea of being free from the law incorporated the theory of the Norman Yoke (...)”. Tradução livre da autora.

ao longo do tempo, diferentemente da persa e da judaica. Momigliano aponta características dentro da história desenvolvida pelos judeus que são passíveis de aproximação com aquela desenvolvida pelos Diggers em seus panfletos, como por exemplo, a ausência de um limite claro entre sagrado e profano nos escritos dos judeus, de maneira similar ao que ocorre com os Diggers.

Os motivos para tanto podem ser os mais variados, ao mesmo tempo em que podem não passar de meras coincidências. Entretanto, pode-se levar em consideração que os contextos onde tanto os judeus quanto os Diggers escreviam caracterizava um momento de opressão estrutural - no caso dos judeus, por parte do Império Persa, e no dos Diggers, as forças da Monarquia e posteriormente da Commonwealth -, conforme explana Momigliano a seguir, ao comparar o ambiente de produção histórica de gregos e judeus: “Os gregos escreveram história como um povo livre. Não estavam obcecados pela necessidade de reivindicar direitos a seus dominadores, como era o caso dos judeus sob domínio persa, selêucida ou romano.” (MOMIGLIANO, 2004: 31).

Além disso, Momigliano deixa claro que para os judeus, história e religião eram uma coisa só – chegando a aludir que isso contribuiu para o declínio da historiografia judaica⁸⁸ – e de uma maneira ou outra, esta não é uma característica da qual os Diggers se afastam muito ao referenciar fatos de sua sociedade concomitantemente a mitos históricos e histórias bíblicas. Outra característica dos escritos Diggers capaz de relacionar com os judaicos é a questão da escrita da história desde as “origens do mundo”. Momigliano coloca que este é um traço marcante da produção histórica dos judeus, fazendo sempre menção a Deus, já que sua obrigação principal com a história era relatar a história de Deus e a relação deste para com o povo hebreu. De modo semelhante, todos os três panfletos Diggers aqui analisados iniciaram com uma espécie de “retrospecto” da criação dos seres humanos (também sempre com base em Deus), mas no caso deles, procurando demonstrar a origem da igualdade entre os homens e a não naturalidade das hierarquias de poder entre os indivíduos.

Mas o que temos na Bíblia é uma história contínua das origens do mundo. [...] A seleção fundamentava-se em uma linha privilegiada de eventos que mostrava a relação especial que Jeová mantinha com Israel. Assim, para o historiador hebreu, a historiografia logo se tornou uma narração de eventos a partir do início do mundo. (MOMIGLIANO, 2004: 39).

⁸⁸ “Aqui, basta sugerir que a historiografia grega sobreviveu porque foi introduzida uma distinção entre história sagrada e a história profana”. (MOMIGLIANO, 2004, p. 41).

Podemos concluir que o modo de escrita e fundamentação de ideias e posicionamentos dos Diggers não era o que os diferenciava em si, mas sim as *ideias* extremamente inovadoras, que, através de seus panfletos, eles possibilitavam a veiculação e a acessibilidade das mesmas para as mais distintas camadas populares que viessem a ter contato com estes escritos. Alguns historiadores reivindicam aos Diggers o título de precursores de um comunismo agrário, de um socialismo utópico e, em alguns casos, até mesmo de terem sido precursores do que hoje entendemos por anarquismo. Entretanto, é necessário despir-se de anacronismos e de tentativas de apropriação histórica de formas de resistência de segmentos populares do passado, para que possamos assim tentar compreendê-los em sua totalidade e evidenciarmos as influências e as marcas que deixaram em seus próprios contextos, para apenas depois tentarmos entender o que suas experiências significam no presente.

Fontes

Light Shining in Buckinghamshire (1648) –
[<https://www.marxists.org/history/england/english-revolution/light-shining.htm>]

More Light Shining in Buckinghamshire (1649) –
[http://msuweb.montclair.edu/~furr/gbi/docs/More_Light_Shining_In_Buckinghamshire.pdf]

A Declaration by the Diggers of Wellingborough (1650) –
[<http://www.rogerlovejoy.co.uk/philosophy/diggers/diggers3.htm>]

Referências Bibliográficas

HILL, Christopher. **A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A Revolução Inglesa de 1640**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

_____. **Liberty Against the Law: some seventeenth-century controversies**. London: Penguin Books, 1996.

_____. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Winstanley ‘The law of freedom’ and other writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo.In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

COPA DO MUNDO FIFA⁸⁹ NO PAÍS DO FUTEBOL, MAS TAMBÉM DO POVO NA⁹⁰ RUA

Marco Antônio Oliveira Lima⁹¹
PUCGO, Especialista

Resumo: Falar em Copa do Mundo de futebol é também tocar nas questões sociais que a envolvem haja vista que ao longo da história esporte e política vem constituindo uma relação nem sempre harmoniosa, ao contrário repleta de tensões capazes de interferir no seio da cultura onde as mesmas se dão. Nesta perspectiva o presente trabalho procurou refletir sobre os meandros político-sociais que perpassaram o processo de realização da Copa do Mundo FIFA de futebol, 2014, no Brasil; adotando como metodologia o processo de levantamento de fontes bibliográficas que possibilitaram uma compreensão crítica da complexidade dos fenômenos aqui estudados e manifestos em nossa realidade.

Palavras-chave: Copa do Mundo – tensões – compreensão crítica

1. Introdução

A última Copa do Mundo FIFA, de futebol ocorreu no Brasil entre os meses de Junho e Julho, do ano de 2014. Sua realização foi marcada por uma série de tensões políticas devido às opiniões divergentes que rondaram/rondam a organização de um megaevento esportivo do porte da Copa em um país emergente que ainda não conseguiu solucionar problemas nas áreas de saúde, educação, transporte e segurança pública.

Assim, o que temos acompanhado no decorrer da história de nosso país é o martírio do contribuinte que paga seus impostos e percebe que os mesmos não retornam para a comunidade onde está inserido em forma de serviços, nos setores citados anteriormente, a partir de políticas públicas que primem dialeticamente por qualidade em quantidade.

⁸⁹ *Fédération Internationale de Football Association.*

⁹⁰ Artigo orientado pela Professora Dra. Iria Brzezinski, docente no PPGE/PUCGO. O presente texto foi parte integrante das atividades avaliativas desenvolvidas na disciplina de “Sociologia e Educação: Tópicos de Políticas Educacionais”, ministrada pela referida docente no ano de 2014.

⁹¹ Aluno do PPGE/PUCGO em nível de Mestrado. Professor de Educação Física vinculado à SEDUCE/GO.

Vale mencionar que o assunto Copa do Mundo FIFA conseguiu extrapolar os limites dos estádios de futebol e foi parar nas ruas do país através de manifestações populares, com a presença dos movimentos sociais, durante a Copa das Confederações, em junho, de 2013.

Contudo grupos representados por partidos políticos, a iniciativa privada bem como pela FIFA; que se empenharam na candidatura do nosso país enquanto sede para a organização de tal megaevento esportivo, e posteriormente no processo de realização da Copa; sempre se mostraram “otimistas”, acerca dos possíveis benefícios que seriam/foram “proporcionados” ao Brasil, denominando-os de legados socioculturais e econômicos.

Nesse complexo emaranhado de ideias e práticas que envolveram o fenômeno esportivo, no caso o futebol, devido à Copa do Mundo FIFA 2014, no Brasil, foi possível identificar duas propostas que apontaram/apontam para distintos projetos históricos.

De um lado o grupo no poder composto pelas elites políticas/econômicas, partidários da Copa do Mundo bem como do *status quo* e de outro os blocos/movimentos populares que ao contrário dos primeiros entenderam/entendem que não precisávamos/precisamos de um megaevento esportivo e sim de eliminar as classes sociais e transformar a sociedade.

Diante do exposto nosso trabalho foi delineando-se até chegarmos a presente discussão - Copa do Mundo FIFA no país do futebol, mas também do povo na rua. O que nos direcionou a seguinte indagação: Quais os meandros político-sociais que perpassaram o processo de realização da Copa do Mundo FIFA de futebol, 2014 no Brasil?

Para tanto fez se preciso estabelecer o seguinte objetivo geral: Refletir criticamente acerca dos meandros político-sociais que perpassaram o processo de realização da Copa do Mundo FIFA de futebol, 2014 no Brasil. Bem como três objetivos específicos: a) Problematizar a organização da Copa do Mundo FIFA de futebol, no Brasil a partir das manifestações de junho de 2013, bem como dos possíveis “legados” socioculturais deixados à população; b) Identificar fontes bibliográficas que nos proporcionaram a devida reflexão necessária à compreensão crítica do fenômeno

estudado; c) Estabelecer um contraponto entre o espetáculo esportivo e a participação, sob a ótica do lazer.

Logo, para alcançar tais metas foi preciso recorrer, no que tange à metodologia, ao levantamento de fontes bibliográficas; dentre elas artigos científicos, no campo da Educação e da Educação Física que fundamentaram teoricamente nosso trabalho.

Foi possível descobrir que a organização, promoção e realização de um megaevento esportivo, tal qual a Copa do Mundo FIFA de futebol, 2014, em um país emergente como o Brasil, envolveu uma série de contradições/tensões políticas representadas por classes distintas que a partir de seus projetos disputaram/disputam a hegemonia e a materialização de suas perspectivas que representaram/representam modelos de humano, sociedade e mundo.

Temos a clareza de que as discussões aqui realizadas não se esgotam, fato que demanda a continuidade de demais estudos referentes ao tema proposto.

2. Brasil: Futebol, Copa do Mundo FIFA 2014 e Manifestações Populares

O futebol é uma das modalidades esportivas de maior repercussão internacional. De acordo com Bracht (2005) as origens do esporte moderno bem como do futebol remontam à Inglaterra do século XIX, contexto em que o capitalismo se firma enquanto modo de produção econômico e a sociedade se divide em duas classes antagônicas a burguesia e o proletariado.

No Brasil a inserção do futebol se dá no final do Século XIX e inicialmente sua prática se restringe à elite nacional. Contudo, os operários também se apropriam do mesmo, enquanto vivência de lazer, nos campos de várzea (GUTERMAN, 2009).

O tempo passa, e o que se nota é que o futebol se popularizou deixando de ser uma experiência restrita aos guetos das elites econômicas do país e ganhando status de legado cultural nacional, pelo qual nossa identidade brasileira pode ser reconhecida.

Logo, tal título atribuído ao futebol não passaria despercebido ao discurso político partidário:

Com a massificação, o futebol passou a ter também importância política. Sua capacidade de mobilização logo se impôs como elemento muitas vezes decisivo para definir o humor de um eleitorado crescentemente menos controlável. (GUTERMAN, 2009, p. 10).

O esporte, especificamente o futebol no caso aqui tratado, não apresenta neutralidade ao contrário entrelaça-se com o contexto social em que se manifesta e ambos se influenciam rumo à síntese, que em diferentes épocas da história foi decisiva nos rumos políticos do país.

Sem adotarmos uma postura determinista, não podemos deixar escapar o fato de que a Copa do Mundo FIFA de futebol, realizada no Brasil, no ano de 2014 pode ser entendida enquanto fenômeno cultural, mas também político.

Tanto é que a partir do momento em que a população brasileira começou a tomar consciência dos volumosos gastos do governo federal para a promoção e realização da Copa do Mundo FIFA de futebol, a mesma indignada “ganhou” as ruas do país, em junho de 2013, durante a Copa das Confederações com intensas manifestações de caráter popular.

Não há como não reconhecer a conexão estreita entre os protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos Jogos Olímpicos de 2016. (VAINER, 2013, p. 65).

Na época o que estava em pauta, e podemos considerar que ainda está, é o fato injustificável da promoção de um megaevento esportivo, de caráter internacional, e que demanda uma série de investimentos econômicos em infraestrutura e ao mesmo tempo o descaso do poder público com setores estritamente importantes na vida do contribuinte, tais como os serviços de saúde, educação, transporte, habitação, segurança, etc.

A população insatisfeita questionou a contraditória panaceia política neoliberal nas cidades sedes que concomitante à promoção da Copa do Mundo, não foi/e ainda não é capaz de oferecer à nação, serviços públicos, no mesmo calibre do “padrão FIFA” empregado na construção dos estádios de futebol, que sediariam/sediaram os jogos.

A cidade neoliberal aprofundou e agudizou os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente: favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados. Nesse contexto, o surpreendente não é a explosão, mas que ela tenha tardado tanto. (VAINER, 2013, p. 69).

Como assevera Vainer tais manifestações não se traduzem em atividades panfletárias de momento, mas são o resultado do acúmulo de reflexões anteriores surgidas no interior dos movimentos sociais que empregam em sua pauta a

transformação radical da sociedade que passa pelo processo de democratização da cidade. Tal democratização relaciona-se à fundamental tarefa do poder público que se materializa na oferta dos serviços, como já mencionado acima, indispensáveis à realização dos cidadãos enquanto indivíduos de direitos.

Também são longas e consistentes as histórias e trajetórias do Movimento Passe Livre, do Movimento de Trabalhadores Sem Teto, da Central de Movimentos Populares, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e tantos outros movimentos, em tantas cidades. Embora muitas vezes encerrados em suas realidades particulares ou seduzidos pelas comissões oficiais que nada produzem a não ser fumaça e retórica, são eles que trabalham o tecido social de nossas cidades. Tão ou mais importante, a multiplicidade de grupos culturais, em que todas as tribos, através de mil e uma formas de expressão, mais ou menos transgressoras, se insurgem contra um sistema social e uma cidade que lhes negam lugar e passagem. (2013, p. 70).

Mesmo diante das “chamas” em que o país “ardeu” antes, na Copa das Confederações, e durante a Copa do Mundo FIFA de futebol, e ainda “arde”, houveram indivíduos favoráveis à realização de controverso evento, adotando a posição de expectador que esperava/esperou com anseio o início do espetáculo na maior potência mundial do futebol. Logo, se é para o espetáculo, enviesado pela ótica do “pão e circo contemporâneos”, justificam-se os incontáveis gastos uma vez que a população tem motivos de sobra para celebrar o futebol.

Claro, não é absurdo argumentar que o dinheiro dos estádios, os novos e os reformados, poderia ser mais bem gasto em escolas, hospitais e no transporte público. Mas razão não é o ponto aqui, da mesma maneira que não o é quando você decide convidar uma centena de pessoas para o casamento de sua filha. A fria lógica financeira diz que seria mais sábio esquecer a festa e comprar para o jovem casal um sofá, uma cama e utensílios de cozinha. Mas que tipo de concepção de vida humana é essa? Vivemos e morremos, o mundo está repleto de desapontamento, sofrimento e guerras, e, quando surge a oportunidade de fazer algo memorável e grande, algo que pode unir não apenas um país, mas toda a espécie humana, deixando uma feliz marca que permanecerá para sempre — como aconteceu com a Copa do Mundo de 1970 no México —, então certamente devemos aceitar isso com gratidão e alegria (CARLIN, 2013, p. 151-153).

Tendo a clareza de que a realidade é complexa e nesta complexidade que se faz contradição, vemos no contraditório uma fértil filosofia para mudanças. Tal qual uma infinidade de temas que permeiam nosso cotidiano não possuem consenso o mesmo se aplica a Copa do Mundo FIFA de futebol no Brasil. Fato que nos permite contemplar possibilidades emancipatórias haja vista a posição contrária dos movimentos sociais no

que tange à realização do referido evento. Posicionamento este que destoa da opinião de Carlin.

São esses movimentos e dinâmicas que vêm agora à tona. Trazem para nossas cidades e para a esfera pública o frescor do que ainda não foi contaminado pela ideologia do empreendedorismo e do individualismo competitivo que pretendem a totalidade da vida social. Desafiados pela cidade de exceção, pela cidade-empresa e pela democracia direta do capital, eles agora as desafiam. Querem outra cidade, outro espaço público. A convulsão social em que o país e suas cidades foram lançados abre extraordinárias possibilidades de interpelação e transformação. Mas nada ainda está decidido. O jogo está aberto. A história nos revisita, nos pisca o olho e nos lembra de que outra cidade é possível. (VAINER, 2013, p. 71).

Passada a Copa do Mundo FIFA de futebol, pudemos identificar nos anos de 2013 e 2014 a disputa conceitual de distintos grupos, disputa esta que se confluuiu/conflui em um processo teórico-prático e prático-teórico em disputa pela hegemonia político-social.

Por mais que as manifestações de junho de 2013 tiveram um caráter multiforme/disforme foi possível enxergar a presença de uma práxis que prima pela manutenção do *status quo* representada pela elite, os partidos de direita e os meios de comunicação de massa; e uma práxis alternativa que configurada nos movimentos sociais engajou-se/engaja-se na luta rumo à transformação radical da sociedade.

Para quem imaginava que a Copa do Mundo seria/foi um momento destinado às disputas atléticas, das seleções de futebol, incluindo a brasileira, que não venceu o torneio, tendo por meta à conquista da taça; pôde acompanhar o surgimento de outras formas de participar da competição, dentre elas indo à rua e empunhando bandeiras que se traduziram em epistemologias que representaram modelos alternativos de humano, sociedade e mundo.

Modelos estes, que na ótica adotada no presente trabalho, compreende que mudar é preciso e tal mudança passa pela adoção de outro modelo social, que em curto prazo prevê a democratização das cidades e dos serviços oferecidos nas mesmas pelo poder público. Contudo, é preciso ter em mente que tal agenda se completa com o alcance de demais metas que a médio e longo prazo materializam-se no complexo processo de planificação da economia, socialização dos meios de produção, dos bens produzidos e da riqueza gerada.

[...] Fazei a revolução social. Fazei com que todas as necessidades se tornem realmente solidárias, que os interesses materiais e sociais de cada um se

tornem iguais aos deveres humanos de cada um [...]. (BAKUNIN, 2001, p. 36).

Enfim, se o gigante acordou que não volte a dormir. Retornemos às ruas!...

3. Copa do Mundo FIFA: a procura de seu legado sociocultural

A partir do momento em que o Brasil se candidatou e posteriormente foi selecionado para sediar a Copa do Mundo FIFA de futebol, de 2014, cogitou-se sobre os prováveis legados socioculturais, turístico-econômicos e infraestruturais que a competição poderia deixar. Inclusive, esta dimensão dos legados foi um dos argumentos utilizados; pela gestão Lula na época, e pela gestão Dilma no presente; tendo em vista convencer o imaginário coletivo de que a realização da Copa seria uma opção viável para o Brasil.

Entendendo o cenário político enquanto um campo em disputa, não é de surpreender-se que diferentes pedagogias vêm à tona tendo em vista arquitetar um arcabouço teórico que de conta de justificar o injustificável ou pelo contrário que suscite reflexões tendo em vista uma compreensão crítica dos fenômenos sociais e das contradições que os acompanham.

Hatzidakis ao avaliar o legado deixado pelos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan para a cidade do Rio de Janeiro, local de sua realização em 2007; acredita que, não apenas o Pan e o Para-Pan, mas que em sua totalidade, os megaeventos esportivos tendem a trazer benefícios para a população local, inclusive benefícios no campo educacional.

O Esporte e os Megaeventos são poderosos instrumentos para Educação a julgar, sobretudo, pelas suas repercussões socioculturais. Nestas condições, diversas situações positivas e negativas que ocorrem durante a apresentação dos espetáculos esportivos podem ser utilizadas como temas de discussões e debates. Sugerimos então que a proposta envolvendo os professores na utilização das diversas situações vivenciadas e presenciadas pelos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan, seja adaptada à proposta pedagógica de suas escolas, tendo por base os PCNs, de modo a se ter uma legitimação em termos de Educação Física. (2008, p. 401).

De acordo com citação os megaeventos esportivos, e podemos incluir a Copa do Mundo FIFA, são uma oportunidade para educar-se os alunos. Defende-se a existência de uma série de símbolos e vivências culturais que podem ser temas,

interdisciplinares, pertinentes às disciplinas do currículo escolar, dentre elas a Educação Física.

Até os meios de comunicação de massa se encarregam de apresentar uma possível conexão entre os megaeventos esportivos e a escola, onde a Educação Física recebe o status de espaço pedagógico propício à formação dos futuros atletas.

[...] Em tempos de megaeventos esportivos, a circulação de projetos para a Educação Física aumenta sua velocidade e amplitude no âmbito das mídias. Por ocasião de Jogos Olímpicos é que se ouve com alguma frequência referências à Educação Física escolar nas mídias: na escola é que se forma a base da pirâmide esportiva, é lá que se deve buscar os “talentos” etc. (BETTI, 2009, p. 19-20).

Através da fala de Betti vemos que durante os megaeventos esportivos há uma “valorização” da Educação Física escolar, tanto por parte das autoridades, órgãos e entidades que dizem representar a educação, a Educação Física e o esporte profissional ou escolar no cenário político nacional quanto por parte da grande mídia.

Esta valorização não consegue ir além do período destinado à realização dos megaeventos esportivos, ficando a mesma esquecida em outros contextos do calendário nacional, incluindo-se aí as políticas públicas educacionais, pois ainda há escolas que não possuem uma infraestrutura adequada, dentre elas a quadra poliesportiva, destinada ao processo ensino-aprendizagem dos temas e conteúdos relativos à Educação Física.

Tal valorização é preocupante uma vez que a mesma tem como viés o processo de esportivização da Educação Física escolar. Esportivização pelo fato de que se atribui ao esporte o papel de único conhecimento a ser tratado nas aulas. Esporte este que fica refém do modelo olímpico do mais alto, mais rápido e mais forte que incentiva o individualismo capitalista. Através de uma análise crítica podemos chegar à conclusão de que tal proposta é irreconciliável com uma escola que tenha como objetivo a cidadania.

Hoje vivemos também uma tentativa de uma nova esportivização das escolas, pois há uma grande onda a favor do esporte na escola, formando atletas. Respiramos ares de um novo milênio, mas talvez em termos de Educação Física Escolar, estejamos caminhando para trás [...]. (SOLER, 2003, p.35).

Não somos adeptos da hipótese de que a esportivização da Educação Física escolar, ou mesmo a veiculação do esporte na mídia em contexto de megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA de futebol, são capazes de deixar como

legado a formação da próxima leva de adeptos ao esporte, que podem se tornar os próximos atletas.

[...] para se construir uma cultura de acesso à cultura erudita é necessário, antes de tudo e principalmente, desenvolver nos agentes um senso de julgamento e apreciação estética para que efetivamente possam desfrutar e consumir, por exemplo, os códigos artísticos e esportivos inerentes a determinadas práticas circunscritas. Esse senso de julgamento e apreciação, por sua vez, só se constrói mediante o trabalho e retorno reflexivo dos agentes sobre eles mesmos e, nesse quesito, a instituição escolar tem, ou ao menos deveria ter, um papel fundamental e, sobretudo, engajado. Tal retomada, entretanto, não é isenta de confrontações, uma vez, que quando as classes populares se apropriam das práticas eruditas e distintas da cultura legítima, as classes mais altas logo tratam de procurar um lucro distintivo em outras práticas de modo a reavaliar e ressignificar a cultura legítima. (SOUZA, MARCHI JÚNIOR, 2010, p. 252).

Através da reflexão acima é possível concluir que quando se fala em legado sociocultural e educacional o mesmo não está relacionado com a realização de megaeventos esportivos até por que os mesmos são imediatistas com datas para início e fim.

Legado demanda tempo na medida de se demorar sobre o mesmo pelo fato de se saber de onde se parte, onde se pretende chegar, mas tendo a clareza da incerteza do resultado. Legado requer investimento material, político e pedagógico. Envolvem diretrizes que migram dialeticamente rumo à construção de um projeto histórico de sociedade.

Projeto este em que a escola tem importante papel a cumprir. Isto fica claro na seguinte fala de Bakunin quando afirma que a educação é fundamental no complexo processo de contemplação, planejamento e construção de outra sociedade, balizada pela coletividade, o respeito às individualidades, à liberdade e a autonomia dos sujeitos. Neste projeto defendido por Bakunin, a escola transforma a realidade e a realidade transforma a escola:

Não serão mais escolas; serão academias populares, nas quais não se poderá mais tratar nem de estudantes, nem de mestres, onde o povo virá livremente ter, se assim achar necessário, um ensinamento livre, nas quais, rico de sua experiência, ele poderá ensinar por sua vez muitas coisas aos professores que lhe trarão conhecimentos que ele não tem. Será pois um ensinamento mútuo, um ato de fraternidade intelectual entre a juventude instruída e o povo. (2001, p. 34).

Vemos que a disciplina de Educação Física não poderá ficar fora dessa via dos legados uma vez que a mesma ao adotar enquanto eixo epistemológico a cultura corporal tem muito que dialogar com os alunos, pois a educação é um processo contínuo que segue uma espiral gnosiológica onde professores ensinam e aprendem e os alunos aprendem e ensinam.

Na perspectiva da reflexão sobre a cultura corporal, a dinâmica curricular, no âmbito da Educação Física, tem características bem diferenciadas das da tendência anterior. Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 39).

Ainda há o argumento de que a realização dos megaeventos esportivos traduz-se em oportunidades para a economia que pode ser aquecida pelo turismo. Seja este advindo dos turistas nacionais ou internacionais que se dirigem para as cidades e os locais de realização das competições esportivas. Sobre isto Souza e Marchi Júnior são categóricos em afirmar que:

De fato, podem ocorrer uma série de alterações sociais no âmbito da circulação turística e desenvolvimento do potencial turístico de algumas cidades e regiões brasileiras, assim como um acréscimo na exportação dos produtos e bens de consumo produzidos no Brasil para o exterior. Entretanto, entendemos que, do ponto de vista econômico, o impacto direto e, até mesmo, indireto da realização dos megaeventos no Brasil são questionáveis [...]. (2010, p. 253).

Passada a Copa do Mundo FIFA de futebol, concordamos com a reflexão anterior por que por mais que houve/há um aquecimento do comércio, o que em certa medida pôde gerar a circulação de capitais na economia nas cidades sede o mesmo não se traduziu com a mesma intensidade para as demais localidades do país resultando em uma experiência micro e não macroeconômico. O que não beneficiou a maioria da população.

Através da perspectiva de legado aqui adotada acreditamos que a Copa do Mundo FIFA de futebol 2014, proporcionou insipientes legados a população acerca da sua emancipação crítica e econômica.

4. Políticas públicas de esporte: o contraponto entre o espetáculo e a participação

A partir das discussões realizadas até o momento, é possível identificar que a postura teórica do presente trabalho compreende que a perspectiva de esporte adotada pela Copa do Mundo FIFA 2014 não se coaduna com os valores pretendidos rumo à emancipação. Os valores veiculados pelo esporte presente em tal competição reforçam os ideais capitalistas.

Todavia; o cenário mostra-se repleto de contradições, fato que o torna fértil as tensões socioculturais que nos permitam abstrações, no campo teórico intelectual. O que por sua vez nutrem possibilidades de práxis, de mudança, almejadas pelas classes antagônicas ao *establishment*, materializadas nos movimentos sociais (Movimento Estudantil, Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Sem Teto, Sindicatos de Professores, dentre outros).

Tais movimentos podem ser situados junto às vanguardas políticas uma vez que sua episteme, que tem como viés também a luta, os posiciona na direção de protagonistas de sua própria história. O que os levam a constituir uma práxis alternativa através das linguagens políticas, artísticas e culturais mediadas por princípios éticos e estéticos orientados por projetos de humano, sociedade e mundo aos quais acreditam. Eis a causa maior.

Dentre as incontáveis linguagens as quais os movimentos sociais podem recorrer enquanto possibilidade de fruição está o campo da cultura corporal, onde o corpo que se movimenta na rua, parques, salões, quadras poliesportivas, campos e demais espaços públicos, através da dança, da ginástica, das lutas, das brincadeiras, dos jogos populares e do esporte, na perspectiva do lazer; é capaz de comunicar ideias, sentimentos e expressões, que permitem ao humano interagir de maneira reflexiva, lúdica, criadora e criativa com o mundo e com o seu semelhante, fato que ressignifica o seu contexto histórico bem como a si próprio.

Este é o entendimento de Mascarenhas (2005) quando fala sobre a lazerania:

O que estamos concebendo como *lazerania*, ao passo em que procura expressar a possibilidade de apropriação do lazer como um tempo e espaço para a prática da liberdade, para o exercício da cidadania, busca traduzir a qualidade social de uma sociedade cujo direito ao lazer pode ter seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como [...] autonomia, organização, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram poder econômico. [...] a conquista da *lazerania* pressupõe um projeto de formação. É a educação informal, alegre e lúdica que, podendo se manifestar pelas mais diferentes práticas, nos mais diversos ambientes, como tempo e espaço de organização da cultura, faz-se

instrumento político e pedagógico de transformação social. Distante da noção que restringe o lazer ao prazer e gozo individual de objetos de fruição disponibilizados no mercado, a *lazerania* requer participação, pois objetiva o exercício do poder a partir da sociedade civil organizada, articulando-se à capacidade dos “de baixo” [...] de se impor e de se autodeterminar. (p.249-250).

Através do lazer o indivíduo vivencia a autonomia, liberdade, participação, coletividade e educação informal que são experiências chave na promoção da cidadania e também na compreensão política da realidade uma vez que a vivência do lazer demanda acessar espaços públicos para a sua prática. Sendo assim, faz-se necessário a constituição e o planejamento de políticas públicas de democratização e não de privatização das cidades.

Ao buscar a construção de um método que subsidie a abordagem de programas e projetos de lazer, temos de optar por uma estratégia que pressuponha a superação de antigos modelos de intervenção pedagógica assentados no espírito de *desenvolvimento comunitário*. Uma política de lazer sintonizada com interesses democrático-populares deve pautar-se pela construção e valorização de propostas teórico-metodológicas que problematizam as contradições e condições concretas de vida do grupo com que se trabalha, vendo no lazer mais um instrumento de empoderamento das classes populares, o que constitui alternativa para a recriação e superação das atuais propostas de lazer. Para fazermos do lazer um tempo e espaço voltado para o exercício da cidadania e da participação social, é fundamental que avancemos neste ponto, com a proposição e sistematização de metodologias que tenham na dinâmica da realidade econômica, política e cultural seu critério de verdade, identificando desafios, antecipando possibilidades e abrindo caminho para uma conquista deveras incompleta, a *lazerania*. (MASCARENHAS, 2005, p.275).

E ainda, é preciso que o humano tenha à sua disposição o tempo livre necessário para inserir-se no contexto do lazer, bem como a capacidade criativa de autogestão do tempo. Quando falamos em tempo livre, estamos nos referindo ao processo histórico de lutas dos/as trabalhadores/as rumo à redução da jornada de trabalho sem perdas salariais.

E tais lutas vêm engendradas no seio de demais categorias importantes para a emancipação: a criação de sindicatos e a filiação dos/as trabalhadores/as nos mesmos, a formação política de quadros militantes, a parada nos postos de produção via greves, as manifestações pelas ruas, à tomada das cidades, a derrocada do opressor, a organização dos/as trabalhadores/as livres e associados/as, a presença e o respeito (inclusive salarial!) às mulheres nos distintos espaços de trabalho, a democratização da riqueza

gerada, a inversão dos valores que criam uma oposição entre o campo e a cidade e a abolição das classes sociais.

Mas, tendo a clareza de que tais categorias não se manifestam de forma mecânica/pré-determinada, e sim a partir de uma lógica que é dinâmica, por que a realidade é movimento.

Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de atividade exclusiva é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear a noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isto a meu bel-prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico. (MARX, ENGELS, 1976, p. 41).

Embasados na passagem acima é possível compreender que falar em lazer e no direito à sua prática é falar sobre a transformação social. Assunto este que dia e noite é motivo de panaceia objetiva e subjetiva no bojo da burguesia, pois representa a perda de privilégios históricos. E dentre eles o fim da estratificação social, da exploração do humano pelo humano.

Assim é que o esporte enquanto experiência lúdica com o corpo em movimento, através do lazer é tido enquanto contraponto ao esporte espetáculo veiculado pela mídia, substrato da indústria cultural, e propagado na Copa do Mundo FIFA 2014.

Tal contraponto, para além de iniciar, inflar e encerrar em si mesmo, o esporte pelo esporte; se estende até o mundo da vida, pois o indivíduo, que vivencia o lazer, é capaz de realizar/operar mudanças que incidem sobre si e sua realidade. E para Bakunin a vida:

[...] é fugidia e passageira, mas também palpitante de realidade e individualidade, de sensibilidade, sofrimentos, alegrias, aspirações, necessidades e paixões. É somente ela que, espontaneamente, cria as coisas e os seres reais [...]. (2001, p. 48).

Logo, sendo o lazer um dos fenômenos da vida que oscila, nele também vamos encontrar possibilidades que se traduzem/materializam em novas formas de existência!...

5. Considerações Finais

A partir do levantamento bibliográfico por nós realizado e da tentativa de firmar uma conexão dialógica com as fontes consultadas foi possível levantar/identificar uma série de questões relativas à Copa do Mundo FIFA de futebol, 2014 no Brasil. Questões estas que a princípio passaram despercebidas, mas pelo tom turvo assumido por elas nos despertou certa curiosidade, fato que gerou a necessidade de observá-las de perto e com um olhar aguçado, criterioso.

Dentre as referidas questões destacamos a tensão oriunda da relação, nem sempre pacífica, esporte e política, relação que historicamente vem gerando uma série de desdobramentos que transitam pela sinuosa via de conceitos tais como os de continuidade e ruptura.

Continuidade pelo fato de que a partir de tal relação foi possível visualizar mecanismos alienantes de manutenção do *status quo* haja vista que a realização de um megaevento esportivo tal qual a Copa do Mundo FIFA requer do país sede certo potencial econômico e infraestrutural.

Potencial este que no caso do Brasil não se reverteu/reverte na mesma proporção de investimentos públicos em demais setores sociais tais como os campos da saúde, educação, transporte, habitação, combate ao desemprego, segurança, dentre outros. Assim, ao se entreter a população por meio de um megaevento esportivo ao mesmo tempo tentou-se/tenta-se distrair, desviar o foco da mesma das referidas questões, demandas históricas, que se traduzem em políticas públicas conectadas aos direitos do cidadão resguardados pela constituição federal e que o país ainda não foi capaz de atender estas exigências em plenitude. Logo, prevaleceu/prevalece à estratificação, que divide o povo em classes sociais.

Por outro lado há também rupturas. E dizemos rupturas devido à atitude da irrequietapopulação que engajada nos movimentos sociais, ou não, foi às ruas de nosso país, em junho de 2013 durante a Copa das Confederações, manifestar sua insatisfação diante da realização de uma competição esportiva, a Copa do Mundo FIFA 2014, que se por um lado significou/significa a entrada do país na realização de megaeventos esportivos de cunho internacional, fato que gerou/gera certa repercussão via meios de comunicação de massa do Brasil, país emergente, a nível mundial; por outro representou/representa o descaso com a população nacional haja vista a escassez de

políticas públicas tendo em vista o acesso aos direitos sociais/históricos assegurados/garantidos constitucionalmente.

Tal ruptura para além da tomada das ruas que se configurou em intensos conflitos e manifestações representou/representa o anseio dos movimentos sociais pela radical transformação da sociedade, transformação esta que desemboca no processo de democratização das cidades através do conceito de mobilidade urbana, que em linhas gerais pode ser traduzido enquanto processo de planificação da economia, coletivização da riqueza produzida, bem como a busca pelo respeito à cidadania dos indivíduos e também dos diferentes grupos que transitam pela realidade.

Outro fator que aguçou nossa curiosidade estava/está relacionado aos argumentos utilizados como justificativa para realizar a Copa do Mundo FIFA de futebol, 2014 no Brasil, e dentre estes argumentos especificamente a ideia propagandeada por aí, por parte de seus idealizadores, tanto o governo Lula no passado quanto o governo Dilma no presente em conjunto com a FIFA, da possibilidade/capacidade que a Copa do Mundo tem/teria de proporcionar futuros legados às cidades sedes, correspondentes ao país anfitrião, neste caso especificamente o Brasil.

Todavia, ao estabelecermos conexões com a bibliografia de apoio e o fenômeno por nós estudado, identificamos que a promessa dos legados podem/poderiam não se realizar, além do fato de que também precisamos debater coletivamente o entendimento epistemológico que se tem de legados.

Logo, dentre os ditos legados estava à assertiva de que megaeventos esportivos são uma oportunidade única para se educar as novas gerações através de valores presentes no potencial olímpico dos esportes, tais como o futebol, e dentre estes valores a coletividade, o respeito ao adversário e às regras.

Mas, o esporte veiculado pela Copa do Mundo FIFA centra-se na perspectiva do esporte espetáculo, esporte de rendimento, esporte profissional que tem como modelo a seletividade, a competição, a sujeição do mais fraco pelo mais forte, o domínio de técnicas que “adestram” o corpo, enfim valores latentes na sociedade de mercado que ao invés de promover a coletividade entre os pares arrocha ainda mais os indivíduos nas rédeas do capital. O que não educa para a emancipação, pois já

conhecemos tal modo de produção e sabemos o ângulo bem como o ponto do qual estamos falando.

No que se refere a gerar o desejo nos expectadores de se tornarem consumidores efetivos do esporte, sejam crianças, jovens ou adultos de ambos os sexos, o que no caso das crianças se configura em uma diretriz que incentive/promova a “formação” das novas gerações de atletas que irão representar o país vale dizer que a criação de novos adeptos ao esporte, neste caso o futebol, perpassa por uma série de demais quesitos que não necessariamente se resumem à realização de um megaevento esportivo, com data de início e fim.

Porém, demanda tempo, e demorar-se pela via da práxis sobre o fenômeno esportivo, a constituição de políticas públicas de esporte, a formação de conselhos junto às associações de bairro rumo à implementação de diretrizes populares de esporte e também a inferência sobre o modo/hábito de vida dos indivíduos, modo/hábito este que se relaciona a questões específicas, mas também emaranhadas em complexidade(s) de cunho histórico, geográfico, cultural, sociológico, filosófico, humano tal qual uma colcha de retalhos.

Quanto à economia, fato que gerou/gera inúmeras expectativas acerca do legado econômico dos megaeventos esportivos; haja vista a presença de turistas nacionais e internacionais nas cidades sedes, consumidores em potencial, que se materializa na circulação e acúmulo de capitais que são capazes de constituir renda. Identificamos que por mais que a realização da Copa do Mundo FIFA traduz-se em possibilidades econômicas, por outro concluímos que isso representa certa proporcionalidade de ganhos, no contexto do capital, apenas para as cidades sedes, o que se traduzido em números acaba por impactar uma pequena parcela do todo social da população brasileira. E esta parcela é representada pelas elites detentoras de poder econômico, também no setor do turismo, do comércio e de serviços/atendimentos ao público em geral.

Ou seja, a maioria da população mais uma vez se viu/vê excluída dos processos de produção, geração de riqueza, distribuição de renda e consumo de bens e serviços na sociedade que adota o capitalismo enquanto modo de produção.

Então, se os prováveis legados existiram/existem, os mesmos concentram-se no cerne da sociedade de mercado, consumo e do capital, seja no que tange às promessas

no cenário da educação, da prática esportiva ou da economia, fato que a nosso ver nos distancia de objetivos mais pontuais, porém complexos e que se encontram em tensão, rumo à eliminação da sociedade de classes.

Por isto é que para tais fins, a Copa do Mundo FIFA 2014 possuiu/possui poucos/escassos meios que pudessem/podem contribuir para o alcance dos objetivos aqui mencionados.

Nesta perspectiva, ao longo do trabalho fomos amadurecendo a ideia de que após a crítica seria necessário realizarmos proposições que nos dessem o alento rumo à contemplação de possibilidades para além da Copa do Mundo FIFA, de futebol 2014 e do modelo de esporte e sociedade latentes no interior conceitual da mesma.

Assim, identificamos nos movimentos sociais e em sua práxis reflexões que são capazes de tensões importantes no processo de constituição de outra síntese. Síntese esta que seja alternativa à perspectiva do capital que se faz presente no atual contexto da sociedade brasileira.

E dentre as incontáveis linguagens políticas, artísticas e culturais às quais os movimentos sociais podem lançar mão para a criação de uma alegoria/mística popular que se coaduna com seus objetivos está à cultura corporal e as vivências do movimento presentes na dança, na ginástica, nos jogos, nas brincadeiras populares, nas lutas e no esporte.

Contudo, nossa análise centrou-se especificamente no campo do esporte, haja vista o futebol, e sem desconsiderar os elementos de ordem política e ideológica presentes no mesmo, apresentar-se enquanto uma das várias justificativas que conclamam a existência/realização da Copa do Mundo FIFA ao longo da história e isto inclui o Brasil.

Assim, não acreditamos que o esporte é uma prática exclusivamente alienante que unicamente serve aos ditames do capital, da indústria cultural e do mercado, ao contrário esse é um dos matizes ao qual o esporte poderá assumir. Logo, é possível pensarmos em outra lógica para a inserção do esporte no cenário cultural, lógica esta que poderá dialogar com propósitos alternativos se pensarmos através de uma ótica democrática, popular e humana.

Diante do exposto saímos na defesa da vivência do esporte, componente da cultura corporal, a partir de uma vertente centrada no lazer uma vez que tal conceito

abarcas demandas históricas dos/as trabalhadores/as tais como a redução da jornada de trabalho, sem que haja perdas salariais, o que por sua vez gera o ócio, período em que o indivíduo tem à sua disposição para se assim desejar colocar em prática a sua criatividade no campo da política, da arte, da cultura, da crítica e do corpo em movimento o que o permite inovar, criar, dar novo sentido à realidade e a vida, colocar em prática experiências no que tange à liberdade, autonomia, coletividade, participação e cooperação. Fato que gera conexões na direção da emancipação, emancipação esta que transforma a si próprio e à realidade.

Enfim, falar em lazer é discutir também sobre utopias, sonhar com o inédito, o vir a ser. É tornar-se protagonista de uma nova práxis, intervir política e conscientemente sobre a realidade social e poder dizer a própria palavra para com isso constituir bases argumentativas na defesa dos seus direitos. É se imaginar em uma sociedade que seja democrática, coletiva, justa e que cumpra demandas históricas de respeito à individualidade dos sujeitos, dentre elas o respeito às diferenças culturais bem como à democratização/divisão da riqueza gerada. É cultivar novas ressonâncias de existência que deem sustento aos corpos que erguem suas bandeiras, em luta nas ruas.

Por fim, concluímos que se inserir no universo da escrita não é tarefa fácil, ao contrário, requer a coragem de olhar pra si e encarar as próprias contradições. Exige o compromisso filosófico da crítica, mas também da autocrítica. E ainda é preciso ter a maturidade intelectual para saber que as incursões pelas quais nos aventuramos no imbricado e dialético entrelaçamento teórico-prático, via de mão dupla, não se concluem, não chegam ao fim, ao contrário geram novas curiosidades, demandas e estudos.

E com o presente artigo não poderia ser diferente fato que nos permitiu identificar a necessidade de se realizar demais trabalhos, pesquisas, que se proponham a estudar criticamente, os múltiplos meandros políticos, históricos, sociológicos, culturais, filosóficos, éticos e estéticos que envolvem a realização de um megaevento esportivo, que em nosso caso ficou representado pela Copa do Mundo FIFA, de futebol 2014.

Dito isto, nos encaminhamos para o “encerramento” do trabalho, porém para não concluir. Pois ainda é preciso continuar engajados no direito a pronuncia em coro, com nossas vozes ressoando nossas próprias palavras, de forma autônoma, livre, emancipada e dentre elas as célebres que continuam a ecoar pelos quatro cantos deste país *Ah! Vem/vamos pra rua!...*

Referências Bibliográficas

- BAKUNIN, M. . **Deus e o Estado**. Cultura Brasileira, 2001.
- BETTI, M. . **Copa do mundo e jogos olímpicos: inversionalidade e transversalidades na cultura esportiva**. Motrivivência (Florianópolis), v. 21, p. 16-27, 2009.
- BRACHT, V. . **Sociologia crítica do esporte: Uma introdução**. 3ª ed. Ijuí – RS: Unijuí, 2005.
- CASTELLANI FILHO, L. et. al. . **Metodologia do Ensino da Educação Física**. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.
- CARLIN, J. . Chega de lamentações estéreis. In.: **Veja**. Ed. 2.351, a 46, n. 50, p. 152-153, 11/12/2013.
- GUTERMAN, M. . **O futebol explica o Brasil: Uma história da maior expressão popular do país**. São Paulo: Contexto, 2009, v. 1.
- HATZIDAKIS, G. S. . Legado Educacional dos Jogos Pan-Americanos e dos Jogos Para-Pan 2007: Instrumentalizando a Escola. In.: RODRIGUES, R. P.; MAGALHÃES PINTO, L. M.; TERRA, R.; DA COSTA, L. P. . **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. . **A ideologia alemã**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1976.
- MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio: Teses acerca da anatomia do lazer**. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física/Unicamp, 2005.
- SOLER, R. . **Educação Física escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.
- SOUZA, J. ; MARCHI JÚNIOR, W. . **Os “legados” dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões**. Motrivivencia (UFS), v. 34, p. 245-255, 2010.
- VAINER, C. . Quando a cidade vai às ruas. In.: HARVEY, D; MARICATO, E; ŽIŽEK, S; DAVIS, M, et. al. . **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

POR UMA HISTÓRIA MOVIMENTO SOCIAL INDÍGENA NO BRASIL⁹²

Poliene Soares dos Santos Bicalho
Doutora em História Social pela Universidade de Brasília
(UnB)
Docente da Universidade Estadual de Goiás – Campus de
Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis
(UEG/CCSEH)
Poliene.soares@hotmail.com

Resumo: A luta social dos povos indígenas do Brasil, na perspectiva de um movimento social organizado, figura de maneira mais profícua no cenário nacional a partir da década de 1970, quando lideranças indígenas unem-se a várias organizações de apoio e trazem à tona temas centrais para se compreender o processo de formação e organização deste movimento. Este processo é marcado por quatro acontecimentos fundadores: As Assembleias Indígenas; o Decreto de Emancipação de 1978; A Constituinte de 1987 e a Constituição de 1988; e o período que compreende as comemorações dos 500 anos do Brasil. O objetivo deste trabalho é justamente pensar o processo histórico de formação e organização do Movimento Social Indígena, a partir destes marcos fundadores, além de refletir sobre a especificidade do mesmo.

Palavras-chave: Movimento Social Indígena; História; Luta Social.

*...os movimentossão o coração, o pulsar da sociedade.
Alain Touraine
(1989).*

Em princípio, é fundamental que se esclareça que a noção de movimento social que alicerça esta discussão referencia-se nas análises de Axel Honneth sobre a *luta por reconhecimento*. Para esse autor, a luta social parte da “experiência de desrespeito” que, quando alcança todo o grupo, dá origem aos movimentos sociais. Estes, para existirem, dependem de “uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos” (HONNETH, 2003:258).

⁹² Este artigo é parte do projeto *Por onde passa o Reconhecimento? Os povos indígenas do Brasil e a estima social*, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UnB), como pré-requisito para a conclusão da Pesquisa do Estágio Pós-Doutoral.

A luta social indígena caracteriza-se por diferentes aspectos que se sobrepõem à motivação meramente econômica: luta por reconhecimento de direitos iguais; por direitos diferenciados; direitos coletivos; território; entre outros. Nesse sentido, essa luta social é impulsionada por “experiências morais” que expõem o grupo social coletivamente envolvido à “denegação do reconhecimento jurídico ou social” (HONNETH, 2003:261). Nessa perspectiva é que se defende a tese de que apenas a partir da década de 1970 é que se pode falar em luta social indígena coletiva e conscientemente formada, em condições de dar lugar a um movimento social indígena no Brasil.

Toda e qualquer reflexão sobre o conceito de Movimento Social esbarra em uma variedade de posicionamentos, desde as conceituações de Alain Touraine às análises de E. Hobsbawm, mencionadas ilustrativamente. Entretanto, o interesse por essa abordagem neste trabalho se justifica pela necessidade teórica de se analisar o Movimento Indígena no Brasil pensando-o como uma das formas de expressividade do que se entende mais genericamente por movimentos sociais.

Há um consenso entre os cientistas da cultura quanto à dificuldade de se dizer o que são movimentos sociais devido à imprecisão do conceito, já que o mesmo “vem sendo utilizado indiscriminadamente para classificar qualquer tipo de associação civil” (GOSS & PRUDENCIO, 2004:76). Para Karina P. Goss e Kelly Prudêncio (2004), antes de qualquer teorização sobre os movimentos sociais eles já existiam, faziam parte da vida prática através das lutas sociais ocorridas ao longo da história. Só mais tarde, em meados do século XX, é que as instituições acadêmicas passaram a teorizá-lo, tornando-o um dos temas mais importantes das Ciências Sociais.

Manuel Castells reafirma a dificuldade de se precisar o termo movimento social, mas, por considerar o conceito fundamental para compreensão da sua obra, definiu-o da seguinte forma: “são ações coletivas com determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (1999:20). Para Ruth C. L. Cardoso, “todos os movimentos sociais reúnem pessoas que sofrem uma mesma opressão” (1983:232). Todavia, existem diversas outras definições, de acordo com o objeto de estudo e as referências teórico-metodológicas de cada pesquisador.

Ainda segundo Manuel Castells, os movimentos sociais podem ser de “tendência ativa”, “reativos” e “transformacionais” (1999:18). O caráter expressivo da

resistência nas relações entre o Estado nacional e as identidades étnicas é o que aproxima os movimentos indígenas das duas últimas tendências. Desse modo, são os movimentos sociais de tipo reativo e transformacionais, ou seja, os “movimentos populares de protesto contra mudanças econômicas ou sociais que ameaçam destruir um modo tradicional de vida” (BURKE, 2002:127) que tornam relevante e necessária essa discussão.

Alberto Melucci visualiza o movimento social como “um fenômeno coletivo” em certa medida unificado, embora internamente apresente “significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças” (MELUCCI, 2001:29). Nesse sentido justifica-se a peculiaridade do Movimento Indígena no Brasil, que se caracteriza, entre outros aspectos, pela diversidade de povos e culturas.

De acordo com Maria da Glória Gohn os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (2003:13). Esta definição corrobora com a hipótese defendida neste trabalho de que o Movimento Indígena do Brasil distingue-se pela especificidade da diversidade de suas organizações, não se caracterizando pela vinculação direta com partidos políticos e/ou organizações sindicais; além de não se definir pelo funcionamento unificado através de uma única organização.

Para Peter Burke, Eric Hobsbawm “foi um dos principais historiadores a usar a expressão movimentos sociais” (2002:125), e também o responsável pela utilização da mesma de maneira genérica, ou seja, delegando a todo e qualquer tipo de desordem, lutas, tumultos, rebeliões, resistências e agitação social a denominação de movimento social. Alain Touraine (1989:181-182) foi mais criterioso ao elaborar sua explicação teórica e ao demonstrar as características gerais dos movimentos sociais. Para o autor, ao sugerir uma análise mais abrangente sobre o conceito, é necessário antes considerar que a noção de movimentos sociais apresenta três sentidos principais:

... Para alguns, movimento social é a defesa nacional de interesses coletivos... Para outros, os movimentos sociais seriam reações à comoção de um dos principais aspectos do sistema social, quando as instituições políticas não têm capacidade para realizar os ajustes necessários... É necessário, pois, adotar o terceiro sentido dado à noção de movimento social: um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos

valores culturais, sejam estes de ordem do conhecimento, da economia ou da ética (TOURAINÉ, 1989:181-182).

É importante considerar ainda que estes três sentidos gerais que caracterizam os movimentos sociais, de acordo com Touraine, não se concretizam sempre juntos e da mesma maneira na vida prática. Existem variações quanto à vivência dos movimentos sociais que obedecem às lógicas internas e externas de cada sociedade, assim como às realidades históricas e temporais das mesmas.

Segundo Touraine, na América Latina, por exemplo, ao contrário de algumas regiões da Europa, os três sentidos legados à noção de movimentos sociais não atuam necessariamente juntos, apresentando características mais independentes uns dos outros. Outra peculiaridade se deve à dependência dos mesmos em relação ao Estado, tornando-os menos eficazes quanto à “ação coletiva autônoma” (1989:182). Isso devido à característica paternalista e clientelística da cultura política típica do Estado na maioria dos países latino-americanos, onde o mesmo é o “ator social principal” (1989:183).

Na conclusão desse autor, a sociedade, na maioria dos países latino-americanos, foi subjugada pelo Estado. Foi a ele e contra ele que geralmente o povo⁹³ se voltou e se rebelou, direcionando ao mesmo a centralidade no eixo das relações de poder, e delegando a estas mesmas relações a supremacia do político sobre o social.

De acordo com Gohn, mesmo que o Estado tenha ocupado e ainda ocupe, em determinados momentos, a posição de ator principal no processo de realização e compreensão dos movimentos sociais na América Latina, não se deve esquecer que a partir de finais da década de 70, com os Novos Movimentos Sociais (NMSs), surgiram novos atores e formas de organização e relações com o Estado, principalmente na década de 1990.

A influência teórica que predominou por muito tempo sobre os estudiosos latino-americanos foi a europeia, “por ser esta mais crítica e articulada a pressupostos da

⁹³ Aqui pensado como categoria social genérica, que inclui diversos grupos sociais, e de acordo com a visão de Fernando Calderón e Elizabeth Jelin, segundo a qual, “o *conceito de povo* é especialmente útil para a análise desse período da história social latino-americana, já que a dinâmica social deu-se em relação a este ator amorfo e difuso, heterogêneo internamente, mas que reflete melhor as formas de emergência e formação dos setores subalternos do que o faz a noção de *classe social*. Conceitualmente, a noção de povo remete a um sistema de oposições múltiplas ligadas a âmbitos político-ideológicos e de relações sociais, mais que a formas de inserção num modo de produção. O povo contrapõe-se ao bloco de poder, aludindo à posição subordinada em face dos setores dirigentes.” (CALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth. 1987:67-85).

nova esquerda”que compunham as forças políticas do final da década de 1970 e da década de 1980, fortemente influenciada pelo paradigma marxista (GOHN, 1997:216). Apenas em meados da década de 1990 é que esse paradigma começou a ser substituído pelo o dos Novos Movimentos Sociais.

Para Gohn, ao se reportar ao paradigma teórico latino-americano dos movimentos sociais enquanto categorias históricas, deve-se considerar“as diferenças históricas da realidade latino-americana” (1997:224). A autora lembra que é preciso não perder de vista a especificidade de cada lugar, mas considera que apesar delas, as semelhanças entre as realidades históricas são maiores que as diferenças; diante disso, tomou-se o Brasil como referência para analisar os processos de desenvolvimento histórico latino-americanos.

No contexto da transição da influência da corrente marxista para as concepções dos Novos Movimentos Sociais evidenciou-se a importância do Movimento Indígena, que começou a ganhar ressonância nacional e internacional com ênfase na reação ao sistema vigente, na luta por direitos políticos e sociais, e pela conquista de igualdade de direitos em relação aos demais cidadãos nacionais; além de defenderem o direito à diferença cultural, que é peculiar à sua sobrevivência.

Para entender o cenário no qual se percebe o surgimento de novos atores sociais e novas demandas mobilizadoras dos mesmos, é preciso recorrer ao passado próximo no qual Estado e sociedade civil naturalizaram as relações sociais, reproduzindo vivências sociais pautadas no clientelismo e no paternalismo, típicos dos governos populistas. A política de governo da maior parte dos países latino-americanos de meados da década de 1960 atéinícios da década de 1980 caracterizou-se por uma cultura política representada basicamente por governos de tipo militares.

Com a chegada da década de 1960 sinais de mudanças nas relações sociais começaram a ser percebidas. Uma série de vicissitudes próprias do mundo do trabalho foi inserida pelocapitalinternacionalnospaíseslatino-americanos, quejuntocom os empresários e os militares, formou a base de sustentação dos governosmilitaresautoritários, como observa Gohn (1997).

Em reação e contra essa cultura anti democrática e autoritária, cerceadora de direitos e negligente com os setores mais necessitados foi que a sociedade civil no Brasil começou a se organizar, apoiando-se em diversas instituições já estabelecidas,

como a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras. “A cultura política latino-americana se transformou neste período, ganhando aspectos novos, baseados numa visão de direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados” (GOHN, 1997:226).

Com a abertura política, que começou a vigorar entre meados da década de 1970 e início da década de 1980 no Brasil, a ação popular se intensificou e caracterizou-se pela luta organizada da sociedade civil, através da união de grupos sociais de diversas origens e variadas propostas e demandas, mas que lutavam em prol dos mesmos objetivos e contra um inimigo comum: o Estado autoritário. O assunto em pauta no período foi a redemocratização e a conquista de direitos políticos e sociais. No Brasil concentraram-se diversos movimentos sociais de caráter popular na época, entre os quais estava o Movimento Indígena.

Esses movimentos sociais se diferenciam dos chamados movimentos sociais clássicos, principalmente, porque, com a redemocratização política em vias de concretização, vários direitos pelos quais se lutava foram garantidos nas novas Cartas Constitucionais⁹⁴; além das mudanças sociais e econômicas realizadas nas conjunturas interna e externa.

Passou-se a falar, a partir de finais da década de 1970 e durante a década de 1980 nos Novos Movimentos Sociais (NMSs) que, para além dos movimentos operários e das lutas políticas (sem excluí-las), privilegiaram “a emergência de novos sujeitos sociais e de novas práticas de mobilização social” (SANTOS, 2005:256). Tratava-se na verdade de movimentos sociais populares urbanos, que se vincularam a instituições civis já estabelecidas, como a Igreja Católica, por exemplo.

Os sujeitos sociais passaram a atuarem diferentes espaços públicos, como a mídia e demais meios de comunicação. Sua prática se definiu pela ação coletiva e individual quanto à forma de lidar com temas atuais, como a preservação do meio

⁹⁴ No Brasil, a Constituição de 1988 caracterizou-se pela ampliação dos direitos políticos e civis e, principalmente, por uma abrangência maior dos direitos sociais, que muito favoreceu as demandas indígenas, entre outros grupos. Entretanto, ainda que a Constituição de 1988 tenha reconhecido vários direitos sociais e políticos importantíssimos para as minorias e grupos étnicos – e considerando que a mesma é a primeira na história do Brasil a incluir em seu texto um capítulo sobre os índios –, para Alcida Rita Ramos ainda é um tabu falar em pluriétnica diante de juristas conservadores e contraditórios. Por um lado, reconhecem aos índios o seu caráter de cultura étnica, concedem-lhes o usufruto de suas terras (exceto do subsolo, que continua a pertencer à União), dão-lhes direitos de cidadãos tais como a liberdade de se organizarem, etc.; por outro lado, se recusam a aceitar que o Brasil é uma nação pluriétnica e, logo, precisa ser tratada como tal. (RAMOS, 2004:173).

ambiente, anti militarismo, cidadania, direitos humanos, etc. No caso do MIB, durante a realização da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), várias lideranças indígenas recorreram à mídia e aguçaram a opinião pública, levando-a a conhecer e a debater a questão indígena no Brasil (SANTOS, 1980:77; 92; 127.).

Os NMSs distinguem-se dos modelos clássicos também por apresentar caráter autônomo perante o Estado e os partidos políticos, e por formarem outros grupos organizados através de movimentos sociais, como o movimento negro, de mulheres, ecológicos e dos índios. “O novonos movimentos ecológicos, das mulheres, etc. referia-se a outra ordem de demanda, relativa aos direitos sociais modernos, que apelavam para a igualdade e a liberdade, em termos das relações de raça, gênero e sexo” (GOHN, 1997:283).

As mudanças trazidas pelas inovações econômicas, sociais e políticas dos anos 1990 – neoliberalismo; derrocada do socialismo; fim da bipolaridade; e globalização e as novas tecnologias – contribuíram para o fortalecimento dos movimentos que apresentaram características locais, mas que alcançaram posições de importância global, como foi e é o caso dos movimentos indígenas. A luta pela manutenção da cultura indígena fortaleceu muitíssimo o Movimento no período, assim como os movimentos “ecológicos, pela paz, direitos humanos, etc” (GOHN, 1997:239).

Algumas mudanças foram percebidas na organização, prática e discussões teóricas dos movimentos sociais a partir da década de 1990. No Brasil, e em grande parte dos países latino-americanos, as transformações trazidas pela chamada Globalização repercutiram e alteraram as condições da produção e a organização dos novos atores sociais.

Esse quadro se apresentou mediante as transformações e a crise econômica que assolou a maioria dos países latino-americanos sem consequência dos efeitos danosos da Globalização da economia – também conhecida como Globalização capitalista, que para Aníbal Quijano (2002:14) corresponde a um processo de contrarrevolução global, que em meados da década de 1970 tornou-se evidente com o apogeu da grande crise do capitalismo mundial. Essa crise se arrastou até o final da década de 1980, com a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da Guerra Fria.

Os NMSs passaram a depender mais ainda das organizações constituídas, e houve a institucionalização de vários deles nesse período. A participação das

Organizações Não-Governamentais (ONGs)⁹⁵ é outro fator de grande importância no momento, que se tornaram parceiras irrefutáveis do poder público não-estatal e, por consequência, influenciaram diretamente na organização e estruturação dos movimentos sociais.

A participação da mídia, através da imprensa falada e escrita, também foi de grande importância para a promoção dos grupos organizados, exercendo um papel predominante como instrumento de pressão dos mesmos; o que se deve ao fato de que os novos atores sociais deixaram de caracterizar a ação do grupo por reuniões sem massa nas grandes praças públicas. O Movimento Indígena no Brasil (MIB) é bem ilustrativo quanto a esse aspecto dos NMSs, pois as imagens dos índios na imprensa, desde a época da Constituinte até os dias atuais, foi e é um forte aliado da conscientização da sociedade para causa indígena.

As demandas dos NMSs dos anos de 1990 centralizaram suas lutas nas “questões éticas ou de valorização da vida humana. A violência generalizada, a corrupção, as várias modalidades de clientelismo e corporativismo, os escândalos na vida nacional, etc., levaram a reações no plano da moral” (GOHN, 1997:305). Os atores sociais e suas reivindicações específicas perderam espaço para as temáticas-problema em destaque, como questões sociais, corrupção, fome, miséria, direitos humanos, etc.

Nesse momento, são as lutas sociais dos anos de 1970 a 1990 que importam, pois foi em meados dos anos 70 e início dos 80 – períodos de abertura política e redemocratização do Brasil – que os movimentos sociais cresceram numérica e qualitativamente e ganharam variadas características e funcionalidades, atuando inclusive junto ao processo de redemocratização do país, ainda que de maneira indireta.

Entre os diversos grupos sociais oprimidos e discriminados ao longo da história de dominação do Novo Mundo se encontram os índios. Durante o ciclo de Ditaduras Militares que assolou a América Latina, esses povos também estavam entre os que se organizaram e, juntamente com os negros e as mulheres, lutaram contra os desmandos do governo autoritário e repressor de diversos países e de variadas formas.

⁹⁵ De acordo com Rubem César Fernandes, “A expressão “Organização Não-Governamental” vem originalmente do vocábulo das Nações Unidas para designar uma categoria especial de participantes do sistema da ONU.” De maneira mais específica, “as ONGs são instituições independentes, e não uma parte orgânica de estruturas maiores...” (FERNANDES, 1995. p. 24-25).

Inserido no contexto dos novos movimentos sociais contemporâneos, o Movimento Indígena, principalmente nesta primeira década do século XXI, tem se apresentado na cena política nacional “como redes de solidariedade com fortes conotações culturais”, o que o diferencia significativamente dos movimentos e atores políticos das “organizações formais”. Esse Movimento também tem se caracterizado pela luta complexa e ambígua pelo “espaço da diferença” (MELUCCI, 2002:23;28).

Ao contrário do que demonstram, ou ao menos tentam demonstrar, a maioria das organizações formais, o Movimento Indígena não se expressa pela ideia de unidade, nem externa, nem internamente. A diversidade de povos, a extensão continental do Brasil e a especificidade sociocultural e política de cada grupo étnico inviabiliza a percepção desse Movimento a partir de qualquer dimensão unitária.

Antes, é a diferença, a diversidade e a fragmentação que o distingue, o que não o descaracteriza enquanto Movimento Indígena; pois, como ocorre com a maioria dos movimentos sociais – que internamente também apresentam “significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados” –, grande parte do seu trabalho de organização se volta constantemente para “manter unidas as diferenças” (MELUCCI, 2001:29), principalmente através das bandeiras de luta que têm em comum os mais de duzentos povos indígenas do Brasil.

O Movimento Indígena caracteriza-se também por um tipo de associativismo local que se estrutura sobre uma série de organizações locais – uma vertente da sociedade civil organizada contemporânea – que

vêm buscando se organizar nacionalmente e, na medida do possível, participar de redes transnacionais de movimentos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Catadores de Lixo, Movimento Indígena, Movimento Negro, etc.) (SCHERER-WARREN, 2006:111).

Trata-se, na verdade, de um tipo de atuação em rede⁹⁶ que tende a unificar diversos setores da sociedade civil – movimentos sociais, ONGs, fóruns, etc. – com o objetivo de formar uma grande rede de articulação e de movimentação pública. Essa especificidade da organização social atual é conhecida como rede de movimento social

⁹⁶ “As redes são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada. Elas se referem a um tipo de relação social, atuam segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes para os movimentos sociais e para a sociedade civil em geral” (GOHN, 2003:15).

que, em linhas gerais, visa “apreender o porvir ou rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (SCHERER-WARREN, 2006:112).

Essa tem sido uma especificidade do MIB nos últimos anos, a mobilização e articulação em rede, como pôde-se observar durante a organização dos eventos contrários às comemorações oficiais dos 500 anos do descobrimento – a Grande Marcha Indígena 2000 e a Conferência Indígena de Coroa Vermelha – que reuniu organizações e movimentos sociais diversos em 2000 na Bahia; assim como a atuação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), criada em 2004.

O MIB se iniciou de maneira organizada com as *Assembleias Indígenas*, como resultado do Movimento Pan-Indígena, criado e consolidado entre os anos de 1970 a 1984, segundo Maria Helena Ortolan Matos (2006:1). Entre 1974 e 1980, “quinze dessas assembleias tiveram lugar em diferentes partes do país” (CARDOSO DE OLIVEIRA: 1988:20), realizando um trabalho de mobilização das bases, através das lideranças indígenas de várias etnias em diversos cantos do mesmo.

Em suma, cinco foram os acontecimentos fundadores escolhidos como marcos do MIB: as Assembleias Indígenas; o Decreto de Emancipação de 1978; a Constituinte de 1987/Constituição de 1988; as comemorações dos 500 anos do *descobrimento* e a realização dos Acampamentos Terra Livre / Abril Indígena. A escolha e a opção por estes cinco momentos devem-se à percepção de que os mesmos são fundamentais e indispensáveis para se compreender o processo de formação, organização e estruturação do Movimento Indígena no Brasil. Tais acontecimentos foram amplamente discutidos em tese de doutoramento defendida em 2010.⁹⁷

Referências Bibliográficas

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos* (1970-2009). Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, 2010.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

⁹⁷ BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos* (1970-2009). Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, 2010

CALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth. Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina. Perspectivas e Realidades, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, vol. 2, n. 5, out., 1987.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *A Crise do Indigenismo*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1988.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. 2. ed., V. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERNANDES, Rubem César. Elos de uma Cidadania Planetária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 28, ano 10, 1995.

GOHN, Maria da Glória (Org.) *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. *EmTese*, Florianópolis, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 2, n. 1 (2), jan-jul. 2004.

GURAN, Milton. (Coord.) *O processo constituinte*. Documentação Fotográfica (sobre) a nova Constituição. Brasília: AGIL, 1980.

HONNETH, Axel, *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MATOS, Maria Helena Ortolan. *Rumos do Movimento Indígena no Brasil Contemporâneo: Experiências exemplares no Vale do Javari*. 2006. 274 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, UNICAMP, SP, 2006.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, Ano 17. n. 37, 2002.

RAMOS, Alcida Rita. Pluralismo Brasileiro na Berlinda. *Revista Etnográfica*, vol. VIII (2), 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, jan./abri. 2006.

TOURAINÉ, Alain *apud* GOHN, Maria da Glória (Org.) *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1989.

ASSENTADOS NO SERTÃO MINEIRO: COMUNIDADE SAGARANA

Rosemere Freire Fonseca
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais- IFNMG
Mestre em Sociologia Política (UFSC)

Resumo: Segundo Castells (1997), os movimentos sociais são ações coletivas que têm uma determinada finalidade e cujos resultados, sendo positivos ou negativos, ocasionam transformações nos valores e nas instituições sociais. Assim, o presente trabalho tem como pressuposto analisar a constituição do PIC – Sagarana, localizado no município de Arinos, noroeste de Minas Gerais, ocorrido na década de 1970, buscando fundamentar a temática da questão agrária e dos sujeitos que nela têm interferido ativamente, bem como entender as ações coletivas instituídas no âmbito dos movimentos sociais. Evidenciamos a trajetória de vida dos atores sociais da Comunidade Sagarana que, contemplados por um Projeto de Colonização, tecem suas estratégias cotidianas, definindo um modo de vida singular, baseado em ações de adaptação, resistência e permanência, ou seja, um grupo que protagoniza sua inserção social e busca o fortalecimento de sua identidade coletiva. Nosso objetivo geral foi analisar a trajetória de territorialização da Comunidade Sagarana, desde o assentamento até os dias atuais.

Palavras-Chave: Movimento social – Territorialização – Identidade

Comunidade Sagarana⁹⁸, nome herdado de uma das principais obras de Guimarães Rosa, cuja história se entrelaça com as histórias do universo rosiano e delas se torna palco. Na Comunidade percebemos os significados e as representações que unem o sertanejo com a sua terra e a sua cultura, sem perder os vínculos com a universalidade própria do ser humano, demonstrada por convicções, crenças, atos e pensamentos. Possuidora de inúmeras potencialidades, a exemplo de manifestações culturais, artesanatos, tecelagens, pinturas e bordados. Cercada por uma natureza exuberante, com um conjunto de cachoeiras, fauna e flora que carecem de proteção, além de terras férteis, a Comunidade Sagarana se apresenta como um rico universo de pesquisa.

⁹⁸ Sagarana é a primeira obra de Guimarães Rosa a sair em livro, traz nove contos, nos quais o universo do sertão, com seus vaqueiros e jagunços, surge no estilo marcante que o escritor iria aprofundar em textos posteriores. O livro de estreia de João Guimarães Rosa foi publicado em sua versão final em 1946. O título do livro é composto dessa forma. Saga, radical de origem germânica, quer dizer “canto heróico”; rana, na língua indígena, significa “espécie de”. Texto adaptado. Disponível em: http://www.vestibulandoweb.com.br/analise_obra/sagarana-resumo.asp. Acessado em 01 de out. de 2014.

A Comunidade “Sagarana” está localizada no noroeste de Minas Gerais, distrito do município de Arinos, o 6º maior de Minas Gerais e, segundo o IBGE, compreende uma área de 5279,419km quadrados. O distrito, por sua vez, possui uma área geográfica de 352 Km², cujas cidades próximas são Uruana de Minas e Riachinho/MG. A bacia hidrográfica da região é formada pelos rios Urucuia e São Miguel, Ribeirão Marques, Ribeirão Boi Preto e Ribeirão da Ilha. Sobre a população desse distrito, estima-se que seja de aproximadamente 450 (quatrocentos e cinquenta habitantes). A renda *per capita* da população é baixa, originada principalmente da agricultura familiar e da pecuária leiteira.

É nesse espaço sertanejo, rico em histórias e veredas que buscamos compreender as demandas que atraíram essa população para o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Sagarana, e analisando as questões que levaram à sua constituição, bem como perceber quais as marcas da trajetória desses assentados que ainda permanecem na memória⁹⁹ e como suas ressignificações contribuíram e ainda contribuem na formação da identidade coletiva desse povo. A partir dessas questões estabelecemos um recorte temporal, o qual abrange o ano de 1971, quando se iniciou a implantação da infraestrutura do projeto de colonização, até o ano de 2014. Vale lembrar que a região escolhida para a implantação do Projeto de Colonização é rica em cursos d’água e está localizada no Vale do Urucuia.

A região noroeste ganha visibilidade com a construção da nova capital do Brasil, fundamentada na necessidade de povoamento e no abastecimento desse grande mercado que surgia. Assim, em decorrência das transformações que estavam por vir os Governos Federal e Estadual iniciaram o Plano Integrado de Desenvolvimento do Noroeste de Minas Gerais (PLANOROESTE) na tentativa de incorporar a área a um circuito de mercado.

A partir de organismos atuantes na área, em 1966 o INCRA e o Governo de Minas Gerais firmaram um convênio para o desenvolvimento de atividades de colonização e reforma agrária. Mediante tal convênio caberia ao órgão implantar um Projeto de Colonização na região noroeste, e ao governo do estado instituir outros núcleos de colonização.

⁹⁹ Segundo Jacques Le Goff, a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas.

O PIC- Sagarana foi o primeiro projeto de assentamento realizado nos moldes ditados pelo governo militar, na região supracitada, sob a coordenação do INCRA. Cabe dizer, que a reforma agrária desse período diferencia-se da reforma feita a partir da segunda metade da década de 1980, a qual se apoia nos movimentos dos trabalhadores sem terra (MST).

A desapropriação, segundo consta no Estatuto Social do Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão, ela foi feita com base na Lei Federal de 27/10/67, esta considerava a indicação das potencialidades das áreas. Na região de Arinos e São Romão, as Fazendas Boi Preto e Logradouro foram declaradas de interesse social para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18 letra “d” e 20, inciso VI, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, pelo decreto 61.607 de 24 de outubro de 1967. Em vista disso, os beneficiários foram os pequenos agricultores, agregados e/ou empregados dos proprietários de imóveis, bem como aqueles que, atraídos pelas notícias de desapropriação veiculadas, principalmente pelo rádio, vieram de outras regiões.

Com a atuação sistemática do recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em substituição ao IBRA¹⁰⁰, iniciou-se nos anos de 1971 a 1973 a implantação da infraestrutura física e administrativa do Projeto de Colonização Sagarana. Naquele momento, o território localizado na antiga sede da Fazenda Boi Preto foi demarcado e o plano físico foi desenhado, considerando 208 lotes rurais, a sede também foi dividida em 208 lotes urbanos, cada um com cerca de 400 m².

Identidade e memória: a dinâmica social em processo de modernização

As discussões empreendidas até aqui nos levam a entender que o processo de constituição do PIC Sagarana ocorreu em meio à modernização incentivada pelo Estado para a expansão do agronegócio. Isso em grande medida, contribuiu para que o sertão se transformasse em celeiro agrícola. Todavia, a dimensão econômica, apesar de ter sido componente importante no tecer dessa trajetória, não foi tão somente a única. Outras dimensões como a cultural, a geográfica e a política, bem como as categorias simbólicas, ordenadoras de constantes rearranjos sociais, também tiveram fundamental importância e, portanto, devem ser observadas. Consideramos que a trama dessas

¹⁰⁰ Em 1972, foi extinto o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o IBRA, substituído pelo INCRA.

dimensões foi responsável e também coadjuvante na construção da identidade da Comunidade Sagarana.

Sendo assim, indissociáveis ao território, a identidade e seus desdobramentos se constroem a partir de bases como a cultura, a relação com o meio, a participação, ainda que seja sobre influências externas. São essas bases que fundamentam as experiências, propiciam o sentimento de pertencimento e mantêm viva a Comunidade. Essa se fortalece na medida em que os sujeitos participantes vivenciam essa troca de saberes e fazeres cotidianos, proporcionando sua consolidação. Para isso, arquitetar estratégias de adaptações e apropriações do espaço foi e ainda é necessário, visto que as mudanças e permanências de um, impactam diretamente sobre o outro.

À vista disso, consideramos como foco inicial a percepção de como a territorialização de um povo insinua a formação de uma identidade coletiva que, sujeita a influências do mundo externo, empreende uma batalha articulatória permanente na luta pelo direito de estar e de permanecer naquele espaço. Para isso, a memória vivida foi recurso fundamental nessa percepção. As fontes orais permitem o transitar no tempo e no espaço por meio da memória dos sujeitos, o que possibilitou compreender a territorialidade e, respectiva, historicidade, da Comunidade Sagarana.

Desde os anos de 1980, o termo “identidade coletiva” se espalhou e ganhou notoriedade. Mas, antes mesmo desse período, no entre guerras (1918-1939), alguns autores se destacaram com suas contribuições sobre o tema. A partir de estudos empíricos, esses autores apontavam para as primeiras noções de identidade coletiva. Assim, Niethammer (1997), após uma análise profunda do conceito de identidade afirma que,

a história de sucesso do termo identidade daquele momento em diante cresceu muito nas ciências sociais, transformando-o, de conceito de história de vida do indivíduo, em conceito que descreve a similaridade da transformação das coletividades (NIETHAMMER, 1997, p.121).

Portanto, nos interessa, nesta pesquisa, refletir sobre a noção de identidade coletiva construída no seio da Comunidade, analisando o papel do Estado como condutor no processo de forjar essa identidade. O Estado, à frente desse processo, tornou-se, pois, regulador da implantação do PIC- Sagarana, as ações governamentais desencadearam, a partir de então, um controle sobre o espaço e o tempo, conduzindo seus beneficiários, a um processo propositadamente forjado, uma vez que , classificou,

selecionou e determinou quem estava ‘dentro’ e quem estava ‘fora’, entre o ‘nós’ e o ‘outro’.

Destacamos que a formação e territorialização da Comunidade Sagarana deu-se por duas grandes frentes no tempo e no espaço, sendo a primeira de trabalhadores que já ocupavam a fazenda do Boi Preto, denominados neste trabalho de ‘urucuianos’, estes viviam à margem desse latifúndio. Eles foram os primeiros a escolherem e ocuparem seu espaço. A outra frente surgiu com o processo de migração de trabalhadores de diversas regiões que, anteriormente, ocupavam as periferias de outros centros urbanos, denominados ‘chegantes’. Estes, apesar de serem maioria, tiveram como opção de escolha terras menos produtivas. Desse modo, essas duas frentes foram o ponto de partida para as ações de planejamento da produção, que aproximou dentro de um mesmo território dois grupos distintos, com trajetórias sociais específicas, porém com um desejo comum, sobreviver da terra.

Ao se propor o Projeto de Colonização, a intenção era direcionar e disciplinar essa população de excluídos para ocuparem áreas, até então, desocupadas, evitando que isso ocorresse de forma espontânea e desordenada como alguns consideravam ocorrer nas ocupações de terra. Essa maneira, na lógica do capital, não contribuiu para o crescimento agrícola do país. Diante disso, era necessário estabelecer metas de assentamento, conduzir e adequar sua dinâmica interna para atender a demanda externa, impondo aos agricultores a adoção de técnicas mais produtivas que acompanhassem as estratégias de modernização. Assim, uma nova identidade estava sendo delineada pelo Estado.

Para compreendermos essa construção identitária nos apoiamos na concepção de Castells (1999) que propõe três formas de construção de identidades: “identidade legitimadora”, incorporada pelas instituições e organizações dominantes, essa se constitui da intenção de racionalizar sua dominação aos atores sociais, ou seja, “um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural” (p.24). Como exemplo dessa identidade legitimadora, temos o papel exercido pelo INCRA que racionalizou a dominação, regulou e direcionou as ações do PIC Sagarana.

A “identidade de resistência”, outro tipo apontado por Castells, é considerada a mais importante na construção da identidade em nossa sociedade, “ela dá origem a

formas de resistência coletiva diante de uma opressão” (CASTELLS, 1999, p.25). Essa, na maioria das vezes, é idealizada pelos próprios atores que se encontram em situações adversas à estrutura tradicional de organização da sociedade, impondo estereótipos e os estigmatizando a condições inferiores no tecido social. Para isso, são elaboradas formas de resistência na tentativa de superação dos valores difundidos pelas instituições tradicionais. O MST é um exemplo dessa identidade de resistência, visto que agrega pessoas que, mesmo sem um forte vínculo com o movimento, acabam aderindo a ele como forma de se estabelecerem perante as imposições do sistema.

Por último, o autor nos apresenta a “identidade de projeto”, essa “produz sujeitos [...] [com] um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto” (CASTELLS, 1999, p.26). Nesse caso, a identidade é resultante da utilização que os atores sociais fazem, de qualquer “aparato” cultural e/ou político, para determinar sua posição na sociedade. Exemplo desse tipo de identidade é a própria Comunidade Sagarana que, mesmo sendo fruto de um projeto do Estado, ao longo de todo o processo, foi se constituindo enquanto comunidade, estabelecendo vínculos e estratégias de sobrevivência.

Todas essas formas de produção de identidade coletiva trazem um novo sentido ao analisarmos a sociedade, no entanto, quando voltamos o olhar para a Comunidade em questão, percebemos o transitar entre dois dos modelos expostos, a legitimadora e a de projetos. Podemos inferir que, a identidade legitimadora marcou o início da Comunidade, em torno de uma dinâmica de Estado que possibilitou sua fundamentação por meio das instituições e dos mecanismos de poder. Assim, o INCRA, como aparato institucional, tornou-se responsável por organizar e legitimar essa identidade.

Na tentativa de estabelecer um novo sentido à identidade forjada pelo Estado, a identidade de projeto se traduz como uma forma defensiva em torno de princípios comuns. Como exemplo disso, evidenciamos que os atores sociais criam estratégias de sobrevivência e de identificação por meio dos sindicatos, cooperativas, entidades cívicas, associações, entre outros. Esses, apesar de servirem como “braços do Estado”, permitem um fluir da Comunidade, rompendo com aquela identidade imposta, oprimida e padronizada, expandindo-se para um possível protagonismo dos atores sociais.

A tramitação entre uma e outra identidade é muito comum, principalmente sobre as que se originam como “de resistência” dada a sua potencialidade em vir a se

constituir na estrutura de “identidade de projetos” e, em alguns casos, tornar dominantes nas instituições e organizações o que a transforma em “identidade legitimadora” (CASTELLS, 1999, p.22 -25).

Desse modo, observamos que na Comunidade Sagarana, não existiu apenas um centro constituidor das identidades, mas diversos fundamentos que conduziram a uma pluralidade de centros. Dessa pluralidade emergem tensões e contradições tanto na autorrepresentação, que considera o indivíduo equivalente a seus pares, mas singular nas suas experiências e vivências pessoais, como naquela vivenciada pelo grupo. Essa diversidade identitária nos incita em diferentes direções, deslocadas continuamente, a ponto de criar novos sentidos e identificações. Nesse deslocar de sentidos, o conceito de identidade, atualmente, tem sido associado às análises sobre as ações coletivas, sendo inclusive, considerado um aparato central para a compreensão dos conflitos políticos e sociais emergentes.

Quando pensamos na Comunidade Sagarana, visualizamos essa diversidade identitária, visto que os urucuianos viviam na terra, mas não a tinha; os chegantes, por sua vez, ansiavam pela terra como condição para se tornarem cidadãos. Assim, essa problemática se apresenta como indício do sentimento que os uniu. Conectados por princípios e visões de mundo comum, urucuianos e chegantes têm uma percepção de um espaço singular no qual estão inseridos e pelo qual desenvolvem um profundo sentimento de pertença.

Podemos avaliar que talvez esta seja a razão que justifica as visões e significados diferentes de urucuianos e chegantes, dadas as experiências anteriores que cada um trouxe consigo, sendo que o confronto com a novidade é fator determinante para as impressões de um em relação ao outro. É possível verificar que cada grupo, a seu modo, imprimiu ao outro, especificidades, influenciado pelo comportamento, pelas tradições, valores, conhecimentos e mitos. Nessa influência recíproca entre os grupos se começa a delinear uma nova formação identitária, um “nós” sendo, assim, construído por “eles”, de certa maneira, a História de um grupo, de uma comunidade, o PIC Sagarana. Calhoun (1994), *apud* Castells (1999), afirma que,

não temos conhecimento de nenhum povo, que não tenha nomes, idiomas, ou culturas, em que, alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida [...]. O autoconhecimento, invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta, nunca está dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos pelos outros (CALHOUN, 1994, *apud*, CASTELLS, 1999, p.22).

Essa nova condição de “nós” propicia amarrações sociais resultantes dos vínculos que, a partir de então, se estabelecem mediante atos de conquistas e de lutas pelo reconhecimento de um território, pela promoção do desenvolvimento econômico e ainda pela preservação dos aspectos culturais desse povo. Esses são requisitos motivadores e fundamentais para o sentimento que agora une aqueles que compõem a Comunidade Sagarana; gerador de relações e interações que se estabelecem entre seus membros. Portanto, as vivências cotidianas, os conflitos, as afeições, as coesões em torno das quais se balizam o sentimento de pertencimento passam a ser significantes para a construção e o fortalecimento da identidade desse povo.

Assim, inferimos os determinantes que balizam a construção da identidade da Comunidade Sagarana, esses se compõem pelo conjunto de experiências¹⁰¹ e vivências que ganham um sentido coletivo, tais como o sonho da terra, o trabalho, as atividades cotidianas, os modos de vida, o modo descomplicado de se comunicar, as relações culturais e o modo como usufruem a natureza.

Esse conjunto de determinantes constituem fontes de significados que, conforme Castells (1999), é uma identificação simbólica, aquela que dá sentido a ação praticada pelo ator social, ou seja, determinantes que ganham um sentido coletivo para os membros da Comunidade e que são originados e construídos por eles em um processo singular.

Conferimos, pois, que ao se inscreverem para o PIC os atores sociais possuíam demandas individuais. Todavia, a partir do momento em que passaram a constituir uma comunidade, essas assumem características coletivas tais como o lidar com o trabalho coletivo na terra, as necessidades básicas de infraestrutura, fluxo e comércio de sua produção, entre outras. De tal modo, as demandas coletivas desse povo é que impulsionaram a organização das associações, cooperativas e a participação em Organizações Não Governamentais (ONGs), possibilitando uma certa autonomia e envolvimento nas decisões coletivas e, ainda, estabelecendo uma relação de solidariedade entre os integrantes dessa Comunidade. Podemos assinalar que a participação é o que fundamenta e dá sentido às ações do grupo, fortalecendo a identidade coletiva e o sentimento de pertencimento. A passagem de demandas

¹⁰¹ Ver mais em : THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

individuais para interesses coletivos é um significado construído a partir de uma necessidade que resulta, tanto num processo de autodefinição, como na maneira segundo a qual o indivíduo internaliza as características que lhe são atribuídas pelo corpo social.

Nesse contexto, Scherer-Warren dimensiona a importância dessa formação identitária, ressaltando que “a capacidade de resposta às carências emergenciais de populações [...] excluídas socialmente, [é] que irá atrair tais grupos sociais à participação nas organizações coletivas” (SCHERER–WARREN, 2007, p.10-11). Assim, a construção da identidade não é algo que já existe a priori; ela acontece a partir das escolhas feitas ao longo do caminho. Dessa forma, tanto a identidade como o pertencimento não são modelos fixos e nem perpétuos, ao contrário, são construções contínuas a serem realizadas por meio de propósitos, considerando os caminhos trilhados e ainda o modo de agir.

A análise empreendida nesta seção acerca da construção das identidades levou-nos a considerar seus elementos constitutivos, os quais, ao longo do tempo e do espaço, foram sendo incorporados à história de vida da Comunidade Sagarana tanto por meio das relações sociais estabelecidas em seu interior, quanto pelas influências externas. Portanto, vale ressaltar a importância de se entender as relações que os membros desse grupo estabeleceram e estabelecem consigo mesmos e com o outro, visto que é no interior dessas relações que se cria um “espaço de memória”.

Quando nos reportamos a um grupo que passa a se reconhecer como “povo” é essencial percebermos o sentimento que une os componentes desse grupo. Isso nos leva a questionar quais são os laços que despertam o sentido de pertença e, ainda, quais são os elementos culturais que os mantem vinculados. Também devemos atentar para os anseios que se manifestam e como esses determinam os espaços, a vida social e comunitária desse povo.

No contato com a Comunidade, no decorrer da pesquisa de campo, foi possível observar as potencialidades culturais, hábitos e costumes que revelam as experiências cotidianas, o saber cuidar e o saber fazer peculiar dessa Comunidade. Assim, os homens e mulheres que constituem esse universo cultural tocam sanfona, lidam com a criação de gado, coletam o baru, cuidam da casa e lidam com o trabalho na roça, com a horta no fundo do quintal, produzem queijo, doces e artigos artesanais, fiam em seus teares, cantando harmoniosas melodias que lhes traz alívio na labuta

diária. Todas essas práticas são saberes e fazeres que, no interior dessa Comunidade, não se apresentam como distinção de gênero, uma vez que algumas são exercidas tanto por homens, quanto por mulheres.

A identidade cultural desse grupo, além de estar presente nas habilidades elencadas, também se manifesta através das danças, folia de reis, culinária, ritos religiosos e do uso de ervas medicinais cultivadas em seus próprios quintais. No que se refere aos rituais festivos, comum em toda a região, a Comunidade Sagarana apresenta traços bastante característicos, como no caso da Folia de Reis que recebeu influência dos Chegantes e dos Urucuianos, folia de sete vozes e de quatro vozes, esta última já existia na região. Segundo nos relata senhor Argemiro Graciano, “a folia de sete voz foi trazida pra cá pela família dos Grigório e pela família dos Graciano, que é a minha família, essas duas família é dos chegantes, foi elas que troxe a folia de sete voz” (JESUS, Argemiro Graciano de, 05de ago. 2014).

Outra festa que se destaca, com relevância nacional, visto que atrai turistas de todo o país, é o Festival de Sagarana. O Festival reúne diversas atrações culturais como oficinas, danças, cavalgada, comidas típicas e é também um momento de se discutir a realidade dos pequenos produtores que integram a Comunidade, bem como de outros assentamentos da região. Em 2013 foi realizada a 6ª Edição do Festival – Feito Rosa para o Sertão com o tema Socioambiental “Das Veredas ao Mangue” – Cultura, Identidade e Sustentabilidade. Entre outras, a grandeza desse festival está nas questões socioeconômicas que sua realização propicia, e também por referenciar Guimarães Rosa, que dedicou a vida a escrever sobre o sertão de Minas Gerais e o homem sertanejo. A fala de Izabel Dantas, que na época da entrevista era gerente da Estação Ecológica Sagarana, evidencia a importância do festival na vida da Comunidade.

O festival de Sagarana faz a diferença para a Comunidade. Ela fica envolvida integralmente. A Comunidade faz o festival, a comida, o café da manhã, a hospedagem das pessoas, eles fazem um trabalho coletivo mesmo, de alojar as pessoas, de fazer a alimentação, de receber todo esse público de fora e mostrar o que eles têm ali, que é uma diversidade muito bacana no entorno. Eles trabalham com artesanato, frutos do cerrado, com toda essa questão sobre conservação dos recursos naturais, eles têm muita coisa para oferecerem para o público. E é uma forma de serem divulgando Sagarana. O festival é muito importante, dá uma visibilidade, eles podem expor os problemas e o pessoal que participa também leva alguma forma de contribuição, parceria e propõe projetos de melhorias (RODRIGUES, Isabel Dantas, 19 de fev. 2014).

Conservar as tradições é uma forma de preservar para as gerações futuras hábitos e práticas que são constituintes fundamentais da identidade das comunidades. Para Hall (2014), a tradição

significa um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com o passado histórico adequado (HALL, 2014,p.32).

Os festejos tradicionais demandam grande movimentação comunitária para que se garanta a permanência desses costumes, pois representa um momento de socialização da Comunidade: “[...] esta festa de folia, ela é um encontro de amigos, na ocasião da festa no dia 06 de janeiro a gente encontra aquelas pessoas principalmente da família” (JESUS, Argemiro Graciano de, 05 de ago. 2014). Assim, homens e mulheres dividem as tarefas de preparativos das festas, fazem a comida, ornamentam suas casas para receber os foliões, recolhem donativos para os leilões e para os brindes que serão sorteados entre os participantes da cavalgada, assegurando a continuidade e a graciosidade desses rituais.

O artesanato é outro traço cultural marcante da Comunidade Sagarana. Nas mãos de algumas mulheres da Comunidade está o poder de perpetuar a arte de fiar e tecer. Conforme relato das fiandeiras, denominação dada às mulheres que se dedicam à arte de fiar em teares manuais, herança cultural da época da colonização, fazer dessa arte uma fonte de renda familiar foi um processo incentivado na Comunidade pelo INCRA.

A prática de tecer em teares é uma tradição histórica, que remete ao século XVIII, e foi trazida pelos colonizadores portugueses. Nessa atividade utilizam-se os recursos naturais do território, portanto, as fiandeiras buscam na natureza materiais necessários à produção de seu artesanato, como a lã do algodão, o corante do urucum, usado na coloração dos fios que formarão o tecido e, por conseguinte, as peças artesanais como: cortinas, mantas, cachecóis, xales, jogos de mesa, colchas, toalhas, entre outros. A atividade não garante uma fortuna, mas produz uma riqueza cultural amplamente reconhecida, afiançando que essa arte se mantenha e ainda ajude a suprir algumas necessidades da família, o que possibilita uma vida mais digna. Como exemplo

desse reconhecimento, dona Gercina Maria de oliveira¹⁰², uma das principais representantes do grupo de fiandeiras da Comunidade Sagarana, que iniciou sua arte aos seteanos, projetou internacionalmente a Comunidade. Ela foi convidada pela ABEXA – Associação Brasileira de Exportação de Artesanato como uma das representantes da região Sudeste para participar de um evento que divulgou trabalhos de mulheres artesãs de todas as regiões do Brasil.

Outra artesã, dona Conceição Lourença Leite,relata que as relações sociais se intensificaram após a constituição de uma associação, cujo objetivo principal era a reestruturação, produção e comercialização do artesanato local. A Associação dos Artesãos de Sagarana e Tecelagem das Veredas, juntamente com outros núcleos de produção, dividiram e otimizaram o processo de produção fiação, tingimento,tecelagem e bordados. Cada núcleo é especialista em uma ou mais fases da produção, até a finalização dos produtos que são mantas, cortinas, e tantos outros já mencionados.

A “Central Veredas” é uma instituição que representa algumas associações da região, funciona no município de Arinos e é responsável por captar e revender os artesanatos. Isso, apesar de ser o meio viável para comercialização dos produtos, em grande medida, tem contribuído para que muitas fiandeiras se desinteressem pela arte de fiar, e ainda que as mais jovens não vejam nessa atividade uma prática atrativa, visto que o retorno financeiro é bastante demorado. Conforme nos relata dona Conceição,

A gente conversa muito sobre isso. Falta de chamar não é! Eu sinto que é falta de vontade de aprender. De 2000 prá cá, a gente passou um período muito bom de vendas com a criação da Central Veredas, mas depois, nós como fiandeiras que estamos na ponta da corda a gente demorava muito a receber de 6 a 9 nove meses, e aí muitas foi saindo (LEITE, Conceição Lourença, 02 de ago.de 2014).

Mesmo diante das dificuldades, o entusiasmo com que falam dessa arte é contagiante. Agregado à arte de fiar, tem-se o “canto das fiandeiras” que se tornou uma prática comum entre elas. Por meio do canto, a atividade é desenvolvida como uma distração, entretenimento e motivação para o trabalho e, atualmente, é considerada uma expressão cultural da Comunidade, tanto que muitas vezes as fiandeiras são convidadas para se apresentarem nos eventos culturais da região apenas para entoarem as

¹⁰² No dia 22 de abril de 2014, faleceu Dona Gercina Maria de Oliveira. foi uma das primeiras moradoras, com a qual iniciei meus trabalhos, ela e esposo vieram da chapada e receberam o lote nº 35 no PIC. Representante das fiandeiras e da cultura local possuía uma memória fantástica sobre a história da Comunidade, foram poucos, mas muitos proveitosos, os contatos que tivemos com ela.

cantigas cantadas durante o processo de fiação. Por meio da cantoria, as fiandeiras relatam sua prática de fiar e também as atividades que exercem cotidianamente na Comunidade, as letras das músicas quase sempre remetem ao próprio ato de fiar e ao cotidiano.

Entretanto, as facilidades oportunizadas pela modernidade têm direcionado as filhas das artesãs para outras atividades, grande parte das jovens acaba optando por irem para a cidade em busca de uma colocação no mercado de trabalho ou ainda para continuarem os estudos. Hoje existem aproximadamente 30 mulheres, com idade em torno de 40 anos ou mais, número que vem diminuindo em função do falecimento daquelas que dominam a arte e do desinteresse de algumas em aprender o ofício. A vontade de que essa prática permaneça e que as novas gerações também exerçam a atividade faz com que as fiandeiras se dediquem ao ato de ensinar seus conhecimentos. Para tanto, oferecem cursos de capacitação, partilhando suas habilidades com entusiasmos e orgulho. Todavia, todo esse esmero e paixão não têm sido suficientes para despertar o interesse das mulheres mais jovens da Comunidade pela arte de fiar e tecer.

O empenho para que as tradições e práticas cotidianas permaneçam na Comunidade Sagarana é um esforço daqueles que a constitui como, por exemplo, os moradores mais antigos que se dedicam à transmissão de seus saberes tanto para os familiares mais novos, como os demais que, atualmente, integram essa Comunidade. Da mesma forma a Comunidade conta também com o apoio de projetos governamentais, e instituições não governamentais, como o Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão (Cresertão), fruto da parceria entre o Instituto Alfa, Fundação Banco do Brasil e o Instituto Estadual de Florestas/ IEF, cuja finalidade é difundir e reaplicar Tecnologias Sociais adaptadas à realidade do Vale do Urucuia. E ainda, desde 2009, conta também com o apoio do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, que por meio de projetos de extensão, interage o saber acadêmico com o saber popular. O Cresertão desenvolve na Comunidade Sagarana diversos projetos que, além de possibilitar aos moradores condições mais favoráveis de permanência no espaço em que vivem, incentiva as práticas e hábitos cotidianos por meio da valorização de seus saberes. Assim, percebemos que muito do que subsiste ao tempo e à modernidade não se trata apenas de relatos ou lembranças evocadas pela memória, mas representa o comprometimento de um povo que luta para a preservação de seus valores culturais,

revelando estratégias de sobrevivência que garantem a permanência desse povo e de suas tradições.

Considerações Finais

A Comunidade Sagarana foi projetada, com o pressuposto de povoar a região noroeste de Minas Gerais ampliar as fronteiras econômicas do país. Vale ressaltar que os processos históricos e sociais que propiciaram o surgimento do PIC- Sagarana estavam atrelados às mudanças estruturais de contexto nacional, que previam a modernização da produção, principalmente a agricultura mecanizada que avançava e ainda avança pelo noroeste mineiro, bem como as trajetórias sociais dos trabalhadores excluídos dessas mudanças. Para os assentados do PIC Sagarana, além do propósito inicial, pensado pelo Estado, o acesso a terra carregava uma dimensão essencial na construção de sua identidade, configurada na relação de interdependência com a natureza, pois é a partir dela, a natureza, que se fundamentou tal identidade.

Para além das questões políticas e econômicas, a criação do PIC – Sagarana inseriu no município de Arinos uma nova organização social e territorial. A “Comunidade Sagarana”, hoje elevada à categoria de distrito, foi território projetado pelo INCRA, tornou-se referência de uma (re) construção identitária, e possibilitou internalizar noções de reconhecimento, de pertencimento a um grupo e a uma sociedade. Isso permitiu que muitos trabalhadores ganhassem visibilidade a partir da conquista da terra, estabelecendo novas relações com o “outro”, com a “sociedade” e com os “seus” forjando nova identidade social.

Reconhecidos pelo modo de vida simples, sem o consumismo exacerbado do mundo urbano, observados na forma de se vestirem, nos festejos, na convivência, no canto e na roda de prosa, especialmente entre os mais velhos, peculiaridades que, por meio da memória, desvelam a estruturação da identidade cultural dessa Comunidade. São eles que, ao rememorarem, promovem um constante refazer, reconstruir, repensar com ideias e imagens atuais as experiências passadas, conforme já mencionamos. Verificamos junto aos nossos entrevistados uma valorização dessas práticas com maior ênfase à socialização que elas proporcionam, o que confere ao grupo a sensação de proximidade e semelhança, momentos de apropriação cultural que permitem um reviver o passado com base nas representações do presente.

De tal modo, evidenciamos o sentimento de pertença que se determina a partir de laços entre o sujeito e o seu modo de ser, entre os comportamentos e estilos de um grupo ou de uma comunidade da qual se torna integrante, fazendo com que ele experimente e atue como participante pleno, sobretudo, no que diz respeito aos papéis sociais, às normas e aos valores, componentes peculiares que ajudam a explicar a manutenção e perpetuação dos seus aspectos culturais.

Referências Bibliográficas

AREZZO, Dryden Castro de. **Colonização**. Fundação Petrônio Portela – MJ. Brasília, 1982.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS DO SERTÃO. **Estatuto Social da Associação do CRESERTÃO**, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula; THOMSON, Alistair. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.); AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Lamparina Editora, 2014.

IANNI, Otavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projeto Integrado de Colonização Sagarana/ Projeto Técnico 1974**.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. *In*: **Tempo Social**; Revista Sociologia. USP, São Paulo, 2000 p. 97-128. Disponível em www.scielo.br/pdf/ts/v11n2/v11n2a07.pdf. Acesso em janeiro de 2013.

_____. **O Sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NIETHAMMER, Lutz. Conjunturas de identidade coletiva. *In*: Antonacci, Maria Antonieta. **Ética e História Oral**. São Paulo: PUC, abril 1997.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como gênero**. Projeto História 22, São Paulo, EDUC, p. 25, jun. 2001.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 3a edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos de MST e MTST no Brasil**. Interface: a journal for and about social movements, v. 1, p. 105-124, 2009.

THOMPSON, Eduard Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 16

NATUREZA E TERRITÓRIO: MIGRAÇÕES E USOS DOS RECURSOS NATURAIS

Coordenadoras:

Dra. Samira Peruchi Moretto (Docente UEG – Porangatu)

Me. Fabíula Sevilha de Souza (Docente UEG/Itapuranga / Doutoranda UFMG)

Os estudos sobre o meio ambiente oferecem novas maneiras tanto para pensar a História, quanto para analisar a relação dos homens/mulheres com o meio natural. As migrações humanas podem ser consideradas catalisadoras dessas relações, por alavancaram alterações ecológicas, modificarem ecossistemas e dispersarem espécies. Paralelamente, a análise das concepções de território ajuda-nos a problematizar as distintas relações político-econômicas e culturais que as populações estabeleceram com seu espaço físico ao longo da história. O presente simpósio temático pretende reunir trabalhos que tratem das relações entre História, Migrações e Natureza, em um dado Território, nas suas diferentes dimensões. Serão bem vindos trabalhos que contemplem estudos sobre migrações, introdução (in)voluntária de animais e plantas em novos biomas, usos dos recursos naturais, transformação das paisagens, definições de territórios, sustentabilidade, agricultura, Unidades de Conservação, desastres ambientais, hidrelétricas, e demais temas que possam contribuir para o debate sobre os deslocamentos – humanos e de espécies, em geral – e a construção simbólica de noções territoriais, muitas vezes legitimadoras dos direitos de exploração de recursos da natureza.

Palavras-chave: Natureza – Migrações – Território – História Ambiental – Usos dos Recursos Naturais.

O POTENCIAL SOCIOECONÔMICO DA EXPLORAÇÃO DE *MAURÍTIA FLEXUOSA* (BURITI)

Renata de Lima Paixão
Aluna do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em
Meio Ambiente e Sociedade,
Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Morrinhos

Isa Lucia de Moraes Resende
Docente do Mestrado em Ambiente e Sociedade,
Universidade Estadual de Goiás-(UEG)/ Câmpus de
Morrinhos
FAPEG

Resumo: *Maurítia flexuosa* (buriti) são palmeiras de relevância cultural, social e econômica por suas características funcional, nutricional, artesanal e ambiental além de gerarem renda principalmente para comunidades tradicionais. Neste contexto, o presente estudo objetivou, através de estudo explanatório, promover reflexões teóricas direcionadas aos aspectos socioeconômicos do extrativismo da *Maurítia flexuosa*. Apresenta expressivo potencial social e econômico em decorrência de sua ampla diversidade de uso; dentre eles, sucos, geleias, sorvetes, paçocas, cremes, vinhos, doces, óleo comestível, remédios, ração, adubo, materiais de construção, enfeites, móveis, cosméticos, brinquedos, cestas, bolsas, esteiras, vassouras, cordas, fios para instrumentos musicais e utensílios bem diversificados que auxiliam nas atividades do cotidiano são produtos encontrados em feiras nas regiões Centro-oeste e Norte do país. Desse modo, o extrativismo sustentável dos buritis é importante no complemento da renda de diversas famílias a partir da transformação de recursos naturais em mercadorias, contribuindo para a redução da migração para áreas urbanas e possibilitando a inserção das comunidades tradicionais no mercado.

Palavras-chave: Extrativismo – Comunidades Tradicionais – Saberes locais

Introdução

As populações tradicionais podem ser definidas como grupos assentados em territórios delimitados ou delimitáveis, que compartilham recursos comuns e apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais destinados à subsistência baseado em tecnologias de baixo impacto, de bases sustentáveis

provenientes de saberes locais. Possuem pouca articulação com o mercado e utiliza basicamente mão de obra familiar na confecção de seus produtos. A execução das atividades extrativistas, em sua organização do trabalho, é realizada de acordo com o produto, suas condições de coleta e padrões culturais (MOTA et al., 2014).

Uma das plantas do Cerrado mais utilizadas no extrativismo é o buriti, símbolo do Cerrado, e apresenta expressivo valor econômico, visto que são aproveitadas desde as raízes até as folhas (SAMPAIO; CARRAZZA, 2012). Considerada a palmeira mais abundante no território brasileiro, *Maurítia flexuosa* (LORENZI et al., 2004) marca a paisagem pela exuberância e grande porte, habita veredas e matas de galeria, em locais inundados e nascentes (EMBRAPA, 2006), em solos mal drenados e fracamente arenosos.

Apresenta expressivo potencial social e econômico em decorrência de sua ampla diversidade de uso; dentre eles, na alimentação, uso medicinal, ração, adubo, materiais de construção, enfeites, móveis, esteiras, vassouras, cordas, fios para instrumentos musicais e utensílios bem diversificados que auxiliam nas atividades do cotidiano.

Objetivos

O objetivo desta pesquisa foi desenvolver um estudo a fim de produzir material científico referente aos aspectos sociais e econômicos do extrativismo do buriti, tendo em vista destacar a diversidade de usos e sua importância na conservação ambiental e na valorização dos saberes locais, além da importância econômica para as comunidades tradicionais.

Metodologia

A pesquisa foi estruturada através de levantamento histórico, revisão bibliográfica de materiais publicados referentes ao assunto em estudo, constituído principalmente de teses, dissertações, livros, artigos de periódicos científicos, anais de congressos científicos.

As reflexões teóricas apresentam foco sobre populações tradicionais, extrativismo e o uso da palmeira buriti (*Maurítia flexuosa*) para diversos fins.

Resultados e Discussão

Abordagens teóricas sobre as populações tradicionais

Colchester, (2000) caracteriza populações tradicionais como grupos assentados em territórios delimitados ou delimitáveis, que utilizam recursos comuns, sempre politicamente subordinados, com identidade cultural expressiva e distinta daquela nacional. Quanto ao território, Alexandre (2002), descreve que reivindicam parte da natureza, incluindo direitos estáveis de acesso, uso e controle dos recursos naturais. Para Arruda (1999), as sociedades tradicionais apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais destinados à subsistência baseado em tecnologias de baixo impacto, de bases sustentáveis, oriundas de conhecimentos patrimoniais sobre os recursos e sua conservação e da relação cotidiana direta com o meio que exploram, caracterizado pela fraca articulação com o mercado e fundamentado no uso intensivo de mão de obra familiar.

Historicamente, esse padrão sociocultural se deve às influências das populações indígenas e ao caráter cíclico e irregular do avanço da sociedade nacional sobre o interior do país, implicando na incorporação de hábitos alimentares, técnicas e uso de artefatos, nas formas de organização para o trabalho, caracterizando o que hoje é chamado de cultura rústica. Apresentam dessa forma, inúmeras variantes locais de acordo com suas especificidades ambientais e histórica e detêm conhecimentos dos processos naturais e práticas de manejo sustentáveis (ARRUDA, 1999).

As comunidades são constituídas por famílias que associam direitos comuns sobre terra e recursos através do uso partilhado, áreas coletivas usufruídas por grupos de vizinhança ou parentesco, divisão de uso dentro da mesma unidade de domínio e uso da terra (GALIZONI, 2000). A execução das atividades extrativistas, em sua organização do trabalho, é realizada de acordo com o produto, suas condições de coleta e padrões culturais, sendo constituído por laços de parentesco influenciados por noções de gênero, idade e geração (MOTA et al., 2014).

Os recursos naturais formam a base da cultura material dessas populações, que têm em seu modo de vida uma relação intrínseca com o meio ambiente. São empregados em diversos usos como a alimentação, medicinais, ornamentos, rituais, vestimentas, utensílios domésticos, para caça e pesca, entre outros fins (CARVALHO, 2001). Shanley et al. (2002) menciona que os produtos procedentes do extrativismo

atendem principalmente mercados locais e regionais, desempenhando papel vital para o comércio e promovendo a reprodução de grupos sociais.

Aspectos botânicos e econômicos da *Maurítia flexuosa*

Considerada a palmeira mais abundante no território brasileiro, *Maurítia flexuosa* (LORENZI et al., 2004) marca a paisagem pela exuberância e grande porte, habita veredas e matas de galeria, em locais inundados e nascentes (EMBRAPA, 2006), em solos mal drenados e fracamente arenosos, em áreas de altitude até 1000m. As áreas de ocorrência vão desde a Floresta Amazônica até os Cerrados de vários estados brasileiros, como Piauí, Amazonas, Maranhão, Pará, Bahia, Ceará, Tocantins e outros (LORENZI et al, 2006).

M. flexuosa (Arecaceae) é espécie-chave e definidora dos ambientes de vereda, tanto pela importância ecológica quanto pela alta densidade em comparação com as poucas espécies arbóreas que ali ocorrem (RESENDE et al., 2012). Possui estipe solitário e ereto, raramente inclinado, com diâmetro variando de 30 a 60 cm, indivíduos adultos usualmente atingem 20 a 30 m de altura, as raízes chegam a 1 m de profundidade e alcançam horizontalmente amplitude de 40 m, apresentam pneumatóforos permitindo trocas gasosas durante alagamentos (PEREIRA; CALBO; FERREIRA, 2000). A coroa é formada por 15 a 25 folhas compostas que lhe conferem a forma redonda, costa-palmadas, com 3 a 5 m de comprimento e 2 a 3 m de largura, possuem bainha aberta e pecíolo longo, atingindo 4 m de comprimento (CASTRO, 2000; SAMPAIO, 2011).

É uma espécie dióica (RIBEIRO, 2010). As fêmeas produzem flores a cada dois anos, no entanto, a produção de frutos a nível populacional é anual, variando de 2000 a 6000 frutos por planta. O fruto é uma drupa globoso-alongada de 4 a 7 cm de comprimento composta de epicarpo formado de escamas rombóides de cor castanho avermelhada, mesocarpo constituído de massa espessa de cor alaranjada e endocarpo esponjoso que envolve a semente (LORENZI et al., 2006).

O buriti é uma das plantas símbolo do Cerrado, bastante utilizada em todos os locais onde ocorre, devido sua diversidade de uso tornou-se conhecido como a “árvore da vida” e apresenta expressivo valor econômico, visto que são aproveitadas desde as raízes até as folhas (SAMPAIO; CARRAZZA, 2012). Diversos relatos e trabalhos científicos enaltecem o valor sócio-econômico do buriti e seus diversos usos através de

um conjunto de opções de produção e comercialização de bens produzidos a partir desta palmeira (FÉ; GOMES, 2013).

Os frutos podem ser consumidos in natura, na forma de farinhas ou processados. Na culinária brasileira é utilizado em sucos, geleias, sorvetes, paçocas, cremes, vinhos, doces, além do aproveitamento do óleo comestível. Quanto ao valor nutricional, possuem excelentes propriedades nutricionais como elevados níveis de antioxidantes, que são compostos químicos benéficos à saúde, permitindo o organismo combater eficientemente o excesso de radicais livres. A poupa macia e alaranjada, que corresponde a 30% do fruto, contém 23% de óleo e possui alto teor de pró-vitamina A (carotenóides), polifenóis e vitamina C (ácido ascórbico) (SOUSA et al., 2012). Sua porção lipídica é constituída basicamente de vitamina E (tocoferol) e óleos, predominando ácidos graxos, oleico (ômega-9), palmítico, que contribuem na prevenção de doenças cardiovasculares e podem ser aplicados na pele, com função de protetor solar e contra picadas de insetos. Este óleo comestível, com características organolépticas de sabor e aroma agradáveis, contém grandes quantidades de aminoácidos sulfurados importantes para bebês prematuros e triptofano precursor de niacina, sendo também ricos em fibras e diversos minerais (MANHÃES, 2007).

Desse modo, o consumo do fruto bem como de seus derivados, pode aumentar a biodisponibilidade de vários nutrientes à população, resultando em melhor qualidade de vida (SOUSA et al., 2012), já que também é fonte de proteínas, podendo ser utilizada na prevenção e recuperação de casos de desnutrição em crianças (FÉ; GOMES, 2013).

Além de fornecer matéria-prima para aplicações para a indústria de produtos alimentícios, farmacêuticos e cosméticos, *Maurítia flexuosa* é utilizada para ração de animais, adubo, materiais de construção, enfeites, utensílios domésticos, móveis, remédios, cosméticos, brinquedos, artesanatos e até mesmo instrumentos musicais (RIBEIRO, 2010; SAMPAIO; CARRAZZA, 2012). As folhas são utilizadas para cobertura de ranchos, casas e canoas; já as folhas novas e suas fibras são usadas na confecção de cordas, redes, bolsas, vassouras, esteiras e outros itens de artesanatos e utensílios bem diversificados que auxiliam nas atividades do cotidiano podem ser feitos da parte esponjosa do pecíolo (medula). Os pecíolos (talo) são empregados na construção de canoas e casas e para confecção de rolhas e esteiras, como também para a fabricação de camas, sofás, jiraus, portas e até paredes. Os troncos podem ser aproveitados como pontes (RIBEIRO, 2010). Miranda et al., (2001) menciona que pode

ser extraído um carburante líquido da amêndoa, que é ainda pouco utilizado e que pode-se obter da palmeira uma seiva que é transformada em mel e este em açúcar com uma concentração de cerca 92% de sacarose. Dos caroços são confeccionados artesanatos (SARAIVA, 2009).

Em estudo realizado no Piauí por Fé e Gomes (2013), constatou-se in loco que economicamente é subutilizado como fonte de geração renda local, onde o espaço produtivo é restrito à produção de gêneros para o próprio consumo com reduzida atividade, aproveitando somente o fruto in natura.

O grau de beneficiamento e a qualidade do produto são determinantes em seu valor comercial. Saraiva (2009) verificou que a falta de assistência técnica continuada e a organização comunitária mostraram-se fatores limitantes ao desenvolvimento da atividade, ao aumento na renda das artesãs e do arranjo produtivo como um todo. Em seu estudo nos Lençóis Maranhenses, constatou-se que *Maurítia flexuosa* se mostrou uma espécie resistente, indicando suportar a extração sustentável de até 50% das folhas jovens.

O extrativismo de buriti na região do Cerrado representa uma atividade econômica secundária, provavelmente pela prevalência da agropecuária. Segundo a EMBRAPA (2006), no estudo da oferta de produtos do buriti, identifica-se na região Centro- Oeste a comercialização de produtos originados das folhas para o artesanato e dos frutos, para alimentação e cosmética. No entanto, não há dados suficientes sobre a utilização do buriti para uma análise da economia extrativa da espécie.

O extrativismo sustentável é regulado pelo IBAMA, que exige comprovação de manejo através da apresentação de um plano de exploração, e de termos de compromisso para com os proprietários tradicionais do recurso natural, os quais devem assegurar a aplicação de normas de acesso à biodiversidade e as modalidades de uma partilha equitativa dos benefícios esperados de sua exploração (PALLET, 2002).

Para que ocorra extrativismo sustentável, respeitando as regras botânicas e ecológicas, é importante que a origem dos produtos do extrativismo seja conhecida. Desse modo, a certificação dá conformidade e corrobora com a não utilização de insumos, a aplicação das regras sanitárias durante o processamento, a qualidade do produto final, a garantia de origem geográfica, o respeito das regras sociais em todas as fases da indústria e o cumprimento de normas comerciais justas que favoreçam

produtores (PALLET, 2002). Além de assegurar a origem e o modo de produção dos produtos, a certificação é, ainda, uma estratégia de desenvolvimento e é utilizada como marketing na imagem de produtos ecológicos e naturais extrativistas, especialmente no setor de cosméticos.

Dentre as perspectivas para a valorização dos produtos do extrativismo devem ser incluídas a logística associada ao conhecimento do produto, implementando técnicas básicas como triagem, armazenamento, secagem, processamento, bem como qualificação profissional que permitam que o produto final tenha boa qualidade mesmo diante de condições climáticas que favorecem o surgimento de mofo que produzem micotoxinas, e garanta a sustentabilidade do setor (SAMPAIO; CARRAZZA, 2012).

O Buriti é bastante ornamental, podendo ser cultivado no paisagismo (Lorenzi et al., 2004). Acredita-se que *M.flexuosa* é uma espécie promissora para sistema agroflorestal, apresentando, segundo Pallet (2002), a vantagem de reforçar as áreas de inundação não propícias para outras atividades.

Dentre as ameaças ao extrativismo, podem ser mencionados os fatores exógenos, como o intenso mercado de terras, a construção de infraestrutura turística, avanços da agricultura e pecuária. Para Nascimento Filho (2013), as pequenas margens de lucro, o âmbito restrito dos mercados, a competição exercida pelos produtos sintéticos e industrializados, somadas à marginalização crescente dos atores sociais, minimizam o extrativismo, que passou a ser considerado como um modelo de exploração obsoleto, tornando-se um modelo de subsistência, não levando em conta os valores agregados.

Até o presente momento a forma de exploração é o extrativismo e ainda não são conhecidos plantios comerciais de buriti (EMBRAPA, 2006).

Considerações Finais

Além da expressiva contribuição ambiental, os buritis apresentam potencialidades e possibilidades socioeconômicas bastante promissoras. Desse modo, o extrativismo sustentável dos buritis é importante no complemento da renda de diversas famílias a partir da transformação de recursos naturais em mercadorias, contribuindo para permanência de comunidades tradicionais em seu lugar de origem, reduzindo a

migração para áreas urbanas e possibilitando a inserção das comunidades tradicionais no mercado.

O conhecimento dessa espécie e a caracterização de suas propriedades funcionais, no âmbito econômico, social e ambiental precisa ser aprofundado e valorizado, sendo necessário a produção de novos trabalhos que visem potencializar seu uso comercial através de oficinas de educação ambiental e produção de derivados da polpa do buriti, tendo-o como nova oportunidade de mercado como alimento funcional devido suas composições.

Agradecimentos

À FAPEG, pela concessão de bolsa de mestrado à primeira autora.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, R.S.V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade**. ano II, n. 05, 1999

ALEXANDRE, A. F. A política que se apreende: avaliando o processo de implementação das reservas extrativistas no Brasil à luz do ideário da etnoconservação. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 3, n. 25, p. 2-19, jan. 2002

CARVALHO, H. **Artesanato de caixeta em São Sebastião**. 2001. 62 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – USP/ESALQ, Piracicaba, 2001

CASTRO, A. Buriti- *Mauritia flexuosa*. In: CLAY, J. W.; SAMAPIO, P. T. B. CLEMENT, C. R. (Eds). **Biodiversidade Amazônica: exemplos estratégias de utilização**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, Amazonas. 2000

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000

FÉ, E. G. M. A cadeia produtiva do buriti (*Mauritia flexuosa* L. F.) na Comunidade Olho D'Água dos Negros Esperantina-PI. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **VIII SOBER Nordeste**. Paraíba, novembro, 2013

EMBRAPA. **Frutas nativas da Região Centro-Oeste do Brasil**. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Brasília - DF. 2006

GALIZONI, F.M. **A terra construída – Família, trabalho, ambiente e migrações no alto Jequitinhonha, MG.** 2000. 92 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000

LORENZI, H. et al. **Palmeiras Brasileiras e Exóticas Cultivadas.** Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2004

LORENZI, H.; et al. **Frutas Brasileiras e Exóticas Cultivadas.** São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2006

MANHÃES, L. R. T. **Caracterização da polpa de buriti (*Mauritia flexuosa*, Mart.) com vista sua utilização como alimento funcional.** Dissertação. (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007

MIRANDA, I. P. de A.; RABELO, A.; BUENO, C. R.; BARBOSA, E. M.; RIBEIRO, M. N. S. **Frutos de palmeiras da Amazônia.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia; Manaus: INPA, 2001

MOTA, D. M. et al. O trabalho familiar extrativista sob a influência de políticas públicas. **RESR**, Piracicaba-SP, vol. 52, p. S189-S204, 2014

MOTA, D. M.; SHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no nordeste brasileiro. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 01, p. 121-143, jan/mar, 2008

NASCIMENTO FILHO, H. R. **Etnoconservação e valorização do buriti (*Mauritia flexuosa*) na Comunidade Guariba, Terra Indígena Araçá, Roraima.** Dissertação. (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013

PALLET, J. P. D. Perspectives de valorisation des fruits amazoniens issus de l'extractivisme. In: **Colloque Systèmes agroalimentaires localisés: produits, entreprises et dynamiques locales.** Montpellier, France, 16 October 2002/18 October, 2002. Disponível em http://agritrop.cirad.fr/514186/1/document_514186.pdf

PEREIRA, L.A.R.; CALBO, M.E.R.; FERREIRA, C.J. **Anatomy of Pneumatophore of *Mauritia vinifera* Mart.** Brazilian Archives of Biology and Technology, 43(3): 327-333. 2000

RESENDE, I. L. M. et al. **Estrutura etária de populações de *Mauritia flexuosa* L. f. (arecaceae) de veredas da região central de Goiás, Brasil.** Revista Árvore, Viçosa-MG, v.36, n.1, p.103-112, 2012

RIBEIRO, A. H. **O buriti (*Mauritia flexuosa*) na Terra Indígena Araçá, Roraima: usos tradicionais, manejo e potencial produtivo.** Dissertação. (Mestrado em Ciências de Florestas Tropicais). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, Amazonas. 2010

SAMPAIO, M.B. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do buriti.** Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (INSP). 2011

SAMPAIO, M. B.; CARRAZZA, L. R. **Manual Tecnológico de aproveitamento integral do fruto e da folha do buriti (*Maurítia flexuosa*)**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (INSP). 2012

SHANLEY, P.; LUZ, L.; SWINGLAND, I. The faint promise of a distant market: a survey of eflém's trade in non-timber forest products. **Biodiversity and Conservation**, 11:615-636, 2002

SOUSA, P. B. et al. **Fenólicos, carotenoides e capacidade antioxidante de raspas de buriti (*Maurítia flexuosa*) in natura comercializadas em Teresina- Piauí**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). 2012

SIMPÓSIO TEMÁTICO 17

NARRATIVAS E MEMÓRIAS AUTO(BIOGRÁFICAS): UM DEBATE INTERDISCIPLINAR

Coordenadora:

Me. Patrícia Simone de Araújo (Docente UEG-Luziânia)

O simpósio pretende estimular o debate interdisciplinar de experiências que privilegiam a memória e a abordagem (auto) biográfica como objeto de pesquisa em suas diferentes possibilidades de análise. Este simpósio é norteado no trato teórico-metodológico da escrita de si pelas contribuições de Calligaris, P. Bourdieu e Angêla de Castro Gomes; Paul Ricouer na relação memória e o esquecimento; e Lejeune e Dosse na escrita autobiográfica.

Os estudos auto(biográficos) do século XX que surgiram como uma possibilidade de contribuição formativa e identitária do sujeito por meio da construção histórica, são retomados nas últimas décadas pelas diversas áreas conhecimento (História, a Psicologia, a Linguística, a Música, a Filosofia, a Educação, as Artes, dentre outros saberes) como um movimento gerado pela insatisfação as grandes explicações estruturais que não contemplam dois aspectos importantes: a) a trajetória existencial de sujeitos que acabam excluídos da História por não pertencer a nenhum círculo de poder: social, econômico e/ou político; b) a vida cotidiana como espaço de conflitos e transformações. No sentido de contribuir para a superação destas críticas é que almeja-se promover uma abertura ao pensamento da construção da narrativa histórica em uma relação intermidial de trocas, de constante ressignificação e invenção dos processos de construções de si.

Palavras-chave: Escrita de si – interdisciplinaridade – narrativas – memórias – processos de criação

A (AUTO)BIOGRAFIA COMO POSSIBILIDADE DE ENSINO: O EXEMPLO DE GIUSEPPE GARIBALDI

Isabella Nogueira
(Graduanda em Historia – PUC-GO)

Me. Antônio Luiz de Souza
(Docente PUC-GO – Orientador)

Resumo: Este texto tem por objetivo pensar a escrita autobiográfica e a biográfica como possibilidade para o ensino, tomando como exemplo o personagem Giuseppe Garibaldi. Ensinar é também pesquisar, para que a teoria não se desvincule. Assim poderemos falar em ensino/aprendizagem. Em um primeiro momento problematiza-se autobiografia e biografia. Após, apresentaremos Giuseppe Garibaldi e a possibilidade de trabalho com uma turma, por exemplo, de segundo ano do Ensino Médio. A didática para o ensino de história se fará presente. A biografia e autobiografia nos possibilitam ensinar as diferenças como também à coletividade e individualismos, exemplos a serem pensados no processo histórico de forma crítica-reflexiva, pensando então em uma história problema. Toma-se Giuseppe Garibaldi como objeto pelo longo exílio no século XIX no Brasil, participando da Revolução Farroupilha, utilizando-nos então de um conteúdo mais próximo dos alunos. Portanto, estudar biografia não significa somente falar de uma pessoa e sim de toda uma produção histórica.

Palavras chave: Biografia – Autobiografia – Ensino de História

Para um professor de História, a carreira docente assim como a pesquisa histórica devem sempre andar juntos. Isso porque a teoria não se desvincula da prática¹. O objetivo é olhar para a pesquisa histórica como integradora do ensino.

¹ “Assim, a teoria além de seu poder formativo, dota os sujeitos de pontos de vista variados sobre a ação contextualizada. Os saberes teóricos propositivos se articulam, pois, aos saberes da ação dos professores e da prática institucional, ressignificando-os e sendo por eles ressignificados. Portanto, o papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análise para compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os.” (PIMENTA: 2004; p.49). Este envolvimento e intencionalidade cria então, segundo Selma Garrido Pimenta, o *professor pesquisador de sua prática*, valoriza-se a experiência e a reflexão que nela se desenvolve, a partir do pressuposto de que ha também uma subjetividade do professor, portanto cada um fará da teoria sua própria pratica, não há modelos de aprender e ensinar.

Fala-se aqui sobre (auto)biografia, elas como possibilidade para o ensino. Ou seja, sua função (pedagógica) e sua prática (didática). A (auto)biografia é um caminho longo e sinuoso. Não se pode nunca achar um caminho reto e menos perigoso.

Pode-se, antes de qualquer coisa, pensar a relação entre autobiografia e biografia, as quais se complementando em uma pesquisa histórica não descartam tratamentos diferentes por parte do historiador.

São variadas as forma de se apresentar tanto uma autobiografia como uma biografia, podem ser constituídas de fotografias, entrevista(s), de diário ou livros de outro gênero, mas que tem uma base (auto)biográfica, como também representadas pela cinematografia, pela cênica ou por documentos.

A relação entre autobiografia e biografia não deixa então de ser uma atividade que se utiliza da(s) linguagem(s):

[...] a história nunca conseguiu ir além de uma historiografia da linguagem. Historicizam-se palavras, testemunhos, imagens e oramos fervorosamente para que eles expressem o passado: não se faz história do passado, mas, isto sim, uma historia das linguagens do passado. Representamos o mundo por meio de signos, símbolos gráficos, linguagens e não se é capaz de ir além deles. Estamos constringidos a admitir que ‘no princípio era o verbo’. (GIANNATTASIO; BORDONAL,2013:44)

São as linguagens, portanto que guiam nosso trabalho docente e é por meio delas que daremos nossa aula que conduziremos os alunos a interpretar os acontecimentos do mundo de que fazem parte, como humanos produzidos pela linguagem antes de serem produtores dela. (*Ibdem*: 15) A história viaja então entre o passado e o presente. O presente [...] elabora problemas, indagações e métodos [...] enquanto o passado [...] seu “objeto” de estudo [...] (*Ibdem*: 18). Esses questionamentos que partem do presente devem ser estimuladores da leitura, portanto da pesquisa, da vida do aluno.

As perguntas feitas à biografia como à autobiografia são iguais, mas para momentos e personagens diferentes. Questiona-se, por exemplo, qual a visão do autor a partir da época em que está escrevendo? No primeiro caso (biografia) fala-se do biografado, de sua época, de onde ele escreve qual seu objetivo e neste caso é inevitável que se conheça mais de uma produção biográfica sobre o mesmo objeto. Enquanto no segundo (autobiografia) atenta-se a própria época do objeto, de como ele coloca as

emoções, os fatos, as palavras. O inevitável no segundo caso é perceber os detalhes a própria construção de si.

BOURDIEU (1996:184) aponta:

O relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito a causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim construídos em etapas de um desenvolvimento necessário.

Essa ‘constância’, o autor a nega ao longo de seu texto, chega a falar de sentido “artificial da vida”. A coerência é sim inexistente na autobiografia ou até mesmo na biografia, mas essa artificialidade prefere-se trazê-la de acordo com o historiador Giovanni Levi: “a existência de uma outra pessoa em nós mesmos, sob forma do inconsciente” (1996:173) Pois deve-se também pensar que o autor não dá conta de conhecer e rememorar o real. Mas este último (o real) existe e não se pode substituí-lo pela palavra ‘artificialidade’.

Sobre a questão do ‘autor’ GIANNATTASIO e BORDONAL (2013: 33), trazem uma interessante abordagem:

No dicionário da língua portuguesa, a palavra autor assume as seguintes definições: “Causa principal de: inventor; fundador; aquele de quem alguém ou algo nasce ou procede” (FERREIRA, 1975, p.165). Os historiadores se relacionam, frequentemente, com um pensamento que se encontra ‘fora’ de seu universo próprio de pensar e ver os fenômenos. [...] E, os historiadores trabalham incessantemente no território das interpelações. Há, fundamentalmente, três grandes eixos de interpelações que se apresentam no trabalho do historiador, a saber: a interpelação do historiador como sua própria linguagem, ou ainda, consigo mesmo; a interpelação do historiador com a bibliografia; e, por fim, a interpelação do historiador com as fontes. [...] Da forma como os três grandes eixos de interpelação se apresentam, há uma relação decrescente de liberdade: o historiador tem maior liberdade com sua linguagem e menor com as fontes.

Pode-se perceber que essa ‘liberdade’ da escrita histórica se manifesta de forma diferente na biografia e na autobiografia, a liberdade nesta última é total. Fala-se o que se quer, passa-se o que se quer ou simplesmente o esquecimento toma conta².

² Ver: RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2007.

Por isso então devemos perceber: “[os] elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas” (LEVI, 1996:171).

Mas, porque então é importante considerar-se a biografia?

A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação de práticas. Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis. (LEVI, 1996:180).

Para evitarmos o ‘esquema único’ pode-se dizer que: “o passado é sempre singular, o universal só existe como fenômeno de conhecimento e manifesta-se por meio das múltiplas formas de linguagem”. (GIANNATTASIO; BORDONAL, 2013: 26). Através da biografia pode-se olhar para as relações de poder como também para o cenário. Percebe-se que a história não é apenas constituída pela Instituição ou pelo Estado ela é também singular, individual afinal somos nós que fazemos a história. Mas para não cair no relativismo trazemos então Gabriele Rosenthal (1996: 196) com o conceito de *Gestalt*³, que explica:

O significado do conjunto e o de suas partes se constituem mutuamente em *gestalten*; há uma contínua modificação mútua de componentes. Cada parte individual tem uma significação funcional para a *Gestalt*, e esse significado se relaciona com as outras partes. [...] a ordem que se pode descobrir numa história de vida [...] é a ordem da inter-relação primordial do “mundo” [outro] e do “eu”.

Então a ‘parte’ que faz parte do ‘conjunto’ que pode ser traduzido como o cenário, possivelmente perceptível pela (auto)biografia.

Pois a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra –, a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve. (REVEL, 2000:17)

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia

³ “Essa ordem tem qualidade de Gestalt no sentido da teoria da Gestalt (Ehrenfels, 1890) e sua interpretação fenomenológica por Aron Gurwitsch.” (ROSENTAL, 2005: 196).

sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK; 1992)

Citando o subtítulo de GIANNATTASIO e BORDONAL (2013:26) *A História como expressão do “Princípio de Realidade Insuficiente”* e seguindo esse ponto de vista, observam-se dois aspectos da biografia muito bem elaborados pelo autor François Dosse (2009). O hibridismo e o lado ficcional.

Quanto ao primeiro o autor nos diz:

O caráter híbrido do gênero biográfico, a dificuldade de classificá-la numa disciplina organizada, a pulverização entre tentações contraditórias – como a vocação romanesca, a ânsia de erudição, a insistência num discurso moral exemplar – fizeram dele um subgênero há muito sujeito ao opróbrio e a um déficit de reflexão. (DOSSE, 2009: 13).

A distância da Literatura para o autor é o que levou esse gênero ao descrédito para ele, existe sim, uma preocupação com a veracidade, mas apesar disso o gênero ainda vive ancorado na Antiguidade pela necessidade da imaginação e pela importância e relevância da escrita. A psicanálise para, o autor, contribuiu muito para uma visão diferente desse gênero, isso porque, o homem seria, sob tal ponto de vista, opaco a si mesmo, intransparente e incoerente⁴.

O gênero biográfico encerra o interesse fundamental de promover a absolutização da diferença entre um gênero propriamente literário e uma dimensão puramente científica – pois, como nenhuma outra forma de expressão, suscita a mescla, o caráter híbrido, e manifesta assim as tensões e as convivências existentes entre a literatura e as ciências humanas. (DOSSE, 2009:18).

Isso nos leva então a pensar o lado ficcional da biografia:

Discurso moral de aprendizado das virtudes, biografia se tornou, com o passar do tempo, um discurso de autenticidade, remetendo à intenção de verdade por parte do biógrafo. Entretanto permaneceu a tensão entre essa ânsia de verdade e uma narração que deve passar pela ficção e que situa a biografia num ponto médio entre ficção e realidade histórica. (DOSSE, 2009:12).

⁴ Entrevista dada ao programa "Entrelinhas" de Ouro Preto publicada no dia 17 de novembro de 2009 no site youtube : <<https://www.youtube.com/watch?v=xZJYMrNgTs>>

È importante então olharmos para a biografia através do olhar de uma *história-problema*⁵ sem, contudo deixar perder esse lado híbrido que a compõe que aliás pode ser um ótimo auxílio para desenvolver trabalhos com os alunos. Pode-se questionar o objeto e sua própria construção.

Não existe um modelo ou manual de como estudar ou mesmo ensinar sobre biografia, pergunta-se: como utilizar em sala de aula a biografia? Como expor uma biografia? Como vê-la como uma possibilidade pedagógica e didática?

Alves Franco (2002; p.83 apud, PIMENTA: 2008; p.136) nos diz acertadamente: “Somos sempre aprendizes da profissão e sempre estagiários da vida”. Com isso então não devemos nunca deixar de pesquisar, cada aula é uma nova pesquisa.

A (auto)biografia nos permite além de estudar a vida de alguém, analisar o cenário. Por exemplo, em um segundo ano do Ensino Médio da Educação Básica pode-se trabalhar o *Diário de Anne Frank* para se estudar sobre a II Guerra Mundial. È uma leitura fácil de jovem para jovem. Mostra uma situação específica inserida em um contexto amplo, esse exemplo singular vai então concretizar um pouco mais aqueles acontecimentos que para muitos alunos não passa de um passado.

O importante é que se consiga passar a eles questionamentos sobre várias esferas, ou seja, se questionará não apenas fatos históricos, mas, por exemplo, porque ela chegou a aquele lugar? O que a salvou durante todos aqueles dias antes de ir para um campo de concentração? Como era dirigida sua juventude? E então se voltando para o aluno se perguntará: e a sua como é guiada? O que é poder? O que é racismo? O que é diário?

E por que não falarmos de Grécia Antiga com uma biografia de Sócrates que nos dá possibilidade de pensar sobre *história-problema* além do cenário histórico? Podemos formular questões como: o que é problema? Como formular um problema? Por que temos que nos questionar sobre as pessoas e as coisas que fazem parte de nossa vida? As perguntas de Sócrates são um ótimo exemplo tanto para inserir os alunos na época como também de repensar sua própria realidade.

⁵ Ver:

SCHMIDT, Benito Bisso. *Biografia e regimes de historicidade*. In: Métis: História e Cultura, n.3, v.2, jan./jun., 2003. p.57-72. - REINATO, Eduardo J.. A Escola dos Annales e a “Nouvelle Histoire”. In: ALENCAR, Maria Amélia G. (Org.) *A História da História*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2002. p.105-121.

Podemos também pensar em um álbum de fotografias com o qual se pode construir uma biografia e questioná-la. Por meio desta, constituída por uma cronologia ou não, pode-se perceber várias faces do indivíduo como do que o circula. São expressões, poses, fundos, pessoas que fazem parte da vida do indivíduo e que possibilitam uma narrativa sobre o mesmo. Os olhares serão diferentes de cada aluno, mas além da interpretação que é inevitável e muito boa que seja diferente, devemos provocar. Incentivando a investigação, a reflexão e o questionamento.

No caso do nosso exemplo podemos utilizar da autobiografia de Giuseppe Garibaldi (1807-1882) conhecido também como “herói de dois mundos”, o qual com sua vida espelha vários aspectos do século XIX, a partir desse título romântico que lhe foi atribuído. Está inserido em um século em que encontramos o romantismo, o liberalismo o nacionalismo enquanto nas universidades o positivismo, o historicismo, o pensamento de Karl Marx, ou até mesmo, já no final do século a psicanálise.

Tudo isso poderia ser discutido a partir da vida de Garibaldi, mas podemos nos ater a falar sobre a construção de um personagem e sobre o que nos interessa de sua vida.

A escolha vai ser guiada de acordo com o tema que queremos falar. Para aproximá-lo de nossa história podemos trazê-lo durante a Revolução Farroupilha. Giuseppe Garibaldi, que viveu na América Latina no século XIX, nos trás a possibilidade de destacar suas experiências e ações políticas vivenciadas no Brasil. Na sua longa estadia no Brasil (1836-1841) esteve no Rio de Janeiro como também em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, lutando pela causa Farroupilha⁶. Portanto, a intenção poderia ser perceber quais foram as paixões políticas, no caso ideológicas de Giuseppe Garibaldi, que o levaram a abraçar uma causa que não era sua, já que em terra brasileiras ele era apenas um estrangeiro.

Com isso, ao analisarmos Garibaldi inserido em seu contexto tanto do Brasil como da Itália, é possível perceber as especificidades do momento histórico de luta política do século XIX nestes dois países e compreender quais foram as interações

⁶ No Rio Grande do Sul, no dia 20 de setembro de 1835 eclodiu a Revolução Farroupilha, como a mais longa das rebeliões regenciais. Tentava-se dar a província, uma total autonomia, com a proclamação da República, a elaboração de uma constituição e a criação de símbolos específicos como bandeira, hino e identidade regional, apropriando-lhe um caráter agregador com o objetivo de fazer o Brasil aderir a federação. PESAVENTO, Sandra J. *A revolução farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 2 ed. p. 75.

existentes entre o sujeito, Garibaldi, e os anseios daqueles com os quais convivia e comungava ideologias.

A Revolução Farroupilha é considerada pela historiografia uma grande guerra contra o Império brasileiro, entre 1835 e 1845. Tentava-se proporcionar a província, uma total autonomia, com a proclamação da República, a elaboração de uma constituição e a criação de símbolos específicos como bandeira, hino e identidade regional, apropriando um caráter agregador com o objetivo de fazer o Brasil aderir à sua proposta de federação. (PESAVENTO: 2003) Foi e ainda é o grande marco da história rio-grandense e também teve garantida a sua entrada para os currículos escolares de História do Brasil, na literatura gaúcha, no discurso político e nos tão difundidos centros de Tradições. (PESAVENTO: 2003)

A soberania era tamanha que o território concedia cidadanias e tratava os brasileiros de províncias como estrangeiros. Porém, a Revolução Farroupilha ficou marcada na história com muitas controvérsias. Alguns debates surgiram ao longo da história, em particular entre os marxistas do século XX, questionando o caráter republicano da província, o seu movimento separatista ou federalista como também suas faces epopeica e heroica escrita na história por contemporâneos do movimento farroupilha. Criticou-se também o posicionamento da oligarquia sulina de partidos durante a República Velha (1889-1930), que se consideravam “herdeiros da tradição de 35”⁷.

Moacyr Flores (1982) aponta que foram várias as ideologias vigentes na Europa no século XIX que guiaram os liberais rio-grandenses. Mas vale tomar cuidado, porque estes líderes se utilizavam de teorias que eram ressignificadas pelos seus próprios interesses.

A proximidade de Garibaldi com o povo não significava que era completamente complacente com tudo que ali se compartilhava, falava em suas memórias que ficava horrorizado pela falta de disciplina dos rebeldes e pelo comportamento aos seus olhos, selvagem.

Vimos então que existiu de alguma forma uma aproximação entre as ideias dos dois lados do mundo. Com isso seria possível então aproximá-los da questão de continuidade da História e das relações de vários países. Ou seja, tiraríamos aquela ideia

⁷ Sandra J. Pesavento em "*A revolução Farroupilha*", p.10.

de uma história cronológica, aonde um fato que aconteceu do outro lado do mundo não interferiria e não interfere na sua própria história.

Devemos também tomar cuidado com o fato de Giuseppe Garibaldi⁸ ter sido definido por companheiros, biógrafos e por diversas pessoas de sua época e, posteriormente, por vários adjetivos. As representações extremas o apresentavam com a imagem do herói⁹ ao estuproador¹⁰, do carinhoso¹¹ ao pirata matador e interesseiro, e também como sonhador e ingênuo¹². São muitos os estudiosos que se interessaram por este personagem e, portanto, são muitas as interpretações. Desmitificar o personagem é importante para não cairmos em uma história de heróis. Tal história não levaria nossos alunos à reflexão.

São tantos os modos de se guiar uma discussão através uma biografia ou autobiografia. E não é porque são alunos do Ensino Básico que não podemos questioná-los de todos os pontos citados acima. Deve-se adequar os questionamentos para seu momento, ouvir os alunos e pontuar a discussão.

A (auto)biografia se torna até um exemplo, mesmo que aqui não se esteja sugerindo a história tradicional de heróis, modelo dos modelos. Ela se torna um exemplo porque além de fatos trás questionamentos, trás emoções e principalmente trás reflexões, incrementando assim o lado pedagógico e didático. Essas reflexões formam alunos mais críticos e conscientes do seu papel no cenário em que se encontram, em um mundo globalizado de sujeitos e identidades fragmentárias, impermanentes.

⁸ Político militar revolucionário italiano, nascido em 1807 na cidade de Nice, hoje França. Considerava o mar sua segunda casa, por isso ingressou logo como mercante da marinha (oficialmente em 1832). Fez parte de grandes revoluções, entre estas a Revolução Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul, no Brasil. Teve uma vida comprometida com causas sociais e políticas de sua época. Foi ativo até sua morte em 1882, na cidadezinha de Caprera, Itália. (CARTA, Gianni. *Garibaldi na América do Sul: o mito do gaúcho*. São Paulo: Boitempo, 2013)

⁹ Seu primeiro biógrafo foi Giovanni Battista Cuneo (1809-1875), que lutou ao lado de Garibaldi na Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, foi Cuneo quem começou a construção da imagem de Garibaldi, definindo-o como herói. (CARTA, Gianni. *Garibaldi na América do Sul: o mito do gaúcho*. São Paulo: Boitempo, 2013) Há também Alexandre Dumas, o qual descreve Garibaldi como herói em "*Mémoires de Garibaldi*" (1860).

¹⁰ <http://archivio.siciliainformazioni.com/cultura-arte/ineditosvelato-il-mistero-delle-orecchie-di-garibaldi/>

¹¹ A imagem do "homem carinhoso" está retratada no livro de sua filha Clélia Garibaldi "*Mio padre*" (1948).

¹² Assim foi definido por Antonio Pagano em "*Chi era veramente l'avventuriero dei due mondi*" - <http://www.brigantaggio.net/brigantaggio/personaggi/Garibaldi02.htm>

Referências Bibliográficas

- BORDONAL, Guilherme C.; GIANNATTASIO, Gabriel. Uma pós-modernidade trágica: a historiografia para além da verdade e da mentira. In: GIANNATTASIO, Gabriel; IVANO, Rogerio (Orgs.). **Epistemologia da História: verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade**. Londrina: EDUEL, 2013. p.13-46.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.
- DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- DUMAS, Alexandre. **Memorie di Giuseppe Garibaldi**. Milano: Tipografia di Alessandro Lombardi - prima versione di L. E. Tettoni, 1860. v.1-2.
- FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2 ed., 1982. p. 208.
- GARIBALDI, Giuseppe. **Memorie Autobiografiche**. Firenze: G. Barbera, 1888.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 167-182.
- PESAVENTO, Sandra J. **A revolução farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PIMENTA, Selma Garrido. Estágio: diferentes concepções. In: **Estágio e docência**. (Org.) _____; LIMA, Maria Socorro Lucena. São Paulo: Cortez, 2004. P.33-57.
- PIMENTA, Selma Garrido. Por que o estagio para quem já exerce o magistério: uma proposta de formação continua. In: **Estágio e docência**. (Org.) _____; LIMA, Maria Socorro Lucena. São Paulo: Cortez, 2004. P. 125-156.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RESENTHAL, Gabriele. A estrutura e a Gestalt das autobiografias e as suas consequências metodológicas. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Ed. 7°. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 193 – 200.
- REVEL, Jacques Prefácio: a história ao Rés-do-Chão. In: LEVI, Giovanni (Org.) **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XII**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. p. 07-37.

“VILA DOS NORDESTINOS”: TRAJETÓRIAS, NARRATIVAS E MEMÓRIAS DE MIGRANTES NORDESTINOS EM CALDAS NOVAS-GOIÁS¹³

Lucimaura Alves de Oliveira Graduanda do Curso de História- Universidade Estadual de Goiás-Campus Morrinhos

Resumo: As inovações operadas na historiografia registraram mudanças significativas, possibilitando-nos novas abordagens e novas fontes históricas. Nesta nova historiografia surge a possibilidade de trabalhar com a fonte oral, que nos permite utilizar relatos individuais e a desvendar as trajetórias de vida registradas através da memória. Nesta perspectiva, é utilizado neste trabalho enquanto arcabouço documental as memórias de migrantes oriundos do Nordeste brasileiro residentes em Caldas Novas-Goiás. Neste trabalho, não são as explicações estruturais que protagonizam o processo migratório, visto que, acreditamos que estas nos contam parcelas insuficientes deste movimento. Aqui, é atribuído relevo ao sujeito como construtor da história. Histórias de homens e mulheres “comuns” que permite-nos descobrir o processo migratório enquanto movimento de práticas, experiências (vivas ou imaginárias), valores, sentidos, lembranças e significados heterogêneos para cada sujeito.

Palavras-chave: Migração – Sujeito – Oralidade

Nova historiografia: novas fontes, novos sujeitos, novas abordagens

As pessoas sempre relataram suas histórias em conversas. Em todos os tempos, a história tem sido transmitida de boca em boca. Pais para filhos, mães para filhas, avós para netos; os anciãos do povoado para geração mais nova, mexeriqueiros para ouvidos ávidos; todos, a seu modo, contam sobre acontecimentos do passado, os interpretam, dão-lhes significado, mantêm viva a memória coletiva. Mesmo na nossa época de alfabetização generalizada e de grande penetração dos meios de comunicação “a real e secreta história da humanidade” é contada em conversas e, a maioria das pessoas ainda forma seu entendimento básico do próprio passado, por meio de conversas com outros. (Ronald Grele, 1995).

Até o século XIX a história oral teve pouca credibilidade, acentuaram sobre esta metodologia aspectos negativos, dando pouco confiabilidade as *falas*. O testemunho oral mostrava-se, evidentemente, uma fonte inadequada sendo utilizada apenas como último recurso, e mesmo assim, teria que ser utilizado com muita cautela.

¹³ O presente artigo faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso que será apresentado para a Graduação em Licenciatura plena em História pela Universidade Estadual de Goiás-Campus Morrinhos.

Isso porque, os depoimentos partem da subjetividade dos indivíduos, da memória, dos sentimentos distintos, por isso poderiam ser um tanto ilusórios, distanciando assim da verdade almejada na história.

Destarte, em 1929 houve uma contribuição para a mudança desse enfoque para as fontes orais. Foi o movimento iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre, com o lançamento da revista *Annales* que colaborou para a construção da história enquanto ciência, e na renovação dos seus estudos. Vejamos a seguir as diretrizes do “grupo Annales” apresentadas por Peter Burke (1981):

- 1) a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema;
- 2) história de todas as atividades humanas e não apenas da história política;
- 3) colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística e a antropologia social.
- 4) introdução de diversos aspectos da vida social nos estudos da história: “a vida diária”, o povo e as coisas, “coisas que a humanidade produz ou consome”, alimentos, vestuário, habitação, ferramentas, moeda, cidades, trabalhadas por Febvre; a “civilização material” e as representações coletivas de Braudel; história sócio-cultural por Emmanuel Le Roy Ladurie, Jacques Le Goff, Georges Duby;
- 5) ênfase na história econômica, demográfica e social, salientando os aspectos sociais por meio de estudos regionais, coletivos e comparativos em detrimento do episódico e individual;
- 6) descoberta e utilização de novas fontes: tradição oral e vestígios arqueológicos.

Desta maneira, esta nova fase da historiografia inovou a história no que diz respeito aos seus métodos, conceitos e abordagens, construindo uma nova face para a história. Pois, como afirma Febvre:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”. (FEBVRE, 1989: 249).

Nesta perspectiva, acreditamos que a história oral, os testemunhos, nos permite uma documentação de pontos de vista diferentes, relatos de distintas experiências. A realização de depoimentos pessoais nos permite captar, a partir das reminiscências, o que as pessoas vivenciaram e experimentaram. Desta maneira, neste trabalho utilizamos

a metodologia da fonte oral, uma vez que, acreditamos que os indivíduos são capazes de re(produzir) sua trajetória de vida, além de nos possibilitar o conhecimento de distintas “versões” acerca do movimento migratório. Acrescentamos que a utilização da fonte oral neste trabalho é pertinente também porque temos a possibilidade de resgatar o indivíduo como um sujeito histórico, visto que, os indivíduos são os elementos fundamentais para a compreensão da vida humana.

Migração e o sujeito

A maioria dos estudos a respeito de movimentos migratórios possuem uma questão incomum, descobrir as motivações que levam os indivíduos a se mudarem. Todavia, percebe-se, que estas abordagens em sua maioria apresentam para este movimento apenas o caráter demográfico, apresentam como fator principal ou único da mudança as questões econômicas, e para explicar as motivações deste processo apresentam as características das regiões de origem e destino dos fluxos, ou seja, os fatores de expulsão e de atração. Descrevem o movimento migratório como um processo de mobilidade geográfica de trabalhadores, a migração é vista como deslocamentos de grupos humanos para áreas que o sistema produtivo apresenta melhores oportunidades de emprego.

Todavia, acreditamos que o movimento migratório em sua definição encontra-se imbricado a mudanças sociais e culturais. Desta maneira, tange ao migrante o papel analítico deste fenômeno. Assim, neste trabalho apresentaremos o migrante como um sujeito ativo na migração, o qual é formado por um acúmulo de necessidades, desejos, expectativas, ambições e esperanças. “O sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos” (CHARLOT, 2000).

O migrante é um ser social, possui crenças, valores, cultura, relações familiares, e por isso, acreditamos que estes possuem condições plenas de aduzir a trajetória histórica a qual estão inseridos e de que maneira a interpreta.

Ponderamos que o estudo de questões migratórias envolva uma serie de sentidos e significados particulares para cada sujeito. Por isso, atribuímos relevo as capacidades individuais de ação, visto que, o processo migratório não envolve apenas um pólo de atração e outro de expulsão, este, se desenvolve em um contexto social, que

tem como protagonista o sujeito migrante. Assim, graças a nova historiografia podemos discutir a presença de migrantes nordestinos em Caldas Novas-Goiás a partir das narrativas dos próprios sujeitos. Os migrantes, narram suas trajetórias em destino a esta região e através da memória relembram e relatam como ocorreu o processo de deslocamento, a busca por moradia, trabalho, educação e aceitação social.

Caldas Novas-Go no contexto da migração

Ao apresentar as narrativas destes migrantes é pertinente apresentar Caldas Novas enquanto o local receptor destes sujeitos. A cidade de Caldas Novas (GO) foi fundada em 21 de outubro de 1911, atualmente é o município conhecido por ser a maior estância hidrotermal do mundo, possuindo como principal fonte de renda o turismo, é formado por um ambiente cercado de uma ampla rede de hotéis, pousadas e clubes, que se desenvolveu com maior intensidade a partir dos anos de 1970, se estabilizando principalmente entre os anos de 1980 e 1990.

Desde o descobrimento das águas quentes, em 1777, pessoas de diversas procedências, acreditando na capacidade curativa das mesmas, buscam a região de Caldas Novas, muitas ali fixando residência, o que contribuiu para a divulgação do valor terapêutico dessas águas. Entretanto, constituiu-se o município apenas em 21 de outubro de 1911 e o primeiro balneário público foi construído somente em 1920. [...] Caldas Novas apresenta grandes belezas naturais. Encravado em uma região rica em jazidas minerais, o município, através de políticas espaciais, conseguiu transformar seus mananciais hidrotermais em base para a estruturação de uma cidade para o turismo de lazer. (BORGES, 2005: 15).

Segundo estudos acerca da história da cidade, Caldas Novas possui águas que brotam do chão em uma temperatura que variam de 20° a 60°. De início, a cidade foi divulgada graças as propriedades terapêuticas que essas águas forneciam, pessoas de vários cantos do país e do mundo com problemas crônicos partiam em direção a cidade em busca de tratamento de saúde, através do banho nas águas quentes ou mesmo ingerindo a água. Estas propriedades terapêuticas foram descobertas em 1722, por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, até então a região da atual Caldas Novas fazia parte das propriedades da região de Santa Cruz, no sertão goiano. Segundo os estudiosos, as águas quentes que brotam na cidade é fruto de um vulcão, hoje extinto, que existiu neste território a centenas de anos, hoje, a cratera do vulcão seria onde se localiza a Serra de Caldas, um dos principais pontos turísticos da cidade.

O projeto de tornar a cidade em atração turística foi desenvolvido pelos irmãos Coimbra Bueno, a partir de 1970, que resultou nas construções do espaço urbano que existe hoje. Segundo Oliveira (2005) Caldas Novas passou a ser povoado no fim do século XVIII, sendo a mineração e agropecuária predominante do final do século XVIII até o início do XIX. E a partir deste período predomina o turismo da saúde e posteriormente o do lazer. Foi mais precisamente, a partir da segunda metade do século XX que a cidade começa a receber turistas em busca de lazer.

Conseqüentemente com o turismo da cidade, surge a absorção de capital e a atração da mão de obra de trabalhadores oriundos de outras áreas do país, principalmente do Nordeste brasileiro. Foram a partir de 1990 que ocorreu o maior fluxo de migrantes nordestinos para a cidade, isso porque, foi o período em que a cidade passou por transformações urbanas. Ocorria em Caldas Novas uma transformação em função do turismo, construções de hotéis, clubes, pousadas, como também era necessário a mão de obra para exercer distintos cargos nestas novas empresas, foi neste período também que construiu a usina hidrelétrica da cidade. “Segundo o IBGE até 1989 a cidade contava com 350 empresas; de 1990 a 2000 foram criadas 1.313 novas unidades empresariais de vários ramos de atividade, quase quatro vezes o número de empresas existente na década anterior”. (OLIVEIRA, 2005).

De acordo com os dados do IBGE o município de Caldas Novas teve um acelerado crescimento populacional, principalmente de 1990 a 2010, a população neste período praticamente representa o dobro da década anterior (**1980**= 9.800 moradores, **1991**= 24.159 moradores, **2000**= 49.660 moradores, **2010**= 70.473 moradores). De acordo com os censos demográficos, em 1996, Caldas Novas é considerada a segunda cidade que mais cresceu no Brasil, neste período, a população aumentou uma taxa de 20,8% ao ano.

Desta maneira, podemos relacionar este crescimento populacional com a chegada de imigrantes na cidade, pois, devido ao crescimento econômico baseado no turismo, Caldas Novas tornou-se um polo de atração para imigrantes de várias áreas do país, e em grande parte do Nordeste. Os censos do ano de 2010 norteiam-nos sobre a presença de imigrantes na cidade. Em 2010, a população residente em Caldas Novas por local de nascimento é a seguinte; **Centro Oeste**= 47.646, **Nordeste**= 12.430, **Norte**= 1.731, **Sudeste**= 7.451, **Sul**= 541.

Assim, a partir dos dados fornecidos pelo IBGE podemos perceber que no ano de 2010 quase 20% da população residente em Caldas novas é de origem nordestina, acreditamos ser necessário evidenciar que a maioria desta população chegou na cidade na década anterior, visto que, no período da pesquisa censitária, em 2010, a maioria da população residia na cidade a mais de cinco anos. Salientamos também que este total de 12.430 nordestinos estão divididos entre; 6.265 sendo do sexo masculino e 6.115 do sexo feminino. (IBGE, censo demográfico/2010).

“Vila dos nordestinos”: Enredos e tramas dos sujeitos desta história

O acelerado crescimento populacional de Caldas Novas a partir de 1990 trouxe transformações para a cidade em inúmeros setores. O aumento demográfico de uma determinada região causa transformações em sua estrutura e conseqüentemente gera desafios, afinal, atender as necessidades de um grande número de população exige planejamento. Desta maneira, começou a ocorrer requerimentos diante da prefeitura sobre a necessidade de ofertas de casas populares em Caldas Novas, pois, os alojamentos eram insuficientes para abrigar os trabalhadores e suas famílias que chegavam a cidade.

O Bairro Parque das Brisas, ou a Vila dos Nordestinos como é conhecido popularmente, surgiu destas reivindicações dos migrantes diante da prefeitura. Apesar da cidade empregar grande mão de obra, os salários eram relativamente baixos e a população não tinham condições de pagar o aluguel. Em um estudo realizado por Lúcia Vanir Alves de Oliveira em 2005 acerca da formação e urbanização de Caldas Novas, ela enfatiza o surgimento do bairro Parque das Brisas. Oliveira (2005) escreve que em 1996 houve a formação de uma associação dos nordestinos, que exigiam da prefeitura, na atual gestão do Prefeito José de Araújo Lima um loteamento para a construção de moradias para os nordestinos, pois, não tinham condições de pagar o aluguel.

O espaço, hoje denominado Parque das Brisas foi doado aos migrantes em agosto de 1996, segundo os moradores, após ameaças por parte dos migrantes de invadir a área, visto que a atual gestão da cidade se recusava a abrigá-los. Os próprios nordestinos construíram suas casas, a princípio, enfatizam que apenas “ajeitaram uma lona” e posteriormente iam construindo aos poucos suas residências. Oliveira (2005) escreve “construíam aos domingos, nos dias de folga”.

As casas que atualmente compõe o cenário do bairro Parque das Brisas são variadas, permeiam desde algumas casas grandes e muradas, visto que, atualmente no bairro existe pessoas que não são nordestinas morando. No entanto, a maioria das casas são pequenas, não são construídas em lotes separados, são uma ao lado da outra, não possuem quintal, nem muros, os espaços entre a rua e as casas são sutis, facilitando a aproximação entre a vizinhança. Existem ainda barracões improvisados, que os moradores esperam uma oportunidade para poder construir sua residência.

O comércio do bairro é exercido pelos próprios moradores, os dois maiores é um supermercado que recebe o nome de Supermercado Ceará e uma mercearia nomeada de Mercearia Nordestina. Nestes pontos de comércio, além do próprio nome que apresenta um caráter nordestino, podemos encontrar alimentos e utensílios que remetem ao Nordeste brasileiro. Segundo Almir Ferreira (38 anos) migrante e proprietário da Mercearia Nordestina, na Mercearia é possível encontrar farinha de puba, óleo do coco babaçu, coentro em grãos, requeijão, folha de louro, amendoim, entre outros alimentos de origem nordestina. De acordo com Almir, os moradores do Parque das Brisas constantemente estão à procura destes alimentos, pois é uma maneira de “matar a saudade” de suas cidades de origem. Desse modo, ele recebe mensalmente essa mercadoria que vem diretamente do Nordeste para sua Mercearia, e na maioria das vezes chegam a partir de encomendas.

Os migrantes como protagonistas da migração

De início, foi apenas uma parcela de nordestinos que chegou em Caldas Novas, principalmente homens, muitos vieram na década de 1990 agenciados pela Odebrecht para trabalhar na construção civil, e posteriormente a presença dos nordestinos ficou mais volumosa, uma vez que, os familiares destes primeiros migrantes vieram morar na cidade também. Assim, caracterizamos que a migração de nordestinos para Caldas Novas pode ser definida como uma migração familiar, visto que, mesmo que alguns migrantes vieram sozinhos no início, já tinham a intenção de após se efetivar na cidade trazer a família. Nas palavras do Sr. Gonçalves “*a falta do apoio da minha gente aqui na cidade foi grande, era muito difícil ter a mulher e os filhos longe, eu trabalhei aqui sozinho e em um ano mandei dinheiro pra eles vim*”.

Oliveira (2005) apud Cyntia Andersen Sarti (1996) escreve a respeito da importância da família para as pessoas pobres. Enfatiza que diante das privações que os

pobres vivem (moradia, alimentação, saúde, educação), diante da falta de apoio do poder público para as necessidades básicas de sobrevivência, restam a essas pessoas apenas a família. Para esses indivíduos, cujas vidas são repletas de necessidades, não existe outras instituições que realize de modo eficaz um motivo para se manter vivo além da família.

Neste sentido, vieram para a cidade não apenas a procura de uma melhoria de vida individual, mas sim familiar, e mesmo residindo na cidade a alguns anos, os migrantes em nenhum momento deixam de mencionar os familiares e amigos que ficaram para trás.

Todos os entrevistados, relatam que se sentem muito bem morando na cidade, isso porque, já residem em Caldas Novas a um longo tempo, já estão acostumados com os hábitos e o ritmo da cidade. Enfatizam também que a moradia na cidade é satisfatória porque adquiriram objetos que provavelmente não teriam condições de ter no Nordeste. Na concepção dos migrantes vieram para Caldas Novas devido as extremas dificuldades existentes no Nordeste, e a mudança foi vista e segundo eles efetivada porque em Caldas Novas eles conseguiram “comprar tudo” que não tinham no Nordeste, esses objetos mencionados pelos migrantes variam desde televisão, aparelhos telefônicos, motocicletas, automóveis, geladeiras e até mesmo uma alimentação de qualidade. A Sr. Valéria relembra dos seus desejos de infância que foram realizados em Caldas Novas:

Eu morria de vontade de ter televisão, e lá onde a gente morava (Senhor do Bonfim) eram poucas pessoas que tinha, era só os ricos, aí eu e meus irmãos ia escondido da minha mãe ver televisão na casa de uma vizinha que tinha, e eu achava tudo tão bonito, era meu sonho ter uma. E agora eu fico feliz de morar aqui porque tudo que eu não tive quando era criança meu filho tem, não falta nada pro meu filho, e se agente morasse lá (Senhor do Bonfim) eu acho que meu filho não teria nada, porque a vida lá é difícil viu. (VALÉRIA, Caldas Novas/2015).

Apesar de considerarmos que a população residente no bairro Parque das Brisas apresenta as características de uma população periférica, os migrantes relatam que houve um aumento no padrão de vida com a migração. Uma das diferenças que os migrantes apresenta como resultado da migração são os hábitos alimentares. O migrante Jacir Antônio relata que em Codó no Maranhão a alimentação é muito precária, enfatiza, por exemplo, o consumo da carne, considerada de alto valor, que é de mais fácil consumo em Caldas Novas.

Lá no Maranhão a gente comia carne só nos fim de semana, e as vezes nem tinha. Durante a semana era só o arroz mesmo bem temperadinho com uma cebola. Aqui a gente tem condição até de comer melhor, aqui a gente não é rico, não tem tudo em casa não, mais as coisas que a gente precisa mesmo pra viver a gente tem, nunca falta. (JACIR, CALDAS NOVAS, 2015).

Quando perguntados se voltariam ao seu local de origem nenhum entrevistado disse que sim, os discursos apontam para os mesmos eixos. Os migrantes disseram que voltariam a passeio, e todos relembram de parentes e amigos que ficaram para trás, enfatizam que sentem saudades dos que ficaram, saudade de sua terra, saudade da comida, das festas, dos costumes. O seu lugar de origem é cheio de sentidos, lembranças e por isso queriam voltar. A Sra. Suely relembra as amizades que tinha no Nordeste, e enfatiza que essa foi uma das maiores dificuldades de inserção na cidade, relata que onde morava (Codó) as pessoas são mais amigas, acolhedoras, se preocupam com os outros, e em Caldas Novas é cada um por si. Entretanto, não é possível viver com qualidade no Nordeste, por isso preferem ficar em Caldas Novas. A Sra. Valéria enfatiza que quando uma pessoa vem para Caldas Novas enxerga “outro mundo” e que esse novo mundo é muito melhor, nas palavras da Sra. Valéria:

Morando aqui parece que a gente vê que lá ainda é pior do que quando morava lá, porque aqui a gente sabe como é bom ganhar bem, comprar as coisas, ajeitar a casa do jeito que a gente quer, então viver lá parece impossível, hoje eu não entendo como sobrevivia lá, e nem como aquele povo mora lá. (VALÉRIA, CALDAS NOVAS, 2015).

Segundo a entrevistada, enquanto o indivíduo mora no Nordeste é ruim, mas ele está acostumado, assim não sofre tanto. Todavia, quando este indivíduo migra e conhece este “novo mundo” ele não quer mais voltar, ele aumenta suas ambições e a cada dia possui desejos de aumentar o padrão de vida. Ao referir-se aos que ficaram no Nordeste, a entrevistada expressa uma forma de preconceito com suas próprias origens, pois para ela, eles não possuem ambições, não procuram uma maneira de melhoria de vida, estão conformados, e por isso vivem sob o abandono e privação

Vieira (2003) enfatiza que para muitos migrantes, o sucesso em uma nova sociedade implica “quebrar com as fronteiras estreitas do lugar de partida” p.05. Uma melhoria de vida em uma nova sociedade significa começar a pensar em uma nova cultura, em novos costumes, significa deixar para trás sua primeira identidade e criar outra, significa ser alguém que já não é mais o que um dia se foi. A migrante Valéria é o que Vieira (2003) denomina de *migranteoblato*, uma migrante que aceita e idealiza a

cultura da cidade que reside, e evita sua cultura de origem, pois não quer viver novamente sob aquelas condições de antes.

É perceptível que o movimento migratório cria aspirações e ambições nos indivíduos, todavia, migrar não significou deixar de ser pobre, mas sim como relata a Sra. Valéria “*comparado a vida da Bahia, aqui a gente tem vida quase de rico*”. Migrar significou ter acesso a bens de consumo que provavelmente não teriam em suas cidades de origem, significou realizar sonhos e satisfazer desejos.

Por conseguinte, quando perguntados se sofreram preconceito por serem nordestinos, percebemos um certo constrangimento por parte dos entrevistados. De início, respondem que não, entretanto, logo depois vem os discursos que as vezes sim. Todavia, parece-nos que os migrantes nordestinos não encaram o preconceito a eles estabelecidos como uma discriminação, não criaram o aspecto de “vitima” diante da submissão a outros grupos sociais. Entretanto, é do conhecimento deles os conceitos pejorativos que “costumam” definir os nordestinos, relatam que “*todo mundo fala que eles são bandidos, bagunceiros e violentos*”. Os migrantes se dizem conscientes de que a imagem de nordestino no Brasil está associada a pobreza e a ignorância. Pode-se evidenciar esse caráter destinado ao nordestino, uma vez que, o bairro Parque das Brisas é conhecido popularmente em Caldas Novas como “lugar perigoso” apesar de não ser o maior local de criminalidade da cidade.

Fontes (2002) escreve a respeito dessa identidade “criada” ou “imaginaria” que acompanha os nordestinos no Brasil. Afirma que os nordestinos são caracterizados como grosseiros e rudes. E tal visão foi disseminada pelo Brasil por uma ampla gama de setores sociais. “A imagem do Nordeste esteve associada a seca, ao flagelo, a fome e a miséria. Associada a violência de Lampião ou as mazelas trazidas pela seca através dos ritmos de Luiz Gonzaga. “ (FONTES, 2002: p.255).

Em contrapartida, a Sra. Valéria relata que o “problema” não é apenas ser nordestino e sim ser nordestino pobre. Enfatiza que um dos motivos do preconceito pode não ser a origem, mas sim a condição financeira. Ela relembra nomes de pessoas com boa situação financeira e que são nordestinas, mas não são discriminadas.

A Sr. Valéria relata que é de costume escutar que os moradores do Bairro Parque das Brisas são “briguentos”, “valentões” e que “não levam desaforo para casa”, afirma que são descritos desta maneira pois os nordestinos “*tem pavio curto*”.

Se por um lado percebe-se que os migrantes se sentem “condenados” por esses estereótipos a eles estabelecidos, por outro, percebe-se que este é um atributo bastante valorizado por alguns migrantes. Valentia e coragem são componentes enraizados a alguns moradores do bairro Parque das Brisas. De acordo com o Sr. Joaquim Dias é a definição de “*cabra macho*” que impõe respeito a eles. Enfatiza que em uma região desconhecida como era Caldas Novas quando ele chegou a mais de 20 anos era importante impor respeito consigo e com seus semelhantes. E devido a “fama” de valente que os nordestinos tinham “*ninguém chegava perto, ninguém caçava confusão*”.

A Sr. Valéria afirma que foram os próprios nordestinos com esses comportamentos que fizeram as pessoas “*terem medo deles*”. Afirma que o esposo assim como o pai que também são nordestinos, sentem orgulho em serem reconhecidos como “valentões” e que em caldas Novas “*a vida é calma*” pois em Senhor do Bomfim sua cidade natal no Estado da Bahia era uma “*guerra viva*”. Enfatiza ainda que quando criança era costume os mais velhos da família ensinar as crianças a brigarem, pois assim, saberiam se defender.

Para alguns migrantes a violência é mantida como um aspecto cultural, foram “ensinados” e por isso sentem “orgulho”, pois esta seria uma das características que os definem, que os diferencia dos demais.

Como contraponto a essa ideia de nordestino violento, a migrante Suely destaca características do nordestino que segundo ela “*prova que o nordestino não é gente ruim*”. Suely relata:

Os nordestinos são pessoas muito acolhedoras, são amigas. Quando você precisa de alguma coisa eles estão sempre prontos pra te ajudar. Eles não importa se você é parente não. Estão sempre prontas a te ajudar. São solidárias. Dividem o pouco que tem. São os que mais tem coragem de trabalhar, mesmo com tanto sofrimento, construíram o Brasil a fora. (SUELY, CALDAS NOVAS, 2015).

É evidente que o preconceito é um ato que norteia os nordestinos. É fato também que assim como existe o conceito de “nordestinos” existe também entre eles o conceito de “goiano”. O Sr. Almir Ferreira afirma que assim como são os alvos de preconceito para os goianos, os goianos também são os deles. Entretanto, diz não levar a sério a maneira que ambos se definem, pois, para ele, são apenas brincadeiras. O Sr. Joaquim diz que quando chegou em Caldas Novas buscava “enturmar” com outros nordestinos, “*que não é que não gostava dos goianos, mas era sempre melhor ficar com*

um pé atrás”, diz ainda *“não dá pra confiar em pessoas que a gente não conhece, que não faz parte do nosso mundo”*. A partir deste relato percebe-se os laços de pertencimento com o local de origem do migrante. O seu mundo seria o Nordeste. E fazer parte do seu mundo, significa viver as mesmas histórias, possuir um passado incomum.

O Sr. Joaquim Dias atribui as construções e o desenvolvimento do turismo em Caldas Novas aos nordestinos que moram na cidade. Enfatiza que o *“serviço pesado”* quem fez foi somente os nordestinos, pois, *“os goianos não têm coragem de fazer serviço pesado”*. Evidenciamos então a maneira pela qual parte dos nordestinos definem os goianos. Na concepção do Sr. Joaquim Dias os goianos não fazem os serviços *“pesados”* da cidade, ou seja, os serviços das construções civis, e por isso, vieram do Nordeste, para trabalhar no lugar dos goianos.

O discurso de muitos nordestinos rebate o imaginário repleto de deficiências a eles estabelecidos, valorizando sua capacidade de trabalho. Apropriam-se da ideia de progresso para evidenciar sua relevância para a cidade. Atribuem o progresso de Caldas Novas ao trabalho e a força do homem nordestino, e para isso, rebaixam a disposição para o trabalho dos nativos da cidade.

Quando perguntado se os nordestinos também não seriam preconceituosos com os goianos, o Sr. Joaquim Dias diz que *“preconceito existe em todos os lugares, e cada um busca defender sua terra, seu povo, e o que não pode é levar tudo “a ferro e fogo” pois só traria briga”*. Todavia, percebe-se que o preconceito estabelecido por ambas as partes corrobora em *“níveis”* distintos. Uma vez que, ser nordestino na maioria das vezes é visto como *“um problema”*, enquanto ser goiano é visto pelos migrantes como *“vantagem”*, visto que, a imagem do nordestino foi construída pelo estigma de inferioridade tanto intelectual quanto moral.

Para a Sr. Valéria *“não tem como ser preconceituosa, ou tentar ofender os goianos, eles nunca foram piores que a gente”*. Assim, percebe-se a consciência da entrevistada de que na história do Brasil, a região Centro-oeste não apresenta condições socioeconômicas inferiores ao Nordeste, por isso, os goianos não seriam os *“alvos”* da discriminação.

Por conseguinte, percebe-se que a maioria dos entrevistados apresentaram características que nos levam a entender que se *“conformam”* com as submissões

referentes aos nordestinos, pois, em suas concepções eles são “os diferentes”, e que desta maneira não poderiam ser tratados igualmente aos goianos, assim, os migrantes demonstram o sentimento de serem “os estrangeiros”, “os de fora”. Os migrantes retratam a sensação de estrangeiridade na cidade de Caldas Novas, todavia, dizem estar adaptados à cidade.

Considerações finais

Através das entrevistas pode-se perceber que a migração foi a consolidação de projetos de vida individuais e familiares. Consideramos que a migração foi uma estratégia de sobrevivência, procuraram uma vida melhor, visto que, viam no Nordeste o esgotamento das possibilidades de conquistar uma condição de vida melhor, de adquirir bens de consumo, enquanto em Caldas Novas enxergaram uma perspectiva de vida, com melhores salários e também melhores condições de sobrevivência.

Nesta análise, foi possível perceber também que muitos aspectos culturais do Nordeste são mantidos, como também alguns foram extintos ou mesmo adaptados. O modo de falar, o sotaque do nordestino, é o que é mais perceptível de herança cultural, os migrantes revelam que na preparação de alimentos ainda mantem muitos hábitos do Nordeste, como também nas músicas.

Ao contar suas histórias, bem como, a efetivação na cidade, demonstram dificuldades principalmente nos primeiros meses, e sem dúvida, a palavra mais mencionada quando se referem ao Nordeste é a *saudade* tanto do local, como das pessoas. Migrar significou desgarrar de sua história de vida. Para quem migra o caminho é tecido por novas experiências, novos encontros. Assim, a migração para caldas Novas representou um caminho cheio de incertezas, inseguranças e estranhamento, mas também, um caminho movido por sonhos, esperanças, desejos e ambições.

Através do método da história oral utilizada neste trabalho, deparamo-nos com diferentes diálogos. As entrevistas possibilitaram-nos compreender o movimento migratório a partir de uma multiplicidade de pontos de vistas e vivências. Descobrimos aspectos individuais de distintos sujeitos, e ao mesmo tempo descobrimos articulações coletivas a partir da memória destes migrantes, pois, a medida em que estes sujeitos contam suas histórias, esta mostra-se em volta de um contexto sócio histórico.

Evidenciamos que os discursos destes indivíduos assumem diferentes formas. Percebemos a subjetividade, como também a memória destes migrantes como um processo ativo de significações. Significações que surgem de acordo com o retrato que os próprios indivíduos fazem de suas trajetórias de vida.

Neste sentido, adentramos no mundo destes migrantes e a partir de cada narrativa, cada enredo, conhecemos sonhos, desejos de infância, necessidades, que estes indivíduos buscaram suprir em Caldas Novas. Através da memória, estes migrantes relataram casos de infância, lembraram das casas, do ambiente familiar. Encontramos diversas manifestações, diversas expressões de sonhos, que talvez nunca chegue a serem realizados, todavia, é algo que é guardado e cultivado como uma maneira de amparo a todas as incertezas e dificuldades encontradas.

Estes sujeitos levou-nos a diversas direções, traçaram caminhos entre o passado e o presente. Sujeitos que ao abrir suas portas, abriram também suas marcas, permitiram-nos que histórias do passado fossem reveladas. Evidenciando suas experiências e sua coragem ao decidirem buscar uma maneira de vida melhor mesmo que em terras longínquas e desconhecidas.

Referências Bibliográficas

BORGES, Olinda Mendes. Caldas Novas (GO): turismo e fragmentação sócio-espacial (1970-2005). Dissertação de Mestrado – UFU, 2005.

BURKE, Peter. Hibridismo cultural. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

CHARLOT, Bernard (2000). Da Relação com o Saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed.

FEBVRE, Lucien. Combates pela história. Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FONTES, Paulo. Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais, São Miguel Paulista (1945/1966). Dissertação de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

GRELE, Ronald J. Envelopes of sound: the art of Oral History. Chicago: Precedent Publishing, 1995. (trad.) Marieta de Moraes Ferreira.

JANNUZZI e OLIVEIRA. Motivos para migração no Brasil: padrões etários, por sexo e origem/destino. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu MG-Brasil, de 20- 24 de setembro de 2004.

OLIVEIRA, Lucia Vanir Alves. O migrante nordestino, a cultura e a formação do território de Caldas Novas/Go. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

VIEIRA, Ricardo. Reconfigurações identitárias de imigrantes brasileiros em Portugal. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia realizada entre os dias 01 e 04 de junho, 2003, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 18

RELIGIÃO E PODER: AS INTERFACES DA RELIGIÃO COM O CAMPO DO PODER

Coordenadores:

Me. Rodrigo Augusto Leão Camilo (Doutorando UFG)

Elisa Signates Cintra de Freitas (Mestranda UFG)

Este Simpósio Temático tem o intuito de debater as influências ativas e passivas que o fenômeno religioso mantém com os centros de poder na sociedade. Deve-se valorizar a história que a religião mantém com os centro de poder, desde acontecimentos extremos como o holocausto nazista até a realidade brasileira, passando ela de uma religião oficial a partir de sua vertente da Igreja Católica, única tolerada desde a chegada dos portugueses ao Brasil, mas que, com a República, surgisse a instituição do estado laico no Brasil. Contudo, a separação entre Estado e Igreja no Brasil não se traduziu em uma contenção da influência da religião em nossa sociedade. O campo religioso brasileiro tornou-se plural e competitivo, com a diminuição dos que se declaram católicos e a ascensão de outras religiosidades – especialmente as pentecostais. A religião é partícipe ativa nos assuntos mais relevantes da sociedade, agindo – muitas vezes de forma negativa e polêmica – em temas da cultura, da biologia humana, da política, das questões sociais, entres outras. É nesse cenário que nosso GT está aberto a comunicações que versem sobre a história de continuidades e descontinuidades da relação da religião com as mais diversas esferas de poder da sociedade brasileira. De muita relevância são as temáticas que versem não apenas sobre a história das relações da religião com o poder, mas também debates contemporâneos e atuais que nos ofereçam elementos para pensar as continuidades e descontinuidades da história da religião.

Palavras-chave: religião – política – Estado – laicidade

MEMÓRIA E PODER: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CRISTÃ NOS LIVROS IV - VII DO *CONTRA OS ARIANOS* DE HILÁRIO DE POITIERS (SÉC. IV D.C)

Fernando D. Teodoro Moura
Universidade Federal de Goiás

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o processo de legitimação do poder imperial e os problemas das identidades de grupos cristãos no início século IV. Para isso, tentar-nos-emos entender, a partir do conceito de regime de memória bíblico, como a narrativa do Bispo Hilário de Poitiers tentou organizar tanto uma unidade político-religiosa entre as comunidades cristãs, quanto à legitimidade do poder do Imperador Constâncio II perante as comunidades cristãs ocidentais e orientais.

Palavras-chaves: memória – identidade – poder

Hilário nasceu no início do IV século, possivelmente entre 310-320¹, da era comum, em *Pictavium*, na Gália Aquitânia segunda², atual Poitiers, na França. De pais ricos e pagãos. Instruído segundo os princípios da Paideia greco-romana em Burdeu, na época centro intelectual, político e econômico de Aquitânia³ (Meslin, 1969: 20; Simonetti, 2002: 675-676). Sara Petri nos informa que:

sua primeira formação, de fato, foi fortemente ligada ao âmbito latino e particularmente ao pensamento estoico, enquanto em seguida, depois da temporada no Oriente, começa a se fazer sentir, em certa medida, a influência de Orígenes. Essa influência, de fato, é muito forte do ponto de vista exegético e poder-se-ia certamente lançar a hipótese de uma extensão também à reflexão filosófica, por isso, a temas de derivação estoica poderiam ligar-se outros elementos relacionados ao platonismo (Petri, 2012: 77).

¹ Para mais informações sobre a data da morte de Hilário ver: Roger Gazeau. *La data de la mort de Saint Hilaire* (1969).

² Para mais informações sobre o cristianismo na Gália consultar os três tomes da obra de Élie Griffé “La Gaule Chrétienne e l’époque romaine. 1965”.

³ O que produziu a hipótese de que Hilário deveria ter sido funcionário do Império, pois segundo Philippe Hene “*seu estilo tinha mais de jurista do que de poeta*” (Hene, 2006: 07)

O que conhecemos da biografia de Hilário advém principalmente de elementos que podemos concluir de seus escritos, principalmente os contidos no prólogo do *Contra os arianos* (I. 1-14). Mas também no *De Viris Illustribus (Os homens Ilustres)*, escrito por São Jerônimo, o qual faz a seguinte referência: “Hilário, bispo da cidade de Poitiers, na Aquitânia, exilado na Frígia pelo sínodo de Béziers por obra da facção de Saturnino, bispo de Arles, escreveu doze livros *Contra os arianos*” (Jerônimo. *Os homens ilustres*. 100. Apud: Petri 2011: 07). Outro que nos fornece evidências de Hilário é Venâncio Fortunato em sua *Vite dei Santi Ilario e Radegonda di Poitiers*, escrita no VI século, na qual nos afirma que Hilário foi casado e teve uma filha de nome Abram (*Vite dei Santi Ilario e Radegonda di Poitiers* I, 6) também no livro *Vida de San Martín* e as *Crônicas*, ambas escritas por Sulpício Severo (Doignon 1971, Henne, 2006, Petri, 2011).

Escrito em latim, o *Contra os arianos* está organizada em doze panfletos, constituída por pequenos capítulos, composta provavelmente em seu exílio no Oriente médio no período de 356-360⁴. Nosso foco específico é os livros IV ao VII, nos quais o autor afirma com maior precisão seu projeto político-religioso. Escritos em ambiente de exílio, estes livros possuem uma tipologia de caráter dogmático (*altercatio*, controvérsia) e retoma “o legado da tradição teológica ocidental, formada por Tertuliano e Novaciano, [...] atualizando-a, confrontando-a com as últimas aquisições da teologia grega” (Moreschini & Norelli, 2000: 328, Henne, 2006: 81).

Segundo Jean Doignon (1971: 85) os códices mais antigos que temos do *Contra os arianos* são os Vaticanus Basilicanus, o Parisinus Latinus que foi reintitulado de *Collectanea antiariana Parisina* e é mantido na Bibliothèque de l’Arsenal em Paris. Na Itália temos uma cópia feita provavelmente por Cassiodoro no século VI que é o *Veronensis* (Petri 2011:194- 195. Moreschini & Norelli, 2000: 325. Henne, 2006: 79).

Philippe Henne, em seu livro *Introduction à Hilaire de Poitiers*, afirma que não se sabe que Hilário tenha atribuído título a esses livros. O nome *De Trinitate* foi encontrado nos manuscritos tardios, como os de Venâncio Fortunato (séc. VI) e Casiodoro. *Adversus Arrianos libri* é a nomenclatura que nos transmite Jerônimo

⁴ Em reação a isso, Hilário de Poitiers rompeu com os arianos na Gália. Como resposta, esses convocaram um sínodo que fora realizado em *Biterrae* (Béziers) (356) ao sul da Gália. Com a presença do próprio Imperador Constâncio II e coordenado pelo Bispo Saturnino de Arles, um dos opositores do Bispo *Pictaviense* na Gália. Esses sínodos tinham o fito de reafirmar a condenação de Atanásio, ocorrida outrora em Arles e Milão. Não concordando, Hilário foi mandado em exílio para a Frígia (atualmente norte da Turquia), deixando Poitiers em fevereiro de 356 (Ladaria, 2006: 07).

(séc.IV); *De Fide* foi o título usado por Casiodoro de Encan (séc.VI); nos manuscritos mais antigos não se encontra titulação para esse escrito do bispo *Pictaciense* (Simonette, 2002: 46-49, Henne, 2006: 80).

Carl I. Beckwith (2008: 01-11) enfatiza que os livros *De fide* e o tratado *Adversus Arrianos libri* eram livros completos, que foram incorporados posteriormente ao *Contra os arianos*. Para Beckwith, Hilário teria realizado sistemáticas revisões nos três primeiros livros na intenção de homogeneizá-los à semelhanças dos dois livros outrora arquitetados. Assim sendo, o *De Fide* teria sido escrito antes do sínodo de *Biterrae* (356) e, quando chegou ao exílio, na Frígia (356-360), o Bispo Hilário teria escrito um segundo livro: *Adversus Arrianos libri*. Somente em um terceiro momento, em 358, teria decidido escrever o *De Trinitate*.

Para Sara Petri, os escritos de Hilário seque[m] métricas fieis as estruturas clássicas. Compreendemos que trama textual encaminhada pelo Bispo de Poitiers no *Contra os arianos* foi orquestrada na seguinte concatenação: tese, antítese e síntese. De modo dialético na tese, Hilário apresenta o modo como será refutada a as teorias adversárias. Na antítese, desenvolve se a maneira como os argumentos dos adversários são estabelecidos, bem como o que lhes dão validade, focalizando em seus maus usos da memória bíblica. Na síntese, o Bispo de Poitiers realiza interpretações dos mesmos extratos bíblicos utilizados por seus adversários, todavia fazendo uma leitura a contrapelo, reforçando seus erros ao utilizar-se da memória judaico-cristã (Moreschine & Norelli, 2000: 323; Simonette, 2002: 46-49). Assim, podemos averiguar a seguir a maneira pela qual Hilário realiza esse processo:

Em primeiro lugar dispusemos o plano de toda a obra, para que a ordem escolhida mostre ao leitor a progressão e conexão dos livros [...]. O quarto livro tem como ponto de partida as doutrinas dos hereges [...] apresenta a exposição da infidelidade declarada [...]. O quinto livro contém, em ordem, as respostas à profissão de fé estabelecida pelos hereges [...]. No sexto livro põe às claras toda fraudulência das afirmações heréticas [...]. O livro sétimo dá continuidade à discussão, propondo as normas da perfeita fé [...]. Os argumentos apresentados pelos nossos adversários são tão ridículos que, por si mesmos, confirmam nossa fé. Por isso, todo o nono livro se ocupa em repelir os argumentos usados pelos ímpios (Hilário. *De Trinitate* I, 20, 23-26, 29).

No *Contra os arianos*, o Bispo de Poitiers utiliza como ordem narrativa um estilo de diálogo, ou seja, coloca frente a frente em forma de debate narrativo seu

posicionamento e o do Presbítero alexandrino Ário⁵. Claro que quem ordenar e narrativa é Hilário⁶. Entendemos isso, como um artifício retórico para validar-se diante dos cristãos arianos, que possuíam o apoio do Imperador Constâncio II. Tais usos dos supostos extratos da fórmula trinitária elaborada por Ário⁷ se devia à autoridade desse perante algumas comunidades orientais. (Moreschine & Norelli, 2000: 323).

Propomos analisar, a partir do IV-VII do *Contra os arianos* escrito por Hilário de Poitiers (310-320/367-368), quais os elementos de continuidades e de rupturas provindos tanto da tradição judaico-cristã, quanto da cultura greco-romana que proporcionou ligações que ajudaram Hilário a estruturar um tipo específico de proposta político-eclesiástica que objetivava unificar as identidades cristãs e a legitimidade do Imperador Constâncio II.

Com o apoio do Império Romano no início IV século, o episcopado cristão iniciou um intenso processo para estabelecer uma ordem institucional às memórias bíblicas que produziam orientação as distintas comunidades cristãs. Tais ordenamentos dar-se-iam por meio de enrijecimentos de testemunhos via a sua ordenação em corpus doutrinários e dogmáticos. Destarte, os diferentes modos de voltar ao passado evangélico e gerar consciência político-religiosa seriam ordenados e unificados por mecanismos internos, da igreja, e externos, do Império Romano (Alba Lopez, 2011; Silva 2003).

Para André Leonardo Chevitarese os ensinamentos de Jesus Cristo, estruturantes e estruturados (nos) dos canais da memória bíblica (ou memórias bíblicas)

⁵ Entretanto, é imprescindível salientar que essa discussão é expressa por via única, a de Hilário. Ao assumir a igreja de Baucális (320), Ário iniciou suas pregações, que foram fortemente rebatidas pelos bispos Ocidentais. Tais lutas fizeram com que os escritos de Ário sofressem o que os romanos chamavam de *damnatio memoriae*, ou seja, sua memória foi abolida, seus livros, considerados heréticos, foram queimados, só restando fragmentos em livros de seus adversários (Simonetti 2002: 150).

⁶ Nossa abordagem do arianismo se dará por meio das historiografias e das informações expostas no *De Trinitate* do Bispo Hilário de Poitiers, que foi seu contraopositor, portanto é fundamental salientarmos que não temos dois projetos políticos-eclesiásticos e dois regimes de memória bíblicos, presentes no *Tratado* hilariano, mas somente um, que utiliza supostas informações de seu adversário para arquitetar sua proposta trinitária

⁷ Tradicionalmente é conhecido que Ário teve parte de sua formação intelectual na escola exegética de Antioquia, fundada por Luciano de Antioquia (240-312), ao qual se atribui grandes influências aos entendimentos exegéticos do presbítero alexandrino (Salinero, 2004: 27). Morechini e Norelli (2000: 44-48) conjecturam o nascimento de Ário por volta de 260 na Líbia. Mas para Miguel Spinelli (2002: 241) seu nascimento ocorreu em 280. Possuía influência do método tipológico praticado nesse ambiente. Tendo sido ordenado como Sacerdote, logo foi apresentado como Presbítero pelo Bispo alexandrino Aquila.

devem ser entendidos via suas múltiplas possibilidades de gerar sentidos e orientações as comunidades cristãs. Para o autor, a mensagem cristã “desde os seus primórdios, [...] caracterizou-se por ser um imenso mosaico de percepções. Daí melhor entendê-la como um movimento plural, do que singular”, ou seja, cristianismos (Chevitarese 2012: 22; Alba, 2011; Donini, 1988, Johnson, 2001).

Durante o IV século, emergiram-se frequentes disputas entre os bispados cristãos. Estas geravam diferentes associações do poder imperial ao novo Deus da *Orbis romanorum*. Destacaremos as duas posturas político-eclesiásticas que predominaram nos debates do Concílio de Niceia⁸, tradicionalmente datado em 20 de Maio e fins de Julho de 325

Hilário viveu em meio as disputas episcopais do Ocidente Romano durante a primeira metade do século IV e o que estava em jogo, nesse momento, era o poder de monopolizar a organização de estruturas doutrinárias que determinariam quem seria salvo ou não. Para Alba López (2010, p.15-18), o cristianismo, nesta época, estava dividido, principalmente, em duas posturas político-eclesiásticas que eram as principais dinamizadoras do poder que seria ostentado pelo regente imperial e a própria ortodoxia reinante. Assim,

O arianismo, por seu próprio conteúdo dogmático, facilita uma determinada concepção de poder político que choca frontalmente com o pensamento niceno a respeito. Para ele não se trata só de uma questão religiosa, porquanto a adoção de um dirigente a uma ou outra opção definiria seu modo de conceber e exercer o poder (Alba López, 2010: 20).

Frente a isso, defendemos que não seria interessante analisarmos os embates vinculados à formação de uma identidade cristã tardia somente como querelas teológicas. Sustentamos a ideia de que as contendas trinitárias⁹ noticiavam uma ingente

⁸ Não se sabe exatamente quantos bispos se reuniram no concílio de Niceia. A cifra de 318 participantes nos é transmitida por Hilário de Poitiers, o qual realiza uma concatenação com os 318 servidores de Abraão. Eusébio de Cesárea, Teodoro de Ciro e Atanásio de Alexandria registram números menores, tais como: 250, 270 e 300 respectivamente (Silva 2001: 104). Muitos dos Bispos reunidos nesse concílio “apresentavam as marcas deixadas por perseguições anteriores: um tapa-olho, cobrindo um olho perdido, a claudicância provocada por tensões de jarretes ou tendões-de-aquiles cortados, ou as costas deformadas por trabalhos forçados nas minas da Fenícia” (Rubenstein, 2001: 99).

⁹ As teorias trinitárias desenvolvidas pelos nicenos/atanasianos e arianos eram em sua essência projetos políticos religiosos que possuíam em suas fórmulas ligação direta com a constituição da sacralidade do poder Imperial. Tal debate lançava mão de analogias estabelecidas entre o *logos* (Cristo) e o regente imperial, o que interessava o Imperador.

luta político-eclesiástica já manifesta desde os primeiros séculos do cristianismo, mas que ganhou maior vigor com a adesão do Império Romano no início do IV século.

O que chamamos de regime de memória bíblica é uma ferramenta de análise que nos auxilia a pensar os vínculos de validação anunciativa usados pelo Bispo de Poitiers, indicando-nos como cada citação retirada dos textos bíblicos é encaixada, analisada e usada como elemento de persuasão. E mais, como as mesmas citações utilizadas pelo Presbítero alexandrino Ário são reanalisadas por Hilário e, posteriormente, estrumadas em seu projeto político-religioso.

A narrativa do bispo de Poitiers possuía exemplos do passado bíblico retirados tanto do Antigo e do Novo Testamento quanto das teorias dos “hereges”. Hilário defendia que essas também deveriam ser preservadas, pois ofereciam modelos a serem repudiados e negados. No livro IV do *Contra os arianos*, o Bispo gaulês apresenta-nos evidências dessa estratégia retórica:

Também em seus livros existe algo que deve ser estudado, para que, por todos os seus sofismos e ditos ímpios, se torne mais perfeito o conhecimento da verdade. Em primeiro lugar, deve-se conhecer a temeridade de sua doutrina e qual seja o perigo da impiedade, em seguida, quais suas sentenças contra a fé apostólica por nós professada e o que costumam dizer em contrário, qual a ambiguidade das palavras que iludem os simples ouvintes e, finalmente, como, com a arte de suas interpretações, corrompem a verdade e a força das divinas palavras (Hilário. *De Trinitate*, IV, 1).

Para Hilário, as experiências históricas deveriam orientar a formação dos sistemas ordenadores das comunidades cristãs. Assim, o Bispo não negava os exemplos históricos dos “hereges”. Suas memórias eram importantes para a história da igreja, a fim de que os neófitos não viessem a cair naqueles mesmos erros. É necessário ter atenção que esse texto foi escrito em um ambiente de exílio, onde predominava a política religiosa ariana. No fragmento supracitado, percebemos a clara influência da retórica clássica ao apresentar um debate a ser realizado para o leitor. Tal estratégia já se fazia presente no *De Oratore* de Marco Túlio Cícero (106- 47 a.C).

Afirmamos que tais querelas determinaram as formas pelas quais todos os seus seguidores deveriam se relacionar com o suprassensível e como um tipo de legitimidade do regente imperial se tornaria sagrada. José Marie Silva Rosa ressalta que esse processo seria estabelecido por meio de concatenações do poder imperial e de imagens de Cristo que seriam cunhadas especificamente para essa finalidade. Daí o que “o Imperador faz no seu reino é o que o Logos faz no mundo: funda, cria, organiza,

governa, protege e dirige. Como ele, o Imperador é salvador, providente e governador”(Rosa 2008: 13).

Promulgado no concílio de Niceia, o credo niceno/atanasiano definia que Cristo era *homoousios* (consustancial) a Deus (Pai). Nessa teologia política o regente imperial seria estabelecido em uma representação que o ligava ao *logos* (Cristo) que, por sua vez, era consustancial a Deus (Pai). O Imperador¹⁰ assumia o cargo de mediador entre os homens e Deus, pois

A realeza do Imperador é a imagem do *Logos*, mas como o Verbo é o Filho cuja realeza é a imagem perfeita do Pai (*ícone* do Deus invisível), assim o reinado do Imperador, por mediação do Filho, é também imagem do Reino do Pai. A teologia do *logos* legitima uma teologia do poder e do Império Cristão; sacraliza a instituição imperial (Rosa, 2008: 15).

A transubstanciação dos poderes de Cristo ao Imperador, cunhada no projeto político-eclesiástico ratificado no credo Niceno, possibilitou uma aproximação com os atributos sagrados do próprio Deus (Pai) dos cristãos. Se Cristo era *homo* (igual) em *ousia* (natureza) ao Pai, o regente imperial também seria um só com Deus, já que o Verbo e Deus participavam da mesma substancia. Dessa maneira, Hilário em um habilidoso trabalho exegético enfatiza esse argumento, leiamos:

Ungiu-te, Deus, o teu Deus. Por ter dito *teu*, faz referência à natividade, sem que desapareça a igualdade de natureza. É o seu Deus, porque sendo nascido dele, está em Deus. Contudo, porque o Pai é Deus, o Filho não deixa de ser Deus. *Ungiu-te, Deus, o teu Deus:* designa o que gerou e o que é nascido dele; por uma mesma palavra estabeleceu-se a designação da mesma natureza e a dignidade de ambos (Hilário. *Contra os arianos* IV, 35).

A ratificação da consustancialidade de Cristo no concílio¹¹ possibilitou o estabelecimento de um cariz específico ao poder imperial. Com essa associação, o

¹⁰ Estaremos trabalhando neste artigo especificamente com os tipos de poder estabelecidos principalmente pelo Imperador Constantino e seu filho Constâncio II. Sabemos que houve diferenças em suas posturas político-religiosas, porém defendemos que existia uma tipo de matriz que organizava suas legitimações perante as comunidades cristãs. É esse esquema, logico, foi iniciado por Constantino e intensificado por Constâncio II.

¹¹ Convocado pelo Imperador Constantino, o Concílio de Niceia tinha sido marcado outrora na cidade de Arcara, que ficava a cem milhas para o interior do planalto de Anatólia, para sua residência de verão no lago de Niceia, próximo a Nicomedia [...]. Os Bispos se encontraram num grande salão do palácio: o Salão de Julgamentos de Constantino. Tomando seus lugares nos bancos arrumados em fileiras ao longo de todo o comprimento do salão, sendo que os clérigos mais importantes foram acomodados nas primeiras fileiras. Quando todos estavam sentados, vários amigos cristãos do imperador entraram o recinto, e todos se levantaram. O próprio Constantino apareceu em seguida, todo vestido de púrpura e usando a coroa imperial. Em um círculo de ouro com faiscantes diamantes ele pediu permissão ao Bispos para se sentar, que responderam com um murmúrio de assentimento. Apareceu então uma pequena poltrona toda trabalhada. Constantino se acomodou a uma distância dos Bispos, mas ainda

soberano, ainda que fazendo “parte deste mundo, mas ao mesmo tempo exterior a ele, é o mais autorizado a cumprir a tarefa de mediador entre o céu e a terra, o que o torna um interlocutor privilegiado com a divindade” (Silva, 2000: 181).

A teoria trinitária dos arianos¹² contrapunha-se ao projeto político formulado pelo credo niceno. Contraria a utilização do termo *homooúsios*, entretanto, sua teologia política também se adequaria à legitimação dos poderes imperiais, já que permitia a relação direta do Imperador e Deus-Pai. Para Rosa

A teologia ariana, [...] seria muito mais favorável ao Imperador, no plano político, visto que para Ário e seus epígonos só o Pai é verdadeiramente Deus [...] “Deus Pai reina” e o “Filho governa”. O Deus supremo não é diretamente o Criador, não se imiscui no que toca diretamente nos assuntos temporais (criação, redenção, providência, governo do mundo), mas o Logos. A sua concepção de Verbo é a de intermediário entre Deus Pai e o mundo — [...]. Ora, é por influxo do *Logos* que o Imperador recebe todo o seu poder o qual é a “imagem (*eikôn*) da realeza do Alto”. O Governo do mundo é dado pelo Pai ao *Logos* mediador de quem o Imperador o recebe por associação *logóica*: este é, pois um *alter-Christus*, vigário do Grande Rei. Temos assim desenhada uma linha-reta: Deus-Pai, Logos-Filho, Imperador (Rosa, 2008:14-15).

Na proposta ariana a assimilação da imagem de Cristo pelo Imperador garantia a sacralidade de seu poder perante as comunidades cristãs. O poder imperial utilizou-se de símbolos construídos a partir de múltiplas referências de Cristo, que, por sua vez, era considerado uma imagem perfeita do Pai. O Imperador Romano, por aproximação dos atributos simbólicos emanados do Filho, se tornaria concomitantemente a imagem do Pai. Tudo isso ordenaria a formação de um tipo de Império Romano cristão.

Referências Bibliográficas

ALBA LÓPEZ. Almudena. Teología política y polémica antiariana em la época de Constancio II. Madrid: Universisd Complutense de Madrd. 2010. (Tese de Doutorado).

assim suficientemente próximo para participar dos debates [...]. O imperador tornou seus desejos públicos, fazendo um rápido discurso em latim que foi traduzido para o grego (Rubenstein, 2001: 95-104).

¹² Simon & Benoit (1987) assinalam que o arianismo baseava-se na reflexão sobre Deus. Para eles, esse seria o único criador e todos os outros seres estavam condicionados à ordem de criação. Dessa maneira, Cristo seria uma criatura, pois tempo “houve em que não existia e em que Deus não era Pai”. Para Ário, a Tríade cristã possuía um “particular: [...] a mônada divina, sozinha e fechada em si mesma, criando o Logos, criatura perfeita, mas que estava bem abaixo daquele; por sua vez, o Logos-Filho criara outra criatura perfeita, o Espírito Santo” (Simon & Benoit 1987: 171 - 173).

CHEVITARESSE, André L. Cristianismos: questões e debates metodológicos. Rio de Janeiro: Klone, 2011.

BECKWILH, Carl L. Hilary of Poitiers on the Trinity. New York: Oxford, 2008

DOIGNON, Jean. Hilaire de Poitiers avant l'exil. Recherches sur la naissance l'enseignement et l'épreuve d'une foi épiscopale en Gaule au milieu di IV siecle. Augustiniennes, 45. Paris, Institut des Èdudes Augustiniennes, 1971.

DONINI, Ambrogio. História do cristianismo. Lisboa: Setenta, 1988.

GOEMANS, A. J. La date de la mort de saint Hilaire. In : Hilaire et son Temps. Actes du Colloque de Poitiers, 29 septembre – 3 octobre 1969 a l'occasion du 16 centenaire de al morte de saint Hilaire de Poitiers. Paris : Étude augustiniennes, 1969, p.107-111.

GRIFF, Élie. La Gaule chrétienne à l'époque romaine: des origines chrétiennes a la fin du IVa siècle. Paris, Letouzey et Ané, 1964.

HENNE, Philippe. Introduction à Hilaire de Poitiers. Paris: Du Cerf, 2009.

Hilaire de Poitiers. La Trinité: livres IV-VIII. Ed. Bilingue. Traduit: G. M. De Durand, Ch. Morel et G. Pelland. Paris: Du Cerf, 2000.

JOHNSON, Paul. História do Cristianismo. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

LADARIA, Luis F. Diccionario de Santo Hilário de Poitiers. Burgos: Monte Carmelo, 2006.

MORESCHINI, C.; NORELLI, E. História da Literatura Cristã Antiga e Grega e Latina: do concílio de Niceia ao início da Idade Média. Tome II, São Paulo: Edições Loyola, 2000.

PETRI, Sara. Hilário de Poitiers. São Paulo: Ed. Loyola, 2011.

ROSA, José Maria Monoteísmo, Trindade e Teologia Política. Cavilhã:Lisofia 2008.

RUBENSTEIN, Richad E. Quando Jesus se tornou Deus. Rio de Janeiro: Fesus, 2001.

SILVA, Gilvan Ventura da. Constâncio II e a construção da Mística Imperial no século IV. Assis, V.06, p. 71-91, 2001.

SIMON, M. & BENOIT, A. Judaísmo e cristianismo antigo. São Paulo: Pioneira, 1987.

SIMONETTI, Meslio Hilario de Poitiers e la crisis arriana en Occidente: polemistas y Herejes, In. BERARDINO, Angelo di: Patrologia III: La idad de oro de la Literatura Patrística latina. BAC, 466, Madrid: 2002.

AS RELAÇÕES DE PODER QUE PERMEARAM A TRAJETÓRIA DOS CAVALEIROS TEMPLÁRIOS NA PENÍNSULA IBÉRICA (1120 – 1320)

Flávio Rodrigues Andrade
Mestrando em História Ibérica pela Unifal – Câmpus
Alfenas-MG

Resumo: A pesquisa aqui em questão aborda os caminhos percorridos pelos Cavaleiros Templários na Península Ibérica enfatizando o reino de Portugal e focando as relações de poder hierarquicamente estabelecidas envolvendo a igreja, reis e a Ordem Templária dentro do contexto Ibérico. Falaremos sobre a formação do reino português e seu desenvolvimento ao longo do tempo e sobre a importância que teve os Cavaleiros Templários nesse processo, ampliando nossos conhecimentos no tocante à Ordem Templária desde sua origem até a sua extinção, averiguando sua importância na formação, reconquista e defesa dos territórios do reino português. Na presente pesquisa, buscaremos compreender e esclarecer as relações de poder estabelecidas entre a Ordem do Templo, Igreja e os reis da Península Ibérica visando descobrir os motivos que levaram à extinção da Ordem, que teve seus momentos decisivos entre doze de outubro de 1307 e abril de 1312 levando os Cavaleiros do Templo à fogueira, às prisões e à tortura.

Palavras-chave: Cavaleiros Templários – Península Ibérica – Portugal

Introdução

A presente pesquisa faz uma abordagem histórica sobre a Ordem Templária que vai desde a origem até a sua extinção. É surpreendente o quanto esta Ordem religioso-militar se tornou poderosa ao longo de aproximados dois séculos de sua existência. A bravura de seus cavaleiros e a devoção a Deus, a forma de organização e administração dessa instituição foi muito eficiente, tanto que, apesar dos contratempos no Oriente Médio ela se tornou muito rica e poderosa tanto nos âmbitos militar e econômico como também no político.

Na península Ibérica, os Templários ajudaram muito na formação do reino português e no seu processo de independência frente ao reino de Leão e Castela, reconquistando territórios cristãos e apropriando-se das riquezas dos muçulmanos a cada território conquistado, contribuindo para a expansão das monarquias cristãs. Os Templários foram sem dúvida, importantes aliados dos reis ibéricos e foram muito bem recompensados por isso.

Sempre apoiada pela Igreja, sobretudo pelos Papas, a Ordem do Templo acumulou muitas conquistas militares e teve como consequência o acúmulo de riqueza em demasia. Contudo, no início do século XIV, o rei da França Felipe IV, o Belo, passando por grave crise econômica, devido aos conflitos com a Inglaterra, arma uma estratégia juntamente com o Papa Clemente V para destruir a Ordem Templária e apoderar-se dos seus bens. Felipe, o Belo, acusou os Templários de cometerem heresias e os levou ao tribunal da inquisição causando a destruição da Ordem do Templo.

1. A origem da ordem dos “Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão”

A primeira cruzada foi realizada em terras orientais, dando início a várias outras, no Oriente e no Ocidente, sob um contexto de fé popular que contagiou toda Europa, a fervorosa fé cristã que aglutinava pessoas simples e também as mais intelectualizadas. Os nobres se dirigiam à Terra Santa se lançando em combate, como foram os casos de Gunter di Bamberg e Guglielmo d’Angoulême. Muitos deles abriam mão de seus bens, tendo em vista a possibilidade de que poderiam morrer; mas, em contrapartida, havia a probabilidade da graça de serem enterrados ao lado do Santo Sepulcro. Entre os dois nobres citados, estava Hugo de Payens que comandava o feudo vizinho de Troyes, um corajoso guerreiro que fez votos de fé ligando para sempre seu destino à Jerusalém.

As expedições da primeira cruzada foram comandadas pelos grandes senhores feudais com recursos próprios. Tais guerreiros chegavam à Palestina por terra ou pelo oceano. No dia 15 de julho de 1099 ocorreu a conquista da grande fortaleza de Jerusalém pelos cruzados em uma batalha sangrenta que culminou na morte de aproximadamente setenta mil pessoas e que teve duração de três dias. No entorno do ano de 1100, os reinos cristãos já se formavam.

A participação vitoriosa de Hugo de Payens na primeira cruzada em 1099, o inspirou na criação de um grupo de cavaleiros destinados à proteção dos peregrinos. Inicialmente, três homens foram essencialmente importantes para a formação de um pequeno grupo de cavaleiros que dele derivou na mais gloriosa e mais sangrenta das Ordens religioso-militares que já existiu; a Ordem Templária.

Mesmo com a conquista cristã e a formação dos reinos cristãos, as emboscadas e massacres realizados pelos muçulmanos aos peregrinos aconteciam constantemente.

Por volta de 1119 ocorreu novamente um violento massacre aos cristãos perto do Jordão que repercutiu na Europa nas Crônicas de Alberto de Aix. Na cidade de Nablus em 1120 foi realizada uma assembléia que reuniu os chefes cristãos, onde assuntos referentes à defesa do reino de Jerusalém foram enfatizados.

“Naquele ano, Balduino II lançou um novo apelo à sociedade cristã, ressaltando que a Terra Santa necessitava de uma estrutura capaz de assegurar um efetivo serviço de polícia”. (FRALE, 2005, p. 26). O reino possuía seu exército, mas precisava dele para garantir a defesa da Terra Santa, dispersá-lo e afastá-lo do Santosépulcro seria enfraquecê-lo tornando Jerusalém vulnerável aos ataques dos Sarracenos.

Desde 1118, o ex-combatente da primeira cruzada Hugo de Payens e outro cavaleiro chamado Godofredo de Saint-Omer decidem, então, criar uma Ordem militar e religiosa. Surge então na Palestina, entre 1118-1119, a “Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo”.

Conforme Silva, “alguns meses depois, juntaram-se a eles outros cavaleiros: Geoffroy Bisot, Payen de Montdidier, Archambaud de Saint-Aignan, André de Montbard (tio de São Bernardo), Gondemar e Jaques de Rossal” (2001, p. 13). É bem provável que o cavaleiro que resta aqui para compor os nove seja Hugues Rigaud de acordo com Cuesta (2009), visto que Hugo de Champagne se torna um cavaleiro Templário somente em 1126 quando retorna à Terra Santa.

O grupo de cavaleiros organizou-se como ordem religiosa jurando proteger as estradas e demais caminhos que levavam aos territórios santos, porque muitos peregrinos haviam sido atacados por mulçumanos em emboscadas e mortos. Também juraram abandonar a vida mundana fazendo votos de castidade, pobreza e obediência para que estivessem extremamente focados em seus propósitos e assim lutarem com a mente pura em nome de Deus e do legítimo rei.

Os próprios Cavaleiros Templários se denominavam e se reconheciam como os “Pobres Cavaleiros de Cristo do Templo de Salomão”. Mas, para os planos de Balduino II, não havia como a Ordem Templária ser pobre e muito menos ter um número insignificante de cavaleiros. Para proteger os peregrinos e os reinos cristãos um minúsculo grupo de cavaleiros com certeza seria exterminado nos confrontos iniciais ou se não, no primeiro.

Para enfrentarem os ataques de muçulmanos aos cristãos nos caminhos de peregrinação e os poderosos exércitos dos reis muçulmanos na luta entre os reinos, era preciso uma organização militar que suportasse os fortes ataques e os intensos combates que foram travados na época como a história nos mostra. A manutenção desta infraestrutura militar sem dúvida não custaria pouco em termos econômicos e Balduíno II sabia disso.

Os combates eram realizados a cavalo, os cavaleiros usavam armaduras pesadas, espadas e também tinham suas despesas pessoais, precisavam de alimentação e vestimentas, por exemplo. As nomenclaturas Ordem do Templo, Cavaleiros Templários e Ordem Templária, entre outras, derivam do fato de os nove primeiros cavaleiros terem fixado residência em uma parte do antigo Templo de Salomão mediante doação do rei de Jerusalém, Balduíno II, em 1120, concedendo-lhes parte do palácio real que estava em construção, ao reconhecer a utilidade que eles teriam ao reino e aos cristãos. Os cavaleiros iriam proteger os peregrinos que percorriam o caminho da cidade de Jafa a Jerusalém.

Posteriormente, o número de cavaleiros aumenta com a chegada de 12 monges. Desse momento em diante houve a ampliação gradativa da Ordem em número de guerreiros. O reconhecimento oficial da Ordem, solicitado anteriormente como Milícia de Cristo, ocorreu no Concílio de Troyes em 1128, como *A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão*, contendo as regras militares e religiosas elaboradas por Bernardo de Claraval. Ela foi a primeira Ordem religioso-militar medieval a existir, passando de uma organização clandestina para uma instituição reconhecida e amparada pela Igreja Católica.

Na Península Ibérica especificamente no período da reconquista (XI-XV), as ordens militares e ordens de cavalaria foram fundamentais para a recuperação dos territórios usurpados pelos muçulmanos. Mas, é importante observar com Demurger que “devemos tomar cuidado com a confusão: ordem militar não é equivalente de ordem de cavalaria”. (2002, p.9). A expressão “ordem de cavalaria” é característica das sociedades ocidentais no século XI devido ao surgimento das cruzadas e à cavalaria ter se tornado não só um meio de transporte, mas um grande instrumento militar aos exércitos, no que se refere ao aumento do potencial de combate.

A Ordem Militar do Templo surgiu no oriente como sendo uma ordem religioso-militar; depois é que se instala no ocidente. Em se tratando da nomenclatura,

assim como os hospitalários e teutônicos, é associada às ordens de cavalaria leigas criadas pelos príncipes ocidentais, por combaterem em cavalos. Se servindo da cavalaria, passou a ser vista sob uma ótica cavalheiresca, porém os costumes e os princípios entre as ordens religioso-militares e as ordens de cavalaria leigas são bem distintos.

O patrono e tutor da Ordem do Templo de Salomão, o Abade Bernardo de Claraval, conhecia muito bem as características habituais das ordens de cavalarias leigas, pois nasceu em uma. As ordens religiosas viviam sob plena devoção a Deus, doutrinas e regras religiosa conservadoras da igreja católica, agiam em nome de Deus e não em causa própria, pelo menos isso era o que a igreja pregava e esperava de seus cavaleiros.

O Abade tinha consciência de que dificilmente seria possível conciliar as cavalarias leigas com as ordens religioso-militares. Os homens das cavalarias leigas, na sua visão, eram arrogantes, apreciavam o luxo e a ostentação, eram violentos e compatíveis com a mentalidade da aristocracia guerreira, que via como maior mérito de um cavaleiro a coragem, pois exaltava o combate pelo combate.

2. Os Templários na Península Ibérica

Referindo agora à Península Ibérica sob a ótica cristã, muitas regiões precisaram de apoio militar dos Templários, como foi a região do Mondego no flanco Sul desde 1116. Devido às invasões dos almorávidas, essa localidade necessitava de interferência militar para a reconquista dos territórios cristãos ocupados pelos muçulmanos. Os Templários, os portugueses e os castelhanos queriam unir forças na luta contra os muçulmanos.

Os Templários chegaram à Península Ibérica em 1126 e se instalaram de maneira provisória na região do Minho. Porém, anteriormente a essa data, há indícios da presença de Freires Templários e o registro de algumas poucas propriedades pertencentes à Ordem do Templo, por volta de 1122-1123.

Em 1127, D. Tereza regente do trono português se torna viúva e passa a governar o Condado Portucalense doando a vila de Fonte Arcada à Ordem do Templo, e, em 1128, no dia 19 de março, doa também o castelo de Soure e as terras entre Coimbra e Leiria. As doações atenderam ao pedido de aliança realizado pelo cavaleiro

Raimundo Bernardo e foram importantes para fortalecer a Ordem do Templo no reino português, sobretudo porque as localidades doadas eram consideradas pontos estratégicos de combate.

Em 1130, Raimundo III de Barcelona se engaja na Ordem e junto com ele o castelo de Oranera, mas as doações não pararam por aí. Logo após a junção dos bens de Raimundo III, veio a polêmica doação do rei Afonso em 1131.

Quanto ao rei Afonso de Castela e Aragão, quis inclusive doar, por testamento, um terço do seu reino aos templários. Elevaram-se protestos e o testamento acabou por ser anulado, mas a Ordem foi indenizada apesar de tudo, com a atribuição das fortalezas de Curbin, Montjoye, Calamera, Monzon e Remolina. (LAMY, 1996, s/p.).

O auxílio dos Templários no processo de reconquista dos territórios cristãos contribuiu bastante para o reconhecimento de Afonso Henriques filho e sucessor de D. Tereza ao trono como rei por Afonso VII de Leão e Castela e na emancipação política dos Portucalenses. O fato de Afonso Henriques ter êxito como guerreiro e conquistador foi fundamental para que isso ocorresse.

Por causa dos Templários terem tido grande participação na reconquista dos territórios cristãos, Afonso Henriques cumpriu a promessa que havia feito a Bernardo de Claraval, qual seja, a de construir um mosteiro como recompensa. Após as conquistas de Santarém no dia 15 de março em 1147 e também Lisboa no dia 24 de outubro deste mesmo ano, ele constrói o mosteiro de Alcobaça.

A Ordem do Templo expandia-se rapidamente em consequência de seu grande potencial militar e econômico. Outras pequenas Ordens militares que foram criadas em Aragão e Castela integravam-se a do Templo como foi o caso da Ordem de Montreal e nesses casos ocorre também à junção dos bens.

Assim a Ordem Templária seguia reconquistando os territórios sob domínio Islâmico e adquirindo posses por meio de doações da realeza, sendo algumas delas: Santarém em 1147; Ceras em 1159; Tomar e Almourol em 1160.

Foi assim que D. Afonso de Portugal lhes concedeu a de Ceira e toda a região que a rodeava, com a condição de expulsarem os sarracenos que a ocupavam. Eles fizeram-no e aproveitaram para fundar as cidades de Coimbra, Ega e Ródão. (LAMY, 1996, s/p.).

Depois de aproximadamente cinco anos, os Templários receberam os territórios de Monsanto e Idanha e, em 1169, auferiram um terço das terras conquistadas na região

sul do rio Tejo. Chegaram ao Castelo de Almourol por volta de 1170, onde fundaram Golegã e Casével.

O surgimento de Portugal e sua permanência como reino cristão foi possível graças à Ordem, ao apoio da igreja e à cooperação dos reis da época da reconquista. Vale salientar que D. Afonso III, em 1271, em seu testamento, declarou a doação de duas mil libras à Ordem do Templo, entendida como maior quantia em dinheiro recebida até aquele momento.

Com inúmeros privilégios, grandes doações e boa administração econômica, os Templários passaram a ser alvo de inveja. À medida que aumentava o círculo de relacionamento dos Templários, intrigas, calúnias e inimizades também surgiam. Esse fato merece atenção, porque houve inclusive a necessidade de intervenção papal no sentido de que seriam excomungados todos os que perseguissem os Templários, cuja Ordem não demorou muito para se expandir e se instalar na Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Portugal, Espanha, França, Armênia, Itália, Chipre e na Terra Santa.

No século XIII, os Templários continuavam a receber doações. Por volta de 1213, o conde de Bar doou todas suas posses em Pierrevilliers. No ano de 1255, em Auxerre, Estêvão Colomb, um cônego vinculado à catedral de Saint-Étienne, doa uma parte do censo¹³ que recebia juntamente com outras quatro pessoas no burgo Saint-Amâtre. Em 1284, Miles IX de Noyers doa o que possuía em Vermenton, também na região de Auxerre, à Ordem Templária.

Além das ofertas e privilégios de que usufruíam, os Templários eram ótimos negociantes e não mediam esforços para canalizarem excedentes, objetivando a qualquer custo manter o exército no Oriente, que por sinal ficava muito caro, devido ao poder bélico de seus adversários e seus numerosos exércitos. Nos locais em que permaneciam não havia fome, pois criavam silos que armazenavam cereais. Nos anos em que a produção era alta, revendiam os mantimentos a preço maior e em anos nos quais a colheita era ruim comercializavam a preço acessível.

Os Templários, contudo, não criavam encargos em cima de doações, agiam sempre gerando fontes de renda que lhes proporcionassem saldo positivo. No caso de terceiros que detinham alguns direitos sobre bens ou terras que lhes foram cedidas,

¹³ Espécie de pensão paga anualmente paga ao senhor pela posse ou arrendamento de terras.

davam um jeito de comprá-las para que pudessem usufruir o máximo dessas posses, livres de encargos.

Hugo de Payens, assim como os outros oito cavaleiros, inicialmente idealizaram uma Ordem religioso-militar simples, modesta, no sentido de viverem como pobres cavaleiros mesmo, isso faria parte dos votos religiosos. Mas, as coisas não funcionaram bem assim. Ao longo dos poucos mais de duzentos anos da existência, a Ordem estava longe de corresponder à expressão; *Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão*. Na própria nomenclatura, mesmo nos primeiros anos de vigência, já havia um contraste no que idealizara Hugo de Payens, isto é, os votos de pobreza da Ordem e sua residência no Palácio real.

Segundo Demurger (2010), os Templários não foram banqueiros e muito menos a Ordem do Templo constituiu um banco. Aconteceu que os Templários necessitaram desempenhar atividades financeiras e para executá-las recorreram a certas práticas e aos instrumentos bancários. As operações financeiras eram consequência das guerras e os votos de pobreza eram somente para os indivíduos e não para a ordem enquanto instituição. Não só no Templo, mas nas outras ordens religioso-militares, era comum o depósito de tesouros como joias e outros objetos preciosos, dinheiro e arquivos que eram administrados pelo grão comendador e, só no final do século XIII, tais bens passaram a ser administrados pelo tesoureiro da ordem.

A Ordem do Templo recebia depósito de pessoas ricas que optavam por depositar seus dinheiros e demais objetos de valor pelo fato de a Ordem Templária ser um lugar que oferecia certa segurança e garantia, tendo em vista que seus castelos eram rodeados por muralhas e guerreiros.

Os Templários realizavam empréstimos com fundos próprios e de terceiros. Em momentos de trégua faziam negócios até mesmo com os rivais muçulmanos que achavam prudente ter algum dinheiro investido com os cristãos na esperança que, em uma eventualidade de ocorrer um pacto ou aliança, findasse a disputa.

Conforme Garten, “os reis da França, Inglaterra e outros países da Europa depositavam seus tesouros e riquezas nas arcas dos Templários e, no que não era incomum ocorrer, pediam até mesmo empréstimos à ordem” (1987, p. 13). Um dos reis que devia aos Templários era Felipe IV, o Belo – rei da França, responsável pela extinção da Ordem Templária, tendo o Papa Clemente V como seu cúmplice.

3. A extinção da Ordem Templária e a criação da Ordem de Cristo

Anterior ao Papa Clemente V, o Papa Bonifácio VIII excomungou Felipe, o Belo em 1303, em decorrência de vários conflitos entre os dois. Bonifácio VIII morreu no mesmo ano, e o Papa que o sucedeu morreu em 1305, envenenado. Felipe, o Belo tornou Papa Bertrand de Got e este se tornou o Pontífice Clemente V, fato esse que de alguma maneira explica os vários acordos estabelecidos entre ambos.

A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão se tornou tão rica e poderosa na Europa, que despertou a atenção e o interesse de Felipe, o Belo, em termos financeiros, causando a sua supressão. Apesar de ter retirado suas tropas de Jerusalém e abandonar o Oriente, após sofrer uma trágica derrota em São João do Acre em 1291 pelas mãos do numeroso exército do Sultão Esseraf, inclusive sofrendo a perda do mestre Templário Guilherme de Beaujeu, que morreu naquele combate com uma flechada no peito, a Ordem continuou muito rica e poderosa no Ocidente, possuidora de grandes quantidades de tesouros e dinheiro em estoque.

Os Templários que estavam no Oriente transferiram seus quartéis-generais para a Ilha de Chipre. Em 1298, Jaques de Molay se torna o último Grão-Mestre que a Ordem do Templo possuiu.

A França mergulhou em uma crise financeira provocada por Felipe IV, o Belo, devido às batalhas travadas com a Inglaterra. Felipe conhecia a fundo o patrimônio da Ordem Templária e chegou a acompanhá-la de perto quando ficou refugiado com sua corte em uma Torre do Templo em consequência de uma revolta em Paris e pretendia se apoderar dos bens do Templo.

Em 1306, Felipe, o Belo, expulsou os judeus da França, confiscou seus bens e ordenou que alguns deles fossem torturados. Não demorou muito, decretou no dia 13 de Outubro de 1307 a prisão de todos os Templários do reino e posteriormente, em 17 de novembro, o Papa declarou que fossem apreendidos os demais Templários espalhados por toda Europa.

Felipe, o Belo, acusou os Templários de heresia, idolatria, práticas de homossexualismo e blasfêmia, como cuspir na cruz. Sob tortura, alguns templários fizeram algumas poucas confissões, mesmo que não tivessem cometido tais atos contra Deus e a Igreja. Alguns Templários foram condenados e queimados na fogueira a partir de 1310. Mesmo desconfiando da veracidade das acusações contra os Templários, o

Papa Clemente V, ao trocar cartas com o rei da França, o qual lhe concedeu a Tríplice coroa, não fazia proibição alguma em relação à abertura de processo contra o Templo.

No Segundo Concílio de Viena, em 1312, a Ordem dos *Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão* foi suprimida sem que fosse condenada e seus bens, na teoria, foram repassados à Ordem do Hospital. Em 19 de março de 1314, foram queimados na fogueira mais alguns Templários, entre eles; o último Grão-Mestre Jaques de Molay.

Vejamos agora as últimas palavras de Jaques de Molay depois que jurou a inocência dos Templários frente às acusações as quais fora submetido, antes de morrer. Enquanto queimava vivo, ele disse:

Papa Clemente, cavaleiro Guillaume de Nogaret, Rei Felipe...Convoco-os ao Tribunal dos Céus antes que termine o ano, para que recebam vosso justo castigo. Malditos...Malditos...Malditos...Sereis malditos até treze gerações.... (GARTEN, 1987, p.18).

No mês seguinte do mesmo ano, morre o Papa Clemente V e, em novembro, Felipe, o Belo, e seu ministro Guilherme de Nogaret, que também colaborou no processo de extinção da Ordem, desaparecem durante uma caçada. E assim encerra-se o ciclo da poderosa Ordem religioso-militar Templária que, segundo alguns especialistas, foi a que mais derramou sangue em nome de Deus.

O rei D. Dinis de Portugal, em 1317, devido ao bom relacionamento com os Templários e a crença de que a Ordem do Templo era inocente, cria a Ordem de Cristo que é reconhecida oficialmente através da bula *Ad eaex quibus* em 1319 como a Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo. Assim sendo, a ela transferiu todos os bens dos Templários. Esta Ordem contou com alguns ex-Templários e participou de combates contra os mouros durante a conquista de Ceuta e atuou na expansão marítima portuguesa.

D. Dinis não se preocupou somente em resgatar o patrimônio dos Templários, mas estava interessado na experiência deles em navegação, afinal eram conhecedores de rotas marítimas e bons no manuseio de equipamentos como o astrolábio.

Conclusão

Inicialmente percebemos que o intuito de Hugo de Payens de criar uma Ordem religioso-militar modesta é uma ideia um tanto quanto inocente. Isso fica visível perante a força dos inimigos muçulmanos.

O acúmulo de riquezas da Ordem pode ser justificado pelo poderio dos adversários que também eram ricos e poderosos, ou seja, os fins justificavam os meios. Manter a guerra no Oriente custava extremamente caro e a Igreja por muito tempo fez questão de manter Jerusalém sob seus domínios, pela importância religiosa daquele lugar. A Península Ibérica foi uma grande financiadora de guerras na Terra Santa. A convivência entre os Templários e os portugueses foi muito positiva para ambos os lados. Isso fica nítido quando D. Dinis cria a Ordem de Cristo em 1317.

Diante da extinção da Ordem do Templo, por conta das acusações do rei da França, Felipe, o Belo, percebe-se a força bélica de sua rival, a Inglaterra, e o desespero do rei em conseguir levantar dinheiro para sair da crise financeira provocada pelos conflitos com os ingleses. Este rei foi oportunista ao se aproveitar da derrocada Templária e retirada das tropas do Oriente.

Rerências Bibliográficas

COSTA, Paula Pinto. Templários no condado portugalense antes do reconhecimento formal da ordem: O caso de Braga no início do séc. XII. Porto 2013. Volume XII, pp. 231-243. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11799.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

CUESTA, Juan Ignacio. Breve historia de las cruzadas. S.I. Nowtilus, 2009.

DEMURGER, A. Os cavaleiros de Cristo: templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na idade média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DEMURGER, A. Os Templários: uma cavalaria cristã na idade média. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa. A Ordem do Templo em Portugal: algumas considerações em torno das fontes para o seu estudo. Revista da Faculdade de Letras. *História*, ISSN 0871164X, N.º. 8, 2007, p. 409-420.

FRALE, Bárbara. Os Templários e o pergaminho de Chinon encontrado nos arquivos secretos do Vaticano. Trad. Roberto Carlos Pintucci. São Paulo: Madras, 2005.

GARTEN, Juan de. Os Templários: soberana ordem dos cavaleiros do templo de Jerusalém. São Paulo: Traço, 1987.

LAMY, Michel. Os Templários: esses grandes senhores de mantos brancos: os seus costumes, os seus ritos, os seus segredos. S.l. Notícias, 1996. Disponível em: <http://minhateca.com.br/action/SearchFiles>. Acesso em: 27 jul. 2015.

MONTE, Marcel Paiva do. Cruzada e Reconquista: as duas faces da conquista de Lisboa em 1147. *Medievalista*, ISSN 11646-740X, n.º. 5.2008.

PERNOUD, R. **Os Templários**. Lisboa: Europa-América, 1974.

SILVA, Pedro. História e mistérios dos templários. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. Disponível em: <http://minhateca.com.br/action/SearchFiles>. Acesso em: 25 jul. 2015.

Usina de Soluções Tecnologia da Informação: Consultoria e Assessoria em Projetos de Desenvolvimento de Software. História da Família Domingues. Disponível em: <http://www.usinadesolucoes.com.br/domingues.html>. Acesso: em: 10 set. 2015.

A COMISSÃO BIPARTITE NO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Lindsay BorgesDoutora/UFG

Resumo: O objetivo desse estudo é examinar a participação de Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia (1957-1985), nos encontros da *Comissão Bipartite*, criada no governo Médici (1969-1974), composta por representantes da Igreja e do governo militar, visando superar o crescente antagonismo entre as duas instituições. Estudaremos particularmente os relatos de Dom Fernando sobre as reuniões que tiveram como tema a Carta Pastoral “*Como vemos a situação da Igreja em face do atual regime*”, publicada em 1973, sob sua iniciativa. Esse estudo fundamenta-se na contextualização das reuniões e nas ações do prelado com esse propósito, verificando também outras leituras sobre o mesmo episódio.

Palavras-chave: História – memória – Igreja

A participação de Dom Fernando Gomes dos Santos, primeiro Arcebispo de Goiânia (1957-1985), nas reuniões da Comissão Bipartite, em 1973, é objeto desse estudo. Esses encontros eram realizados secretamente, visando superar conflitos entre a Igreja e o Estado, durante a ditadura militar, e Dom Fernando foi convidado a participar de duas reuniões dessa Comissão, após ter publicado a Carta Pastoral *Como vemos a situação da Igreja em face do atual regime*, na qual fez críticas que desagradaram os militares.

Para uma melhor compreensão do episódio, torna-se importante conhecer parte do pensamento do arcebispo, cuja formação ocorreu em uma Igreja romanizada, no período de consolidação do projeto de Neocristandade. Posteriormente, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II, e da Conferência Episcopal Latino Americana, em Medellín, Colômbia, em 1968, o arcebispo foi mudando sua concepção de Igreja, acompanhando as mudanças da instituição e abrindo-se a uma Igreja mais participativa e comunitária. Em todo esse processo, sempre defendeu a aproximação entre Igreja e Estado, acreditando que juntos poderiam promover o desenvolvimento do país.

Fernando Gomes dos Santos iniciou sua formação no Seminário da Paraíba (1921-1929) e, após esse período, foi estudar em Roma, onde cursou Teologia na Universidade Gregoriana, além de estudar e residir no Colégio Pio Latino-Americano, ordenando-se sacerdote em 1932. Por ter estudado em Roma durante o pontificado de

Pio XI (1922-1939), Dom Fernando recebeu grande influência deste Papa, como ele mesmo registra:

Roma, no pontificado de Pio XI, marcou de maneira indelével a minha juventude. Era a época do fascismo de Mussolini e da Ação Católica de Pio XI, cognominado “*fides intrepida*” ou “fé corajosa”. Com incrível disposição, condenou os totalitarismos que chegaram a empolgar o mundo, endeusando os seus chefes. Criou a célebre festa de Cristo Rei, como a mostrar que só Jesus Cristo é o Senhor. Condenou, igualmente, o Capitalismo materialista que faz do lucro a razão de ser de tudo, aviltando o trabalho e oprimindo o trabalhador. Com o testemunho, tão próximo, de Pio XI, posso dizer que minha juventude se forjou na luta em defesa da justiça e contra os regimes totalitários. (SANTOS, 1985: 209)

Preocupado com a crescente laicização da sociedade, influenciada por concepções como o liberalismo e o comunismo, Pio XI articulou o projeto de neocristandade ou restauração da ordem cristã, que visava a recristianização do mundo moderno, tornando a Igreja mais presente na sociedade. Esse projeto teve influência significativa na ação pastoral de Dom Fernando, particularmente após sua sagração como Bispo, levando-o a uma posição de liderança no episcopado brasileiro, tendo em vista efetivar ações concretas no sentido de reintroduzir o papel de destaque da Igreja na sociedade, combatendo o laicismo e as ideologias que o alimentavam.

A principal estratégia adotada por Pio XI foi mobilizar os leigos por meio da Ação Católica, instituindo um movimento com essa denominação em 1922, tendo como objetivo preparar o laicato para ocupar postos-chaves na sociedade, tornando-se “fermento na massa” ao levar os valores cristãos à escola, trabalho, entre outros.

No Brasil, o ideal de neocristandade encontrou terreno propício com a transferência de Dom Sebastião Leme para o Rio de Janeiro, primeiro como Arcebispo coadjutor (1921-1930) e posteriormente Arcebispo (1930-1942). Desde a década de 1920, a Igreja no Brasil buscava restabelecer suas relações com o Estado, na tentativa de retomar sua posição privilegiada, perdida com a separação oficial ocorrida em 1890. Dessa vez não buscava a união, mas a colaboração mútua entre os dois poderes. O projeto de neocristandade visava restaurar a ordem cristã, afirmando a hegemonia do catolicismo na sociedade e, segundo Azzi (1994), pressupunha a aproximação com o Estado, porque a Igreja acreditava que a influência política ajudaria na transmissão da fé.

No aspecto pastoral, a Ação Católica tornou-se o principal instrumento dessa cristianização¹⁴. Dom Fernando se tornaria um protagonista desse movimento em todas as suas fases, incentivando sua organização, particularmente no meio juvenil, mais propenso aos apelos do mundo moderno, reintroduzindo entre os jovens os valores cristãos. De volta ao Brasil, a rigorosa formação que Dom Fernando recebeu marcaria sua forma de atuação até o final da década de 1960, quando a própria Igreja passou por um processo de abertura, após o Concílio Vaticano II.

A recepção do Concílio, encerrado em 1965, não ocorreu de forma unânime e nem imediata e o mesmo ocorreu com Dom Fernando, que aos poucos foi traduzindo as decisões conciliares para suas ações e discursos. Após o Concílio, Dom Fernando elaborou vários documentos, visando orientar o clero e leigos da Arquidiocese, nos quais manifestava a visão da Igreja como uma comunidade aberta a todos, na qual bispos e sacerdotes serviriam, integrados na vida do povo (SANTOS, 1966). O processo de mudanças no que referia ao posicionamento social pelo qual passou Dom Fernando se ampliou com sua participação na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968), em Medellín, Colômbia.

Nesse cenário de significativas transformações, entre o Vaticano II e a Conferência de Medellín, Paulo VI lançou a encíclica *Populorum Progressio* (1967)¹⁵. Além dos documentos conciliares e da encíclica *Populorum Progressio*, a realidade da pobreza na América Latina repercutiu nos documentos finais, percebida como o maior desafio para a Igreja na América Latina, cabendo a Medellín “assumir a missão de começar a traçar a tarefa da Igreja diante [desses] desafios” (GUTIÉRREZ, 1998: 248). A conferência de Medellín marcou a recepção do Concílio na América Latina pensando a Igreja “a partir de seu agir no mundo; de sua missão” (CATÃO, 1998: 267). Além do compromisso com os pobres, Medellín destacou a necessidade de novos movimentos leigos para atender a uma nova realidade.

¹⁴ A partir da década de 1950, a Ação Católica adota o ramo francês, organizando-se por categorias sociais: operária, estudantil, universitária e agrária (DALE, 1985), com destaque para a atuação da juventude por meio da Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Nesse período, a Igreja viu-se impelida a mudar suas práticas pastorais diante de uma sociedade que se urbanizava e se tornava mais participativa.

¹⁵ A encíclica dava continuidade à constituição *Gaudium et Spes* (1965), aprofundando os temas ali iniciados e propondo uma ação efetiva para o desenvolvimento integral do homem e o desenvolvimento solidário da humanidade (CAMACHO, 1995).

Desde o encerramento do Vaticano II e com mais ênfase a partir da publicação da encíclica *Populorum Progressio*, Dom Fernando reforça a compreensão de uma Igreja plenamente vinculada à vida do homem no mundo, ou seja, Igreja como povo de Deus:

Não se trata de uma Igreja constituída de Bispos e Padres em que os outros membros são menos povo do que “massa”. Trata-se de um povo organizado que tem os seus líderes, os seus responsáveis, mas todos formam um verdadeiro “povo”, constituído de pessoas inteligentes e livres. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1967: 641)

Após a Conferência de Medellín, as declarações do Arcebispo se tornaram ainda mais incisivas. Ao retornar desse evento, o prelado encabeçou uma declaração reforçando a concepção da Igreja, que além de comunidade espiritual é também sociedade visível, inserida na história da humanidade. Ressaltou ainda que a missão da Igreja é dar sentido cristão aos valores do mundo moderno, fazendo com que as mudanças ocorressem dentro dos princípios da religião, na defesa dos menos favorecidos.

Ela [a Igreja] se determina, por imperativo de sua missão, a colaborar para modificar e atualizar esses sistemas e estruturas [eclesiais ou civis], com o mesmo e único objetivo de elevar, dignificar e defender a todos os injustiçados e oprimidos, seja qual for a forma de opressão ou de injustiça. (SANTOS, 1968a, s/p)

Esse documento circulou no contexto do lançamento do movimento Ação, Justiça e Paz, em Goiânia¹⁶, e, em sua homilia, durante o lançamento do movimento (SANTOS, 1968b), Dom Fernando fez uma análise conjuntural da sociedade brasileira, avaliando que ao mesmo tempo em que sofria com a desigualdade entre ricos e pobres, fazendo com que determinados segmentos se revoltassem, também trazia em seu interior elementos para superar esses entraves. Nesse sentido, defendeu que o momento exigia ação, justiça e paz, conclamando as pessoas à ação organizada para promover a justiça, no sentido de conscientizar a todos sobre seus direitos e deveres, sendo esta uma condição para a paz.

¹⁶ “O movimento Ação Justiça e Paz foi idealizado por Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, inicialmente com o nome Movimento de Ação Moral, quando foi lançado, na IX Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada em julho de 1968, no Rio de Janeiro. [...] A Arquidiocese de Goiânia e a Diocese de Goiás foram duas das quarenta e cinco dioceses brasileiras e lançarem o Movimento” (DUARTE, 2003: 70-71).

Essa postura de Dom Fernando – concretizando uma posição mais enfática na luta por justiça – revela que sua eclesiologia acompanhava a Doutrina Social da Igreja, tendo incorporado seus avanços a partir do Concílio, particularmente após a publicação da encíclica *Populorum Progressio* e sua concepção de desenvolvimento integral do homem.

Além das transformações na orientação da Igreja, o período também marcou mudanças no campo político, com o acirramento do regime militar. Desde o golpe não houve “soluções de compromisso” do novo regime com a Igreja (PIERUCCI et al., 1984: 372), situação que se agravou após 1968. No entanto, os representantes da hierarquia eclesiástica jamais deixaram de acreditar na possibilidade de diálogo com o regime (SERBIN, 2001).

Dom Fernando nunca rompeu relações com o governo militar, embora tenha vivido diversas situações de confronto, seja na defesa de membros da Igreja perseguidos pelo regime, seja apoiando manifestações de segmentos sociais que clamavam por justiça. Para Duarte (2003: 74), os documentos de Medellín e a ameaça da violência armada, após a vitória da revolução cubana em 1959, influenciaram Dom Fernando em seus posicionamentos no período: “a proposta de D. Fernando, assim como a proposta dos bispos, em Medellín, foi um processo reformista, para que se evitasse uma revolução, com a total transformação das estruturas sociais”.

Contudo, a autora aponta uma mudança no posicionamento do Arcebispo em relação à compreensão sobre o processo político brasileiro, a partir do início da década de 1970. Ela cita como marco a aproximação entre a Arquidiocese de Goiânia e suas sufragâneas, a Prelazia de São Félix do Araguaia, com Dom Pedro Casaldáliga, e a Diocese de Goiás, com Dom Tomás Balduino, ambas comprometidas com causas populares, como a luta pela terra.

A publicação do documento *Marginalização de um povo – grito das Igrejas*, em 1973, assinado por seis bispos do Regional Centro-Oeste da CNBB¹⁷, marcaria o período por denunciar os graves problemas enfrentados pelo homem do campo em relação aos proprietários de terra que os exploravam, à posição do governo que protegia esses proprietários e também em relação à estrutura econômica do país, considerada

¹⁷ Dom Fernando, Arcebispo de Goiânia, Dom Epaminondas, Bispo de Anápolis, Dom Tomás, Bispo de Goiás, Dom Pedro, Bispo de São Félix, Dom Estevão, Bispo de Marabá, e Dom Celso, Bispo Auxiliar de Porto Nacional.

injusta. Essa publicação trouxe consequências, como a prisão, pela polícia federal, do proprietário e dos funcionários da gráfica que imprimiu o documento, além da suspensão da publicação da *Revista da Arquidiocese*, que se preparava para divulgá-lo.

Ainda em 1973, Dom Fernando publicou a carta pastoral *Como vemos a situação da Igreja em face do atual regime*, que teve também graves consequências, e que é objeto deste estudo. O Arcebispo esclareceu que na carta expunha o que pensava sobre a conjuntura sócio-religiosa e firmava sua posição frente a essa situação, além de indicar pistas para uma ação conjunta. Logo no início, afirmava que era preciso esclarecer os católicos de que a Igreja vinha se posicionando sobre a situação sócio-político-religiosa do país devido a problemas provocados pelo próprio sistema político: “[...] seria ilusão prender-nos a estes ou àqueles fatos, mesmo frequentes, quando a causa, a nosso ver, está no próprio sistema político que procura firmar sua filosofia e seus métodos de ação” (SANTOS, 1982b: 230).

Segundo o Arcebispo, os militares alegavam de início ter três metas que foram distorcidas: do *combate ao comunismo*, o governo passou a imputar essa denominação àqueles que não se submetiam ao sistema; o *combate à subversão* transformou-se em perseguição aos cidadãos, e o *combate à corrupção* em corrupção no campo político – ao “cassar o mandato de representantes do povo” e “suspender ou amordaçar o parlamento” – e, no campo econômico, como um modelo que favorecia o rico e prejudicava o pobre.

Diante dessa situação, Dom Fernando afirmou que os bispos agiam em defesa dos pobres, dos injustiçados, dos oprimidos, expondo os excessos do regime e denunciando quando contrariavam os princípios fundamentais da pessoa humana. Ademais, propôs a preparação de agentes pastorais para atuar em pequenas comunidades, a formação de pessoal para agir no exercício de sua profissão e a promoção de estudos e pesquisas de ordem sociológica como subsídios de ação planejada, além da proclamação da justiça e denuncia contra a iniquidade.

O Arcebispo submeteu o conteúdo da carta como base de discussão a um grupo de bispos com o qual havia se reunido no Rio de Janeiro, momento em que foram sugeridas algumas alterações. O texto, com as modificações, mas ainda não definitivo, foi enviado aos bispos de todo o Brasil no início de junho e chegou ao conhecimento do governo militar, que enviou um representante para falar com Dom Fernando, durante uma visita a Brasília, solicitando que o documento não fosse divulgado. O pedido não

foi atendido pelo Arcebispo, embora a divulgação tenha sido restrita devido à censura da imprensa.

A divulgação da carta pastoral levou Dom Fernando a ser intimado a participar de um encontro com a *Comissão Bipartite*, criada no governo Médici (1969-1974), composta por representantes da Igreja e do governo militar, com o propósito de minimizar os enfrentamentos entre esses setores. As reuniões dessa comissão eram sigilosas “sob as sombras de um governo que mantinha uma fachada democrática ao mesmo tempo que esmagava seus opositores com o auxílio de tropas, espões e torturadores. Foram os anos de chumbo, os momentos da repressão mais pesada” (SERBIN, 2001: 9).

O encontro ocorreu em 3 de agosto, no Rio de Janeiro, para o qual Dom Fernando levou um texto escrito, que leu no início da reunião. Em seu texto, o Arcebispo citava documentos episcopais, sinalizando como a Igreja sempre esteve disposta ao diálogo com os governos, alegando que as tensões entre os homens da Igreja e os homens do Estado levam a “um trauma que abala as fibras mais sensíveis de nossa história e de nossas tradições” (SANTOS, 1982c: 241), mostrando que ainda acreditava na possibilidade de diálogo com o regime.

Alertou que sozinhos, nem Igreja, nem governo encontrariam respostas para os problemas e, invocando a lição de Cristo, “Dai a Cesar o que é de César e a Deus o que é de Deus”, assegurou que cada instituição tinha o seu papel: “exigem-se de todos clarividência, capacidade de discernimento, abertura de espírito, fé e civismo para congregar aos autênticos valores da Pátria. Requer-se ainda a interdependência dos valores, cada qual com a autonomia que lhe é devida, sem prejuízo da mútua e respeitosa colaboração” (SANTOS, 1982c: 241).

Ao regressar, Dom Fernando fez um relatório desse primeiro encontro, que foi distribuído entre membros da Arquidiocese. No relatório, o arcebispo acrescentou que no início “a revolução” despertou as esperanças do episcopado por sua postura contra o comunismo, a subversão e a corrupção, mas que, no entanto, esta se deixou influenciar pela maçonaria e por sua preferência política pela UDN.

Em resposta à ponderação do Coronel Muricy de que “a Carta Pastoral não devia ser divulgada para evitar possíveis consequências desagradáveis, em virtude dos comentários ou interpretações que dela surgissem” (SANTOS, 1982d: 245-246), Dom

Fernando respondeu que a mesma já fora divulgada na Arquidiocese, embora não fosse permitida sua impressão, devido à censura, acrescentando que “no que se refere às consequências desagradáveis que poderiam surgir, declarei tranquilamente que estava preparado e disposto a suportá-las, quaisquer que fossem”. Segundo o Arcebispo, esse foi o momento mais delicado do encontro, porém o general “contornou o problema com outras considerações”.

Ao final desse primeiro encontro, outro foi marcado para 26 de setembro, quando Dom Fernando voltou ao Rio de Janeiro. A reunião tinha outros temas em pauta e, quando chegou o momento de discutir o item *comentário de Dom Fernando*, o General Muricy manifestou seu desagrado pelo fato de o Arcebispo ter divulgado o encontro anterior em um relato que teria distribuído aos membros da Arquidiocese.

Dom Fernando, por sua vez, explicou que divulgou a reunião porque teve que adiar diversos compromissos para estar no Rio de Janeiro naquela data e que isso causou apreensão na Arquidiocese. Sugeriu ainda que se acabasse como esse “segredo”, porque muitas pessoas sabiam que esses encontros aconteciam e também porque o grande público gostaria de saber que o governo civil e o governo eclesiástico se reuniam periodicamente, “visando o bem de todos os que realmente desejam o bem da Pátria comum” (SANTOS, 1982e: 250).

O Arcebispo aproveitou para cobrar solução para a *Revista da Arquidiocese*, que estava proibida de circular nos últimos três meses por não ter recebido resposta ao pedido de registro encaminhado ao Departamento de Censura, tendo o Coronel Muricy ficado com as cópias dos documentos entregues por Dom Fernando. Contudo, conforme concluiu o Arcebispo, o problema da censura à imprensa não foi aprofundado: “tive a impressão de que não há maior interesse dos membros que representam a parte governamental, de enfrentar os problemas mais graves e urgentes” (SANTOS, 1982e: 250).

Serbin (2001) estuda os encontros nos quais Dom Fernando participou e avalia que o Arcebispo estava mais moderado e chegava a recuar em algumas questões de sua carta pastoral diante da comissão. O autor faz duas críticas veementes à postura do Arcebispo durante as reuniões da Comissão Bipartite. A primeira trata das declarações de apoio ao governo; segundo Serbin (2001: 298), Dom Fernando contemporizou:

[e] explicou que não estava acusando o governo de qualquer violação específica. O problema não era o Presidente Médici ou seu governo; era a

filosofia do regime e o fato de que alguns oficiais se recusavam a tomar atitudes contra os abusos, declarou Dom Fernando. Todos nós respeitamos e admiramos o residente Médici, acrescentou.

No entanto, o próprio Dom Fernando havia externado essa posição, no documento publicado em 1973, afirmando que “seria ilusão prender-nos a estes ou àqueles fatos, mesmo frequentes, quando a causa, a nosso ver, está no próprio sistema político que procura firmar sua filosofia e seus métodos de ação” (SANTOS, 1982b: 230). O Arcebispo criticava, sobretudo, os métodos utilizados:

A base mais forte do sistema está na força das armas que dispõe de todos os meios para fazer o povo suportá-lo. São os serviços de informações, a absorção dos meios de comunicação, a censura à imprensa escrita e falada, a negação do direito de defesa, a supressão, em muitos casos, do habeas-corpus, a propaganda teleguiada e inegavelmente bem feita, o populismo em torno dos esportes, o escondimento sistemático dos crimes oficiais ou cometidos à revelia das autoridades, mas por elas acobertados pela impunidade, para salvaguardar o bom nome do regime que se considera onisciente, onipresente, onipotente, infalível e irreversível. (SANTOS, 1982b: 231)

O próprio Serbin (2001: 294) esclarece que as declarações “e a atitude subsequente na Bipartite devem ser entendidas no contexto das visões de Dom Fernando sobre desenvolvimento e democracia. Dom Fernando tinha raízes na Igreja da Neocristandade e havia tempo acreditava na cooperação entre a Igreja e o Estado, entre a Igreja e o Exército”.

Todavia, Serbin apresenta fatos novos ao esclarecer que Dom Fernando teria expressado apoio ao governo afirmando que, “no início era natural mais rigor”, que não gostava de um “governo fraco”, era “favorável a um governo forte”, e que, “infelizmente, os civis não estão capacitados para o governo” (SERBIN, 2001: 299-300).

A segunda crítica de Serbin foi à posição anticomunista do arcebispo. No entanto, Dom Fernando não negava esta posição¹⁸ afirmando que “a verdade é que a Revolução de 1964 abriu novos horizontes, acendeu de um extremo a outro do país, a chama da esperança, para livrar-nos do comunismo, da subversão, da corrupção” (SANTOS, 1982: 242).

¹⁸ O apoio aos sucessivos governos e o anticomunismo eram faces de um mesmo posicionamento da Igreja em um período em que, para combater essa ideologia, lançavam projetos alternativos, contando com o apoio do Estado. Em Goiás Dom Fernando contou com a colaboração do governo para um projeto de reforma agrária e outras iniciativas que, enfraqueceram a partir do governo militar.

Porém Serbin complementa que, durante as reuniões, Dom Fernando teria relatado que chegou a sugerir que a polícia prendesse agitadores comunistas em Goiânia, em 1968. O Arcebispo teria também recordado fatos passados como a oposição à visita de Luiz Carlos Prestes a Goiânia, em 1959, na qual mobilizou os membros da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa, convencendo-os a não aceitarem a visita do líder comunista.

Ao confrontarmos os discursos de Dom Fernando e de Serbin, percebemos a natureza divergente das duas narrativas, memória e história, que se aproximam enquanto reconstrução do passado, mas também se afastam. Serbin lança mão de documentos e, por meio do campo teórico metodológico busca conferir sentido aos acontecimentos. O autor historiciza os elementos em um determinado contexto, obedecendo critérios da pesquisa histórica. (De CERTEAU, 2002)

Dom Fernando, por sua vez, busca coerência com sua vida religiosa, na qual era visto como modelo de pastor. Percebe-se nas declarações do Arcebispo um processo particular de “construção de si”, que permeou a elaboração de seus relatos, visando constituírem uma narrativa sobre sua vida, assinalando o propósito de delinear uma autoimagem a ser referenciada pela posteridade.

Ao refletir sobre o que chamara de “intenção autobiográfica”, que orienta o arquivamento de nossas próprias vidas, Artières (1998: 3) assinala que “não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas”. Um *documento-monumento* é entendido por Le Goff (1994) como um *corpus* que possui uma “intencionalidade” consciente ou inconsciente, visando perpetuar determinada memória.

Nos documentos produzidos por Dom Fernando é evidente um discurso que enfatiza sua coragem frente aos militares, como quando sugere “acabar com o sigilo das reuniões”, e também quando solicitado a não publicar documentos, anuncia que já os publicou. Essa narrativa está coerente com a frase que marcou sua trajetória: “Sem violência e sem medo”.

A memória é construída por um processo de seleção que inclui as lembranças que reforçam valores, promovendo o esquecimento de outras. Esquecimento e rememoração são partes constituintes de um mesmo processo. Se, por um lado, a

memória é uma forma de lutar contra o esquecimento, por outro não é possível tudo lembrar (RICOEUR, 2007). Assim, são selecionados acontecimentos considerados significativos, que se relacionavam a valores e que possibilitavam a abordagem de problemas históricos, deixando esquecido o que não se coadunava com essa perspectiva.

Referências Bibliográficas

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.21, p.9-34, 1998.

AZZI, Riolando. *Neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.

CATÃO, Francisco. Aos trinta anos de Medellín. In: PADIN et al. *Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 1998. p. 253-284.

De CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

DUARTE, Teresinha. *Se as paredes da Catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar*. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

GUTIÉRREZ, Gustavo. A atualidade de Medellín. In: PADIN, Dom Cândido et al. *Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 1998. p. 237-252.

Le GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz de; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História da Civilização Brasileira*. v. 4. São Paulo: Difel, 1984. p. 343-380.

REVISTA DA ARQUIDIOCESE. Arcebispo fala ao Jornal do Brasil. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 8, p. 641-642, ago. 1967.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Constituição dogmática sobre a Igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 2, p. 88-96, fev. 1966.

_____. et al. Ação, justiça e paz. *Caderno de Notícias*, Goiânia, n. 1, s/p, 30/10/1968a.

_____. Ação, Justiça e Paz. *Caderno de Notícias*, Goiânia, n. 1, s/p, 30/10/1968b.

_____. Apresentação no lançamento do Livro: Sem Violência e sem Medo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 11, p. 612-615, nov. 1982.

_____. Como vemos a situação da Igreja em face do atual regime. In: *Sem violência e sem medo: escritos, homilias e entrevistas*. Goiânia: UCG, 1982b. p.231.

_____. Diálogo militares-Igreja (Alocução de Dom Fernando). In: *Sem violência e sem medo: escritos, homilias e entrevistas*. Goiânia: UCG, 1982c. p. 240-242.

_____. Diálogo militares-Igreja (Primeiro encontro no Rio). In: *Sem violência e sem medo: escritos, homilias e entrevistas*. Goiânia: UCG, 1982d. p. 243-247.

_____. Diálogo militares-Igreja (Segundo encontro no Rio). In: *Sem violência e sem medo: escritos, homilias e entrevistas*. Goiânia: UCG, 1982e. p. 248-250.

_____. A vida aos 75 anos. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 4, p. 208-221, abr. 1985.

SERBIN, Kennet P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NÓBREGA, MISSIONÁRIO DE CRISTO E DA COROA

Pedro Hermes de Oliveira
Mestrando em História Ibérica – UNIFAL-MG

Resumo: Para se discutir o poder da religião em nossas terras, não podemos nos abster de olhar para um dos principais precursores do cristianismo, o padre Manuel da Nóbrega, que foi o primeiro Provincial Jesuíta no Brasil. Junto com Thomé de Souza, primeiro Governador Geral, embarcou rumo à Colônia. Enviado por Dom João III, não tinha “apenas” a missão de divulgar o cristianismo, mas de travar uma Guerra Santa contra o demônio que havia habitado essas terras, após ter fugido da Europa. Com o auxílio de mais cinco jesuítas e com o apoio do Governador Geral, lutou para que Cristo fosse aqui “aceito”, não apenas por nativos, mas também pelos cristãos-velhos. Nesse período, muitas foram as cartas enviadas aos seus superiores em Portugal, pedindo auxílio desses e/ou do rei, para que tomassem alguma providência quanto às lástimas que aconteciam na Terra de Santa Cruz. Inquisidores, bispos, vigário geral, órfãs e mulheres errantes para aqui se casarem, etc., todos vieram após os pedidos que Nóbrega fez em suas cartas. As missões jesuíticas, se por um lado foram uma grande ferramenta de “cristianização”, por outro, se tornaram o melhor meio de “domesticação” dos habitantes do Brasil, para maior poder da Coroa Lusa, ainda que não fosse o intuito desses missionários.

Palavras-chaves: Manuel da Nóbrega – Poder – Jesuítas

Introdução

Ao abordar a religião inserida nos povos, existem contextos/pessoas que não podemos desconsiderar. No Brasil, que ainda hoje tem em sua maioria cristãos, uma figura singular se destaca na História, o Pe. Manuel da Nóbrega. Examinar, neste trabalho, se ele foi um missionário de Cristo e/ou da Coroa é nossa proposta. Em outras palavras, se o objetivo dele era fazer, dos evangelizados, “almas” dignas do céu e/ou súditos da Coroa. Mas antes, é importante lembrarmos que no século que esse padre se encontra, é impossível separar religião e Estado, ou poderíamos dizer, religião e poder. Pensando em poder como a capacidade de exercer uma vontade sobre a de alguém.

O Brasil foi descoberto no início do séc. XVI, século marcado pelo poder da religião na vida do homem. As ações das pessoas tinham como plano de fundo, Deus. Do contato que os navegadores, colonos tiveram com os indígenas, duas impressões foram sendo geradas na primeira metade desse século. A primeira é a de que essa terra

era tal qual o paraíso. (COLÓN, 1498, p. 216). A segunda, a de que o demônio, tendo fugido da Europa, tinha vindo para cá. Por isso, a presença da Igreja era mais que necessária, seja para expulsá-lo, seja para salvar as almas dos pagãos, os indígenas (SOUZA, 1993, p. 30).

D. João III diferente de seu pai, D. Manuel I, não foi um desbravador, guerreiro, mas um colonizador. Aquilo que já havia sido conquistado pelo *Venturoso*, seu antecessor, ele buscou povoar colonizando e, com isso, através de seu espírito religioso que lhe garantiu o apelido de *Piedoso*, levou a Igreja para as terras de Ultramar, dentre as quais as do Brasil.

Tardiamente a evangelização ganhou importância nessa colônia lusa. Apenas em 1549, junto com o primeiro Governador Geral, Thomé de Sousa, foram enviados os missionários jesuítas, que se tornaram os grandes pioneiros do cristianismo e do catolicismo no Brasil. Pe. Leonardo Nunes, Pe. João de Azpilcueta Navarro, Ir. Vicente Rodrigues, Pe. Antônio Pires, Ir. Diogo Jácome e, o superior, Pe. Manoel da Nóbrega, esses foram os primeiros evangelizadores.

Nóbrega, escolhido por Cristo e pela Coroa como missionário e superior da Companhia de Jesus nessas terras, é, segundo o que ele nos apresenta em suas cartas, assim como seus historiadores, um exemplo de homem de fé e obediência. Para compreendermos esse trabalho, buscamos abdicar dos conceitos criados ao longo dos séculos que se passaram em relação a algumas posturas da colonização, da Igreja, dos missionários. Não olhando de modo anacrônico para a história, mas entrando na mentalidade do século XVI, esta pesquisa privilegiou conhecer o mundo desse jesuíta e assim, discernir pelos fatos, qual tipo de missionário ele foi.

Contexto

Cabe a nós nesse contexto, tocar de modo sucinto em alguns aspectos fundamentais para compreensão da mentalidade que havia na época de Nóbrega. Por isso, não iremos nos aprofundar em detalhes sobre cada um desses aspectos, evitando assim, uma desnecessária explicação histórica e debates conceituais sobre.

O Tratado de Tordesilhas de 1491, que foi validado posteriormente pelo papa Júlio II em 1506 com a bula *Ea quae*, determinava que 300 léguas ao leste da ilha de Cabo Verde havia ficado como posse de Portugal (PONTIN, 2012, p. 188). Nessas

léguas, o Brasil foi encontrado em 1500. Primeiramente não foi visto como foco para os lusos, já que esses tinham como propósito maior as Índias, centro de monopólio mercantil, de onde se comercializavam especiarias, ouro e marfim (HANSEN, 2010, p. 58). Por meio do mercantilismo, os portugueses expandiam e fortaleciam o reino.

Nesse período, o governo do Brasil foi dividido em Capitânicas, essas que eram hereditárias, ou seja, passadas de pais para filhos. Longe de constituir uma solução político-econômica, as chamadas Capitânicas foram objeto de preocupação de D. João III, pois eram constantemente invadidas pelos franceses e presenciaram diversas guerras contra os indígenas. Além disso, o governo espanhol havia encontrado, nas terras a ele designadas, ouro e posteriormente pérolas, prata e mercúrio, fato esse que levou a Coroa Portuguesa a desencadear ações para a descoberta de riquezas minerais no Brasil. (DEVEZA, 2006, p. 79).

O envio do primeiro governador geral, Thomé de Souza, foi realizado por dois motivos: para sanar os problemas da Colônia e organizá-la como fonte de renda para a coroa lusa. Isso se deu mediante a exploração e defesa militar, agricultura extensiva e conquista espiritual (HANSEN, 2010, p. 79). Importante lembrar que ele era um homem treinado em guerra e descobertas nas Índias. Assim, cada Capitania, que antes vivia independente, acabou recebendo um ponto de unificação em sua terra.

Outro aspecto importante que motivou a evangelização nessas terras, na visão de D. João III, estava relacionado com a propagação do protestantismo. A França aos poucos abandonava a tradição católica, mas não o cristianismo. Por isso, estando ela a invadir nossas terras, o perigo de que as “heresias” fossem fomentadas no Brasil trouxe uma urgência de evangelização, evangelização da “verdadeira fé”, assim, missionários se fizeram necessários (SILVA, 2011, p. 113). Mas se por um lado o risco do protestantismo de vir para cá era um problema para os portugueses, os rituais antropofágicos dos indígenas, que foram considerados bruxaria, era um problema importante a ser combatido, ainda mais se considerarmos o espírito da Inquisição que ainda se respirava na Península Ibérica.

Inácio de Loyola, que de soldado em guerras se transformou em soldado de Cristo, com mais alguns amigos, fundou a Companhia de Jesus. Obedientes à Igreja e dispostos a defender e ensinar a fé, a qualquer custo, ainda que com a própria vida, os jesuítas deveriam fazê-lo. Nesse sentido, uma mentalidade de martírio era formada em cada novo membro. Quando lemos as histórias contadas sobre eles, ou por eles próprios,

podemos de modo claro perceber a semelhança com os primeiros apóstolos citados na Bíblia. Foi com esse espírito paulino, de evangelização e obediência, que Loyola e os seus aos poucos conquistaram espaço na Europa.¹⁹ Principalmente porque fortaleciam os ideais que estavam surgindo no Concílio de Trento e eram patrocinados pela Coroa Lusa, não só no Brasil, mas em outras missões.

Ainda um ponto necessário para entendermos o contexto no qual se situa Nóbrega e suas posturas, é o Padroado. Desde o início do séc. XV, o rei de Portugal era pelo Padroado, considerado um representante do papa em suas terras.²⁰ Desse modo, a nomeação de bispos, a fundação de dioceses, a criação de ordens religiosas, tudo passava pelas mãos do rei. Assim, nem tudo o que o papa ordenasse para os católicos, necessariamente, aconteceria nas terras do rei, já que deveria passar pela sua aprovação. Com isso, para um cristão seguir as ordens do rei, era seguir as ordens do papa e, conseqüentemente, estaria seguindo as ordens do próprio Cristo. Ou seja, é impossível desvincular na cosmovisão do homem moderno religião e poder, já que caminhavam de “mãos dadas”.

Após uma breve contextualização do período que estamos abordando, poderemos compreender melhor as posturas de Nóbrega. Isso não quer dizer que concordaremos com elas, mas se ao menos compreendermos de modo profundo e não apenas taxativamente a história, já teremos êxito com esse trabalho. Porém, se conseguirmos nos colocar como espectadores dessa história, buscando experienciar com a mentalidade lusa, colonial, cristã, católica e missionária teremos certamente, outra visão da história. Visão essa que pode ser de um jesuíta fiel a sua missão, seja de Cristo e/ou da Coroa, mas de modo mais profundo será o entendimento da mesma. Nesse percurso, escolheremos metodologicamente alguns fatos de sua vida, cientes que poderíamos citar muitos outros, mas, para obedecermos as normas pedidas para esse artigo, será impossível.

Missionário de Cristo

Quem foi Manuel da Nóbrega? Sabemos que foi o primeiro superior jesuíta no Brasil. Também que era padre. E com as informações dadas já no decorrer desse

¹⁹ É ainda hoje a maior ordem religiosa do mundo.

²⁰ Esse é um pensamento tomista, onde tanto o papa quanto o rei são vice-reis de Cristo. Cf: Hansen, 2010, pp. 59-60.

trabalho, que veio junto com Thomé de Sousa para essas terras. Para explicitarmos como ele foi missionário de Cristo em nosso solo, apresentaremos um parágrafo, apenas, de sua vida antes de sua vinda para Colônia. Buscaremos também apresentar o que fez dele um missionário da Coroa, para depois podermos concluir missionário de Cristo e/ou da Coroa ele foi.

O *Gago*, como era conhecido devido sua gagueira, nasceu em 1513, filho de Balthazar de Nóbrega, desembargador, e sobrinho do chanceler-mór do Reino. Estudou nas Universidades de Salamanca e de Coimbra, onde se formou como bacharel em Direito Canônico e Filosofia. Teve como mestre o doutor Martim de Azpilcueta Navarro, que o considerou seu melhor pupilo. Animado por esse para ser professor devido suas capacidades, tentou em vão por duas vezes a cátedra, já que passando pelas provas teóricas, sua gagueira foi vista como empecilho. Em 1544 foi ordenado sacerdote na Companhia de Jesus, fazendo missões no território luso e também hispânico. Ainda que poucos conhecessem seu nome, o *Gago* começou a ficar famoso no reino, já que carregava um ardente zelo por Cristo, aliado ao lema inaciano que ele vivenciava, “tudo para maior glória de Deus!”.

Em 1549, o Padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, um dos fundadores da Companhia de Jesus e superior da mesma em Portugal, a pedido do rei Dom João III, formou o primeiro grupo de missionários que seriam enviados para o Brasil. Nóbrega foi escolhido como superior dessa missão, que não começou quando chegaram em nossas terras. Uma viagem de dois meses, era tempo bastante para, alguém que cria em Deus como a causa e o fim de tudo, evangelizar todos que estavam nas embarcações, ensinando os “bons modos cristãos” com o auxílio de seus companheiros.

No tempo que durou a navegação, fez grande fructo em toda a nau capitanea, á qual se passou, desterrando jogos e juramentos e fazendo muitos exercícios de devoção, com os quaes foi de muito proveito a todos os da nau. Nesta jornada traz a historia da nossa província e delia a do Brasil, o caso da cabeça de um peixe, que dizia succedera com o governador Thomé de Sousa. (NÓBREGA, 1931: 31)

Segundo o próprio Nóbrega, nessa mesma carta, o governador geral também foi atingido por essa evangelização. Ele era devoto de São João Batista, e por isso, não comia cabeça de peixe como penitência. Quando o capitão do navio fez esse prato, ele não quis comer. O padre por sua vez, insistiu que ele comece, dizendo que havia outras penitências que agradariam mais a Deus do que aquela. Mas mesmo assim, ele não quis

comer. Incansável, o padre pediu para que se lançasse um anzol ao mar, pois Deus responderia se aquela devoção de Thomé de Sousa era válida. Para surpresa de todos, menos do jesuíta, o peixe pescado, não tinha corpo, era apenas uma cabeça. Com isso, sua fama se espalhou ainda mais e ele ganhou o respeito e amizade do governador (VASCONCELOS, 1865, p. 20).

São inúmeros os fatos ocorridos na vida desse primeiro superior dos jesuítas no Brasil. Mas não iremos nos deter a contar esses fatos detalhadamente, a não ser que seja fundamental para compreensão de como ele veio a ser um exemplo de missionário de Cristo em nossas terras.

Ao chegar ao Brasil, começou a construção de casas de barro, para morarem, e da Capela de Nossa Senhora da Ajuda. A primeira carta enviada pelos jesuítas foi do próprio Nóbrega ao mestre Simão, que era responsável pela Província do Brasil. Ela foi escrita com menos de dois meses de missão, mas contém a síntese daquilo que seriam os trabalhos e dificuldades nessas terras. Apenas os métodos de aproximação que eles utilizaram com os índios e as dificuldades encontradas com os clérigos e o bispo, que não estavam presentes nessa carta. Eis os aspectos tratados nela (NÓBREGA, 1931, pp. 71-76):

O povo da terra está pecado mortal;
Deu-se início a uma escola onde o Ir. Vicente ensina;
Alguns jesuítas foram morar nas aldeias para aprender a língua brasílica para depois facilitar a doutrinação, e o Pe. Navarro [que era sobrinho de seu mestre] já está adiantado nessa arte;
Algumas amizades foram feitas com pessoas importantes no Brasil;
Os cristãos não se confessam há anos e que esse estado de pecado deve ser comunicado ao rei;
A terra é boa e auxilia para uma boa saúde;

E que os índios andam nus, menos os batizados que receberam a partilha das roupas dos jesuítas, também tem vários ídolos, comem carne humana mas que querem se tornar cristãos e temem os jesuítas, o que para Nóbrega, era muito bom.

Os jesuítas tinham como regra da própria ordem, escrever de dois em dois meses para a sede deles em Roma. As cartas eram lidas e traduzidas para outras línguas, sendo enviadas para outras missões, de modo que uma missão motivasse a outra. Assim também, os superiores teriam melhor conhecimento de como estava cada uma delas (HANSEN, 2010, p. 111). Sendo assim, os outros missionários que vieram com Nóbrega e depois dele, também escreviam, mas apenas explicitaram aquilo já dito pelo

seu superior na primeira carta ou exemplificaram com fatos ocorridos sobre esses casos acima relatados. Importante ressaltar que até receberem as respostas das cartas enviadas, iam longos meses, ou seja, havia certa autonomia no modo pelo qual os jesuítas agiam, ou melhor, no modo que o superior conduzia a Companhia.

A missão dos jesuítas no Brasil ficou dividida entre os colonos e negros, modo como também eram chamados os indígenas naquele tempo. Sobre o trabalho com os colonos, que eram cristãos-velhos,²¹ não nos aprofundaremos, mas apenas mencionaremos o fato que para Nóbrega, eles estavam em pecado mortal, pecado esse que não eram denunciados pelos clérigos que aqui se encontravam, já que esses eram mais sacerdotes do demônio que do próprio Cristo (*Cartas Avulsas*, 1931, p. 76). Expressão pesada, mas que fez o padre pedir o Tribunal da Inquisição nessas terras, bispos, para que esses cristãos, conhecedores do amor de Cristo, não mudando seu mau comportamento, talvez pelo medo e pela dor abandonariam o estilo de vida blasfêmico. (NÓBREGA, 1931, p. 75). Vida essa que comportava do pecado da luxúria, aos jogos de cartas e dados.

Para compreendermos esse ponto, temos que entender que ele não está apenas preocupado com a salvação dessas almas cristãs. Mas, com o mal que esses falsos cristãos faziam para a imagem da Igreja. E como era prejudicial para evangelização indígena, já que os batizados deveriam ser testemunhos de como viver a fé para os negros e não, de como não se deve viver. “Cá ha clérigos, mas é a escoria que de lá vem; omnes qucerunt qum sua sunt. Não se devia consentir embarcar sacerdote sem ser sua vida muito aprovada, porque estes destroem quanto se edifica.”(NÓBREGA, 1931, p. 77).

Na missão com os índios outras dificuldades foram encontradas para doutrinação. Poderíamos considerar o fato deles não terem fé, lei e rei (GÂNDAVO, 1980, p. 14). Mas como centro das dificuldades, sintetizaremos em outras três: os feiticeiros; o nomadismo; e a antropofagia. Para podermos compreender como os jesuítas buscaram superar esses empecilhos, vamos aprofundar cada um desses pontos. Para isso, precisamos compreender que alguns índios desejavam o batismo. Não podemos afirmar se o interesse era de serem católicos e irem para o “céu”, ainda que o

²¹ Cristãos-velhos são aqueles que tinham descendência cristã. Não tinham em seu sangue o paganismo. Diferente dos índios, judeus, negros africanos, que ao serem batizados ficavam conhecidos como cristãos-novos.

padre Nunes nos diga diferente em uma de suas cartas: “...têm grandíssimo desejo de conhecer a Deus e de saber o que hão de fazer para se salvar, porque temem muito a morte e o dia de Juízo e o Inferno, de que têm já alguma notícia.” (*Cartas Avulsas*, 1931, p. 66) mas apenas que o fato de ser cristão trazia consigo a possibilidade de participar da realidade colonial, de ser alguém. Índios batizados no início eram mal vistos pelos seus companheiros de tribo, mas eram bem vistos pelo governador e eram cuidados pelos jesuítas, o que gerava certo descontentamento da parte dos colonizadores, que perdiam possíveis escravos.

Através desses índios, os jesuítas foram cada vez mais tentando fazer com que a fé cristã fosse propagada. Nas tribos, encontravam a dificuldade de fazer com que um índio já velho acolhesse aquela nova verdade, que ia, em muito, contra o que esse cria. Para ajudar a atrapalhar, os feiticeiros²² propagavam em meio às tribos que o batismo era fonte de desgraça e que aqueles batizados corriam risco de vida.

Outra dificuldade para missão era o nomadismo. Os índios não tinham o costume de ficar muito tempo em um lugar. Não tendo o costume de cuidar da terra, quando essa deixava de dar o que eles necessitavam, buscavam outro lugar para aldeia, o que ocorria anualmente, fora as vezes que punham fogo em suas próprias casas quando bêbados (*Cartas Avulsas*, 1931, p. 51). Isso dificultava na sequência da doutrinação, catequese. É importante dizer que alguém só era batizado sem a doutrinação em risco de vida.

A última dificuldade, pontuada por nós, é a antropofagia. Diferente do canibalismo que se come a carne pelo sabor da mesma, os índios além do gosto pela carne humana, que consideravam como um manjar dos deuses, comiam uns aos outros, de tribos diferentes, após serem capturados em guerra como um modo de vingança (VASCONCELOS, 1865, pp. 32-33). Ao comer a carne desse, o índio estaria adquirindo as virtudes do mesmo. Incluindo em seu nome, o nome daquele que acabara de ser comido. Quanto mais nomes um índio tinha, mais respeitado ele era.

Para superar essas dificuldades, as escolas e as Reduções foram fundamentais. A escola não surgiu como um meio de ensinar gramática ou aritmética, mas como meio de doutrinação. Um programa de “catequese e escola”, onde o índio ainda pequeno, que

²² Eles eram os mestres para os índios, donos da vida e da morte. Iam de anos em anos nas tribos, dando conselhos de guerra e profetizando prosperidade.

está em fase de aprendizagem, aprende os bons costumes cristãos. Este vai questionar os modos de vida dos seus familiares, vai ensinar o que aprendeu, gerando uma visão diferente sobre a fé cristã a partir de dentro da tribo e não de fora, fomentando a criação de uma nova cultura. Além disso, os pais evitariam mudar, para que seus filhos permanecessem estudando e com isso, os jesuítas ganhavam concomitantemente a proteção dos índios.

As Reduções faziam com que várias tribos, até mesmo rivais entre elas, viessem a morar juntas, recebendo o nome de Aldeia d'El Rei. Isso ocorria com um mandato do governador, que se não obedecido, poderia gerar guerra. O índio que não quisesse viver na Redução, ou seria escravo ou fugiria para o Sertão. Já os que aceitavam o mandato do governador, conviviam em paz, plantavam, cultivavam, aprendiam novos ofícios e, o mais importante, eram facilmente doutrinados (SANTOS, 2005, p. 7). É importante lembrar que eles eram apenas seis, só em 1550 vieram mais quatro e em 1553 mais sete, ou seja, no início a messe era grande e os operários, poucos. Se por muito tempo os jesuítas, foram mediadores de paz entre as tribos e a Colônia, com esses aldeamentos, auxiliaram muito, não só para paz, como facilitador da catequese, pois assim, eles conseguiram alcançar um número maior de negros. Além disso, vivendo em Reduções, que eram governadas pelos próprios jesuítas, abandonavam o estilo nômade de viver e, mais que isso, acabavam sendo vigiados quanto as práticas antropofágicas entre eles próprios. A pedagogia do amor, aos poucos foi sendo substituída pela do medo, onde um erro que era apenas admoestado, passou a ser digno de castigo, veio a se tornar de morte (HANSEN, 2010, p. 37).

Não iremos abordar as implicações de tais posturas jesuíticas para cultura indígena, para nós. Fato é que muitos índios viviam uma dupla vida. Pois por mais que fossem batizados, casados, não abandonavam seus costumes, fazendo então uma nova antropofagia. Antropofagia cultural, já que fazia proveito daquilo que era necessário para subsistir e no mais, permanecia com a sua cultura. Poderíamos buscar descobrir se essa é a raiz do “jeitinho brasileiro”, mas não é nosso intuito nesse trabalho. Porém, essa grande acolhida do cristianismo que os índios tiveram, veio a ser um grande empecilho para permanência dos índios na vivência da fé, após sua “conversão”, pois eram abertos a tudo que lhe fosse útil, ainda que temporariamente.

Um fato notável, e digno de nota, é o encontro de Nóbrega com o maior dos feiticeiros daquele tempo, esse que se dizia filho do Criador do Céu e da Terra. Segundo

Léry, “...os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim...” (LÉRY, 1998: 38). O padre estava ciente de que se desmascarasse o feiticeiro, os indígenas iriam tentar entender o porquê, e com isso, acabaria ganhando muitos fiéis. Após um longo diálogo com esse, a vista de todos, conseguiu desmascará-lo e com ele, mais de oitocentos índios se converteram. Interessante é o fato de apenas cem desses terem sido batizados, enquanto outros setecentos permaneceram no caminho catecumenal (NÓBREGA, 1931, p. 35). O *abaré*, nome dado aos padres pelos índios, ao batizar esse pequeno grupo, escolhido a dedo, fez com que esses se tornassem responsáveis da formação cristã desses outros.

Se o grupo de jesuítas era pequeno, a inteligência não era. Assim como no caso acima, da formação de liderança, outros fatos são notáveis. Como o da utilização da música para aproximação com os indígenas. Um índio que soubesse tocar bem podia entrar em qualquer tribo, ainda que essa fosse inimiga. A música porém era proibida em meio aos jesuítas por Loyola (WITTMANN, 2008, p. 6). Mas ante a necessidade de métodos para aproximação, essa regra não veio a ser problema. Tanto que um ano depois do começo da missão, sete meninos órfãos de Lisboa foram enviados ao Brasil (HANSEN, 2010, p. 27), para que com cantos auxiliassem a missão.

Outro método importante foi o uso de línguas, pessoas que eram utilizadas como tradutores. Se o padre João Navarro logo aprendeu a língua, diz-se que Nóbrega morreu sem conseguir falá-la, talvez pela sua gagueira. Mas com essa dificuldade da língua, o uso de intérpretes auxiliou muito na missão. Até mesmo em confissões, eles começaram a utilizar línguas,²³ o que ajudou a criar uma contenda maior com D. Pedro Fernandes Sardinha, o primeiro bispo do Brasil. Para ele, os índios não eram capazes de receber a fé. Por outro lado, Nóbrega, fazia de tudo para conversão destes, seja o uso dos tradutores para conversa e confissão, o corte de cabelo dos meninos órfãos como das crianças indígenas, utilização de teatros para catequese, a acolhida dos povos da terra como noviços para auxiliarem nas missões, a tradução de músicas e orações para língua tupi, etc. (WITTMANN, 2008, pp. 3-4). Tal divergência entre eles resultou em algumas cartas, que tiveram por fim, a criação da Província do Brasil, onde Nóbrega não precisaria mais prestar contas ao bispo, senão ao seu superior geral da Companhia e ao Rei (HANSEN, 2010, pp. 28-30).

²³ Importante ressaltar que segundo Cardim, faziam juramento de sigilo sacramental. In: p. 394.

As dificuldades mencionadas e os métodos utilizados para buscar superá-las, aconteceram desde o começo da missão do jesuíta no Brasil e não cessaram com sua morte. É importante compreender que eles viviam em contínuo risco de vida, seja por conta dos colonos, que os viam como empecilho para fazer do índio escravo e lucrar com ele, seja pelos próprios índios, como narra Anchieta ao ter que carregar Nóbrega já doente em suas costas para fugirem da morte. (ANCHIETA, 1933, pp. 211-212) Contudo, não iremos mencionar as datas e locais que foram sendo criados Escolas, Igrejas, Missões, assim como não iremos nos aprofundar nas problemáticas vividas pelos jesuítas, desde a miséria às grandes posses. Já que nosso intuito é apresentar o meio pelo qual religião e poder estavam ligados no início do cristianismo em nossas terras, especificamente pela figura do primeiro superior jesuíta. E buscar averiguar se essa figura serviu mais a Cristo, a Coroa, ou a ambas.

Missionário da Coroa

Nesse aspecto, não podemos nos esquecer de que durante o século XVI, o rei era um vice-rei de Cristo. A escolha de Nóbrega como superior em nossas terras, foi dita acima ter sido pelo Mestre Simão, mas não foi apenas dele, já que o rei era quem autorizava ou não as coisas referente a Igreja. Quando o padre foi escolhido, ele estava em missão e não chegaria a tempo para a data prevista da saída da embarcação de Thomé de Sousa. Ainda assim, o rei não aceitou nenhum outro para superior. Talvez pela influência familiar que Nóbrega tinha no reino, ou pela fama que crescia de um missionário que expulsava demônios e que era zeloso pelas almas, que se espalhava pela Europa.

Escolhido pelo rei, tinha a missão de, além de como missionário de Cristo que era trazer o catolicismo para essas terras e expulsar o demônio, ser os olhos de Dom João III. Tudo aquilo que acontecesse nas terras brasílicas deveria ser comunicado. O pedido desse rei permaneceu com seus sucessores, tanto que Nóbrega ao escrever ao Cardeal D. Henrique de Évora, deixa claro que está lhe escrevendo o que sabe porque este lhe pediu (NÓBREGA, 1931, p. 220). Com essa missão adicional, podemos perceber que ele era um homem de confiança dos monarcas. Tanto que, em suas cartas, além de descrever problemas na Colônia, dava sugestões de como poderiam ser resolvidos. Alguns de seus pedidos foram: mulheres e órfãs para serem dadas em casamento, pois os homens vivem em pecado da carne; um bispo; homens para povoar a

terra, dando menos espaço para invasões; mais jesuítas para messe; que o próximo governador geral viesse com sua família. (NÓBREGA, 1931, pp. 133-135). Digno de nota é que todos os pedidos foram no tempo, concedidos.

O jesuíta tinha como grande fonte de poder, as cartas. O que era uma obrigação, parte das regras de vida de um jesuíta, se tornou o melhor meio de conseguir o que queria. Por outro lado, Nóbrega não concordava com o fato de esperar tudo da Coroa, de ser dependente dessa. Por mais que tinham o apoio dos reis, acreditava na capacidade de se sustentarem, não precisando ser um “peso” para o governo (HANSEN, 2010, p. 40). Mas, mesmo assim, os reis sempre os auxiliaram, seja financeiramente, seja com trabalhos.

Se o relacionamento de Nóbrega com o Dom João III era bom, com Thomé de Sousa não foi diferente. Desde o caso da cabeça de peixe, a estima do governador com o padre havia aumentado. O relacionamento deles chega a se tornar amizade. Essa afirmação se dá em base na carta que o superior jesuíta escreve para ele em 1559, quando já não era mais governador geral. Na carta, o modo íntimo com que escreve, demonstra verdadeiro afeto (NÓBREGA, 1931, p. 191).

Importante ressaltar que as escolas jesuítas, tinham a finalidade, além da doutrinação, fazer com que o aluno compreendesse sua participação no Estado político português. Para isso, a compreensão de que o rei, era um vice-rei de Cristo, que seguir seus pedidos era viver aquilo que era necessário para alcançar o “céu”, ser um súdito do monarca era o caminho mais seguro à seguir. Desse modo, o batizado, além de confessar de todo coração crer em Jesus, que estava disposto a abandonar os vícios de sua vida pagã, substituindo-os pelos bons costumes cristãos e tinha que estar aberto para acolher e viver as leis da Coroa Lusa, se tornando além de cristão, um súdito da Coroa (BORIS, 1995, p. 49).

Podemos também chamar a doutrinação jesuítica, de domesticação. Algumas exigências eram impostas sobre os índios cristãos, tais como: construir capelas, igrejas; ter leis políticas similares as dos portugueses; ter aldeia fixa; e não comer mais carne humana. (VASCONCELOS, 1865, p. 55). Além de fazer dos indígenas uma extensão da colônia lusa, acabaram por fazer uma europeização de nossas terras, seja no sentido intelectual quanto ético (SANTOS, 2005, p. 5).

Com o fim dos quatro anos de governo de Thomé de Sousa, D. Duarte da Costa foi enviado como segundo governador do Brasil. Este demonstrava antipatia por Nóbrega. Talvez não tivesse nada contra ele pessoalmente, mas fato é que tinha como amigo o Pe. Luís da Grã, que veio junto com ele na embarcação em 1553. Luís da Grã, que tinha em alguns aspectos pontos de vista distintos de Nóbrega, veio com a missão de ser seu colateral, um vice-provincial (SOUZA E SILVA, 2012, p. 8). Não foi apenas por isso, que o novo governador teria gerado antipatia com o padre. O Mestre Simão, grande apoiador do superior jesuíta no Brasil, havia sido substituído pelo pe. Diogo Mirão, que queria romper com as ações de seu antecessor e, para isso, enviou da Grã como emissário (HANSEN, 2010, pp. 32-33). Concomitante a essa nova realidade, ainda havia a inimizade com o bispo Sardinha, que além de inimigo de Nóbrega, o era de D. Duarte.

D. Sardinha virara comida de índios Caetés, em 1556. D. Pedro Leitão é enviado como novo bispo, apenas, em 1559, mesmo ano que Nóbrega, já doente, deixa de ser provincial. Mas em 1557, um novo governador geral foi enviado. Mem de Sá, que diferente de D. Duarte e similar a Thomé de Sousa, se tornou grande amigo de Nóbrega. É dessa amizade que queremos ressaltar um aspecto histórico que evidencia a importância do padre como missionário da Coroa. Se anos antes ele havia fundado, com mais doze irmãos, uma Vila, um Colégio em homenagem ao apóstolo de todos os povos, a Vila de São Paulo de Piratininga, hoje a famosa cidade de São Paulo, com Mem de Sá, ele veio a fundar outra importante cidade brasileira.

A rainha D. Catarina de Áustria pede para Mem de Sá atacar os franceses, isso em 1560. Ele então recorre a Nóbrega, pedindo seu conselho sobre a ordem da rainha. Visionário que era, no desejo de expulsar os “hereges franceses” de Villegagnon, que pretendiam fundar a França Antártica, e os índios Tamoios, diz ser certa a vitória naquela “guerra santa”, também conhecida como “guerra justa”. O padre foi então com o governador e os soldados para batalha contra do forte de *Coligny*, onde adquiriu um novo apelido, o de “pai dos necessitados”, devido o auxílio que prestava aos soldados, trabalhando sem cessar. Após essa conquista, que durou pouco, Nóbrega escreve, em 1562, ao Cardeal D. Henrique que ocupava o trono, pedindo que aquelas terras fossem povoadas, ou seja, que os franceses fossem expulsos para sempre. Sabemos que foi Estácio de Sá, sobrinho do governador, quem fundou a, hoje, cidade do Rio de Janeiro, mas pouco se fala da importância do padre nessa fundação.

Quando em 1564 Estácio de Sá é enviado pelo tio para expulsar os franceses e povoar a terra, tanto ele quanto os soldados estão com medo da guerra. Porém, o governador havia pedido que seu sobrinho ouvisse os conselhos do padre, como se fosse ele próprio a lhe falar. Nóbrega, o motivou para guerra e fez um sermão para motivar todos guerreiros para batalha. Como sabemos, em 1º de Março de 1565 foi fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, mas a escolha do nome foi realizado por Nóbrega, em honra ao rei D. Sebastião.

Com a morte de Estácio de Sá em batalha, Salvador Correa de Sá, também sobrinho do governador assume o governo do Rio de Janeiro. Assim como seu antecessor, tinha a recomendação do tio de seguir os conselhos de Nóbrega. O que esse fez até a morte do padre em 18 de outubro de 1570, dia de São Lucas. Com sua morte, perde-se o reitor do novo colégio, o provincial da cidade e das Capitanias do Sul, e até mesmo, o pai de São Sebastião do Rio de Janeiro, além do conselheiro do Governador e os olhos da Coroa.

Conclusão

Ao longo desse trabalho buscamos apresentar a vida do padre Manuel da Nóbrega, o primeiro superior da Companhia de Jesus no Brasil e como sua vida foi uma amostra da relação entre poder e religião em nossas terras. Após uma breve introdução histórica de seu tempo, apresentamos como ele viveu como missionário de Cristo. As dificuldades encontradas e os métodos buscados para solucionar tais problemas. Se houve problemas na evangelização indígena, não foi diferente com os colonos, clérigos e até mesmo o bispo. Num segundo momento, apresentamos o apoio que ele teve de alguns governadores e com outros nem tanto, assim como com seu colateral, o padre Luís da Grã, mas em todo tempo que viveu no Brasil, foi um apoio para Coroa Lusa em nossas terras.

“Não sabeis o que dizeis; eu faço isto para os que hão de vir, por que ainda há de haver grande multidão de Padres e Irmãos no Brasil que ajudem as almas.” (NÓBREGA, 1931, p. 61). Visionário, incansável, fundador da Companhia de Jesus no Brasil, co-fundador de Salvador, São Paulo de Piratininga e São Sebastião do Rio de Janeiro, conselheiro de governadores, precursor do cristianismo em muitas terras de nosso chão brasileiro, teve em todos momentos, o apoio dos monarcas que pelo trono passaram.

Para concluir esse trabalho, não podemos nos abster da pergunta: Nóbrega foi missionário de Cristo e/ou da Coroa? De acordo com o que pesquisamos e apresentamos, é impossível separar a figura de um missionário católico no século XVI de Cristo ou da Coroa. Sendo assim, ele foi missionário dos dois! Porém, o que nos levou a dizer no resumo sobre esse trabalho que não era o intuito de Nóbrega a domesticação dos nativos? O fato de ele, assim como os seus, arriscarem suas vidas para a missão. O desejo de “salvar” almas, fez com que ele se tornasse padre, jesuíta. Já o meio para isso, foi uma consequência dessa escolha inicial. Assim, como missionário de Cristo, ele não poderia deixar de ser missionário da Coroa.

Contudo, essa figura tão importante para o cristianismo nas terras brasileiras, não é por nós muito lembrado. Mas se pudéssemos dizer o que fez dele alguém tão importante para fé cristã no Brasil, certamente foi a capacidade de ser submisso, seja a fé, seja as regras da ordem, seja ao rei. Viveu intensamente o lema jesuíta “*perinde ac cadaver*”, ou seja, obedientes até a morte. Foi da vivência desse lema, que a religião se espalhou em nossas terras com tanto poder. Fazendo dos negros da terra, pessoas submissas, como ele mesmo era, a Cristo e a Coroa.

Referências Bibliográficas

Livros

ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.J.: (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

BORIS, Fausto. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Editores – J. Leite & Cia., 1925.

Cartas Avulsas: 1550-1568. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

COLÓN, C. *Relación del Tercer Viaje (1498)*. Madrid: Alianza Universidad, 1984.

HANSEN, João Adolfo. *Manuel da Nóbrega*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010.

NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil: 1549-1560*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VASCONCELOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*. v. 1. Lisboa: Em casa do editor A. J. Fernandes Lopes, 1865.

Internet

DEVEZA, Felipe. *O caminho da prata de Potosi até Sevilha (séculos XVI e XVII)*. Disponível em: <http://www.revistanavigador.com.br/navig4/art/N4_art6.pdf>. Acesso em 13 de Setembro de 2015.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado de Terra do Brasil*. Disponível em: <<http://www.psb40.org.br/bib/b146.pdf>>. Acesso em 13 de Setembro de 2015.

LÉRY, Jean. *Viagem à terra do Brasil*. Série Documentos Históricos. Caderno nº 10. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_10.pdf>. Acesso em 13 de Setembro de 2015.

PONTIN, Rafael de Almeida Leme. *As bulas e tratados dos séculos XV, XVI e XVIII na história do direito brasileiro: seus reflexos na américa portuguesa*. Disponível em: <<http://www.salesianocampinas.com.br/unisal/downloads/art07cad04.pdf>>. Acesso em 13 de Setembro de 2015.

SANTOS, Bruno Machado dos. *Os Primeiros Jesuítas e o Trabalho Missionário No Brasil*. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a7.pdf>>. Acesso em 13 de Setembro de 2015.

SILVA, Mariana Maciel da. *A chegada do protestantismo no Brasil*. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/download/162/269>>. Acesso em 13 de Setembro de 2015.

SOUZA E SILVA. Emãnuel Luiz. *O padre Luís da Gram e a Inquisição no Brasil colonial quinhentista*. Disponível em: <http://www.revistahistoria.ufba.br/2012_1/a01.pdf>. Acesso em 13 de Setembro de 2015.

WITTMANN, Luísa Tombini. *A música nos primeiros anos de presença jesuítica no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/luisawittmann.pdf>>. Acesso em 13 de Setembro de 2015.

A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PIRENÓPOLIS, GOIÁS NO GLOBO RURAL

Ronypeterson Morais Miranda
Universidade Estadual de Goiás - UEG
Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades:
Território e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER
Bolsista UEG

Resumo: Pirenópolis, cidade do interior do Estado de Goiás é um dos 65 destinos indutores de atividade turística, além de ser muito conhecida por suas cachoeiras e intenso calendário cultural, movimentado ora por eventos como festivais gastronômicos e amostras musicais, ora por suas festividades populares. Um dos festejos que mais possui visibilidade é a Festa do Divino Espírito Santo, que é sem sombra de dúvidas, uma das manifestações da cultura popular mais significativa do Estado, sendo ela registrada pelo Iphan em 2010 como Patrimônio Imaterial Cultural no Livro de Celebrações. Logo, a cidade atrairá não apenas o olhar dos visitantes, mas também dos pesquisadores e da grande mídia. Conseqüentemente, existir-se-ia uma larga exposição midiática acerca da cidade, assim como sobre a Celebração maior de Pirenópolis. Assim posto, o presente artigo visa uma breve análise da reportagem feita sobre a Festa, exibida em 1994 pelo programa de tevê: “Globo Rural”, da emissora Rede Globo, apontando o olhar pelo qual a Festa do Divino foi interpretada, além de trazer uma breve abordagem histórica sobre a Festa, a Cidade e como ambas se apresentam na atualidade.

Palavras-Chave: Festa do Divino – Globo Rural – Audiovisual

Considerações Iniciais

No decorrer das últimas décadas, os estudos culturais não se restringiram, apenas, no âmbito da antropologia, ganhando espaço nas mais diversas ciências histórico-hermenêuticas e humanas e tornando numerosa a produção no âmbito acadêmico acerca da cultura e as peculiaridades a ela pertinentes; produção esta que não apenas contemplam áreas dos conhecimentos anti/disci/interdisciplinar (MATTELART & NEVEU, 2004). Logo, existir-se-ia igual possibilidades de interpretações sobre a cultura. Para isso, entende-se que, Cultura assemelha-se à uma lente de câmera, que projeta e captura a forma pela qual enxerga-se o mundo em volta.

Bauman exara que “a ideia de cultura foi cunhada para distinguir as relações humanas dos fatos ‘duros’ da natureza. ‘Cultura’ significava aquilo que os seres humanos podem fazer; ‘natureza’ aquilo a que devem obedecer” (2012, p. 12). Desta

forma, as festas ser-se-iam classificadas enquanto criações dos homens, que perpassam as linguagens simbólicas, os rituais, as crenças e as tradições que configuram-se na própria identidade de um determinado grupo, sendo ela intrínseca ao Ser.

Desta forma, para o presente artigo é feita uma abordagem sobre a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, Estado de Goiás; Festa²⁴ esta que representa parte da Identidade local que foi objeto de estudo de pesquisadores diversos e de áreas do conhecimento distintas. Destarte, abordar-se-á de forma sucinta a historicidade acerca da Festa do Divino de Pirenópolis, apontando, perspicazmente o contexto em que a Festa se dá na cidade, esboçando, assim, uma contextualização temporal e espacial da mesma.

Apesar de utilizar-se de bibliografia para embasar o artigo, explica-se aqui que, para trazer inovação à pesquisa sobre uma Celebração amplamente estudada, optou-se por metodologia e material de análise a produção midiática feita sobre a mesma, em específico a reportagem exibida em 1995 pelo programa de televisão: “Globo Rural” da emissora Rede Globo.

Faz-se *mister* salientar que, o presente artigo compõe uma pesquisa maior desenvolvida para a Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, UEG sob as orientações do Professor Doutor Ademir Luiz da Silva.

A cidade

Apesar da *descoberta* do território brasileiro feito pelos portugueses ter ocorrido em 1500, foi preciso que dois séculos se passassem para que os colonos adentrassem o Sertão Goiano, fato que se dá de forma esporádica ainda no século XVII. Tais empreendimentos de desbravamento do desconhecido território do Centro Oeste além de ter sido provocado pelo interesse em metais preciosos como o ouro, foram desenvolvidos, respectivamente, para que a Coroa Portuguesa efetivasse o seu domínio perante a grande extensão de terra que viria a se chamar Brasil.

²⁴ Nota-se que ao escrever a palavra festa com “F” maiúsculo, referimos às celebrações existente dentro do cronograma festivo da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis – GO, estas sendo manifestações culturais pirenopolina. As demais festividades, estas escritas com “f” minúsculo se refere às festividades alheias às da Festa do Divino.

Segundo Palacin, o primeiro núcleo populacional do Estado de Goiás foi a Mina do Arraial de Sant'Anna, em 1726, “localizado entre morros, numa quebrada de sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho, a nova povoação” (1994, p. 27). Mais tarde, o referido lugar viria a se chamar Vila Boa, atual Cidade de Goiás, um dos núcleos populacionais mais desenvolvido, sendo ele sede do poder religioso e político de outrora.

Um ano mais tarde, ao centro norte do território goiano, o irrequieto companheiro de Bueno, Manoel Rodrigues Tomar, registra as “jazidas dos contrafortes da serra dos Pirineus, e junto ao rio das Almas surge as Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte” (PALACIN, 1994, p. 27). Meia Ponte, que em 1732 já era distrito, e em 1736 arraial sede de Freguesia e Julgado, passou por um auge aurífero que resultou na construção de seus casarões mais antigos, assim como as igrejas que, conseguinte, seriam os lugares de festas do lugar. Meia Ponte desponta culturalmente e comercialmente, sendo motivo de inimizades entre ambos os arraiais. Meia Ponte foi cogitada a substituir Vila Boa enquanto capital por ser “mais cêntrica [sic.], com melhor clima, no ponto de confluência dos grandes caminhos – São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Bahia” (PALACIN, 1974, p. 26).

Assim posto, Jayme (1971) e Curado & Lôbo (2011) exaram com precisão os principais templos construídos no Arraial ainda em meados do século XVIII. Seriam eles,

a Matriz, tendo como filiais: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, erigida entre 1743 e 1757 pela irmandade de mesmo nome; a Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, sem data precisa de construção, mas foi a terceira a ser edificada; a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, construída entre os anos de 1750 e 1754; e a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte da Lapa, erigida pela extinta Irmandade de Nossa Senhora da Lapa dos Pretos Livres, fundada em 1760 (CURADO; LÔBO, 2011, p. 83)

Assim como em demais localidades do Estado goiano, a mineração de ouro da aluvião entra, também, em decadência no Arraial de Meia Ponte, desencadeando um abalo na economia local, além de um esvaziamento do contingente populacional. Meia Ponte, então, passa a viver economicamente da agricultura básica e de subsistência, fazendo com que parte da comunidade urbana migrasse para o meio rural. O naturalista francês Saint-Hilaire, que perpassa Meia Ponte em 1819, durante seu período ruralista, comenta acerca do vazio urbano, pontuando que em mencionada época “a maioria dos

habitantes de Meia-Ponte se dedica à agricultura, e como só vão ao arraial aos domingos, as casas permanecem vazias durante toda a semana” (1975, p. 37).

Desta forma, em 1853 Meia Ponte é elevada a categoria de Cidade, sendo batizada como Pirenópolis em 1890, em homenagem às Serras dos Pireneus. É salutar expor que, durante o século XIX, a economia pirenopolina encontrava-se sedimentada sob os pilares da agropecuária e do comércio. No final do século XIX e início do século XX, a extração e comércio do quartzito de Pirenópolis torna-se também outro esteio econômico que sustenta a cidade (FALEIROS & LOPES, 2010); sendo que a mais recente prática econômica desenvolvida pelo município tenha sido o Turismo (BATISTA, 2002).

Logo, com o crescente contingente de visitantes, Pirenópolis passa a ser recorrente não apenas no olhar dos turistas, como também dos pesquisadores e da grande mídia, tendo como principais focos, a vida culturalmente rica do pirenopolino, bem como as belezas naturais que a cidade oferece.

A Festa

O Culto ao Divino Espírito Santo é anterior à colonização brasileira, remontando a Idade Média do Século XIII, quando o frei Circense Joaquim de Fiori pregava em público que o tempo do Espírito Santo adviera e, com isso, chegara a Era do amor, da compaixão e da Caridade. Entretanto, tal culto foi extremamente mal visto pela Igreja Católica oficial, condenando centenas de adeptos de tal prática à pena de morte na fogueira (BRANDÃO, 1978). Apenas em 1296, com a instituição oficial feita pela Rainha lusitana, Isabel de Aragão que tal devoção passa a integrar o catolicismo oficial, sendo realizado uma festa com fartura em comida e muita esmola.

O Estado português adviera, pois, da luta contra os povos muçulmanos. Desta forma, estaria impregnado de forma subestrutural na identidade dos lusitanos o sentido de reconquista. O sentido religioso que abrilhantou o Cristianismo nas etnias hispano-visigóticas logo seria um dos primeiros elementos de constituição da identidade nacional portuguesa (SIQUEIRA, 1978). Assim, os primeiros colonos que vieram da Metrópole Portugal, estariam munidos consciente e inconscientemente das formas culturais do século XVI impressas sob o formato de uma sociedade barroca; cultura essa

que “se ajustara a personalidade portuguesa – mescla de ativismo de sonho” (*Idem*, 1978, p. 18).

Foram introduzidas pelos *chegantes* na colônia além de práticas econômicas as devoções católicas, incluindo o culto a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, pois o “apego ao Espírito Santo como um ‘porto seguro’ para atravessar esses infortúnios torna-se uma tradição que se espalha por todas as ilhas, tradição que vai sendo levada para outros locais do mundo a partir da imigração” (FELIX, 2010, p. 16). Destarte, os portugueses e seus descendentes experimentam, introduzem e reinventam a tradição cultural religiosa de origem lusitana fora do seu território através de seus símbolos, práticas e ritos exercidos no *Mundo Novo*.

Acerca da disseminação da festa do Divino Espírito Santo pelo território brasileiro exara-se que, a mesma dá-se em função da migração de portugueses ainda durante o processo de colonização, ocorrendo primeiramente no estado do Maranhão. Segundo Pereira (2012), a festa chega a solo maranhense por ocasião da migração de açorianos que, aportam em Alcântara, Maranhão durante o governo de Diogo da Costa Machado em meados do século XVII. “Nesse período, entre 1619 e 1622, aportaram em dois grupos de cada vez cerca de 200 casais de famílias açorianas com o objetivo de povoar a cidade” (2012, p. 28).

No Estado de Goiás, acredita-se que o culto tenha surgido juntamente com os arraiais do período áureo. Entretanto, como aponta a historiografia os primeiros indícios de comemoração do Divino Espírito Santo despontam no século XIX, apontando também o surgimento da Festa em Pirenópolis que, segundo Jayme,

aquela festa cristã que foi introduzida, na segunda metade do século XVIII, a serem precedentes informações que nos foram prestadas por pessoas cuja existência datada dos primórdios do século XIX [...] a despeito de perseverantes e cuidadosas indagações, notícias exatas, anteriores ao ano de 1819, dessa festa popular, para, para qual ocorrem prosélitos de todos os pontos do município e das povoações vizinhas. (JAYME, 1971, p. 610)

Faz-se *mister* expor que, em Pirenópolis, o culto ao Divino Espírito Santo surge no contexto de transição de esteios econômicos, que deixavam de depender da mineração de ouro da aluvião para firmar-se na agropecuária e no comércio durante significativa parte do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Logo, a Festa se molda de acordo com os aspectos e interesse da população local, sendo ela uma

celebração que perpassa tanto o meio urbano quanto o rural, tendo em sua essência a ruralidade que persiste pelos séculos.

Assim posto, para melhor abordar algumas das alterações ocorrentes na Celebração do Divino em Pirenópolis, usa-se enquanto referência as produções audiovisuais, contextualizando e apontando os conflitos que se fazem visíveis na Festa.

A Festa do Globo Rural

Pensar as manifestações culturais festivas enquanto fato social é, de certo modo, reduzir sua totalidade a algo corriqueiro que é praticado automaticamente, sem profundidades outras. Assim, entende-se as festas enquanto significativa parte da identidade cultural de um povo, esta externalizada na experiência do *Sagrado* e do *Profano* numa efervescência que se faz única realidade durante o momento de celebração, mostrando de forma desveladas, as relações e dinâmicas sociais de uma dada comunidade.

Apesar das produções audiovisuais serem fontes de rico material para análise, versa-se aqui acerca da natureza de tais produções midiáticas. O vídeo analisado, mostra em uma reportagem de cunho sociológico de aproximadamente 30min, como a Festa do Divino é. Todavia, essa é a forma pela qual os repórteres que executaram a reportagem enxergam a Festa em si. Segundo Jean-Claude Bernardet, cada grupo social dever-se-ia ser responsável pela produção midiática feita sobre ele mesmo, ou sobre o objeto que lhe constitui a identidade, devido ao fato de o morador estar imergido dentro de sua própria cultura, sendo ele o responsável de mostrar da forma mais clara como sua identidade, de fato, deveria ser vista.

Para fazer tal análise, usa-se duas versões da mesma reportagem. Não é feita uma nomeação do que seria a versão oficial e a não oficial devido à reportagem tratar do mesmo conteúdo e, ser de fato produzida pelo mesmo programa. Logo, apontar-se-á que, o primeiro conteúdo analisado por nós, tratava-se de uma cópia caseira feita durante sua exibição ainda em 1995, cópia esta que é comercializada na cidade. Posteriormente, é adquirido e analisado o conteúdo que integra o DVD de edição comemorativa do Programa. A partir dessas duas mídias é possível perceber uma diferença estética feita no conteúdo do DVD de edição comemorativa do cidadão

programa em detrimento do conteúdo exibido em rede nacional às vésperas do dia do Folclore, em 1995.

O DVD que contém a cópia da reportagem exibida pelo programa “Globo Rural” foi, primeiramente, gravada em dispositivo VHS. Mais tarde, transferida para o DVD, o qual possui um *menu* inicial rústico. É perceptível que, o programa foi gravado durante sua exibição na TV aberta devido aos cortes feitos durante as chamadas para os comerciais. Coisa que, não aparece no DVD de edição comemorativa do Programa. Algo perceptível nessa produção, tanto na cópia caseira quanto na edição comemorativa é, de fato a trilha sonora que compõe a imagem sobre a Festa – trilha sonora composta pelos sons, ruídos e canções encontrados na própria celebração. Isso se percebe, logo no começo da reportagem, quando o apresentador faz introdução à matéria [00:15];

A narrativa começa ao som das saudações feitas pelos foliões – o viva; juntamente, a cena enquadra a vinda dos dois Alferes carregando a Bandeira do Divino, e atrás deles, mais quatro foliões [00:38]. A fala do narrador faz com que o som da saudação, juntamente com o dos cascos dos cavalos tornem-se som ambiente, sendo esta voz narrador o portador do conhecimento acerca da celebração (BERNARDET, 2003).

Chama-se a atenção para essa cena de abertura que ilustra a primeira imagem do que seria a Folia do Divino de Pirenópolis. A cena exibida aos [00:38] do vídeo apresenta, em sua essência, uma cena inventada para melhor atender à estética da produção midiática, pois, ao chegar na fazenda que sediará o Pouso, os Foliões se organizam da seguinte forma: Dois alferes carregando a Bandeira do Divino, um de cada lado; regente da folia acompanhado pelos músicos (média de seis músicos); e finalmente, os foliões que, como a reportagem própria aponta em [3:15] chegam a um total de aproximadamente 300 foliões. Esse acontecimento, nos leva a concordar com a hipótese de que, o fato de ter quem registrar a celebração, sejam eles fotógrafos, pesquisadores ou documentaristas, altera o comportamento dos partícipes da festa, quando não interferem no acontecimento da mesma.

Acerca da contextualização e comparação com os rituais praticados em outrora, e praticados agora, nos levou a observar a ausência de uniformes por parte dos Foliões na década de 1990 [01:03]. Ou seja, o hábito de ter uma camisa oficial para representar o folião daqueles que não participam de forma efetiva das Foliias é um acontecimento recente. Esses uniformes também possibilitam parcerias políticas e/ou comerciais a

partir de patrocínio. Durante esse trecho da mídia, nota-se também a fala do portador do saber – narrador, que afirma o início da Festa do Divino dar-se com a saída da Folia do Divino na zona rural.

É observado mais tarde, com a documentação e registro da Festa do Divino de Pirenópolis como Patrimônio Imaterial Cultural brasileiro pelo Iphan em 2010 que, as Comemorações em louvor ao Divino no citado município começam anteriormente à saída da Folia. Como diz o dossiê (IPHAN, 2010), a Festa tem início no Domingo de Páscoa, quando o Imperador, juntamente com os cavaleiros e interessados se organizam em reunião para definir questões acerca das Cavalhadas.

Percebe-se que, a reportagem do Globo Rural tenta seguir de forma linear os enredos e folguedos da Festa que, em alguns casos ocorrem de forma simultânea. Entretanto, essa linearidade do documentário é quebrada quando a mesma narra acerca da Folia, manifestação esta que se encerra uma semana antes do Domingo do Divino, porém, a narrativa acerca da mesma se mistura juntamente com a semana do Divino. Esse mesmo equívoco volta a se repetir quando o vídeo, após salientar sobre as Cavalhadas, retorna às comemorações feitas no Sábado do Divino, ocasião em que é erguido o mastro e queimado uma fogueira em louvor ao Espírito Santo [31:10]. Uma das hipóteses para tais equívocos é talvez a distorção do roteiro cronológico festivo em detrimento da estética da produção midiática.

Ainda pensando na estética criada pela mídia, exara-se que no material midiático de 1994 mostra-se aos [08:53] a cena em que os músicos tiram seus instrumentos para tocar na Folia. No entanto, a presença do som mecânico para animação da noite das Folias já era realidade na década de 1990. Assim, percebe-se a intenção dos produtores da reportagem em consagrar enquanto tradicional uma cena que estava em pleno estágio de mudança na citada década.

Na atualidade, os carros de som, as barraquinhas de churrasquinho e carros de cerveja fazem parte da paisagem festiva da Folia. Após a efervescência das profanidades, os Foliões são acordados na alvorada por tiros de um pequeno canhão artesanal popularmente conhecido como Tiro de “Toco”. Após se levantarem, eles tomam café da manhã servido pelos donos da fazenda em que é sediado o pouso, e preparam seus pertences, barracas e cavalos para partirem para o próximo pouso.

Desta forma, retorna-se a usar a hipótese de Bernardet (2003), pois o visitante repórter, por não estar inserido de forma íntima para com o acontecimento, o mesmo comete a ação de retratar aquilo que, segundo ele, seria interessante de expor. Pois, mesmo quando a forma como essa imagem é cristalizada a partir da mídia, entende-se que, a mesma não condiz com a realidade vivida pelo pirenopolino. Isso devido ao fato dos *de fora* não compreenderem as três categorias básicas para a constituição da Festa; sendo elas: o sentimento de pertencimento a partir da Memória Coletiva; a espacialidade - e isso inclui o Não-Lugar; e a Tradição.

Considerações Finais

Pensar a mídia enquanto um mecanismo que amalgama a Identidade de um povo é, em certos aspectos, relacional. Pois, considera-se aqui duas Identidades. Uma construída pela grande mídia e como a mesma enxerga a Celebração; e a outra externalizada a partir do olhar do morador local que identifica, em sua produção o que de fato, é importante para ele enquanto partícipe da Festa. Assim, Kathryn Woodward esboça que a identidade, em geral, é marcada pela diferença, conflito este entre o olhar do outro e o olhar do *de dentro*, o que marca o “encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais econômicas nas quais vivemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação” (2007, p. 19-20).

Atribui-se também à mídia o poder dela influenciar o que constitui a Memória Coletiva local, pois, a partir dela, cria-se o sentimento de pertencimento. Em geral, tanto o sentimento de pertencimento quanto a Memória Coletiva estão correlacionados, não sendo passível de existência um na ausência do outro, como se fossem engrenagens cíclicas que fortifica a existência um do outro. Para existir o sentimento de pertencimento que constitui a identidade é preciso que dado grupo tenha na memória a clareza daquilo que se pertence; e para que se tenha a Memória Coletiva, é preciso que esse mesmo grupo se veja ligado a tal objeto, manifestação religiosa, costume e afins, podendo estes serem extremamente influenciados ou direcionados a partir da mídia.

Por isso, reforça-se nas teorias de Bernardet (2003) a importância de um grupo social ser o responsável por apresentar em mídias suas definições, pois, a partir delas, não apenas se pode, como se constrói a Identidade e, para que ela seja legítima, ela deveria ser construída a partir da coletividade, e não atribuída por agentes externos.

Referências Bibliográficas

BATISTA, O. **Visões de Pirenópolis: o lugar e os moradores face ao turismo**. Goiânia: UFG, 2002. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e Imagens do Povo**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cavalcadas de Pirenópolis** – um estudo sobre representações de cristãos e mouros em Goiás. Goiânia: Oriente, 1974.

_____. **O Divino, o Santo e a Senhora**. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclóre Brasileiro, 1978.

DOCUMENTÁRIO. **A Festa do Divino (junho de 1995)**. In: DVD O Melhor do Globo Rural. Editora Globo. 133 min.

FALEIRO, Flávio Fernandes; LOPES, Luciana Maria. **Aspectos da mineração e impacto da exploração de quartzito em Pirenópolis-GO**. In Ateliê Geográfico. V 4, N 3, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ateliê/article/view/16655/10101>. Acessado em: 24 de maio de 2015, às 21h21min.

FELIX, João Alexandre dos Santos. **O Divino e o encantado: um estudo etnográfico sobre a festa açoriana do Espírito Santo no subúrbio do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

GERALDES, Amanda Alexandre Ferreira. **A memória dos objetos: verônicas, máscaras e flores da Festa do Divino de Pirenópolis/Goiás**. São Paulo: PUC, 2015. (Dissertação de Mestrado em História Social).

JAYME, Jarbas. **Esboço Histórico de Pirenópolis**. Goiânia, UFG, 1971, vol. I e II.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos Estudos Culturais**. Trad. Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola Editora, 2004.

PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. 4ª ed. Goiânia: UCG, 1994.

PEREIRA, Keyla Cristina Santana. **Império do Divino: uma análise etnocenológica dos personagens da festa do Divino Espírito Santo de São Luís – MA**. São Luís do Maranhão: UFMA, 2012. (Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade).

SILVA, Mônica Martins da. **A festa do Divino: romanização, patrimônio & tradição em Pirenópolis (1890-1988)**. Goiânia: AGEPEL, 2001.

SIQUEIRA, Sônia Aparecida de. **A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial.** São Paulo: Editora Ática, 1978.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 19

NARRATIVAS E IDENTIDADES: HISTORIOGRAFIA E SUBJETIVIDADES NOS SÉCULOS XIX E XX

Coordenadores:

Me. Walkiria Oliveira Silva (Doutoranda UnB)

Me. Juan David Figueroa (Doutorando UnB)

Fundamentar e garantir as identidades individuais e coletivas mediante a ideia de continuidade diante das transformações temporais significativas é uma das funções que o conhecimento histórico assume na vida prática das sociedades. De acordo com Jörn Rüsen, o pensamento histórico, ao colocar em perspectiva as ações humanas transformadas em experiências históricas, fornece aos indivíduos a capacidade de dar sentido à orientação cultural da vida humana prática e permite à subjetividade humana ser promotora da identidade individual e coletiva. A narrativa histórica expressa a continuidade na interdependência entre o passado, o presente e a perspectiva do futuro e garante a manutenção das identidades.

Durante os séculos XIX e XX, diferentes processos abalaram as formas tradicionais de identificação entre as pessoas. A emergência – e crise – dos estados-nação, o aparecimento de movimentos transnacionais como o dos trabalhadores, a descolonização de grande parte do mundo ou as mudanças no lugar que ocupavam as mulheres na sociedade do Antigo Regime são alguns deles. Perante tal panorama, os grupos e os indivíduos geraram respostas diversas recorrendo à escrita historiográfica como uma forma de encarar tais incertezas temporais. Por isso, pensar as continuidades e discontinuidades na forma de se compreender o passado significa também refletir sobre as formas de construção e apresentação das identidades. A partir disso, propomos como eixo temático deste simpósio as reflexões sobre os intercruzamentos entre narrativa histórica, subjetividade e identidade, durante os séculos 19 e 20.

Palavras-chave: Identidade – historiografia – subjetividade – narrativa histórica – orientação

HAYTI OR THE BLACK REPUBLIC (1889): A CONFORMAÇÃO DAS IDENTIDADES HAITIANAS NOS DISCURSOS DE ST. JOHN SPENSER

Alex Donizete Vasconcelos
UFG - Mestre

Resumo: O Haiti figura na historiografia contemporânea, não raro, como o país da Revolução, do Vodú, da barbárie, da miséria e do caos, sobressaindo, no mais das vezes, um viés negativo e degradante do país e de seu povo. Essa prática não é nova. Trata-se de uma tradição historiográfica/discursiva, anti-haitianista, secular, engendrada por acadêmicos, intelectuais e literatos, a serviço de seus governos, sobretudo após a Revolução Haitiana. A partir desse trauma o exemplo haitiano passou a ser combatido para evitar que se repetisse/espalhasse, o que deu ensejo ao haitianismo, caracterizado pela abjeção e pela repulsa ao haitiano e a tudo que a ele estivesse ligado. *Hayti or the Black Republic*, do inglês St. John Spenser, publicada em 1889, constitui um marco dos discursos anti-haitianistas, sendo considerada, ainda hoje, a obra mais negativa já escrita sobre aquele país. Em suas páginas os discursos anti-haitianistas atingem seu paroxismo. É dessa discursividade, negativa e barbaresca/barbarizante, e principalmente de sua repercussão, que pretendemos tratar aqui. Buscaremos demonstrar como determinados traços dessa discursividade influenciaram/influenciam na construção das representações e das identidades haitianas, constituindo continuidades e/ou permanências que, longe de silenciar, continuam ressoando.

Palavras-chave: Haiti – anti-haitianismo – identidade.

“De nós fizestes monstros, vosso humanismo nos supõe universais e vossas práticas racistas nos particularizam. (FANON, 1968:4)

Não é raro observarmos nos discursos midiáticos contemporâneos que buscam tratar da problemática haitiana, sobretudo a partir daquilo que Charaudeau (2009) denominou “discurso de informação”¹, determinada tendência em representar o Haiti - em seus aspectos históricos, políticos e culturais- sob um viés predominantemente negativo e depreciativo. Existe, para além da aparente trivialidade

¹ Segundo Charaudeau (2009) o discurso de informação é uma atividade de linguagem que permite que se estabeleça nas sociedades vínculo social sem o qual não haveria reconhecimento identitário. (CHARAUDEAU, 2009, p. 12)

desses apontamentos, uma história secular, marcada por tragédias e desencontros, cujos contornos começam a ser delineados antes mesmo do surgimento do Haiti como Estado livre e soberano, mais especificamente nas conturbadas relações coloniais observadas entre as metrópoles francesa e espanhola pela posse da pequena ilha de Espanhola, a época divididas entre as colônias de Santo Domingo, espanhola, e *Saint-Domingue*, francesa, onde hoje coabitam, como “siamesas trágicas”², por questões históricas e geográficas, o Haiti e a República Dominicana.

Será nesse contexto, e a partir dessas disputas, que desenvolver-se-á aquilo que o historiador dominicano Frank Moya Pons denominou *antihaitianismo histórico*. Segundo o autor o anti-haitianismo histórico, em suas origens, “*tiene mucho que ver con las malas relaciones que sostenían franceses y españoles en el siglo 18 en la isla de Santo Domingo [...] que se deterioraron aún más al comenzar la Revolución Haitiana.*”³(PONS, 2009:n.p). A Revolução, levada a cabo pelos escravos/ex-escravos da colônia de *Saint-Domingue* contra a brutal exploração da metrópole francesa, que acabou resultando na manumissão da escravidão e no surgimento do Estado haitiano, estabelece um marco nas relações coloniais, alterando, de maneira definitiva, o estatuto colonial. Essa afronta não ficaria impune. Há, dessa maneira, a partir do levante negro de *Saint-Domingue*, um movimento político, econômico e intelectual/ideológico - orquestrado principalmente pelas metrópoles insultadas - de rechaço ao exemplo haitiano.

Nos anos - ou seriam décadas - que se seguem à independência haitiana, proclamada por Jean-Jacques Dessalines, um dos líderes revolucionários, o Haiti será alvo dos mais torpes anátemas e estereótipos, corroborando a assertiva de (FANON, 1968:33), de que “ao dar-se conta da impossibilidade de manter seu domínio [...] a burguesia colonialista resolve iniciar um combate de retaguarda no terreno da cultura, dos valores, das técnicas etc.” É nesse contexto, portanto, que dada discursividade, anti-haitianista, ganha cada vez mais espaço, ecoando por todo o mundo colonial/pós-colonial como um rito de fé, sendo apropriada e repassada como uma herança, como algo que não poderia ser esquecido, que deveria ser conservado nas memórias pós-

² Joaquín Ricardo, no artigo *La condena de la Corte Interamericana*, publicada no Jornal **Hoy Digital** de Santo Domingo, em 22 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://hoy.com.do/la-condena-de-la-corte-interamericana/>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

³ “Tem muito a ver com as más relações entre franceses e espanhóis no século XVIII na ilha de Santo Domingo [...] que se deterioraram ainda mais com a início da Revolução Haitiana.” (tradução nossa)

colonialistas. Estabelece-se, assim, com o passar dos anos, dada tradição de identidade haitiana, que tem em *Hayti or the Black Republic*, do inglês St. John Spenser, publicada inicialmente em 1884, sua forma mais refinada.

Hayti or the Black Reppublic é, sem sombra de dúvidas, um daqueles “*libros que hacen los pueblos*” (ESTRADA, 1967:160), uma vez que a partir de sua publicação, esta obra passa a conformar, em maior ou menor medida, as representações as identidades haitianas. Trata-se de uma identidade fluida, inacabada, sempre em construção, pensada e estruturada a partir de um conjunto de representações amplo e difuso que, em dado momento, são condensadas em uma obra, pois “*La identidad de un pueblo cristaliza en las imágenes simbólicas de textos representativos [...] la identidad nacional también se asocia con la de sus libros más representativos*”. (AÍNSA, 1994:56). Temos, assim, uma identidade que vai sendo construída em estreita relação com os discursos que são produzidos e disseminados acerca de determinados aspectos - criteriosamente “selecionados” - do povo que se busca retratar. Uma identidade que se constrói no/e a partir do discurso, visto estar ligada a estruturas discursivas e narrativas, a sistemas de representação, mantendo estreitas conexões com relações de poder. (SILVA, 2009:97). *Haiti or the Black Republic* comporta todas essas relações e conexões.

St. John Spenser, diferente de muitos outros que se aventuraram a escrever sobre o Haiti, não poderia ser classificado como um pedante, uma vez que fora Ministro Residente e Cônsul da Grã-Bretanha no Haiti por quase uma década, mais especificamente no período de 1863 até 1874. É nesse período, segundo o próprio autor, que são colhidos dados e informações que, mais tarde, serão condensados naquela que foi e continua sendo considerada a obra mais negativa já escrita sobre o Haiti. *Hayti or the Black Republic*, um calhamaço de quase quatrocentas páginas, dividido em onze capítulos, precedidos de uma introdução, estabelece um marco não só para os discursos anti-haitianistas gestados ao longo do século que o precede, mas, também - e principalmente - para a consolidação de uma tradição de identidade que ainda perdura. Spenser sistematiza um discurso até então difuso, estabelecendo as bases de uma tradição literária classificada por (PATTEE, 2008:146-147) como grotesca ou escandalosa

Haití se ha presentado como una especie de cámara de horrores, donde el ambiente está impregnado de misteriosas fuerzas y los destinos de la masa de la gente presididos por creencias atávicas que repugnan al siglo XX [...]

esta tendencia hacia la exageración arranca de la publicación de la obra que conoció una sensación en su día: *Hayti or the Black Republic*, escrita por sir Spenser St. John [...] El tono de esta obra se colige de la frase citada en la página inicial, y atribuída a Napoleón III: ‘Haïti, Haïti, pays de barbares.’ [...] Desde entonces la literatura escandalosa sobre Haití ha prosperado, hasta tal punto que es singularmente difícil distinguir entre las obras serias sobre el país y las que se mantienen dentro de la tradición establecida por St. John.”⁴

Mas o que há nessa obra que a torna tão singular? O que faz de *Hayti or the Black Republic* uma referência dos discursos anti-haitianistas? Poderíamos nos arriscar apresentando possíveis respostas a essas questões, uma vez que não seria possível apresentar, nos limites desse trabalho, um quadro mais estruturado. Certamente o momento em que a obra vem à tona constitui um dos motivos da celeuma provocada. O final do século XIX foi um período histórico bastante conturbado, marcado pela emergência de obras como a de St. John, sobretudo no que diz respeito ao seu caráter racista e sectário. Os levantes anti-colonialistas que estalavam mundo afora, acabaram dando ensejo ao desenvolvimento de teorias raciais - como o darwinismo social, de Herbert Spencer (1820-1903) - que, alicerçadas sobre um pensamento essencialista, de base biológica, acaba justificando toda sorte de violências perpetradas contra os povos discursivamente inferiorizados.

Outro aspecto relevante diz respeito à importância geopolítica e estratégica que a região caribenha passa a desempenhar naquele final de século, sobretudo no que diz respeito a abertura do Canal do Panamá. Tornava-se necessário, então, proceder uma taxionomia desses espaços e dessas gentes, pois “[...] O exercício da hegemonia não se faz apenas com coerção, mas sobretudo com a circulação de ideias, que têm atores determinados, que se situam em determinados territórios.” (ABDALA JR., 2002:50). Por fim, e não menos importante, devemos lembrar que havia um público ávido por esse tipo de literatura, concentrado, sobretudo, nos salões dos grandes centros metropolitanos, reunidos em associações e agremiações de aventureiros e pesquisadores, como, por exemplo, a *Ethnological Society of London* e a *Royal Geographical Society*, das quais Spenser fora um ilustre membro, pois, conforme

⁴ “O Haiti tem sido apresentado como uma espécie de câmara dos horrores, onde o ambiente está impregnado de misteriosas forças e o destino das massas presididos por crenças atávicas que repugnam o século XX [...] esta tendência o exagero foi retirada da publicação de uma obra que tornou-se sensação em seu tempo: *Hayti ou a República Negra*, escrita por St John Spenser [...] O tom da obra coincide com a frase citada na página inicial, atribuída a Napoleão III: “Haiti, Haiti, pais de bárbaros.” [...] Desde então a literatura escandalosa sobre o Haiti tem prosperado, até o ponto em que é simplesmente difícil distinguir entre as obras sérias sobre o país e as que se mantém dentro da tradição estabelecida por St. John.” (tradução nossa)

afirmou (HURBON, 1993:71) “*La obra tiene tanta mayorresonancia cuanto que el autor es británico, ex cónsul, que intenta relatar o que vio y oyó.*”⁵

O objetivo principal de Spenser - corroborando algumas das proposições supracitadas - apresentado ainda na introdução da obra, era “*depict the manners of the popular and the untravelled classes*”⁶ (SPENSER, 1889:XXII). Ocorre que Spenser não se limita à simples descrição, tendendo, no mais das vezes, ao exagero, apresentando o Haiti e seu povo sob uma perspectiva barbaresca e estigmatizante, promovendo um verdadeiro espetáculo, muito apropriado, por sinal, ao entretenimento dos leitores de além mar. As posições de Spenser são tão marcadas que, por vezes, ao perceber o direcionamento de sua argumentação, o autor busca, num aparente paradoxo, ocupar uma posição pretensamente antirracista, transferindo o dolo de suas considerações aos próprios haitianos, afirmando que “*All who knew me in Hayti know that I have no prejudice colour (sic.); and if I place the Haytians (sic.) in general in an unfavourable light, it is from a strong conviction that it is necessary to describe the people as they are, and not as one would wish them to be.*”⁷ (SPENSER, 1889:X). Assim a população haitiana passa a ser tomada como causa e efeito do sistema, ficando presa no círculo da interpretação. (BHABHA, 2003:127). Certamente esse posicionamento de Spenser constitui uma resposta às possíveis críticas com relação ao viés explicitamente racista do livro, mais patente na primeira edição, muito embora a circulação desse tipo de discurso não chegasse a ser, como pontuamos, um excrescência em fins do século XIX.

De qualquer forma, intencionalmente ou não, o autor faz emergir das páginas de *Hayti or the Black Republic* uma fantasmagoria do povo haitiano. Spenser disseca o corpo social haitiano, vai buscar em suas entranhas os aspectos mais exóticos e perturbadores de sua história e de sua cultura, generalizando, buscando fazer da exceção a regra, num jogo onde, tendo-se visto um, ter-se-á visto todos. As descrições de Spenser tomam o haitiano em um amplo espectro, dando conta tanto de seus aspectos fisiológicos quanto daqueles sociais, apresentando-o como inferior, incapaz, corrupto, bárbaro, supersticioso, promíscuo, passional, orgulhoso, venal e infiel, etc.. É a partir

⁵ “A obra tem ainda mais ressonância pelo fato de seu autor ser britânico, ex-cônsul, que tenta relatar o que viu e ouviu.” (tradução nossa)

⁶ “A ideia principal do livro era descrever os costumes das classes populares e provincianas.” (tradução nossa)

⁷ “Todos que me conheceram no Haiti sabem que eu não tenho preconceito de cor; e se eu coloco os haitianos, em geral, em uma luz desfavorável, é por uma forte convicção de que é necessário descrever os povos como eles são, e não como desejamos que eles sejam.” (tradução nossa)

desse conjunto de estigmas que Spenser vai estabelecendo os marcos representacionais que, em maior ou menor medida passarão a conformar as identidades haitianas, estabelecendo o que aqui denominamos como uma tradição de identidade haitiana. Apesar de caracterizar-se por apresentar um escopo amplo e abrangente, o discurso de Spenser busca evidenciar - sempre a partir de um viés negativo e depreciativo - determinados aspectos históricos, políticos e culturais do Haiti, a partir de onde se destacam a suposta incapacidade do povo haitiano para o autogoverno e, no que tange aos aspectos culturais, a barbárie atribuída às manifestações religiosas ligadas à prática do Vodou.

Historicamente parece prevalecer a ideia de que o Haiti era, à época, um país em franca decadência, econômica, política e moral. A Revolução desponta, nessa perspectiva, não só como um marco histórico e político, mas, antes, como um divisor de águas. A colônia de *Saint-Domingue* foi, para Spenser, o apogeu político, econômico e cultural da pequena ilha de Espanhola, que era, em suas palavras, “*the finest colony in the world [...] its plains covered with splendid estates, its hillsides dotted with noble houses; a white population, rich, refined, enjoying life as only a luxurious colonial society can enjoy it*”⁸ (SPENSER, 1889:32). O levante negro de 1791 significou, para Spenser, o início de um período de decadência que não conheceu fim. Nesse sentido o autor afirma que “*Wherever you may go in Hayti, you come across signs of decadence, not only from the exceptional prosperity of the French period, but even of comparatively recent years.*”⁹(SPENSER, 1889:18). Impressiona o caráter a-histórico de suas proposições. Em sua narrativa o autor ignora as condicionantes históricas, como se estas não tivessem nenhuma influência no estado de decadência descrito, que passa a ser apresentado como uma prova da inferioridade e/ou da incapacidade do homem negro - o haitiano é o negro por antonomásia - para o autogoverno. (SPENSER, 1889:XI) afirma categoricamente que

I know what the black man is, and I have no hesitation in declaring that he is incapable of the art of government [...] What the negro may become after centuries of civilised (sic.) education I cannot tell, but what I know is that he

⁸ “a melhor colônia do mundo, suas planícies cobertas com propriedades esplêndidas, suas encostas dotadas de casas nobres; uma população branca, rica, refinada, aproveitando a vida como somente uma luxuosa sociedade colonial podia apreciar.” (tradução nossa)

⁹ “Onde quer que você vá, no Haiti, você se depara com sinais de decadência, não somente em comparação à prosperidade do período francês, mas também com relação aos anos recentes.” (tradução nossa)

is not fit to govern now. There are brilliant exceptions doubtless [...] but we must judge them as a race, and as a race they are incapable.¹⁰

Observa-se, aqui, a centralidade da noção de raça em seu discurso. A inferioridade e a incapacidade do haitiano para o autogoverno advém, nessa perspectiva, de sua condição racial, de onde apenas ‘brilhantes exceções’ se destacam, sendo os demais tipo inferiores de homens: “*I now agree with those who deny that the negro could ever originate a civilisation, and that with the best of educations he remains an inferior type of man.*”¹¹ (SPENSER, 1889:134-135). Assim, o problema do Haiti não é outro, se não o próprio haitiano. Para o autor a única possibilidade de ‘progresso’ para a ‘raça negra’ seria estar sob a tutela do homem branco, civilizado, como no sul dos Estados Unidos, onde, segundo ele, o negro estava muito bem. Mas, uma vez livres dessa influência, como no Haiti, “[...]he shows no signs of improvement; on the contrary, he is gradually retrograding to the African tribal customs.”¹²(SPENSER, 1889:134-135). A África surge, naquele contexto, como o contraponto da civilização, sendo representada, não raro, como *locus* do caos e da barbárie.

Os “costumes tribais africanos” de que fala Spenser, sobretudo os religiosos, de onde se destaca o Vodou - herança cultural dos haitianos -, figuram, na perspectiva apresentada, como uma evidência da corrupção moral e espiritual do povo haitiano. As considerações de Spenser acerca da prática do Vodou constituem o espaço onde seu anti-haitianismo se exaspera. O Vodou é apresentado como o símbolo maior da barbárie, da ignorância e da decadência atribuída aos haitianos. Segundo o autor o Vodou “[...] with other causes inherent in the race [...] prove that Hayti is, of all the Republics in America, the most backward and the most pernicious in every point of view.”¹³(SPENSER, 1889:226). Suas considerações acerca das práticas do Vodou incluem, também, acusações de suposta prática do canibalismo como parte dos rituais voduísticos ou, ainda, e o que é pior, como uma prática costumeira.

¹⁰ “Eu sei que o homem negro é, e eu não êxito em declarar, incapaz para a arte de governar [...] O que o negro pode tornar-se depois de séculos de civilização e educação eu não posso dizer, mas o que eu sei é que ele não está apto para governar agora. Há indubitáveis exceções, sem dúvida [...] mas nós temos que julgá-los como raça, e como raça eles são incapazes.” (tradução nossa)

¹¹ “Eu agora concordo com aqueles que negam que o negro jamais poderia dar origem à civilização e que mesmo com a melhor das educações ele permanece um tipo de homem inferior.” (tradução nossa)

¹² “Ele não mostra sinais de desenvolvimento; ao contrário, ele regride gradualmente aos costumes tribais africanos.” (tradução nossa)

¹³ “[...] com outras causas inerentes a raça [...] prova que o Haiti é, de todas as republicas na América, a mais atrasada e a mais pernicioso, de todos os pontos de vista.”

Por esse viés o Vodou é apresentado por Spenser (1889) como uma seita canibalesca e abjeta, profundamente entranhada no tecido social haitiano. Generalizando, Spenser busca passar a impressão de que todos os haitianos são praticantes do Vodou e afeitos ao consumo de carne humana, verdadeiras bestas-feras. Constrói-se, assim, uma representação animalesca e bestial do haitiano. Spenser chega a afirmar que ouvira relatos que davam conta que carne humana - em especial a de crianças, que pela descrição do autor seria certamente mais apreciada - era abertamente vendida em mercados no interior do país e que a prática do canibalismo estava tão disseminada no Haiti que impossibilitava - pasmem! - o rápido crescimento da população: “*the population is being eaten down by this society*”¹⁴ (SPENSER, 1889:245). Uma sociedade autofágica, portanto. (SPENSER, 1889:242-245). Podemos imaginar a polvorosa provocada nos salões europeus diante de tais relatos.

Conforme afirmou (HURBON, 1993:71) “[...] es con la aparición de la obra de Spenser St John, *Haiti or the black Republic*, en 1884, cuando se forjará en Europa la reputación de Haití, ‘país de bárbaros’.”¹⁵ A obra repercute a ponto de, quatro anos após a publicação da primeira edição, em 1889, Spenser publicar a segunda edição - que por sinal é a que utilizaremos aqui - com respostas às críticas recebidas por seus apontamentos sobre a vida e os costumes do Haiti e alguns acréscimos nos capítulos 5 - Vaudoux-Worship and Cannibalism e 6 - Cannibalism, que são justamente os capítulos onde os excessos parecem estar mais evidenciados.

Assim, *Haiti or the Black Republic* torna-se um ícone do discurso anti-haitianista, diferenciando-se de outras obras publicadas anteriormente certamente em função de constituir uma espécie de breviário anti-haitianista, onde estavam condensados a maior parte dos estigmas dirigidos ao povo haitiano desde seu traumático processo de independência. A obra torna-se uma referência nos meios anti-negros ou anti-haitianistas, estabelecendo, como afirmou Pattee (2008) anteriormente, uma tradição literária grotesca e escandalosa. Nessa perspectiva Hunter Wallace (WALLACE, 2014:n.p.), editor do *Pro-White Occidental Dissent* afirma que “*Even today, Sir Spenser St. John’s Hayti, or, The Black Republic still enjoys a reputation as*

¹⁴ “a população está sendo comida por esta sociedade.” (tradução nossa)

¹⁵ “[...] é com a aparição da obra de St. John Spenser, *Haiti ou a República Negra*, em 1884, que se forjará na Europa a reputação do Haiti como ‘país de bárbaros’.” (tradução nossa)

the most negative book ever written about Haiti. [...] His Hayti, or, The Black Republic was a commercial success which spawned numerous progeny.”¹⁶

O caráter panfletário e detrator da obra de St. John, que, como pudemos observar, atendia a demandas pessoais e, em alguma medida, conjunturais, certamente contribuiu para que a mesma alcançasse tamanha repercussão. Uma demonstração cabal do alcance da obra pode ser buscada na publicação, em 1907, de *Haiti, her history and her detractors*, do haitiano Jacques Nicolas Léger, que constitui uma resposta ao autor inglês. Léger condena a atitude do que chama de ‘uma certa classe de viajantes e autores’¹⁷ que na busca por notoriedade e reconhecimento, não “se importam em ultrajar a honra e a dignidade de toda uma nação.” (LÉGER, 1907:282-283). A atenção dispensada pelo autor a St. John permite inferir a celeuma causada por *Hayti or the Black Republic* nos Estados Unidos, mesmo após mais de duas décadas de sua publicação e, também, sua aceitação junto ao público leitor, corroborando a afirmação de Wallace (2014). Segundo (LEGER, 1907:13)

Although at a comparatively short distance from the United States, Haiti is nevertheless very little known in this country, where in most cases books written in English by unscrupulous travelers or authors are their only source of information. In this manner errors and prejudices became rooted in the minds of many Americans, who believe that my fellow-countrymen are addicted to all kinds of gross superstitions and are reverting to barbarism instead of progressing in civilization. This rather severe arraignment of my fellow-countrymen is founded upon slanders which everybody repeats without taking the trouble of examining facts in order to ascertain the truth.¹⁸

Spenser é referenciado por Léger (LEGER, 1907:302) - não por acaso - como o principal dos detratores do povo haitiano. O rancor alimentado pelo haitiano acaba

¹⁶ “Ainda hoje, Haiti ou a República Negra, de St John Spenser, goza de uma reputação como o livro mais negativo já escrito sobre o Haiti. [...] Seu Haiti ou a República Negra foi um sucesso comercial que gerou numerosa progênie.” (tradução nossa) Dentre essa ‘linhagem’, Wallace inclui Hesketh Prichard, com *Where Black Rules White: A Journey Across and About Hayti*; Blair Niles, com *Black Hayti: A Biography of Africa’s Eldest Daughter*; William Seabrook, com *The Magic Island* (que popularizou o “zumbi” na cultura americana); e John Houston, com os livros *Craige’s Black Bagdad* e *Cannibal Cousins*.

¹⁷ A obra de Léger está estruturada de maneira a buscar desconstruir os argumentos apresentados por St. John, além do fato de que, por diversas vezes, ao longo da obra, Léger faz referências diretas ao mesmo.

¹⁸ “Embora a uma distância relativamente pequena dos Estados Unidos, o Haiti é, no entanto, muito pouco conhecido naquele país, onde, na maioria dos casos, livros escritos em inglês por inescrupulosos viajantes ou autores são sua única fonte de informação. Deste modo erros e preconceitos tornaram-se enraizados nas mentes de muitos americanos, que acreditam que os meus compatriotas são viciados em todos os tipos de superstições grosseiras e estão revertendo à barbárie em vez de progredir na civilização. Esta gravíssima acusação é fundada sobre calúnias que toda a gente repete sem se dar ao trabalho de examinar os fatos, a fim de apurar a verdade.” (tradução nossa)

impedindo uma análise imparcial, o que faz com que ‘Haiti, sua história e seus detratores’ figure como uma obra tão ou mais distante do Haiti que aquela que buscara combater. Haiti ou a República Negra marcou de forma definitiva a maneira como o Haiti - seu povo, sua história e sua cultura - passam a ser representados e ou percebidos em suas relações com o outro. Conforme afirmou Hurbon (1993) “*Desde la aparición de la devastadora obra de Spenser [...] no parece que haya habido una tregua o un periodo de calma en las campañas dirigidas en el extranjero contra Haití.*”¹⁹(grifo nosso) Os discursos anti-haitianistas, gestados, como vimos, a partir das más relações entre franceses e espanhóis, em função, sobretudo, das lutas pelo domínio da ilha conhecem um novo impulso com Spenser. A reputação da obra, conformando, ainda que indiretamente, as identidades haitianas, deixa entrever que essa discursividade, longe de silenciar, continua repercutindo. St. John segue vivo, assim, em sua progênie.

Referências Bibliográficas

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo : Editora SENAC, 2002.

AINSA, Fernando. *Reflejos y antinomias de la problematica de Identidade*. In: GOMES, Enrique Ubieta. (org) *Identidad Cultural Latinoamericana. Enfoques filosófico-literários*. La Habana : Editorial Academia, 1994, pp. 53-72.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 1. ed., São Paulo : Editora Contexto, 2009.

ESTRADA, Ezequiel Martinez. *Los hombres y los libros*. In: *En torno de Kafka y otros ensayos*. Ed. Seix-Barral : Barcelona, 1967.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968.

HURBON, Laënnec. *El bárbaro imaginario. Tradução de Jorge Padín Videla*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

LÉGER, Jacques Nicolas. *Haiti, her history and her detractors*. New York and Washington : The Neale Publishing Company, 1907. Disponível em: < <https://ia600208.us.archive.org/1/items/haitiherhistoryh00lguoft/haitiherhistoryh00lguoft.pdf> >. Acesso em: 8 set. 14.

PATTEE, Ricardo. *Haití: Pueblo Afroantillano*. 2. ed. Santo Domingo : Sociedad Dominicana de Bibliófilos, 2008.

¹⁹ “Desde a aparição da devastadora obra de Spenser [...] não parece ter havido uma trégua ou um período de calma nas campanhas dirigidas no estrangeiro contra o Haiti.” (tradução nossa)

PONS, Frank Moya. *Antihaitianismo histórico y antihaitianismo de Estado*. Diario Libre, Santo Domingo, 5 dez. 2009, n.p.. Lecturas, historia y memoria. Disponível em: <http://www.diariolibre.com/noticias/2009/12/05/i226089_antihaitianismo-historico-antihaitianismo-estado.html>. Acesso em: 19 ago. 2014.

_____. *Antihaitianismo de Estado*. Diario Libre, Santo Domingo, 12 dez. 2009, n.p.. Lecturas, historia y memoria. Disponível em: <http://www.diariolibre.com/noticias/2009/12/12/i227038_antihaitianismo-estado.html>. Acesso em: 20 ago. 2014.

RICARDO, Joaquín. *La condena de la Corte Interamericana*. **Hoy Digital**, Santo Domingo, 22 out. 2005. Disponível em: <<http://hoy.com.do/la-condena-de-la-corte-interamericana/>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. *Haiti: fenomenologia de uma barbárie*. Goiânia : Cãnone Editorial, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.

SPENSER, Buckingham St. John. *Hayti or the Black Republic*. New York : Scribner & Welfort, 1889. Disponível em: < www.archive.org/details/cu31924021174564 >. Acesso em: 8 set. 14.

WALLACE, Hunter. *Review: Hayti, or, the Black Republic*. **Occidental Dissent - Caribbean Project**. 19 fev. 2014. Disponível em: < <http://www.occidentaldissent.com/2014/02/19/caribbean-project-review-hayti-or-the-black-republic/> >. Acesso em: 16 set. 14.

DESENCONTROS HISTÓRICOS ENTRE BRASIL E ARGENTINA: DO PERÍODO COLONIAL AO CONTEMPORÂNEO QUE IMPACTA O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MERCOSUL.

César de Lima Brito
Dr.^a Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

Resumo: O Brasil e a Argentina foram os idealizadores do MERCOSUL, e são também os principais parceiros do bloco de integração regional. Ambos, desde o período da colonização europeia na América, vivenciaram conflitos reais e imaginários, que de certa maneira refletem no processo integracionista. Segundo Menezes, o termo integração regional envolve dois conceitos básicos: integração e região. Uma região pode ser definida por critérios econômicos, socioculturais, político-institucionais, climáticos, entre outros, mas remete necessariamente a uma localidade territorial onde essas características ocorrem. Essa localidade pode ser geograficamente contínua, ou não, e pode mudar ao longo do tempo, o que dificulta a determinação das fronteiras de certas regiões, mas o importante a ser destacado é que uma região tem sempre uma correspondência territorial. Para Mingst, a história é o campo do conhecimento que estuda o passado humano em seus vários aspectos: economia, religioso, sociedade, política, poder, cultura, ideias e cotidiano. Trata-se de estabelecer uma história das formas de representação coletivas e das estruturas mentais das sociedades, cabendo ao historiador à análise e interpretação racional dos dados. São analisados globalmente os fenômenos de longa duração, os grandes conjuntos coerentes na sua organização social e econômica articulada por um sistema de representações através das integrações regionais.

Palavras chaves: Período Colonial (ou colonização) – Blocos Econômicos – Integração Regional – Brasil/Argentina – Mercosul – História

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar a relação existente entre o Brasil e Argentina, do período colonial ao contemporâneo, destacando os fatos que proporcionou a rivalidade entre ambas, e que impacta o desenvolvimento da integração regional, denominada de MERCOSUL.

Tem-se percebido que a integração regional é uma tendência no cenário internacional, com o processo de globalização. A discussão referente à criação do Mercosul iniciou-se como base em debate, que busca retomado a partir da década de 80, que consistia em contrapor as vantagens teóricas, políticas e institucionais de uma integração regional na América do Sul.

O regionalismo surgiu como resultado do novo contexto econômico mundial. E a integração regional facilitar o aproveitamento da economia de escala, e da integração intra-industrial, entre países que buscam ampliar o seu mercado consumidor, por isso, a importância da criação do Mercosul.

A Historicidade da colonização brasileira e as relações com a colônia espanhola, a Argentina

Pode-se dividir a história do Brasil colonial em três períodos muito desiguais em termos cronológicos. O primeiro vai da chegada de Cabral à instalação do Governo Geral, em 1549; o segundo é um longo período de tempo entre a instalação do Governo Geral e as últimas décadas do século XVIII; o terceiro vai dessa época à independência, em 1822. O que justifica essa periodização não são os fatos apontados em si mesmos, mais sim aquilo que os expressam. O primeiro período se caracterizou pelo reconhecimento e posse da nova terra e um escasso comércio. Com a criação do Governo Geral iniciou-se a montagem da colonização que se consolidou ao longo de mais de dois séculos. Entretanto, as últimas décadas do século XVIII são vistas como uma referência para indicar um conjunto de transformações tanto na ordem mundial como nas colônias, que deram origem à crise do sistema colonial e aos movimentos pela independência (BORIS, 1998, pg. 41).

O Brasil, enquanto colônia de Portugal, foi dividido em centros administrativos, chamados de capitânicas hereditárias. As capitânicas hereditárias foram uma instituição a que freqüentemente se referem os historiadores, sobretudo portugueses, defensores da tese da natureza feudal da colonização. Essa tese e a própria discussão perderam na contemporaneidade a importância que tiveram, cedendo lugar à tendência historiográfica mais recente, que não considera indispensável rotular com etiqueta rígidas formações sociais complexas que não reproduzem o modelo europeu. Mas, em sua essência, mesmo na sua forma original, as capitânicas representaram uma tentativa transitória da colonização, com o objeto de integrar a colônia à economia mercantil europeia (BORIS, 1998 pg. 45).

Por volta de 1680, os Portugueses haviam estabelecido às margens do Rio de Pratas, em frente a Buenos Aires, capital da Argentina, a Colônia do Sacramento, pretendendo com isso interferir no comércio do alto Peru, especialmente da Prata, que transitava pelo rio da região. A Colônia do Sacramento, no atual Uruguai, na primeira

metade do século XVIII, constituiu uma cidade de pródigo comércio na região platina. Inseridos tanto nas rotas comerciais e sociais portuguesas quanto nas castelhanas, os habitantes de Sacramento materializavam uma fronteira múltipla, onde coexistiam espanhóis, portugueses e diferentes grupos indígenas (BORIS, 1998 pg. 94; PRADO, 2003).

Desde o início do século XVIII, a extensão geográfica da colônia nada mais tinha a ver com a incerta linha de Tordesilhas. A expansão das bandeiras paulistas, para o oeste, e dos criadores de gado e forças militares, para o sudeste, ampliaram de fato as fronteiras do Brasil. No entanto, o avanço minerador a partir do século XVIII, também contribuiu para a ampliação do território brasileiro (BORIS, 1998 pg. 135).

A política brasileira na região platina, em 1864-1870, teve início a uma guerra, conhecida de tríplice aliança, chamada de guerra do Paraguai. O Brasil na época adotou uma política intervencionista na região de platino, tal atitude não foi aceita por Argentina, Uruguai e Paraguai. Ademais a anexação da cisplatina por D. João VI e a guerra travada entre 1825-1828, contra os habitantes da cisplatina, que na ocasião contaram com o apoio da Argentina, exemplifica bem claramente a interferência político-militar brasileira na região (MARQUES, 1977 pg. 85-86).

Da aproximação entre Brasil-Argentina: Ao processo de formação do Mercosul.

A história dos laços bilaterais entre o Brasil e Argentina, revela que as relações se iniciam sob a busca da instabilidade estrutural no século XIX e avançam rumo à concretização da integração regional no século XXI. As fases intermediárias foram instabilidade conjuntural e busca de cooperação(1898-1961), instabilidadeconjuntural com rivalidade (1962-1979) e construção da estabilidade estrutural pela cooperação(1979-1987) e pela integração (desde 1988), (CANDEAS, 2005).

Foi somente nos anos 80, com o fortalecimento e concretização do processo democrático na América do Sul e a aparição posterior à 1980, que surgimentos de novas tendências na economia mundial, que agendas de integração entre Argentina e Brasil voltam a aparecer, substituindo velhos esquemas de concorrência e conflito por iniciativas de confiança e cooperação (MARTINS, 2006).

O método de construção da estabilidade do relacionamento Argentina-Brasil, que já era estrutural desde o fim dos governos militares, evoluirá da cooperação para a integração. Em 1986 Alfonsín e Sarney assinam a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina e criam a Comissão de Execução do Programa de Integração Binacional. A partir de um enfoque gradualista e flexível, busca-se estender o processo de integração a outros países da América do Sul, a começar pelo Cone Sul. A construção da confiança na área nuclear prossegue com as visitas dos presidentes de Brasil e Argentina aos centros atômicos dos dois países em 1987 e 1988. Em 1987, o Brasil obtém o domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio e dá conhecimento prévio ao presidente Alfonsín (CANDEAS, 2005).

Em 1989, dá-se um terceiro salto qualitativo na relação bilateral, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento – que estabelece prazo de dez anos para a conformação do espaço econômico comum. Se, por um lado, o início da aproximação, em 1985, coincide com o Plano Austral, que fortaleceu a gestão Alfonsín, os novos avanços nas relações bilaterais caminham em paralelo à queda de popularidade e de governabilidade da Argentina, tal como ocorrido durante o regime militar. Mais uma vez, demonstra-se a autonomia da posição do Brasil na diplomacia argentina em relação às vicissitudes da política interna. É curioso, também, o fato de que o início da integração ocorre em um contexto de reversão das preferências da opinião pública: se em 1985 os laços com a América Latina eram mais valorizados, em 1987 a Europa passa a ser preferida pelos argentinos. Nos primeiros anos do Mercosul, persistirá a preferência de aproximação com o mundo desenvolvido (especialmente com os Estados Unidos), e não com os vizinho (CANDEAS, 2005).

Conclusão

Deseja-se que o Mercosul supere todas as suas dificuldades e comece à funcionar plenamente e possibilite a entrada de novos parceiros da América do Sul ao bloco. A integração econômica, quando bem sucedida, aumenta o desenvolvimento econômico nos países membros, além de facilitar as relações comerciais entre o Mercosul e outros blocos econômicos, como o NAFTA (North American Free Trade Agreement ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) é um bloco econômico formado por Estados Unidos, Canadá e México. Foi ratificado em 1993, entrando em funcionamento no dia 1º de janeiro de 1994), e a União Europeia.

Economistas renomados afirmam que, muito em breve, dentro desta economia globalizada as relações comerciais não mais acontecerão entre países, mas sim entre blocos econômicos e de integrações regionais. Participar de um bloco econômico forte será de extrema importância para o Brasil.

Referências Bibliográficas

FAUSTO, Boris, 1930-História do Brasil/Boris Fausto. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação de desenvolvimento da Educação, 1998.

CAPISTRANO de Abreu, João, 1853-1927 capítulo de história colonial: 1500-1800 & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília, Editora universidade de Brasília, 1982.

MARQUES, Adhemar Martins e FARIA, Ricardo de Moura, nova história, Belo Horizonte, editora 1977.

CANDEAS, Alessandro. Relações Brasil-Argentina. Uma análise dos avanços e recuos. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 48, p. 178-213, 2005.

CANDEAS, Alessandro. A construção política da integração: os interesses nacionais argentinos e a “cordial inteligência política” do Brasil. 2007.

CANDEAS, Alessandro. A Integração Brasil-Argentina. História de uma ideia a partir da. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2010. v. 1. pg. 322.

PRADO, F. P. Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII. Horiz. antropol. vol.9 no.19 Porto Alegre July 2003 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832003000100004>

ALMEIDA, P. R. “Mercosul e Alca na Perspectiva Brasileira: Alternativas Excludentes?”. In: LIMA, M. C. (org.). O Lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial. São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, P. R. Mercosul : Fundamentos e Perspectivas. São Paulo: LTr, 1998.

BAPTISTA, L. O. O Mercosul, suas instituições e ordenamento jurídico. São Paulo: LTr, 1998. CORREA, L. F. N. O Mercosul e a OMC: Regionalismo e Multilateralismo. São Paulo: LTr, 2001.

DUPAS, G. “Identidade, soberania e integração sob o impacto das novas tensões econômicas globais”. In: CARDIM, C. H. & HIRST, M. (orgs). Brasil-Argentina: A Visão do Outro – Soberania e Cultura Política. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

HAGE, J. A. A. As Relações Diplomáticas entre Argentina e Brasil no Mercosul: princípios de hegemonia, dependência e interesse nacional no Tratado de Assunção. Curitiba: Juruá, 2004.

HIRST, M. “A amizade Argentina-Brasil, 20 anos depois do Encontro de Foz do Iguaçu”. In: El Clarín. Buenos Aires, 28.11.2005.

QUINTELLA, T. M. M. “Introdução”. In: CARDIM, C. H. & HIRST, M. (orgs). Brasil Argentina: A Visão do Outro. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

SABBATINI, R. C. Regionalismo, multilateralismo e Mercosul: Evidência da inserção comercial brasileira após alguns anos de abertura. Campinas: Ie-Unicamp, 2001.

VAZ, A. C. Cooperação, integração e processo negociador - a construção do Mercosul. Brasília: IBRI, 2002.

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-R&lr=&id=mKV1wizeoNwC&oi=fnd&pg=PA9&dq=historia+da+argetina&ots=EO2TBScZnS&sig=gY4VTqMV9MwV-19zED0NTlwuSfo#v=onepage&q&f=false>

BORIS FAUSTO ENSAIO DA HISTORIA COMPARADA BRASIL E ARGENTINA...

GLOBALIZAÇÃO E CULTURA NA PÓS-MODERNIDADE

Wesley dos Santos Lima²⁰
UFOB

Resumo: Este artigo visa discutir algumas concepções que se referem ao processo da globalização no âmbito de uma sociedade pós-moderna, a discussão perpassará a cultura, as tecnologias emergentes e a identidade do sujeito pós-moderno. Desse modo a problematização do conceito de *globalização*, *aldeia global*, *sociedade líquida* e *identidade cultural* terá um grande foco para compreender as modificações advindas do processo da globalização. Portanto o principal ponto será discutir as relações globalizadas e as transformações que esse evento causou, questionando se é possível manter a identidade cultural nesse mundo globalizado, onde tudo se tornou instantâneo.

Palavras-chaves: Globalização – Cultura – Identidade

1 - Introdução

A pós-modernidade é marcada pelo processo da globalização, onde nesse processo surgem novas tecnologias, onde as distâncias quilométricas são encurtadas por “redes”, onde a formação da chamada aldeia global é inserida. Nesse sentido, é importante questionar até que ponto a globalização dentro da pós-modernidade, consegue modificar o cenário cultural de uma sociedade, e se esta modificação altera a identidade cultural do indivíduo. De acordo com Stuart Hall (2011), no seu livro intitulado “A identidade cultural na pós-modernidade”, “a “globalização” se refere aqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado”. Nesse sentido, entender globalização é imaginar a proximidade de novas informações por meio da tecnologia, é compreender uma ligação que perpassa a sociedade cortando-a em uma linha entre conectados e desconectados. Se nesse evento globalizante temos a capacidade de “aproximar a distância” por meio de redes, será que podemos também modificar a cultura de uma comunidade através da globalização em massa?

²⁰ Discente do curso de História 5º semestre pela Universidade Federal do Oeste da Bahia.

E-mail: wslmendes@hotmail.com

Problematizar cultura é pensar em um leque de informações onde essas, formam um conjunto de significados, costumes e maneiras que um indivíduo constrói durante sua vida, a cultura é algo que vem sendo moldada por um sujeito ao longo de sua história, sendo assim, não é algo estável, inerte, trata-se de um modelo que está em transformação, adaptação e inovação a todo o momento. Dessa maneira, podemos entender que a globalização é um ciclo caracterizado pela inovação, essa por sua vez associada a pós-modernidade, que é marcada por inúmeros fatores de modificações. Dentro dela perde-se a ideia de fronteiras e nasce o conceito de que o mundo está cada vez menor, no sentido de aproximar tudo que está distante, nasce a partir da pós-modernidade um mundo globalizado, instantâneo, trabalhado pela imagem, o ao vivo e em cores.

Segundo Zygmunt Bauman (1999), esse mundo globalizado, trabalhado por redes será constituído por uma sociedade líquida, o termo líquido é utilizado para expressar a fragilidade, e os novos padrões da pós-modernidade, os novos valores que surgem nesse processo e as transformações nas formas de vida. Se na pós-modernidade temos uma aldeia global que é ligada por redes, teremos também um comportamento “líquido”, ou seja, nesse processo se perde os valores, a rede passa a distanciar o contato olho a olho e a transformar esse contato por meio de telas. Essa liquidez da sociedade pós-moderna se dá pela sua incapacidade de fixação, uma vez que tudo está se transformando diariamente, se modificando de acordo com as novas demandas do mundo globalizado.

2 – Globalização e Cultura

Compreender “globalização” no processo da pós-modernidade, é levantar uma série de fatores e questionamentos que dissecam a discussão sobre a definição ou problematização da globalização. Globalização vista como uma fábula assim como colocar Milton Santos, um encantamento mágico, que transforma vidas, que modifica o cenário global aproximando as pessoas pelas redes tecnológicas, na chamada aldeia global, que leva a informação e difundi instantaneamente ideias. Desse modo, começaremos a analisar e discutir o processo da globalização ligado à cultura perceber-se que a globalização tanto divide como une; divide enquanto une, e essa divisão se pauta em uma globalização segregacionista que promove a separação e exclusão segundo Zygmunt Bauman.

Dessa forma, ao analisar o processo globalizante colocamos em pauta as consequências desse fenômeno no âmbito social-cultural, a globalização não deve ser vista apenas como um marco de positividade, deve-se pensar nos problemas advindo desse processo e um deles está relacionado à cultura. Uma das características da pós-modernidade é a fragmentação da identidade do sujeito com os laços de cultura e tradição, uma vez que, o homem pós-moderno sofre influência de uma indústria cultural ou cultura de massas, que se manifesta pela padronização de valores culturais emergentes.

Nesse sentido, é importante destacar que a globalização modifica a cultura, e esta modificação acontece a partir da implantação das tecnologias que aproxima cada vez mais as pessoas, e essas pessoas levam sua cultura através do globo, adaptando e inovando a cada momento. A entrada de novos valores, conceitos e olhares são inseridos a partir desse ponto, entenda que a globalização apesar de ter uma ideologia como fábula também tem um lado perverso; Milton Santos destaca que o comportamento competitivo e as mazelas como a mortalidade infantil e a educação de qualidade cada vez mais inacessível são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo da globalização.

Seguindo o pensamento de Milton Santos, a globalização apesar de ter duas faces, ela também pode se apresentar com uma terceira face, que seria representada como novas formas e novas possibilidades, nesse sentido, as novas possibilidades da globalização, segundo Santos (2008), estariam ligadas a um contexto miscigenado em relação os modos de vida, de culturas, raças, a globalização como possibilidade modificaria o cenário de perversidade, uma vez que, essa mistura social permitiria a universalidade de ideias e pensamentos empíricos.

3 – Identidade Cultural na Pós-Modernidade

Ao analisar a globalização e a influência dela na cultura, é interessante colocar também as modificações que a identidade cultural sofre na pós-modernidade. Nesse sentido, ao falar em identidade cultural na pós-modernidade o foco principal da discussão será em torno da crise de identidade que o sujeito sofre e a sua fragmentação.

Em um cenário de novas possibilidades entende-se que a identidade cultural do indivíduo, sofre modificações e se fragmenta nesse processo globalizante, é importante

compreender também, que a entrada de novos valores culturais atinge o espaço social desse indivíduo, segundo Hall (2011) a identidade costura o sujeito à estrutura, ou seja, o sujeito se adapta as novas informações que estão sendo expostas a ele.

Apesar da fragmentação com a entrada de novos valores culturais e tecnológicos, o sentimento de pertencimento a uma nação se mantém enraizado, esse sentimento tem a capacidade de conectar memórias existentes, de produzir sentidos, como um sistema de representação cultural assim como aborda Schwarz (1986), uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade”.

Cabe destacar aqui, a invenção das tradições abordada por Hobsbawn e Ranger, a invenção das tradições ela seria uma forma de manter ou resgatar a identidade cultural de determinado local, ela nasce a partir da fragmentação territorial, dos valores culturais de um grupo social e busca inserir em um novo contexto os elementos culturais que perderam espaço dentro da globalização, essas tradições muitas vezes são representadas por festas, costumes, ritmos e danças.

4 - A Mundialização da Cultura e Aldeia Global

Discorrendo sobre cultura mundializada cabe ressaltar os pensamentos de Renato Ortiz, o autor coloca que o processo de mundialização é um fenômeno social total que permeia o conjunto das manifestações culturais; ou seja, a cultura de consumo, o consumo mundializado transforma a cultura em uma *cadeia global*, em outro viés podemos compreender que a aldeia global, como um processo de ligação e encurtamento de redes e difusão da noção de tempo e espaço, está relacionada à mundialização da cultura.

Segundo Costa (2004), a mundialização da cultura ela vem sendo formada, através da dominação, do poder econômico e político dos Estados Unidos, analisando que os Estados Unidos possuem valores universais e busca em certa medida difundir esses valores nas sociedades mais “atrasadas”. A propaganda e a divulgação do estilo de vida American way life como um caminho a ser seguido, levando ao consumo a compra, e a imitação de formas de vidas e a padronização de hábitos.

Renato Ortiz aborda que a cultura acaba se tornando um exercício de poder assim como: Disneyland, McDonald's, calças jeans, rock and roll, etc. Seriam

expressões para uma cultura de exportação. A cultura de exportação parte de uma nacionalidade e consegue atingir várias outras nacionalidades através do consumo, o que transformar a mundialização da cultura é a cadeia de informação que leva essa forma de pensamento, a aldeia global assim como abordado por Harvey:

A medida que o espaço se encolhe para se tornar uma aldeia “global” de telecomunicações e uma “espaçonave planetária” de interdependências econômicas e ecológicas — para usar apenas duas imagens familiares e cotidianas — e à medida em que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente é tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais (Harvey, 1989, p. 240).

Compreende-se, portanto, o impacto da globalização sobre a identidade, e que a mundialização da cultura abordada por Ortiz(1994, p.30), está vinculada ao encurtamento do tempo-espaço, onde a mundialização é um processo de totalidade que se reproduz e se desfaz incessantemente de acordo com atores sociais desse processo. Nesse sentido, percebe-se que entrada de novos elementos culturais altera a identidade do sujeito, a identidade perde sua totalidade e passa a está fragmentada por novos fatores, entende que cultura enquanto tal é um processo de constante transformações e movimentos, ou seja, cultura e identidade pode se transformar de acordo com a globalização, pode ser afetada mais sob nenhuma forma apagada, a cultura e a identidade estão perpassando uma corrente de vida, de olhares, de posições de uma comunidade, ou até mesmo de influência familiar, dessa forma, a identidade cultural é tudo aquilo que o sujeito constrói e adquire durante sua trajetória enquanto indivíduo social e mutável.

5 – Sociedade Líquida

Problematizar cultura e globalização na pós-modernidade, inserindo conceitos como aldeia global, mundialização da cultura e identidade cultural, é uma forma de expandir fronteiras de pensamento onde deve ser analisada a influência e a relação que os conceitos carregam entre si. Nessa perspectiva, de uma sociedade globalizada que passa está ligada e conectada por redes a uma aldeia global, Bauman vai situar um pensamento de reflexão sobre as consequências desse processo de mudanças globais.

A chamada sociedade líquida abordada por Zygmunt Bauman é nada mais que a perda dos valores culturais e identitários na nova sociedade pós-moderna, segundo o

autor a sociedade líquida é percebida quando as relações humanas não são mais tangíveis, tudo se torna volátil; o consumo se torna o meio de satisfação aos indivíduos desse processo.

Segundo o autor nada permanece nesse processo, tudo se modifica, as pessoas ficam suscetíveis as transformações globais uma vez que, todos, querendo ou não, estão dentro da globalização, globalização essa que: exclui, segrega e modifica; De fato, a globalização é um paradoxo: é benéfica para muito poucos, mas deixa de fora ou marginaliza dois terços da população mundial, Bauman (1999). E essa marginalização será a grande causadora dos problemas sociais e culturais da sociedade pós-moderna como afirma Milton Santos a globalização como perversidade que faz a pobreza aumentar, o salário médio baixar, e que são frutos de comportamentos competitivos entre os indivíduos.

Globalização enquanto modificação de um cenário, que altera a identidade, a cultura e a massa, globalização enquanto aproximação das pessoas, encurtamento das distâncias, globalização enquanto segregação, globalização benéfica x maléfica. Nesse sentido, entender globalização e cultura é manter os dois lados de um paradigma, analisando suas consequências humanas, as transformações de uma sociedade que perde valores se tornando em líquida, perdendo o contato e aproximando cada vez mais os sujeitos sociais pelas telas e pelas as redes de telecomunicações. Observe que a sociedade líquida mantém as suas transformações a todo o momento, o mundo está se transformando e o sólido que antes existia está se acabando devido ao processo de globalização em massa, alterando a identidade e a cultura do globo.

6 - À guisa de conclusão: Globalização e Cultura na Pós-Modernidade

Como se pode perceber ao longo desta breve reflexão, a pós-modernidade como agente de inovação e dominação das mídias eletrônicas, expansão do mercado e a celebração do consumo como satisfação pessoal é um dos marcos para o processo de uma sociedade globalizada, que visa, sobretudo, expandir fronteiras de pensamentos, seja ele: econômico, cultural ou social. A implantação de novos elementos culturais que surgem ao longo desse processo, altera a identidade cultural do sujeito e modifica a paisagem histórica global; a rede como um dos principais meios de comunicação distancia as pessoas do contato físico e aproxima as mesmas de um contanto virtual.

A globalização como agente de transformação de uma sociedade sólida, para uma sociedade líquida, onde as mudanças são vistas como necessárias e precisas. Desse modo, este artigo problematizou as questões que englobam cultura e identidade em uma sociedade pós-moderna, o objetivo aqui é ampliar uma discussão em que a inovação da globalização possa ser interpretada como processo de inserimento de novas culturas, entender, portanto, que os novos elementos culturais que surgem nesse processo podem ser adaptados e codificados, a ideia de uma cultura de valores que se modifica conforme a paisagem. Nesse sentido, os argumentos apresentados aqui devem ser analisados como início de uma discussão, deve-se fragmentar as ideias propostas aqui, e analisar, se a identidade cultural nesse processo de globalização social continuará a manter sua força com a entrada de novos valores e sujeitos culturais.

Fato que nos permite concluir que é possível dialogar questões como globalização e cultura, inserindo os aspectos inovadores da aldeia global e a transformação de sociedade sólida em líquida, cabe manter um estudo que dialogue esses assuntos de forma mais aprofundada e ampliar essas manifestações de identidade cultural e social na pós-modernidade.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

COSTA, Tathyane. R.C. **A mundialização da cultura e os processos de homogeneização e formação da cultura global**. Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 255-267, jan./jun. 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. SP: Loyola, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, Ed. 11º, 2011.

HOBSBAWN, Eric e Terence RANGER, org. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo. Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS DA CABANAGEM NO BAIXO AMAZONAS: ENTRE CONTRIBUIÇÕES DA HISTORIOGRAFIA E DA MEMÓRIA COLETIVA²¹

Wilverson Rodrigo Silva de Melo²²
Universidade Norte do Paraná (UNOPAR)

Resumo: A Guerra da Cabanagem apresenta-se como um tema de grande relevância para a Historiografia Brasileira na medida em que inaugura a História Moderna da Amazônia e intensifica o processo de identidade pautada num regionalismo que se sobrepõem a noção de nacionalidade em meados do século XIX. Diante disto é que este presente trabalho tem por objetivo a construção de um panorama sobre as narrativas historiográficas da Cabanagem na região do Baixo Amazonas fundamentada nas contribuições de pesquisadores que se debruçam sobre este tema, bem como também nas histórias presentes na memória coletiva do amazônida nesta região. O trabalho tem como metodologia a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo, o método histórico e o estudo de caso, os quais serão desenvolvidos por meio da análise de relatórios ministeriais (1833-38), debate historiográfico e entrevistas de moradores da região. A guisa de conclusão a finalidade deste trabalho é tecer uma visão das narrativas historiográficas sobre a Cabanagem e suas implicações identitárias, traçando olhares dos documentos escritos, de pesquisadores e da pós memória, além de contribuir para as discussões acerca das narrativas e identidades nos séculos XIX e XX.

Palavras-Chave: narrativas historiográficas – cabanagem – identidade

Narrativas da Cabanagem sob a ótica da Historiografia

Ao dissertar sobre este tema de relevância social para o Brasil Contemporâneo e principalmente para a Amazônia brasileira, ressaltamos que o principal objetivo deste trabalho será trilhar pelos labirintos da historiografia e da memória coletiva amazônica, no intuito de estender e tecer os fios e rastros indiciários concernentes às Narrativas Historiográficas da Guerra da Cabanagem no Baixo Amazonas, ou seja, escovar a história a contrapelo (Benjamim 1996).

²¹ Este trabalho é fruto da Pesquisa de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O título deste texto faz jus as discussões historiográficas que foram tecidas na “Introdução” e no “Tópico 4 do Capítulo 3” da Dissertação intitulada “Tempos de Revoltas no Brasil Oitocentista: a Ressignificação da Cabanagem no Baixo Tapajós (1832-1840)” e que fora defendida na UFPE.

²² Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Prof.º no Curso de História da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) - Pólo Santarém-PA. Órgão Financiador: CAPES. Apoio: UNOPAR Santarém (UNITAPAJÓS)

Partindo desta premissa, propomo-nos historiografar os acontecimentos da “Revolução Cabana”, fundamentados na tímida pretensão de rediscutir os acontecimentos mais incisivos deste movimento contestatório do período oitocentista. Para tal finalidade importa relacionar a memória coletiva da população amazônida com a memória escrita (arquivada na literatura historiográfica do tema), para então traçar uma releitura e breve reflexão dos acontecimentos sócio-políticos ocorridos nesta Província em meados do século XIX.

No que tange discutir e analisar as narrativas da Cabanagem, sob o enfoque da Historiografia delimitamos como campo de análise, as noções e histórias de Cabanagem no Baixo Amazonas construídas pela literatura historiográfica. Entre os trabalhos que compõem a literatura historiográfica da Cabanagem, há uma evolução no processo de negatização a positização dos sujeitos cabanos e seus ideais.

Domingos Antonio Raiol (1970)²³, contemporâneo da Guerra da Cabanagem, descreveu os cabanos como infames, horda de anarquistas e sediciosos, raias miúdas, indivíduos da maior perversidade, que vinham para acabar com tudo e instaurar a desordem no Grão-Pará. Raiol positivava as ações tomadas pelas forças anticabanas a serviço do Império e condenava veemente as ações truculentas, praticadas pelos cabanos. Dentre as muitas páginas da obra de Raiol (1970), é possível se realizar uma construção imagética das hipérboles empregadas pelo autor no que tange à descrição dos cabanos e seus ideais. Atitude que talvez esteja influenciada pelo fato do genitor de Raiol ter sido morto pelos cabanos no tempo da Guerra.

É Raiol²⁴ quem primeiro descreve que passados os tempos de combates e repressões em Belém e no Acará, os revoltosos migram para o interior da Província e firmam suas forças em “Ecuipiranga”, onde destaca que aquele lugar era o Berço da

²³ Ressaltamos que a primeira edição de *Motins Políticos* de Raiol foi publicada em 5 tomos em datas e tipografias diferentes, a saber: a) Vol. I. Rio de Janeiro: Typ. do Imperial Instituto Artistico, 1865; b) Vol. II. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1868; c) Vol. III. Rio de Janeiro: Typ. Hamburguesa do Lobão, 1883; d) Vol. IV. Typ. Hamburguesado Lobão, 1884; e) Vol. V. Belém: Imprensa de Tavares Cardoso & C.^a, 1890. Por isso afirmamos que a visão de negatização para a positização decorre de uma ascendência cronológica.

²⁴ A obra de Raiol traça um panorama da história e principais acontecimentos políticos no Grão-Pará de meados de 1840, dentre os quais o autor destaca a Cabanagem de forma pejorativa, e seus agentes cabanos como rebeldes. A documentação utilizada pelo autor é baseada nas correspondências das autoridades provincianas do Pará com a Corte do Rio de Janeiro, com Cônsules britânicos e franceses, com capitães designados para reprimir a Cabanagem. O autor também utiliza como referência a obra de Antonio Baena.

Anarquia no Baixo Amazonas, era o lugar onde os cabanos tinham suas últimas esperanças de reorganização político-militar.

O amazonense Arthur Reis ²⁵, trilhando os passos e a mesma perspectiva de Raiol, escreve suas obras sobre o Baixo Amazonas com um tom não muito agradável em relação aos cabanos. Inspirado nos escritos de Raiol e no conto de Inglês de Souza (2008), Reis (1979) classifica os cabanos como horda maldita, que deveria ser destruída, e enumera que os cabanos apregoavam o terror desde Belém até o interior da Província. O autor ainda responsabiliza os cabanos pelas inúmeras mortes e atrocidades e por seus atos violentos nas invasões as vilas do Baixo Amazonas – promovendo a queda do governo da ordem para a implantação de um governo bastardo e infame.

É Reis (1979) quem descreve que, para combater o “Ecuipiranga” narrado por Raiol (1970) em meados do século XIX, surge no cenário contrarrevolucionário o Padre Antonio Sanchez de Brito, conhecedor incomum da geografia e hidrografia peculiar do Baixo Amazonas. Segundo Reis (1979), o Padre Sanchez de Brito além de ter mantido fortes relações políticas com seu correligionário eclesiástico Cônego Batista Campos, foi o responsável pela derrocada da organização cabana no interior do Grão-Pará.

O escritor Duque ²⁶ (1898), na pretensão de construir uma obra que resumisse a História das Revoluções Brasileiras, dá uma ênfase negativa à Cabanagem do Grão-Pará e traça aspectos semelhantes e singulares com a Cabanada das matas de Pernambuco e Alagoas. Além de suas teses de negatização do cabano, são dele os primeiros postulados de conceituação do termo cabano, que vão muito além do significado tradicional de atribuir o termo cabano às moradias singelas e pobres dos revoltosos.

A mudança do cenário político paraense em tempos cabanal e a reformulação dos sentidos de “Adesão” à Independência do Brasil foram traçados por Muniz (1922) e

²⁵ Este autor de formação conservadora, historiador clássico da cabanagem e membro do IHGB, escreve de forma pejorativa sobre os cabanos e a cabanagem, trilhando as discussões de Raiol. As fontes utilizadas por Reis compreende obras como de Raiol, Baena, documentações do APEP e documentos da embaixada inglesa.

²⁶ O pesquisador Gonzaga Duque ao tentar fazer uma História Geral das Revoluções ocorridas no Brasil, acaba reproduzindo o tom pejorativo da historiografia tradicional sobre a Cabanagem. Mesmo transcrevendo os discursos políticos de superioridade sobre a Cabanagem, o autor consegue fazer contribuições a respeito da introdução e usos do termo cabano. As fontes documentais utilizadas por Duque compreendem desde artigos da Revista do IHGB, os estudos de Baena, Raiol, Documentações presentes nos Arquivos da Corte do Rio de Janeiro.

Hurley (1936)²⁷, na medida em que seus trabalhos se esforçam no âmbito de recontar o processo de Adesão do Pará à Independência do Brasil não como um fato heroico, mas como uma imposição, ressignificando a imagem do Grenfell de herói para um mero mercenário.

Ambos os autores retratam que, no teor de revolução, os revoltosos que até então eram vistos como “servos” passam a se figurarem como “povo” na busca de sua nacionalidade. Em virtude do centenário das comemorações da Cabanagem, Hurley (1936) lança a tese, até hoje muito trabalhada e difundida entre historiadores, de que “o processo de adesão do Pará e as inúmeras manifestações contrárias à unificação com o Estado do Brasil corroboraram significativamente para a eclosão da Guerra da Cabanagem”.

Segundo Figueiredo (2009), as pesquisas de Hurley se direcionavam a provar que “os traços cabanos resultavam da indignação e revolta que se espalharam por todo interior do Pará, gestada no íntimo dos índios e tapuios paraenses”.

Dado estes ensaios de releitura dos fatos históricos do oitocentismo, o processo de positivação da cabanagem e dos cabanos, inicia-se de fato com os trabalhos de Chiavenato (1984), Di Paolo (1986) e Sales (2005)²⁸, que em pesquisas distintas convergiram na tese de positivação dos cabanos e passaram a reescrever a figura cabana, introduzindo conceitos de que o cabano era cidadão paraense que lutou contra as arbitrariedades governamentais e fez ecoar pela Amazônia seu grito de insatisfação.

Chiavenato (1984) procurou dissertar sobre os conceitos em torno do que foi a Cabanagem, se uma guerra, uma revolta ou uma revolução. O autor passa a positivar as ações cabanas e a marginalizar e a negatizar as estratégias e os feitos das tropas “legais”.

É Di Paolo (1986) quem irá narrar, com certa precisão, os bastidores de Belém às vésperas da invasão cabana e de que forma ocorreu a queda da capital. O autor

²⁷ Tanto Palma Muniz quanto Jorge Hurley, são historiadores tradicionais membros do IHGB. Embora suas fontes de pesquisa perpassem pela obra de Raiol e de Baena, Muniz e Hurley analisam documentações oriundas do APEP e lançam uma grande contribuição a historiografia ao relacionar o processo de Adesão do Pará à Independência do Brasil com o desencadeamento da Cabanagem.

²⁸ Os historiadores Chiavenato, Di Paolo e Vicente Sales, são historiadores da historiografia moderna recente, eles escrevem a partir de uma visão marxista da Cabanagem enquanto fruto da luta de classes. Suas fontes são muitos ofícios manuscritos do APEP, obra de Raiol e de Baena, e passam a dialogar com teóricos marxistas e historicistas que abordem tendências de Revolução e transformações gestadas no centro da História Social.

contribui de forma significativa para um entendimento maior de como as ações pensadas por Batista Campos foram apropriadas e colocadas em prática pelo povo.

Seguindo os mesmos passos de Chiavenato e Di Paolo, Salles (2005), no final da década de 1980, passa não só a positivar as ações e traços cabanos, como também passa a frizar e destacar as contribuições diferenciadas entre os muitos grupos que lutaram na Guerra na condição de cabanos.

Inspirado na noção de Michelet ²⁹, Sales (2005) escreve sobre a Cabanagem negra, como ocorreu a tomada de poder pelos negros e quais eram suas aspirações e seus ideais não compartilhados pelos cabanos brancos. Dessa forma, afirmamos que Vicente Sales inaugura os estudos individualizados sobre as classes e categorias sociais contidas e agrupadas pelos “legais” no termo classificatório de “cabano”.

Na perspectiva de visualizar como a historiografia moderna mais recente se apropria dos termos e aspectos ligados à Cabanagem, pontuamos que a partir da década de 1990, autores como Aldrin Figueiredo (2006, 2009), Magda Ricci (1993, 2001, 2007), Balkar Pinheiro (1998), Mahalem de Lima (2008), Eliana Ferreira (1999, 2010), Letícia Barriga (2007), Mark Harris (2010), Lima Pantoja (2004, 2010), Wilverson Melo (2011-2015) ³⁰passam a construir novas interpretações sobre a Cabanagem, sobretudo no aspecto da heterogeneidade do movimento.

Tanto Figueiredo (2006, 2009) quanto Ricci (1993, 2001, 2007) constroem novos entendimentos sobre o termo “adesão” e dissertam sobre os significados e percalços historiográficos da Cabanagem na perspectiva de construção do patriotismo na Amazônia.

Trilhando outra ótica historiográfica, Pinheiro (1998) realiza um trabalho de levantamento das “visões sobre a cabanagem” procurando discorrer sobre as inúmeras

²⁹ A história daqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos apud (BURKE1997, p.19).

³⁰ Estes historiadores e antropólogos, são pertencentes a tendência da historiografia contemporânea da Cabanagem. A partir de um olhar da Micro história, da antropologia jurídica e da antropologia histórica, estes pesquisadores operam deslocamentos analíticos sobre a Cabanagem que tendem a positivar as ações cabanas e o movimento cabano. Esforçam-se em levantar questões como patriotismo, mentalidade, grupos políticos, revoltas e insurreições pré-cabanagem, agentes sociais, questões conceituais, etc. Seus trabalhos se mostram relevantes na medida em que passam a dialogar variados tipos de fontes, desde bibliográficas (de obras como de Raio, Reis, Baena, de teóricos da História Social como E. Thompson, de Karl Marx, Georges Duby, Eric Hobsbawn, etc), cartoriais, judiciárias, manuscritas (presentes em acervos como o APEP, BNRJ, ANRJ, Arquivo Ultramarino, etc), dentre outras.

histórias e conceitos desse movimento, presente na historiografia amazônica. É este mesmo autor quem lança a tese de que o termo cabano foi uma estratégia das tropas legais em homogeneizar aqueles a quem os mesmos combatiam.

Concernentemente a Balkar Pinheiro, Lima ³¹ realiza um estudo etnográfico sobre a cabanagem, destacando a organização indígena durante a Guerra e ao mesmo tempo enfatizando a visão de que estes sujeitos cabanos tinham de si mesmos numa perspectiva antropológica. Lima (2008), ao seguir as teses de Pinheiro, melhora o conceito de cabano e introduz a tese de que “a unidade dos cabanos é uma unidade de contrários, e não de sujeitos auto identificados como tais”.

No universo destas contribuições, Ferreira (1999, 2010) traz um diferencial para os estudos da historiografia amazônica. Suas pesquisas canalizam para a busca do papel e visibilidade da mulher nos tempos de cabanagem e no pós-cabanagem. Trabalhando sob a égide da antropologia jurídica, a autora busca dar ênfase a importância da mulher no cenário cabanístico e na reconstrução familiar e da sociedade após os tempos de conflitos.

Entre as pesquisas mais recentes sobre a temática da Cabanagem, temos as de Melo (2013, 2015), Harris (2010), Pantoja (2004, 2010), Lima (2008) e Barriga (2007), os autores procuram deslocar seus horizontes de pesquisas para o interior da Província do Grão-Pará, para regiões do Baixo Tocantis (Acará) e para o Baixo Amazonas. A interiorização da cabanagem é alvo de suas pesquisas e escritos, onde os mesmos destacam as formas de organização dos cabanos em tempos de guerra, os agentes contrários a este movimento nestas regiões, a “tese da cabanagem como luta camponesa” (PANTOJA 2004, 2010) e as “formas de comunicação entre os cabanos, a influência religiosa, o conceito de ‘Cabano’ e ‘Cabanagem’ e seus desdobramentos com as noções de ‘rebeldes’ e ‘hydras’” (MELO 2013, 2015).

Certamente as pesquisas do antropólogo escocês Mark Harris (2010) trabalham na linha da antropologia histórica, discorrendo sobre os acontecimentos do cotidiano cabano, a demografia das vilas e as relações de poder construídas em tempos de guerra entre cabanos e anticabanos.

Sendo assim, o Baixo Amazonas pode ser considerado como um barril de pólvora e local altamente estratégico para combates armados. É nesta região que foram

³¹ LIMA, 2008, passim.

protagonizadas as mais duradouras e célebres formas de resistência no período da Cabanagem. Segundo Reis (1979, p. 85), na região do Tapajós, em meados de 1834, o proselitismo dos rebeldes já era observável em Alter do Chão, Aveiro e Franca.

Segundo Melo (2015b, p. 179-180):

Os múltiplos “Pontos” cabanos ³² funcionariam como interpostos de guerra e abastecimento da Confederação Cabana no Baixo Tapajós. Os Pontos seriam responsáveis pelo cultivo de culturas, caça, pesca e criação de animais, além de prepararem campos de guerra em seus territórios.

Em contrapartida, os Redutos Cabanos no Tapajós (Cuipiranga, Franca, Pinhel, Santarém e Aveiro) seriam responsáveis pelo protecionismo de todos os pontos cabanos. Seria de responsabilidade dos Redutos, travar guerras e batalhas contra as forças repressoras no intuito de estabelecer paz e sossego aos pontos. De todos os Redutos, o mais formidável, o melhor guarnecido, e o que mais tempo resistiu, foi Cuipiranga, conhecido como o maior palco de resistência cabana de todo o Grão-Pará Regencial.

Seguindo essa linha tênue dos estudos sobre a Cabanagem no interior do Grão-Pará (MELO 2013, 2015; HARRIS 2010; PANTOJA 2004, 2010; BARRIGA 2007; LIMA 2008), afirmamos que o período de maior combate foi nos anos finais da guerra (1837-40) já na região do Baixo Amazonas.

Narrativas da Cabanagem sob o enfoque da Memória Coletiva

Durante viagens e expedições científicas pela Amazônia, o que mais se registra são relatos e algumas “histórias” sobre a Cabanagem, que surgiram e fazem parte da memória coletiva da população desta região.

As histórias narradas não têm a pretensão de se legitimarem como reais ou fiduciárias, nem tampouco buscam restituir o tempo real dos acontecimentos passados vivido e não vividos, antes, serão um espaço de socializar um mundo da cabanagem, a partir do conceito de representação de Chartier fundamentada na noção de narração e experiência de Benjamin.

Para Benjamin, a narração mantém uma íntima relação com a experiência a qual se inscreve numa temporalidade comum a várias gerações. Ela supõe, portanto, uma tradição compartilhada e retomada na continuidade de uma palavra transmitida de

³² Nova Sociedade do Urucureá, Vila Franca, Maripá, Capixauã, Carão, Anumã, Surucacá, Mapirizinho, Pajurá, Marituba, Surucucá, Jatequara, Jaca, Boim, Nuquinim, Nova Vista, Anduru, Cametá, Escrivão, Tungira, Daniel de Carvalho, Moçum, Santa Cruz, além de: Arimum, Vila Brasil, Guajará, Ponta do macaco, Lago Grande de Franca, Lago da Praia, Santo Amaro, dentre tantos outros.

pai a filho; continuidade e temporalidade das sociedades “artesanais”³³. A narração e a experiência são inseparáveis, o fim de uma acarreta o declínio da outra, provocando transformações profundas.

Dito isto, registramos muitas histórias sobre a Cabanagem, presentes nos discursos dos moradores de várias localidades da região do Baixo Amazonas, os quais narram os acontecimentos do início da revolta a partir de sua localidade. Os depoentes de duas comunidades diferentes narram suas histórias contando como procedeu a guerra e quais às consequências da guerra.

Depoimento 1 (Seu Cláudio José ³⁴).



A palavra “Cuipiranga” significa areia vermelha. “Cuí” significa areia fina e “Piranga” fruta vermelha. Areia vermelha. Mais ainda, porque o pessoal contam que teve muito sangue derramado.

Ficou manchado o sangue nessa areia né? Houve muita morte, muita violência e dizem que parte desse sangue ficou manchado na areia.

O sangue fora encontrado por toda a parte, porque Cuipiranga não faz parte só aqui na frente do Rio Arapiuns, ele também limita-se até o Amazonas. Então do Rio Arapiuns até o Amazonas é Cuipiranga. **Os mais antigos dizem que em algumas noites viam brotar sangue da areia da praia.**

E... porque já acabaram, mas o pessoal conta que ainda tinha canhões né? Canhões feito de burutizeiros só pra, só pra amedrontar, então eles cortavam os burutizeiros, os rolos de burutizeiros aí faziam tipo canhões né? Faziam tipo canhões, assim ficavam demonstrando no rumo, e o pessoal pensavam que eram canhão de verdade mesmo, mas eram dos toros de burutizeiros, isso só pra amedrontar as outras tropas que vinham né?

Então... isso já desapareceu, mas que existia, existia ainda aqui, elas foram feitas pelos próprios cabanos.

O pessoal por todos esses lados encontravam cascas de bala e as próprias balas foram encontradas nessa região.

³³ GAGNEBIN, 1999, p. 14 et. seq.

³⁴ Agente de saúde e morador de Cuipiranga.

Esse local aqui que hoje é o cemitério, poderia ter sido um dos locais de concentração dos cabanos né? Deveria... **então nesse local aqui foi construído a igreja pra nunca se perder a memória, memória do que aconteceu aqui, do que tinha acontecido, da batalha que aconteceu aqui. Então aí os antigos resolveram colocar o cemitério aqui também, como uma demonstração de antiguidade**, de muitos anos atrás, por isso as pessoas vão passar por aqui, vão morrer e esse local aqui vai continuar, vai continuar na memória das pessoas que estão aqui [sic].

Para Seu Cláudio, os achados de balas de canhão e pontas metálicas de botas dos soldados em Cuipiranga são indícios irrefutáveis da presença da Cabanagem e dos combates sangrentos na areia da praia da Vila. De certa forma, estes vestígios da época da Guerra da Cabanagem na visão de Seu Cláudio, dão conta de legitimar as histórias sobre os canhões de toras de buritizeiros.

No entanto, observemos que o depoente para explicar sobre a existência ou não das trincheiras faz o uso da seguinte afirmação: ***“isso já desapareceu, mas que existia, existia ainda aqui, elas foram feitas pelos próprios cabanos”***.

Ocorre que, algumas vezes, os depoentes afirmam fervorosamente, como se tivessem vivido o acontecimento. Afirmam que “existiu”, que “aconteceu”, como se tivessem subterfúgios para legitimar sua afirmativa. Subterfúgios que poderiam ser vestígios materiais do ocorrido, ou, tão somente, uma lembrança de experiência de memória do indivíduo que narra, conforme assevera (RICOEUR 2007, p.172-173).

Entretanto, inferimos que todo testemunho quer ser acreditado, “mas nem sempre traz, em si mesmo, as provas pelas quais se podem comprovar sua veracidade; elas [provas] devem vir de fora”. (SARLO 2007, p. 37). Estas “provas” não são inerentes à linearidade das ciências naturais, mas, sim, vestígios discursivos que soam de forma uníssona na perspectiva de declaração de memória social.

O campo da memória não implica numa verdade irrefutável da História, assim, como também não é os outros tipos de indícios adotados pelo historiador. Antes, o campo da memória social apresenta-se como uma nova releitura de acontecimentos, por meio das reminiscências do acontecido, presentes na memória do indivíduo tal qual ele vivenciou ou se apropriou.

Isto implica dizer o que Benjamim *apud* Gagnebin (1999, p.16) convencionou, adotar como tese sobre memória, a de que a exigência de “rememoração do passado não implica simplesmente a restauração do passado, mas também uma transformação do

presente tal que, se o passado perdido aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja ele também, retomado e transformado”.

Assim, cabe afirmar que a história narrada pelo depoente sobre a Cabanagem não é a mesma do período oitocentista, visto que a memória do depoente se codifica e mescla atributos inerentes de passado a cargas de pertencimento e significância do presente, ou seja, os relatos sobre o tempo passado reconfiguram o tempo presente, assim como o tempo presente reconfigura o tempo passado. Logo, ambos não são mais uma narrativa pura, mas sim uma narrativa híbrida que não abarca um peso de “verdade” irrefutável, mas sim uma possibilidade do ocorrido.

Quanto a isso, Benjamin esclarece (1985, p.224) que a verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido, pois articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi.”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.

Esta por sua vez, antes de ser uma memória individualizada, é compartilhada no seio de uma mesma etnia, que alimenta o entendimento de uma revolta negra como gênese e protagonista da Cabanagem no Pará.

Ocorre, porém que:

Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2006, p.39).

É neste ponto que, em Halbwachs, situa-se uma notável distinção entre a “memória histórica”, de um lado, pressupondo a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada sobre o passado reinventado, e por outro lado a “memória coletiva”, que magicamente recompõe o passado ³⁵, ou melhor, percebe as representações como construções que os grupos fazem sobre suas práticas. Sendo que

³⁵ Cf. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ªed. 7ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2006. p.13.

essas práticas não são possíveis de serem percebidas em sua integridade plena, elas somente existem enquanto representações ³⁶.

Depoimento 2 (Manoel Goudinho Duarte ³⁷).



Sou de Anã, quando jovem fui para Vila Franca e depois vim para Santarém, de onde sempre retorno as minhas origens. Sou bisneto de índia legítima e **as histórias que sei foram repassadas para minha avó, minha mãe, até chegar a mim.**

Muitas das histórias que eu sei é fruto do hábito e costume das famílias de nossa região, que após o almoço nos reuníamos nas varandas da casa ou na cozinha e passávamos a ouvir histórias do papai e da mamãe, que sempre deixavam um gostinho de quero mais para o outro dia ao interromper a história e deixa-la para outro dia.

A história da Cabanagem do ponto de vista cabano foi uma revolta por causa do estilo de vida que esses trabalhadores passavam. Eles queriam organizar-se para depor [movimento] na sede do governo em Belém.

Os mais velhos diziam que os pontos de maior resistência foi em Cuipiranga, na Vila de Arimun e na Ponta do Macaco perto da Vila Brasil.

O governo mandou um navio pra Cuipiranga, pra botar o fim na resistência dos cabanos né? E eles não tinham armas, eles não tinham dinheiro, eram pessoas sofridas, e, mas eles tinham pensamento e força, e eles pegaram e organizaram então, uma forma de defesa. **Encheram a praia de Cuipiranga, que é uma praia pequena, de toras de Palmeiras, pintaram com breu pra ficar na cor preta e colocaram em cima de estacas, que apontadas pra cá, no sentido pra cá pra cidade, que a distancia pareciam canhões.**

Enquanto eles faziam essa forma de defesa, ganhavam tempo pra fugir né? Pra se defender, e isso não ficou registrado na história que o governo nos conta, que os livro nos conta, mas ficou conhecido como a

³⁶ Seguindo a tese de Chartier, nenhum texto traduz a realidade, nenhum texto apreende a realidade em sua totalidade, “o real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é”. Cf. **CHARTIER**, Roger. Por uma sociologia das práticas culturais. In: *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel; Bertrand/Brasil, 1990, p.13-28; **GINZBURG**, Carlo. *Olhos de Madeira: Nove Reflexões sobre a Distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³⁷ Morador do Bairro do Mapiri em Santarém e ex-ator de teatro amador comunitário. Entrevista concedida em 23 de Maio de 2010 no Convento Franciscano em Santarém – Pará.

maior vergonha pro governo do Pará, porque gastou tanta munição combatendo apenas toras de palmeira pintadas com breu.

A Cabanagem foi a revolta do menor contra o maior, do oprimido contra o dominador.

Para mim o que contribuiu para o esquecimento da Cabanagem, eram as histórias sangrentas contadas pelos nossos pais e as voadeiras que os padres e missionários subiam na região fluvial ribeirinha. Porque eu me lembro que quando criança, quando a gente ouvia barulho de barcos e voadeiras, os mais velhos diziam pra gente entrar pra casa e se esconder que eram cabanos vindo acabar com tudo e matar a todos...

Mas não era não, eram apenas padres e missionários (grifo nosso) [sic].

O depoimento de Seu Manoel Goudinho é uma narração com grandes riquezas de detalhes, pois suas falas são fundamentadas naquilo que Maurice Halbwachs nomeou como memória histórica e memória coletiva.

Embora a narrativa de Seu Manoel apresente elementos de uma memória híbrida, que juntou tanto o conhecimento popular como o letrado, ela não deve ser descartada, tendo em vista que tudo pode convencionar-se como documento pelo historiador.

Não queremos fazer uma construção imagética dos cabanos como algoz ou como heróis, pelo contrário, queremos mostrar que quando existem arbitrariedades e processos de subalternidade, o menor, o oprimido, levanta-se e provoca uma convulsão nos arranjos políticos.

No entanto, nos discursos há uma convergência de fatos. A Cabanagem, para muitos desses depoentes, foi um acontecimento que pôde mostrar a inteligência tática dos cabanos ao usarem trincheiras e construírem uma praça com canhões feitos de tronco de palmeiras. Além disso, para os comunitários, a guerra da Cabanagem foi responsável por derramar muito sangue na areia da praia de Cuipiranga, deixando muitas “almas a solta, sem alcançarem seu destino”.

No entanto, convém estabelecer que nenhum destes depoimentos podem ser encarados como memórias de experiência, visto que nenhum colaborador viveu o tempo presente da Cabanagem em meados do século XIX. Poderíamos classificar seus relatos somente como prática discursiva da memória coletiva?

Segundo Sarlo (2007, p. 90-91):

É impossível (a não ser num processo de identificação subjetiva inabitual, que ninguém consideraria normal) lembrar em termos de experiência fatos que não foram experimentados pelo sujeito. Esses fatos só são “lembrados”

porque fazem parte de um cânone de memória escolar, institucional, político e até familiar (a lembrança em abismo: “lembro que meu pai lembrava”, “lembro que na escola ensinavam”, “lembro que aquele monumento lembrava”).

[...]

Marianne Hirsch chama de “pós-memória” [...] Como pós-memória se designaria a memória da geração seguinte àquela que sofreu ou protagonizou os acontecimentos (quer dizer: a pós-memória seria a “memória” dos filhos sobre a memória dos pais).

A proposta metodológica da “pós-memória” defendida por Beatriz Sarlo coloca em questão o uso de memória e a apropriação de memória de descendentes sobre seus genitores e ascendentes, estabelecendo, acima de tudo, o caráter vicário dos depoimentos da pós-memória.

A pós-memória, que tem a memória em seu centro, seria a reconstituição memorialística da memória em seu centro, seria a reconstituição memorialística da memória de fatos recentes não vividos pelo sujeito que os reconstitui e, por isso são qualificados como “vicária”, pois implica sujeitos que procuram entender alguma coisa colocando-se, pela imaginação ou pelo conhecimento, no lugar dos que a viveram de fato. Toda narração do passado é uma representação, algo dito no lugar de um fato. (SARLO 2007, p. 93).

Considerações Finais

No cerne do uso da pós-memória, convencionamos afirmar que os novos sujeitos do novo passado são esses “caçadores furtivos”, que podem fazer da necessidade virtude, modificando sem espalhafato e com astúcia suas condições de vida, cujas práticas são mais independentes do que pensaram as teorias da ideologia, da hegemonia e das condições materiais, inspiradas nos distintos marxismos. No campo desses sujeitos há princípios de rebeldia e princípios de conservação da identidade, dois traços que as “políticas da identidade” valorizam como auto constituintes.

“Esses sujeitos marginais, que teriam sido relativamente ignorados em outros modos de narração do passado, demandam novas exigências de método e tendem à escuta sistemática dos ‘discursos de memória’”³⁸. Fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro. “Lembra-se, narra-se ou se

³⁸ SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 16-17.

remete ao passado por um tipo de relato de personagens, de relação entre suas ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas, definidas por objetivos ou inconscientes” (SARLO 2007).

Assim, essas histórias locais com suas visões particulares de como eclodiu e como ocorreu a Cabanagem no Baixo Amazonas, enriquecem, ainda mais, a construção de uma historiografia da Cabanagem, para além das documentações escritas trabalhadas pelos historiadores, dando atenção para os testemunhos enquanto documentos. Dito de outra forma, convencionou-se como uma construção historiográfica sobre as Narrativas da Cabanagem a partir da convergência entre as contribuições da Historiografia (memória escrita) e da Memória Coletiva (na perspectiva da Pós-Memória).

Essas histórias da Cabanagem, que permeiam porções de historicidade e porções de ficção, galvanizam o processo de pertencimento social, na medida em que a pós-memória passa a ser ativada dentro da perspectiva da memória coletiva. Visto que toda história foi, é, e será história do tempo presente (KOSELLECK 2001, p.119).

Referências Bibliográficas

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará In: **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, (1969) 1839.

BARRIGA, Leticia Pereira. **Ecuipiranga: o berço revolucionário no Baixo Amazonas (1835-1837)**, 2007, 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Belém, Universidade Federal do Pará, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica. Arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, v. 1.).

BURKE, Peter (Org). **A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Ed. UNESP. 1997.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel; Bertrand/Brasil, 1990.

CHIAVENATO, Júlio José. **Cabanagem: O Povo no Poder**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem: a Revolução Popular na Amazônia**. CEJUP, Belém, 1986.

DUQUE, Gonzaga. “Os Cabanos do Pará” In: **Revoluções Brasileiras (Resumos Históricos)**. Typ. Do ‘Jornal do Commercio’ de Rodrigues e Companhia, Rio de Janeiro. 1898.

FERREIRA, Eliana Ramos. **Em Tempo Cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial, primeira metade do século XIX**. 1999. 228 f. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

_____. **Guerra sem fim: mulheres na trilha do Direito à terra e ao destino dos filhos (Pará - 1835-1860)**. 2010. 285 f. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. **Estud. hist. (Rio J.)** vol.22 no. 43. Rio de Janeiro. Jan./Jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a10.pdf>>. Acesso em: 05/05/2014.

_____. Panteão da história, oratório da nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios da Amazônia. In: Neves, Fernando A. de F.; LIMA, Maria R. P. (org.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu. 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira: Nove Reflexões sobre a Distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ªed. 7ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2006.

HARRIS, Mark. **Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race and Popular Culture in the Brazilian Amazon 1798-1840**. v.95 de Cambridge Latin American Studies. Londres: Cambridge University Press, 2010.

HURLEY, Henrique Jorge. **Traços cabanos**. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré; Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. 1936.

KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tempo: estúdios sobre la Historia**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001.

LIMA, Leandro Mahalem de. **Rios Vermelhos: perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835**, 2008. 302 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.]. 7ª ed. Revista. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.

MAGALHÃES, Basílio. "A Cabanagem". In: **Estudos de História do Brasil**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre. 1940.

MELO, Wilverson Rodrigo Silva de. A Cabanagem em Santarém (1836-1840): um novo olhar historiográfico. In: **VII Congresso de Ciência e Tecnologia da Amazônia e XI Salão de Pesquisa e Iniciação Científica do CEULS/ULBRA**, 2011, Pesquisa e Tecnologia (Anais) ... Santarém: CEULS/ULBRA, 9-11 de Novembro de 2011. p. 107-

11. Disponível em:
<http://www.ulbra.br/upload/0feeb69327bcecb01472d0d755dcfcd68.pdf>

_____. À Margem dos Rios pelos Campos e Florestas: A Cabanagem sob marcadores de raça e classe. In: **V SEMANA REGIONAL DE HISTÓRIA: Reflexões sobre a pesquisa e o ensino de História: aproximações e distanciamentos**, 2013a, Cajazeiras - PB. Reflexões sobre a pesquisa e o ensino de História: aproximações e distanciamentos. Cajazeiras: UFCG, 2013 a. v.5. p. 1-15. (CD ROM).

_____. Novos cabanos: o recente processo de ressurgimento e ressignificação de identidade no Baixo Tapajós. In: **VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA**, 2013, Maringá. **Democracia e Autoritarismo no Mundo Contemporâneo**. Maringá: Editora da UEM, 2013. v.6. p. 1-13. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/437_trabalho.pdf

_____. **Sujeitos Marginais em Tempo Cabanal (1835-1837): A Supressão e Violação dos Direitos Fundamentais do Homem no Grão-Pará Regencial**. 2015. 57 f. Monografia (Especialização em Direitos Humanos), Cajazeiras, Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

_____. Tempos de Revoltas no Brasil Oitocentista: a Revolução Cabana em Santarém na Região do Baixo Amazonas Paraense (1834-1838). In: **VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: CULTURAS E IDENTIDADES**, 2013, Goiânia. **Arquivos e Ditaduras**. Goiânia: Editora da UFG, 2013b. v.6. p. 1-23. (CD ROM).

_____. **Tempos de Revoltas no Brasil Oitocentista: Ressignificação da Cabanagem no Baixo tapajós (1831-1840)**, 2015b, 271f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MUNIZ, João de Palma. Adesão do Grão-Pará à Independência. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, vol. 6, n. 4. 1922.

PANTOJA, Ana Renata do Rosário Lima. **Cabanagem: uma revolta camponesa no Acará-PA**. Secult, Belém. Versão reduzida de DM. 2004.

_____. **Terra de Revolta: campesinato, experiências socioculturais, e Memórias cabanas entre a voz e a letra**. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, concentração em Antropologia), Belém, Universidade Federal do Pará, 2010.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem**. 1998. 438 f. Tese (Doutorado em História Social), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos – ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 3 vols. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Cabanos e Legais Disputam o Domínio do Baixo Amazonas, In: **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL. Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**. Revista Tempo: Niterói, vol.11 no.22, 2007. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v11n22a02.pdf>. Acesso em: 17/03/13.

_____. **“Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos”**. In: Anais do Arquivo Público do Pará, v.4. p. 241-71. 2001.

_____. **História amotinada: memórias da Cabanagem**. Cadernos do CFCH, vol. 12, n. 1-2. 1993.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et. Al.]. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**, 3ª edição; IAP, Programa Raízes, Belém, 2005.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Depoimentos Orais

Manoel Godinho (Santarém)

Claúdio José (Cuipiranga do Tapajós).

SIMPÓSIO TEMÁTICO 20

REPENSANDO A HISTÓRIA DE GOIÁS: DIÁLOGOS SOBRE TEORIA, MÉTODO E FONTES NA PESQUISA REGIONAL

Coordenadores:

Me. José Fábio da Silva

Me. Thalles Murilo Vaz Costa

A proposta do Simpósio Temático é criar um espaço profícuo para o diálogo acadêmico sobre as novas tendências de estudo e pesquisa em História de Goiás, endossando as discussões sobre a abertura de recentes abordagens teóricas, a multiplicação dos quadros metodológicos de interpretação histórica e a incorporação de novas fontes de pesquisa. A historiografia incide em um constante processo de reescrita e revisões não só ao que concerne as suas temáticas, mas também as suas formas de abordagem e construção metodológica. O trabalho do historiador resulta em afirmar o constante processo de mudança das relações sociais e culturais no decorrer da passagem do tempo e, simultaneamente, trazer a tona determinados eventos que definam e caracterizem essa trajetória. Esse esforço em aceitar o relativismo temporal e ainda fazer afirmações “verdadeiras” sobre os acontecimentos históricos incide na maneira como o historiador busca apreender historiograficamente a própria história. Em suma, a história como ciência, por meio do uso de métodos e abordagens teóricas distintas, interroga o passado a partir de questões construídas no tempo presente. Dessa maneira, o objetivo deste Simpósio Temático, para além de um espaço de diálogo sobre a História de Goiás, procura novos olhares e abordagens que colaborem no debate sobre o constante processo de (re)escrita historiográfica.

Palavras-chave: História Regional – Historiografia – Metodologia científica – Teoria da História – Escrita da História

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SÓCIOEDUCATIVA NO ESTADO DE GOIÁS: INVENTÁRIO DE FONTES DOCUMENTAIS

Claudia Regina de Castro Teixeira
Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós
Graduação em Psicologia – Faculdade de Educação

Resumo: O artigo objetiva problematizar sobre a política de atendimento sócioeducativo, no Estado de Goiás, nas duas décadas anteriores ao Estatuto da criança e do Adolescente. Para alcançar este objetivo, procurou-se compreender no cenário brasileiro o processo de desenvolvimento dessa política, a partir de um inventário historiográfico sobre a primeira Instituição Goiana de atendimento disciplinar ao adolescente autor de ato infracional. Este estudo teve como metodologia a historiografia. Foi dividida em duas etapas, sendo, respectivamente, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, na qual foram usadas fontes primárias e secundárias. O trabalho permitiu compreender que a questão social que envolve a adolescência, no decorrer de sua história em Goiás, esteve relacionada aos propósitos higienistas, de modelo correccional e enquadrado por uma psicopatologização.

Palavras-chave: Adolescente – Ato infracional – Institucionalização

A institucionalização do adolescente envolvido em atos infracionais é tema recorrente no Brasil. Essa história é, por diversas vezes, marcada pela violência, discriminação, preconceito e estigmatização. Neste contexto, a política de institucionalização aos adolescentes emerge como um processo quase natural, de caráter assistencialista, higienista e de controle e contenção. Seu surgimento esteve, ainda, integrado à regulamentação legal e social do controle da infância e adolescência das camadas populares. A legislação de atendimento social surge a partir das demandas sócio-históricas determinadas pelo aprofundamento do capitalismo o qual progressivamente, inseriu a questão social no centro das contradições que atravessaram a sociedade.

Dados demográficos realizados por órgãos especializados tais como o IBGE e o SINASE, indicam que questões sociais relacionadas à adolescência são cada vez mais emergentes. O país necessita olhar para essa população que, por meio de diversas

expressões, grita por atenção. Segundo dados do relatório de estimativa populacional do IBGE (2014), o Brasil conta com uma população 202.768.562 habitantes, o número de adolescente de 12 a 21 anos soma-se 21.265.930 milhões, em 2014. Os dados do Levantamento Anual do SINASE, referentes ao ano de 2012, publicado em 2014, indicaram um número total de 108.554 adolescentes em cumprimento de Medidas Sócioeducativas (internação, internação provisória, semiliberdade, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) (SINASE, 2014). O Centro-Oeste obteve o segundo maior índice entre as regiões pesquisadas, com um Índice de Homicídios de Adolescentes de 3,74 adolescentes (IHA, 2015). Fatores como esses vêm sendo usados como argumentos pelos movimentos de oposição aos direitos dos adolescentes. Um exemplo disto é a discussão no cenário nacional da proposta de redução da maioridade penal. Estas iniciativas ameaçam os avanços conquistados num processo histórico de luta pela garantia à proteção integral às crianças e adolescentes – sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. Dessa maneira o sistema socioeducativo é, assim, posto em xeque mediante as críticas que questionam a possibilidade do mesmo atender aos fins a que se propõe.

O cotidiano da aplicação das Medidas Socioeducativas revela o distanciamento que estas mantêm da doutrina da proteção integral, cuja função precípua é orientar para que se assegurem condições adequadas ao pleno desenvolvimento de adolescentes, independente de sua situação jurídica. Ainda neste sentido, os dados do IBGE, SINASE e IHA, apresentados acima, sugerem a necessidade de maior atenção ao desenvolvimento integral de grande parte dos adolescentes brasileiros, bem como, de estudos sobre as implicações históricas da política de assistência socioeducativa e os processos de institucionalização. Sobre este aspecto se insere a reconstrução histórica do Centro de Observação e Orientação Juvenil, a qual poderá contribuir para a análise das conjunturas atuais sobre a institucionalização dos adolescentes autores de atos infracionais em Goiás.

Sobre a institucionalização, especificamente, de adolescentes autores de atos infracionais, Minayo (2002) afirma há total incompetência dessas instituições e serviços de assistência e de “bem estar” entre os quais estão: o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs), atualmente Fundação Casa.

A propósito dessa institucionalização, no Estado de Goiás, conforme Oliveira (2005), na década de 70 adotou-se os mesmos modelos dos demais estados brasileiros. A cultura institucional seguiu os princípios da internação e do confinamento, evidenciando práticas de controle e contenção. A autora ao discutir a Política Nacional do Bem Estar do Menor afirma que o Estado de Goiás adotou uma postura de caráter compensatório, norteadas pelo desejo de suprir as deficiências sociais existentes em camadas significativas da população. Neste contexto os termos: menores carentes, menor abandonado, menor de conduta antissocial, infrator e delinquente foram usados como classificações estigmatizantes atribuídas às crianças e adolescentes pobres.

A primeira FEBEM do Estado de Goiás, instituída em 15 de julho de 1976, é um exemplo da política nacional brasileira proposta para o atendimento ao adolescente envolvido em delitos ou conduta antissocial. Esta instituição atribuiu ao adolescente infrator as consequências dos problemas estruturais e conjunturais da época. As práticas e discursos nessa política traduziam a associação feita entre pobreza e desorganização social, a qual considerava a situação das crianças e adolescentes pobres e suas famílias como circunstanciais e nunca como próprias do sistema capitalista (OLIVEIRA, 2005).

Neste cenário político, instituído pela Política Nacional do Bem Estar do Menor, por meio de convênio firmado entre o governo do Estado e a Fundação do Bem Estar do Menor (FUNABEM) em 1966, nasce a proposta para um Centro de Reeducação Masculina. Este, nomeado como Centro de Observação e Orientação Juvenil (COOJ), foi inaugurado em 21 de novembro de 1963 e teve por objetivo prestar assistência a adolescentes autores de atos infracionais, os chamados “menores infratores”, no formato de internato e com grande ênfase na segurança (OLIVEIRA, 2005).

Esta Instituição funcionou nas duas décadas anteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como parte da política de atendimento socioeducativo em Goiás. Fundada em 1973 o Centro de Observação e Orientação Juvenil buscava, conforme reportagem do Jornal O Popular “a recuperação do menor de má conduta social e sua reinserção à sociedade” (1974). A entidade ofereceu, inicialmente, sessenta vagas para crianças e adolescentes de 8 a 17 anos de idade, que em regime de internato, deveriam receber atendimento educacional, vocacional, psicológico, médico, odontológico e ainda participar de atividades artísticas, físicas e profissionalizantes. Nos anos posteriores à sua inauguração, a instituição vai enfrentar inúmeros desafios e críticas, o que

possivelmente, revelava o cenário no qual se desenvolveu a política de assistência ao adolescente autor de ato infracional.

Conforme sinaliza Oliveira:

“mentalidade higienista e a tendência psiquitrizante estavam, portanto, também presentes na abordagem adotada na relação de atendimento aos “menores”, enquadrando o seu comportamento dentro do quadro das psicopatologias. Fortalecendo ainda mais o modelo correcional, a psicopatologização do tratamento dispensado aos “menores” nas instituições foi se corporificando no Brasil e fortaleceram as propostas repressivas, gerando, portanto uma relação institucional mais rigorosa com a criança e o adolescente pobre. Essa população foi cada vez mais sendo colocada numa posição dúbia entre a necessidade de proteção e a aplicação de penas corretivas de caráter punitivo” (OLIVEIRA:2005,p.69)

Assim, acredita-se que a partir da construção história das instituições, neste caso o COOJ, seja possível apreender as teorias e práticas que permearam a política de assistência e institucionalização do adolescente, as condições históricas e sociais responsáveis pelo surgimento das instituições correcionais no Estado de Goiás e as contradições existentes entre as propostas ideológicas e práticas efetivas na resolução dos problemas existentes na área da adolescência nas duas décadas anteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entende-se que para compreender o surgimento da política de assistência sócioeducativa no Estado de Goiás é de grande importância a coleta e organização de documentos que retratem os processos sócio-históricos que permearam o surgimento dessa política.

Neste contexto Martins (2004) considera que a produção historiográfica não é somente apresentar uma interpretação sobre os fatos históricos, mas pode ser útil para evitar repetir erros do passado. É neste sentido que sobressai a importância do fazer historiográfico. Assim, compreender os processos históricos da institucionalização dos espaços e das práticas destinadas ao adolescente, perpassa pelo entendimento dos processos sócio-históricos e contradições sociais presentes tanto no passado quanto na contemporaneidade. Esta pesquisa se caracteriza como um estudo historiográfico, que para Brozek (1998) significa uma forma de levantar questões ao passado e buscar respondê-las. Para o autor, a historiografia demanda a organização dos dados evidentes, buscando produzir um relato coeso de partes do passado.

Dentro deste contexto o objetivo desta pesquisa foi inventariar documentos que retratassem a história da política de assistência destinada ao adolescente envolvido com a Lei, com forma de compreender, no cenário goianiense, a origem e o desenvolvimento da política de assistência sócioeducativa destinada ao adolescente autor de ato infracional e ainda, perceber as implicações e contradições sociais, por meio dos processos de institucionalização. Este estudo foi parte da dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás.

Esta pesquisa se dividiu em duas etapas, sendo, respectivamente, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Conforme esclarece, Certeau (2000) recorrer às fontes documentais possibilita cientificidade à pesquisa, pois tais fontes legitimam o discurso historiográfico, oferecendo a ele o estatuto de saber científico. Dessa forma, a ciência e o discurso historiográfico como narrativa se mesclam e recuperam os fatos históricos, sem ter a pretensão de alcançar uma totalidade ou verdade absoluta, mas como uma forma de compreender o passado. A pesquisa documental foi realizada em bibliotecas, centros de documentação, Arquivo Histórico Estadual de Goiás, mapeando e arquivos particulares. Este levantamento permitiu a análise de documentos, livros, jornais, decretos, fotos, filmes, entre outros, que vão surgindo conforme a busca. Esta etapa teve como objetivo a reconstrução histórica, documental, considerando os processos e as contradições sociais, ideológicas, políticas e econômicas existentes na assistência sócioeducativa da época.

Conforme exposto no início deste trabalho buscou-se inventariar documentos que retratassem a história da política de assistência voltada ao adolescente envolvido com a Lei, e com isso compreender a origem e o desenvolvimento dessa política no cenário goianiense a partir do olhar sobre uma instituição específica, o Centro de Observação e Orientação juvenil. Os dados coletados a partir de relatos orais e reportagens de jornal indicaram que a Instituição, vinculada ao Estado de Goiás, teve como objetivo a “recuperação”, fala presente na época, e a inserção social do jovem infrator. Durante seus vinte e dois anos de funcionamento enfrentou enormes desafios, dos quais, questões ideológicas, estrutura física e capacitação técnica sobressaíram.

Este trabalho permitiu perceber as implicações e contradições sociais, por meio dos processos de institucionalização, sobretudo no que refere à teoria e prática. Observou-se ainda a necessidade de reivindicação de algo que representasse para o

infrator um deslocamento de um lugar onde não pudesse se constituir como sujeito, para outro onde isso fosse possível. Por essa razão, a promoção de oportunidades de inserção social para crianças e adolescentes, por meio do incremento de políticas públicas sociais, de saúde e de ações culturais, podem sustentar outros inúmeros lugares para uma construção subjetiva satisfatória dessa população além de efetivar a cidadania. A legislação brasileira, no que se refere a atenção socioeducativa, se aplicada de fato, pode contribuir para o melhor desenvolvimento do adolescente envolvido com a criminalidade, auxiliando-o no processo de responsabilização, de construção de sua autonomia, de sua inserção social e de sua constituição subjetiva por outra via que não seja a do crime.

Referências Bibliográficas

CERTEAU, M. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. BROZEK J.; MASSIMI M. *Historiografia da psicologia Moderna – versão brasileira*. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico**. Relatório de Estimativas para o ano de 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_dou.shtm>. Rio de Janeiro, 2014.

IHA - Índice de homicídios na adolescência: IHA 2012: Dorian Luis Borges de Melo, Ignácio Cano. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014. Disponível em: <http://seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2015/01/indice-de-homicidios-na-adolescencia-ih-e-divulgado-pelo-governo-federal-sociedade-civil-e-unicef>. Acesso em: 28 maio 2015.

MARTINS, R. A. (2004). Ciência versus historiografia: os diferentes níveis discursivos nas obras sobre história da ciência. In: A.M.A. Goldfarb; M.H.R. Beltran (orgs.) **Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas**. 1ª. Edição. São Paulo: EDUC/Livraria da Física/Fapesp.

MINAYO, M. C. S. O significado social para a saúde da violência contra criança e Adolescentes. In: WESTPHAL, M. F. (Org.). **Violência e criança**. São Paulo: Ed. Da USP, 2002.

MINAYO M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

OLIVEIRA M. L. M. **Aldeia Juvenil**: duas décadas de contraposição à cultura da institucionalização de crianças e adolescentes pobres em Goiás. Defesa em 20/09/2005. 135 f. Tese (Mestrado em Psicologia) Universidade Católica de Goiás Pró-reitoria de Pesquisa Mestrado em Psicologia Goiânia, 2005.

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Relatório Anual de 2013**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e.../pdf/SinaseResoluoConanda.pdf

TERRITORIALIDADES DA FESTA DE PADROEIRO NA CIDADE DE PANAMÁ – GO

Eloane Aparecida Rodrigues Carvalho
TECCER / UEG. Mestranda/Bolsista pela
UnUCSEH/Anápolis.

Profª. Dra. Mary Anne Vieira Silva
Docente UnUCSEH/Anápolis e Programa de Pós-
graduação TECCER/UEG.

Resumo: O estudo sobre as festas de padroeiros possibilitam pensar a História de Goiás pelo viés cultural e dialogar com os elementos econômicos, políticos e sociais visando representar a ligação do estado ao passado rural e suas alterações na contemporaneidade. A devoção ao Divino Pai Eterno na cidade de Panamá tornou-se um fator preponderante da construção das territorialidades, devido ser uma festa de sentido religioso, reunindo sentimento, ação, imaginário, símbolos e características humanas em um só lugar. Essa festa religiosa católica é um marco da espacialização e da identidade cultural do estado por configurar seu próprio sentido nas celebrações aos santos padroeiros. Assim, a manifestação religiosa que acontece anualmente na pequena cidade do interior de Goiás, representa a organização do território festivo e suas demarcações simbólicas e sociais. A pesquisa pretende abordar a devoção ao “santo” como uma liga territorial entre os participantes da e na festividade e a cidade goiana, a partir de análises de vários pesquisadores no campo da Cultura tanto da Geografia com Haesbaert, R. Almeida, M. G. Rosendahl, Z. D’Abadia, M. I. V. Cosgrove, D., quanto da História com Chartier, R. Del Priore, M. e da História Regional com Silva, M. M. Deus, M. S. da Antropologia Geertz, C. Brandão, C. R. e da Sociologia Da Mata, R., Bourdieu, P. Hall, S. A análise da festa de padroeiro será a fonte de pesquisa, por meio da metodologia da etnogeografia e da observação participante a fim de ressaltar a experiência do sujeito na construção histórica-social do território goiano.

Palavras-Chave: Festa de Padroeiro – Territorialidades – Panamá/GO

Introdução

As festas de padroeiros no estado de Goiás representam as características rurais que ainda persiste na atualidade, embora muito desses festejos ocorra em espaços urbanos que visa resgatar as origens do passado ruralístico. Ao pensar a História Regional por meio das manifestações religiosas, possibilita ao intérprete relacioná-las com os fatores econômicos, políticos e sociais, uma vez que identificam os espaços através da ligação de elementos rurais e urbanos nas cidades goianas.

A devoção ao Divino Pai Eterno na cidade de Panamá faz parte do grupo de manifestações religiosas católicas que representam o estado de Goiás como um local que resiste às modificações da sua essência. Em suma, essa festa que ocorre anualmente no sul de Goiás, tornou-se um fator preponderante da construção das territorialidades existentes na cidade, enfatizando um sentido religioso por reunir sentimento, ação, imaginário, símbolos, além de características humanas em um só lugar.

Essa festa religiosa católica é um marco da espacialização e da identidade cultural goiana por configurar seu próprio sentido nas celebrações aos santos padroeiros e representar as demarcações simbólicas e sociais. Esse artigo pretende abordar a devoção ao “santo” como uma liga territorial entre os participantes da festividade e contribuir para o processo de pertencimento identitários.

Territorialidades na cidade de Panamá-GO.

Os espaços das festas goianas, sobretudo aqueles demarcados pelo campo do sagrado materializam-se na paisagem e no território por meio das identidades culturais de sua sociedade. Em suma, se constituem por tempos e espaços simbólicos, estabelecendo diversas territorialidades idealizadas por uma teia simbólica de representações e de pertencimentos a determinados grupos.

É importante considerar que a religião católica na região central do Brasil é responsável por estabelecer territorialidades simbólicas demarcadas a partir de manifestações religiosas em homenagem aos santos padroeiros em contextos festivos. Segundo a geógrafa D’ABADIA (2014:99) “[...] Durante a vivência de uma festa de padroeiro, é possível retomar a ideia de que o território que ali se constitui e estabelece-se numa ligação por um princípio cultural de identificação ou pertencimento, relativizando aquele princípio material de apropriação.”

As festas são espaços demarcados por elementos simbólicos, imateriais e espirituais que passam o campo territorial e identitários designando local dos/as santos/ase aqueles destinados a ritualística da religião. Nesse sentido infere-se que o espaço é pensado e demarcado simbolicamente.

Por outro lado, ao discutir o conceito de identidade deve-se considerar o pensamento de Stuart Hall (2014: 11), por afirmar que essa identidade costura o sujeito à estrutura, sendo um elemento de ligação entre os indivíduos e o espaço. Dessa forma,

compreende que a identificação entre sujeito e o local é marcada pela negação da diferença, por isso, é vista como autêntica e sustentada pela exclusão daquilo que não é importante para o grupo.

As representações do mundo social são construídas e determinadas pelos interesses dos grupos. Por isso, a festa do Divino Pai Eterno é marcada por singularidades nas suas simbologias e nos rituais, já que o mito originário também caracteriza o espaço local. Nesse sentido, o presente artigo enfatiza as definições do geógrafo Haesbaert (2011) de desterritorialização e territorialização, com o intuito de entender as modificações que as ações humanas causam no espaço geográfico.

O termo territorialidade é necessário nesse estudo, pelo fato da manifestação religiosa da cidade de Trindade/GO ter passado por um processo de deslocamento para o município de Panamá/GO. Uma vez que durante o processo de desterritorialização da *fé*, da região metropolitana, e sua territorialidade na região sul de Goiás, em meados de 1917, logo decorreu alterações em suas formas de linguagens.

Segundo Rosendahl e Corrêa (2000) é preciso compreender o cotidiano dos indivíduos e dos grupos na organização do espaço. Em virtude, de a territorialização delimitar o espaço pela constituição de padrões de interações de um determinado grupo.

A manifestação religiosa do sul de Goiás é marcada por singularidades nas suas simbologias e nos rituais, uma vez que o mito originário também caracteriza o espaço local. Conforme da D'ABADIA (2014: 100) “O espaço da festa é uma fonte geradora de identidade, que se expressa das mais variadas formas possíveis pelos grupos sociais que participam das festas [...]”.

Ao discutir o conceito de identidade deve-se considerar o pensamento de Stuart Hall (2014: 11), por afirmar que essa identidade costura o sujeito à estrutura, sendo um elemento de ligação entre os indivíduos e o espaço. Dessa forma, compreende que a identificação entre sujeito e o local é marcada pela negação da diferença, por isso, é vista como autêntica e sustentada pela exclusão daquilo que não é importante para o grupo.

Nesse artigo, serão utilizadas as definições de desterritorialização e territorialização da Geografia Cultural, para entender as modificações dos indivíduos na cidade de Panamá desde 1917, visto que essas ações demarcaram o espaço e a identidade local. De acordo com Rosendahl e Corrêa (2000) é preciso compreender o

cotidiano dos indivíduos e dos grupos na organização no espaço além das alterações ao longo do tempo.

Destarte, a decodificação dos símbolos e dos rituais da devoção ao padroeiro é de suma importância para interpretar o processo de territorialização na região sul de Goiás por classificar o espaço simbolicamente. Diante do recorte espacial, que analisa a perspectiva de desterritorialização e territorialização deve-se iniciar pelos pressupostos do geógrafo Haesbaert ao (2002:01) “[...] pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas”.

Ao pensar a territorialidade como elemento essencial da construção identitária de um grupo, através do sistema de representação em que os sentidos e os significados estabelecem padrões de interações entre os indivíduos e o espaço geográfico. Assim, a devoção ao Divino Pai Eterno e a classificação de santo padroeiro não pode delimitar apenas a cidade de Trindade/GO, ainda que seja um local que adere inúmeros fiéis durante todo o ano e seja a essência para a estruturação do município, representando o catolicismo popular no estado.

Essas identidades tendem a ser modificadas ao longo do tempo, já que são construídas ou negociadas pelos seres humanos a fim de atender a necessidade do espaço em que vivem. Mediante o exposto, “[...] Toda prática social é simbolicamente marcada.” (SILVA, 2014: 33), por isso o indivíduo é produzido consciente e inconsciente pela representação que marca a atribuição de sentido.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, esta sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. [...] em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. (HALL, 2014: 24)

Ao essencializar a imagem do Divino Pai Eterno na cidade de Trindade, não se consegue perceber suas ramificações ao longo do século XX, já que outras cidades oferecem momentos de devoção ao “santo” e até mesmo denominaram-no como padroeiro. Por muito tempo, essa manifestação religiosa se restringiu a região metropolitana de Goiânia, porém, com o passar dos anos adentrou novos espaços e

territorializou os dogmas da Igreja Católica, embora, com alguns elementos distintos daqueles que ocorrem na cidade de Trindade.

De acordo com Chartier (1987:16) “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler [...]”. Assim, para compreender a desterritorialização da devoção ao Divino Pai Eterno na cidade de Trindade e sua territorialização no sul de Goiás deve-se perceber as marcas de singularidades em seus mitos, símbolos e rituais. Portanto, essa festa religiosa católica é um marco da espacialização e da identidade cultural goiana por configurar seu próprio sentido nas celebrações aos santos padroeiros e representar as demarcações simbólicas e sociais.

Considerações Finais

A devoção ao Divino Pai Eterno, na cidade de Panamá, se tornou um fator preponderante da construção de territorialidade baseada em dogmas da Igreja Católica, com elementos de um passado rural. Diante disso, a aglomeração de pessoas em homenagem a esse padroeiro, propiciou a demarcação dessa festividade com sentido religioso à medida que reúne sentimentos, ações, imaginários, símbolos e características humanas em um só lugar.

Essa festa religiosa é um marco da espacialização e da identidade cultural do estado de Goiás, por configurar seu próprio sentido nas celebrações aos santos padroeiros. Salienta-se, ainda, que essa manifestação além de ocorrer anualmente também representa a organização do território festivo e suas demarcações simbólicas e sociais.

A priori, a crença religiosa da região sul de Goiás foi idealizada pela devoção ao padroeiro da cidade de Trindade, embora tentasse reproduzir alguns elementos representativos do centro religioso, logo se caracterizaram ao cotidiano da população local. Segundo Haesbaert em seu livro “O mito da desterritorialização” (2011), esse processo de desterritorialização marca a fragmentação da fé da região metropolitana e sua territorialização em outras localidades.

Referências Bibliográficas

CASSIRER, Ernst. **A Filosofia das Formas Simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CROATTO, José Severino. **As linguagens da Experiência Religiosa: uma introdução à fenomenologia**. São Paulo: Paulinas, 2001.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. **Diversidade e Identidade Religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade-GO**. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

GEBAUER, Günter. WULF, Christoph. **Mimese na Cultura: agir social, rituais e jogos, produções estéticas**. São Paulo: Annablume, 2004.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. GIL CORRÊA, Ana Helena. **Identidade Religiosa e Territorialidade do Sagrado: notas para uma teoria do fato religioso. Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp. 39-56.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MUDANÇA CONSTANTE, PREDESTINAÇÃO HISTÓRICA E REPETIÇÃO: CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E REPRESENTAÇÃO DO PASSADO EM NARRATIVAS SOBRE A CIDADE DE ANÁPOLIS-GO (1974-1983)¹

José Fábio da Silva
Mestre em História

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a maneira como experiência e expectativa são articulados na construção de uma noção de continuidade temporal em narrativas históricas. Com esse intuito tomaremos as narrativas históricas produzidas sobre a cidade de Anápolis (GO) presentes no periódico *Correio do Planalto* no decorrer da década de 1970. As narrativas históricas publicadas nesse periódico buscaram, além de reunir o conhecimento sobre o passado local, construir instrumentos interpretativos na qual a interpretação do passado, o entendimento do presente e a expectativa em relação ao futuro mediassem uma representação abrangente de continuidade temporal. Esse esforço gerou uma concepção dúbia em relação ao passado, na qual mudança e conservadorismo, progresso e tradicionalismo eram alternados como modelos a serem seguidos mediante as “necessidades” do momento político-econômico vivenciado pela cidade.

Palavras-chave: Narrativa – Consciência histórica – História de Goiás

O *Correio do Planalto* foi um periódico que circulou em Anápolis entre 1974 e 1983. Foi o único órgão de imprensa que manteve sua periodicidade na cidade no decorrer desse período. No decorrer de suas edições, buscou resgatar alguns aspectos da história local. Além de reunir o conhecimento sobre o passado local produzido até então, essas narrativas históricas buscaram construir instrumentos interpretativos para história local por meio do uso da categoria de progresso: percebia a história como fluxo contínuo de desenvolvimento. Dentro da categoria de progresso perpassam outras três chaves explicativas ou formas de se perceber e representar a mudança: a mudança constante, a predestinação e a repetição. Vale ressaltar que, apesar de abordamos essas três dimensões separadamente e de modo distinto, as mesmas não se desvinculam ou ocorrem separadamente na prática.

¹ Este trabalho é uma versão resumida de parte do capítulo III de minha dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás, intitulada: *O progresso como categoria de entendimento histórico*, defendida em agosto de 2014 e orientada pelo Prof. Dr. Cristiano Arrais.

A Mudança Constante

Segundo a definição aristotélica “tudo o que se move é movido por alguma coisa” (ABBAGNANO, 2007: 686), ou seja, mudança relaciona-se a movimento. Nas narrativas históricas locais, a mudança é percebida como algo inerente ao progresso; a mudança é entendida como fator de continuidade.

A mudança de experiência, que *in situ* é sempre único, se efetua igualmente em distintos níveis temporais, a saber: no jogo de mudanças dos acontecimentos que produzem novas experiências concretas e espontâneas o que, mais lentamente, acumula experiências, as confirmam ou relaciona a modificações na rede relativamente constante de condições dentro das quais são possíveis os acontecimentos. (KOSELLECK, 2001: 53).

As experiências acumuladas no decorrer dos anos, pautadas na ideia de uma mudança constante, tornaram-se, em nível local, um meio de se perceber a própria dinâmica temporal. A ferrovia, a luz elétrica, a imigração, a construção de capitais, a base aérea, o distrito agroindustrial, o crescimento demográfico foram fatores associados à modernização que não só influenciaram na dinâmica social e estrutural da cidade, atingiram também o meio cultural e a maneira como a própria experiência do tempo foi percebida. Dessa forma, ao se construir uma narrativa sobre a história local, a ideia de uma *mudança constante*, em alguns casos, não foi tomada apenas como o desenrolar de uma cadeia de eventos concretos, mas uma maneira no qual a própria dinâmica temporal se desenvolve. “Sem dúvida não há um fator único de transformação, pois quando uma sociedade toma o caminho da mudança, uma dinâmica se põe em marcha e continua muito além das causas iniciais.” (DORTIER, 2010: 428). Narrar a história local, assim, carecia de um modelo que tomasse a própria mudança como elemento organizador da trajetória temporal.

Tempo, como mudança, adquire uma qualidade positiva, torna-se qualidade portadora de sentido. De ameaça a ser reelaborada historicamente, o tempo passa a ser percebido como qualidade das formas da vida humana, como chance de superar os padrões de qualidade de vida alcançados, como abertura de perspectivas de futuro, que qualitativamente além do horizonte do que se obteve até o momento. (RÜSEN, 2007: 58).

Em 1975, o professor Wilson Ferreira da Cunha foi convidado pelo periódico *Correio do Planalto*, para produzir um texto sobre a história da cidade. *Anápolis: um enfoque histórico*, foi publicado em edição especial em 31 de julho daquele ano, e

republicada no ano seguinte, em comemoração ao aniversário da cidade. Segundo os editores do periódico:

A partir de hoje toda a equipe do jornal estará concentrada no trabalho de conclusão da edição que deverá circular com mais de 40 páginas, trazendo várias informações sobre a cidade num dos mais criteriosos levantamentos históricos já feito para Anápolis. (*Correio do Planalto*, 21/30-07-1975).

A edição trazia aspectos da sociedade anapolina da década de 1970 e artigos sobre os aspectos históricos da cidade. Wilson Ferreira da Cunha, faz um comparativo da cultura dos anos cinquenta e a de então, e defende a ideia de uma “onda nostálgica” que, segundo o autor, caracterizava a sua época, “não é por causa da atual onda nostálgica que assola o mundo inteiro, mas na verdade, naqueles tempos, as pessoas se entendiam e divertiam completamente, ou quase completamente” (*Correio do Planalto*, 31-08-1975).

O texto de Wilson Ferreira Cunha configura-se como um pequeno “ensaio” que parte de uma interpretação e reestruturação de um trabalho escrito em 1957 por João Luiz de Oliveira, *Subsídios à História de Anápolis*. Em termos estruturais, os textos são similares, o que muda substancialmente, é a forma como os dois autores trabalham o sentido e o conceito de História. O trabalho de Cunha, no entanto, obedece a determinados critérios metodológicos e busca estabelecer um sentido lógico à experiência do tempo. Ambos foram divulgados em publicações destinadas aos cidadãos, em época de comemoração do aniversário da cidade e em momentos de mudanças na estrutura e na econômica da cidade: em 1957, a cidade vivenciava as expectativas relativas ao início das obras da construção de Brasília, que afetou diretamente no cotidiano da cidade; em 1975, em termos econômicos a cidade estava em processo de instalação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), que foi inaugurado no ano seguinte. Não só no texto em questão, mas em outras reportagens destinadas a comemorar os 68 anos da cidade, encontram-se referências ao passado da cidade imbuídas de expectativas e interpretações submersas ao contexto do período. Logo, na primeira página desta edição – vale lembrar que uma edição comemorativa – referem-se à cidade como:

Nascida, segundo a tradição oral, sob a inspiração de Santana, e forjada na senda do progresso por homens vindos de todos os quadrantes do país e mesmo do exterior, Anápolis é atualmente uma das mais importantes cidades brasileiras, destinada a ocupar lugar mais importante ainda no futuro, dado amor e dedicação que lhe dedicam todos os seus habitantes, natos ou por

adoção, enamorados que são pelas suas coisas. (*Correio do Planalto*: 31-07-1975).

O passado da cidade e a sua formação histórica são tomadas como um meio de interpretação que tem como fim não só explicar o presente, mas atestar as possibilidades do futuro. “O presente entra no campo tenso da transição de uma à outra. Esse caráter de transição é destacado nos processos e acontecimentos do passado, historicamente lembrados, como portador de sentido.” (RÜSEN, 2007: 59). O sentido imposto ao passado da cidade está intimamente ligado ao conceito de progresso: o tempo é percebido como uma mudança constante, todavia, essa mudança não levaria a um futuro obscuro, mas a realização de um “destino”, de um futuro ainda mais “grandioso” do que era compreendido como presente e do que era interpretado como passado.

A abordagem de Cunha segue os princípios do materialismo histórico-dialético, denominado pelo autor como análise “metalógica” da história. O autor defende que a função da História – uma história que deveria ser escrita de forma crítica e científica – era registrar a realidade histórica, capturar o passado e transportá-lo de forma fiel para o texto escrito mediante métodos científicos. Afirma o autor que: “Escrever história, é antes de tudo, dizer a verdade. Não se pode ser descritiva nem tampouco pragmática ou didática, mas sim científica: o exame e análise crítica dos acontecimentos político-sociais e econômicos.” (*Correio do Planalto*, 31-07-1975). A busca da “verdade histórica” visava revelar o passado, expurgar o presente e restabelecer o futuro. Procurou enfatizar a necessidade de se desvincular, dentro da produção historiográfica, o passado bandeirante ao contexto social do momento. Seu texto enfoca as mudanças políticas e econômicas do município e ao mencionar a importância da História ressalta a necessidade de se construir uma “outra” história, já que se vê na “historiografia brasileira são os jargões acadêmicos e um conceito histórico ultrapassado, baseado numa linguagem oficial, mitológica e oligárquica.” (*Correio do Planalto*, 31-07-1975). Procurou, então, explicar os acontecimentos na história local ligando-os a fatos ocorridos a nível nacional, como é possível notar em sua interpretação sobre a instalação da freguesia:

Nesta ocasião, em todo o país, a formação de povoados representava um papel tão importante para as regiões onde se concentravam, que os senhores proprietários de terras e autoridades oficiais concediam vantagens especiais para a sua instalação. Por causa disto, a elevação de povoado de Sant’Ana da Antas não teve obstáculos significativos e, foi, naturalmente alcançado o

intento por que a causa era justa e favorecia a todos e a toda a região. (*Correio do Planalto*: 31-07-1975).

Mesmo em uma tentativa de fugir dos modelos que, em sua opinião, ainda vigoravam na historiografia nacional, sua compreensão histórica tem suas bases fundadas no futuro, em um futuro diferente ou no *ainda não presente*. O ataque feito a História pelo autor, não foi meramente direcionado ao passado relatado em escritos históricos, mas ao próprio presente, ou melhor, as estruturas políticas estabelecidas no município pelo regime militar. Anápolis, naquele período, por ser “área de segurança nacional” – devido a instalação da Base área em 1973 – não podia eleger o prefeito municipal por meio de eleições diretas, sendo este nomeado pelo governo federal.

A autonomia administrativa e as possibilidades de desenvolvimento da região eram ameaçadas pela instabilidade política gerada pela intervenção federal, já que os interventores nomeados pelo governo, segundo o autor, não conheciam os problemas e nuances da realidade local. Visto pelo enfoque político, a construção de Brasília, esperada ansiosamente anos antes, mostrou-se uma faca de dois gumes: se por um lado, “projetou” Anápolis no cenário nacional, por outro lado, trouxe uma instabilidade política, de 1973 a 1985, a cidade teve nove prefeitos nomeados.

A ideia de progresso implícita no artigo de Cunha também está associada ao desenvolvimento urbano. Todavia, esta não era vista como um modelo que seguia uma espécie de ordem natural, o desenvolvimento só poderia ocorrer se uma nova classe, mais capacitada ao cenário que se constituía, assumisse o poder. Dessa forma ele concebe a estrutura política local (mais uma vez ligando-a ao âmbito nacional) do início do século XX da seguinte forma:

Em primeiro lugar, as formas políticas tomadas quer na regulamentação das relações entre pessoas, quer na organização da superestrutura política, não foram em absoluto uniformes, variando de lugar para lugar e de época para época, isso, de acordo com a região e em todo o país. Em segundo lugar, e por causa disso, permaneceram nas regiões centro-oeste brasileira estágios políticos bastante atrasados das formas que estavam que estavam evoluindo nas regiões costeiras do país. (*Correio do Planalto*, 31-07-1975).

Wilson Cunha avalia a evolução da cidade de Anápolis, através de modelos exteriores à realidade local. A solução para o atraso da região estava situada na industrialização, as mudanças políticas poderiam então ser explicadas por este viés. Para Cunha, o coronelismo entra em decadência em Anápolis por volta de 1930, com o

fortalecimento do comércio local. O coronelismo, “ainda que dinâmico nos primórdios, aos poucos, foi perdendo a capacidade de se identificar com a nova realidade.” (*Correio do Planalto*, 31-07-1975). É interessante notar que, mesmo citando a década de 1930 como a queda do coronelismo, o autor não cita as mudanças políticas ocorridas a nível nacional, para ele,

O constante crescimento de demanda global da economia de Anápolis acabou por romper o arcabouço político do coronelismo. Era o início da expansão comercial e industrial da cidade. A consequência direta destes acontecimentos foi a entrada no cenário da política local de uma nova classe – a burguesia comercial e industrial. (*Correio do Planalto*, 31-07-1975).

A modernização, representada pela expansão comercial e industrial da cidade e pela ascensão da burguesia, também comercial e industrial, na interpretação, de Cunha, é tomada como um fator de interpretação da mudança temporal e da construção narrativa sobre a história local. A história é compreendida como uma mudança constante, e os sujeitos históricos, representados no conceito de classe, como personagens mais ou menos aptos a se adaptarem a esse conjunto de mudanças. O autor chega a citar a mudança da capital estadual, Pedro Ludovico e Mauro Borges como personagens que contribuíram para a queda do coronelismo e início da industrialização do estado, todavia, muito embora sejam colocados como coadjuvantes de uma superestrutura maior. Tomando como modelo interpretativo o materialismo-histórico, no qual “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2008: 19). Segundo Wilson Cunha, só chega ao poder a classe social mais apta às novas condições econômicas.

Anápolis também acompanha a ascensão da industrialização do Estado, inserida com nova energia a partir dos anos 70.

Com a perda da hegemonia política do município por parte dos coronéis, o poder político passa lenta e ininterruptamente para as mãos da burguesia comercial e industrial da cidade. São eles, os únicos capacitados para desempenhar a nova tarefa de impulsionar a nova realidade político-econômica e social de Anápolis. (*Correio do Planalto*, 31-07-1975).

O tema industrialização, a exemplo do panorama nacional, era compreendido como a maneira na qual a cidade poderia desenvolver-se plenamente. A construção de um discurso identitário comercial e industrial para cidade de Anápolis remete-se aos anos de 1930, com a chegada da ferrovia, em 1935, e com o aumento da quantidade de máquinas de beneficiamento de arroz e café na região. Na década de 1950 a cidade já

era colocada pelo meio político e empresarial como uma cidade predominantemente comercial e industrial. Esse discurso consolidou-se no decorrer da década de 1970 com a implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). A realização deste empreendimento foi responsável pela redefinição do perfil econômico do município. Abriu um novo horizonte de expectativas em relação ao futuro da cidade e, em contrapartida, “remodelou” o modo como era percebida a trajetória histórica local até então.

A Predestinação

Na edição de 31 de julho de 1975, do periódico o *Correio do Planalto*, foi publicado um artigo de Jarbas de Oliveira intitulado: *Predestinação histórica*. Nesse artigo, o autor lamenta a incapacidade da administração municipal em acompanhar as novas necessidades que se faziam presentes para o desenvolvimento da cidade, que a exemplo de Goiânia e Brasília, também havia recebido “os bafejos de modernização e progresso”. Diante dessa situação econômica apresentada pelo autor, prenuncia também ecos de esperança:

Mas, as cidades, assim como os homens tem cada qual, a sua *predestinação* [grifo nosso]. E Anápolis, não foge à regra. Em sua caminhada, rumo ao futuro, tem realizado conquistas memoráveis e se prepara para seguir avante, com a mesma galhardia, com o mesmo desassombro, com a mesma firmeza, repetindo, no tempo e no espaço, os feitos que enobreceram as páginas de sua história político-social. (*Correio do Planalto*, 31-07-1975).

Os motivos para esse otimismo em relação ao futuro são apontados pelo autor ao final do artigo:

Com muito trabalho, teremos dentro em breve, a nossa universidade e caminhamos para a instalação de novos cursos de níveis médio e superior. Nosso parque industrial, incipiente, no momento, será, logo mais, um dos maiores do Centro-Oeste. (*Correio do Planalto*, 31-07-1975).

O uso do termo predestinação como elemento construtor de sentido das carências de orientação temporal nos casos estudados, confunde-se muitas vezes com outros termos como vocação e/ou redenção. Os mesmos, independente de sua acepção religiosa, encontraram-se ligados ao papel que a cidade assumira junto ao desenvolvimento econômico regional, inicialmente associado com a estrada de ferro e a seu desenvolvimento como entreposto comercial e, a partir da década de 1970, ao processo de industrialização. Por meio de uma perspectiva histórica, o processo de

industrialização local ajudou a consolidar uma interpretação temporal que se assemelhava, em alguns momentos, à ideia de destino manifesto. A terminologia utilizada para designar a importância do DAIA para a cidade ancorava-se em acepções de cunho religioso. Todavia, assim como observou Feres Júnior em relação à ideia de destino manifesto comparada às teorias da modernização no âmbito norte-americano, “a fraseologia escatológica, religiosa e belicosa cedeu lugar à noção de um processo modernizador secular, de tipo similar ao encontrado em algumas teorias iluministas de progresso histórico.” (2005: 129). Conforme reitera o autor:

Enquanto o Destino Manifesto precisa apelar para Deus para produzir sentido, a teoria da modernização faz uso de evidências tais como níveis de industrialização, analfabetismo, educação, urbanização, democracia, etc. – coisas que são produto da atividade humana. (FERES JÚNIOR, 2005: 281).

O uso de termos de cunho religioso associados à ideia de progresso, no caso de Anápolis, simbolizava a consolidação de um determinado perfil histórico, compreendido inicialmente como fase preparatória: a sua importância comercial nos anos trinta e quarenta; e, posteriormente, a partir do advento de uma nova etapa para o município: o surgimento de um grande polo industrial que, sob a ótica local, marcaria não só a história local, mas proporcionaria novos rumos também à história de Goiás. “Inaugurado em 9 de novembro de 1976, o DAIA tem a missão de contribuir para o permanente crescimento do setor industrial de Anápolis e de Goiás”. (*Correio do Planalto*, 31-07-1982).

O termo predestinação associasse historicamente a doutrina cristã, “é a escolha que Deus faz dos eleitos, daqueles que se salvam” (ABBAGNANO, 2007: 787) defendida teologicamente por nomes como Aurélio Agostinho e retomada por Calvino durante a reforma protestante. Para o calvinismo, “por decreto de Deus, por manifestação de Sua glória, alguns homens e anjos são predestinados à vida eterna, e outros são fadados à morte eterna.” (WEBER, 2006: 84). Segundo a clássica análise de Weber, o sucesso comercial ou econômico era tomado pelos adeptos dessa doutrina como critério para se conhecer os possíveis preteridos de Deus, isso influenciou simultaneamente no desenvolvimento do próprio capitalismo. (*Idem*: 91). No caso de Anápolis, a ideia de predestinação não foi tomada em seu sentido puro, mas de modo metafórico como um critério de interpretação e organização temporal, no qual o momento histórico vivenciado pela cidade na década de 1970, foi compreendido como a confirmação ou realização de algo que já se encontrava implícito na própria história

local: a industrialização. Um ano após a publicação do supracitado artigo de Jarbas de Oliveira, o *Correio do Planalto* publicou o texto: *Vocação industrial*, de autoria do ex-prefeito Henrique Santillo:

Considerado por muitos como o verdadeiro propulsor da industrialização de Anápolis, o médico Henrique Santillo foi responsável pela criação da mística que envolveu a cidade, tornando irreversível a construção do Distrito Industrial. (*Correio do Planalto*, 31-07-1976).

Em sua acepção religiosa, vocação, significa “o único modo de vida aceitável por Deus não estava na superação da moralidade mundana pelo ascetismo monástico, mas unicamente no cumprimento das obrigações impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo.” (WEBER, 2006: 70). A vocação atribuída “historicamente” à cidade de Anápolis, obedecendo aos mesmos critérios da ideia de predestinação histórica: dentro da formação histórica do município estaria contido os indícios de que a cidade se consolidaria a partir da industrialização. Segundo Henrique Santillo:

Anápolis cresceu como entreposto comercial, vocacionando-se, desde bem cedo, como polo de desenvolvimento de vasta região do Estado, compreendida, sobretudo, além dos municípios limítrofes, por um cone aberto e estendendo-se (*sic*) para o norte, cobrindo todo o vale do São Patrício e alcançando as regiões do médio e extremo do norte goiano. (*Correio do Planalto*, 31-07-1976).

Na concepção defendida pelo autor, que segue os critérios das narrativas históricas produzidas até então sobre a cidade, a vocação da cidade estava associada ao desenvolvimento do estado de uma forma geral. Inicialmente como entreposto comercial, ponto final da ferrovia, centro beneficiador de arroz e suporte na construção de Goiânia e de Brasília que elevou em Anápolis “as primeiras chaminés e olarias”; esses empreendimentos, segundo o autor, “tornou possível o surgimento de suas primeiras indústrias, determinando sua expansão urbana (construção civil) e criando novos empregos.” (*Correio do Planalto*, 31-07-1976). A construção do DAIA, não só proporcionaria o desenvolvimento econômico local, mas “relocaria” a cidade em seu “lugar de direito”: como uma das mais importantes cidades economicamente do estado.

A construção do DAIA (como sinônimo de industrialização), nessa perspectiva, não foi interpretada como uma mera consequência de um processo histórico, mas ao contrário, era dentro desse processo que se poderia encontrar elementos que o prenunciavam. As manifestações de progresso no decorrer da história local tinham naquela obra o seu ápice: “**DAIA: arrancada final do progresso da**

cidade. [...] o DAIA significa para esse município um crescimento que só obteria em 50 anos, se mantivesse esse ritmo de crescimento.” (Correio do Planalto, 01/06-11-1976). A industrialização local, com o início das obras de construção do DAIA, passou a ser apontada como a consolidação de uma predestinação histórica ou a realização de uma vocação industrial.

Seguindo esse ponto de vista, o *Correio do Planalto* publicou, ainda em 1976, o texto *História econômica de Anápolis*, de autoria de George Duarte. O objetivo deste trabalho, divulgado ao longo de oito edições do supracitado periódico, era traçar um perfil da economia da cidade e esclarecer os motivos históricos que levaram a cidade a receber tal empreendimento. Esses motivos são evidenciados na concepção de história apresentada pelo autor logo no início do texto. O mesmo compreende a história como a que dá resposta ao presente investigando o passado:

Porque Anápolis é considerada a capital econômica de Goiás? Porque grande área da região Centro-Oeste está sob a sua influência comercial? Que fatores contribuíram para isso? São perguntas, que para serem respondidas, tem-se a necessidade de voltar ao ponto de origem da história anapolina, remontando desde a época em que se iniciou o povoamento de Sant’Ana das Antas e estendendo-se até os dias atuais. (*Correio do Planalto*, 09/15-08-1976).

Baseado nessa concepção de história, Duarte constrói um discurso que coloca o DAIA não só como um projeto do governo federal, mas como fruto da luta e reivindicação de toda a sociedade local, como a realização de sonho cultivado ao longo dos anos.

Anápolis tem com o seu Distrito Agro Industrial, a realização de sua aspiração maior, a industrialização. Funcionando como porta para a integração da Amazônia, ponto estratégico entre duas importantes capitais, a cidade parte agora para ser um legítimo eldorado brasileiro, para onde as setas se convergirão, fazendo nascer no Planalto Central o primeiro grande parque industrial. E tudo isso deve-se à determinação e aspiração de seu povo que nunca abriu mão de suas reivindicações. O sonho anapolino desejava e deseja uma cidade industrial, e como tal Anápolis nunca poderia deixar de ser. (*Correio do Planalto*, 01 /06-11-1976).

O autor constrói também uma visão utópica do passado da cidade, procurando narrar o processo de modernização local como o mais humano/humanista possível. Desta maneira, apesar de se encontrar em desvantagem tecnológica em relação aos grandes centros, poderia, ao mesmo tempo, tomar deles “exemplos” que poderiam assim criar uma versão “melhor” do seu processo de desenvolvimento. Devido ao seu rápido crescimento, Anápolis recebeu a denominação de “Manchester Goiana”,

fazendo-se uma alusão à cidade inglesa que prosperou durante a Revolução Industrial no século XIX. Esse tipo de associação não foi exclusividade da cidade de Anápolis, Moura destaca que inúmeras cidades brasileiras tomaram para si este título, como foi o caso de Sorocaba, em São Paulo, Juiz de Fora, em Minas Gerais, ou São Gonçalo, no Rio de Janeiro, Joinville, em Santa Catarina, e São Luiz do Maranhão, que reivindicaram o título de “Manchester Brasileira” (2012: 23). Entre essas cidades, apesar de suas particularidades, houve um elemento em comum: o processo de modernização ocorrido nessas respectivas regiões, ligados à industrialização ou a instalação do transporte ferroviário.

No caso, de Anápolis, George Duarte interpreta esse cognome de maneira peculiar:

Tomando de outro ponto e incorrendo por um lado mais social e opinativo, é preciso lembrar que Anápolis, de maneira alguma pode ser comparada em seus alicerces econômicos àquela cidade inglesa. Manchester prosperou à custa de esforços humanos descrevendo uma realidade verdadeiramente criminosa, realidade esta que não coincide com a anapolina que foi construída com trabalho ordenado e de espontaneidade de um povo. (*Correio do Planalto*, 09/15-07-1976).

Em termos estruturais, o texto de Duarte divide a história local em quatro fases distintas: 1. das origens do povoado de Sant’Ana das Antas, à sua elevação a condição de cidade em 31 de Julho de 1.907; 2. de 1907 à 1935; 3. de 1935 à 1950; e uma última fase de 1950 à década de 1970. Destacando a inauguração do DAIA como um importante elemento desta última fase. Segundo o autor:

Uma cidade como Anápolis que desde os primeiros anos de sua existência mostra uma economia em franca expansão e nítida tendência para industrialização, dificilmente deixaria de ter realizado seus projetos industriais. Ainda mais quando se acrescenta para esta cidade uma ótima posição geoeconômica e alvo de uma marcha para o eldorado brasileiro. (*Correio do Planalto*, 1/06-11-1976).

O texto de Duarte não visava, como se propunha, somente a narrar a história econômica da cidade, mas divulgar e construir um discurso que elucidasse junto à população a importância do DAIA, sendo apontado em algumas edições como a “redenção industrial de Goiás” (*Correio do Planalto*, 04/11-08-1978). A Revista local *Imagem Atual*, ao estabelecer um perfil histórico da cidade, chegou a afirmar, em julho de 1986, que “com o DAIA, Anápolis readquiriu sua condição de arco e símbolo da pujança econômica em Goiás.” (*Imagem Atual*, 07-1986: 07). O Distrito teve

dificuldades para se consolidar economicamente, o discurso otimista e progressista que marcava a construção de tal empreendimento escondia uma preocupação sobre as possibilidades de sucesso do mesmo. O temor em não ocupar o parque industrial era uma constante nos primeiros anos após a inauguração do empreendimento:

Nesta oportunidade em que o Distrito Agroindustrial de Anápolis comemora mais um ano de inauguração deixamos aqui nossos votos de que todos os goianos, governantes e governados, dêem as mãos e, num esforço comum, trabalhem visando à ocupação desta grande obra dos goianos. (*Correio do Planalto*, 06/12-11-1982).

O projeto era inovador para a região: o primeiro distrito industrial do Brasil Central. Todavia, após inaugurado, o grande empreendimento parecia mais um “elefante branco” que corria sérios riscos de não cumprir com as expectativas geradas em torno de si, que só começaram a se consolidar ainda lentamente a partir de 1984 com a criação, através da Lei nº 9.489, do Fundo de participação e fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR). Ainda assim, determinadas expectativas ainda geravam incertezas, 10 anos após a inauguração do DAIA o progresso e o desenvolvimento do local ainda era uma espera. Como é possível perceber em manchetes de uma revista local. “DAIA – agora ou nunca” (*Imagem Atual*, 04-1986, p. 05) ou “Agora é a vez de Anápolis?” (*Idem*: 35). Mesmo com os problemas em relação instalação de empresas no local, os discursos que o colocavam como um dos grandes polos econômicos do Centro-Oeste oscilavam, mas não mudavam totalmente de tom. As incertezas e esperas em relação ao futuro se tornaram o ponto de Arquimedes quando se pensava a história da cidade sob a perspectiva de sua industrialização. A *predestinação histórica* da cidade desembocava na industrialização local, presente de forma “embrionária” na história do município. Essa interpretação que tomava a cidade como historicamente industrial, mais do que uma ferramenta retórica utilizada em discursos políticos, foi reafirmada constantemente nas páginas do *Correio do Planalto*, e consolidou-se como uma maneira de se interpretar a formação histórica local, que passou a ser percebida como uma *escala industrial*, de suma importância desde seus primórdios:

O prestígio industrial de Anápolis vem desde os anos 30. Quando nascia Goiânia, suprindo duas necessidades de materiais industrializados, para sua crescente obra de edificação, aqui em Anápolis, esta cidade já tinha uma embrionária consciência de produção. Pequenas empresas, indústrias primárias, ainda no ABC da produção, se sobrepunham às dificuldades e percalços de um centro abastecedor da Capital Menina. (*Correio do Planalto*, 31-05-1976).

Os eventos ocorridos no decorrer da história local foram tomados dessa forma como etapas de um processo, que não só desembocaram na instalação de um distrito industrial na cidade, mas que demonstravam a presença de um espírito empreendedor pioneiro, uma vocação, que inseria até mesmo a iniciativa privada como parte desse processo histórico: “Estas etapas de desenvolvimento das empresas de iniciativa privada em Anápolis faz parte de um processo em evolução que vem premiar um esforço pioneiro de industrialização, emanado da vocação sempre progressista da gente anapolina.” (*Correio do Planalto*, 31-05-1976). Essas ideias, constantemente presentes nas narrativas históricas locais e em discursos políticos e jornalísticos consolidaram-se como uma das principais vias tomadas para se pensar a formação histórica do município.

A Repetição

Em meio a tantas mudanças ocorridas e exaltadas no decorrer da história local e a predestinação ou vocação industrial proclamada com a inauguração do DAIA nos anos setenta um tema, que não se configura como novidade, constantemente se repete: o progresso. Obviamente, ao falarmos em “repetição do progresso”, não a fazemos em nível factual, mas estrutural: os eventos em si não se repetem, mas as estruturas ocorrem sempre em uma escala maior, evolutiva. Para Deleuze, “a repetição, em História, não é uma analogia ou um conceito da reflexão do historiador, mas, primeiramente, uma condição da própria ação histórica.” (DELEUZE, 2006: 94). No pensamento historiográfico, ao menos para pretensões científicas da história moderna, “a singularidade dos eventos – principal premissa teórica tanto do historicismo como das teorias do progresso – não conhece a repetição e, por isso, não permite nenhuma indicação imediata quanto ao proveito das ações passadas”. (KOSELLECK, 2006: 144). Para Heidegger, entretanto, a relação entre repetição e história situa-se na esfera existencial, “consiste em retomar, para o porvir, as possibilidades que já foram no passado: isso é Repetição” (ABBAGNANO, 2007: 853). Em Deleuze a repetição dos instantes é a própria condição do tempo enquanto presente vivido:

O tempo só se constitui na síntese originária que incide sobre a repetição dos instantes. Esta síntese contrai uns nos outros os instantes sucessivos independentes. Ela constitui, desse modo, o presente vivido, o presente vivo; e é neste presente que o tempo se desenrola. (DELEUZE, 2006: 75).

A ideia de repetição na história, dessa forma, encontra-se intimamente associada à possibilidade de aprendizagem pela história vivida ou ao menos a uma possível utilidade da história. “Isso quer dizer que a decisão autêntica, em que consiste a historicidade da existência humana, é uma R[epetição] ou, pelo menos [...], uma réplica de possibilidades passadas.” (ABBAGNANO, 2007: 853).

Tudo é repetição na série do tempo em relação a esta imagem simbólica. O próprio passado é repetição por deficiência e prepara esta outra repetição constituída pela metamorfose no presente. Acontece que o historiador procura correspondências empíricas entre o presente e o passado; mas, por mais rica que seja, esta rede de correspondências históricas só forma repetição por similitude ou analogia. (DELEUZE, 2006: 93).

O *Correio do Planalto* ao comparar em suas páginas a “cidade de ontem” e a “cidade de hoje” tem presente, em ambas, a ideia de progresso, que se repete a cada momento em uma escala maior. Como nesta mensagem do então prefeito Olímpio Sobrinho:

Ontem e hoje, não importa o tempo, mas sempre com Deus, anapolinos de todos os municípios e de todos os estados, sírios-libaneses salpicados de gente de outras terras, todos, unidos, significando, simplesmente, a hospitaleira cidade de hoje comemora 75 anos de progresso e grandeza de um povo.” (*Correio do Planalto*, 31-07-1982).

Além dos textos mencionados acima, o *Correio do Planalto* preocupou-se em elaborar edições especiais de aniversário da cidade. Outros textos buscaram também fazer uma síntese da história local, mas sem grandes inovações em relação a outras publicações. “Desse modo, a história demarca os limites para um futuro possível e distinto, sem que com isso possa renunciar às condições estruturais associadas a uma possível repetição dos eventos.” (KOSELLECK, 2006: 145). Em sua maioria repetiam o mesmo esquema de contar as origens do município e destacar os fatores propiciaram o seu “rápido desenvolvimento” e fizeram com que despontasse, segundo os respectivos textos, como a mais importante cidade do interior goiano. Registrar a história local era uma preocupação assumida do periódico *Correio do Planalto*:

Em nossas edições semanais, temos por lema ser um registro histórico da vida e dos anseios da comunidade do presente, para que, no futuro, nossa história já esteja contada em edições semanais. Na prese edição, pretendemos apresentar, mais do que nunca, um relato da vida de Anápolis, ontem e hoje. (*Correio do Planalto*, 31-07-1976).

Nesta mesma edição, o artigo *Anápolis: um enfoque histórico*, de Wilson Ferreira Cunha, publicado no ano anterior, foi novamente publicado na íntegra, os editores do periódico, contudo, não deixaram de enfatizar a importância daquela edição:

Em matérias da equipe de redação, dos colaboradores, bem como vários artigos assinados por conhecidas personalidades da vida política, econômica e social de Anápolis, podemos dizer, sem falsa modéstia, que daqui para diante, qualquer trabalho que se queria fazer sobre a vida da cidade deverá, necessariamente passar por essa edição. (*Correio do Planalto*, 31-07-1976).

O principal objetivo do periódico era demonstrar a evolução do município, o quanto esse se desenvolveu e cresceu, em termos econômicos e demográficos, nas últimas décadas e demonstrar as possibilidades positivas para o futuro, “tendo em vista o crescimento vegetativo, o progresso da cidade e ainda um novo fator: a vinda da Base Aérea.” (*Correio do Planalto*, 31-07/08-08-1974). As demais edições buscavam apenas reforçar esse mesmo “padrão evolutivo” da cidade, sem apresentar, com poucas exceções, os autores dos respectivos artigos.

Para concluir

No artigo *Anápolis de hoje: recado a Dona Ana das Dores*, publicado na edição de 31 de julho de 1982, do *Correio do Planalto*, houve uma tentativa de quebrar a mera descrição histórica do município – embora a edição contasse com um artigo intitulado *Enfoque Histórico*. O periódico buscou construir um diálogo entre a Anápolis de então e a personagem, que segundo a tradição local, é uma das responsáveis pelo surgimento da cidade:

Da velha Freguesia de Santana a Anápolis de hoje, os anos fizeram seu trabalho de remodelação, e a mão do homem alterou de tal maneira o perfil desta cidade, que dona Ana das Dores não reconheceria nela, hoje, o seu vilarejo. [...].

Hoje agregados e catalogados num museu, os poucos remanescentes da nossa história jazem as velhas edificações que originaram esta cidade. [...].

Mas Dona Ana sabe, dever saber, que somente de passado não se faz uma história. E Anápolis tinha esse destino, paralelo aos destinos de Goiânia e Brasília [...]. Eles sonharam grandes sonhos este planalto, Dona Ana e Anápolis, pela posição, que ocupava, não deveria furtar-se aos apelos do progresso. (*Correio do Planalto*, 31-07-1982).

Podemos identificar nas páginas desse periódico um misto entre mudança e conservadorismo, entre a busca pelo progresso e a manutenção de determinadas tradições. O mesmo progresso que despertava a curiosidade e as expectativas em

relação ao futuro, desorientava e abalava o “terreno seguro” dos valores tradicionais. A mudança tão exaltada em alguns artigos, em outros causava incerteza:

Agora os tempos realmente estão mudados, mesmo porque está difícil saber o que pode ser considerado pecado. Este negócio de mãe solteira é moda, desquites e separações, idem. [...] é o cúmulo, estes bichas declaram que eles também se igualam à mulher porque também sentem dor. Onde estamos. Para onde vamos. É o fim da picada, isto é. (*Correio do Planalto*, 31-07-1982).

Nas páginas do *Correio do Planalto* estava presente essa característica dúbia de se perceber o passado. As décadas de 1930 e 1940, compreendidas como um período de intenso crescimento da cidade e de acelerada mudança econômica e estrutural naquela época, na perspectiva dos intelectuais da década de 1970 eram compreendidas como pacatas e tranquilas. As mudanças são percebidas como algo novo, a forma como se percebe o passado, ao contrário, segue a mesma fórmula: o passado é percebido como algo estático, pacato, em espera; o presente como dinâmico, acelerado em constante mudança.

Toda comunidade construída pela trajetória vital, o azar ou a organização ajuda a estabilizar as experiências realizadas. Por isso, do ponto de vista temporal, cabe falar de unidades geracionais políticas e sociais cujas experiências únicas ou repetidas, parecem os mesmos acontecimentos. (KOSSELECK, 2001: 52).

A discrepância notada entre a experiência e a expectativa culminou em uma incerteza sobre o futuro, percebida de maneira pessimista quanto a mudança de costumes e valores e com bons olhos quanto as possibilidades tecnológicas e econômicas. O futuro era bem-vindo, desde que pudesse ser “controlado” assim como se fazia com o passado.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Alfredo Bossi. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DORTIER, Jean-François. *Dicionário de ciências humanas*. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FERES JUNIOR, João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

Jornal Correio do Planalto, Anápolis, 1974-1982.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Traducción de Daniel Innerarity. – Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Leandro Konder. – São Paulo: Martin Claret, 2008.

MOURA, Arnaldo Salustiano. *Cotidianos anapolinos. Dos anos 20 até 1970. Um olhar ao passado através dos documentos legislativos*. Goiânia: Kelps, 2012.

POLONIAL, Juscelino. *Introdução à história política de Anápolis (1819-2007)*. Anápolis, edição do autor. 2007.

Revista Imagem Atual, Anápolis, Abril de 1986.

Revista Imagem Atual, Anápolis, Julho de 1986.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de Pietro Nassetti. – São Paulo: Martin Claret, 2006.

EDUCAÇÃO E PATRIMONIO: CONHECER PARA PRESERVAR

Maria Doralice Nepomuceno Barbosa
Docente da Universidade Estadual de Goiás - UEG
Especialista em História Econômica (Uni-Evangélica)
Especialista em Ciências Sociais (UFG)
mdnepomuceno55@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo reconhecer e valorizar o patrimônio cultural de Porangatu e apresentar caminhos para des/constuir sua história no contexto da história de Goiás, a partir da memória e do patrimônio deixado pelo antigo Arraial do Descoberto da Piedade. Este arraial teve origem na mineração de ouro do século XVIII, Permaneceu após o esgotamento do ouro. Elevado a cidade em meados do século XX, rumo à Rodovia BR 153 e mesmo tombado como patrimônio municipal, pouco resta de suas características originais. O enfoque deste trabalho é que a Educação Patrimonial pode levar ao conhecimento, valorização e consequente preservação do que resta da obra dos pioneiros dessa construção histórica.

Palavras chave: Patrimônio cultural – Descoberto da Piedade – Educação Patrimonial

Introdução

O Projeto de Educação Patrimonial – Conhecer para preservar – parte da necessidade de criar uma consciência cultural que leve a atitudes de valorização, preservação e conservação da memória e do patrimônio cultural de Porangatu.

A educação deve exercer o papel de formação integral do homem/mulher e o desenvolvimento de suas potencialidades visando o progresso tecnológico e científico equilibrado, isto é, formar através de ações educativas uma consciência de respeito e compreensão da diversidade e multiplicidade de culturas, da dialética entre tradição e inovação, cultura e cidadania, pertencimento e identidade.

Um pouco de história: o Descoberto

Porangatu originou-se do antigo povoado denominado Arraial do Descoberto da Piedade, mas chamado pelos antigos moradores apenas, “Descoberto”. Valverde e Dias *apud* Soares (2002:177) afirmam que: “Esta cidade [Porangatu] foi fundada no ciclo da mineração pelo bandeirante João Leite. A “currutela” chamava-se Descoberto e

estava provavelmente situada junto ao Rio do Ouro que passa nas imediações”. Segundo Palacim (1994:28) em 1804 o Arraial da Piedade pertencia ao Julgado de Traíras.

De acordo com o Jornal Folha de Goiás *apud* Soares (2002:77)

Os negros escravos, os índios da região e os próprios fazendeiros daquela terra inóspita, repentinamente viram-se envoltos por uma verdadeira legião de garimpeiros, vindos de todos os quadrantes. Posteriormente, quando o metal precioso foi ficando cada vez mais raro, houve autentica debandada. Aqueles que plantaram raízes constituíram famílias no povoado que, àquela altura, já era definitivo.

Existe outra fonte que comprova a antiguidade de sua fundação, pois por volta do ano de 1824, o Governador de Armas nomeado pela Coroa Portuguesa para Goiás, visitou toda a capitania de Goiás, registrou em seu relatório, enviado posteriormente para D. Pedro I e mais tarde publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o Arraial do Descoberto da Piedade: “Tem 37 casas humildes, uma delas serve de oratório. [...] O terreno é rico em metais e pastos, mas as hostilidades dos índios Carijós ou Canoeiros o tem feito decair da sua antiga prosperidade” (MATTOS, 1979:119).

Não se conhecem documentos escritos da descoberta do ouro no antigo Descoberto, nem registros sobre a produção do ouro desta mina ou algum documento da época de sua fundação, mas as fontes orais ainda vivas, cujos testemunhos estão diretamente vinculados à segunda metade do século XIX, confirmam o surgimento do Arraial do Descoberto no período da mineração do século XVIII.

Segundo Barbosa e Pina (2015:2), Dona Alzira Pereira Furtado, ou Dona Conducha, como é conhecida, hoje com 95 anos e nascida no antigo Descoberto conta que ouviu de seus pais e avós (todos nascidos aqui), que a origem de Porangatu:

Foi com o Negro Dunga, escravo do Bandeirante João Leite. Conta que eles estavam na fazenda Mourão Enfincado e o seu senhor o mandou procurar um burro que estava sumido, como ele estava demorando pensou que tivesse fugido [do cativo]. Mandou outro escravo a sua procura e fincou um mourão que serviria de tronco para castigá-lo quando fosse encontrado, mas ele foi encontrado num córrego que passa numa rua abaixo da atual Igreja Velha Matiz, encantado com as pedras de ouro que havia encontrado. Por isso é que esta fazenda ficou conhecida como Fazenda Mourão Enfincado.

Dona Conducha localiza a antiga fazenda Mourão Enfincado: “ficava ao lado da estrada na saída para Novo Planalto [cidade vizinha de Porangatu, localizada a 51 km do centro desta]”. Neste caso a fazenda, ou seja, na época o local onde se encontravam os bandeirantes é próximo ao córrego onde foi encontrado o ouro e formado o povoado.

As famílias pioneiras de Porangatu ouviram esta mesma história contada pelos seus antepassados. Descendentes das famílias Américo Azevedo e Nepomuceno de Souza, que chegaram em 1925 contam que seus antepassados ouviram, naquela época, a história do Bandeirante João Leite, do Negro Dunga e da Fazenda Mourão Enfincado, como explicação para as origens de Porangatu.

Em 1943, pelo Decreto Lei nº 8305 de 31 de dezembro de 1943 o antigo Descoberto recebeu o nome de Porangatu, que segundo Ortêncio (2009:610) vem da língua Tupi e significa: Poran = belae gatu = paisagem, isto é, Bela Paisagem. Pela Lei nº 122 de 25 de agosto de 1948 foi emancipado, conservando o nome de Porangatu.

Por volta de 1960 surgiu uma lenda, que provavelmente desejava criar uma representação para o novo nome da cidade e valorizar a presença indígena na região: a lenda de Angatu. Segundo esta lenda havia, na Bandeira de João Leite, um jovem que se apaixonou por umabelá índia do local, cujo nome era Angatu. Este romance foi proibido, mas os dois continuavam o namoro. Preso e queimado em uma fogueira, pelos chefes da tribo, o jovem exclamou: “MORRO POR ANGATU”. Esta lenda acabou suplantando a história original e centenária, fato que será estudado num próximo trabalho.

O Descoberto permaneceu ao longo século XIX, recebendo importantes correntes migratórias por volta de 1865, nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Formou-se um núcleo de casas, dentro da concepção própria do período colonial e imperial do Brasil: em torno da Praça da Igreja Nossa Senhora da Piedade, durante muito tempo chamado o Largo da Igreja, a rua que dá acesso ao Poço do Milagre, hoje Rua Pedro Ludovico, a Rua Dunga, mais tarde surge a Praça Santa Terezinha e a cidade começa a crescer em direção a uma belíssima lagoa que a natureza sábia e gentilmente havia preparado para cartão postal da nova cidade. A lagoa fica numa parte mais alta em relação ao antigo Descoberto. Esse morro, que sobe em direção à Lagoa recebeu o nome de Morro da Favela. Uma observação atenta da arquitetura deste sítio permite re/construir a história do desenvolvimento da cidade.

Subindo o Morro da Favela

A chegada da BR 153 em meados do século XX trouxe o desenvolvimento através do aumento da população, empreendimentos econômicos, comércio, escolas

dentre outros, mas muitas famílias pioneiras venderam seus imóveis no antigo Descoberto e se mudaram para as proximidades da Rodovia e o núcleo de casas formado no antigo Descoberto passou a ser um bairro de Porangatu, agora habitado por famílias recém chegadas, sem vínculo afetivo com a história local.

Nada é criado para tornar-se patrimônio, é necessária a identificação da comunidade com este bem, de modo que se torne uma marca, um referencial que conta sua história e a destaca das demais comunidades. Por outro lado o patrimônio é inventado e reinventado, de maneira que existe um aspecto político na seleção daquilo que as comunidades consideram –ou –não sua herança cultural. (SOARES; KLAMT, 2007, p. 7).

Desde a saída das famílias do antigo “Descoberto”, agora um bairro de Porangatu, para a “cidade nova” acompanhando o progresso e o desenvolvimento, percebe-se um sentimento de estar deixando algo para trás, deixando as raízes. Um forte vínculo afetivo sempre ligou as famílias pioneiras e seus descendentes a este lugar como o berço que a todos embalou no começo da vida e da história. História que foi construída ao longo de dois séculos. As famílias antigas que lá permaneceram também tinham o sentimento de que ali estava a memória de uma construção histórica, uma sociedade aberta ao novo, mas afetivamente ligada ao passado. Aos poucos vai reforçando o sentimento de que aquele conjunto de casas antigas, aquelas ruas, aquele Largo da Igreja, aquela Igrejinha, o Poço do Milagre..., tudo tem história, tudo é história. Tudo pode ser simples, humilde, mas é o começo da história de Porangatu. Parafraçando Le Goff (2013:492), o Descoberto e sua história passam a fazer parte de uma memória coletiva, valoriza-se e institui-se em patrimônio cultural.

Mas esse patrimônio ficou por algum tempo esquecido, por vezes lembrado em poemas e canções, e mesmo em alguns ensaios literários sem finalidade acadêmico-científica. Era como se imaginasse que tudo permaneceria como era, como estava no momento que cada família pioneira pôs a mudança em um caminhão e subiu o morro da favela rumo a BR 153. Mais tarde, para garantir a preservação desta história foi criada a Lei 590/84 que tombou o antigo “Descoberto” como Patrimônio Municipal. Esta Lei delimitou o sítio histórico: a Praça da Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade, a Rua Pedro Ludovico, o Poço do Milagre, a Rua Dunga, a Rua Tiradentes até a Cadeia Pública, a Praça Santa Terezinha, a Rua Ceará, da Praça Santa Terezinha até a Rua Coronel Antônio Martins da Cunha e a Avenida Floriano Peixoto até o Morro da

Favela. A Lei determinou também que as casas deste sítio não poderiam sofrer alterações em suas fachadas.

No entanto, por falta de regulamentação da Lei de Tombamento e de definição de onde partiriam os recursos para a preservação deste patrimônio, ele continuou desprotegido e com o passar do tempo transformando-se em ruínas ou sendo reformados pelos próprios moradores que sem orientação, sem vínculo afetivo ou conhecimento da História local, sem acesso a uma educação que valoriza o patrimônio mudaram, em parte ou totalmente, as características da arquitetura original.

É nesse momento que se percebe a lacuna deixada pela ausência de uma educação patrimonial como “subsídio para que a comunidade em geral desperte para uma reapropriação de seus bens, sugerindo uma retomada dos valores culturais e históricos relativos a essa sociedade” (OLIVEIRA; WENCESLAU, 2007: 30).

Poucas ações foram tomadas no sentido da preservação deste patrimônio: ainda por volta do ano de 1980, antes da Lei de Tombamento, a Prefeitura Municipal comprou e restaurou o casarão do primeiro prefeito Ângelo Rosa de Moura, que passou a ser um Centro de Tradições. Posteriormente o Casarão passou por reformas e hoje nele funciona o museu Ângelo Rosa de Moura. Ainda na década de 1980 foram construídas a Praça da Igreja Nossa Senhora da Piedade, atualmente conhecida como a Velha Matriz e a Praça do Poço do Milagre. E por último está sendo restaurada uma antiga pensão localizada também nessa região.

A implantação dos cursos de licenciatura em Letras, Geografia e História no ano de 1985 não despertou de imediato, a preocupação de se realizar ações educativas no sentido de preservar este legado das gerações passadas e muitas casas continuaram se transformando em ruínas ou sofreram demolição pela ação natural do tempo ou humana para dar lugar a construções modernas.

A contribuição da Educação Patrimonial

Vários trabalhos de curso e importantes dissertações de mestrado, de alunos e professores da Universidade Estadual de Goiás, que encampou os cursos de Letras, Geografia e História já existentes, lançaram o olhar sobre o Descoberto e algumas das suas manifestações culturais. Mas somente nos últimos anos o Curso de Licenciatura em História vem se preocupando com a educação patrimonial, no sentido de levar os

adolescentes a conhecerem e valorizarem este patrimônio como vestígio, evidência e fonte documental para a história local que supre a ausência de documentos escritos. Conforme Le Goff (2013:486) documento e monumento se transformam para os historiadores. E mais ainda:

toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, constituir, finalmente, entre elas, aquela rede de solidariedade e de entreatura que supre a ausência do documento escrito? (FEBREV, *apud* LE GOFF, 2013: 490).

Outra observação importante de Oliveira e Wenceslau (2007:32) é que a Educação Patrimonial pode estabelecer uma relação de afeto e aproximação da comunidade com seus patrimônios e isso cria um sentimento de pertencimento em relação a esses bens e o desejo de preservá-los.

O projeto de Educação Patrimonial, inicialmente desenvolvido junto à disciplina de Didática da História, depois assumido pela disciplina de História Regional, fez importantes constatações, como por exemplo, a de que o desconhecimento de documentos do século XVIII sobre a fundação do Descoberto gerou esquecimento das origens históricas da cidade e passou a prevalecer a origem lendária: a lenda da Índia Angatu. Há, portanto, a necessidade de se criar uma consciência cultural a partir da escola, através de uma “alfabetização cultural”, pois:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio cultural e da trajetória histórico temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural.(HORTA,1999:6).

No caso específico o trabalho de Educação Patrimonial pretende formar uma consciência e uma identidade cultural a partir da leitura do sítio histórico de Porangatu e de sua trajetória histórico temporal, isto é, sua passagem do antigo Arraial do Descoberto da Piedade para a atual Porangatu, de modo que os educandos atingidos pelo projeto sintam esse patrimônio como parte integrante da identidade, e da história porangatuense. E desenvolvam atitudes de respeito e compreensão em relação à diversidade cultural.

A constatação de que há um desconhecimento, mesmo por parte dos educadores, sobre a história local reforça a ideia de que:

a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, et al., 1999: 6).

Enfim o sítio histórico, mais precisamente o Centro histórico de arquitetura colonial é um documento para rememorar as origens de Porangatu, numa perspectiva educacional. Educar para preservar, partindo da historicidade de cada vestígio.

Conclusão

Conclui-se que a Educação Patrimonial pode contribuir para dar um sentido histórico aos bens patrimoniais que justifique a sua preservação, levar a uma apropriação da história local, entendendo que a história é construída por todos os homens e mulheres, em todos os tempos e lugares. Pode também, aproximar e entender as dimensões e articulações entre passado, presente e futuro, lançando o olhar não para o bem em si mesmo, mas para aquilo que ele simboliza, para o seu significado, para o passado que nele está contido.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Maria Doralice Nepomuceno; PINA, Max Lanio Martins. Descoberto da Piedade: lugar de memória, lugar de história. In: *Anais do V Congresso Acadêmico Científico, II Fórum Regional de Pesquisa, I Mostra de Extensão*. Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Porangatu, 2015.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Goiás*. Goiânia: Gráfica Editora Líder, 1979.

OLIVEIRA, Fabiana de; Wenceslau, Franclin Ferreira. Educação Patrimonial e a pesquisa arqueológica do sítio “casa de David Canabarro” em Santana do Livramento,

RS. In SOARES, André Luís Ramos; KLAMT, Sérgio Célio. (orgs). *Educação Patrimonial: Teoria e Prática*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

ORTÊNCIO, Bariani. *Dicionário do Brasil Central*. 2ª ed. Goiânia: Instituto Centro Brasileiro de Cultura, 2009.

SOARES, André Luís Ramos; KLAMT, Sérgio Célio. (orgs). *Educação Patrimonial: Teoria e Prática*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

SOARES, Walquíria dos Santos. *A Configuração Sócio Espacial de Porangatu-GO*. (Dissertação de Mestrado), UFG, Goiânia, 2002.

Fontes:

Decreto Lei Estadual nº 122 de 25 de agosto de 1948

Decreto Lei Estadual nº 8305 de 31 de dezembro de 1943.

Decreto Lei Municipal 590/84, de 18 de abril de 1984.

Entrevista oral realizada com a Sra. Alzira Pereira Furtado (Dona Conducha) em Agosto de 2015.

TRAFEGANDO ENTRE “PERSPECTIVAS DE INTERPRETAÇÃO”: AS APROPRIAÇÕES TEÓRICAS DA HISTORIOGRAFIA REGIONAL EM GOIÁS (DÉCADAS DE 1970 A 1990)

Rogério Chaves da Silva
Doutor em História/UFG/Bolsista FAPEG
Docente do IfGoiano/Campus Avançado de Hidrolândia

Resumo: Na reflexão metateórica de Jörn Rüsen definida como “matriz disciplinar”, as “perspectivas de orientação” representam pontos de vista já constituídos, que atuam no pensamento histórico ordenando a experiência do passado e mediando a transformação narrativa de experiência em sentido que ele processa. Tais perspectivas são modelos de interpretação elaborados sob a forma de teorias empiricamente concretizáveis e modificáveis pela pesquisa histórica. Por isso, elas presidem a tarefa de extração das informações contidas nas fontes históricas orientando o que é tido como relevante para a confecção da narrativa historiográfica. Refletindo sobre a historiografia regional em Goiás a partir desse princípio, verificamos que, desde a década de 1970 até a de 1990, os historiadores trafegaram por diferentes “perspectivas de orientação”: da mescla entre marxismo e historiografia dos *Annales*, nos anos 70; passando pela hegemonia teórica do materialismo histórico nos anos 80; até o trânsito entre marxismo e Nova História no início dos anos 90, que foi sendo acompanhando, a partir da segunda metade da década, por uma crescente aproximação com as vertentes da História Cultural. Portanto, é o tráfego entre essas perspectivas de interpretação que constitui o tema de nossa reflexão.

Palavras-Chave: História da Historiografia – Historiografia Regional – Perspectivas de Orientação

Na sistematização metateórica da *matriz disciplinar* de Jörn Rüsen, o segundo princípio foi denominado de *perspectivas orientadoras da experiência do passado*, ou simplesmente, *ideias*. Essas *perspectivas* são pontos de vista já constituídos, que atuam no pensamento histórico ordenando a experiência do passado e mediando a transformação narrativa de experiência em sentido que ele processa: “Delas depende o que o historiador já traz consigo, ao formular suas conjecturas e ao interrogar as fontes acerca do que o ocorreu no passado” (RÜSEN, 2001, p. 32). Os “resquícios do passado”, contidos nas fontes históricas, são manuseados com o auxílio dessas perspectivas que, previamente estabelecidas, dirigem a tarefa de extração de informações e que, ao mesmo tempo, também vão sendo modificadas por elas.

Na ciência da História, a “perspectiva” (*Hinsicht*), segundo Rüsen, é que dirige o olhar em relação às “evidências” do passado. É por meio dela que a realidade empírica

é delimitada de maneira a que determinados interesses cognitivos sejam atendidos. Essas *perspectivas de interpretação* são elaboradas sob a forma de teorias empiricamente concretizáveis e modificáveis pela pesquisa histórica. A constituição delas requer, ainda, que se explicitem e fundamente seus princípios determinantes. Daí decorre a importância dedicada ao papel das teorias no conhecimento histórico, isso porque é a partir delas que se levantam perguntas ou se formulam hipóteses com as quais o conteúdo experiencial das fontes pode ser abordado:

Rüsen assinala, então, a profunda interdependência entre o trabalho interpretativo das *perspectivas orientadoras* e os procedimentos da *pesquisa empírica*, pois aquelas abrem o campo da experiência histórica a partir de perguntas que dirigem a pesquisa, no entanto, elas (*perspectivas*) só fazem sentido se forem preenchidas por *evidências* e que serão acessadas por meio da *pesquisa empírica*.

É na relação entre *perspectivas orientadoras* e *métodos de pesquisa* que exercitamos o processo cognitivo de “reconstrução do passado”, pois são os princípios da *matriz disciplinar* que, na História como ciência, conferem à experiência humana do passado o *status* de histórica. As *perspectivas orientadoras* têm a capacidade de “historizar” a experiência do passado, que em si não está investida de propriedades históricas. Essa experiência se torna histórica à medida que se estabelece uma relação com o quadro de valores atuais de uma sociedade em uma determinada época. Enquanto esses modelos de interpretação (*perspectivas orientadoras*) dirigem o olhar sobre o passado, tornando a experiência humana histórica, os *métodos de pesquisa* medeiam a investigação do que foi e como foi o caso no passado, de forma que alguns critérios de cientificidade, no pensamento histórico, sejam alcançados.

Feito esse ligeiro passeio teórico, é fundamental ressaltar que a produção historiográfica acadêmica em Goiás, no início dos anos setenta, não se constituiu somente a partir de novos *interesses cognitivos* (*carências de orientação*), mas também por meio de novas *perspectivas de interpretação*, o que fez com que a operação historiográfica ganhasse novas exigências e adquirisse outra fisionomia. Entretanto, é preciso reconhecer, igualmente, que esse “novo fazer histórico” em Goiás acabou sendo, em muitos aspectos, uma imagem refletida do que estava sendo praticado, em termos historiográficos, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. E isso não foi um fenômeno exclusivamente goiano, pois “[...] é inquestionável o papel do departamento de História da USP na formação dos historiadores brasileiros,

particularmente a partir da reforma da pós-graduação no Brasil em 1971, momento que antecede o início da profissionalização do campo, que se consolida na década de 1990”(MALERBA, 2002, p. 189). Destarte, tendo como referência as reflexões teóricas e práticas metodológicas exercitadas na USP, a produção historiográfica acadêmica em Goiás erigiu-se, nos anos 70, a partir de vigas oriundas do marxismo e da historiografia francesa dos *Annales*.

Abalizado, em grande medida, por essa mescla teórica de *Annales* e marxismo, o ambiente historiográfico uspiano teria lançado feixes dessas correntes aos programas de pós-graduação em História que o tiveram como modelo. Sendo assim, a produção historiográfica acadêmica irrompida em Goiás nos anos setenta, cujo principal lócus de elaboração de conhecimento histórico foi o Programa de Mestrado da UFG, também reverberou esse amálgama de orientações teóricas que marcou a historiografia dessa época

Observando o novo desenho contraído pela historiografia em Goiás nesse período, percebemos a presença difusa de componentes teóricos dessas duas matrizes que, em muitos aspectos, acabavam se entremeando. O primeiro deles, já discutido, diz respeito à confecção de pesquisas que afloraram almejando o *status* de científica. Além disso, o que se viu foi o primado de investigações que optaram pela abordagem voltada para a história social.

Dentre essas pesquisas que se moveram no território da história social, parte considerável delas trabalharam na fronteira com a história demográfica, outras já transitaram nos liames com a história da cultura. Deparamo-nos também com investigações que enfocaram o econômico, mas, especialmente, na sua confluência com questões relacionadas à sociedade goiana. Quanto à produção de pesquisas na esfera da história política, o que se verificou foi uma outra postura quando a opção investigativa fora esta: narrativas mais analíticas do que descritivas, não focalizadas na sucessão das administrações, nem tão somente nas experiências das camadas dominantes, ou na valorização dos personagens políticos de destaque, enfim, a confecção de estudos mais atentos às nuances existentes entre a política e o social.

Essa ênfase incidida no social e econômico, a interface entre história social e demográfica, por si só, geram a suspeita de uma maior visibilidade destinada a elementos teóricos e metodológicos emanados dos *Annales* do que do marxismo. De fato, isso realmente aconteceu nas averiguações históricas desse decênio. Acreditamos

que esse maior aporte aos *annalistes* contou, também, com a contribuição do historiador Luis Palacin, tendo em vista à influência que granjeou na historiografia regional. A tese de livre-docência de Palacin foi a primeira pesquisa de história regional portadora de perspectivas e conceitos oriundos da historiografia francesa dos *Annales*. Nessa incursão pela dimensão teórica do conhecimento produzido nesse período, localizamos a presença, um pouco maior, de elementos teóricos dos *annalistes* do que do marxismo na historiografia regional dos anos setenta.

Naquelas pesquisas que recorreram à historiografia dos *Annales*, percebemos que os elementos teóricos dos “annalistes” foram apropriados de forma difusa, ou seja, notamos uma apropriação que amalgamou diferentes perspectivas, conceitos e/ou metodologias extraídas de autores dessa tradição francesa, na tentativa de dar maior respaldo teórico ao trabalho monográfico. Um primeiro elemento teórico a ser assinalado foi a larga utilização dos conceitos de *estrutura* e *conjuntura*. Do mesmo modo, outro conceito proveniente dos *annalistes* lastreado no vocabulário dos historiadores regionais, mas que adquiriu contornos de uma noção, pois ressentira de significação mais precisa, foi o de *mentalidade*. Como já se sabe, foi com os precursores dos *Annales*, Lucien Febvre e Marc Bloch, que se assistiu à erupção do mental como objeto dos estudos históricos na França.

Depreendemos, por conseguinte, que o uso indiscriminado desses conceitos/noções (estrutura, conjuntura e, especialmente, o de mentalidade), na maioria dos casos, sem qualquer correlação a um conteúdo definido; somado a uma espécie de justaposição de elementos teóricos e de referências fragmentadas dos *annalistes*; revelam um momento em que, na historiografia regional, não havia muita clareza quanto às especificidades de alguns aportes teóricos absorvidos, tendo em vista que essa apropriação carecia, muitas vezes, de nitidez em relação às virtualidades dessas perspectivas ou à operacionalidade de seus conceitos.

Outro rastro de elementos emanados dos *annalistes* alojou-se na esfera metodológica, sobretudo, na utilização de métodos quantitativos, todavia, serão temas tratados no tópico seguinte. Aqui, importa-nos ainda delinear certos formatos apresentados pela produção historiográfica regional desse período que diferiram das pesquisas históricas da fase anterior. Neste sentido, um procedimento que se tornou comum entre os pesquisadores foi a confecção de um capítulo, geralmente o primeiro,

destinado a caracterização do contexto histórico ou de aspectos fisiográficos da região que circunscrevia o fenômeno histórico objeto de investigação.

Espreitando a galeria historiográfica goiana dos anos 1980, no entanto, dois aspectos em especial emprestaram uma coloração particular às pesquisas acadêmicas confeccionadas no período: a evidência destinada à discussão teórica e conceitual e o predomínio de tonalidades teóricas marxistas. Se, na década anterior, observamos uma espécie de desapego à reflexão teórica, na fase em análise, verificamos a preocupação dos autores em estabelecerem as vigas teóricas e conceituais que sustentaram seus edifícios históricos. Do mesmo modo, se vimos, nas investigações dos setenta, a presença difusa de componentes teóricos marxistas e dos *annalistes*, com uma maior inclinação para a vertente francesa, o que percebemos, em relação aos trabalhos dos oitenta, foi que a história de (em) Goiás passou a ser vista, fundamentalmente, por meio de lentes teóricas marxistas.

Essa aproximação mais estreita com o exercício teórico e, por conseguinte, a compreensão dos fenômenos históricos regionais por intermédio da ótica teórica marxista abrigou, em seu bojo, uma mudança de ênfase na *matriz disciplinar* da produção historiográfica em Goiás desse período. Como já assinalado, no decêndio precedente, a maioria dos historiadores privilegiara os elementos metodológicos do trabalho historiográfico em detrimento de seus aspectos teóricos. Embora alguns deles, já no final da década, começassem a realçar a dimensão teórica da pesquisa histórica, tal postura só realmente se firmou no decorrer dos anos 80. Essa variação de ênfase em relação aos princípios do conhecimento histórico não significou que, a partir de então, se concedera “carta branca à investigação teórica” (KOSELLECK, 2006, p. 187) e, conseqüentemente, um ofuscamento dos fatores metodológicos. Simplesmente ficou evidenciado que as perspectivas teóricas abraçadas, geralmente ligadas a diferentes repertórios marxistas, tiveram fundamental importância nas interpretações históricas elaboradas nesse quadrante temporal.

Dentro dessa nova concepção, passou a ser comum encontrarmos, em alguns trabalhos, a confecção de um prólogo teórico, seja na forma de introdução ou de um capítulo inicial. Em outros, avistamos a exposição dos aportes teóricos ao longo de suas narrativas. Mas, independente de qual arranjo argumentativo fora adotado, o que ficou patente entre essas inquirições historiográficas foi a farta utilização de instrumentais teóricos marxistas.

Nessas andanças entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, podemos verificar que diferentes matrizes teóricas do marxismo ditaram a tônica historiográfica das pesquisas em (sobre) Goiás nessa década em pauta. Não obstante, julgamos que, no tocante a esse tema, uma anotação merece linhas em negrito: dentre os autores de diferentes linhagens marxistas que foram apropriados, aquele que mais emprestou conceitos e perspectivas de interpretação a essa historiografia regional examinada, inelutavelmente, foi um cientista social formado na tradição da Escola Sociológica Paulista. Embora as traduções brasileira e espanhola de *O Capital* tenham sido, nessa década, objeto de leitura de muitos pesquisadores; e que Ciro Flamarion Cardoso, com *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Jacob Gorender, com *O Escravismo Colonial*, e Rosa Luxemburgo, com *A Acumulação do Capital*, também tivessem sido, de fato, muito acessados por esses historiadores; incontestavelmente, foi o sociólogo paulista José de Souza Martins, especialmente com as obras *Capitalismo e Tradicionalismo* e *O Cativo da Terra*, que, com maior frequência, cedeu perspectivas interpretativas e/ou conceitos para que esses pesquisadores pensassem os fenômenos históricos regionais. Dentre os vários instrumentais reflexivos desenvolvidos por Martins, sem dúvida, os conceitos de *frente de expansão* e de *frente pioneira* foram uns dos mais requeridos pelos pesquisadores de história regional. Além disso, foram de extrema valia o conceito de *produção capitalista de relações não-capitalistas* e a perspectiva do *desenvolvimento desigual e combinado*.

Sendo assim, a partir da década de 1980, a dimensão teórica do trabalho historiográfico passou a receber maior atenção dos “produtores de História” em Goiás. Conforme já ressaltamos, essa importância destinada ao exercício teórico revela uma mudança de ênfase na *matriz disciplinar* da produção historiográfica regional: as *perspectivas de interpretação da experiência do passado* passaram a ser valorizadas como componente fundamental do fazer historiográfico, por isso, estiveram mais expostas, sendo, definitivamente, assumidas. É preciso deixar grafado, por conseguinte, que essa visibilidade dedicada à esfera teórica veio marcada por feixes reflexivos oriundos de diferentes vertentes marxistas, os quais incidiram sobre a maior parte das análises sobre história regional confeccionadas nesse período.

Já no tocante à produção historiográfica dos anos 1990, percebemos que os pesquisadores produziram História em meio a um “período de fronteira historiográfica”. Tratou-se, fundamentalmente, de um momento em que o espaço acadêmico goiano

experimentou, efetivamente, o encontro de diferentes propostas historiográficas, o Marxismo e a “Nova História”, que, depois, desaguou em vertentes da “(Nova) História Cultural”. Período em que essas distintas orientações se encontraram e também se desencontraram, promoveram repulsas e, certas vezes, aproximações, estabeleceram limites, mas se inter-relacionaram, se interpenetraram. Era a coexistência do “antigo” (embora modificado) com a “novidade”. Fase de confronto, instante de conflito marcado, de um lado, pela tentativa de manutenção do *establishment* teórico marxista, e de outro, pela busca por afirmação de um novo projeto historiográfico viável, no caso da “História Nova” e “História Cultural”. Década em que o espaço de produção de conhecimento histórico goiano foi transformado em zona de contato, de fricção, mas que, em determinada altura, amoldou-se em palco de ajuste, de aceitação ou (por que não) de resignação. Daí o fato de que, ao se aproximar o final dos anos 1990, esse “período de fronteira historiográfica” foi se convertendo em “momento de passagem”, ou seja, de gradativa transferência da “hegemonia” teórica, até então ocupada por correntes marxistas, mas que cedeu lugar às diversas vertentes da “(Nova) História Cultural”, cujo predomínio teórico-metodológico foi sedimentado na década subsequente.

Manuseando o inventário de pesquisas dessa época, verificamos que, até meados da década de 1990, algumas matrizes teóricas marxistas dominaram o cenário historiográfico em Goiás, principalmente se observarmos as dissertações elaboradas no Programa de Mestrado em História da UFG. Diversas foram as pesquisas com esteio teórico marxista, contudo, é preciso frisar que, em grande parte delas e de outras investigações não necessariamente ancoradas no marxismo, encontramos a presença de autores ligados a outras tradições marxistas que não haviam sido difundidas entre os historiadores em Goiás. Os casos mais recorrentes foram os de Edward Thompson e Antonio Gramsci. O recurso à escola social inglesa ou aos estudos do filósofo italiano Antonio Gramsci, além de ser, àquela época, uma tendência entre muitos pesquisadores marxistas no Brasil, indica que os estudiosos em história regional estavam recorrendo a outras linhas analíticas que não as oriundas de um marxismo ortodoxo, isto é, autores que fizeram uma releitura do social, enxergando, a partir da experiência dos sujeitos históricos, mais a interface do que a determinação entre infra e superestrutura de uma sociedade.

Não fortuitamente, os pesquisadores da historiografia regional da década de 1990 que recorreram a Thompson se valeram, em sua maioria, da tradução de *Formação da Classe Operária Inglesa*, editada pela Paz e Terra, em 1987, para se apropriarem das concepções de “classe social” e “experiência da classe trabalhadora”. Em alguns casos, valendo-se, metodologicamente, de relatos orais, esses pesquisadores buscaram privilegiar a perspectiva da “história vista de baixo”. Já no caso da influência de Gramsci, perseguiram, em *Concepção Dialética da História e Os Intelectuais e a Organização da Cultura* (traduzidos pela Editora Civilização Brasileira), alguns conceitos fundamentais desenvolvidos pelo filósofo italiano, como os de “hegemonia”, “bloco histórico” e “intelectual orgânico”, além do fato, de alguns deles, focarem na experiência das “classes subalternas”.

Outro autor marxista britânico, além de Thompson, que passou a ser requisitado a partir de meados do decênio, mas não necessariamente em trabalhos sustentados por vigas teóricas marxistas, foi Raymond Williams. Por intermédio de *O Campo e a Cidade na História e Literatura*, editado pela Cia das Letras, em 1989, Williams contribuiu para que os historiadores regionais, ao fitarem a relação cidade-campo, enxergassem complementaridade entre esses espaços e não meramente uma relação antagônica entre o rural e o urbano.

Uma questão, aparentemente, recôndita, mas importante de se abordar, pois abriga aspectos singulares desse panorama historiográfico goiano, diz respeito ao fato de que alguns desses pesquisadores, que trafegaram nas alamedas teóricas marxistas, já demonstravam maior “tato” (ou disposição) para a abordagem de fenômenos culturais.

A incidência do marxismo sobre a historiografia regional nos anos 1990, todavia, não se deu somente por meio desses feixes teóricos advindos dessas novas tendências marxistas, como a escola social inglesa ou do próprio Gramsci. Autores como José de Souza Martins, José Graziano da Silva, Francisco de Oliveira, dentre outros, ligados ao que, muitos chamaram, de nova esquerda brasileira, continuaram sorvendo grande interesse dos pesquisadores. Como já mencionado noutro capítulo, essa vertente marxista de intérpretes da realidade social brasileira se posicionou contrariamente à explicação cepalina sobre o desenvolvimento do capitalismo e o papel da agricultura na economia nacional, opondo-se não só à perspectiva dual-estruturalista da Cepal, mas também à tese feudal consagrada por Alberto Passos Guimarães. Entendendo que não havia que se falar em resquílios feudais e nem encarar a

agricultura como um empecilho ao desenvolvimento capitalista no Brasil, pugnavam que oposição atrasado/moderno, na maioria dos casos, fora meramente formal, pois no processo real o que houve foi uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresceu e se alimentou da existência do “atrasado”. Por isso, não acreditavam numa oposição entre espaços econômicos “modernos” e “atrasados” e sim numa coexistência de condições que favorecia a reprodução ampliada do capital. Inspirados por esses autores, muitos analistas da história regional se mostraram muito interessados ainda (como os da década anterior) em estudar o processo de modernização da agricultura ocorrido em diferentes regiões do estado de Goiás.

Nesse limiar entre matrizes teóricas marxistas recém-estabelecidas e as propostas da “História Nova” que, aos poucos, aportavam em Goiás, notamos uma perspectiva que se repetiu em que algumas pesquisas: a de buscar as experiências dos “excluídos da história”. Proposições do tipo “dar voz aos silenciados pela história”, “narrar as experiências dos grupos subalternos” ou “de sujeitos invisibilizados pela história”, “evidenciar aqueles que ficaram às margens da historiografia”, “recuperar a vivência dos que não registraram sua história de próprio punho”, “apreender a leitura de mundo do trabalhador por sua própria ótica”, acabaram se convertendo em verdadeiros refrãos desses trabalhos. Em alguns deles, a história oral foi um importante instrumento metodológico para acessar às experiências desses sujeitos históricos, especialmente na tentativa de “dar voz” aos que não haviam “sido ouvidos” ou de captar a história a partir do ponto de vista deles. Percebe-se, portanto, que essa busca pelos “marginalizados da história (ou pela História)” transitou entre o interesse pela narração da experiência de camadas sociais menos privilegiadas e a avidez pela abordagem de sujeitos históricos (“novos objetos”) não tratados até então pela historiografia.

Se na década de 1980, como já explanamos, houve um esvaecimento historiográfico dos *Annales* nas pesquisas em Goiás, nos anos 1990, essa vertente historiográfica francesa “reapareceu”, principalmente, por meio da chamada “História Nova”. Esse “novo desembarque” dos *annalistes* em território historiográfico goiano esteve ligado às tendências de renovação da História que pululavam no palco historiográfico nacional àquele momento. Esse movimento renovador esteve associado, geralmente, ao que Peter Burke consagrou como a “terceira geração dos *Annales*” e que ficou, comumente, conhecida, inclusive no Brasil, como “História Nova” (ou “Nova História”).

No Brasil, as propostas da “História Nova” aportaram com vigor somente nos anos 1980. Concordamos com Diogo Roiz e Jonas Santos quando assinalaram que, em terras brasileiras, “a recepção da “Nova História” (francesa) e, conseqüentemente, da “história das mentalidades” foi tardia. Quando aqueles estudos estavam baixa [...] [no cenário francês] é que foram chegar no Brasil” (ROIZ; SANTOS, 2012, p. 92). Se no território historiográfico do sudeste brasileiro a “História Nova” desembarcou na década de 80, em Goiás, notamos que essas ideias vinculadas às “novas abordagens” e aos “novos objetos” só se fizeram sentir, efetivamente, em trabalhos dos anos 1990.

Dentre essas novas propostas historiográficas que começaram a circular na comunidade de historiadores do estado, compreendemos que a história do cotidiano tenha sido uma dessas tendências que mais nos informam sobre esse “trânsito” e essa (gradativa) “passagem” de “perspectivas de interpretação” que caracterizara esse “período de fronteira historiográfica”. Nesse sentido, verificamos que, inicialmente, esses estudos voltados para o cotidiano dedicaram maior visibilidade à dimensão social, até por causa de um diálogo estreito com autores marxistas, mas com o decorrer da década, o enfoque dessas investigações passou a se dirigir para o caráter simbólico das relações humanas, abordagem esta cada vez mais próxima de vertentes teóricas ligadas à “História Nova” e, posteriormente, à “(Nova) História Cultural”.

Analisando esses trabalhos que lançaram mão da história do cotidiano como proposta central de estudo, podemos inferir algumas questões relevantes sobre essa ascensão da “Nova História” e, posteriormente, da “(Nova) História Cultural”, no contexto historiográfico goiano dos anos 1990. Na maioria das investigações tratadas, houve a preocupação em trazer à lume sujeitos históricos, regiões e vivências que não foram contempladas pela historiografia regional. Nesse intento, buscou-se, prioritariamente, alcançar homens e mulheres comuns em sua vivência diária, enxergando as minúcias de suas experiências ordinárias. Nessa incessante procura por resgatar a experiência histórica daqueles que, de certa forma, foram deixados à margem pela historiografia, foi preciso garimpar nas entrelinhas dos documentos oficiais, nas letras impressas nos periódicos, na tessitura dos enredos literários, entre as páginas empoeiradas dos documentos cartorários ou nos relatos daqueles que experimentaram tais vivências.

Essa abordagem do cotidiano veio permeada, em grande medida, por perspectivas antropológicas, principalmente no tocante à apropriação da “descrição

densa” de Clifford Geertz (1989) ou das propostas da antropologia histórica como definida por André Burguière (2001). Ademais, nota-se que esse investimento histórico sobre as miudezas da vida ordinária ou em outras dimensões da cultura humana foi fomentado pelo contato, cada vez mais frequente, com autores ligados a essas novas tendências historiográficas que emergiam àquela época. Nomes como os de Jacques Le Goff, Philippe Ariès, Georges Duby, André Burguière, Michel de Certeau, Roger Chartier, Carlo Ginzburg, Lynn Hunt, Pierre Nora, Peter Burke, dentre outros, passaram a fazer parte do repertório bibliográfico dos historiadores em Goiás. Portanto, era a (Nova) História Cultural ganhando musculatura num corpo historiográfico cujo vigor, até então, era obtido por meio de exercícios teóricos marxistas.

E não foram só os trabalhos sobre história do cotidiano que nos forneceram subsídios para enxergar essa paulatina ascensão dos aparatos teórico-metodológicos ligados à história cultural. Esse interesse gradativo em estudar os fenômenos humanos localizados no âmbito da cultura pode ser evidenciado pelos novos “objetos” e “temas” que emergiram a partir dessa década: o cotidiano sob um viés cultural, os estudos no âmbito da etno-história e voltados para as relações étnicas, a normatização dos espaços público e privado e dos comportamentos, a formação das identidades regionais e/ou locais, a problemática do discurso e das representações, as relações de gênero, o patrimônio histórico, os estudos sobre a cidade (do ponto de vista arquitetônico e cultural e não meramente social) e as investigações sobre a família e a infância. Podemos citar ainda algumas temáticas secundárias, muito abordadas por essas correntes da história cultural, que também estiveram presentes na historiografia regional desse período. Temas como o lazer, a alimentação, as doenças, a salubridade, a religiosidade, as sociabilidades, as solidariedades, as sensibilidades e a cultura material foram registrados, mesmo que tangencialmente, pela escrita de muitos desses historiadores. Outro indício da presença dessas novas perspectivas foi a atenção que alguns deles passaram a dedicar às questões relativas à experiência feminina ou às relações de gênero. Embora tenhamos nos deparado com apenas duas pesquisas sobre história da(s) mulher(es) e das relações de gênero, outros pesquisadores, mesmo investigando temáticas distintas a essas, destinaram espaço considerável em seus trabalhos para analisar as experiências femininas do passado ou para esquadriñar as vivências femininas e masculinas numa perspectiva relacional.

Ademais, verificamos que alguns conceitos, desenvolvidos ou muito utilizados por autores ligados às vertentes da história cultural; como os de “representação(ões)”, “imaginário” e “identidade(s)” foram incluídos no vocabulário corrente dos historiadores em Goiás. É importante mencionar, contudo, que a adoção de “imaginário” ou de “representação”, não significou o desuso da noção/conceito de “mentalidades”. No tocante a esse aspecto, concordamos com o professor José D’Assunção Barros (2008), quando afirma que as “noções” ainda não são conceitos, pois representam uma elaboração que ainda “tateia” o objeto histórico e que, por isso, carecem do caráter sistemático e explicativo presente em um constructo conceitual. Deste modo, na maioria das pesquisas que manuseamos, tais conceitos se apresentaram com a fisionomia de “noções”, pois grande parte dos pesquisadores que deles lançou mão não expôs uma definição precisa sobre esses termos. Talvez porque, naquele momento, esses conceitos, que jorravam de fontes da história cultural, estavam sendo absorvidos sem, ainda, um amadurecimento sobre seus significados e limites.

Outro termo/conceito que passou a circular nos textos historiográficos dessa época foi o de “discurso”. Em algumas dessas pesquisas, esse termo/conceito também foi utilizado sob o formato de “noção”, referindo-se, genericamente, a qualquer tipo de manifestação da linguagem, sob a forma escrita, oral, material ou simbólica, repleta de signos de diversas ordens (políticos, éticos, estéticos, sociais, culturais). Em outros trabalhos, porém, o uso constante desse conceito apontou a existência de uma fresta que se abria para autores ligados aos estudos sobre linguagem, como Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Hayden White.

Face ao que foi exposto nessa seção, depreende-se que a produção historiográfica em Goiás, na década de 1990, moveu-se por caminhos semelhantes aos percorridos pela historiografia no Brasil, em geral. Marcada por um encontro, repleto de tensões, conflitos, aproximações, repulsas, intersecções, entre perspectivas teóricas marxistas e as da Nova História, a produção histórica regional desse período acabou se aproximando, paulatinamente, das correntes teóricas ligadas à história cultural, as quais se tornariam, nos anos 2000, no referencial historiográfico de maior aceitação entre os historiadores em Goiás. Em meio a “antigos” e “novos” marxismos que grassaram nessa fase, especialmente com Thompson e Gramsci, os especialistas em história regional foram se abrindo para o estudo dos fenômenos situados no campo da cultura, postura que foi recrudescida com o emergir das linhas teóricas vinculadas à história cultural.

Nessa flama provocada pelas “novas abordagens”, por “novos objetos” e “novos temas”, entendemos que a renovação foi mais de ordem temática e em relação ao foco de abordagem, cada vez mais atento à dimensão simbólica das experiências humanas do passado. No entanto, é preciso ter presente que essas propostas renovadoras aportaram em Goiás mais tardiamente do que em outros espaços de produção histórica do país, especialmente aqueles do sudeste, pois só foram evidenciadas, efetivamente, em trabalhos elaborados nos anos 1990. Além disso, nota-se que esse esforço renovador veio, num primeiro momento, acompanhado de um déficit teórico, tendo em vista que determinadas perspectivas e conceitos, oriundos dessas vertentes ligadas à história cultural, acabaram sendo abrigados sem o amadurecimento sobre suas propriedades abstrativas, bem como sobre seus limites. Exceção seja feita a alguns trabalhos elaborados no final da década, que se mostraram mais tarimbados em relação às discussões teóricas que fervilharam ao longo dos anos noventa.

Referências Bibliográficas

BARROS, J. D'Assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos de História**, Brasília, v. 10, n. 1-2, p. 181-214, 2002.

_____. **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

PALACIN, Luís. **1722-1822 – Goiás: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas**. Goiânia. Tese de Livre-Docência. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal de Goiás, 1972.

ROIZ, Diogo da S.; SANTOS, Jonas R. dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos *Annales* no Brasil**. Jundiá: Paco Editorial, 2012.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – Teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

_____. **Reconstrução do Passado – Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Trad. Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. UnB, 2007a.

_____. **História Viva – Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico.** Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007b.

CRÔNICA DE VERDADE: MEMÓRIAS DE UM INDIANISTA

Talissa Teixeira Coelho
UEG (UnUCSEH) graduanda História

Resumo: Esse trabalho visa realizar uma análise da *Crônica: O Sonho de Macário (crônica de verdade)*, que compõe o livro *Tainá Racan*, do indianista Marinoni A. Gutemberg. O autor trabalhou para a S.P.I (hoje FUNAI) nos anos quarenta, atuando, sobretudo, entre os índios Karajá. No texto em questão, o autor descreve as relações políticas estabelecidas com a comunidade indígena, o papel do órgão de proteção ao Índio e administração de recursos. Também relata um episódio no qual ele ficou cinco dias perdido na mata do cristalino em Mato Grosso, em uma missão na Ilha do Bananal. Em seu relato, Marinoni atribui a sua sobrevivência a ajuda da providência divina, revelada em sonho ao seu companheiro de viagem. Em sua narrativa, ele confronta a sua crença na ciência e na tradição religiosa cristã, ao mesmo tempo que, os utiliza para analisar as crenças e costumes dos índios locais.

Palavras-chave: Religiosidade – Indigenismo – Memória

Marinoni Almiro Gutemberg, com a ajuda de sua esposa Arlinda Costa Gutemberg. Relata sua experiência como funcionário da S.P.I (Serviço de Proteção ao Índio) no período de 1940 a 1960, e contato com a população indígena, Karajá, dentro das relações políticas de indigenismo, idealizada pelo Serviço de Proteção ao Índio. No livro, *Tainá Racan, A Estrela d'Alva Carajá: Crônicas, lendas, mitos e costumes dos índios Carajás, gramática histórica e vocabulário indígena*. Publicado em 1975, pela editora goiana Oriente.

O S.P.I., foi criado em 1910 frente as acusações de massacre aos índios, no décimo sexto Congresso dos Americanistas em Viena.. O S.P.I trabalhou filiado a diversos programas, a princípio com a Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Na promoção da integração e fundação de colônias agrícolas. O ser Índio seria uma espécie de estado transitório, e estaria destinado a se tornar trabalhador rural ou proletário urbano. Em 1918 houve a separação desses órgãos. Em 1928 a lei nº 5.484 coloca o Índio sobre a tutela do S.P.I, alegando relativa incapacidade jurídica. E este órgão deveria proteger as terras indígenas e sua cultura, ao mesmo tempo que realizaria a transferência territorial dos nativos para liberar espaços destinados à colonização e estes se adaptariam a outro modo de vida.

Se tratando da função de Gutemberg na S.P.I e sua posição pessoal, ideias e forma de contato com os indígenas, nesse texto em questão, procuramos analisar a Crônica o Sonho de Macário. A relação de um indivíduo, os valores morais e éticos e o contato com o diferente, com outra cultura.

Frente às ideias positivistas a S.P.I, foi construída dentro de um ideal de civilização e processo de transformação desse homem em estado selvagem a um trabalhador rural ou urbano. Como reafirmação dessa ideia temos também o fator cultural, apresentado principalmente pela religião cristã.

O órgão atuou até o ano de 1967, e foi substituído pela Funai (Fundação Nacional do Índio), houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no qual ficou responsável por investigar denúncias de genocídios, escravidão povos indígenas, doenças e casos de fome, houve várias acusações de abusos por parte dos funcionários nas aldeias e atuação de pessoas incapacitadas para o trabalho, além da falta de recursos financeiros.

Qual a relação entre um homem criado na concepção cristã ocidental, com as ciências positivistas e como ele trata a questão indígena? A partir de uma análise do discurso que, segundo Valencise(1995) engloba uma visão ideológica formada pelo uso da linguística, história e sociedade. O sujeito, assume uma posição ideológica de determinada classe. Gutemberg, é apresentado no prefácio pelo Jornalista Geraldo de Araújo Vale que pertenceu a A.G.I. (Associação Goiana de Imprensa, criada em 1934) como:

[...] indianista inveterado que militou nas letras e no jornalismo traz, significativamente, no próprio nome a predestinação. O nome próprio Marinoni é conhecidíssimo em toda a imprensa mundial por causa da impressora a que dá marca. E. Gutemberg mais sugere ainda a predestinação. (VALE.1975.p.15)

Como se o trabalho dele por si só ganhasse amplo destaque, pois foi realizado por alguém inato para isso, seu nome ganha um sentido grandioso. E na continuidade do prefácio, Geraldo de Araújo Vale, coloca o livro como espelho fiel de uma grande tribo. Mas esse espelho fiel reflete o que? E sobre qual ponto de vista ou discurso?

No caso da Crônica: *O sonho de Macário*, temos vários discursos atrelados e imbuídos de valores do autor e em especial, no que diz respeito a um envolvimento político e pessoal com os índios. Sua narrativa apresenta-se de maneira semelhante a um

diário. Podemos dividi-la em quatro núcleos. 1. A missão delegada pelo, então, Chefe da 8ª Inspeção regional da S.P.I. Cildo Furtado de Meireles na ilha do bananal; 2. O terceiro dia de viagem no qual ele e seu pessoal ficam perdidos na mata do cristalino; 3. O sonho do companheiro de viagem Macário a revelação de Nossa Senhora; 4. A concretização do sonho e salvamento de todos.

A missão

Marinoni parte de Aruaña à Santa Isabel do Morro, na Ilha do Bananal. Para recebimento de cem novilhas, adquiridas pelo S.P.I, de um fazendeiro local destinadas ao *Campo dos Carajás*, patrimônio indígena. Ordem do Chefe da 8ª Inspeção Regional de Goiás. Cildo Furtado de Meireles. O fazendeiro descumprir o trato e Marinoni aguarda um telegrama do Chefe da inspeção para regressar a Aruaña. O autor se refere aos acontecimentos no passado, como quando menciona os meios de transporte: “ Pois não havia linha aérea, como hoje, facilitando tudo a quem quer que fosse. (GUTEMBERG, 1975: 26), o que demonstra que os fatos narrados foram escritos posteriormente, mas rememoram acontecimentos do período de 40 a 60 quando este trabalhava para o Órgão de Proteção ao Índio. A relação do *Campo dos Carajás*, criação de gado. Se pegarmos o período que ele trabalhou no órgão, no ano de 1940 o S.P.I integrava o ministério da agricultura, e depois passou para o ministério do interior. Dentre a conduta do Órgão o Antropólogo Carlos Augusto da Rocha Freire, menciona que ele atuava em diferentes tipos de postos indígenas, povoações e centros agrícolas.

No terceiro dia

Foi demandado pela inspeção, mais um trabalho, ou como o autor intitula uma Missão, que fossem levados índios Xerente, até Aruaña, e estes seguiriam por via fluvial, às suas aldeias no Tocantins. Em seu discurso há a defesa do ideal Rondônico.

O mensageiro era Alarico Jardim, nosso ex-colega de repartição, que nos trouxe mais esse “abacaxi” para ser descascado por nós, a bem da causa indígena, esposada pelo idealismo pelos servidores de então, entusiasmados pela chama do ideal Rondônico de tudo fazer pelos nossos índios, inclusive “morrer se for preciso, matar nunca...” (GUTEMBERG, 1975: 26).

Na publicação do livro, Marinoni faz uma homenagem póstuma ao Marechal Rondon, o então primeiro diretor do Serviço de Proteção ao Índio, que teve papel

fundamental na ocupação do atual estado de Rondônia, nos trabalhos de construção de linhas telegráficas, e teve contato com a população indígena, através desse trabalho, fez vários levantamentos e estudo. As ideias positivistas permearam esse conceito de contato com a população índia. E cria um órgão como o S.P.I que serviria para validar o ideal de estado desvinculado a igreja, e ao papel dos missionários.

Para isso, seriam empregados métodos e técnicas educacionais controlando esse processo, baseado em mecanismos de nacionalização dos povos indígenas. Os regulamentos e regimentos do SPI estiveram voltados para o controle dos processos econômicos envolvendo os índios, estabelecendo uma tipologia para disciplinar as atividades a serem desenvolvidas nas áreas. Era uma classificação que definia o modo de proceder e as intervenções a serem adotadas, disciplinando a expansão da cidadania. (FREIRE, s/d).

Assim que os Xerente foram deixados em Aruaña, Marinoni segue em decida ao rio Araguaia, no percurso, o autor sempre compara o local, tido como inóspito a sua situação presente, a transformação progressiva das cidades e dos meios de comunicação, e menciona o processo de Bandeirantismo moderno e ocupação de terras indígenas. Citando dois bandeirantes modernos, Willy Aureli e Hermano Ribeiro, exemplo de ousadia e paixão pela causa. Em seu discurso há a contradição entre proteger e invadir terras indígenas, o perigo que a “selva” representa. Na quinta noite Marinoni houve um canto na mata, são os Xavante, imitando o canto do jaó, ele compara os índios Xavante, a onças pintadas, porcos do mato, cobras venenosas. O índio sobre dois pontos de vista, os bravios que não estabeleciam contato, em estado de animalidade e os que estavam em processo civilizatório.

O terceiro dia de viagem no qual eles ficam perdidos. Tendo Macário como guia da canoa. Foi causado pela formação de um Banzeiro (uma espécie de tufão, comum no rio Araguaia). Fazendo com que eles naufragassem.

Numa dessas declinações nossas para a direita, perdemo-nos na mata do Cristalino, onde passamos cinco dias e cinco noites sem ver o rio Araguaia, sofrendo como um cachorro, sem comer e sem dormir, vagando pela mata desconhecida. (GUTEMBERG, 1975: 31).

Das relações políticas, onde ele narra acordos, negociações em nome da S.P.I. Agora temos a relação do homem com a natureza, a sobrevivência em um ambiente inóspito e desconhecido.

O sonho, revelação de Nossa Senhora

No dia seguinte Macário, o homem contratado para guiar a canoa e cozinhar, conta a todos um sonho que teve, no qual uma mulher aparece e indica o caminho a seguir para chegar até a nascente do rio Araguaia, e retornar para o lado do rio pertencente a Goiás, com a ajuda de dois índios. A mulher que aparece no sonho, foi interpretada como sendo nossa senhora. E seguindo na direção nascente encontraram o rio Araguaia. A crença em um milagre. Dentre tudo que foi perdido no naufrágio, salvou-se uma efígie da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, trazida no pescoço.

Na madrugada dessa noite, cujos fatos acabamos de narrar, Macário “pegando um codorno” teve um sonho premonitório, que nos contou, ao amanhecer, da seguinte maneira: “Marinoni, esta madrugada, passando por uma ligeira soneca, tive um sonho engraçado. Sonhei que uma mulher muito bonita se aproximou de mim e disse: -- Olha, moço, você e seu companheiro estão bastante desorientados e assim jamais sairão desta mata, ficando engolidos mortos vivos nela. Vou lhes dar um conselho. — Sigam sempre a nascente que encontrarão o rio Araguaia, seu ponto de referência, é dois índios que o descem de canoa os atravessarão para a outra margem, que fica no lado de Goiás. “ Quando Macário nos contou seu sonho, arrepiamo-nos todo da cabeça aos pés e lhe dissemos com fé e convicção absolutas: O seu sonho é verdadeiro, Macário, pois foi nossa Senhora que lhe apareceu, em sonho, para nos redimir dessa situação angustiada em que nos encontramos. Vamos seguir o conselho dela e veras como tudo vai dá certo. (GUTEMBERG, 1975: 32,33).

A mulher que aparece no sonho, foi interpretada como sendo nossa senhora. E seguindo na direção nascente encontraram o rio Araguaia. Há a presença do catolicismo popular, da crença nos sonhos e destino traçado.

A volta a fé Católica

O sofrimento na mata trouxe os de volta a realidade cristã, Deus como aquele responsável pelo destino dos homens. Nesse trecho há a negação de valores e conceitos científicos. O medo de um castigo divino, o perigo, o estar entre a vida e a morte e a descoberta de si mesmo, dos seus valores e crenças. A realização de um sonho em duas etapas como Marinoni coloca, primeiro eles encontram o rio Araguaia e os índios o atravessaram para o lado de Goiás, segundo os objetos do naufrágio foram encontrados.

Nessa ocasião, andávamos com a mente saturada pela leitura de diversas escolas filosóficas representadas por filósofos alemães e franceses, tais como: Kant, Leibniz, Shopenhauer, Augusto Comte, Descartes e outros expoentes máximos da filosofia universal, havendo o nosso sofrimento na

mata tido o condão de trazer-nos à realidade cristã novamente. (GUTEMBERG, 1975: 34).

Marinoni, como muitos que trabalharam na S.P.I possuía uma visão do ser índio e do papel de transformação que caberia e estes desenvolverem, mas também se tinha um envolvimento pessoal com essa mesma população, que a partir do contato coloca em confronto várias questões e formas de se ver o mundo. Uma existência projetada em duas realidades diferentes, e ele como os indígenas que estavam em um processo de mudança cultural e se deparam com outra realidade, são integrantes de dois lugares. Um mundo índio já conhecido e um outro que se impõe e passa a ditar as regras. O autor criado em uma concepção cristã e instruído através de leituras filosóficas e sociológicas, tenta manter as suas crenças, mas não deixa de questionar aquilo que ele tem por realidade e questionando a isso também questiona Deus, apesar de não desacreditar nele. Mas ele sente com essa revelação mística a presença desse ser em si, que não deve ser questionado e que o mantém vivo e deve estar acima da ciência, apesar dessas duas ideias caminharem juntas.

Considerações finais

Há um confronto de crenças, entre tradição religiosa cristã e ciência. Gutemberg elogia o trabalho de Rondon, trabalha com autores positivistas como Conte, diz ser um homem da ciência, ao longo de sua narrativa fala de progresso, quando narra a situação das estradas ou da criação de uma companhia aérea. E está ligado aos valores do cristianismo pagão, acredita em uma revelação divina.

Como Laraia coloca, a cultura condiciona o homem, a forma que ele olha para o outro, está ligada aos valores morais e éticos da sociedade em que ele foi criado. (2001). A partir dessa ótica que ele vê os indígenas e projeta a ideia de transformação cultural e civilidade do próprio órgão, S.P.I, que prega um indianismo, como o autor é intitulado, no sentido de conhecimento da cultura indígena. E indigenista, aquele que trabalha pela causa indígena, ao mesmo tempo imbuído da ideia de Missão e destino, do olhar cristão sobre o índio.

Referências Bibliográficas

GUTEMBERG, Marinoni Almiro. *Tainá-Racan-Estrela D'Alma Carajá: Crônicas, lendas, mitos e costumes dos índios Carajás, gramática histórica e vocabulário indígena*. Goiânia, Oriente, 1975.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *O Serviço De Proteção Aos Índios*. <http://museudoindio.gov.br/textual/382-o-servico-de-protecao-aos-indios> Acesso em: 14 de setembro de 2015.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

VALE, Geraldo de Araújo. Prefácio. In *Tainá-Racan-Estrela D'Alma Carajá: Crônicas, lendas, mitos e costumes dos índios Carajás, gramática histórica e vocabulário indígena*. Goiânia, Oriente, 1975.

VALENCISE, Maria do Rosário. *Análise do discurso conceitos e explicações*. Acesso em: 14 de setembro de 2015.

DISPUTAS IMPRESSAS: CONFLITOS NA PROVÍNCIA DO MATO GROSSO ENTRE O PRIMEIRO REINADO E A REGÊNCIA (1830-1834)

Thalles Murilo Vaz Costa
Mestre em História (UFG) e professor substituto no IFG–
Anápolis

Resumo: O trabalho analisa o processo de construção do Estado na província do Mato Grosso na década de 1830, enfatizando a dinâmica de conflitos que deu origem ao conflito regencial denominado de “Rusgas”. O argumento entende que o período foi marcado simultaneamente pelo surgimento de várias coalizões e colisões de grupos inseridos nas e entre as esferas locais e centrais de poder no vasto território brasileiro, com predomínio dos interesses provinciais sobre os do governo central nessas relações. As fontes históricas são vários tipos de documentos oficiais e de correspondências particulares mato-grossenses publicadas no *A Matutina Meiapontense* (1830-1834), periódico goiano que inaugurou a imprensa como dispositivo de luta política entre as regiões.

Palavras-chave: imprensa – Mato Grosso – Império

A imprensa na construção do Brasil: notas sobre as províncias de Goiás e Mato Grosso

Indubitavelmente, o processo de formação do Estado nacional brasileiro no século XIX constitui-se um campo fecundo de estudos historiográficos. A transformação do Brasil em unidade política autônoma em relação a Portugal, sobretudo desenhada a partir da década de 1820, abriu campo para inúmeras disputas sobre a organização e a direção dessa nova realidade que alguns pretendiam construir, mas todos tinham dúvidas, esperanças e angústias de como encaminhar o árduo empreendimento de edificação do Estado no Brasil, na época. O efeito inelutável dessa abertura encenada na década de 1820 foi a criação de múltiplas expectativas, desejos e esperanças com características políticas, sociais e econômicas, entre outras, que serviram para mobilizar diversos tipos de agentes sociais em todas as províncias do Brasil. Neste tipo de ambiente conflituoso, qualquer esquema rigidamente polar e binário (como os pares antitéticos senhor e escravo, ricos e pobres, brancos e negros) se esfacela frente a complexidade de se interpretar agentes sociais fluidos e trajetórias

históricas tão singulares que marcaram a difícil tarefa de formar o Estado brasileiro na primeira metade do século XIX.

Com a abdicação do Imperador em 7 de abril de 1831 e a instauração da Regência, o clima de disputas entre grupos que abraçavam projetos diferentes se tornou ainda mais intenso e, por diversas vezes, terminaram em movimentos armados nos núcleos urbanos e rurais do vasto território brasileiro, servindo como um dos vários exemplos para justificar a assertiva de Ilmar Mattos (1987: 2) de que a Regência inaugurou “anos emocionantes para aqueles que viviam no Império do Brasil”.

No ano de 1855, no contexto do Segundo Reinado, o célebre panfleto de Justiniano José da Rocha intitulado *Ação, reação e transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil* apontou o clima de conflitualidade e tensões do tempo imediatamente posterior a saída de D. Pedro I do Rio de Janeiro. Ele argumentou no escrito que o passado brasileiro possuía um “sentido”, ou melhor, era que esse passado era composto de fases distintas e que cada uma delas evidenciava uma “evolução nacional”. A primeira era a fase de “ação”, que expressava o período do chamado “avanço liberal” iniciado logo após a abdicação de D. Pedro I em 1831. A segunda fase era a “reação”, que marcou o surgimento dos grupos conservadores nos últimos anos da década de 1830. A terceira e última fase era a da “transação”, tecendo enorme apologia a denominada política de “conciliação” entre liberais e conservadores do Segundo Reinado².

Não obstante, além de Justiniano, parte relevante da historiografia brasileira contemporânea entende que os anos regenciais foram, de fato, um “grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos na história do Brasil” (MOREL, 2003: 2). Comparativamente, José Murilo de Carvalho argumentou que nesse pequeno espaço de tempo se assistiu no Brasil “ao que tinham sido os 15 anos entre 1810 e 1825 para a colônia espanhola da América, quando nela desaparecera a fonte da soberania tradicionalmente localizada no monarca” (CARVALHO, 2012: 87). A validade da comparação está no fato de que o processo de independência da América Hispânica nas duas primeiras décadas do século XIX foi

² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 71-91. A autora questiona o esquema clássico proposto por Justiniano apontando que sua atividade de jornalista era comprada por diversos políticos da época interessados em transmitir ao público uma imagem de “conciliação” que maquiou a existência dos conflitos no Brasil ainda depois de 1840.

assinalado por violentos conflitos provocados pelas contradições sociais, econômicas e políticas legadas da colonização espanhola e isso se assemelha aos confrontos armados que ocorreram no Brasil nas décadas de 1830 e 1840, um pouco mais tarde do que nossos vizinhos sul-americanos.

Toda essa efervescência social e política foi acompanhada pelos periódicos que circulavam em várias províncias do Brasil. Entre os anos de 1830 a 1833, a capital do Brasil triplicou o número de folhas publicadas, saltando, aproximadamente, de 20 (vinte) para 60 (sessenta) periódicos³. Mesmo com grandes dificuldades, como as distâncias e as comunicações precárias, a imprensa brasileira ganhou força no período, pois, de acordo com Carvalho (2007: 19) “a escassez de espaços fazia com que a imprensa assumisse papel primordial, aumentado com a redução da censura a partir da inauguração da Regência”. Obviamente, pensar em estender os quadros estatísticos e a dinâmica da imprensa carioca para pontos situados em regiões periféricas, como as províncias de Goiás e Mato Grosso, significaria cometer um grave equívoco.

No entanto, pode-se afirmar que o período compreendido entre março de 1830 e abril de 1834 inaugurou uma experiência singular para as duas supramencionadas Províncias do interior do Império do Brasil com a publicação do *A Matutina Meiapontense* (1830-1834). Construído em Meia Ponte na Tipografia Oliveira, o periódico era propriedade do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, latifundiário, escravista, comerciante e funcionário público que, juntamente com Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, padre originado de importante família na região e redator do periódico durante quase todo o período de circulação da folha meiapontense, encaminharam com muitas dificuldades o *A Matutina*⁴.

O valor da assinatura trimestral era de 2\$000 (dois mil) reis e a folha poderia ser assinado em Mato Grosso (Cuiabá), em Minas Gerais (São João Del Rei) e em Goiás (Meia Ponte, Cidade de Goiás e Traíras), localidades ligadas por interesses econômicos e políticos. Oscilou entre dois e três números publicados semanalmente.

³ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2003, p. 23. Dados retirados de um gráfico apresentado pelos autores.

⁴ Ver: ASSIS, Wilson Rocha. *Os moderados e as representações de Goiás n'A Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2007. PALACIN, Luis. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: editora Cerne, 1987. COSTA, Thalles Murilo Vaz. *Opinião pública e linguagem política no A Matutina Meiapontense*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2013.

Apesar da tipografia e do periódico serem goianos, impressiona a quantidade de artigos, comunicados, correspondências, ofícios, atas da Câmara de Cuiabá, entre outros papéis do Mato Grosso que ganharam espaço e publicidade na folha de Meia Ponte. Além disso, o *A Matutina* ainda publicou o *Miscellania Cuyabanense*, primeiro periódico de Cuiabá (SILVA, 2000), entre os anos de 1833 e 1834. O correio mensal entre as províncias de Goiás e Mato Grosso, a tipografia adquirida por Joaquim Alves em Meia Ponte, relações sociais e econômicas intra e interprovinciais e o clima político do terceiro decênio dos oitocentos possibilitaram a erupção impressa de boa parte dos conflitos vivenciados nas referidas regiões interioranas do Brasil, graças ao referido periódico goiano. Reuniões, associações e a imprensa foram canais de divulgação e debate de ideias e concepções dos mais variados tipos. Mesmo parcial, a ampliação dos espaços públicos de discussão e ação política se estendeu “para camadas mais amplas da sociedade, angariando pessoas para defenderem concepções oriundas de grupos mais restritos ou abrindo perspectiva para elas manifestarem os seus anseios” (COSTA, 2013: 27).

Conflitos entre autoridades administrativas, denúncias de abuso de poder, desvio de dinheiro público, favorecimentos e compadrios expressam parte do conteúdo documental que provinha da província do Mato Grosso e era impresso no *A Matutina*. Diante disso, o trabalho pretende contribuir para o estudo do movimento social processado em 30 de maio de 1834 em localidades centrais da província do Mato Grosso e que terminou com o assassinato de cerca de 47 (quarenta e sete) indivíduos, sendo 44 (quarenta e quatro) portugueses e 3 (três) brasileiros (SENA, 2006: 47).

Tradicionalmente denominado de “Rusgas⁵”, o movimento foi liderado por homens influentes de Cuiabá como João Poupino Caldas, José Alves Ribeiro, Antônio Luís Patrício da Silva Manso, Brás Pereira Mendes e Pascoal Domingues de Miranda, entre outros, e contou com a participação ativa de elementos marginais da sociedade, como pobres e mestiços. O acirramento de disputas em Mato Grosso no início da Regência, principalmente em Cuiabá e Diamantino, compõe o pano de fundo do

⁵ A revolta denominada de “Rusgas” ocorreu no Mato Grosso no início do período regencial (1834), quando as reformas propostas pela Assembleia Legislativa culminaram no Ato Adicional (1834). Os debates sobre as reformas (centralização ou descentralização; extinção ou permanência do poder moderador, entre outras) e conflitos políticos e econômicos internos na província configuram o pano de fundo da ação radical que redundou no assassinato de mais de quarenta pessoas, quase todos portugueses. A revolta mobilizou interesses de homens ricos e pobres do Mato Grosso, os últimos formados basicamente pelas tropas e homens de cor. VER: Sena (2006), Lima (2010) e FANAIA (2012).

mosaico que retratou episódios como estupros de mulheres e jovens, saques em propriedades comerciais e residências e o assassinato sucedido do esquartejamento do corpo das vítimas.

Entre personagens importantes da tela ornamentada com cores radicais, se observa a figura de João Poupino Caldas, Comendador, membro de tradicional família em Cuiabá, rico comerciante e funcionário público que circulou na câmara municipal de Cuiabá, guarda nacional, junta da fazenda pública, conselho do governo e presidência da província de Mato Grosso. Sua interessante e complicada trajetória vai desde a mobilização das tropas e o assassinato de seus adversários políticos em maio de 1834, posteriormente passa pela perseguição e denúncia dos seus antigos parceiros na “Rusga” entre 1834 e 1835 e se finalizaria com sua expulsão da província do Mato Grosso, impedida pelo seu assassinato “misteriosamente” perpetrado quando preparava sua saída da região em 1836. O professor de filosofia Brás Pereira Mendes, o mestiço, funcionário do Hospital de Misericórdia e deputado Patrício da Silva Manso, o ouvidor e juiz de fora Pascoal Domingues de Miranda e o juiz dos órfãos e comerciante José Alves Ribeiro, direta ou indiretamente envolvidos na Sociedade dos Zelosos da Independência⁶, são também nomes de destaque na documentação analisada neste trabalho.

Ao lado desses figurões, registra-se nomes bem menos conhecidos, como é o caso de frei José dos Inocentes, acusado de inflamar “a gente idiota, que move-se facilmente para o que se quer⁷” contra alguns poderosos locais ao escrever pedidos e representações populares e das tropas ao governo de Mato Grosso tempos antes das Rusgas. A “gente idiota” apontada pelo português e então ouvidor de Mato Grosso era composta basicamente por homens de cor e pobres, agentes anônimos na documentação e que muitas vezes são representados como massa de manobra de poderosos locais na resolução de conflitos internos, estratégia largamente utilizada pelas autoridades da época para esvaziar o conteúdo social e político de movimentos da “plebe”, outra expressão corriqueiramente usada para designar os excluídos das engrenagens sociais da “boa sociedade” mato-grossense oitocentista. Valendo-se da historiografia, de memórias históricas e, fundamentalmente, do *A Matutina*, o texto busca elucidar parte da dinâmica

⁶ Para essas e mais informações ver os textos de José Barnabé de Mesquita (1922) e (1934).

⁷ Ofício dirigido ao Governo da Província de Mato Grosso pelo Ouvidor o Dr. Ponce de Leão. In: *A Matutina Meiapontense*, 28 de setembro de 1833, n. 476, p. 2.

social da primeira metade da década de 1830 na província do Mato Grosso e contribuir para a compreensão do contexto que redundou na ação radical de 30 de maio de 1834.

Conflitos internos na província do Mato Grosso antes das “Rusgas”

As autoridades públicas de Cuiabá protagonizaram debates na imprensa que certamente revelam complexos jogos de poder e disputas pela hegemonia intraprovincial nas décadas de 1820 e 1830, isto é, entre o fim do Primeiro Reinado e a Regência. Neste interim, os documentos produzidos graças aos conflitos entre a Junta da Fazenda Pública e o Conselho de Governo da província do Mato Grosso são bastante elucidativos. Na sessão de 3 de dezembro de 1829, o português e conselheiro geral José Joaquim Vieira fez uma extensa denúncia aos membros do Conselho de Governo da Província do Mato Grosso sobre atos de corrupção e privilégios que eram praticados na Junta da Fazenda, expondo a figura do Tesoureiro da Junta João Poupino Caldas como um dos líderes das práticas. A Junta e o Conselho eram instituições que cuidavam, respectivamente, da arrecadação e administração do dinheiro e rendas públicas e as questões da governança interna da província. A denúncia do conselheiro Vieira continha uma lista de mau uso do dinheiro que somava sete pontos centrais, que teriam levado o número de “200 e tantos contos que vierão da Corte do Rio de Janeiro” em ajuda aos gastos da Província em 1829.

No documento de denúncia consta que salários e gratificações inflacionadas foram pagos pela Junta a Antônio Luiz Patrício da Silva Manso, cirurgião-mor, proprietário da Botica (farmácia) e no período aliado de João Poupino Caldas em Cuiabá. Depois de receber a denúncia do conselheiro Vieira, o governo central ordenou que a Junta da Fazenda recolhesse de volta o dinheiro pago em excesso ao cirurgião-mor, o qual estornou o valor excedente em “*drogas medicinaes*, que ainda sobrecarregou o cofre com 3:000\$, e tantos”, ou seja, a denúncia dizia que Manso, valendo-se de suas relações sociais, ainda recebeu uma diferença em dinheiro pelo valor mais alto das mercadorias que deu como estorno de um desvio de verba pública!

As denúncias de Vieira no Conselho do Governo expressam claramente a coexistência de interesses em conflitos internos na província do Mato Grosso. Segundo José de Mesquita, no começo da década de 1830 a vida política da província estava dividida entre o grupo denominado de “nativista” ou “periquitos”, que em tese abrigavam indivíduos nascidos na região ou no território brasileiro, e o grupo dos

“caramurus” ou “bicudos”, nomes que supostamente expressavam a origem portuguesa dos indivíduos que dele participavam. Este cenário politicamente heterogêneo era concomitante uma forte crise econômica e social, contribuindo para:

[...] agravar a situação já de si premente e séria a indisciplina franca das tropas, a penúria representada ao vivo na redução virtual de 40% do valor das cédulas da Junta de Fazenda, o mal estar causado pelas lutas políticas de Cuyabá e Villa Bella, a actuação anarchica dos “periquitos”, sediciosos do Norte tangidos para Matto Grosso, onde se constituíram elemento de subversão e outras concausas que não vem a pello mencionar (MESQUITA, 1934: 17).

A instabilidade econômica da província de Mato Grosso foi intensificada pela inflação provocada em virtude da queda do valor de compra das cédulas da Junta da Fazenda. Consequente, foi inevitável o aumento da pobreza numa região que, semelhante à vizinha Goiás, convivia com dificuldades de comércio e integração econômica desde fins do século XVIII, quando a extração do ouro nas duas regiões registrava índices bem modestos e o crescimento das dificuldades de sobrevivência e de governabilidade preocupava as autoridades coloniais (LIMA, 2010).

Não é difícil entender por que numa província com poucos recursos os grupos privilegiados disputavam milimetricamente cada espaço de poder que pudesse garantir a segurança de seus interesses em detrimento de outros, como as já mencionadas instituições públicas provinciais do Império. As disputas travadas entre José Joaquim Vieira e João Poupino Caldas são elucidativas neste sentido. Entretanto, esses problemas não afetavam apenas a pequena parcela privilegiada da província, atingindo diretamente elementos tradicionalmente excluídos de uma sociedade formada a partir dos resquícios do mundo colonial, como mestiços ou brancos pobres. O próprio Mesquita sentenciou a insubordinação das tropas no período, formadas em grande parte por esses elementos marginais e que também participavam política e socialmente no cenário local.

Retornando as denúncias de Vieira sobre Poupino, o documento diz ainda que “a Junta mandou pagar a dous Thezoueiros em hum so tempo”, entregando a quantia de mais de três contos de reis a João Poupino Caldas por um tempo de serviço que ele não prestou e ainda pagou vencimentos semelhantes ao seu substituto na Junta, o capitão José Joaquim Ramos e Costa. Em suma, a Junta da Fazenda pagou o titular e o substituto pelo mesmo tempo de serviço, sendo que o titular não exerceu as atividades exigidas pelo cargo no período. Ademais, o português José Joaquim Vieira apontava

que Poupino Caldas ainda recebia “870U reis de Gratificação do Comando da 2. Linha” e que essa gratificação era ilegal, tendo em vista que era vedado aos homens públicos acumularem o cargo e os vencimentos de Tesoureiro da Junta com gratificações militares. O membro do Conselho do Governo da província de Mato Grosso ainda reclamava que o Tenente Coronel Antônio José Guimarães substituiu Poupino por um período no comando da tropa de segunda linha e “a Junta não lhe Concedeo a mesma Gratificação”, insinuando o que seria mais um dos muitos privilégios concedidos a João Poupino e seus aliados⁸.

Aos sete atos de corrupção, Vieira propôs dez medidas que buscavam reparar os abusos já cometidos com o dinheiro público e impedir, em tese, novos atos de corrupção na Junta da Fazenda de Mato Grosso. Dentre as principais medidas, solicitava que “na Junta da Fazenda não sirvaõ parentes como até agora acontece”, que Poupino “o actual Thesoureiro deixe ou de ser Thesoureiro, ou de ser Comandante da *Legião de Milicias*”, que fossem devolvidos os “Ordenados que [a Junta da Fazenda] pagou ao Tenente Coronel *Joaõ Poupino Caldas* pelo emprego de Thesoureiro (sem o ser)” e também que quando o Hospital necessitasse de algum remédio que se mandasse “afixar na porta huma relação daquilo, que necessitar para os Negociantes apresentarem outra do que eles tiverem a dispor pelo preço mais comodo⁹”.

Se por um lado as denúncias de João José Vieira evidenciavam um forte esquema de concessão de privilégios e desvios de verba pública na Junta da Fazenda da Província do Mato Grosso, por outro elas deixam claro a existência de lutas internas pelo controle de instituições da burocracia estatal e ocupação dos espaços mais importantes do poder monárquico. Numa Província periférica, com poucos recursos humanos e um enorme déficit na comparação entre receitas e despesas seria improvável a existência de um quadro social diferente. Lideranças locais do Mato Grosso após independência disputavam uma intensa queda de braços pelo acesso aos cargos mais importantes da administração pública, com notória preferência por aqueles que rendiam bons vencimentos e permitiam o exercício de forte influência na sociedade local. Por exemplo, a Junta da Fazenda pagava altos salários ao tesoureiro, deputado e presidente da instituição, tornando esses cargos alvos dos interesses de poderosos locais. Além

⁸ Ata da Sessão do Conselho da Presidência da Província do Mato Grosso de 3 de dezembro de 1829. In: *A Matutina Meiapontense*, 26 de agosto de 1830, n. 64, p. 3-4.

⁹ Ata da Sessão do Conselho da Presidência da Província do Mato Grosso de 3 de dezembro de 1829. In: *A Matutina Meiapontense*, 26 de agosto de 1830, n. 64, p. 3-4.

disso, era com o dinheiro que passava pela Junta que se fazia o pagamento dos funcionários públicos, como os da justiça e os militares, permitindo boa margem de ação aos membros da Junta da Fazenda sobre funcionários subalternos, como o adiantamento ou o retardo no pagamento do salário de algum funcionário, concessão de gratificações salariais indevidas e desproporcionais a certos indivíduos, ou ainda o estabelecimento de privilégios e monopólios comerciais em determinadas casas de comércio, pois era a Junta da Fazenda que comprava medicamentos para o Hospital ou o material necessário ao fardamento das tropas instaladas no interior da província e nas fronteiras com as repúblicas vizinhas.

Sobre as relações entre administração pública e o comércio em Cuiabá na década de 1830, não surpreende o fato de que João Poupino Caldas, José Joaquim Vieira e Antônio Patrício da Silva Manso são apontados como comerciantes na documentação. Inclusive, as denúncias do “O negociante” – modo como João Poupino Caldas denominava o conselheiro José Joaquim Vieira – indicavam que ele se sentia prejudicado com as transações entre a Junta da Fazenda e a Botica de Patrício da Silva Manso, mestiço paulista que exerceu ao lado do Comendador João Poupino Caldas papel importante nos eventos de 30 de maio de 1834. O comerciante nascido em Portugal buscou desarticular os privilégios institucionais e comerciais concentrados em Poupino e seus aliados. É evidente na contenda o interesse nos lucros obtidos com o comércio de abastecimento interno em cidades mais populosas como Diamantino e Cuiabá. A tentativa de desmantelamento do esquema feita por “deliberação do Conselho” e que seguiu “como representação motivada” da província do Mato Grosso ao Rio de Janeiro revela que os indivíduos até agora mencionados eram peças de um jogo que cindiu camadas altas e baixas da sociedade cuiabana, opondo uns e unificando outros para além da visão simplificadora que entende o conflito como uma disputa de interesses entre brasileiros natos, como Poupino e Manso, e adotivos, como José Joaquim Vieira.

Por conseguinte, as disputas internas na província do Mato Grosso que se arrastavam desde os primeiros momentos do século XIX se radicalizaram na década de 1830, contribuindo para as “Rusgas” em maio de 1834. As denúncias de José Joaquim Vieira constituem a epiderme de um corpo social mais complexo envolvendo outras instituições burocráticas da província, como a câmara municipal e as ramificações da justiça. No entanto, elas servem como expressão de um reordenamento interno das

forças na província de Mato Grosso que acabou ultrapassando os limites dos altos cargos burocráticos e dos funcionários que neles estavam.

Por sinal, a reação de Poupino Caldas as denúncias de Vieira são indícios desta fase de mobilização. Em 30 de dezembro de 1829, dias após a reunião do Conselho da Presidência, João Poupino Caldas enviou uma representação ao Ministério da Guerra exigindo a remoção de José Joaquim Vieira para fora da província de Mato Grosso “em rasão do seu gênio *turbulento* e dos *insultos*, que tem praticado contra o Vice Presidente, e a Junta da Fazenda¹⁰“. Além de Tesoureiro da Junta, Poupino Caldas era na época Governador Interino das Armas e alegou ao governo central que o pedido de remoção se justificava pelas “rebeldias” praticadas por José Vieira no Conselho do Governo. A resposta de João Poupino foi dada pouco tempo antes de deixar o cargo interino e representa mais um momento crucial das disputas pelo domínio interno na província do Mato Grosso no período em questão.

Este cenário conflituoso mato-grossense coincidiu com o período de início de circulação do *A Matutina Meiapontense* e as intrigas pelo poder entre e nas províncias vizinhas contribuíram para animar os trabalhos da meiapontense Tipografia Oliveira. Incipientes projetos de opinião pública gestados desde o início do século XIX afluíam aos olhos sertanejos quando os tipos começaram a trabalhar em março de 1830. Tais projetos estavam repletos de interesses sociais, econômicos e políticos que levavam os contemporâneos à ação que seletivamente era publicada no *A Matutina*. Basta uma análise da repercussão impressa do caso encenado por Poupino e Vieira em Cuiabá que fica notória a existência de expectadores muito interessados na peça situados fora da cena central.

Indagando-se ironicamente que funcionários do Hospital que “antes do emprego andava na relé, e hoje tem boa cazaca, joga o 31, e tem melhor meza, se isto não for por milagre, porque será?”, o “Cuiabano Philantropo” narrou o que teoricamente tinha visto ao visitar o Hospital, principalmente, quando o “Cirurgião Mor da Provincia Antonio Luiz Patricio da Silva Manso” realizou sua visita de rotina aos internados. A correspondência diz que os doentes “se enchendo de hum horror ate tremiaõ a sua vista, tal he a opinião geral da imoralidade deste homem”. O cirurgião paulista aliado de João Poupino Caldas era acusado de vender na Botica “por conta da Fazenda Pública” um

¹⁰ Correspondência de Joze Joaquim Vieira. In: *A Matutina Meiapontense*, 26 de agosto de 1830, n. 64, p. 2.

vidro de água usado no “serviço da Fundação do ouro” tão adulterado que a água tinha “pouca diferença da do Pote”. Além disso, Patrício da Silva Manso tinha se beneficiado tanto das boas relações com o Tesoureiro da Junta da Fazenda que iria ao Rio de Janeiro “requerer huma Presidencia ...! [de Província]”, pois tinha em mãos “*aquillo com que se compraõ os melões*”, aludindo as denúncias feitas no Conselho da Presidência¹¹. Entretanto, trabalhos recentes demonstram que o mulato Patrício da Silva Manso “rivalizava com Poupino na popularidade” (SENA, 2006: 45).

Outros correspondentes, quase sempre se utilizando de pseudônimos, se ocuparam do caso. Por exemplo, o “Constitucional Independente” criticava a Junta da Fazenda por privilegiar o pagamento de alguns funcionários militares em detrimento de outros, dizendo que a Junta estava “há anos, no maior desleixo, e malversação; os patronatos fasiaõ que seos apaniguados fossem pagos em dia, não atendendo-se a maior parte dos servidores, que mesquinamente recebiam alguma couza¹²”. Jocosamente, a correspondência do “Deveras apaixonado” brincava com a situação da Junta se perguntando o que era mais prejudicial para nação “hum empregado (verbi gratia) que aproveitando-se do seu Emprego, furtou da Nação 12 Contos de reis, ou se hum particular, que em pequenas parcelas furtou de muitos – 6 [contos de reis]¹³”.

Ao contrário do que essas correspondências parecem indicar, João Poupino Caldas não estava sozinho na Junta da Fazenda do Mato Grosso nas décadas de 1820 e 1830. André Gaudie Ley e Jerônimo José Nunes, respectivamente, Presidente e Deputado da Junta, também eram funcionários importantes da instituição, além de manterem entre si parentesco familiar. Juntos foram responsáveis por consolidar após a independência do Brasil a preponderância política de Cuiabá perante Vila Bela, transferindo o aparato administrativo do governo monárquico para Cuiabá, inclusive a Junta da Fazenda e o Conselho de Governo. Vila Bela continuou com o título de capital, mas o predomínio econômico e social de Cuiabá foi determinante quando em 1824 José Saturnino da Costa Pereira chegou à Província do Mato Grosso e tomou posse como Presidente da Província em Cuiabá, preterindo Vila Bela.

¹¹ Correspondência de “O Cuyabano Filantropo”. In: Matutina Meiapontense, 1 de julho de 1830, n. 40, quinta feira, p.3-4.

¹² Correspondência de “O Constitucional Independente”. In: Matutina Meiapontense, 21 de Dezembro de 1830, n. 114, terça feira, p.3.

¹³ Correspondência de “Deveras Apaixonado”. In: Matutina Meiapontense, 21 de Dezembro de 1830, n. 114, terça feira, p. 4.

Desde então, “os principais representantes da elite política cuiabana, tendo vencido a querela contra a cidade do Mato Grosso [Vila Bela], logo passariam a se dividir, formando dois grupos antagônicos, que almejavam o controle político da província” (SENA, 2006: 42). Essa divisão interna, presente no conflito aqui analisado, se manifestou em diversos espaços da província do Mato Grosso e se radicalizou no início da Regência, sendo que no período a “mobilização das tropas manterá os grupos dominantes da província em permanente sobressalto, sendo a sedição cuiabana de 1834 o principal ponto de inflexão dessa trajetória” (LIMA, 2012: 31) de cisão de grupos influentes na região.

São várias referências à época governada por Saturnino, presidente de província e depois senador pelo Mato Grosso. Em novembro de 1830, o “Constitucional Cuiabano”, após tecer longo comentário sobre práticas de corrupção e privilégio na Junta da Fazenda por Poupino Caldas, afirmou que a origem das mesmas era “tudo devido á ma Administração do Exmº Sr. Saturnino” e que os “bons Cuiabanos se recordaõ com horror da bonhomia exaltada de taes Coniventes¹⁴”.

Num ofício publicado no *A Matutina*, José Saturnino da Costa Pereira apontou as inúmeras qualidades de João Poupino Caldas durante o exercício de seu governo no Mato Grosso. Segundo Saturnino, Poupino era um modelo de comandante militar, pois conseguia comandar os subordinados conciliando “a Disciplina com a benevolência, fazendo-lhes assim criar o amor pelo Serviço das Armas, e seguiram os louváveis exemplos do seo Chefe”. Além disso, afirmava que Poupino “obtendo finalmente Provizaõ Imperial para ocupar o Cargo de Thezoureiro Geral das Rendas Publicas desta Prov.” trabalhava com tanto empenho e patriotismo que por várias vezes tinha adiantado somas em dinheiro “a que os Cofres Públicos não pode chegar nas urgências da Provincia”, se referindo aos empréstimos a juros que Poupino fazia para o pagamento do funcionalismo público ou outra despesa da província de Mato Grosso. Esses e outros serviços de João Poupino Caldas ao Império do Brasil lhe renderam uma notória comenda, símbolo que traduz a dinâmica de colaboração do governo central com autoridades locais desde os tempos coloniais. Saturnino não se esqueceu de ratificar que Poupino Caldas era “um dos Negociantes mais abastado desta Provincia, e nesta

¹⁴ Correspondência de “O Constitucional Cuiabano”. In: *Matutina Meiapontense*, 20 de janeiro de 1831, n. 127, quinta feira, p. 4.

qualidade goza dos melhores créditos de probidade, lizura em seus tratos, e pratica de Charidade para com os necessitados¹⁵“.

Estranhamente, no a *Miscellania Cuyabanense*, expressão escrita do ponto de vista histórico do arranjo que, entre outros, Poupino e Patrício da Silva Manso compartilhavam, a imagem do então senador José Saturnino não era das melhores. Acusado de praticar a imprecisa noção de “caramurismo”, o impresso implicitamente ameaçava de morte os senadores de Goiás (Paguá) e Mato Grosso (Saturnino) dizendo que “essa corja sem fim de nossos figadais inimigos, já teriam recebido o merecido premio de seus relevantes serviços¹⁶“ se não fosse o excesso de moderação do governo regencial.

Alvo de diferentes interesses, as condições de governo do primeiro presidente da província do Mato Grosso não foram das mais simples. Isolado em meio aos homens fortes do local, a solução encontrada para o governo passava necessariamente por articulações com esses elementos locais, tamanho seu poder e influência. Entre 1825 e 1835, apenas dois presidentes de província foram enviados pelo poder central para a região, demonstrando o conhecimento por parte do Rio de Janeiro sobre o território politicamente escorregadio situado no interior do Brasil. Após a saída de José Saturnino, a província de Mato Grosso foi governada por elementos locais, quase todos na condição de vice-presidentes. Na lista constam nomes como Jeronimo Joaquim Nunes (1827-1830), André Gaudie Ley (1831), Antônio Correa da Costa (1831-1833), André Gaudie Ley (1833-1834), Antônio Correia da Costa (1834) e João Poupino Caldas (1834).

Parte dessa instável dinâmica se deve ao fato de que quando o chefe do executivo provincial ficava de licença por interesses particulares o posto era assumido por membros do Conselho de Governo, tornando a instituição alvo de disputas internas frente ao grande interesse dos conselheiros assumirem mesmo que temporariamente a direção da província de Mato Grosso. Os Conselhos de Governo eram diferentes dos Conselhos Gerais das províncias porque os primeiros estavam atrelados ao executivo provincial e por isso tinham um poder de ação mais rápido e eficiente do que os

¹⁵ Ofício do presidente da Província do Mato Grosso José Saturnino da Costa Pereira ao governo central de 2 de abril de 1828. In: Matutina Meiapontense, 18 de fevereiro de 1831, n. 138, terça feira, p. 3.

¹⁶ *Miscellania Cuyabanense*, 1 de janeiro de 1834, n. 9. In: Matutina Meiapontense, 22 de fevereiro de 1834, n. 518, sábado, p. 4.

segundos, que compunham o legislativo provincial. Bombardeados por todos os lados, os presidentes da província de Mato Grosso durante a Regência receberam demandas de grupos variados. Até mesmo Poupino Caldas, presidente da província no dia das “Rusgas”, ficou isolado e foi assassinado a mando de grupos locais insatisfeitos com sua ação política.

Em síntese, a documentação arrolada deixa claro o desejo dos grupos dominantes da província de Mato Grosso em estender consistentemente seu raio de poder, tanto interna quanto externamente a província. Entretanto, a mesma documentação não permite visualizar a perspectiva mais próxima de homens que ocupavam as margens dos conflitos que foram radicalizados com as “Rusgas”, sendo que ainda persistem interpretações eivadas de preconceitos afirmando que a participação dos elementos populares na revolta regencial mato grossense foi mera manipulação e que estes não tinham nenhum tipo de perspectiva, sendo que as “Rusgas” significaram apenas um movimento da “soldadesca e o povoleo, embriagado pelo álcool e pela cobiça, a dar pasto às mais torpes concupiscências — a do ódio, a da lascívia e a da ganância (MESQUITA, 1934: 18).

Fontes Históricas

Ata da Sessão do Conselho da Presidência da Província do Mato Grosso de 3 de dezembro de 1829. In: *A Matutina Meiapontense*, 26 de agosto de 1830, n. 64, p. 3-4.

Correspondência de Joze Joaquim Vieira. In: *A Matutina Meiapontense*, 26 de agosto de 1830, n. 64, p. 2.

Correspondência de “O Cuyabano Filantropo”. In: *A Matutina Meiapontense*, 1 de julho de 1830, n. 40, p.3-4.

Correspondência de “O Constitucional Independente”. In: *A Matutina Meiapontense*, 21 de Dezembro de 1830, n. 114, p.3.

Correspondência de “Deveras Apaixonado”. In: *A Matutina Meiapontense*, 21 de Dezembro de 1830, n. 114, p. 4.

Correspondência de “O Constitucional Cuiabano”. In: *A Matutina Meiapontense*, 20 de janeiro de 1831, n. 127, p. 4.

Miscellania Cuyabanense, 1 de janeiro de 1834, n. 9. In: *A Matutina Meiapontense*, 22 de fevereiro de 1834, n. 518, p. 4.

Ofício dirigido ao Governo da Província de Mato Grosso pelo Ouvidor o Dr. Ponce de Leão. In: *A Matutina Meiapontense*, 28 de setembro de 1833, n. 476, p. 2.

Ofício do presidente da Província do Mato Grosso José Saturnino da Costa Pereira ao governo central de 2 de abril de 1828. In: *Matutina Meiapontense*, 18 de fevereiro de 1831, n. 138, p. 3.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Wilson Rocha. *Os moderados e as representações de Goiás n'A Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A vida política*. In: _____ (Coord.). *História do Brasil Nação: 1808-2010. Volume 2. A Construção Nacional (1830-1889)*. Madri e Rio de Janeiro: Fundación Mapfre e Editora Objetiva, 2012.

_____. “As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate”. _____ (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 19.

COSTA, Thalles Murilo Vaz. *Opinião pública e linguagem política no A Matutina Meiapontense*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2013.

FANAIA, Maria de Lourdes. *O silêncio sobre as Rugas nos livros didáticos*. Cuiabá: Revista Territórios e Fronteiras, vol. 5, n.2, Jul.-Dez., 2012, p. 60-69.

GRAHAN, Richard. *Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe cultura e estado*. Maringá: Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1. p. 11-47, 2001.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 71-91.

LIMA, André Nicácio. *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. Dissertação (mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. *Mato Grosso e a Geopolítica da independência (1822-1823)*. Cuiabá, Revista Territórios e Fronteiras, vol.5, n. 2, jul-dez, 2012, p. 31

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987

MESQUITA, José Barnabé. *O capitão-mor André Gaudie Ley e sua descendência. Ensaio de reconstituição histórico-genealógica*. Cuiabá: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso e da Academia mato-grossense de Letras, 1922.

_____. *João Poupino Caldas: contribuição para o estudo das Rusgas*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso e da Academia mato-grossense de Letras, 1934.

MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2003.

PALACIN, Luis. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: editora Cerne, 1987.

SENA, Ernesto Cerveira. *Entre anarquizadores e pessoas de costume – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso*. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Pós-Graduação em História, Instituto de Humanidades, 2006.